

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

GUILHERME PONTIERI DE LIMA

**ELES OUSARAM! PROJETO HISTÓRIA NOVA DO BRASIL: AS REFORMAS DE
BASE COMEÇARAM PELA EDUCAÇÃO.**

São Carlos
Agosto, 2017

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

GUILHERME PONTIERI DE LIMA

**ELES OUSARAM! PROJETO HISTÓRIA NOVA DO BRASIL: AS REFORMAS DE
BASE COMEÇARAM PELA EDUCAÇÃO.**

Texto apresentado pelo aluno Guilherme Pontieri de Lima para obtenção do Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marisa Bittar.

São Carlos
Agosto, 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Guilherme Pontieri de Lima, realizada em 22/08/2017:

Profa. Dra. Marisa Bittar
UFSCar

Profa. Dra. Maria Walburga dos Santos
UFSCar

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento
UFSCar

Prof. Dr. Marcos Antônio Gigante
UNICEP

Profa. Dra. Fabiana de Cássia Rodrigues
UNICAMP

Para Lara, Luca e Maga.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar meus sinceros agradecimentos a todos que estiveram próximos ao longo desse trabalho. Aos amigos pela alegria do convívio.

Agradeço imensamente a minha família. Sem eles não haveria motivos, nem condições. À Lara, Luca e Magali pela cumplicidade e doação. Aos meus pais, Daurea e Lima, os maiores professores e nos quais busco me espelhar. Ao Felipe e Giovana, pelo exemplo dos passos seguros na luta cotidiana.

Marly, Djair, Daurea e Lima, muito obrigado por mudarem suas rotinas e ajudarem sempre que precisei, e não foram poucas vezes.

À minha orientadora Marisa Bittar pela sua paciência e generosidade em partilhar sua experiência de docente e pesquisadora. Agradeço pela tranquilidade, carinho e seriedade com que conduziu as orientações e encaminhamentos. As limitações deste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

Aos membros da Banca de Qualificação, Prof. Dr. Marcos Gigante, pelos valiosos comentários, sugestões e aula sobre comprometimento com o momento de trabalho que é a qualificação, e Prof. Dr. Amarilio Ferreira Junior, seus apontamentos enriqueceram este trabalho, suprimindo muitas lacunas que nele se apresentavam.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

E ao Instituto Federal de São Paulo (IFSP – Araraquara) que me ofereceu as condições necessárias à realização deste trabalho.

*Sonha, e serás livre de espírito,
luta, e serás livre na vida.
(Chê.)*

RESUMO

LIMA, Guilherme Pontieri de. *Eles Ousaram! Projeto História Nova do Brasil: as Reformas de Base começaram pela educação*. 2017. 448f. Tese (Doutorado em Educação) – Linha História, Filosofia e Sociologia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2017.

Em meio à grande efervescência de ideias, manifestações políticas, modelos e proposições de nação em disputa, características do início da década de 1960, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) apoiou um projeto de revisão do ensino de História do Brasil. O projeto: a *História Nova do Brasil*, um conjunto de monografias, realizadas de forma colaborativa entre a Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), órgão vinculado ao MEC, e o Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tendo como principal signatário Nelson Werneck Sodré. Tal revisão do ensino de história, lançada em início de 1964, foi abortada meses depois pela ditadura, que interrompeu a produção, recolheu a obra, perseguiu os intelectuais com ela relacionada e os rotulou genericamente como subversivos. A posse desse material era atestado de subversão para a ditadura. Este presente estudo busca analisar o projeto da *História Nova do Brasil* em sua relação com a chamada realidade brasileira. O desenvolvimento capitalista no Brasil não apresentava um projeto único de nação. Parte-se da hipótese de que a *História Nova do Brasil* radicalizava o projeto nacional e anti-imperialista e, extrapolando, a ideia das “reformas de Base” no campo educacional, vinculava-se ao projeto maior da revolução brasileira. Ao ser propositiva, a *História Nova do Brasil* extrapolava o campo educacional e do ensino de História, especificamente, tornando-se mais que um projeto interrompido, mas um modelo a ser combatido.

Palavras-chave: História Nova do Brasil. Ensino de História. História da Educação Brasileira. Reforma de Base. Revolução Brasileira

ABSTRACT

LIMA, Guilherme Pontieri de. They Dared! Project New History of Brazil: basic reforms started with education 2017. 448f. Thesis (Doctorate in Education) - Line History, Philosophy and Sociology of Education of the Post-Graduation Program in Education of the Federal University of São Carlos, São Carlos - SP, 2017.

In the midst of the great effervescence of ideas, political manifestations, models and propositions of a nation in dispute, characteristic of the early 1960s, the Ministry of Education and Culture (MEC) supported a project to revise the teaching of History of Brazil. The project: the New History of Brazil, a set of monographs, carried out in a collaborative way between the Student Assistance Campaign (CASES), an organ linked to the MEC, and the Department of History of the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). as principal signatory Nelson Werneck Sodré. Such a revision of history teaching, launched in early 1964, was aborted months later by the dictatorship, which interrupted production, collected the work, persecuted the intellectuals associated with it, and labeled them generically as subversives. The possession of this material was attested to by subversion for the dictatorship. This present study seeks to analyze the project of the New History of Brazil in its relation with the so - called Brazilian reality. Capitalist development in Brazil did not present a single project of nation. It starts from the hypothesis that the New History of Brazil radicalized the national and anti-imperialist project and, extrapolating, the idea of the "basic reforms" in the educational field, was linked to the major project of the Brazilian revolution. Being propositive, the New History of Brazil extrapolated the field of education and teaching history, specifically, becoming more than an interrupted project, but a model to be fought.

Keywords: New History of Brazil. Teaching History. History of Brazilian Education. Reform of Base. Brazilian Revolution

FIGURAS

FIGURA 1 JUSCELINO KUBITSCHEK INAUGURA A SEDE DO ISEB.	73
FIGURA 2: FILHOS DE TRABALHADORES MOBILIZADOS PELA "DUPLICAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO"	102
FIGURA 3: BRIGADA MILITAR PROTEGE PALÁCIO PIRATINI	104
FIGURA 4: MANIFESTANTES DIANTE DO PALÁCIO PIRATINI	105
FIGURA 5: CAMPANHA PELO PRESIDENCIALISMO	110
FIGURA 6: POSSE DE GOULART NA PRESIDÊNCIA	110
FIGURA 7: PRESIDENTE JOÃO GOULART, AO LADO DA ESPOSA MARIA TEREZA, DISCURSA NO COMÍCIO REALIZADO NA CENTRAL DO BRASIL, EM 13 DE MARÇO DE 1964.	118
FIGURA 8: "A CONSTITUIÇÃO DEVE SER REVISTA. O POVO COM JANGO COMEÇA A REFORMA"	119
FIGURA 9: CARTAZES E FAIXAS DO COMÍCIO DE 13 DE MARÇO DE 1964.	121
FIGURA 10 JOEL RUFINO DOS SANTOS.....	140
FIGURA 11: MAURÍCIO MEMÓRIA.....	142
FIGURA 12: NELSON WERNECK SODRÉ.	143
FIGURA 13: PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA	144
FIGURA 14: RUBEM CÉSAR FERNANDES.....	146
FIGURA 15: FRANCISCO JOSÉ CALAZANS FALCÓN.....	148
FIGURA 16: OS TRÊS EMPREENDIMENTOS DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL - 1964 - 1965 E 1993	150
FIGURA 17: MONOGRAFIAS DA COLEÇÃO HISTÓRIA NOVA DE 1964.	152
FIGURA 18: VOL. 1 E 2 HISTÓRIA NOVA DO BRASIL – 1965.....	154
FIGURA 19: HISTÓRIA NOVA DO BRASIL 1963 - 1993.....	154
FIGURA 20: ALUNOS ASSISTINDO À 4ª AULA MINISTRADA POR SODRÉ (PROBLEMAS BRASILEIROS)	211
FIGURA 21: PROGRAMA DO CURSO “INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS BRASILEIROS”, PROMOVIDO PELO ISEB EM 1959	212
FIGURA 22: NOTA NA FOLHA DE S. PAULO DE 15 DE ABRIL SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO 53.583 E PROIBIÇÃO DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL.....	246
FIGURA 23: CAPA DA REVISTA DO IHGB VOL. 263.	286
FIGURA 24: JORNAL ÚLTIMA HORA. SODRÉ EXPLICANDO QUE A HISTÓRIA NOVA NÃO SE COLOCAVA CONTRA CAXIAS.	295
FIGURA 25: RELATO DE MAURÍCIO SOBRE A TORTURA E A TENTATIVA DE INCRIMINAÇÃO DE SODRÉ.....	301
FIGURA 26 PRIMEIRA CAPA FOLHA DE SÃO PAULO 06 DE JANEIRO DE 1963. “GOULART À NAÇÃO: “O REFERENDO TEM O SENTIDO DE UM ATO DE FÉ”	333

TABELAS

TABELA 1: "ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PLANO TRIENAL" (ADAPTADO DE MOREIRA, 2014, P. 215).....	113
TABELA 2: ANALFABETISMO NA FAIXA DE 15 ANOS OU MAIS NO BRASIL, 1940 – 1980.	128
TABELA 3: MINISTROS DA EDUCAÇÃO ENTRE 1961 E O GOLPE CIVIL/MILITAR.....	131
TABELA 4: ANO, EDITORAS E OS NOMES DOS PROJETOS NAS TENTATIVAS EDITORIAIS.....	151
TABELA 5 PLANO DA OBRA DE 1964 – (COLEÇÃO HISTÓRIA NOVA – PLANO DA CASES).....	152
TABELA 6: PLANO DA OBRA DE 1965 – (HISTÓRIA NOVA DO BRASIL – PLANO DA BRASILIENSE)	153
TABELA 7 SUMÁRIO DA OBRA DE 1993 – (HISTÓRIA NOVA DO BRASIL – 1963 – 1964 COLEÇÃO MEMÓRIA) ...	155
TABELA 8: COMPARAÇÃO DE TÍTULOS E SITUAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DAS TRÊS TENTATIVAS EDITORIAIS.	156
TABELA 9 TÍTULOS REPUBLICADOS	157
TABELA 10: MATRÍCULAS SEGUNDO OS TRÊS NÍVEIS ESCOLARES – COMPARAÇÃO DÉCADA DE 1950 - 1960...	168

QUADROS

QUADRO 1: DAS FINALIDADES DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL.....	164
QUADRO 2: DETERMINANTES DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL.....	204
QUADRO 3: INTERAÇÕES DE DETERMINANTES (IDEOLÓGICO - POLÍTICO - SUBJETIVO - OBJETIVO)	252

LISTA DE ABREVIATURAS

III IC – Terceira Internacional Comunista.
BH – Boletim de História (Revista ligada à FNFi)
CASES – Campanha de Assistência ao Estudante
CEH – Centro de Estudos de História
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPCs – Centros Populares de Cultura
DEE – Divisão de Educação Extraescolar
FMP – Frente de Mobilização Popular
FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (RJ)
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBESP – Instituto Brasileiro de Estudos de Sociologia e Política
IC – Internacional Comunista
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPES – Instituto de pesquisas e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MCPs – Movimentos de Cultura Popular
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Libertador
PNA – Plano Nacional de Alfabetização
PR – Partido Republicano
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

UDN – União Democrática Nacional

UEEs – Uniões Estaduais Estudantis

UME – União Metropolitana de Estudantes

UNE – União Nacional dos Estudantes

FIGURAS	- 9 -
TABELAS	- 10 -
QUADROS	- 10 -
LISTA DE ABREVIATURAS	- 11 -
INTRODUÇÃO.	16
CAPÍTULO 1: AS PROJEÇÕES DA REALIDADE BRASILEIRA: VÁRIOS PROJETOS DE NAÇÃO E “UMA ESTRATÉGIA” NACIONALISTA	30
1.1. A REVOLUÇÃO BRASILEIRA E AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DE SUAS VERTENTES	31
1.1.1. <i>Modos de Produção Brasileiros: das especificidades, o caminho</i>	40
1.1.2. <i>O Feudalismo Brasileiro de estratégia à estratagem nacionalista</i>	43
1.2. AS INTERNACIONAIS COMUNISTAS E O NACIONAL COMUNISMO: III IC E O PCB	52
1.2.1. <i>Internacionais e o Nacional</i>	53
1.2.2. <i>A Carta de 1958 nova estratégia para a Revolução Brasileira</i>	57
1.3. INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS: VOCAÇÃO E EVOCAÇÃO.....	65
1.3.1. <i>Aproximando-se de JK e definindo a missão ideológica do desenvolvimento</i>	71
1.3.2. <i>Da crise do nacionalismo isebiano à radicalização: que nacionalismo professava? O que precisava.</i> 75	
1.4. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB): O BOM COMBATE E ALGOZ DA HISTÓRIA	78
1.5. UM PONTO DE CHEGADA PARA UM NOVO PONTO DE PARTIDA.....	84
CAPÍTULO 2: O PRÉ-1964: EFERVESCÊNCIA E DISPUTAS POLÍTICAS (PROJETOS DE NAÇÃO)	87
2.1. O QUE HERDA GOULART: ESTADO, ESTRUTURA POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL REPUBLICANO (1930 – 1964) – O MOTOR, A FORMA E A FORMATAÇÃO.....	87
2.2. O CONSUMO E O MERCADO INTERNO COMO NOVOS PROBLEMAS BRASILEIROS.....	94
2.3. JOÃO GOULART E O “GOLPE DA ESQUERDA”	97
2.3.1. <i>A luta pela legalidade como processo político educacional</i>	103
2.3.2. <i>Sexta-feira 13</i>	118
2.3.3. <i>Golpe de esquerda?</i>	121
2.4. A EDUCAÇÃO NO GOVERNO GOULART	125
2.4.1. Formação via educação: entre uma necessidade do capital e uma vontade eleitoral	125
2.4.2. O Ministério da Educação e Cultura de Goulart e o fortalecimento do contraditório.....	130
2.5. A SOMA DAS CONTRADIÇÕES: POLÍTICA, ECONÔMICA E EDUCACIONAL.....	133
CAPÍTULO 3: A CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL	137
3.1. OS COAUTORES: NOTAS BIOGRÁFICAS	139
3.1.1. <i>Joel Rufino dos Santos</i>	140
3.1.2. <i>Maurício Martins de Mello</i>	142
3.1.3. <i>Nelson Werneck Sodré</i>	143
3.1.4. <i>Pedro de Alcântara Figueira</i>	144
3.1.5. <i>Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto</i>	145
3.1.6. <i>Rubem César Fernandes</i>	146
3.1.7. <i>O sétimo passageiro</i>	147
3.1.7.1. Francisco José Calazans Falcón	148
3.2. O PLANO DE CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL: AS TENTATIVAS EDITORIAIS	149
3.2.1. <i>Cartas de Cláudio, notas constitutivas da História Nova do Brasil para a Coleção Memória de 1993</i>	157
3.3. A HISTÓRIA NOVA DO BRASIL: UM PROJETO DO GOVERNO	161
3.3.1. <i>Uma corrente Historiografia?</i>	170

3.4. ANNALES AVANT LA LETTRE?.....	183
3.5. AS ALTERAÇÕES: CONTEÚDO EM PAUTA	192
CAPÍTULO 4: OS ATORES ENVOLVIDOS: VIABILIZAÇÃO E INFLUÊNCIAS	201
4.1. O ISEB: APRENDIZAGEM DO TRABALHO EM EQUIPE, INDISSOCIABILIDADE DO TRABALHO INTELECTUAL E MILITÂNCIA.	204
4.1.1. <i>De vocação analítica à militância</i>	207
4.1.2. <i>Os cursos e opção de classe</i>	209
4.2. FNFI: DEBATES, EMBATES E FORMAÇÃO.	214
4.3. O PCB: APROXIMAÇÕES E NÃO UNIDADE.	224
4.4. MEC PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA À ESQUERDA.	232
4.4.1. <i>A Divisão de Educação Extraescolar (DEE) e a CASES</i>	235
4.4.1.1. Decreto 43.170 – Divisão de Educação Extraescolar	236
4.4.1.2. CASES.....	238
4.4.2. <i>Conselho Federal da Educação, Documenta 8</i>	238
4.4.3. <i>Portaria nº 50</i>	240
4.4.4. <i>Decreto nº 53.583</i>	242
4.4.5. <i>Decreto nº 53.887</i>	245
4.5. REFORMA DE BASE NO CAMPO EDUCACIONAL?	247
CAPÍTULO 5. O PÓS-FATO: A PERSEGUIÇÃO E SUBVERSÃO	249
5.1. O QUE JUSTIFICA A PERSEGUIÇÃO?	258
5.1.1. A imprensa.....	261
5.1.2. Mas a esquerda daria um golpe?.....	266
5.2. UMA VEZ MAIS EM 1965.....	269
5.2.1. <i>A editora brasileira</i>	270
5.3. EXTINTO O PROJETO.....	280
CAPÍTULO 6: O FANTASMA DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL: PERSEGUIÇÃO, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA.....	283
6.1. O PARECER DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO	285
6.2. A IDEIA-FORÇA DA "REVOLUÇÃO BRASILEIRA" TRANSFORMADA EM LUTA PELA DEMOCRACIA.	305
6.2.1. <i>Violência contra a História Nova</i>	308
6.2.2. <i>Ecos da História da História Nova</i>	310
6.2.3. <i>História Nova: Denúncia do Procurador-Geral</i>	313
6.3. BALANÇO TRINTA ANOS DEPOIS: OS DEPOIMENTOS DOS AUTORES EM 1993	315
6.3.1. <i>Joel Rufino Dos Santos</i>	317
6.3.2. <i>Maurício Martins de Mello</i>	322
6.3.3. <i>Nelson Werneck Sodré</i>	323
6.3.4. <i>Pedro de Alcântara Figueira</i>	328
6.3.5. <i>Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto</i>	332
6.3.6. <i>Rubem Cesar Fernandes</i>	338
CONSIDERAÇÕES FINAIS	340
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	351
DOCUMENTOS:.....	361
ANEXOS:	366
ANEXO I – DISCURSO DO PRES. JOÃO GOULART NA SEDE DA REVISTA O CRUZEIRO, A 26-12-62.	366
ANEXO II – 1963: ANO DA EDUCAÇÃO.	370

ANEXO III – [PESSOAL] – CORRESPONDÊNCIA ENVIADA POR CAIO PRADO JÚNIOR À NELSON WERNECK SODRÉ EM DEZEMBRO DE 1942 – TROCA DE INFORMAÇÕES SOBRE ESTUDOS, AGRADECIMENTO POR CRÍTICA E SITUAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.	372
ANEXO IV – CERTIDÃO DE DESPACHOS DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO DA MARINHA SOBRE A HISTÓRIA NOVA DO BRASIL A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	374
ANEXO V – EDITORIAL FOLHA DE SÃO PAULO – [CÂMARA FEDERAL] CRÍTICAS À “HISTÓRIA NOVA DO BRASIL” EDITADA PELO MEC.	380
ANEXO VI – DOCUMENTA 8: “I – METAS EDUCACIONAIS” E “NORMAS REGULADORAS DO PLANO DE APLICAÇÃO DO FUNDO DO ENSINO MÉDIO”	382
ANEXO VII – PORTARIA Nº 50 MEC 04 DE FEVEREIRO DE 1964.	385
<i>ANEXO VII (Transcrição):</i>	386
ANEXO VIII – DECRETO Nº 53.583 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1964.....	387
<i>ANEXO VIII (Transcrição):</i>	388
ANEXO IX – DECRETO Nº 53.887, DE 14 DE ABRIL DE 1964.	390
<i>ANEXO IX (Transcrição):</i>	391
ANEXO X – PARECER SOBRE A HISTÓRIA NOVA ELABORADO PELA COMISSÃO DE HISTÓRIA DO IHGB.....	392
ANEXO XI – CORRESPONDÊNCIAS DO EDITOR CLÁUDIO GIORDANO À NELSON WERNECK SODRÉ.	413
<i>ANEXO XI(a) correspondência de 24 de fevereiro de 1992.</i>	413
<i>ANEXO XI(b) correspondência de 09 de março de 1992.</i>	414
<i>ANEXO XI(c) correspondência de 19 de março de 1992.</i>	415
<i>ANEXO XI(d) correspondência de 27 de março de 1992.</i>	417
<i>ANEXO XI(e) correspondência de 05 de junho de 1992.</i>	418
<i>ANEXO XI(f) correspondência de 04 de agosto de 1992.</i>	419
<i>ANEXO XI(g) correspondência de 01 de março de 1993.</i>	421
<i>ANEXO XI(h) correspondência de 04 de setembro de 1993</i>	426
ANEXO XII – NOTÍCIA DO CURSO “PROBLEMAS BRASILEIROS” OFERECIDO PELO ISEB.	427
ANEXO XIII – A HISTÓRIA NOVA DO BRASIL NÃO É CONTRA CAXIAS.	428
ANEXO XIV – RELATO DE MAURÍCIO MARTINS DE MELLO SOBRE A TORTURA E A TENTATIVA DE INCRIMINAÇÃO DE SODRÉ – PRISÃO REFERENTE A PUBLICAÇÃO DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL – 1965.	429
ANEXO XV – JORNAL <i>CORREIO DA MANHÃ</i> DE 18 DE JULHO DE 1965: “ESCRITORES APONTAM VIOLÊNCIA NO IPM”.	431
ANEXO XVI – <i>CORREIO DA MANHÃ</i> DE 12 DE JUNHO DE 1965.	431
ANEXO XVII – ECOS DA HISTÓRIA DA HISTÓRIA NOVA	433
ANEXO XVIII – LANÇAMENTO DA COLEÇÃO “HISTÓRIA NOVA” NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DA GUANABARA.....	439
ANEXO XIX – TABELA TÉCNICA DO IPM DA HISTÓRIA NOVA DO BRASIL - 25 JUNHO DE 1965	440
ANEXO XX – HISTÓRIA NOVA: DENÚNCIA DO PROCURADOR-GERAL	441
ANEXO XXI – PROGRAMA DO CURSO “INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS BRASILEIROS”	446
ANEXO XXII – NOTA CONJUNTA DOS 3 MINISTROS MILITARES.	447

Introdução.

A História Nova do Brasil foi um projeto de revisão do ensino de História do Brasil lançado em início de 1964. Incorporava o materialismo histórico como ferramenta analítica da história brasileira. A interpretação que dele resultou, marcada pelas especificidades de seu tempo, foi uma história propositiva e estrategicamente voltada aos interesses de um projeto nacional de desenvolvimento brasileiro. O anti-imperialismo, o nacionalismo, a luta de classes, a radicalização da democracia e a participação popular estão entre as marcas dessa interpretação histórica.

Considerada um tipo de História militante, o mecanicismo, o apriorismo e o marxismo vulgar foram associados ao projeto. Este empreendimento foi desenvolvido por meio da parceria entre o ISEB e o MEC, que o institucionalizaram. Outros ainda participaram, não de forma oficial, mas dando o respaldo a toda conformação e formação do projeto.

Para deixar claro de onde emergem os motivos e motivadores da pesquisa, é importante retomar a trajetória acadêmica do autor. Essa trajetória tem início no curso de História na UNESP/Franca, onde tive a oportunidade de desenvolver uma primeira aproximação com o objeto da presente pesquisa e a temática da formação do professor. Minha trajetória sempre esteve ligada às inquietações e à busca por respostas ao estado de coisas do presente. No início, parti de perguntas ingênuas: “Por que existe tamanha desigualdade?”; “O que está por trás do aceitacionismo das injustiças sociais?” - Pergunta que hoje não considero válida, pois a resistência faz parte do contraditório; “Porque muitas vezes o estado de coisas parece ser imutável? Coisa que não é.”; “Qual o papel da formação humana? A quem serve? Como serve?”; “Por que a educação nos chega dessa forma?”.

Particularmente, em alguns momentos, empreendi uma espécie de autoanálise, uma autocrítica. Claro que estes momentos nem sempre foram tranquilos. Na verdade, esses momentos costumam ser bem difíceis e, geralmente, somos muito duros com nós mesmos. Mas, o que importa é que, apesar de duras, tais reflexões estavam presentes naquele momento da minha formação. E, durante estes momentos de reflexão, quando me perguntava o que eu queria com o aprofundamento da pesquisa, ou se havíamos alcançado o objetivo proposto,

sempre me considerava bem distante do que procurava. Diante da ingenuidade de minhas motivações iniciais, transformar a sociedade e mudar o mundo não se mostraram tarefas fáceis.

Mas, por que retomar essa trajetória? Porque foi exatamente destas reflexões que emergiu a pesquisa. São as inquietações particulares, motivadas pela realidade, que nos provocam ao conhecimento. A realidade é provocativa e nos leva à ação. Entretanto, desde logo entendemos que ação não significa mudança ou transformação, pois para permanecer também há esforço político e ideológico.

A pesquisa, muito mais do que conhecimento específico que se pode absorver sobre o objeto, proporcionou o conhecimento geral. Foram muitas as possibilidades abertas pela leitura, pelo diálogo e, principalmente, pelo processo próprio da pesquisa. Nesta trajetória acadêmica, como fruto, colhemos o amadurecimento em vários sentidos.

Na pós-graduação, essa etapa de desenvolvimento que foi iniciada em 2006, foi um momento especial para a maturação de ideias e entendimento do complexo que é o real. Apesar estarmos longe de efetivamente oferecer respostas no sentido de transformar a realidade, consideramos estar mais próximos do que já estivemos no entendimento de seu funcionamento. Isso implica assumir um avanço em relação ao objetivo inicial. Neste nosso percurso, encontramos muito mais vozes caminhando nesse mesmo sentido. São pesquisadores que estão buscando o entendimento de todo esse processo e querendo mais, que estão ousando e usando estrategicamente este momento de formação que a academia oferece.

Desta forma, a escolha pelo objeto específico não se fez, nem se faz, aleatoriamente. No nosso caso, teve a motivação de entender uma experiência educacional contra-hegemônica e, ao mesmo tempo, institucionalizada.

O objeto de pesquisa *História Nova do Brasil* surgiu a partir do mestrado. Durante tal pesquisa, que foi iniciada em 2008, desenvolvemos um trabalho sobre o ensino de História no Brasil¹ enquanto disciplina ensinada institucionalmente. Partimos de seu surgimento com o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1837 e o modelar Colégio Pedro II, chegando até à década de 1990.

No percurso dessa pesquisa, foi raro encontrar referências à História Nova do Brasil. Ela não constava de forma sistematizada nem mesmo na bibliografia específica sobre Ensino de História. Ou seja, uma tentativa de revisão da História ensinada no Brasil não constava nos estudos de História da educação brasileira e, entre os estudos sobre o ensino de História,

¹ LIMA, Guilherme Pontieri de. *O ensino de História do Brasil: da História "natural" à história naturalizada*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2011.

também não encontrávamos referência à História Nova do Brasil. Entre artigos e alguns poucos capítulos de livros a referência mais importante era uma dissertação de mestrado de 1990 de Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, intitulada *A experiência da história nova: uma tentativa de revisão crítica de história do Brasil nos anos 60*, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O texto de Mendonça foi nosso primeiro contato com o tema que durante o mestrado não conseguimos desenvolver. O trabalho de Mendonça (1990) é pioneiro sobre a temática e é nele que todos os demais trabalhos se referenciam.

Finalizado o mestrado, o projeto sobre a *História Nova do Brasil* foi amadurecendo. Alguns textos, além da dissertação de Mendonça (1990), que acreditamos serem base para quem se propõe ao estudo desse tema são:

- MARANHÃO, Ricardo. “História Nova do Brasil”. In Revista *Princípios* – agosto, setembro e outubro de 1994 – nº 34, São Paulo, SP: Editora Anita Ltda, p. 22 – 27, 1994.
- FERREIRA Jr., Amarilio e BITTAR, Marisa. “História Nova e historiografia brasileira no contexto do Regime Militar” In: *Fronteiras: Revista de história*. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS. v. 3 nº. 5. Jan./Jun. 1999, p. 09 – 26.
- GUIMARÃES, L. M. P.; LEONZO, N. “A Reforma de Base no Ensino da História Pátria: o projeto da história Nova do Brasil.” In: *Revista de História* Nº 149 – 2º Semestre de 2003. ISSN 0034-8309. Rev. De Hist./Dep. Hist. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Humanas/FFLCH/USP. 235 – 251, 2003.

Esses textos têm grande importância. Apresentam a temática, iniciam o debate e oferecem pistas para o entendimento mais aprofundado da experiência da História Nova do Brasil. Em todos eles consta a importância dos atores sociais envolvidos, dando maior destaque ao ISEB e qualificando o tipo de materialismo utilizado associado ao maior nome do projeto: Nelson Werneck Sodré.

Saltava à vista o nome de Nelson Werneck Sodré e sentíamos-nos provocados a entender o que havia de diferente naquele momento histórico que gestava intelectuais tão engajados com as lutas de seu tempo e em sentido tão progressista. Nomes como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior, Celso Furtado, Anísio Teixeira, Paulo Freire, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro. Isso apenas para citar os nomes mais populares. Seria esse engajamento fruto de uma formação política? Da militância?

Para nós, por nossa visão de mundo, militância seria algo positivo por suas características combativas e de desnudamento das mistificações que o capitalismo impõe como verdades absolutas. Entretanto, para a historiografia brasileira hegemônica, Nelson Werneck Sodré e a *História Nova do Brasil*, com sua história militante e o materialismo que professavam, foram considerados “vulgares” uma ideia mecânica trazida pela III Internacional Comunista.

Essas críticas, em grande medida, também são responsáveis pela escolha do objeto *História Nova do Brasil*.   importante que se diga de imediato que os textos que se propuseram   análise da *História Nova do Brasil* não invalidam o projeto ou sua importância. Na verdade, eles têm uma grande importância na medida em que apontavam as limita es deste projeto de ensino. Em nossa tese, estabeleceremos diálogos com essas interpreta es. Não temos a pretensão de combater ou negar, queremos partir do contraditório para a compreensão da realidade.

Atualmente, se historiografia começa a analisar a experiência educacional *História Nova do Brasil*, muito se deve   redescoberta de Nelson Werneck Sodré feita por alguns estudiosos que têm valorizado seu nome na academia. Dentre eles, Paulo Ribeiro da Cunha e Jose Paulo Neto. Embora não discutam especificamente a *História Nova do Brasil*, eles a tangenciam, na medida em que tratam de Nelson Werneck Sodré e de suas contribui es. Portanto, a obra destes autores permitem o acúmulo de determinantes ao objeto específico.

- COSTA PINTO, João Alberto da. “Nelson Werneck Sodré e o projeto da história nova do Brasil”. In: SILVA, Marcos (Org.) (2001) *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. -- Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP. (Cole o História), 2001
- CUNHA, P. R. da. *Um olha   Esquerda: a utopia tenentista na constru o do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP. 2002.
- COSTA PINTO, João Alberto da. “A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil (1963 – 1965)” In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo. (Orgs.) *Nelson Werneck Sodré Entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: Editora UNESP. 2006.
- MENDONÇA. “Werneck Sodré, História Nova: contribui o pioneira ao ensino de história no Brasil” In: CABRAL, F.; CUNHA, P. (Orgs.) *Nelson Werneck Sodré Entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: Editora UNESP. 2006.

Estes outros textos, além de reforçar a importância e as discussões anteriores, passaram a apresentar novos determinantes e interpretações para a análise da História Nova do Brasil. Cunha (2002), que não desenvolve um estudo sobre o tema, mas sim sobre a obra de Sodré, apresenta uma indicação de que a experiência, gestada no ISEB, não pode ser caracterizada como ligada à III Internacional Comunista. Para nós, esse trabalho ofereceu pistas sobre esse caminho. Costa Pinto (2001; 2006) apresenta a hipótese de que a História Nova do Brasil teria suas raízes a partir da FNF_i (faculdade de onde saíram todos os coautores, exceto Sodré).

Portanto, estudos que tratem especificamente da História Nova do Brasil ainda são poucos e, embora o número de trabalhos esteja crescendo, acabam ficando limitados à condição de artigos. No campo da educação, esses estudos são ainda mais reduzidos. Encontramos duas dissertações².

Sobre o assunto, ainda temos duas grandes contribuições: a edição comemorativa de 1993 e um livro de Sodré de 1986, a produção que se destaca com maior peso,

- SANTOS, Joel Rufino dos. *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. São Paulo: edições Loyola; Editora Giordano, Coleção Memória nº 18. 1993.

Este trabalho traz, trinta anos depois, a contribuição dos depoimentos dados em 1993 por todos os coautores envolvidos no projeto.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da História Nova*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes Ltda. 1986.

Fora do campo educacional, o livro é uma compilação de textos que foram escritos sem distanciamento do fenômeno e que, por isso, carregam uma especificidade distinta. Os textos compilados nesse livro foram publicados pela *Revista Civilização Brasileira*, todos escritos no ano de 1965, no calor do momento das perseguições. Demos prioridade às pistas deixadas pelo próprio autor nesta obra, uma vez que como especificidade, mais que tratar do tema e mais que propriamente um trabalho acadêmico, é uma fonte histórica privilegiada. Por seu caráter de denúncia e por ter sido utilizada para manter acesa a versão dos fatos pelos “óculos” de um integrante da História Nova do Brasil, esta obra traz a marca do não distanciamento do fenômeno e traz riqueza de detalhes, citações e muitas outras fontes primárias e secundárias.

² Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Ciências Humanas da UFSCar em 1990: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. *A experiência da História Nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de História no Brasil nos anos 60*. São Carlos, UFSCar, 1990. 69 p. e CLEMENTE, Vanessa. *História Nova do Brasil (1963 – 1965): Uma nação “imaginada”*. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO, 2013.

Para nossa tese, também foram de grande importância os materiais produzidos pela perseguição à História Nova do Brasil a partir da ditadura de 1964. Editoriais de jornais, pareceres, inquéritos e outros documentos foram analisados a partir das pistas oferecidas por Sodré.

Alguns acontecimentos recentes somaram na perspectiva de valorização de nosso objeto. Está ocorrendo um processo de ampliação considerável das fontes disponíveis. Em 2012, Olga Sodré (filha de Nelson Werneck Sodré) firmou um acordo com a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro disponibilizando de forma digital e livre todo o acervo de seu pai, que já havia sido doado pelo próprio autor em 1995. Tornaram-se disponíveis para o acesso rápido e permanente o que já se encontrava fisicamente na Biblioteca Nacional: obras bibliográficas completas, fotos, cartas, artigos, programas de cursos, recortes de jornais e revistas, documentos pessoais, trabalhos, etc. Há também a perspectiva, já sinalizada por Olga Sodré, de tornar toda a obra do pai de domínio público, alocada na plataforma do governo. Em 2011, ano em que o autor completaria cem anos, eclodiram nacionalmente várias manifestações comemorativas e homenagens que também somam ao levantamento de informações sobre o autor. Digno de nota, ainda, são a abertura dos arquivos referentes à ditadura civil-militar que a cada dia são enriquecidos com informações de toda sorte, como processos e arquivos pessoais. O enriquecimento do acervo ligado à ditadura militar foi alavancado pela difusão e massificação da necessidade de manter viva a memória brasileira no bojo da Comissão da Verdade, que ao publicizar também conscientiza sobre a importância da memória.

Tivemos acesso, a partir destes arquivos e outros, a muitos documentos que foram utilizados para melhor apreensão do objeto. Dessa forma, além da produção bibliográfica sobre a temática, os documentos produzidos serão de extrema relevância.

A tese parte do pressuposto que esta experiência educacional obedecia aos condicionantes históricos e ideológicos próprios de seu contexto histórico e marcava a posição contra-hegemônica, podendo ser caracterizada como uma historiografia de esquerda naquele momento.

Tomamos por ideologia uma “visão de mundo”³ determinada pelo vínculo com a posição social de classe. Sem conotação pejorativa, para nós faz parte da orientação filosófica, política e econômica que irá balizar as ações do sujeito ou grupo ou classe. Ideologia, nesse

³ Emprestado de LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista*. 10ª Ed. São Paulo, Cortez, 1995.

sentido, é mutável, é histórica e diz respeito também a uma tomada de posição, consciente ou inconsciente.

Esquerda é um conceito utilizado por nós de forma genérica e ampla, significando as várias formas e forças políticas e ideológicas, que a partir da crítica ao capitalismo e à desigualdade dele proveniente, buscam aproximar-se das lutas por transformações sociais.

Acreditamos que a análise das monografias, dos debates e das críticas sobre o tema possam reforçar os pressupostos, entretanto é nossa intenção ir além dele. Essa pesquisa, inscrita na História da Educação Brasileira, tem como objetivos:

- Entender as contradições que possibilitaram que o Estado empreendesse a obra História Nova do Brasil. O fato do MEC ter acompanhado a iniciativa dos intelectuais envolvidos com o projeto da História Nova do Brasil torna o objeto de nossa pesquisa interessante do ponto de vista político, pela oportunidade de analisar e compreendermos o que possibilitava ao Estado brasileiro, naquele contexto, estar mais permeável às lutas e pressões populares.
- É um dos objetivos analisar as mudanças para o ensino de História levado a cabo no projeto da História Nova do Brasil, bem como o contexto educacional anterior aos desdobramentos dessa experiência, localizando o final da década de 1950 início de 1960 a partir de uma revisão da historiografia disponível, além de consulta e levantamento de fontes primárias do/sobre o período e tema.
- A pesquisa buscará analisar e revisitar os acontecimentos, a proposta e os determinantes históricos, em uma perspectiva de superação, verificando a possibilidade de um projeto educacional, que respondia aos interesses de grupos sociais que disputavam em momento de grande efervescência política e ideológica.
- A pesquisa objetiva aprofundar os estudos existentes em um caminho de continuidade, entendendo a importância do já produzido.

Trabalhamos com a hipótese central de que a História Nova do Brasil apresentava um projeto para a revolução brasileira. Estrategicamente concebida para atuação, via desmistificação da história tradicional, no fortalecimento do processo da revolução brasileira em curso. Nossa hipótese é que a História Nova do Brasil, enquadrada como parte da reforma

de base⁴ no campo educacional e aproveitando-se do clima e das possibilidades abertas pelo contexto histórico e pelas discussões em ebulição sobre o processo de radicalização político e do posicionamento governamental, se colocava enquanto parte no processo da “revolução brasileira”. Nesse sentido, ela foi a instrumentalização de um projeto nacionalista. Outras hipóteses também se apresentam como importantes:

- A História Nova do Brasil apresenta avanços historiográficos que só serão incorporados nas décadas de 1980 e 1990 para o ensino de história do Brasil nos livros didáticos.
- Apresenta formação política pelo método.
- É uma experiência contra-hegemônica institucionalizada que engrossa o coro dessas experiências acompanhando o próprio Plano Nacional de Alfabetização.
- Pode ser considerada parte das Reformas de base no campo educacional.
- Defendemos a hipótese de que a História Nova do Brasil foge do mecanicismo marxista. Embora possa apresentar erros nesse sentido, ela busca as especificidades brasileiras dentro das possibilidades que lhes eram oferecidas pelo tempo histórico. Há uma postura revolucionária e o foco está na desmistificação das verdades da historiografia tradicional.

Ao longo da tese, outras hipóteses que gravitam ao redor destas serão apresentadas e discutidas.

No início da década de 1960, Nelson Werneck Sodré e um grupo de jovens colaboradores incorporados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) se propuseram à releitura da História do Brasil. O projeto História Nova do Brasil delineou o preparo de dez títulos⁵ em forma de livretos (monografias), que nunca foram publicados em sua totalidade. Foram três tentativas editoriais distintas: uma primeira em 1964, quando lançaram cinco títulos⁶ publicados pelo MEC em parceria com o ISEB. A segunda tentativa,

⁴ As Reformas de Base foram políticas de ordem estrutural que seriam desenvolvidas pelo governo de João Goulart. Dentre outras coisas pregava a reforma agrária, reforma tributária, educacional e eleitoral (estenderia o direito de voto aos analfabetos). Assumia um caráter nacionalista na economia brasileira exercendo controle sobre setores básicos, assim como controle do capital internacional. Para aprofundamento ver: CORBISIER, Roland. “Lógica e Cronologia das Reformas”. In MUNTEAL, Oswaldo, VENTAPANE, Jaqueline, FREIXO, Adriano de (orgs.) *O Brasil de João Goulart: Um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

⁵ Nos planos do projeto constavam os títulos: *O Descobrimento do Brasil; A Sociedade do Açúcar; As Invasões Holandesas; A Decadência do Regime Colonial; A independência de 1822; Da Independência à República; O Sentido da Abolição; O advento da República e O significado do Florianismo*.

⁶ São eles: *O descobrimento do Brasil; As invasões holandesas; A expansão territorial; A independência de 1822 e Da Independência à república*.

em 1965, teve sete livretos publicados em dois volumes, sendo quatro deles inéditos⁷ (em um empreendimento particular com a editora Brasiliense). E a terceira tentativa ocorreu trinta anos depois da primeira como forma de memória, que priorizou os depoimentos dos autores envolvidos e publicou somente uma monografia preservando a editoração da Brasiliense.

Para os coautores, dois aspectos eram fundamentais: a presença do povo e o entendimento da história enquanto ferramenta. Essa interpretação histórica foi largamente perseguida. As críticas, de forma genérica, relacionavam-se ao chavão *subversivo*. Sobre essas críticas, Sodré (1986, p. 147, grifos do autor) asseverava: “A campanha contra a *História Nova* não se funda em divergências científicas, sempre naturais, válidas, justas e fecundas. Funda-se em infâmias, em imposturas, uma publicidade dirigida e paga”.

O processo de transformação estrutural na sociedade brasileira havia dado um duro golpe nas elites oligárquicas, tanto econômica quanto politicamente, ao deslocar a economia de uma base estritamente agrária e dependente da exportação para um projeto econômico baseado na industrialização e urbanização do país. Este processo de acomodação às novas formas produtivas colocou dois grandes blocos em disputa: a velha oligarquia de um lado, e os “novos” capitalistas urbano-industriais de outro. As transformações eram tomadas como processo da revolução brasileira, e provocavam, também, o surgimento de novos atores sociais: os trabalhadores urbanos, o povo.

Neste momento de efervescência política, instituições, partidos e organizações políticas participaram ativamente do debate pelo desenvolvimento nacional. Esse é o momento das Reformas de Base implementadas no governo de João Goulart (1961 – 1964). A temática das reformas durante esse governo gerou tensão nos antagônicos setores sociais brasileiros. Por um lado, havia cobrança e insatisfação pela demora e pelo não cumprimento das promessas realizadas. Por outro lado, os setores conservadores ligados ao capital internacional identificavam a presença do perigo comunista.

O conturbado governo de João Goulart também afetava as questões ligadas à educação. O Ministério da Educação (MEC) ficou caracterizado neste período pela falta de clareza de sua política, tendo seis diferentes ministros durante o mesmo governo. Foi durante a breve gestão do ministro Paulo de Tarso Santos, entre 18 de junho e 21 de outubro de 1963, que nasceu a História Nova (MENDONÇA, 2006, p. 332).

Não é coincidência que foi no Brasil deste período que surge o *Centro Popular de Cultura* (CPC) e o *Plano Nacional de Alfabetização* (PNA). Segundo Paulo Freire (1967), o

⁷ Os inéditos: *A sociedade do Açúcar*; *O sentido da Abolição*; *o Advento da república* e *O Significado do Florianismo*.

momento histórico possibilitava optar por uma sociedade que se mantivesse parcialmente independente, ou uma sociedade que se “descolonizasse” cada vez mais. A sociedade brasileira estava vivendo um momento de transição, uma nova dinâmica da sociedade. A urbanização, a industrialização e as disputas políticas entre diferentes facções da elite trouxeram para a população uma nova conjuntura que propiciava novas relações, novas demandas, novas possibilidades e que também alteraram as consciências.

Sob este ângulo, a História Nova do Brasil, antes de ser um tipo de História brasileira ensinada, foi, para os setores conservadores daquele período, um ato político, um (mal) exemplo político. Talvez fosse uma das frentes da reforma de base aplicada à educação, especificamente no ensino de História do Brasil. Assim, mais que os conteúdos veiculados, o exemplo de qualquer tentativa de mudança e transformação social é que deveria ser sufocado.

Hegemonicamente, neste período, o ensino de história estava norteado pelo arcabouço teórico-metodológico do positivismo. A periodização obedecia aos marcos políticos enfatizando a história oficial. Os grandes interlocutores eram a elite e o Estado. Levando em consideração que a disciplina história é uma das formas de se manter viva a memória da humanidade, os conteúdos privilegiados por uma proposta pedagógica determinam as memórias que devem ser lembradas e aquelas que devem ser esquecidas. Ou seja, a seleção dos conteúdos faz parte de projetos definidos para a sociedade. O positivismo e a história que se fazia, apresentava seu projeto de uma sociedade eurocêntrica, amalgamada à história dos grandes líderes brasileiros.

O controle da disciplina História, matéria crítica por natureza, é objeto de desejo e de preocupação notável nos diversos momentos históricos de nossa realidade política brasileira. Seja por imposição, coação, omissão dos fatos e criação de “verdades”, ou pelo esvaziamento e naturalização das relações arbitrárias, o ensino de História apresenta especificidades contraditórias. O ensino de História tem uma natureza contestadora dos poderes instituídos, o que faz seus conteúdos serem temidos e seu controle uma maneira privilegiada de legitimação do poder. Portanto, o ensino de História tem importância estratégica.

A História Nova do Brasil não se furtou ao debate e pretendeu, a partir da renovação do ensino de história, iniciar o processo da reforma de base na educação. Pretendiam ampliar “as perspectivas da História e proporcionando, mais do que conhecimentos, um método capaz de, ainda no nível médio, mostrar aos jovens as verdadeiras razões históricas dos acontecimentos, atraindo-os para uma ciência apta a enriquecer-lhes os espíritos.” (SODRÉ, 1986, p. 121). Para Costa Pinto (2001, p. 55), estava nos propósitos da História Nova do Brasil uma construção interpretativa da História que fosse popular, “original e libertária para

os destinos do povo brasileiro”. Para Ruy (1994, p. 22), ela pretendia produzir “um relato da história do Brasil que ajudasse na luta pela libertação de nosso povo”. Para Cunha (2002, p. 79), ela foi a “instrumentalização militante do ensino e de uma nova concepção de história”.

N visão reacionária, o projeto da História Nova do Brasil era um exemplo concreto das intenções com as Reforma de Base, era “subversivo” e apontava a intenção dos comunistas em criar a desordem. Tudo isso respaldado por um governo instável, que na figura do MEC tornou viável essa reforma educacional. Do ponto de vista reacionário, o governo poderia empreender outras reformas de mesmo tipo. Dessa forma, a História Nova do Brasil deveria ser destruída.

Buscaremos entender as questões que envolvem a História Nova do Brasil a partir de uma análise histórica, através de sua historicidade. Entendemos que o método mais apropriado para o entendimento da dinâmica do capitalismo continua sendo o marxismo. Apesar das grandes transformações que ocorreram desde as formulações de Marx, e apesar de existirem aqueles que professam a morte do marxismo, o fato é que ainda permanecemos no Capitalismo. Apesar das transformações geradas pelo movimento contínuo, contraditório e dialético, a sociedade moderna continua assentada sobre a exploração do trabalho e uma minoria continua se apropriando da riqueza socialmente produzida.

Mais do que anunciar nossa metodologia, entendemos que ela deve ficar impressa no modo como abordamos nosso objeto e a temática geral. Paralelamente, entendemos que o que define de fato quais referenciais deverão ser utilizados é o próprio objeto da pesquisa, na medida em que exige explicação. Então, nesta pesquisa não nos furtaremos de utilizar quaisquer metodologias necessárias ao entendimento do objeto. Não nos parece menos metodológico a utilização de uma boa descrição positivista como ferramenta, ou a utilização analítica centrada no objeto a partir da *história nova* como ponto de partida. Não se trata de anarquia metodológica ou de ecletismo metodológico, muito ao contrário, trata-se de respeito ao objeto, trata-se do entendimento das possibilidades da pesquisa e de outros métodos *como ferramenta*.

A tese será subdividida em seis capítulos. A intenção do capítulo 1 é apresentar a Realidade Brasileira em seu contorno mais genérico a partir das temáticas: a “Revolução Brasileira”, o PCB, ISEB e o IHGB. A “Revolução Brasileira” tem a função de apontar como as análises sobre as transformações na realidade local fomentaram um ambiente ideológico cultural que denotava a “necessidade” do desenvolvimento brasileiro. Nas interpretações e análises, encontramos caminhos sugeridos explicita e implicitamente para o desenvolvimento brasileiro. Na historiografia brasileira alguns destes caminhos já são considerados superados,

outros foram mal interpretados e outros não chegaram a ser implementados. Para isso vamos utilizar basicamente Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior.

A história do PCB , terá a função de possibilitar os caminhos indicados pela esquerda na luta pela superação dos problemas brasileiros, sobretudo por sua capacidade de evidenciar os debates relacionados às mudanças de orientação ideológica na luta de classes no Brasil.

Com a História do ISEB buscaremos o entendimento da ferramenta institucional e a formulação da ideia do nacionalismo-desenvolvimentismo em torno da qual uniram-se as esquerdas brasileiras. O primeiro capítulo tem caráter mais “livre”, sua função é a de libertar os objetos secundários para um entendimento mais rico dos determinantes em uma afirmação de que ele em tudo se relaciona com nosso objeto específico.

Neste mesmo caminho, o capítulo 2 pode ser encarado como uma descrição do período histórico. Será um guia também no sentido geral dos acontecimentos em torno da *História Nova do Brasil*. Ele demonstra toda a riqueza de determinantes. Tentamos no capítulo 2 atingir o contexto do pré-golpe de 1964. Como se pudéssemos limpar um vidro embaçado de uma janela para vermos um pouco melhor o que está além dele. Não será nossa intenção esgotar a riqueza do período, entretanto manter realmente uma função de guia para melhor entendimento de nosso específico História Nova do Brasil. Neste capítulo, os eventos terão prioridade, talvez a descrição apareça com mais relevância que a interpretação deles. Isso porque entendemos a necessidade do conhecimento dessa história: o pano de fundo do objeto. Aqui, assim como no capítulo 1, os acontecimentos da História do Brasil geral fomentam o maior entendimento do particular.

No Capítulo 3, trabalharemos a constituição da *História Nova do Brasil*. Conheceremos os autores que empreenderam o projeto, quais eram seus planos editoriais e o que era a História Nova do Brasil. O que foi, do ponto de vista do declarado, do institucionalizado e o que pretendia. No capítulo 3 também embasaremos nossa hipótese de que a História Nova do Brasil apresenta em 1964 avanços que só serão sentidos nos materiais didáticos a partir da década de 1980 e 1990. Assim como, em uma análise por dentro dos materiais analisar algumas alterações na leitura da história do Brasil.

No capítulo 4 retomaremos alguns pontos discutidos nos capítulos 1 e 2, analisaremos os “atores sociais” em sua relação direta com a produção da História Nova do Brasil. Neste capítulo apresentamos as correlações existentes entre as instituições e os indivíduos, o contexto geral, apresentados nos capítulos I e II, e o particular estarão entrelaçados para entendermos o que foi o projeto. Daremos embasamento à hipótese de uma experiência

contra-hegemônica institucionalizada, assim como de ser uma reforma de base no campo educacional.

Nos capítulos 5 e 6, trataremos da experiência da História Nova do Brasil a partir da perseguição que sofreu. Neles estará a análise das justificativas dadas para a perseguição. No capítulo 5 faremos a análise do que possibilitou, em 1965 que a experiência fosse novamente tentada. E o que ocupa o lugar da História Nova do Brasil após sua extinção.

O capítulo 6, aparece por uma necessidade analítica. Nele, buscamos o entendimento dos processos em que se envolveram a História Nova do Brasil e seus autores em uma análise mais pontual. Invertemos, neste capítulo, a relação que estabelecemos para os capítulos 1 e 2. Neste capítulo, analisaremos fragmentos relacionados à História Nova do Brasil; documentos e textos serão descritos. Esse específico permite um mergulho em questões particulares que não se explicam por si só, mas na soma podem suprir algumas lacunas. A ideia é se debruçar sobre cada ponto especificamente, numa espécie de análise e descrição do pontual, dos documentos, relatos, etc. Neste capítulo consta a análise do parecer do IHGB e o balanço feito pelos coautores em 1993, trinta anos depois de terem vivido a experiência da história Nova do Brasil e em uma década cruel para o marxismo.

Afirmamos que, do ponto de vista metodológico nenhum dos capítulos pode ser entendido sem a totalidade da tese. São partes do todo. Cada um deles revive, retoma e complexifica os determinantes do que foi a História Nova do Brasil.

Ainda cumpre fazermos uma explicação rápida sobre o nome para essa experiência educacional que utilizaremos até o fim da tese: *História Nova do Brasil*. O projeto da História Nova do Brasil teve dois nomes distintos. Em sua primeira edição, feita com a parceria MEC/ISEB, não consta “do Brasil” no título. A coleção de monografias era identificada simplesmente como “*Coleção História Nova*”. Em 1965, em uma segunda tentativa editorial, foi incorporado “*do Brasil*” ao título da coleção, passando assim a figurar como “*Historia Nova do Brasil*”. Dessa forma, ao estudarmos o tema, é muito comum a utilização das duas formas irrestritamente.

Nossa opção é utilizar “*Historia Nova do Brasil*”, pois resolve para nós, duas questões. A primeira ligada à especificidade das monografias: História Brasileira. Dessa forma, já no título fica demarcada uma das especificidades do projeto, fica claro que trata-se de uma revisão do ensino de história do Brasil. A segunda questão é que este termo busca corrigir pequenos enganos possíveis quando o estudo é anunciado aos menos familiarizados com a temática. Embora a História Nova do Brasil esteja aparecendo e crescendo enquanto objeto de estudos, principalmente após a retomada de Nelson Werneck Sodré, ela concorre

com o termo semelhante e muito conhecido da historiografia: a Nova História.⁸ Ainda que pareça pequena a preocupação, não é raro acontecer essa confusão em um primeiro momento.⁹ Assim, para mitigar enganos, adotamos a proposta de nome utilizada a partir da segunda tentativa editorial.

O tema História Nova do Brasil suscita períodos e interpretações polêmicas, não só nos seus aspectos políticos, mas também nos ideológicos. Diversos assuntos são abordados aqui de modo periférico e talvez pudessem ser melhor desenvolvidos. Por exemplo, as inter-relações da atuação intelectual nas continuidades e rupturas na política, ou os diversos outros grupos que formularam projetos para a nação. Infelizmente, não tivemos fôlego para um debate com o nacional-desenvolvimentismo, que tem sido revisitado, assim como não o tivemos para a análise das ramificações de um nacional-populismo, que provocativamente Daniel Pécaut (1990) anuncia como próprio da intelectualidade brasileira do pré-golpe de 1964. São vários novos pontos de partida e chegada. Entretanto, a despeito dos limites, a tese pretende oferecer uma contribuição ao estudo do tema no que se refere à história do projeto, à luta pela transformação historiográfica e à preocupação com a formação da juventude. Juventude esta que traduzia a vontade política de um grupo da esquerda brasileira dos fins da década de 1950 e início da década de 1960.

Todo o trabalho está recheado de notas de rodapé que buscam apresentar o caminho para os interessados no aprofundamento em questões levantadas pela pesquisa, além de referências para ampliar ou dar continuidade aos temas abordados.

As referências indicadas nas notas não obedecem à qualquer restrição teórico metodológica. Acreditamos que o que definirá esse procedimento será a necessidade explicativa do objeto.

⁸Correspondem à terceira geração da Escola dos Annales. Sobre isso ver: BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Tradução de Ana Rabbaça. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.; FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3ª ed., Lisboa: Ed. Presença, 1989.; BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. 2ª ed., São Paulo: Editora UNESP, 1992.

⁹ Por várias vezes, em conversas informais, quando anunciava que estudaria a História Nova, a associação feita era com a Nova História dos Annales. "Você vai estudar os Annales?" Geralmente, para impedir o possível erro, eu mesmo criava um novo: já anunciava que estudaria a "História Nova de Nelson Werneck Sodré". O que também, hoje, depois de algum tempo de estudos, consideramos erro. Embora Sodré seja o coração do projeto, não o fez sozinho e nem o trabalho é considerado cópia em carbono de suas obras.

CAPÍTULO 1: As projeções da Realidade Brasileira: vários projetos de nação e “uma estratégia” nacionalista

Para conseguirmos compreender o que foi a História Nova do Brasil em suas várias determinantes, é importante entendermos as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro. Com este propósito, tentaremos esclarecer uma ideia-força presente no contexto da produção da História Nova do Brasil que se formou muito antes dela, qual seja, o de uma Revolução Brasileira. Essa ideia-força não era única nem fechada, mas correspondia a interesses definidos pela necessidade de desenvolvimento brasileiro.

Como uma vanguarda da revolução, pontuaremos o PCB, que além de ser um dos responsáveis pela disseminação do marxismo no Brasil, aparece nos estudos sobre a História Nova do Brasil de forma sempre paralela, mas como se houvesse sido ele mesmo o mentor teórico desse projeto. Nesse sentido, mais que o PCB, a III internacional Comunista é majoritariamente lembrada como responsável pelo marxismo que a História Nova do Brasil professava.

Para além da ligação lógica com nosso objeto, trataremos também do ISEB. Essa instituição teve presença incontestável no campo ideológico brasileiro. Tentaremos traçar, a partir de sua história, os embates e debates que a colocaram na luta pelas Reformas de Base e que fizeram da chamada Revolução Brasileira, mais que uma ideia-força, uma perspectiva.

A partir do ISEB, tentaremos ampliar os determinantes e especificidade da História Nova do Brasil, que é também uma das especificidades do período histórico brasileiro: o projeto nacional-desenvolvimentista que permeava toda a sociedade. Por fim, trataremos da IHGB, que foi o representante da historiografia tradicional positivista contra qual a História Nova do Brasil travou grande luta. Dessa forma, um assunto já bastante debatido emerge novamente: o tema da evolução Histórica do Brasil e os estudos da chamada realidade brasileira.

1.1. A Revolução Brasileira e as implicações políticas de suas vertentes

Poderíamos encontrar elementos desta temática desde o século XIX, entretanto, é a partir da década de 1930 que ela desponta buscando os predicados constitutivos do brasileiro e do Brasil. No século XX, ela ganha status de objeto de pesquisa com ferramentas próprias, sendo criadas correntes interpretativas distintas a partir de autores como Gilberto Freire, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, etc. Nossa pretensão é bem mais modesta do que fazer um estudo do pensamento social, portanto, não iremos mapear como estes autores trataram do tema. Sem a pretensão de irmos além das necessidades desta pesquisa, buscaremos os subsídios e os pontos que nos auxiliam no entendimento das grandes transformações que foram chamadas de Revolução Brasileira e que está inserida neste espectro maior da realidade brasileira como um todo.

O que nos importa é recolocar algumas questões emblemáticas da disputa teórica e política que apontavam contradições da sociedade brasileira a serem superadas. O que *nos interessa é rascunhar quais caminhos para superação dos problemas brasileiros eram oferecidos por algumas dessas interpretações*. Para isso, usaremos principalmente a obra de Nelson Werneck Sodr e e Caio Prado Junior, na medida em que este estabeleceu alguns debates polarizados com Sodr e. Outros autores serão utilizados como balizadores e para aparar arestas em nossa interpreta o.

  de Marx a ideia de que o presente   o motivador das perguntas que fazemos ao passado. Nesse sentido, toda pesquisa ou toda questão histórica tem como ponto de partida uma questão sociológica, na medida em que ela   organizada para responder às preocupa es do presente. Somada a esta preocupa o, ainda há os “ culos” de uma subjetividade ímpar: a do sujeito pesquisador, que   dotado de historicidade. A subjetividade do pesquisador não está desconectada de suas raízes históricas. Pelo contrário, estão presentes nele sua cultura, sua tradi o, o “lugar” de onde fala, sua posi o de classe, etc.

Dessa forma, compreendemos que toda leitura histórica parte de uma necessidade de resposta do e para o presente, e que esta leitura   realizada por um sujeito ativo com sua subjetividade, mas, ainda assim, datada e que deve ser historicizada.

Afirmar que todas as leituras históricas são datadas e que sua compreensão deve levar em consideração o contexto do qual emergem, não significa dizer que elas carecem de verdade, assim como também não significa cair no aceitaçãoismo. Uma leitura histórica datada pressupõe entender que as relações e verdades históricas estão sempre condicionadas às possibilidades de cada tempo e momento. Este não entendimento histórico pode gerar problemas de compreensão como os anacronismos.

Assim, tendo como uma das funções da História a organização do passado a partir de questões formuladas no presente e, dessa forma, temos a constante reescrita da História. O tempo presente com o que ele apresenta de conhecimento disponível e acumulado, dialeticamente em constante transformação, proporciona que as revisitações sejam constantes, contribuindo para a soma das verdades históricas. Esse movimento pode proporcionar um conhecimento histórico mais complexo ou “mais verdadeiro” por ser mais completo.¹⁰

Com esses pontos, dentre as balizas do trabalho, neste capítulo buscaremos rascunhar quais os entraves para a realização da modernização brasileira que mantinham o Brasil no subdesenvolvimento e impediam a realização formal de sua “revolução”.

A escolha de Nelson Werneck Sodré é óbvia. Ele é o expoente, o nome de peso no projeto da História Nova do Brasil, o representante do Departamento de História do ISEB. Entender seu ponto de vista sobre a realidade brasileira e seu processo revolucionário estabelece um parâmetro para entendermos quais foram as concepções históricas sobre a realidade brasileira que estavam presentes na História Nova do Brasil. Caio Prado Junior tem importância para esta pesquisa por ter sido uma matriz de crítica aos programas comunistas que se disseminaram após o golpe de 1964. A partir de Caio Prado Junior, e especificamente do livro *Revolução brasileira* de 1966, as visões e estratégias do Partido Comunista Brasileiro serão alvo de duras críticas. As ideias da Revolução Brasileira etapista e mecânica ganharão muita força. Entretanto, entendemos que, em que pesem as discordâncias, estes dois autores “caminharam juntos” na construção do pensamento histórico marxista e empreenderam suas análises sobre o Brasil buscando sempre o processo de superação da miséria capitalista. Dessa forma, não trataremos em termos de oposição o que não o é.

Tanto Sodré, quanto Prado Junior, estão situados à esquerda nas interpretações sobre o Brasil. Vale reforçar que o termo *esquerda* será utilizado por nós de forma genérica e ampla, significando as várias formas e forças políticas e ideológicas que, a partir da crítica ao capitalismo e à desigualdade dele proveniente, buscaram aproximar-se das lutas por

¹⁰ A ideia de verdades históricas em constante processo de acumulação está presente em Adam Schaf. Ver “História e Verdade”.

transformações sociais. Nesse sentido, não se trata de uma definição de esquerda como movimento anticapitalista, necessariamente.

Investigar a realidade brasileira e por consequência os caminhos para a superação dos problemas brasileiros propostos por estes autores oferecerá subsídios para a defesa de uma de nossas hipóteses. Uma delas é que a partir da Reforma de Base no campo educacional, a História Nova do Brasil foi também uma tentativa de tomar parte no processo da Revolução brasileira. As interpretações destes dois autores formam o que chamaremos de *postura revolucionária* encontradas nos realizadores da História Nova do Brasil.

Mas, afinal, o que era a Revolução Brasileira?

A Revolução brasileira foi tema de muitos e excelentes trabalhos, passando por Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Jacob Gorender, dentre outros. A Revolução brasileira é entendida por nós de forma ampla, concebendo as transformações e modernizações da sociedade em comparação ao retrógrado colonial. O termo *revolução* carrega em si, na especificidade brasileira anterior ao golpe de 1964, a ambiguidade de ser reforma e possibilidade de transformação profunda ao mesmo tempo.

Por um lado, a Revolução Brasileira foi processo de transformação, colocando o Brasil nos rumos modernos do capitalismo (mesmo que dependente e periférico), tratando-se, grosso modo, das transformações dentro dos limites capitalistas da sociedade. Por outro lado, a Revolução Brasileira, ao sair de uma economia de comércio voltada para o exterior e transformando-se em economia industrializada, carregava consigo a possibilidade de disputa por autonomia política e possibilidade de encaminhamento da sociedade para o comunismo. A Revolução Brasileira carrega a contradição de poder se manter dentro dos limites do capitalismo e, ao mesmo tempo, conter os germes de sua superação. Essa ambiguidade será

“encerrada” pelas análises da Revolução Burguesa¹¹ após o fato do golpe, que não deixou dúvidas quanto ao caráter da revolução levada a cabo no Brasil pela via autoritária. De toda forma, utilizaremos propositalmente o termo *Revolução Brasileira* carregando, assim, a dúvida que permeava o processo histórico ora em tela e que será desfeito pós-1964 (a rigor, depois de 1968 com o AI 5).

Para Nelson Werneck Sodré, segundo consta em seu livro *Introdução à Revolução Brasileira*,

Como Revolução brasileira, entendemos o processo de transformação que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e de estar incompleta a revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico. (SODRÉ, 1967, p. 09)

Iniciando a década de 1960, a revolução estaria em curso. Para Sodré o tema da Revolução Brasileira era recorrente, não só analisava, mas era propositivo nas formas como entendia a necessidade de efetivar a revolução e apontava caminhos. A revolução burguesa incompleta a que se refere, do ponto de vista teórico, não se fundaria simplesmente em uma forma anacrônica de aplicar os esquemas teóricos da Europa moderna. Para o autor, completar

¹¹ Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil* (1976) irá esclarecer que o termo *burguesa*, para nossa experiência brasileira aparecerá não como uma conexão histórica da “revolução nacional e democrática”, mas caracterizando a dupla determinação entre dependência e subdesenvolvimento. No Brasil, o ideal de uma Revolução Brasileira, a ambiguidade que ela poderia carregar pelas possibilidades abertas ao momento histórico, encerram-se. Analisando o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo brasileiro que desembocaria no Golpe de 1964, portanto tendo a vantagem do tempo histórico já transcorrido, segundo Florestan Fernandes (1976, p. 220), “um capítulo na história econômica do Brasil se encerrou; e, com ele, foi arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa. Outro capítulo se abriu, pelo qual o passado se repete no presente: mais uma vez, o privilegiamento do agente econômico, social e político principal serve de base a toda uma nova evolução. Só que, agora, aceita a ideia e a prática da *revolução de cima pra baixo* (que é como se ‘legitima’ a *revolução institucional*), o sentido da dominação burguesa se desmascara, deixando a nu sua natureza incoercivelmente autoritária, ‘contra quem’ ela se faz a sua incapacidade de realizar os alvos históricos com que se identificara durante todo o período republicano.” (FERNANDES, 1976, p. 220) Octávio Ianni (1986, p. 21) também irá abordar o processo da Revolução Brasileira como um processo da revolução burguesa. Tendo o tempo histórico transcorrido, irá analisar, desde a independência política em 1822, como parte do processo da revolução burguesa brasileira feita “pelo alto” e com conotação autoritária. “[...] desde o começo, a despeito das pressões de setores populares e mesmo de liberais de classe média e burgueses, o poder estatal organizou-se e reorganizou-se de cima para baixo. Em diversas ocasiões de crise, em face das pressões populares, os grupos e as classes dominantes caminham para repressão e o golpe, ou a conciliação e a reforma. Às vezes, mudam alguma coisa para que o essencial não se transforme. [...], mas essa modalidade de ‘via prussiana’ (Lênin, Lukács) ou de ‘revolução-restauração’ (Gramsci) encontrou seu ponto mais alto no atual regime militar, que criou as condições políticas para a implantação em nosso país de uma modalidade dependente (e conciliada com o latifúndio) de capitalismo monopolista e Estado, radicalizando ao extremo, a velha tendência a excluir, tanto dos frutos do progresso quanto das decisões políticas, as grandes massas da população nacional.”

a revolução burguesa¹² seria completar as transformações histórico-sociais que implementariam uma sociedade de classes no Brasil em oposição ao arcaico, em oposição ao colonial. Estaria assim preocupado com as especificidades brasileiras.

Com relação à burguesia, em seu livro *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*¹³ de 1959, defendeu ostensivamente o nacionalismo como prática política e buscou explicar a relação e entendimento da necessidade da burguesia nacional.¹⁴

O Nacionalismo surge da necessidade de compor um novo quadro conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador mínimo comum, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o Nacionalismo como expressão oportuna de uma política (SODRÉ, 1959, p. 36).¹⁵

¹² A Revolução Burguesa era a revolução a ser superada. Entretanto não havia a força pejorativa que desenvolveu nas reflexões e análises posteriores ao golpe de 1964. Ainda era considerada por frentes de interpretação marxista como necessária, como parte de um processo de desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. Fazem parte das teses da III internacional Comunista. Cf. Caio Prado Junior *A Revolução Brasileira*. Especificamente sobre a III internacional ver: CARONE (2000) "As origens da III Internacional Comunista" In: *Revista de Estudos de Sociologia*; e ANTUNES (1995) "Os comunistas no Brasil: As repercussões do VI congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)" In: *Cadernos AEL*.

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ISEB, 1959. (Coleção Textos de Formação Histórica do Brasil nº 3).

¹⁴ Burguesia nacional é tema muito controverso na historiografia marxista. Caio Prado Junior em *A Revolução Brasileira* oferece um contraponto, buscando negar a existência da "chamada burguesia nacional". "Em suma, embora a burguesia brasileira, ou antes alguns de seus representantes possam, individualmente, entrar em conflito com a poderosa concorrência de empreendimentos estrangeiros, e esse conflito se traduza, eventualmente, em ressentimentos contra o capital estrangeiro, não se verificam, na situação brasileira, circunstâncias capazes de darem a tais conflitos um conteúdo de oposição radical e bem caracterizada, e muito menos de natureza política. A "burguesia nacional", essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil..." (PRADO JUNIOR, 1966, p. 188) Octávio Ianni, (1986, p. 23) em seu livro *Classe e Nação*, apresenta a contradição deste grupo burguês ligado aos interesses de cada sociedade nacional, defendendo que não há como "explicar a história deste ou daquele país [...] sem a presença dessa burguesia. Ela é uma realidade histórica. Em boa medida, a fisionomia da nação tem muito a ver com a fisionomia desta classe. Entretanto, a burguesia nacional aparece também como ficção. Ela se cria ligada aos negócios do capitalismo, em escala mundial. E desenvolve-se nesse âmbito. Tem sempre muito a ver com o capital estrangeiro, do qual pode ser um apêndice, sócio ou testa-de-ferro; um reflexo com cor local." (IANNI, 1986, p. 23 – 24) Ianni entende que essa fisionomia da burguesia nacional muda conforme os negócios que ela empreende nas diversas escalas (internacional e nacional) ou mesmo conforme os tipos de economia que possam existir, não existindo uma única fórmula para o entendimento dessa burguesia. Entretanto, assumiremos o entendimento do período histórico em tela, o pré-1964, que conflui também para o entendimento assumido estrategicamente por Nelson Werneck Sodré, sem polemizarmos o assunto: Burguesia nacional seria um setor da burguesia brasileira, não uma classe social distinta da burguesia, mas que por seus interesses econômicos *poderia* apresentar comportamento político particular defendendo interesses nacionais frente aos imperialistas. Analisando o debate pós-1964 e tendo muita tinta e tempo transcorrido, muito da negação da existência de uma burguesia nacional teve como mote, em grande medida, os acontecimentos históricos envolvendo esse grupo em toda a América latina (pelo menos), durante a década de 1960 e 1970. No bojo da Guerra Fria, a América Latina presenciou um grande desencadeamento de golpes com a participação das "burguesias nacionais". A via da revolução burguesa autoritária não sustentava a ideia de uma burguesia nacional das décadas anteriores.

¹⁵ Essa ideia será reafirmada em "Introdução à Revolução Brasileira".

Para Sodré, o crescimento brasileiro verificado nas décadas anteriores foi capaz de ampliar as forças produtivas, criando parque industrial, desenvolvimento urbano e participação política. Caberia à burguesia nacional, que é parte da tomada de consciência desse desenvolvimento capitalista brasileiro, “realizar-se como classe” (Ibid., p. 38 – 39) e praticar um plano político para o desenvolvimento independente das forças imperialistas. O papel, internamente, seria o combate ao latifúndio e aos resquícios semifeudais. A burguesia nacional era vista como estratégica no combate ao imperialismo norte-americano. Forçava-se o apelo nacionalista aos setores da sociedade brasileira que pudessem fazer frente, do ponto de vista econômico, a este imperialismo.

O problema residia em forçar a vinculação de qualquer burguesia aos interesses do povo ou, na realidade, colocar à prova sua lealdade ao povo. Nesse sentido, não existe burguesia nacional que resista aos processos políticos e econômicos de democratização. Nesse momento estarão desfeitos os acordos políticos entre as classes. Para a burguesia, a defesa de um capital nacional não é o mesmo que horizontalizar o capital nacional e, neste momento, o lucro deixa de ter nação, a burguesia deixa de ter um adjetivo nacional e o povo deixa de ser aliado.¹⁶ Tal perspectiva, de associação à burguesia, faz sentido a partir do nacionalismo.

O nacionalismo para nós é uma chave explicativa desse momento histórico e para o entendimento do nosso objeto. A pretensão do nacionalismo neste período, era a efetivação da nação brasileira através da criação de um Estado que pudesse agir como ferramenta de ação para o coletivo. Pretendia-se a superação dos modelos aristocráticos e dos desmandos políticos e a implementação de uma sociedade democrática do ponto de vista econômico e político. O processo estaria em andamento, apesar de lento e processual. Segundo as teorizações sobre a Revolução Brasileira, o período entre 1945 – 1964 era um período formalmente liberal, proporcionando “avanços” tidos como positivos à realização nacional. Historicamente associada ao próprio capitalismo, a nação surge como o compartilhamento de uma língua, uma história e ideias comuns que fizessem a defesa dos interesses locais frente às demais nações. A nação, que surge com a formação dos Estados modernos, tinha como missão uma sociedade que pudesse compartilhar interesses comuns, um destino comum, e que pudesse transformar o Estado em um instrumento de ação coletiva.

¹⁶ Fazendo um exercício reflexivo, para essa situação específica, uma formação política consistente possa oferecer as bases para que burguesia nacional pudesse fazer uma escolha ideológica por determinada classe. Talvez, uma formação ideológica pudesse auxiliar. Por que não a História Nova do Brasil?

O nacionalismo não tinha ou não conseguiria eliminar os conflitos internos do Brasil, pois mantinham-se os conflitos de classe.

É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha em consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta o nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra (SODRÉ, 1967, p.181).

Estrategicamente, sugeria um grande pacto entre as classes, comungando interesses de autonomia política e econômica frente às outras nações.

O Nacionalismo Brasileiro “aparece, pois, num cenário histórico em que é a saída para a situação real difícil, cujos sintomas ocorrem na existência cotidiana.” (SODRÉ, 1967, p. 181)

Por que Nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o País. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica à que os países europeus realizaram, no alvorecer da Idade Moderna, com a derrota dos remanescentes feudais e o avanço da capitalização. O que, para eles, eram as relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. De seu conteúdo libertador provem o teor apaixonado de que se reveste e que leva os seus opositores a considerá-lo mais como paixão do que como política. Conviria acentuar, no caso, que não existe paixão pelo abstrato, e que o Nacionalismo traduz uma verdade – a verdade do quadro histórico, e a verdade é sempre concreta. (SODRÉ, 1967, p. 180).

Sodré fazia a leitura histórica estrategicamente desenvolvida para colocar oposições de fácil visualização: novo *versus* o velho. O velho era tudo o que tinha o Brasil de retrógrado: resquícios feudais, resquícios coloniais (na política, na economia, na cultura), ausência de mercado interno, carente da participação popular. O novo era a indústria nacional, o mercado interno, a participação do povo na política etc. O nacionalismo “corresponde ao que nos impulsiona para a frente e rompe com o que nos entrava e entorpece” (Ibid., p. 183)

Para Marly de Almeida Gomes Vianna (2004), Sodré tinha uma visão nacional-libertadora da Revolução Brasileira, expressando forte entusiasmo pelo desenvolvimentismo.

Segundo Michael Löwy¹⁷ (1992), nem mesmo Marx escapou desse otimismo com relação ao desenvolvimento das forças produtivas e o que poderia gerar para a sociedade em forma de progresso. Esse otimismo, a “ideologia do progresso”, gerou muitas vezes interpretações marxistas pautadas no evolucionismo linear dos modos de produção, uma visão etapista.

Os marxistas (e o próprio Marx) nem sempre escaparam à ideologia de progresso típica dos séculos XVIII e XIX, particularmente de sua visão otimista de desenvolvimento das forças produtivas [...] Enquanto cientistas sociais, os marxistas muitas vezes reproduziram o modelo positivista baseado na projeção, arbitrária, no campo da história e da sociedade, do paradigma epistemológico das ciências naturais, com suas leis, seus determinismos, suas “previsões” puramente objetivas e seu evolucionismo linear. (LÖWY, 1992, s/n apud VIANNA, 2004, p. 64)

É sempre bom lembrar que a “visão etapista” do desenvolvimento social, com suas etapas obrigatórias, é geralmente atribuída à posição oficial do PCB, mas estava disseminada em amplo setor progressista da sociedade brasileira e internacional.

Uma revolução social não se faz sem uma base de sustentação. É necessário que a participação social aglutinada por interesses comuns estabeleça uma crítica severa, comumente associada ao “antigo”, que faça emergir uma nova ideologia¹⁸ ou cultura política para poder configurar uma reconstrução social. O arcaico estava posto e se mantinha através das novas relações imperialistas e “neocoloniais”. Essa era a crítica que formaria a base de sustentação. Esse era o entrave ao desenvolvimento da burguesia nacional e à realização da revolução burguesa no Brasil, assim como era o entrave para a realização ou autorrealização do povo. O nacionalismo permitiria essa ligação. Uma estratégia e capacidade de ação para esse processo revolucionário.

A Revolução brasileira colocada como processo não era nada nova, já aparecia, conforme analisa José Carlos Reis (2007), no livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Holanda (apud REIS, 2007) entendia que essa revolução era lenta, uma transição. José Carlos Reis, analisa que Sérgio Buarque de Holanda buscava oferecer aos brasileiros a consciência dessa revolução em curso. Uma “lenta revolução” que “transita de uma sociedade rural, regida por privilégios, familiar, natural, para uma sociedade urbana, mais abstrata e

¹⁷ LÖWY, Michael, “Crisis Del marxismo o marxismo crítico?”, em *Tesis 11 Internacinoal*. Nº 4, abril-maio de 1992, Buenos Aires.

¹⁸ É muito comum o termo consciência para designar uma nova percepção da realidade, entretanto, o termo nos remete muito ao inato ou a um processo espontâneo. Como se o sujeito sem consciência fosse algo vazio e que despertasse. Para nós, a tomada de consciência pode ser diretiva também, nesse sentido ao invés de tomar consciência, o sujeito sofreria um processo de desalienação, faria uma opção política por determinada classe, teria uma concepção ideológica de mundo...

regrada” (REIS, 2007, p. 135). Para Sérgio Buarque de Holanda, o centro dessa revolução seriam as cidades.

Esse sentido, do urbano se colocando como vanguarda do movimento revolucionário, permanecerá nas análises sobre a Revolução Brasileira ao longo do tempo. São vários os momentos que poderiam demonstrar o processo contínuo desse processo revolucionário no Brasil. Entre as principais datas, podemos citar os anos de 1808, 1822, 1850, 1870, 1888, 1889, 1930 (Ibid. p. 136). Segundo Reis, a ideia de revolução de Buarque de Holanda era a da luta por princípios liberais e democráticos. Para Holanda, “sem ódios e ressentimentos, a revolução não deverá ser feita contra as classes superiores, mas deverá incluí-las”. (Ibid., p. 140)

O momento vivido por Nelson Werneck Sodré era, como fora na década de 1930 para Buarque de Holanda, o do desenvolvimento da Revolução Brasileira, de sua continuidade. Sodré acreditava ter responsabilidade nesse processo. Sua responsabilidade seria agudizar, acelerar, tendo como fundamento mínimo a ampliação democrática e uma solução nacionalista para os problemas de exploração econômica.¹⁹ (SODRÉ, 1967, p. 09).

As alterações vividas estruturalmente na vida econômica do Brasil estavam provocando releituras sobre o Brasil, nas quais a Revolução Brasileira aparece. As explicações para o Brasil, as interpretações de suas raízes formativas, apresentavam também a especificidade brasileira. Elas buscavam a todo custo, no esforço intelectual de entender o Brasil, essa particularidade. Essa especificidade seria a chave que proporcionaria a ação concreta no todo social brasileiro e que, naquele momento, provocaria as transformações estruturais necessárias, segundo as organizações e intelectuais de esquerda. Não é à toa que o tema da Revolução Brasileira foi tão debatido.²⁰ A Revolução Brasileira tornou-se um projeto.

¹⁹ Assim como Nelson Werneck Sodré acredita ter uma responsabilidade, Sérgio Buarque de Holanda em *raízes do Brasil*, ao analisar a realidade brasileira, também conferia ao historiador uma função. “Para ele, o historiador deve ter a sensibilidade das inquietações presentes, buscar conhecer a suas raízes, para libertar o presente do passado que o inquieta e bloqueia. O historiador oferecerá o conhecimento dos obstáculos que impedem a renovação. Para isso, ele deverá descer ao real, ao vivido, à sua historicidade singular, às suas mudanças singulares, para compreendê-las em uma relação de conhecimento estreita, íntima. A história não é permanente, pois não submetida a leis. Ela é um conjunto de durações diferenciadas: o historiador realiza a descrição da mudança das sociedades humanas, pronuncia o humano no tempo, o que foi e o que não é mais. A identidade histórica não é constituída pelo congelamento do passado, por uma homogeneidade artificial. A identidade histórica é constituída em cada presente, em uma relação de recepção e recusa do passado e de abertura e fechamento ao futuro.” (REIS, 2007, p. 141) Essa responsabilidade atribuída ao historiador e a função da História projetada por Buarque de Holanda, por nós pinçada da obra de Reis, tem a função simples de apontar algumas renovações historiográficas já estavam presentes nas décadas de 1930. Nesse sentido, nosso objeto, a História Nova do Brasil, está em sintonia com um desenvolvimento processual das análises históricas.

²⁰ Tema que provocou, inclusive, por parte dos setores conservadores da sociedade, a cooptação do termo “Revolução”. Revolução foi utilizado como nomenclatura para o 1º de abril.

Mas, como realizar este projeto? A primeira forma de realizá-lo seria entendendo a realidade brasileira em sua especificidade. Dessa forma, neste momento faremos uma incursão sobre as questões teóricas e históricas que buscaram entender a formação brasileira. Especificamente trataremos do ponto do Modo de Produção Brasileiro.

1.1.1. Modos de Produção Brasileiros: das especificidades, o caminho

Qual é a importância do entendimento do modo de produção brasileira para o conhecimento da realidade brasileira? O que importa conhecermos sobre as raízes formativas do capitalismo no Brasil?

Para nossa pesquisa, tais são importantes, pois balizam a ação das esquerdas no Brasil. A História Nova do Brasil, a partir de uma concepção do capitalismo brasileiro, traçou seus objetivos e ações. Não obstante, havia no contexto pré-golpe um ambiente propício às mudanças sociais. As discussões sobre os modos de produção brasileiros faziam referência às particularidades brasileiras e estas implicavam em ações determinadas para avançar, transformar ou superar problemas.

Nos livros *Formação Histórica do Brasil*, de 1962, e *História da Burguesia Brasileira*, de 1964, Nelson Werneck Sodré buscou compreender, a partir do aporte marxista, a História do Brasil. Esses dois trabalhos são considerados fundamentais na obra do autor. Em *Forma o Histórica do Brasil*, ele expôs suas teses sobre os modos de produ o existentes no Brasil. Em 1980, quase vinte anos depois, Sodré mant m seu posicionamento no texto “modos de produ o no Brasil”²¹, que compõe o livro *Modos de produ o e realidade brasileira* organizado por José Roberto do Amaral Lapa. Neste texto, o autor afirma não ter a pretensão de apresentar teses definitivas, muito pelo contrário, sua intenc o   deixar suas ideias abertas ao debate acadêmico,

Compare o com a minha modesta contribui o a esta cole o de ensaios sobre tema tão controverso na intenc o de resumir teses que apresentei em meu livro *forma o Histórica do Brasil*, [...] de minha parte, e depois de anos a fio de pesquisa, confesso que não encontrei nada ainda, sem nenhuma pretensão vai isto aqui dito, motivo que me fizesse rever aquelas teses, que cedo espousei. (SODRÉ, 1980, p.133)

²¹ Esse mesmo texto aparece novamente publicado como capítulo intitulado “Modos de produ o” em livro de Nelson Werneck Sodré: *Capitalismo e Revolu o Burguesa no Brasil* tendo sua 2  edi o em 1997.

Para Nelson Werneck Sodré (1980), três premissas são centrais para o entendimento da particularidade brasileira: desenvolvimento desigual, a contemporaneidade do não-coetâneo e a transplantação.

O desenvolvimento desigual deve sempre ser levado em consideração quando se está discutindo as questões históricas, consistindo no fato de que

O Brasil surge para a história, começa a sua existência histórica, com o chamado “descobrimento”, quando, no ocidente europeu, o feudalismo declinava, com a Revolução Comercial e as grandes navegações oceânicas e definição do mercado mundial. Há, evidentemente, distancia histórica enorme entre áreas dominadas pelo feudalismo e áreas dominadas pela comunidade primitiva, este sendo o nosso caso. (SODRÉ, 1980, p. 134)

A ressalva que o autor apresenta é o perigo, a partir do desenvolvimento desigual, da utilização de paradigmas de realidades diversas para explicar os fenômenos brasileiros de forma automática. Uma de suas manifestações é a utilização de conceitos produzidos em outros momentos históricos para caracterizar e até mesmo explicar os fenômenos brasileiros.

Então, para Nelson Werneck Sodré, o Brasil “surge” depois, tornando impossível utilizar paradigmas de outros lugares aplicados aqui de forma mecânica. “De maneira alguma, porém, é possível utilizar paradigmas retirados de realidade diversa. Nota-se: paradigmas e não métodos.” (SODRÉ, 1980, p.134).

O segundo ponto que precisaria de cuidado, e se configura também como particularidade brasileira, é a “existência e vigência, no Brasil, de etapas diferentes da História, no mesmo tempo. Melhor dito: a existência de áreas territoriais brasileiras que vivem etapas diferentes.” (SODRÉ, 1980, p. 135). A existência de etapas históricas em diferentes regiões, a distinção entre o interior do Brasil e o centro econômico se estabelece como particularidade brasileira e parte do desenvolvimento desigual.

O terceiro aspecto é a transplantação. A sociedade brasileira é uma sociedade transplantada, e a condição de origem exerce aqui muita influência. No Brasil, não houve a passagem de um modo de produção primitivo para o escravista, por exemplo. A sociedade primitiva continuou e continua enquanto o modelo escravista foi implantado. Deste modo, “os alicerces da sociedade brasileira, pois, foram importados, transplantados.” (SODRÉ, 1980, p.136). Aqui coexistiram modos de produção primitivo e escravista, sendo outra particularidade brasileira.

Estas particularidades podem ser anuladas quando as análises são feitas somente levando em consideração os fenômenos em sua universalidade. Quando a análise sobre o Brasil é feita focando somente o universal, a leitura histórica passa a ser de um país conquistado pelo processo de acumulação primitiva. Nesse sentido, o Brasil se explicaria pela corrida mercantilista dos países europeus. Ocupando a posição periférica enquanto colabora com o desenvolvimento do capitalismo mundial, a sociedade que aqui se forma seria o efeito colateral da realidade universal.

Entretanto, essa análise não permite compreender as especificidades da sociedade brasileira. Pode até oferecer uma marca, um ponto de vista, e auxiliar a estabelecer, inclusive, esta marca como outra particularidade, mas essa análise, levando em consideração somente o universal, por si só, não explica a sociedade brasileira. A relação do Brasil com universal é óbvia e, na explicação da realidade brasileira, este aspecto é mais uma particularidade.

Buscando as especificidades brasileiras, o autor aponta que no Brasil existiram vários modos de produção, sendo a marca do período colonial o modo de produção escravista. No Brasil, desenvolveu-se um sistema de produção colonial que se expressava através do escravismo com sua economia voltada para o mercado externo. Para Sodré (1980, p.139), tal foi a atenção voltada ao mercado externo, que “a colonização, em seu início, assentou na particularidade de inexistência de mercado interno”.

No livro *Formação Histórica do Brasil*²², primeira edição de 1962, questiona como pode ter havido escravismo (segundo o modelo esquemático stalinista, um modo de produção evolutivamente inferior ao feudalismo) em uma etapa de desenvolvimento em que ocorria a transição do feudalismo para o modo de produção capitalista. A explicação dessa questão reside no caráter da produção. A escravidão só foi possível graças à sua integração ao sistema colonial.

O que faz com que os modos de produção sejam transformados, o que faz desaparecerem para que surjam outros em seus lugares, é, geralmente, sua baixa produtividade. Quando um modo de produção deixa de produzir o necessário para sua existência e reprodução, ele entra em crise dando lugar a um novo modelo. Entretanto, essa relação não foi tão determinante no Brasil. O caráter da produção brasileira integrada ao sistema colonial explicaria o escravismo. A colônia acontecia em área complementar, a terra não onerava, o produto tinha preço e não havia concorrência pelo exclusivismo colonial. Esses são os fatores que para Nelson Werneck Sodré tornaram possível o ressurgimento do

²² A primeira edição é de 1962. A edição utilizada para consulta foi a 5ª edição de 1968.

escravismo como relação de produção. Esse reaparecimento seria fruto de um ajuste diante da necessidade histórica. (SODRÉ, 1968 p. 75 – 77). Escravismo e capitalismo não seriam excludentes por si só.

O modo de produção escravista é característica marcante do nosso passado colonial. Nelson Werneck Sodré assume essa característica e aponta outras. A mais polêmica delas: *o feudalismo*.

1.1.2. O Feudalismo Brasileiro de estratégia à estratagem nacionalista

Para nós, a tese do feudalismo brasileiro é um ponto importante, pois foi, e ainda é utilizada como ponto de ruptura entre os pensadores da esquerda marxista no Brasil. As teses sobre o feudalismo no Brasil resumem uma querela importante entre os intelectuais marxistas e orientaram cisões e caminhos distintos para a Revolução Brasileira. Nelson Werneck Sodré é um dos responsáveis por essa interpretação do feudalismo brasileiro no Brasil, mas não pode ser responsabilizado sozinho. O PCB, e toda a conjuntura internacional, tornavam viável essa análise.

A crítica mais contundente à existência do feudalismo no Brasil apontava para a visão esquemática trazida pelo partido comunista, que segundo os críticos faria uma aplicação de leis históricas externas para a análise brasileira que não conseguiam dar conta da realidade. Entretanto, essa crítica do esquematismo talvez não devesse ser endereçada a Nelson Werneck Sodré, pois seu entendimento, como vimos, não é esquemático e prima pelas particularidades brasileiras, do não coetâneo, do desenvolvimento desigual, da crítica às transplantações. Sodré defende o uso do *método*, mas não dos paradigmas. Sua defesa do feudalismo no Brasil é de um feudalismo *à brasileira*, que aponta e considera as especificidades das relações de trabalho no Brasil.

Para Maranhão (1994), a análise do feudalismo brasileiro feita por Sodré deve ser criticada, entretanto, não se pode responsabilizá-lo sozinho pela criação desse mito. Essa foi uma diretiva dos documentos políticos da III Internacional e sua luta antifeudal genericamente exportada para todo mundo na década de 1930. Sodré, não criou, mas segundo Maranhão, teria ajudado no aprofundamento desse mito.

O máximo que posso fazer é dizer, com a maior fraqueza e espírito de companheirismo, que realmente Werneck Sodré, no seu processo de elaboração historiográfica, pela generosidade de suas posições políticas, também criou mitos. Foram os chamados tiros dados em direção errada. Um deles ele nem criou, mas apenas aprofundou um mito que havia sido formulado de maneira vaga e genérica, na década de 1930, sobre o feudalismo brasileiro, que outro marxista, como Caio Prado Júnior, nunca aceitou. Mas, enfim, os documentos políticos da III Internacional, que colocavam a existência do feudalismo e da necessidade da luta antifeudal, falavam na existência de feudalismo no Brasil. E Nelson Werneck Sodré foi buscar esse feudalismo, e fez uma análise que hoje em dia se considera realmente incorreta. Ele mesmo, hoje em dia, creio que nem mais insiste tanto nesse assunto, quer dizer, na ideia de um feudalismo no Brasil. É um mito que ele apenas aprofundou, não é que ele o criou. (MARANHÃO, 1994, p. 24 – 25.)

Entendemos que nesta análise, Maranhão (1994) se equivoca quando diz que Sodré poderia, de alguma forma, negar ou “não insistir” na relação feudal no Brasil. Na verdade, Sodré manteve até o fim de sua vida a mesma posição em relação à sua análise histórica da existência de uma forma feudal no Brasil.

Sodré defendeu até o final de sua vida que o escravismo não foi o único modo de produção brasileiro e não se fixou em todo o território de forma homogênea. No Brasil, a partir da segunda metade do século XVIII, a área escravista mineradora passa por uma crise gerada pelo declínio da produção de ouro, que causou uma mudança fundamental na economia, na política e na sociedade. As relações escravistas passam a se dar de outra forma, que defendeu como sendo feudais. A tese que usa é de uma “regressão feudal”.

Defendeu o argumento de que do monopólio da terra, instaurou-se junto às oligarquias controladoras do poder político, principalmente nas regiões de refluxo econômico da atividade escravista, um feudalismo *regressivo*, sendo esse somente superado (parcialmente) com a implementação de um processo revolucionamento burguês com a revolução de 1930. (COSTA PINTO, 2001, p. 56. Grifos do autor)

A passagem para o feudalismo aqui no Brasil seria uma regressão e não avanço levando em consideração a riqueza produzida.

Em nosso livro *Formação Histórica do Brasil*, levantamos a tese da “regressão feudal”, isto é, a passagem de relações de produção escravistas a feudais, normalmente um avanço, coincide com o declínio econômico e todas as suas consequências. (SODRÉ, 1980, p. 142)

Suas teses teriam sido injustamente acusadas de esquemáticas. Para o autor, não poderiam ser esquemáticas teses que desobedecem à leitura do modelo clássico, do paradigma clássico. Esquemático seria entender o processo como evolutivo, propondo que fosse melhor etapa no modo de produção. Em sua análise, o feudalismo no Brasil teria sido uma regressão. Nesse sentido, ele aponta que estavam envolvidos muito mais que questões conceituais e científicas nas querelas e acusações de sua leitura do modo de produção feudal no Brasil. Para o autor, suas teses deveriam ser debatidas e poderiam até ser falsas, mas não desqualificadas como mecânicas e esquemáticas.

Em condições normais, isto é, aquelas próximas do modelo teórico – que só tem validade conceitual, como sabe qualquer aprendiz de marxismo – o feudalismo representa avanço em relação ao escravismo, e por isso vem depois, no tempo. Claro que o desenvolvimento não é apenas desigual, ele foge, também, à linearidade, isto é não obedece a processos constantes e ascensionais obrigatoriamente. (SODRÉ, 1980, p. 141)

Sob o prisma do marxismo-stalinista, o feudalismo seria uma etapa superior em relação ao escravismo, o que não ocorre no Brasil. Sodré demonstra conhecimento do método e aplicou a dialética para o entendimento da particularidade brasileira

A controvérsia sobre os modos de produção vigentes no Brasil colonial está ainda em debate, mesmo que a visão de Sodré tenha sido “vencida” pela versão mais acadêmica, representada pelas vertentes desencadeadas a partir da crítica de Caio Prado Júnior ao PCB e, posteriormente, com Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso²³ e outros. As implicações destas discussões sobre o passado brasileiro ainda estão em pauta e não estão fechadas.

Bresser-Pereira (2007, p. ix)²⁴, por exemplo, irá apontar que a teoria da dependência (uma das vertentes teóricas que irá negar o feudalismo no Brasil, assim como a existência de uma burguesia nacional), “que marcou todo o pensamento da esquerda a partir de meados dos

²³ Fernando Henrique Cardoso aproveitando a ideia de coesão de classes que Caio Prado Junior assinalava, “em *dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito em parceria com Enzo Faletto” irá substituir as teses do PCB (da necessidade das reformas estruturais e, inclusive, de uma revolução democrático-burguesa) pela tese do “desenvolvimento dependente e associado, vale dizer, um desenvolvimento capitalista possível em países atrasados da América Latina, que se dava com a associação das burguesias locais e capital internacional, e mediante a modificação das formas de dependência que predominavam no período colonial.” (MANTEGA, 1995, p. 116) Utilizando uma abordagem materialista, “Cardoso conclui que há possibilidade de uma industrialização moderna no Brasil, baseado num mercado urbano restringido, mas suficientemente importante em termos de renda, prosseguindo na exclusão social, mas viabilizando a acumulação e transformação de estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente.” (Ibid., p. 117)

²⁴ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “[prefácio] Uma sociedade Nacional-dependente”. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 1. De Varnhagen a FHC*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. (primeira edição de 1999)

anos 1960, ao radicalizar a tese da impossibilidade de uma burguesia nacional, inviabilizava também a possibilidade de uma nação no Brasil”. Enquanto a teoria da existência de um feudalismo regressivo no Brasil pressupunha a realização nacional como necessária ao desenvolvimento, apontando a existência de uma burguesia nacional e apontando o imperialismo como um inimigo a ser contido, as teses desenvolvidas a partir da negação destes pressupostos se associaram ao imperialismo. “A teoria da dependência associada nega a própria existência do imperialismo, ou a subestima, e concentra sua crítica nas distorções que essa dependência provoca, principalmente o aumento da desigualdade e o autoritarismo” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. x).

É importante que lembremos que essa teoria vem de uma base marxista. O que estamos tentando visualizar são as implicações políticas que podem derivar das concepções teóricas/ideológicas que se seguem²⁵ e o quanto os debates sobre o tema não estão fechados. Aliás, na atualidade, Nelson Werneck Sodré tem sido retomado com muita força na academia, local que, durante muito tempo, combateu e transformou em caricatura suas ideias.

As teses do feudalismo brasileiro podem ter sido superdimensionadas, do ponto de vista de um programa de a o para a Revolu o Brasileira. As leituras históricas do passado colonial brasileiro, segundo essa vertente, propunham a supera o de problemas brasileiros, buscando radicalizar o desenvolvimento capitalista e apoiando-se na burguesia nacional como grupo capaz de fazer frente ao imperialismo²⁶. O que para Caio Prado Júnior estaria equivocado. O PCB, principal condutor dessa linha, errava ao seguir modelos pré-definidos para a análise do caso brasileiro. Daí a crítica de que estas teorias não levavam em conta as condi es concretas do Brasil.

²⁵ Bresser-Pereira, de forma muito sucinta, ainda aponta que a teoria da dependência foi formulada p s-golpe de 1964, especificamente entre 1968-1973, no período do “milagre econômico”. “Dessa forma, seus autores, de esquerda e democráticos, pressupuseram que o desenvolvimento econômico estava assegurado não obstante a dependência. Tomaram o crescimento econômico que então ocorria como algo sólido, duradouro – como um problema resolvido –, ignoraram que o desenvolvimento econômico sustentado são   possível quando há por tr s uma estratégia nacional de desenvolvimento, e trataram de enfrentar dois outros problemas centrais: o da desigualdade e o da falta de liberdade ou de democracia.” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. x) O autor ainda põe em d vida a “tese da inexistência de uma burguesia nacional” quando cita que a partir de 1977 (com o pacote de medidas de Geisel) a burguesia brasileira reagiu e encampou o movimento pelas “diretas já”. “A adesão da burguesia nacional às forças democráticas foi o fato histórico novo que viabilizou a transi o democrática afinal completada em 1985. A tese da inexistência de uma burguesia nacional era, assim, falseada pouco depois de haver sido formulada” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. xi) Sobre esse assunto, do próprio Bresser-Pereira, ver: *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

²⁶ A historiografia sobre esse assunto, depois do golpe de 1964, hegemonicamente, tendeu   crítica desta visão. “O golpe militar de março de 1964 garantiu o prosseguimento da acumula o capitalista no Brasil em escala cada vez mais ampliada, justamente intensificando a concentra o de renda sem qualquer reforma agrária, e optando por uma moderniza o conservadora do campo a partir de uma aliança de classes que jogava por terra a hipótese de um antagonismo entre burguesia Brasileira de um lado, e a burguesia internacional e oligarquia agrária do outro. (MANTEGA, 1995, p. 115 – 116. Grifos nossos)

A partir do livro *A Revolução brasileira*, Caio Prado Junior desenvolve uma crítica contundente às esquerdas “ditas” ortodoxas marxistas, que teriam conduzido mal o processo revolucionário por terem interpretado de forma errada a realidade brasileira. Nesse bojo estariam as interpretações que consideravam o feudalismo no Brasil, assim como a interpretação de pré-capitalismo²⁷ e uma burguesia nacional, para ficarmos em pontos que já tocamos.

Para Caio Prado Junior, o problema maior residia em

[...] uma base teórica errônea. E *porque* errônea, suscetível a levar ao oportunismo. Sendo que o principal erro teórico responsável por este oportunismo, foi precisamente a malfadada concepção da “burguesia nacional”. Por efeito dela (para os bem-intencionados), e também graças a ela (para os demais), a ação política das esquerdas se dirigiu quase exclusivamente para a defesa de interesses supostamente de uma burguesia nacional e progressista, mas na realidade de facções políticas sem outro objetivo que se empoleirarem ou conservarem nas posições de mando, e aí usufruírem as benesses do poder público; bem como de negociastas e toda uma fauna numerosa de aspirantes a favores maiores ou menores proporcionados direta ou indiretamente pelo mesmo poder público. E assim, a ação das esquerdas, longe de contribuir para o processo revolucionário, desviou-se para rumos inteiramente estranhos à revolução. (PRADO JUNIOR, 1967, p. 57)²⁸

A crítica era avassaladora, apontando que a teoria errada desorientava a ação revolucionária. Para Caio Prado Junior,

[...] uma política revolucionária tem de ser clara, aberta, sem subterfúgios e intenções disfarçadas. Ou acreditamos na força inspiradora do pensamento de esquerda e no destino da revolução, tal como ela é realmente, ou não haverá revolução, que esta não se fará nunca através de manobras artificiais de bastidores, mas tem de partir e somente pode partir da ação popular. E esta ação popular não se mobilizará jamais com o poder e a força requeridos, da defesa de interesses que mal escondem sua natureza conservadora, senão reacionária, debaixo da capa de uma fantasiosa “burguesia nacional” (PRADO JUNIOR, 1967, p. 54)

Caio Prado se referia às associações da esquerda com os governos de Juscelino Kubitschek, por exemplo, ou mesmo na aposta em João Goulart. Assis Tavares (1967)²⁹ fez

²⁷ Um bom texto que auxilia na desconstrução da tese do capitalismo brasileiro desde sua origem é da Rosa Luxemburgo, quando demonstra como o capital utiliza as áreas pré-capitalistas.

²⁸ “Adendo à Revolução Brasileira”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Ano III, n.º 14, p. 43 – 74. Julho de 1967.

²⁹ TAVARES, Assis. “Caio Prado Junior e a Teoria da Revolução Brasileira”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Ano 1, n.º 11 e 12, p. 48 – 80. Dezembro 1966/março de 1967.

uma crítica ao trabalho de Caio Prado Junior, *A Revolução Brasileira*, apontando que o método utilizado pelo autor era equivocado por se limitar “ao estudo de algumas teses dos marxistas sobre o processo revolucionário” e que não se devia “confundir o exame do processo revolucionário com o exame das ideias que os comunistas possam ter sobre ele” (TAVARES, 1967, p. 50). Para Tavares, Caio Prado deixaria escapar o “complexo de fenômenos políticos que compõem um quadro assaz contraditório e multifacético das lutas de nosso povo, dos atos e fatos de uma luta que se dá em vários planos” (Ibid. p. 50)

Pela forma como o autor de *a revolução brasileira* situa suas opiniões políticas, tem-se a impressão de que condena a política de frente única nacionalista e democrática que presidiu a orientação dos comunistas e das demais forças progressistas no quadro de 55 a 64. Pode-se inferir que CPJ postula, para as correntes progressistas, um isolamento da “política impura”. No entanto, a experiência de nosso povo indica que ele não pode ficar alheio a essa “política impura”, pois para sua vida e para a sua luta possui imenso valor o tipo de forças políticas que se encontram à testa do País. (TAVARES, 1967, p. 52)

Acontece que, levando em conta as condições concretas do Brasil, a questão é bem mais complexa. A crítica de Tavares (1967) era pertinente. O fato da complexidade histórica brasileira exigir uma pureza ou uma teoria para a ação não pode significar imobilismo frente às lutas que o cotidiano impunha.

A luta pelas reformas de estrutura serviu à intensa politização da maioria de nossa gente, teve sentido educativo inequívoco, e esse não foi dos seus menores méritos. [...] agora, interessa mostrar como estavam cegos os que supunham as reformas um fim [...] E como estavam cegos, também, os que as supunham estranhas aos interesses do povo brasileiro e, particularmente, aos de seu proletariado, os que subestimavam, os que duvidavam do sentido revolucionário delas. Só poderiam interessar-se por reformas de conteúdo socialista, o resto era mero “reformismo”, na pior significação pejorativa. As reformas não tinham, realmente, conteúdo socialista, mas apenas sentido democrático geral. (SODRÉ, 1967, p. 230)

Nelson Werneck Sodré, assim como Caio Prado Júnior, também fazia críticas às esquerdas Brasileiras. Para Sodré, havia um “esquerdismo brasileiro”, uma falta de visão estratégica por parte das esquerdas que muitas vezes deixavam de apoiar propostas como as Reformas de Base, supondo que não representavam os interesses do proletariado por não serem de cunho socialista. Para Nelson Werneck Sodré, era necessário apoio para que o processo revolucionário tivesse continuidade.

Em resumo, Sodré é partidário das teses da existência de resquícios feudais no Brasil³⁰. A superação das contradições brasileiras, portanto, deveria ser feita a partir de reformas estruturais. No campo, uma reforma agrária seria necessária. Na política, o rompimento com as oligarquias e os resquícios feudais. Essas ações seriam necessárias para alavancar o desenvolvimento do Brasil e encaminhar o projeto revolucionário³¹.

Caio Prado Junior defendia a tese do “capitalismo colonial”, que negava a tese dos resquícios feudais defendidas por Sodré. As formas ditas feudais eram, na verdade, relações de superexploração capitalista. Como superexploração aceleravam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Junto com Caio Prado Junior na defesa dessa tese, estariam Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, entre outros.

Guido Mantega (1995) apresenta bem a defesa de Caio Prado Junior:

Em primeiro lugar, ele assinala que não haveria contradições entre as regiões avançadas, ocupadas por relações capitalistas modernas e as atrasadas, dominadas por relações mercantis primitivas, cujos supostos restos feudais ou as formas mais primitivas de exploração do trabalho, longe de serem entraves ao desenvolvimento capitalista, até contribuíram para o seu avanço. Grosso modo, essas formas mais primitivas de exploração do trabalho implicavam num barateamento da mão-de-obra ou na sua “superexploração” [...] reduzindo seus custos e alavancando a acumulação. [...] Em segundo lugar, também não haveria necessariamente contradições entre o imperialismo e a burguesia industrial, como queriam os partidários do PCB, uma vez que os investimentos do capital estrangeiro na indústria manufatureira brasileira expandiam as oportunidades para os empreendedores locais. Num e noutro caso, Caio Prado está ressaltando a complementaridade entre esses segmentos da burguesia, que serão constatados nas análises posteriores. (MANTEGA, 1995, p. 113)

Sabemos que a leitura realizada por Caio Prado Junior foi a que saiu vitoriosa, principalmente após o golpe de 1964, que comprovadamente apontou que era possível o desenvolvimento capitalista sem a eliminação das contradições no campo. Sem fazer a reforma agrária, por exemplo. Assim, a ideia por trás da leitura dos restos feudais no Brasil propunha reformas estruturais para o avanço e desenvolvimento brasileiros, o que não era necessário. A reforma agrária não era necessária ao desenvolvimento brasileiro, mas será que

³⁰ Junto com Sodré, estão vários grupos intelectuais e instituições com diferentes gradações, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB e o Partido Comunista Brasileiro – PCB, por exemplo.

³¹ Para os partidários das teses dos “resquícios feudais”, o Brasil, e sua aposta no modelo de substituição de importações (diretiva econômica para fortalecer o mercado interno buscando concomitantemente a diversificação do setor, após a crise mundial de 1929) estaria estagnando “devido a desproporção entre produção e consumo de uma industrialização concentradora de renda, devido à falta de uma reforma agrária que modernizasse o campo, ou devido, ainda, à falta de uma revolução democrático-burguesa que afastasse a oligarquia agrária e o poder juntamente com seus aliados imperialistas. (MANTEGA, 1995, p. 115)

ela não seria necessária era à Revolução Brasileira? Neste sentido, as transformações estruturais defendidas pela tese dos resquícios feudais, exigiriam reformas de toda ordem: política, econômica e educacional. Estrategicamente, vislumbrando uma revolução em sua ambiguidade (possibilidade da revolução democrática, tendendo ao socialismo), qual defesa era mais oportuna considerando aquele momento e aquela conjuntura?

Não se trata aqui, para nossa tese, apontarmos qual teoria seria a correta, se a de Nelson Werneck Sodré ou Caio Prado Junior. Mesmo porque, Caio Prado Junior defendia ostensivamente a revolução ao radicalizar a teoria e combater as associações com o entreguismo. Para nós, essa divergência está fundada em questões científicas e também políticas para além de nossas possibilidades. Sua compreensão demandaria outra tese, visto que esse processo ainda está aberto na atualidade e vem crescendo em interesse. A questão que nos importa é que, apesar de suas discordâncias, ambos buscam contribuir para o processo da Revolução Brasileira. Nossa perspectiva na tese é apontar que, orientados por uma postura revolucionária e partilhando de uma visão estratégica, o grupo da História Nova do Brasil engrossou as fileiras da luta nacionalista e anti-imperialista mantendo acesa a ambiguidade³² do projeto da Revolução Brasileira e Reforma de Base.

Hoje, tendo a vantagem do tempo transcorrido, tivemos a possibilidade de apontar quais foram os seus erros, porém, não podemos apagar e negar os seus acertos.

Se o problema residia na importação mecânica das teorias marxistas da III Internacional, esse mecanicismo não estava tão claro no debate teórico de Nelson Werneck Sodré. Em seus escritos teóricos, ele defende as particularidades brasileiras. Sodré não estaria simplesmente usando as teorias que vem de fora. Seu trabalho foi o de reinterpretar a História brasileira com as ferramentas que dispunha, tratando de evidenciar as diferenças.

Talvez as críticas fossem endereçadas, então, ao campo da prática, da política. Que, nesse sentido, comendo com o complexo do real, fogem das previsões e da homogeneidade do campo teórico. O que estamos tentando definir é que as críticas “póstumas” ao marxismo da Revolução Brasileira centraram forças na tese do feudalismo. Isso fez com que Sodré fosse apartado dos círculos universitários, sendo tratado como historiador militante em sentido depreciativo. Ainda hoje, militância é considerada tabu na academia. Para nós, essa militância tem um caráter propositivo, compreende uma postura revolucionária. Entretanto, ainda assim, do ponto de vista teórico, parece-nos que a tese do feudalismo de Nelson Werneck Sodré era

³² De consolidação da Revolução burguesa com possibilidades de superação dela.

bem mais pontual do que fizeram crer os intelectuais ao debaterem com ele e com o PCB, talvez muito mais em razão do PCB.³³

Nesse caminho, já adentramos nas propostas para a realização do projeto da Revolução Brasileira. Como efetivar, na prática o que teoricamente se analisava? Sodré tinha isso claro: radicalizar os processos democráticos. Celso Furtado ao analisar o período pré-golpe civil militar apontava para a necessidade das Reformas de Base como uma saída. Para ele, o desenvolvimento econômico deveria acontecer seguindo o critério social. Assim como Celso Furtado, Sodré engrossava as fileiras estratégicas de apoio aos governos progressistas e, nesse sentido, as Reformas de Base entendida como uma etapa de um processo maior.

O próprio Celso Furtado foi um dos responsáveis pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico de João Goulart, *O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963 – 1965*.³⁴ Para Caio Prado Júnior, como o capitalismo brasileiro já estava no germe do “nascimento” brasileiro, a questão não era superar os traços feudais, mas sim, a superação do próprio capitalismo.

Caio Prado Jr. criticava a visão etapista da Revolução – e a proposta de um poder anti-imperialista e antifeudal como primeira etapa da revolução socialista – levantada pelo PCB, mas não abordava a questão do poder político capaz de implementar as transformações por ele defendidas a partir de sua visão absolutizadora das relações capitalistas no país. Dessa forma, o caminho ficava aberto para uma concepção reformista da revolução. (PRESTES, 2011, p. 158)

A Revolução Brasileira, hegemonicamente, era ponto de pauta nos setores da esquerda brasileira. Teoricamente, haviam distinções entre as correntes de esquerda, passando desde reformismo à defesa restrita da revolução bolchevique. Sodré conjura muito bem uma intelectualidade brasileira preocupada com as ações efetivas que pudessem auxiliar neste processo de transformação da sociedade brasileira apostando, estrategicamente na força do nacionalismo. Enquanto expoente no cenário político e intelectual, Sodré animava uma juventude para a revolução, seja a partir de sua teoria, seja a partir de sua prática. A História Nova do Brasil se colocará ativamente nesse processo, levantando algumas bandeiras características daquele momento histórico com seus perigos e erros de leitura histórica e teórica — segundo Caio Prado Junior, do nacionalismo anti-imperialista e a burguesia

³³ Mais adiante nesta tese veremos as críticas ao Partido Comunista Internacional, apontando seu desconhecimento com relação à realidade dos países em desenvolvimento e, inclusive como utilizavam o modelo interpretativo de países como a China para caracterizar os países subdesenvolvidos e estipular uma luta comum a todos os povos.

³⁴ Sobre o Plano Trienal ver Cap. 2 “A luta pela legalidade como processo político educacional”

nacional, por exemplo — e com suas possibilidades e acertos de leitura histórica e teórica — segundo Sodré, do nacionalismo anti-imperialista e a burguesia nacional, por exemplo. O fato é que revolução é uma ideia-força presente neste período, não era homogênea, nem fechada. Pelo contrário, era plural e com muitas vertentes. Mas, em torno dessa ideia-força, estava a realização de uma nação.

Já vínhamos anunciando que, talvez, as críticas sobre os erros de interpretação histórica da realidade brasileira atribuídos às esquerdas no período pré-golpe militar de 1964 poderiam ser mais endereçadas ao PCB e sua filiação à III Internacional Comunista que propriamente a Sodré. Há, em todo esse assunto, aspectos que fogem à nossa percepção e outros que não tivemos condições de abordar por limitações variadas. Entretanto, indicamos que as críticas que foram endereçadas a Nelson Werneck Sodré e que inferimos serem mais próprias ao PCB, podem ser menos circunscritas. Talvez, elas devessem considerar um conjunto ainda maior de fatores históricos.

1.2. As Internacionais Comunistas e o Nacional Comunismo: III IC e o PCB

Como já anunciamos na introdução, na medida em que fomos nos apropriando das leituras sobre nosso objeto, — que será foco de nossas análises nesta tese a partir do capítulo 3 — a grande maioria dos autores que se propuseram a analisá-lo, apontavam para a aproximação das ideias do grupo da História Nova do Brasil com as ideias professadas pela III internacional Comunista. Outros autores, que não estudaram propriamente o projeto da História Nova do Brasil, mas se debruçaram sobre Nelson Werneck Sodré, também o enquadram como um marxista da III Internacional Comunista. Talvez a História Nova do Brasil colada à III Internacional venha a reboque das análises sobre Nelson Werneck Sodré.

Tentaremos demonstrar que não existe, necessariamente, uma vinculação mecânica, embora haja aproximações. Nossa tese defende que havia uma concepção de luta estratégica para uma ação consciente na sociedade em favor das reformas de base. Essa luta estratégica, que acabou dando continuidade ao processo da Revolução Brasileira, tratava-se de uma *postura revolucionária*. Uma postura que obedecia *também* aos ideais presentes no PCB. Uma postura, uma forma de agir e atuar na realidade que encontrou algumas aproximações e bases no marxismo possível no Brasil: o da III Internacional Comunista. Mas, em que pese a

influência da III Internacional Comunista, esse marxismo não era mecânico e simplista, ele não desconsiderava as especificidades brasileiras.

1.2.1. Internacionais e o Nacional

Desde fins do século XIX a Europa vê surgir novas formas de organização proletária: os partidos e as organizações sindicais. Essa foi a materialização da união dos trabalhadores expressa na célebre frase “trabalhadores do mundo, uni-vos!”. A organização operária dava passos internacionais, extrapolando as questões regionalistas com a fundação da I Internacional Comunista (Londres, 1864). Entretanto, em virtude das incompatibilidades ideológicas internas, esse movimento não conseguiu avançar. (CARONE, 2000, p. 131 – 133)

Essa organização sofre, porém, grave crise, porque no seu bojo abrigam-se partidários de Proudhon, Lassale, Bakounine, Mazzini, Marx e outros. A sua estrutura é de caráter centralizadora, o que a leva, nos momentos de crise, à luta pelos interesses particulares de cada facção, em detrimento dos da entidade propriamente dita. (CARONE, 2000, p. 132)

A II IC (Paris, 1889) surge, então, como um órgão não centralizador exatamente pelos problemas de abarcar várias entidades e partidos em seu interior. Em seu início, “[...] ela será uma federação de partidos e de grupos nacionais autônomos, da qual ela coordenará a ação através de congressos, que se reunirão a cada três anos”. (CARONE, 2000, p. 132)

A Primeira Guerra Mundial (1914 – 1919) provoca um grande conflito ideológico interno à II IC. Embora a palavra de ordem, desde sua fundação até aquele momento, fosse contra a guerra burguesa imperialista e em favor da paz, houve uma primeira cisão ideológica quando vários líderes socialistas do proletariado dos diversos países julgaram pertinente apoiar a guerra de suas respectivas burguesias. Surge no interior da II Internacional Comunista vertentes de centro. As que se mantinham a esquerda, cada vez mais radicalizadas tendo como grande expoente Lenin, continuaram defendendo suas teses de transformar a guerra imperialista em guerra civil e de combate radical às políticas de centro.

Somente em 1919 a III IC é inaugurada. A ela caberia, segundo Lazitch³⁵ (1951, p. 190 – 191 apud CARONE, 2000, p. 138), “[...] organizar as forças do proletariado para o

³⁵LAZITCH, B. *Lénine et la troisième internationale*. Neuchâtel: Éditions de la Baconnière, 1951.

assalto revolucionário dos governos capitalistas, para a guerra civil contra a burguesia de todos os países, para a vitória do socialismo.”

O Partido Comunista Brasileiro, PCB³⁶, fundado em 25 de março de 1922, nasce sob a tutela da III IC, liderada por Lenin.

Durante a década de 1920, a II Internacional sofre uma grande transformação. Com Lenin morto e Trotsky sendo perseguido, ocorre a stalinização da IC que afeta o movimento comunista mundialmente.

Leandro Konder (2009), em *A Derrota da Dialética*, defendeu que a conjuntura mundial do período até os anos 1930 provocaram o processo de perda das características teóricas do marxismo, sobretudo do sentido dialético. Em sua versão leninista, a teoria foi nulificando o conteúdo filosófico. Entretanto, para Konder (2009, p. 70), não se pode negar a versão política da proposta leninista “comprometida com as condições empíricas de ação”. No tocante à derrota da dialética, os maiores prejuízos teriam sido desenvolvidos pela ascensão de Stalin.

De maneira geral, convinha ao stalinismo desviar as discussões da teoria de Marx para as realizações práticas de Lenin e Stalin. Marx foi ficando, assim, subsumido a Lenin; e este, discretamente, ficou subsumido a Stalin. Generalizou-se a convicção de que não devia ser muito importante o estudo do pensamento de Marx, de seus escritos, já que o essencial do marxismo estaria devidamente ‘traduzido’ no Estado fundado por Lenin e agora dirigido por Stalin, bem como na política desenvolvida pelo movimento comunista mundial. (KONDER, 2009, p. 219)

Segundo Ricardo Antunes (1995), Stalin perpetra a “bolchevização” do partido comunista na medida em que transforma a teoria marxista da impossibilidade do socialismo ocorrer isoladamente em algo possível. “A teoria do “socialismo em um só país” significava a subordinação das possibilidades da Revolução Mundial às exigências erigidas pela URSS visando à constituição do *seu* socialismo” (ANTUNES, 1995, p. 15 grifos do autor).³⁷

Se para os partidos comunistas espalhados pelo mundo as mudanças de orientação, a guinada stalinista foi um problema posto, para a América latina a questão ainda era se fazer presente nos encontros da internacional.

³⁶ Sobre os primórdios do Partido Comunista Brasileiro ver: KONDER, L. “O impacto da revolução russa e a criação do PCB.” In: _____. *A derrota da Dialética – a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Ver também: DEL ROIO, M. “A gênese do Partido Comunista (1919 – 1929). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org). *A formação das tradições (1889 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (coleção as esquerdas no Brasil; v.1).

³⁷ Quem faz um estudo bem detalhado deste assunto é LUKÁCS, Georg. “As crises gêmeas”. In: SADER, E. (Org.) *Vozes do Século: entrevistas da New Left Review*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 83-107.

Somente no VI Congresso, ocorrido em setembro de 1928 em Moscou, é que a IC se dedicou a América latina.³⁸ Neste congresso foram discutidos os tipos de colonização, bem como as formas como afetavam o trabalhador. Dois grandes modelos coloniais foram caracterizados. O primeiro foi o modelo de colônia de imigração, que absorvia a população excedente das metrópoles. O segundo foi o modelo de exploração, que se constituía como fornecedor de matérias primas.³⁹

Entretanto, no momento em que se discutiam os modelos de desenvolvimento dos países periféricos com passado colonial, propondo para eles uma ação dos comunistas, muitos destes países não estavam mais dentro do que os modelos propostos anunciavam. Eram explicações simplistas e esquemáticas dos países em desenvolvimento, sem considerar as especificidades de cada país.

No caso latino-americano, os delegados enviados ao VI congresso apontavam as falhas dos modelos propostos pela Internacional em analisar os países.

Houve várias manifestações, por parte de representantes latino-americanos, no sentido de avançar um pouco mais na busca da particularidade destes países, através de formulações que, muitas vezes, opunham-se ao esquematismo vigente no seio da IC. No Informe da delegação latino-americana sobre o Programa da IC, disse o delegado pelo Equador: "Parece-me que o programa não dá uma fisionomia própria ao desenvolvimento do capitalismo nos países coloniais e naqueles chamados semicoloniais". Em alguns países, como o Brasil e a Argentina, a denominação semicolonial era insatisfatória: "É muito importante estabelecer uma distinção entre países semicoloniais e aqueles que, à falta de um termo melhor, podem ser chamados de 'dependentes' [...] Deve-se então aceitar uma nova categoria adjunta aos três grupos de países classificados no programa de acordo com seu desenvolvimento econômico e grau de dependência política. Este novo grupo estaria constituído pelos países 'dependentes', que estão penetrados economicamente pelo imperialismo, mas conservam uma independência política bastante grande, seja devido a uma penetração econômica débil, seja devido à sua força política". No contra-fluxo das posições da IC, os representantes latino-americanos questionavam a validade da proposta de revolução democrático-burguesa nos países 'dependentes', recusou-se a identificação direta dos latifúndios a relações de feudalidade. Estes, ao contrário, foram concebidos como expressão de frações da burguesia e postulou-se acerca da necessidade de alianças com os camponeses e a pequena burguesia, formulações que encontravam fortes resistências no interior da IC. (ANTUNES, 1995, p. 26).

³⁸ Ver PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. Especificamente ver o Cap. II. Sobre a América latina e Internacional Comunista.

³⁹ Esses dois modelos explicativos ratificados no encontro da Internacional Comunista, hoje (2017) ainda são os modelos explicativos para os mundos coloniais. O modelo de colônia de povoamento (que tem como grande exemplo os EUA) e o modelo colônia de exploração (Brasil).

A China e a Índia foram os países utilizados pela Internacional Comunista como modelos de países com passado colonial. Desta forma, as aproximações possíveis com a realidade latino-americana foram o foco. Nessas aproximações, no bojo das similaridades como a existência da dominação estrangeira, relações pré-capitalistas, etc., surge também a análise dos resquícios feudais. China e Índia apresentavam resquícios do feudalismo em sua estruturação, assim, tomada pelo modelo de comparação, foi considerado que toda a América padecia deste “mal”. A validade dos resquícios de feudalismo nos vários países latino-americanos sempre foi questionada. Lembremo-nos da grande polarização em torno deste ponto na historiografia brasileira desenvolvido por Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior. Com vitória das posições de Caio Prado.

Em resumo, foi no VI Congresso da Internacional Comunista que se desenvolveu uma questão tática de ação dos Partidos Comunistas, uma luta que se daria principalmente contra a o imperialismo.

Países de desenvolvimento capitalista médio (Espanha, Portugal, Polónia, Hungria, Balcãs, etc.) que conservam vestígios bastante importantes do regime semifeudal na agricultura, possuem, no entanto, um certo mínimo de condições materiais indispensáveis à edificação socialista, mas não têm ainda concluída a sua transformação democrática burguesa. Em alguns destes países, uma transformação mais ou menos rápida da revolução democrático-burguesa em revolução socialista é possível; noutros, são possíveis diversos tipos de revoluções proletárias, tendo, no entanto, que levar a cabo tarefas de carácter burguês-democrático de grande amplitude. Aqui, a ditadura do proletariado pode portanto não se estabelecer de imediato; institui-se no decurso da transformação da ditadura democrática do proletariado e dos camponeses em ditadura socialista do proletariado; quando a revolução reveste imediatamente um carácter proletário, pressupõe a direcção pelo proletariado de um amplo movimento camponês-agrário; a revolução agrária tem aí, em geral, um grande papel, por vezes decisivo; no decurso da expropriação da grande propriedade fundiária, uma grande parte das terras confiscadas são colocadas à disposição dos camponeses; as relações económicas do mercado conservam uma grande importância a seguir à vitória do proletariado; trazer os camponeses à cooperação, depois agrupá-los em associações de produção é uma das tarefas mais importantes da edificação socialista. O ritmo desta edificação é relativamente lento. Países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) possuindo um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal ou o «modo asiático de produção», tanto na vida económica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc., se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. Aqui têm uma importância primordial, por um lado, a luta contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a

consequente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional. A passagem à ditadura do proletariado só é possível nestes países, regra geral, depois de uma série de etapas preparatórias, esgotado todo um período de transformação da revolução burguesa-democrática em revolução socialista, sendo que o sucesso da edificação socialista é, na maior parte dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária. (Programa da Internacional Comunista, VI Congresso Mundial, Moscou, 1928)⁴⁰

Segundo o Programa da Internacional Comunista, nos países coloniais, semicoloniais ou dependentes não havia condições para que uma revolução socialista acontecesse. Seria necessário que nesses países fosse desenvolvida primeiramente uma luta ou uma revolução democrático-burguesa. O objetivo da revolução democrático-burguesa seria buscar combater ferrenhamente o imperialismo no campo externo e combater os grandes latifúndios que nesses países mantinham relações de resquícios feudais.

É notória a visão etapista que fará parte de toda a III Internacional Comunista já presente no VI congresso de 1928, quando é defendida a ideia de que a ditadura do operariado só poderia acontecer nesses países regra geral, depois de uma série de etapas preparatórias.

Depois de fazer um balanço sobre como as ideias marxistas haviam sido recepcionadas no Brasil, Konder (2009, p. 75) aponta como determinantes da perda da dialética os “fatores ligados à história do socialismo como movimento mundial em conjunção com fatores característicos da vida social e cultural do nosso país”. Nesse período, o PCB teria simplificado as discussões, começando a “generalizar a convicção de que não tinha sentido procurar em Marx algo que não tivesse sido genialmente traduzido na ação pelo leninismo” (Ibid. p. 152).

1.2.2. A Carta de 1958 nova estratégia para a Revolução Brasileira

⁴⁰Programa de Internacional Comunista, VI Congresso Mundial, Moscou, 1 de setembro de 1928. Disponível em: <http://www.hist-socialismo.com/docs/ProgramaIC1928.pdf> Tradução do Frances. Original francês em http://www.marxists.org/francais/inter_com/1928/ic6_prog.htm

Daniel Aarão Reis Filho (1989) em *A Revolução Faltou ao Encontro*, teve como motivação dos seus estudos entender o movimento das organizações comunistas⁴¹, que historicamente sempre se apresentaram como uma alternativa política. Ser considerada uma alternativa política não é pouco, levando em consideração que tal vanguarda pretendia ser transformadora.

Reis Filho aponta três hipóteses, com as quais concordamos, para o entendimento da ação não só do PCB, mas, em grande medida, das esquerdas brasileiras, entre elas, o grupo da História Nova do Brasil. De acordo com a primeira hipótese, os princípios são maiores que o conhecimento do processo vivo da luta.

As organizações comunistas, por sua própria natureza, devem preocupar-se prioritariamente com a formulação de suas bases políticas [...] Manter os princípios foi sempre mais importante que assegurar a sintonia com o processo vivo da luta de classes. [...] (REIS FILHO, 1989, p. 17)

Essa primeira hipótese seria um atestado do papel de vanguarda dos comunistas brasileiros em relação à classe operária e aos processos revolucionários. O partido detém o conjunto teórico e o conhecimento legítimo dos processos de transformação e deve garantir coesão interna destes pressupostos e dos ideais revolucionários. Somente num segundo momento deve pensar nas tarefas de intervenção, penetração, condução e organização dos movimentos.

O interessante desta hipótese é que ela não inviabiliza a tomada de assalto ao poder. A Revolução faz parte dos princípios dessa vanguarda e nesse sentido depende da sensibilidade para captar os momentos críticos das situações concretas e, se for o caso, modificar, ou mesmo rejeitar, os princípios e programas. A hipótese é que o comunismo brasileiro se preocupou com os princípios sem ter conhecimento efetivo das suas bases de sustentação, da complexidade das massas e do operariado brasileiro, que também estava se transformando. Os comunistas brasileiros estavam muito bem preparados com rigor teórico metodológico, mas não compreenderam o desenvolvimento da sociedade que pretendiam transformar.

⁴¹ Nas várias tentativas de entendimento do fenômeno do golpe no Brasil, as falhas dos partidos de esquerda brasileiros são a tônica das explicações: “Primarismo teórico, ignorância da “realidade nacional”, fragilidade ideológica, servilismo em relação aos modelos revolucionários internacionais, dominação da pequena burguesia.” (REIS FILHO, 1989, p.15). Discordando desta linha interpretativa, Reis Filho, foge das interpretações derrotistas que “pipocaram” nos anos de exílio da década e 1970. Sua trajetória intelectual já contava com estudos e contatos diretos de revoluções vitoriosas em outros países (Argélia, Cuba, Moçambique Rússia e China). Tendo esse arcabouço de vivência, leitura e estudos, sua visão é contrária às reflexões correntes. Percebe as semelhanças entre as vanguardas revolucionárias vitoriosas e nossa esquerda derrotada no Brasil. O ponto então é entender essa derrota sob outros patamares.

Essa hipótese pode auxiliar no entendimento da derrota da História Nova do Brasil enquanto projeto educacional. Embora estivessem envolvidos com os estudos da “realidade brasileira” e estivessem apoiados na conjuntura histórica de transformações trazidas por João Goulart, não mediram a força da reação e a capacidade reacionária da sociedade. A ênfase nos princípios ocasionou um distanciamento da compreensão. Havia um grande preparo, grande coesão partidária e entendimento das razões e da necessidade da revolução do ponto de vista interno, porém elitizado.

A segunda hipótese é a de que os modelos internacionais não eram seguidos a ferro e fogo. Havia uma especificidade brasileira. Essa hipótese rejeita algumas interpretações, como a de que houve uma importação mecânica de um modelo para a realidade brasileira. Nessa hipótese enquadramos Nelson Werneck Sodré e sua interpretação do “feudalismo regressivo” no Brasil. Apesar de utilizar uma categoria importada, Sodré a transforma em categoria à brasileira, na medida em que estabelece vários determinantes distintos da versão clássica seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista prático. Os comunistas brasileiros não praticaram ou seguiram de forma rígida as diretrizes internacionais.⁴² O interessante desta hipótese é a demonstração dos mecanismos do comunismo à brasileira. As “linhas” seguidas pelos comunistas brasileiros têm reflexões e motivações que são internas. Os modelos internacionais, porém, aparecem como argumentos de autoridade, legitimação ou coesão. Há diferenças entre os discursos. Neles é forte a presença do modelo internacional e da realidade que parte das questões internas. “Os comunistas brasileiros liam as “orientações” externas com o auxílio de “chaves” próprias, para entender suas necessidades específicas.” (REIS FILHO, 1989, p.18)

A terceira hipótese trabalha com a existência de uma hegemonia dos trabalhadores intelectuais dentro dos partidos comunistas brasileiros.

[...] as organizações comunistas constituem quadros orgânicos destinados a submeter-se à hegemonia dos trabalhadores intelectuais de classe média. Sua força política pode variar [...], mas há um aspecto [...] que permanece inalterado: a hegemonia dos trabalhadores intelectuais (REIS FILHO, 1989, p. 17).

⁴²Essa hipótese em um primeiro momento me pareceu menor, ou na realidade um pouco mal formulada. Pois parecia uma obviedade que não se segue plenamente as diretrizes, ou que haja especificidade do comunismo no Brasil pela conjuntura e desenvolvimento do próprio Brasil. Entretanto, vários autores apontam para uma tentativa mecanicista de interpretar e forçar no Brasil os modelos internacionais (ver: Caio Prado Júnior “A revolução Brasileira”, Antunes “Os comunistas no Brasil: As repercussões do VI congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil”, Mendonça, Florestan, Gorender). A própria História Nova do Brasil é criticada por esse mecanicismo em suas análises. Nelson Werneck Sodré foi execrado dos círculos universitários por essa acusação em seus trabalhos.

Analisando os materiais disponíveis é possível perceber a elitização. Para o autor, os materiais disponíveis apontam para a construção de organizações que eram “superconcentradas” socialmente, geograficamente, na questão de gênero e intelectualmente. Essa elitização entende a sociedade como um objeto de trabalho, e se entende como o guia político, ideológico e moral. Acabam por provocar ou querer a transformação sob sua tutela, mesmo que inconscientemente.⁴³

As instituições pareciam ser incapazes de conciliar os interesses das classes dominantes com as pressões dos dominados. Tanto o parlamentarismo (1961) quanto o presidencialismo (1963) não conseguiram apontar caminhos coerentes. A sociedade encontrava-se dividida. E os desafios colocados pelo desenvolvimento do capitalismo não encontravam respostas. Como ajustar os interesses das indústrias modernas aos dos setores agrários? O crescimento do capitalismo brasileiro aos interesses do capital internacional? Como conter a inflação sem afetar o ritmo do desenvolvimento? Soma-se a essas dificuldades, o êxodo rural, o crescimento das cidades de forma desordenada e a favelização.

O desenvolvimentismo dos anos 1950 não ofereceu resposta e, naquele momento, imaginava-se que o próprio crescimento econômico as ofereceria. O ponto é que todos os setores sociais entendiam que era necessário operar mudanças, no caso, a pauta da vez eram as reformas. O problema residia na forma. As decisões sobre os meios e os objetivos das reformas eram um campo minado. O contexto de múltiplas crises e a indefinição das saídas era insustentável. O golpe militar de 1º de abril de 1964 acabou com o “jogo” de disputas políticas, econômicas e ideológicas e forçou a hegemonia do capital internacional no bloco do poder. Mas como atuaram as organizações comunistas? A discussão do objeto desta tese implica buscar entender um contexto rico de determinações e determinantes, conhecer o ambiente onde os atores envolvidos com a História Nova do Brasil circularam e se familiarizaram.

Para as instituições comunistas do período, um documento contendo orientações de ação política influenciou muito suas atuações: a declaração de março de 1958.

Para Anita Leocádia Prestes (2011)⁴⁴

⁴³ Sobre esse assunto, ver Daniel Pécaut *Os intelectuais e a política brasileira: Entre o povo e a nação*. São Paulo, editora Ática, 1990.

⁴⁴ PRESTES, Anita Leocádia. “Da ‘declaração de março’ de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático”. In: *Crítica Marxista*, nº 32 – 2011, 1.ª edição 2011, p.147-174.

A partir da aprovação da “Declaração de Março” de 1958 pela direção do PCB, os comunistas brasileiros adotam uma nova orientação política. O objetivo tático do partido passa a ser a conquista de um *governo nacionalista e democrático* através do processo eleitoral e da pressão de massas, excluída a via armada prevista anteriormente nos documentos do PCB. (PRESTES, 2011, p. 147)

Desde 1948, momento em que PCB havia sido posto na ilegalidade e até 1958, por meio da declaração de março, a opção política era pelo enfrentamento violento contra o regime político⁴⁵. A declaração de março de 1958 muda as diretrizes para a ação dos comunistas. Segundo as novas diretrizes, há um deslocamento dos enfrentamentos violentos para as leituras conjunturais que permitam alianças rumo ao desenvolvimento do capitalismo nacional. Esse desenvolvimento era um elemento progressista por excelência. Caberia ao partido comunista destes países localizar os obstáculos, os resquícios feudais, a dependência do imperialismo etc. A questão colocava ênfase nas contradições entre progresso e atraso. A estratégia de ação buscava as possibilidades de desenvolvimento aonde estivessem.

As novas orientações da declaração de março permitiram novas temáticas no interior do partido. Se antes as classes dominantes formavam um coro coeso e que deviam ser combatidas em toda e qualquer instância, agora as leituras das possibilidades do país permitiam visualizar “brechas” entre as elites e encontrar aliados. As elites nacionais, a burguesia nacional, poderiam ser atraídas para as lutas comuns do partido comunista.

O PCB apostava, portanto, numa crescente mobilização e pressão de massas com vistas a forçar o Governo a avançar no sentido do rompimento com os interesses dos capitais monopolistas estrangeiros e de seus aliados internos. Pretendia-se através de tal pressão alcançar mudanças na composição do Governo, que contribuíssem para o avanço das forças nacionalistas e democráticas, dentre as quais incluíam a chamada “burguesia nacional”. (PRESTES, 2011, p. 153)

⁴⁵ Sobre a influência do PCB e suas orientações, por exemplo, nos sindicatos e a atuação da militância principalmente na década de 1950, ver: SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: ed. Boitempo, 2001. (Coleção Mundo do Trabalho)

É com esta nova visão que o partido comunista entende e aceita, por exemplo, a Frente Única⁴⁶. Outra consequência desta nova orientação é a disputa dentro da ordem, as lutas eleitorais e a valorização das instituições políticas existentes.

Assim, as forças que se dispusessem em favor do progresso, contra o imperialismo e os resquícios de feudalismo puderam ser considerados aliados. Era a Frente Única.

Dentro dela então cabia:

A burguesia nacional, setores de latifundiários e mesmo grupos da burguesia internacional que tivessem contradições com os monopólios norte-americanos. Era necessário uni-los com a classe operária, os camponeses e a pequena burguesia urbana numa ampla Frente Única contra as forças do atraso: o imperialismo norte-americano e as relações semifeudais na agricultura. (REIS FILHO, 1989, p. 24)

As contradições históricas entre proletariado e a burguesia, tão caras à teoria marxista, continuaram existindo, mas não precisavam de uma resolução imediata. Neste primeiro momento, o desenvolvimento corresponderia aos interesses de todos. Nesse sentido, a vitória sobre o atraso seria uma primeira etapa da revolução “anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática” (Ibid., p. 24). Nessa nova linha de atuação, efetivar um governo nacional e democrático para levar adiante o projeto de progresso (da Revolução Brasileira) deveria ser feito dentro dos marcos da legalidade. A participação nas lutas eleitorais surgia como possibilidades de vitória ao próprio povo.

Algumas ressalvas, no entanto, também tiveram expressão dentro do próprio partido. Houve oposição, que questionou as teses sobre o papel da burguesia e o abandono do enfrentamento. Entretanto foram derrotados.

No V encontro do PCB, essas ressalvas foram colocadas. Os pontos mais discutidos giravam em torno da necessidade de disputa por hegemonia proletária dentro da Frente Única, os apontamentos sobre o caminho pacífico não serem associados à passividade do partido, o

⁴⁶ “Movimento também conhecido por Frente de Apoio às Reformas de Base ou Frente Popular, idealizado por Francisco Clementino San Tiago Dantas, deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ministro da Fazenda do governo João Goulart no período de janeiro a junho de 1963. Seu objetivo era dar respaldo ao governo através da união de todas as forças políticas do país favoráveis às chamadas reformas de base (agrária, educacional, urbana etc.). Congregaria desde o Partido Social Democrático (PSD), agremiação que contava com a maior bancada no Congresso, até o proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB), incluindo entidades sindicais, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). O processo de constituição da frente, que ganhou corpo no início de 1964, foi interrompido pelo movimento político-militar que derrubou Goulart em 31 de março de 1964.” (LAMARÃO, Sergio. Frente Única. Verbetes do Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea FGV-CPDOC. s/d. disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/frente-unica>. Último acesso 15/05/2017)

proletariado sob a direção do partido etc. Houve a tentativa de encontrar o equilíbrio. “De um lado, a aliança com a burguesia, a ótica desenvolvimentista, o caminho pacífico e as reformas nos marcos do regime vigente. Por outro lado, o estímulo às lutas sociais, reafirmação do partido e do proletariado, a luta pela hegemonia na Frente Única” (Ibid., p.25).

Com a renúncia de Jânio Quadros, o PCB passa a defender a posse de João Goulart. Nesse momento houve uma possibilidade de golpe por parte dos militares e, no jogo de forças entre os envolvidos, João Goulart pôde assumir a presidência, porém sob o parlamentarismo que enfraquecia os poderes do presidente da república. Essa meia vitória conferiu ao PCB uma avaliação muito otimista com relação ao governo de João Goulart. O interessante é pensarmos que essa vitória da esquerda revolucionária foi viabilizada por meio da defesa do regime e da defesa da legalidade.

Para o PCB a posse de João Goulart estava reforçando as teses da Declaração de março de 1958, portanto, a expectativa era alta. No entanto, os primeiros problemas não tardaram a surgir. No parlamento, a chefia de Tancredo Neves, que não escondia suas inclinações conservadoras, foi a escolha de João Goulart. O PCB, então, oscilava entre fazer a oposição ao novo governo e ver nele o burguês progressista para desenvolver o Brasil.

Segundo os comunistas, no governo de João Goulart tratava-se do “duplo caráter da própria burguesia, da luta entre seus aspectos ‘nacionalistas e democráticos’, de um lado, e ‘vacilante e conciliador’, de outro lado” (REIS FILHO, 1989, p. 28). O papel dos comunistas seria pressionar e forçar o desenvolvimento das forças revolucionárias.

As ações de João Goulart acabam confundindo os comunistas do PCB. No famoso discurso de 13 de março na Central do Brasil, João Goulart deixa explícito que as reformas eram imperativas e precisariam ser acompanhadas de uma reforma constitucional.

Tenho autoridade para lutar pela reforma da atual Constituição, porque esta reforma é indispensável e porque o seu objetivo único e exclusivo é abrir o caminho para a solução harmônica dos problemas que afligem o nosso povo. Não me animam, trabalhadores – e é bom que a Nação me ouça –, quaisquer propósitos de ordem pessoal. Os grandes beneficiários das reformas serão, acima de todos, o povo brasileiro e os governos que me sucederão. A eles, trabalhadores, desejo entregar uma Nação engrandecida, emancipada e cada vez mais orgulhosa de si mesma, por ter resolvido mais uma vez, e pacificamente, os graves problemas que a História nos legou. (GOULART, João. 1964, apud., MARCELINO, 2009, p. 86)⁴⁷

⁴⁷MARCELINO, Wanielle Brito. (Org.) *Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília – FUNAG, 2009. 100p.

Entretanto, as atitudes de João Goulart continuavam insatisfatórias: não assumia uma política anti-imperialista, pelo contrário, tomava medidas como protelar a Lei de Remessa de Lucros, que já havia sido aprovada naquele momento; retardava os reajustes salariais, considerados essenciais; não rompia com o FMI; não encampava as companhias de serviços públicos nem a política externa independente; não ampliava o voto aos analfabetos e soldados; não havia revogado a Lei de Segurança Nacional; dentre outros pontos.

Será que a questão não era de orientação equivocada? No caso da burguesia, ela poderia assumir todas essas mudanças? Para o PCB dependia das ações e trabalho com a massa para que os movimentos sociais, os trabalhadores urbanos e rurais pudessem sustentar as transformações. A leitura otimista continuaria, reforçada em razão do plebiscito para a alteração do regime parlamentar para o presidencialismo. Essas eleições, que haviam ficado marcadas na data da aprovação do regime parlamentar para 1965, foram antecipadas para janeiro de 1963.

O plebiscito e a vitória do presidencialismo foram interpretados, na visão de Reis Filho (1989), como um voto pelas reformas de base. E o que se esperava então do presidente era uma política contra o latifúndio, a reforma agrária, etc. Entretanto João Goulart preferiu as alternativas conciliatórias.

Suas políticas conciliatórias desagradavam o PCB, como também aos conservadores e à sociedade geral, que demonstrava sua insatisfação através das pressões populares. Essas apoiadas e incendiadas pelo PCB. A governabilidade de João Goulart acabou ficando debilitada. Um ponto interessante historicamente é a proposta de João Goulart de um Estado de sítio para que tivesse ampla governabilidade. Seu apelo não teve apoio nem da extrema esquerda nem da extrema direita. Segundo Aarão, o PCB não foi perspicaz no entendimento das debilidades do movimento popular. Não percebia as divisões do movimento popular. Não conseguiam avaliar a dependência em relação ao Estado, nem perceberam o pânico que tomava corpo nas camadas médias e na própria burguesia com relação ao perigo comunista.

O PCB ainda estava processando o momento histórico, ainda estava amadurecendo teoricamente e politicamente quando o golpe militar liquidou com as esperanças de transformação.

Como já dissemos em outros momentos, nos estudos sobre a História Nova do Brasil, a III internacional e o PCB não aparecem como um dos atores principais na constituição do projeto, mas aparecem de forma secundária quando se pontua, por exemplo, as trajetórias individuais dos coautores que, em sua maioria, estiveram ligados ao PCB durante a juventude. Entretanto, quando se trata das críticas ao projeto, essa forma secundária passa a ser principal.

Majoritariamente e de forma pejorativa, a III Internacional Comunista e PCB são responsabilizados pelos “erros” que parecem no projeto. Quando são acusados de reducionistas ou de professarem um marxismo apressado, a III Internacional Comunista é apontada como culpada, porém, quando o projeto é enquadrado como militantes, o PCB é considerado culpado.

Para nós, pelo exposto até o momento, a História Nova do Brasil pode ser enquadrada politicamente mais na perspectiva da Declaração de Março de 1958, do que na perspectiva reducionista da III internacional. Ainda assim, com grandes ressalvas que poderão ganhar corpo na medida em que apresentarmos outros determinantes, à medida que iam se desenvolvendo as forças sociais, à medida em que tomavam corpo as Reformas de Base, à medida que pontos históricos nacionais eram interpretados como avanços progressistas⁴⁸, à medida em que internacionalmente vitórias democráticas iam também se concretizando⁴⁹, etc. Neste processo a Revolução deixa de ser uma promessa, apontando o povo como protagonista político. É nessa soma que enquadramos a História Nova do Brasil: em suas vitórias, principalmente, porque a derrota, tem a ver também com a contrarrevolução.

1.3. Instituto Superior de Estudos Brasileiros: vocação e evocação

Não é, portanto, dizendo “não sou mais um pequeno-burguês, movimento-me livremente no universal” que o intelectual pode se unir aos trabalhadores. É justamente ao contrário, pensando: “sou um pequeno-burguês; se, para tentar resolver a *minha* contradição, alinhei-me ao lado das classes operária e camponesa, não deixei por isso de *ser* um pequeno-burguês.”⁵⁰ (SARTRE, 1972, p. 71 apud PÉCAUT, 1990, p. 5)

Com essa citação Daniel Pécaut (1990) começa a discussão sobre a relação dos intelectuais e a política no Brasil. Ela tem a intenção de iniciar o debate sobre o engajamento político que se verifica na atuação deste grupo no período do pós-guerra. “o ‘engajamento era, assim, a decisão arbitrária de tomar partido contra si mesmo. Consistia, a um só tempo, em articular as classes destinadas por suas condições a ocupar-se do universal, e em encarnar o

⁴⁸ Por exemplo, a posse de João Goulart. No capítulo 2 trataremos de alguns desses acontecimentos, que radicalizavam também a disputa. É importante que se diga que na medida em que cresciam os movimentos populares, crescia também a reação.

⁴⁹ Por exemplo, a Revolução Cubana.

⁵⁰ SARTRE, J.-P. *Plaidoyer pour les intellectuels*. Paris, Gallimard, 1972.

movimento da história rumo a seu sentido final” (Ibid., p. 5) Acontece que, no Brasil, essa relação era de outra ordem. No Brasil, “o intelectual tinha de estar à altura da construção da nação, portador que era da identidade nacional e, além disso, detentor do saber relativo às leis da evolução histórica”.

No Brasil, não se tratava somente de uma decisão de abandono do *status* de “pequeno-burguês”: a intelectualidade brasileira se forja no engajamento político. Não fazia sentido pretender separar o conhecimento da ação. Historicamente, os intelectuais brasileiros “já há muito tempo haviam-se colocado a serviço do conhecimento da ‘realidade nacional’ e da formação da sociedade” (Ibid., p. 6). Para Pécaut (1990), a intelectualidade brasileira projetava-se a si mesma como a mediação fundamental para levar a cabo o projeto nacional. Como a detentora da “realidade brasileira” que era, ela detinha os processos para a realização do projeto de nação.

Em consequência do rápido desenvolvimento econômico, o Brasil estava em vias de se tornar uma sociedade de classes. Naquele momento, porém, a burguesia nacional e as camadas populares se empenham em articular uma frente comum para permitir, apesar do imperialismo e dos segmentos das camadas abastadas brasileiras, a transição para uma sociedade democrático-burguesa. Os intelectuais já não precisam reivindicar uma posição de elite: sua legitimidade decorre justamente de se fazerem intérpretes das massas populares. Conservava, no entanto, um papel político insubstituível: de um lado, têm a missão de ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária; de outro, cabe-lhes demonstrar, enquanto ideólogos, que o desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional são três aspectos de um mesmo processo de libertação, ou seja, de um mesmo “projeto”. (PÉCAUT, 1990, p. 15)

Nesta atmosfera captada por Daniel Pécaut, inserimos o ISEB e a História Nova do Brasil. Compre fixarmos que, enquanto instituição, o ISEB não apresentava uma orientação pura de ação. E em suas ações, o contraditório apresentava-se como próprio da realidade em que estava inserido.

Falar sobre ISEB não é nada inovador e o receio dessa incursão é cairmos no mais do mesmo. Nossa intenção é fazer uma apresentação da instituição e de alguns objetivos traçados por intelectuais que a compuseram. Ainda que breve, essa apresentação pretende introduzir a importância desse instituto, que foi um dos responsáveis pela existência do projeto História Nova do Brasil.

Para essa tarefa faremos uma análise da instituição a partir da obra de Nelson Werneck Sodré e Hélio Jaguaribe. Não por acaso: Jaguaribe e Sodré guardam a especificidade de serem eles próprios sujeito e objeto de suas análises. Nelson Werneck Sodré, como verificaremos ao

longo desta tese, considera-se como parte de uma vertente do ISEB tida como mais à esquerda em comparação à Jaguaribe.

Sodré e Jaguaribe são representantes de duas fases distintas da instituição. Uma dessas fases é considerada teorizante e com vocação problematizadora, que corresponde à primeira fase da Instituição, da qual Jaguaribe fez parte. A outra, corresponde à terceira fase do Instituto, mais à militância e à radicalização política, da qual Sodré participa.⁵¹

Apesar de suas distinções ou separação em fases, o ISEB apresentava uma unidade em torno do “objetivo do desenvolvimento nacional e sua tese de que, para lograr empreendê-lo, era necessário mobilizar o país através de uma ideologia e de um projeto nacional-desenvolvimentista”. (JAGUARIBE, 1979, p. 97).

A origem do ISEB parte de um movimento de ideias bem anterior. Segundo Hélio Jaguaribe (1979), as origens do ISEB podem ser encontradas no ano de 1949, a partir de um grupo que ele identificou como “grupo da 5ª Página”, que mantivera em 1949, a partir de 24 de julho, o equivalente a um suplemento cultural na 5ª página do *Jornal do Commercio*, aos domingos” (JAGUARIBE, 1979, p. 94 Grifos do autor). Entretanto, o precursor imediato do ISEB foi o *Grupo de Itatiaia*, do qual o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, o IBESP, que também fazia parte.

O Grupo de Itatiaia se tornou conhecido por essa designação pelo fato de que seus integrantes se reuniam na sede do Parque Nacional de Itatiaia, no último fim de semana de cada mês, a partir de 1952. O local, posto à disposição pelo então Ministro da Agricultura, João Cleophas, foi escolhido por se encontrar a meio caminho entre Rio e São Paulo. E lá se manteve, de 1952 a princípios de 1953, um centro informal de estudos, integrado por jovens intelectuais cariocas e paulistas. (JAGUARIBE, 1979, p. 95).

O Grupo de Itatiaia era heterogêneo do ponto de vista político. “Os paulistas, de formação e vocação filosófica, tinham posições de direita⁵², muitos oriundos do

⁵¹ A segunda fase é caracterizada por JAGUARIBE, 1979 como uma transição para a fase militante, “considerava que os problemas teóricos e metodológicos já haviam sido equalizados. Tratava-se agora de mobilizar o país, através do nacionalismo desenvolvimentista, para a grande tarefa do desenvolvimento.” (JAGUARIBE, 1979, p. 97) Essa divisão em fases parece consagrada nas análises sobre o ISEB. SODRÉ, 1978; SODRÉ, 1986; JAGUARIBE, 1979; TOLEDO, 1982; PÉCAUT, 1990; MENDONÇA, 1990.

⁵² Essa distinção entre Paulistas de direita e cariocas de esquerda será retomada no capítulo 4: “4.2. FNFi: Debates, embates e formação.”

integralismo⁵³. Os cariocas eram estudantes das ciências sociais e tinham posições tendencialmente de esquerda.” (JAGUARIBE, 1979, p. 95)⁵⁴

Nelson Werneck Sodré (1986, p. 14), ao discutir sua participação no ISEB aponta que foi convidado por Alberto Guerreiro Ramos, professor da Fundação Getúlio Vargas e membro da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, para participar nos trabalhos do *grupo de Itatiaia*.

A função do IBESP, orientado por um grupo intelectual ligado em sua grande parte ao Governo Vargas, era “organizar um instituto que se especializaria no estudo, na pesquisa e no planejamento de tudo o que se relacionasse com a realidade brasileira”. (SODRÉ, 1986, p. 14). Desta forma, o grupo que compunha o ISEB em seu início, era o mesmo do antigo IBESP. Um grupo heterogêneo com pretensão de oferecer um *pensamento político brasileiro*, pensamento que ficou conhecido como *ideologia do desenvolvimento* (SODRÉ, 1986, p. 14).

O IBESP, como centro aglutinador, não terá a empreitada de ser uma “fábrica de ideologias”, mas foi ele o formulador da única ideologia possível naquele momento: a do desenvolvimento nacional.

O ISEB, enquanto instituição governamental e enquanto cenáculo agregador de uma intelectualidade composta em vários matizes, aparecia em um contexto de grande polarização ideológica. As lutas políticas em meados dos anos 1950 eram propositoras de inúmeros projetos nacionais. O destino do Brasil como problema, plasmava uma variedade de alternativas, mas essas eram todas sumariadas num característico comum – a natureza do desenvolvimento nacional. Debates pululavam nas páginas da imprensa, nos partidos políticos e em centros de ensino como o ISEB. Aliás, o ISEB surgiu com o propósito de apresentar alternativas ao desenvolvimento nacional, sua função básica era a de oferecer projetos àquele sentido político. (COSTA PINTO, 2001, p. 60)

⁵³ Nelson Werneck Sodré também aponta essa associação entre intelectuais de várias vertentes e diz que “Corbisier fora integralista e estava emergindo do existencialismo. Nas discussões, que sua palavra fácil se inflamava, citava muito Ortega y Gasset e Sartre.” (SODRÉ, 1986, p. 18 – 19) Especificamente sobre Corbisier, sua trajetória intelectual e política, ver: CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. *Nasce a nação. Roland Corbisier, o nacionalismo e a teoria da cultura brasileira*. [TESE de Doutorado] Campinas – SP. Tese apresentada à Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 1993.

⁵⁴ Intrigante essa vinculação com o integralismo... O integralismo implicava na concepção autoritária da “democracia cristã” que combatia toda as ideologias contrárias aos seus fundamentos. Opunha-se à laicização do Estado e perseguiram o pensamento de esquerda, propondo inclusive a proibição do Partido Comunista, pretendiam submeter os sindicatos ao Estado e eram favoráveis a repressão dos movimentos de reivindicação dos trabalhadores. Sobre a ideologia integralista ver: VASCONCELLOS, Gilberto. *A Ideologia curupira (análise do discurso integralista)*. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais). São Paulo: USP, 1977; ver também: CHAÚÍ, Marilena. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In. CHAÚÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Centro de Estudos Contemporâneos, 1978.

Havia a necessidade histórica de desenvolvimento econômico brasileiro e o Estado não se furtou à utilização da via técnica e da burocratização de seu aparato envolvendo, inclusive, os intelectuais neste processo, que passaram a buscar formas para a modernização do Brasil. A realização da própria nação passava por aí, pela modernização do aparato burocrático e técnico. Ainda enquanto IBESP, grande parte dos intelectuais que faziam parte daquele quadro gravitavam em torno do Governo Vargas.

quase todos eram funcionários, isto é, pertenciam ao aparelho de Estado [...] funcionando como grupo organizado, forte pelas funções exercidas por alguns de seus componentes e pela assessoria que forneciam, os intelectuais do IBESP começaram a ocupar lugar no espaço, e particularmente no espaço político (SODRÉ, 1978, p. 9)

Nesse ponto a contradição do ISEB se manifestava de maneira forte. Ocupavam o Estado ou representavam o Estado? Havia uma conjuntura, que se estendeu até o golpe de 1964, onde os intelectuais, muitas vezes, agiam como sociedade e também como Estado. Em vários momentos, o Estado foi o catalizador das forças progressistas e, em outros, a própria trava da qual queria se livrar: a contradição presente na realidade como um todo.

A conjuntura e soma de fatores daquele momento histórico é que podem ser encaradas como singulares. A partir do início da década de 1960, uma conjuntura propícia à conversão política e à intervenção ideológica, que já existia, seria radicalizada. Foi essa conjuntura que Weffot (1967) chamou de “atmosfera ideológica”, estabelecendo uma crítica à leitura histórica das esquerdas.⁵⁵

Outro aspecto importante de se notar, e que por vezes passa despercebido, é que o centro político da administração executiva ainda residia no Rio de Janeiro, a transferência de da capital para Brasília aconteceu apenas em 21 de abril de 1960. Esse aspecto dava ainda mais importância ao ISEB e sua função na promoção do desenvolvimento nacional e atrelamento ao Estado.

⁵⁵ “Este esforço de mobilização, realizado particularmente no último período do governo Goulart, apenas começava a pôr alguns setores radicais da classe média em contato real com o povo, apenas começava a sugerir a necessidade da organização de massas para a ação, quando ocorreu a queda do regime populista que o havia possibilitado. Ficou na etapa da difusão dos princípios e não pôde passar a diretivas práticas de alcance político geral. Reduziu-se à criação de uma “atmosfera ideológica”, não teve condições para criar uma verdadeira ideologia de ação popular. Foi bastante para atemorizar a direita e sugerir-lhe a necessidade do golpe, mas foi insuficiente para quebrar-lhe o poder. Em realidade, toda esta mobilização, que expressa a crescente pressão das massas sobre as estruturas do Estado, tinha, não obstante sua indiscutível relevância política, uma debilidade congênita: encontrava-se, direta ou indiretamente comprometida com o governo e, através dele, com as instituições vigentes que a própria pressão popular ameaçava. Este equívoco histórico, uma das características mais importantes de todo este período, não pode deixar de ser assinalado quando buscamos compreender o sentido do movimento educacional brasileiro.” (WEFFORT, 1967, p. 9 – 10)

Criado em 14 de julho de 1955 na esfera do MEC, a finalidade do ISEB era divulgar as ciências sociais, buscando aplicar os dados dessas ciências para a compreensão da realidade, elaborando instrumentos teóricos para promover o desenvolvimento nacional.⁵⁶

Em entrevista concedida à Lucia Lippi Oliveira (1995), Guerreiro Ramos diz que a estrutura do ISEB se inspirava no modelo do Colégio de França, uma instituição que não poderia ser uma universidade, pois não oferecia qualquer diplomação, muito embora fosse sua característica a formação por meio de cursos, seminários e pesquisas.

o propósito era de instituir (...) um órgão que reconhecesse as pessoas que não têm carreira na universidade, mas que são grandes luminares, não importa que tenham título ou não. A proposta representava, pois, (...) uma ideia muito, muito alta. (...) uma instância de processamento do pensamento brasileiro (Oliveira, 1995, p. 155-157 apud. GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 239).

Sobre o pensamento brasileiro, havia o interesse em “superar as limitações teóricas do positivismo e do marxismo.”

[...] A essas pessoas importava, então, ademais de uma revisão teórica e metodológica das ciências sociais, tentar uma compreensão integrada do nosso tempo e do nosso país. E as movia o propósito de esboçar, dentro do histórico – socialmente viável, as linhas básicas de um projeto que otimizasse as possibilidades de desenvolvimento nacional do Brasil (JAGARIBE, 1979, p. 97)

Mas, como chegaram à conclusão da necessidade do nacional-desenvolvimentismo?

Analisando o cenário político brasileiro após a Segunda Guerra Mundial, o ainda IBESP, apontava um caminho. Jaguaribe diz que a aliança PSD-PTB caracterizou as aspirações dos setores progressistas do Brasil. Dessa forma, o ISEB se prestou unicamente a “observar a realidade do país, como efetivamente se apresentava, e a dar melhor formulação a interesses e aspirações que já caracterizavam os setores progressistas” (JAGUARIBE, 1979, p. 101)

A partir daí que o projeto nacional desenvolvimentista buscava acelerar o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país, genericamente buscando uma “concepção social-humanista, implicando uma democracia política e social” e constatando que o “Brasil e o mundo ocidental, a que está vinculado, são sociedades de classe, em diversos estágios evolutivos do capitalismo, que apresenta, no Brasil, determinadas

⁵⁶ Cf. Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, artigo 2º.

características fundamentais” (Ibid., p. 100). As leituras do atraso brasileiro coincidiam com as leituras das esquerdas. Resumidamente, o Brasil estaria em transição de uma economia agromercantil para uma industrial. Por isso a existência de um antagonismo entre os retrógrados, representados pelos setores ligados à agricultura, e os progressistas, representados pela burguesia nacional. (Ibid., p. 100 – 101).

1.3.1. Aproximando-se de JK e definindo a missão ideológica do desenvolvimento

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB nasce, como dissemos, a partir do antigo IBESP, que deixaria de existir em função das querelas políticas de início da década de 1950 que desembocaram no “11 de novembro de 1955”⁵⁷. O ISEB começou a funcionar em 1956, criado pelo ato do governo de Café Filho e manteve em seu quadro de pessoal os membros do IBESP. Isso aconteceu pela capacidade política deste grupo, formado em sua grande maioria por funcionários do Estado, em se associar aos setores nacionalistas do governo.

Após o suicídio de Vargas, o grupo se aproximou do General Newton Estillac Leal, líder da corrente nacionalista militar⁵⁸, ainda durante o governo de Café Filho e passaram a gravitar em torno de Juscelino Kubitschek, filiados ideologicamente às teses da CEPAL, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.⁵⁹

⁵⁷ Foi um movimento militar que eclode motivado pela retaliação ao nacionalismo militar e a possibilidade de um golpe que impediria a posse de Juscelino Kubitschek. Sob a liderança do Marechal Henrique Teixeira Lott, o movimento de 11 de novembro de 1955 destituiu da presidência de Carlos Luz e garantiu a posse de Juscelino. Sobre esse assunto ver tese de CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. 251 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense Centro de Estudos Gerais Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói – RJ, 2010. Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis.

⁵⁸ Nelson Werneck Sodré é um dos representantes desta corrente nacionalista militar.

⁵⁹ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL – é uma das comissões regionais das Nações Unidas com sede em Santiago do Chile. A CEPAL iniciou suas atividades em 1948 e tinha como finalidade ajudar o desenvolvimento dos países latino-americanos. A discussão partia dos efeitos negativos do livre comércio sobre os países em desenvolvimento/periféricos. A tônica dos estudos da CEPAL era a promoção da industrialização como forma de diminuição da dependência externa e consequente desenvolvimento econômico. Apesar de não homogêneo, o pensamento da cepalino no Brasil estava associado ao desenvolvimentismo e ao desenvolvimento nacional, passando por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Sobre a CEPAL ver: HAFFNER, Jaqueline A. H. (2002). *A CEPAL e a Industrialização Brasileira*. Porto Alegre RS – Editora EDIPUCRS. (coleção História; 49). Para informações oficiais ver Site da CEPAL: <http://www.cepal.org/pt-br>. Último acesso – 13/07/2016.

No processo acelerado de industrialização - graças aos grandes investimentos privados, nacionais e internacionais-, segundo Abreu⁶⁰ (s/d, s/n), “os intelectuais do ISEB apoiaram a política de desenvolvimento de JK, por considerá-la muito próxima das ideias que vinham formulando”.

Segundo o Artigo 2º do Decreto de criação do ISEB (Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955)⁶¹

O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (BRASIL, 1955, s/n)

Essa função do ISEB enquadra-se nas promessas de campanha de JK. A respeito dessa relação, Sodré (1993) atesta que era a intenção dos *fundadores* do ISEB que o instituto formulasse

a teoria do desenvolvimento, conceito muito em voga naquela altura e que pode ser entendido e sumariado na promessa de fazer o Brasil se desenvolver em cinco anos, o que poderia acontecer, normalmente, em cinquenta. Era o lema do cinquenta em cinco que, apregoado na campanha eleitoral do candidato Kubitscheck, seria por ele buscado, atabalhoadamente, em seu período de governo. (SODRÉ, 1993, p. 30 – 31)

Entretanto, nos parece que a vinculação aos “cinquenta anos em cinco” era, naquele momento, a garantia de existência do instituto. A heterodoxia ideológica do ISEB em suas várias divisões departamentais não oferecia consenso em relação à política econômica de JK.

⁶⁰ ABREU, Alzira Alves. “O ISEB e o desenvolvimentismo” In: *O Brasil de JK*. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea FGV- CPDOC, s/d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB> Último Acesso. 10/05/2017.

⁶¹ “Art. 1º É instituído, no Ministério da Educação e Cultura, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário, sob a denominação de Instituto Superior Brasileiros (ISEB), dotado, para a realização de seus fins, e na forma deste decreto, de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra. Art. 2º O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Art. 3º Para os fins a que se refere o art. 2º deste decreto, compete ao ISEB: I - Empreender estudos e pesquisas; II - Realizar cursos e conferências; III - Editar publicações periódicas e obras, originais ou traduzidas; IV - Promover concursos e conferir prêmios e bolsas de estudo; V - Divulgar, por todos os meios adequados, os estudos e trabalhos, próprios ou de terceiros, que atendam à sua finalidade.” (BRASIL, DECRETO nº 37.608, de 14 de Julho de 1955, Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/7/1955, Página 13641, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37608-14-julho-1955-336008-publicacaooriginal-1-pe.html> Último Acesso: 15/02/2017.)

Claro está que, enquanto órgão governamental e com finalidade de criar instrumentos teóricos para promoção do desenvolvimento, promovê-lo era interesse comum. Entretanto, para tornar concreta uma questão interna do ISEB, a participação do capital estrangeiro, presente nas ideias econômicas de JK, não eram ponto tranquilo. Isso, sem mencionarmos os problemas financeiros de manutenção do instituto, questão que o acompanha desde a informalidade, que pesa na adoção do discurso governamental a qual estará atrelado.

No momento que o ISEB buscava meios de se manter, ele se aproximou dos setores governamentais nacionalistas acabando por

gravitar em torno de Juscelino Kubitschek e seu desenvolvimentismo. A união em torno do aspecto da necessidade do desenvolvimento foi fundamental para que o seu funcionamento e as suas atividades fossem garantidos. Os objetivos do ISEB e do governo confluíam com relação à necessidade do desenvolvimento brasileiro, entretanto, não havia consenso em relação às formas adotadas.

Dessa forma, a aproximação com JK foi uma aproximação estratégica do ponto de vista da soma de forças. Mas do ponto de vista da convicção ideológica, o ISEB se mantinha heterogêneo.

Juscelino Kubitschek, em declarações públicas, prestigiou o ISEB, definindo-o como um centro de cultura, estudos e pesquisa, que se diferenciava dos demais órgãos universitários por estar voltado para o estudo dos problemas brasileiros. Mas JK não foi buscar entre os seus intelectuais os assessores que iriam definir e orientar as metas do desenvolvimento.



Figura 1 Juscelino Kubitschek inaugura a sede do ISEB. Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1957. Arquivo Público de São Paulo/ Última Hora. Disponível em:

http://jk.cpdoc.fgv.br/sites/jk.cpdoc.fgv.br/files/imagens/iseb_3.jpg

Criou o Conselho do Desenvolvimento exatamente com essa missão. (ABREU, s/d, s/n)⁶²

Sodré (1986, p. 19) define que, para os isebianos, a vitória de Kubitschek era vista como uma oportunidade política. Ademais, o processo eleitoral envolvendo JK teria se tornado campanha aglutinadora da luta pela defesa do regime democrático. Esta campanha eleitoral transcendeu a figura de Juscelino.

[...] na medida em que as forças antidemocráticas, usando e abusando do poder, voltaram-se contra ela, as forças democráticas tiveram necessidade de preservá-la, dando-lhe novo conteúdo. E uma campanha eleitoral comum, tornou-se terrível luta pela defesa do regime. Transcendeu a pessoa do candidato e o caráter das forças que o haviam gerado, sua eleição e sua posse tornou-se *problema central*, naquele momento, *para a manutenção da democracia brasileira*. O caráter assumido pela luta eleitoral e, depois, pela luta em torno da posse do eleito, independeu da pessoa do candidato. (SODRÉ, 1986, p. 19, grifos nossos)

Fica registrado, para utilizar uma expressão atual, o pragmatismo político que aglutinou as esquerdas e, no caso os interesses dos Isebianos, a defendeu o resultado eleitoral e a posse de JK. Quando passou ao Governo, a razão declarada para a existência do ISEB era a formulação da ideologia do desenvolvimento. De acordo com Sodré (1986, p. 20, grifos do autor), isso estava

na publicação inaugural, a *Introdução aos Problemas Brasileiros*. Existia no recrutamento das pessoas para os conselhos que dirigiam o ISEB. Existia nas entrevistas do diretor do ISEB. Existiu, inclusive, em discurso de Kubitschek, na qualidade de paraninfo da primeira turma ali formada.

Se no campo declarado o ISEB formularia a ideologia do desenvolvimento, no campo prático o significado de desenvolvimento não era assim tão consensual, apontando a heterogeneidade do pensamento isebiano⁶³.

O Plano de Metas desenvolvido por Roberto Campos⁶⁴ demonstrava que desenvolvimento para o Governo significava

⁶² ABREU, Alzira Alves. "O ISEB e o desenvolvimentismo" In: *O Brasil de JK*. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea FGV- CPDOC, s/d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>

⁶³ Embora haja eixos fundamentais no pensamento isebiano, é necessário perceber a diversidade e os conflitos internos de uma instituição que reunia em seus quadros intelectuais, Nelson Werneck Sodré e Roberto Campos juntos. Sobre esse tema ver: TOLEDO (1977), TOLEDO (1986) e ensaio de Maria Sylvania Carvalho Franco (1978) "O tempo das ilusões". In; CHAUI, M.; FRANCO, M. A.C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

[...] o esforço para acelerar o ritmo do crescimento econômico sem tocar na estrutura, de sorte a alcançar determinados níveis, tidos como metas, meramente quantitativos, particularmente pelo ingresso maciço de capitais estrangeiros, que seriam cobertos de privilégios. Em essência, tratava-se de acelerar o crescimento da economia brasileira pela generalização e aprofundamento das relações capitalistas, segundo projeto apriorístico, conciliando essa aceleração com os interesses do imperialismo e do latifúndio, mantida a estrutura agrária tradicional. (SODRÉ, 1986, p. 20)

Esse entendimento sobre o que era então o desenvolvimento foi responsável pela cisão característica da heterogeneidade dentro do ISEB. “De um lado, ficaram os partidários do desenvolvimento associado ao imperialismo e deste dependente; de outro lado, os partidários do desenvolvimento em bases nacionalistas” (Ibid., p. 20).

1.3.2. Da crise do nacionalismo isebiano à radicalização: que nacionalismo professava? O que precisava.

“O ISEB nunca teve homogeneidade, seus membros se ligavam por algumas ideias comuns – nacionalismo, desenvolvimento econômico, novo perfil para o país, afirmativo e independente. No mais, pouco se entendiam” (IGLÉSIAS, 2000, p. 229). Essa convivência heterogênea tem como ponto de ruptura o lançamento pelo ISEB do livro *Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, de Hélio Jaguaribe, em 1958.

A publicação do livro de Hélio Jaguaribe *nacionalismo na atualidade brasileira*, que apresentava a defesa do desenvolvimento do país com a participação do capital estrangeiro, desencadeou o ápice dessa divisão do ISEB, que teve seu fim com a saída de Hélio Jaguaribe, Roberto Campos, Anísio Teixeira e Hélio Cabral. Esse episódio abriu uma nova fase para o

⁶⁴ Roberto Campos faz parte de um segmento da intelectualidade que se aproxima do Estado para viabilizar seus projetos. No campo da economia, a partir da década de 1950, tendo como marco a fundação do BNDS em 1952, houve uma separação entre dois grupos que tomavam para si a competência técnica. “[...] forma-se uma elite de ‘técnicos’, e ocorre a cisão em dois grupos: os ‘monetaristas’ (vinculados à Fundação Getúlio Vargas e liderados por Otávio Gouvêa de Bulhões, Eugênio Gudim e *Roberto Campos*) e os ‘estruturalistas’ (onde se destacavam Celso Furtado e Ignácio Rangel), sob a influência da CEPAL. Com o advento do Golpe de Estado de 1964, os intelectuais próximos à FGV (que esteve ligada à fundação do IPES), sob o argumento da ‘competência técnica’, são designados para o ministério da Fazenda e para o Banco Central, enquanto Celso Furtado e seu grupo foram privados dos direitos políticos. Parece-nos que, nesse processo, o fundamental é que os critérios para a ascensão de determinados segmentos intelectuais são definidos no âmbito da política, autonomizando, num segundo momento, o elemento da competência técnica como fator de legitimação.” (Cf. VIEIRA, 1998, p. 63 [nota 23] Grifos nossos). Roberto Campos após o golpe de 1964, tornou-se ministro do Planejamento do governo Castelo Branco.

ISEB, em que a hegemonia política do grupo nacionalista se consolidava ao mesmo tempo que novos e mais fortes enfrentamentos com a direita se delineavam. (MENDONÇA, 2006, p. 335. Grifos do autor)

Para Nelson Werneck Sodré, a crise interna do ISEB “só pode ser analisada e compreendida, pois, quando devidamente inserida na crise geral que a emoldurou e presidiu” (Ibid., p. 24). O problema colocado, da cisão entre desenvolvimento associado ao capital estrangeiro e desenvolvimento nacionalista, era um problema politicamente posto fora do ISEB. Para Sodré, a crise de 1958, em tona da publica o do livro *Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, que definiu a partir daí a postura militante do ISEB, já fazia parte de uma campanha reacionária somada ao “pecado do esquerdismo”.

Embora Jaguaribe tenha, a partir da publica o deste livro, se decidido pelo capital estrangeiro, para Nelson Werneck Sodré ele sempre flutuara entre as duas correntes.

Comandava a corrente antinacionalista [...] o economista Roberto Campos, membro do Conselho Curador. Entre as duas correntes – acrescentava eu – por longo tempo, pretendendo conciliar os antípodas, ficou balanando o professor Hélio Jaguaribe. (...) Vem, agora, com a publica o do seu discutido livro, de romper as amarras, operando a op o que, no ótimo e na prática, já havia operado (...) Os nacionalistas despedem-se do professor Hélio Jaguaribe com saudades do tempo em que trabalharam juntos, e desejam encontr -lo adiante. (SODRÉ, 1986, p. 32)

Qual seria o problema de Jaguaribe defender qualquer posicionamento ideológico? Nenhum!   exatamente aí que, para Sodré, houve o pecado do esquerdismo: no surgimento do sectarismo esquerdista, que dividiu as forças do ISEB.

Nelson Werneck Sodré (1986, p. 27 – 39) apresenta um quadro de disputas internas, “uma competi o entre professores”, onde as disputas entre Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe foram um complexificador sobre as explica es para a crise de 1958 no ISEB. Havia uma disputa particular entre Guerreiro Ramos e Jaguaribe, fruto do individualismo intelectual e da vaidade, que fez com que Guerreiro Ramos fizesse uma denúncia sobre a publica o do “livro tido como herético”. Essa denúncia teria sido feita   UNE que cobrou um posicionamento do ISEB. Sodré, ideologicamente, estava colocado a favor de Guerreira Ramos, entretanto, do ponto de vista  tico, defendia Jaguaribe por entender que uma divisão ideológica em termos de censura era inconcebível. Essa defesa, no entanto, não o impedia de fazer críticas ao posicionamento ideológico de Jaguaribe.

A discordância do ponto de vista ideológico era válida, entretanto, não era o que estava se configurando. Essa crise “confirmava a acusa o do inimigo” ao apontar o ISEB

como ferramenta política e não científica. O Inimigo, para Sodré, são as forças que agiram no golpe de 1964, o que ele chama também de “forças da reação”. Estes seriam os beneficiados reais da crise, pois, “purificado” politicamente, o ISEB se debilitou e foi isolado, situando-se numa posição militantemente política e errônea por isso – não pela escolha do lado preferido” (SODRÉ, 1986, p. 31).

O desfecho, após reunião do Conselho Curador em conjunto com a Congregação em 19 de dezembro de 1958, foi uma espécie de censura sem cabimento. As posições do professor Hélio Jaguaribe não poderiam ter sido motivo de investigação e, muito menos, punição “em nome de um padrão ideal de “pureza””. (Ibid., p. 32)

Apesar da resolução aprovada após a reunião ter reiterado que o ISEB “é uma instituição cultural e não político-partidária ou sectária, que encontra no nacionalismo, como ideologia racional e crítica, voltada para a promoção do desenvolvimento brasileiro, uma de suas linhas fundamentais de estudo e de referência” (SODRÉ, 1986, p. 37), o pecado do esquerdismo havia agido e, a partir de 1960, o ISEB deixa seu caráter heterogêneo e passa a uma homogeneização. “Com Hélio Jaguaribe, deixavam o ISEB os que o haviam o acompanhado na crise, Roberto Campos, Anísio Teixeira⁶⁵ e Hélio Cabral” (Ibid. p. 39).

A partir desse momento, acompanhando o próprio desenvolvimento político do país, principalmente com João Goulart e as reformas de base, o nacional desenvolvimentismo do ISEB se radicaliza. Entretanto, devemos pontuar que a radicalização do ISEB se deveu também à ausência do contraditório, embora haja processos individuais de radicalização, como por exemplo Roland Corbisier, que esteve ao longo do tempo em contato com os mais variados intelectuais do ISEB, deixando de apresentar uma visão integralista e apresentando-se como socialista. Houve, com a querela sobre o tipo de nacionalismo, própria do livro de Jaguaribe, um processo de “homogeneização” ideológica, somado ao fato do próprio cenário político estar em ebulição.

Hélio Jaguaribe (1979) baliza que, mesmo durante a primeira fase do ISEB, Sodré já professava opiniões ideológicas bem marcadas pelo marxismo.

⁶⁵ Sobre Anísio Teixeira, é importante salientar que ele foi figura de destaque no campo educacional da década de 1950, esteve à frente de várias instituições estratégicas para o estudo, pesquisa, formação, dispersão e desenvolvimento educacional. Dirigiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPÉs), foi um dos principais responsáveis pelo Plano Nacional de Educação no Governo João Goulart, esteve à frente do Conselho Federal de Educação (CFE), e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) era membro do Conselho Curador, órgão de direção com mais sete pessoas.

Nelson Werneck Sodré, então coronel, que representava, na fase inicial do ISEB o elo entre os intelectuais e os militares nacionalistas, era um historiador de assentadas convicções marxistas, cuja coincidência com o grupo anterior [da primeira fase] se dava, predominantemente, no plano das aplicações de ordem concreta ou prática. *A posição de Nelson Werneck Sodré seria futuramente ampliada, com a incorporação de gerações mais jovens* e com a radicalização da linha política de Roland Corbisier e de Álvaro Vieira Pinto. (JAGUARIBE, 1979, p. 98 – 99 grifos nossos)

A posição de destaque de Sodré no ISEB e a “incorporação de gerações mais jovens” trata-se exatamente do momento em que o grupo será incorporado ao Departamento de História do ISEB dando origem à História Nova do Brasil.

É no bojo dessa radicalização, que em convênio com o MEC, foi organizado o empreendimento da História Nova do Brasil. O ISEB teve presença marcante no campo ideológico brasileiro com sua tese do nacional-desenvolvimentismo, que foi captada a partir da realidade histórica do momento vivido pelo Brasil. Acompanhando as questões políticas do governo João Goulart, a tese do nacional desenvolvimentismo apostava na defesa e na luta pelas “reformas de base”. Renovado com gerações mais jovens e renovado com a necessidade educacional no campo histórico, tema que será tratado adiante, o departamento de História do ISEB buscou, concretamente, ir além do *apoio* às reformas.

1.4. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB): o bom combate e alçoz da História

Neste ponto da tese, apresentaremos a historiografia do IHGB, que, para o grupo da História Nova do Brasil, representava a historiografia a ser superada e que estava presente nos compêndios para uso escolar do período. De imediato, devemos anunciar que a História Nova do Brasil não se propôs ao embate direto com o IHGB, não se tratava de uma disputa direta entre ISEB e IHGB. As inter-relações entre IHGB e a História Nova do Brasil, antes do golpe de 1964, só existiram a partir de um debate intelectual onde cada uma das instituições defendia suas teses a partir de suas revistas, mas sem citarem diretamente se estava sendo realizado um diálogo ou debate entre elas. Eram disputas no campo teórico metodológico e de defesa de princípios epistemológicos.

A historiografia do IHGB era hegemônica. As outras correntes historiográficas em disputa com ela, especificamente a marxista, procuravam demonstrar suas falhas e

inconsistências. Nesse sentido, podemos dizer, inclusive, que o ataque ao positivismo era sempre mais contundente que a crítica do positivismo ao marxismo. O positivismo, por estar em uma posição hegemônica até então, não estava preocupado em demonstrar a validade da sua proposta historiográfica. Essa situação de hegemonia do positivismo, pelo menos no que diz respeito ao ensino de história em instituições oficiais de ensino, durou até a publicação *oficial* da História Nova do Brasil.

A publicação oficial dos compêndios de história aconteceu em janeiro de 1964. Em maio de 1965, através dos interrogatórios para os inquéritos policiais militares, os autores da História Nova do Brasil tomaram conhecimento de um parecer emitido pelo IHGB⁶⁶. Em tese, tendo sido escrito antes do golpe, esse parecer era utilizado como embasamento para a acusação das atividades subversivas dos autores na escrita de suas monografias. A partir de então, o IHGB se inscreve na história da História Nova do Brasil não como um adversário, mas como um algoz.

Trataremos da análise deste momento da História Nova do Brasil no capítulo 6, quando analisaremos a História Nova não mais como projeto, mas como resistência. Por agora, cumpre especificarmos que havia no projeto da História Nova do Brasil a crítica ao positivismo no campo historiográfico. Dessa forma, lutas se fundiram. De um lado, estava a teoria marxista e a análise do passado brasileiro, que eram presentes tanto no PCB quanto no ISEB e implicava em ações políticas específicas como a radicalização do processo da reforma de base proposta por João Goulart. De outro lado, estava uma postura historiográfica, que também se utilizava do aporte marxista para transformar culturalmente, através da educação, o corpo social capaz de sustentar as transformações.

O inimigo no campo político seria o imperialismo e os setores atrasados da sociedade brasileira. No campo científico, o combate seria aos ideólogos do atraso e sua ciência positivista. A ferramenta para colocar em prática novas formações foi a educação de base.

A pesquisa histórica no Brasil nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Antes existe apenas a pesquisa individual, o trabalho de um ou outro estudioso, que tenta encontrar, em arquivos nacionais ou estrangeiros, peças novas que fundamentem os temas a desenvolver. (RODRIGUES, 1969, p. 33)

⁶⁶ ANEXO X – Parecer sobre a História Nova elaborado pela Comissão de História do IHGB. Esse parecer será analisado no Capítulo 6 “6.1. O Parecer do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 e sediado no Rio de Janeiro, teve participação ímpar na história da disciplina História no Brasil⁶⁷. Pioneiro na coleta e organização dos documentos, assim como em levantamentos etnográficos do campo da geografia e da linguística, o IHGB produziu conhecimento sobre o Brasil almejando o projeto da construção da nação. A nação pretendida tinha a monarquia como modelo de governo. A grande maioria dos fundadores que ao todo eram 25 sócios efetivos, de acordo com a notícia de criação do Instituto publicada no primeiro número de sua revista de 1839, desempenhava funções dentro do aparelho do Estado compondo altos cargos. Acrescido a este fato, é importante mencionar que toda a primeira geração de membros havia nascido em Portugal e estava, por razões napoleônicas, forçosamente residindo no Brasil. Nesse sentido, pode-se dizer que o IHGB estava comprometido com o setor conservador e tradicional da sociedade brasileira, representando os valores do colonizador (CALLARI, 2001, p. 59 – 61).

Sobre a primeira geração do IHGB pesava a construção histórica do Brasil, mas sem perder os laços estreitos com Portugal. A nomeação de D. Pedro II como protetor da instituição é um símbolo expressivo que deixa clara a estreita relação deste instituto com o poder instituído no século XIX. Vale ressaltar que o cargo ocupado pelo monarca não era apenas cerimonial, uma vez que o próprio D. Pedro II participava ativamente das reuniões.

O IHGB exercia sua influência em todos os aspectos da sociedade brasileira. No campo historiográfico, esteve presente de maneira incisiva através da publicação de sua revista e participação na confecção de livros didáticos. Era notória sua atuação dentro do Estado, com cargos políticos. A participação e influencia na sociedade civil também era notória, os membros do instituto ocupavam cargos respeitáveis para a época como, por exemplo, médicos, eclesiásticos, jornalistas e professores. Nesse sentido, os membros do IHGB tiveram papel ativo na formação ideológica e na propagação dos valores monarquistas. Em início da década de 1960 esta influência nos vários aspectos da sociedade brasileira ainda era um dos principais pontos da ira do parecer contra a História Nova do Brasil, segundo Sodré (1965a, p. 82).

Findada a Monarquia, o IHGB e seus membros serviram como cristalizadores dos grandes feitos dos grandes nomes da história brasileira, principalmente enaltecendo a figura de D. Pedro II como grande pavimentador dos sucessos brasileiros, muito embora esta tenha

⁶⁷ Podemos citar que na missão francesa da década de 1930, responsável pela estruturação da USP, por exemplo, não se permitiu a utilização de nenhum estrangeiro para a disciplina da história do Brasil. “[...] os fundadores da Universidade não ousaram convidar um estrangeiro para ensinar História do Brasil quando se estruturou a área de História.” (NOVAIS, 1994, p. 165)

sido uma “criação” mais literária do que histórica, uma mistificação de uma realidade bem distinta.

A política de D. Pedro não foi, não poderia ter sido outra coisa que o reflexo de forças que atuavam no seio da sociedade; e podemos até dizer, se tivéssemos de determinar o grau de contribuição individual do Imperador para a evolução do país, ela interveio em proporções insignificantes, praticamente nulas. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 89)

Em relação à função de reescrever a história do período Imperial com louros, a título de exemplo podemos relembrar que, durante o segundo reinado (1840 – 1889), houve um empenho em expor a Inconfidência Mineira⁶⁸ (1789) como movimento destinado à derrota. Dessa forma, tentariam proteger o regime monárquico do conteúdo republicano. Entretanto, obviamente, a república prosperou. Deste golpe, restou aos membros do IHGB reverenciar o período anterior como necessário ao progresso civilizatório (CALLARI, 2001), a partir do qual foi criado um marco, uma data comemorativa que serviu de base para a unificação nacional.

No campo da história enquanto disciplina, o IHGB foi responsável pela difusão da ideia da existência de um tipo de nação, que aparece em função da necessidade da manutenção da ordem. Neste momento histórico (século XIX), o Brasil republicano não tem identidade e a realização da nação é o princípio relativo à formação dos Estados Modernos. Há a necessidade de criar no Brasil uma história comum, um passado que dê orgulho e honre seus habitantes, uma nação que possa minimamente manter suas propostas políticas e econômicas. Assim, a mesma Inconfidência Mineira, antes rechaçada, agora aparece como um grande movimento nacional que representa os anseios da unidade nacional. Dessa forma, os intelectuais do IHGB, amalgamavam a formação de um passado comum à noção de nação com pretensões de unidade territorial preservada pela identidade.

O IHGB pretendia fazer uma história, segundo Iglésias (2000), pedagogicamente orientadora dos “novos para o patriotismo”. Seguiam uma forma corriqueira na Europa retratada pela obra *Monumenta Germaniae Histórica*⁶⁹, fundamentada em aspectos do romantismo. O Romantismo à brasileira encarregava-se de criar um passado brasileiro

⁶⁸ Sobre o assunto ver: FONSECA, Thais Nivia de Lima. *A inconfidência mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930 – 1960)*. In: Revista Brasileira de História. Vol. 22. No.44 São Paulo 2002. Disponível em: [WWW.scielo.br.php?pid=s0102-0188200200009&script=sci_arttext](http://www.scielo.br.php?pid=s0102-0188200200009&script=sci_arttext).

⁶⁹ Uma série de fontes recolhidas e editadas para o estudo da história da Alemanha medieval. Surge na Alemanha na primeira metade do século XIX.

Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geographico do Brazil, e desta arte mostrarmos às nações cultas que também prezamos a gloria da pátria, propondo-nos a concentrar, em uma litteraria associação, os diversos factos da nossa história e os esclarecimentos geographicos do nosso paiz, para que possam ser offerecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inxactidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionaes como estrangeiros. (MATTOS; BARBOZA, 1838, p. 9)

A nossa História, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo o conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha de nossa civilização. Ou Ella se considere pela conquista de intrépidos missionários, que tantos povos attrahiram á adoração da cruz erguida por Cabral neste continente, que lhe parecia surgir do sepulchro do sol; ou pelo lado das acções guerreiras na penetração de seus emmaranhados bosques, e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta, contra inimigos externos invejosos de nossa fortuna; ou finalmente pela riqueza de suas minas e mattas, pelos productos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedade e pompas de seus vegetaes, abundancia e preciosidades de seus fructos, pasmosa novidade de seus animaes, e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos de nossos patrieios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um thesouro inesgottavel de honrosa recordação e de interessantes idéias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz. (MATTOS; BARBOZA, 1838, p. 10 – 11)

É notória a valorização e engrandecimento de todos os aspectos brasileiros. Mas, dentro da “marcha da civilização” da história geral, o Brasil deve ser partícipe. Não é sem propósito que Januário da Cunha Barboza, ainda em seu discurso, versa sobre os ilustres brasileiros que participaram de nossa história nos livros do exterior. Barboza (1838) diz ainda que é tempo de inscrever na História Geral a verdadeira participação destes ilustres, que até então ficavam absorvidos pelos créditos à metrópole — mesmo dando os créditos a quem se deva dar, no caso aos portugueses.

O tipo de História pretendida, que despertaria os sentimentos nacionais, deveria passar pela biografia dos grandes homens que não são “instrumentos cegos do destino [...] a história os deve pintar taes quaes foram na sua vida, obrando em liberdade, e fazendo-se responsáveis por suas acções”. (MATTOS; BARBOZA, 1838, p. 13). De acordo com Iglésias (2000, p. 61), o conceito de história baseava-se na alusão aos exemplos biográficos de “vultos tidos como exemplares”.

Na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as applicações da honra, apreciar a gloria e a afrontar os perigos que muitas vezes são causas de maior gloria. O livro de Plutarco (diz o Barão de morogues) é uma excellente escola do homem, porque offerece em todos os gêneros os mais nobres exemplos de magnanimidade; ahi se encontra descoberta toda a

antiguidade; cada homem celebre ahi aparece com seu gênio, com seus talentos, com suas virtudes e com a influencia que exercera sobre seu século; ahi se aprende como o gênio dá movimento a povos inteiros por suas leis, por suas conquistas, por sua elequencia; ahi se concebe a sabedoria dos desígnios, [...] ahi vidas brilhantes e mortes illustres ensinam a amar a gloria, a apreciar as suas causas, a prever os seus resultados, e a acautelarmo-nos daquelles perigos que a seguem como sombras, porque (diz M. Thomaz) os homens que pensam sobre o universo também lutam com seu proprio peso; logo após a gloria acham-se frequentemente occultos o deserto, o ferro e o veneno.

E não offerecerá uma historia veridica do nosso paiz essas lições, que tão proficoas podem ser aos cidadãos brasileiros no desempenho de seus mais importantes deveres? (MATTOS; BARBOZA, 1838, p. 14 – 15)

Foi tarefa do Instituto divulgar os “varões distintos” da pátria que serviriam como norte nos “caminhos da honra e glória nacional”. O povo, na história professada pelo Instituto não aparecia senão como uma massa disforme e carente de exemplos morais, de retidão etc.

Na visão de Sérgio Buarque de Holanda (2005) em “Raízes do Brasil”, publicada em sua primeira versão em 1936, os românticos Brasileiros prestaram um desfavor “tornando possível a criação de um mundo fora do mundo, [...] nada de verdadeiro, tudo de belo, mais arte que ciência; mais cúpula que alicerce”. Para este autor, o romantismo criou uma realidade inexistente e que traria consequências no futuro. Teria sido uma forma de não nos rebaixarmos frente às nações cultas e, nesse aspecto, “tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada” (HOLANDA, 2005, p. 162 – 163)

A relação personalista da história, que se busca através do estudo biográficos dos grandes homens, pode ser entendida por meio do que Sérgio Buarque de Holanda (2005) entendeu como uma característica peculiar em nosso desenvolvimento cultural: no Brasil se desenvolve ao extremo uma “cultura da personalidade”.

Pode dizer-se, realmente, que pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada homem em relação aos semelhantes no tempo e espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional. Para eles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes [...] (HOLANDA, 2005, p. 32)

Segundo Buarque de Holanda (2005), esses são traços da mentalidade brasílica e marcam as ações no Brasil em diversos níveis.

A História Nova do Brasil tentou empreender uma mudança desse tipo de historiografia. Buscou diminuir o personalismo da história positivista, tentou revisitar o sentimento nacional, inclusive utilizando o caminho pavimentado pelo positivismo, incluindo na história do Brasil o povo e a luta de classes. Ela procurava romper com a marcha ininterrupta da civilização, do projeto civilizatório europeu, mudando o eixo geográfico e passando a criticar o imperialismo norte-americano, associado aos grupos retrógrados internos que sempre impediram os avanços brasileiros.

1.5. Um ponto de chegada para um novo ponto de partida

Até aqui, o que verificamos foi que, do ponto de vista intelectual e da produção teórica, Nelson Werneck Sodré é um autor coerente com suas concepções ideológicas. Rigoroso nas análises, em seus escritos teóricos buscou as especificidades da apropriação marxista para as análises da realidade brasileira. Percebemos que Sodré tem domínio e clareza das questões e limitações impostas. Dito isso, entendemos que há uma grande distinção entre a análise histórica sobre a realidade brasileira e as possibilidades reais de atuação na realidade. Uma vez que a primeira representa o campo do ideal e a segunda o campo do real. Se a ação política pudesse ser estabelecida de acordo com que as teorias defendem, teríamos, no caso da teoria de esquerda, já alcançado o socialismo. Ainda, se a ação política fosse como pretendem os conservadores, estaríamos restritos à aceitação eterna da exploração. Assim, a contradição é elemento fundamental da compreensão da realidade e atuação prática.

Entendemos Nelson Werneck Sodré como um intelectual engajado, o que é quase um pleonasma para o período histórico⁷⁰, mas, acima de tudo, o entendemos como um intelectual propositivo e com forte visão estratégica. Sua crítica não se limitava à arrogância, na medida em que apontava saídas e fazia uma opção pela prática, dentro do quadro que a realidade histórica oferecia.

Buscamos apontar que toda e qualquer ação política coloca em prática é embasada por concepções de mundo. Em se tratando da Revolução Brasileira, dos caminhos da transformação social que fossem capazes de superar as ordens coloniais brasileiras, os

⁷⁰ Para o momento histórico, o engajamento político dos intelectuais é uma marca. Sobre esse assunto ver PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política brasileira: entre o povo e a nação*. São Paulo. Editora Ática S.A. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. [Série Temas vol. 16 – Sociologia e política], 1990.

intelectuais e suas ideologias estabeleceram projetos distintos para o país. Cada ideologia, de acordo com a sua perspectiva, apontava para uma direção e oferecia um norte para as ações. Essa relação, da existência de uma concepção de mundo norteando projetos para a sociedade, se dá em toda tomada de decisão política e em todas as direções, seja à direita, seja à esquerda. Na controvérsia sobre a existência ou não do feudalismo brasileiro residia também uma questão política. A existência do feudalismo, de uma etapa a ser superada, significava ações políticas menos abstratas para o desenvolvimento brasileiro, dentre eles a reforma agrária, que para essa teorização era tida como uma contradição em relação ao capitalismo e que atrasava seu desenvolvimento.

Após o golpe de 1964, a “teoria da Revolução Brasileira” foi revisitada e o processo histórico garantiu a visualização de que não existia a contradição entre as formas de produção no campo e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Entretanto, somente do ponto de vista da acumulação de capital e não de sua distribuição democrática. O desenlace não significou a realização do tipo de desenvolvimento requerido pelas esquerdas e por algumas instituições como ISEB, que apostaram no “nacional desenvolvimentismo”. Não obstante, o desenvolvimento capitalista não se efetivou sob bases populares.

Traçamos aproximações, principalmente neste período histórico pré-1964, entre PCB, III Internacional Comunista, ISEB e a História Nova do Brasil, assim como entre a visão de Nelson Werneck Sodré e de Caio Prado Junior, que apesar de suas divergências, mantinham-se em torno de um ideal de transformação. Hegemonicamente, a historiografia sobre o assunto da Revolução Brasileira identifica a III Internacional Comunista e o PCB como culpados pelos erros da esquerda em geral por causa da radicalização do desenvolvimento capitalista, da associação ao inimigo, da presença da burguesia nacional, do feudalismo ou pelo esquematismo marxista. Entendemos que as aproximações em torno das teses do PCB não devem significar unidade teórica.

Havia um compromisso político que acabou unindo forças sociais com interesses distintos e, por vezes, até antagônicos. Essa é outra ambiguidade com que o período deve trabalhar. Seria impróprio sugerir a capacidade absoluta da III internacional ou do PCB de pautarem em absoluto as necessidades históricas do povo brasileiro. Seria desvincular as necessidades e interesses que cada fração ou grupos sociais, mesmo à esquerda, pudessem ter. Entendemos o momento como uma aliança estratégia entre alguns grupos dos quais o nacionalismo e o desenvolvimentismo apresentavam a bandeira que mais contemplava os interesses comuns.

Acreditamos na importância fundamental do PCB na divulgação do marxismo no Brasil e como vanguarda da ideia-força da revolução. Era, por excelência, uma organização formativa e, nesse sentido, exercia forte influência sobre a sociedade. Entretanto, concordamos com Aarão Filho que aponta que essa instituição e seus intelectuais buscavam as especificidades, dentro de suas limitações e restritos à possibilidade de seu tempo histórico, para a aplicação da teoria no Brasil.

O pensamento de esquerda, suas análises e a atuação a partir das instituições se constituem como peças de um quebra-cabeça para o entendimento da realidade brasileira e, por conseguinte, para o entendimento da História Nova do Brasil, na medida em que balizaram e motivaram suas ações. Entretanto, as ideias não se movem sem o real que as determina. Como vimos, as ideologias neste período histórico tinham muito importância e se propunham, a partir do Nacional-desenvolvimentismo do ISEB e/ou das ideias da carta de março 1958, por exemplo, a agir sobre esse real. Nossa intenção, com o próximo capítulo é apontar a riqueza de determinantes que estão presentes no momento de organização e realização do projeto da História Nova do Brasil.

CAPÍTULO 2: O pré-1964: efervescência e disputas políticas (projetos de Nação)

Neste capítulo, procuramos construir um guia que nos ajudará a balizar os acontecimentos em torno do nosso objeto. Nossa ideia é irmos cercando o objeto a partir do contexto histórico brasileiro do qual ele faz parte.

Nosso foco, portanto, será o período João Goulart (1961 – 1964), todavia faremos uma pequena digressão sobre os processos de modernização do Estado brasileiro e que pressionaram esse governo para a realização das Reformas de Base.

2.1. O que herda Goulart: Estado, estrutura política e sociedade no Brasil republicano (1930 – 1964) – o motor, a forma e a formatação

Entendendo que é possível realizarmos um recorte político de forma didática, e nele outros recortes, esse momento será destinado às mudanças políticas pelas quais o Brasil passou, tendo como protagonista o próprio Estado brasileiro. Nesse aspecto, tratamos das mudanças que o Estado propôs para a sua própria estrutura através de suas instituições e como essas mudanças afetaram a organização brasileira do ponto de vista político. Para essa incursão, algumas questões foram utilizadas como norteadoras: como e por quais razões o Estado brasileiro abandonou uma concepção de Estado mínimo para atuar de forma centralizadora e diretiva e quais são as relações possíveis entre burocracia, nacionalismo e modernização.

O recorte temporal é de 1930 a 1964. Buscamos, num primeiro momento, expor quais foram os caminhos da modernização brasileira e qual foi a atuação do Estado nas questões de

organização da vida política e social do país. Essa análise busca entender os motivos da existência, por exemplo, da instituição ISEB.

Essa primeira análise tornou-se necessária à tese porque em vários momentos do trabalho nos deparamos com argumentações que apontavam a História Nova do Brasil como uma experiência meramente conjuntural. Isso significa que para muitos pesquisadores que passaram pela temática, o projeto da História Nova do Brasil era expressão somente de uma possibilidade aberta pela conformação política e econômica, o que não seria pouco. Porém, nesta visão, não é levado em conta todo o volume ideológico e de tentativa de transformação estrutural que viu na educação uma ferramenta estratégica. Nesse “campo” heterogêneo estavam nacionalistas, comunistas, progressistas e alguns outros, compondo as forças modernizantes e se utilizando do Estado como catalisador das transformações, não obstante, o contraditório.

De forma caricatural e seguindo o caminho apontado, o período histórico imediatamente anterior ao período varguista se caracterizou por várias transformações políticas, econômicas e culturais que resultaram no crescimento das camadas médias e da classe trabalhadora urbanas, que pressionavam o Estado por maior participação política. Eram estes os novos personagens que entravam em cena e reivindicavam desenvolvimento, moralização das instituições e do processo eleitoral, melhores condições de vida e de trabalho etc. Data desse período o surgimento das associações de trabalhadores influenciadas pelos imigrantes e a difusão dos ideais anarquistas. Além destes, os ecos da Revolução Russa de 1917 influenciaram a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, que também passou a disputar o controle sobre os movimentos reivindicatórios. Ocorre uma complexificação na sociedade brasileira, com a qual o modelo político até então vigente teria que lidar.

O processo de industrialização e urbanização complexificaram as relações sociais, ainda que ligadas ao poder oligárquico. Embora mantivessem uma política comum, dando prioridade à economia agroexportadora, surgiram interesses políticos divergentes que dificultavam a manutenção da ordem da república oligárquica como um todo.

Se nos aprofundarmos nas características dessas divergências, notaremos que elas já estavam presentes nos interesses locais que por tempos se refletiram na política de revezamento do poder entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, política histórica conhecida como “café com leite”. Entretanto, em nova ordem, esses fatores internos somaram-se aos aspectos internacionais da crise de 1929 e afetaram diretamente o cenário econômico brasileiro, forçando uma diversificação e desenvolvimento industrial.

Assim, ao final da década de 1920 o sistema oligárquico e personalista da República Velha se tornou alvo de fortes críticas motivadas pelas demandas de modernização do Estado brasileiro. Eis aí a complexificação do modelo político somada às facetas internas e locais, que desenvolveram as especificidades brasileiras.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1979) em obra intitulada *Cidadania e Justiça*, do ponto de vista teórico, desde a abolição até 1931 no Brasil, houve a tentativa organizar a economia e a sociedade segundo os princípios *laissez-fairianos*. Essa tentativa, tanto do ponto de vista teórico quanto do discurso, girava em torno da aplicação do modelo capitalista puro, sem intervenção estatal. Entretanto, uma breve análise e ponderação sobre as relações de trabalho na área rural após a abolição já nos permite apontar que o *laissez-faire* foi aplicado “à brasileira”, longe da pureza teórica que propunha.

Após a abolição, nas áreas rurais, não foi realizada a substituição da mão de obra escrava pela assalariada, de forma que a mobilidade do fator trabalho pudesse atender às condições que a acumulação do *laissez-faire* precisava. Esta ponderação já aponta para a existência restrita da ideologia do *laissez-faire* que, para Wanderley Guilherme dos Santos (1979), seria válida somente para a área urbana.

Na área urbana, já na primeira década do século XX, a ideologia do *laissez-faire* causou problemas às elites industriais por permitir a entrada organizada da força de trabalho na vida política. Em 1907, seguindo os princípios do liberalismo clássico, a elite industrial passou a permitir a livre organização do trabalho independente do Estado através da lei de sindicalização, proporcionando à força de trabalho o ingresso “de forma associativa e organizada na vida política e social” (SANTOS, 1979, p. 65). A consequência seria a geração de demandas sociais e pressões por via das greves e que tinham a repressão como resposta do poder público. Dessa forma, o ideal do *laissez-faire* assumiu que, fora da ordem do mercado, haveria a *ordem da coação*, ou seja, a possibilidade da estabilidade da ordem do mercado por meio da repressão.⁷¹

Ao final da década de 1920, o cenário político e econômico era o de uma estrutura com recursos que se diferenciavam muito pouco do começo do século XX, causando, por um

⁷¹Este encaminhamento dado pelo Estado brasileiro fortalece as teses althusserianas: “O que é determinante, em última instância, são as relações de produção (que são, ao mesmo tempo, as relações da exploração) capitalistas. O que é determinado, portanto, o que é secundário, é a repressão, a saber: o Estado que é seu centro último de onde irradiam todas as formas de repressão, seja sob a forma de repressão do Aparelho repressor de Estado, repressão física direta (polícia, forças armadas, tribunais, etc.) ou indireta (administração) e todas as formas do submetimento ideológico dos Aparelhos ideológicos de Estado.” (Louis Althusser, *Sobre a Reprodução*, Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 150). Interessante a atualidade e, portanto, a eficácia da forma e fórmula capitalista de exploração e expropriação.

lado, a crescente pressão social por renovação e atendimento às novas demandas e, por outro lado, o crescimento da repressão por parte do poder público contendo uma elite ideologicamente fechada.

Boris Fausto, em “História Geral da Civilização Brasileira” (1990), analisando a crise dos anos vinte e a revolução de 1930, localizou alguns pontos importantes para o entendimento da intervenção do Estado sob comando de Getúlio Vargas a partir de 1930: a dependência do setor agroexportador da década de 1920, a pouca concentração de capital e uma burguesia restrita do ponto de vista numérico, embora fortes do ponto de vista do controle.

Sobre a burguesia industrial nacional, diz o autor que ela ainda estava economicamente subordinada aos grupos agrários. Tal condição revelava que não havia condições políticas, e talvez até mesmo econômicas, para propor ou bancar um projeto nacional de desenvolvimento burguês no Brasil.

Considerando a necessidade de industrializar e modernizar o Brasil e a incapacidade da burguesia nacional em fazê-lo, dois caminhos foram apontados como alternativa. O primeiro propõe o desenvolvimento através do investimento externo. O segundo defende o desenvolvimento por meio do financiamento do Estado. Assim, no Brasil, embora o grupo beneficiado tenha sido a burguesia, o processo de desenvolvimento não foi conduzido por ela e sim pelo próprio Estado de forma centralizadora, ou seja, de cima para baixo. De acordo com Boris Fausto (1990), a burguesia não teve hegemonia nesse processo.⁷²

Dando um contraponto, Eli Diniz (1996), em “O Estado Novo: Estrutura de Poder Relações de Classe”, acaba por fazer a defesa da burguesia, muito pela falta dela na historiografia. Para a autora, diversos processos sociais e políticos estavam em disputa, e, na ausência de um grupo hegemônico que fosse forte o bastante para conduzir o processo de modernização brasileira, formou-se um aparelho estatal heterogêneo de estruturas de decisão. Dessa forma, apresenta a ideia de que os processos políticos eram feitos através de alianças entre frações de classes, não cabendo a consideração de um processo monolítico, como

⁷²A questão da Burguesia nacional já foi desenvolvida quando discutirmos a “Revolução Brasileira”. A existência ou não de uma burguesia nacional no processo de modernização brasileira para nós é ponto não resolvido, assim, encontramos acolhida nos autores que apontam a burguesia nacional atrelada à simbiose nacionalista. Dito de outra forma, a burguesia nacional existiu e existe tanto quanto o projeto nacional desenvolvimentista existiu ou existe; estrategicamente. Outra ponderação possível, a partir de uma perspectiva materialista, é que dizer que o Estado realizou seria o mesmo que dizer que o grupo economicamente no poder realizou. Nesse sentido, podemos depreender que a burguesia, neste momento histórico, não era a classe hegemônica no poder, mas, ao que parece, dominava já alguns postos de decisão no aparelho de Estado. A questão que pode ser diferenciada aqui é: quem arcou com essa modernização? Quem de fato “patrocinou” esse desenvolvimento? Exploração do trabalho e do trabalhador? Impostos? Ou quem se fortaleceu com essa modernização?

atribuído somente aos ditames de um Estado ou um governo. A tese apresentada pela autora é a de uma modernização conservadora que, embora as mudanças não apresentem rupturas bruscas, apresentariam pontos de ruptura, pontos de transformações e disputa, onde se pode notar a participação das frações distintas de classe e, dentre elas, a própria burguesia. Para a autora, as generalizações sobre a temática estariam impedindo que a burguesia fosse visualizada.

De toda forma, o Estado Novo surge como grande catalizador das ações do Estado na economia, na política e nos setores administrativos. Nos 15 primeiros anos do governo Getúlio, foram experimentadas, pelo menos, três novas formas de inserção e organização da relação do Estado com a sociedade, todas elas concorrendo ou se imbricando com a “tradicional” forma de clientelismo⁷³. Os estudos de Edson Nunes (1997), em “a gramática política do Brasil”, apontam que a centralização do novo regime teve que contentar diversos grupos, ocasionando uma política de conciliação, um “Estado de compromisso”, que deu vazão a tendências distintas do ponto de vista das expressões institucionais para dar conta dos desafios propostos. Uma vez que,

[...] O processo de mudança então desencadeado incluía: a) intervenção estatal na economia, através da criação de agências e programas, políticas de proteção do café e transferência de todas as decisões econômicas relevantes para a esfera do governo federal; b) centralização política, reforma administrativa, racionalização e modernização do aparelho de Estado; c) redefinição dos padrões de relacionamento entre oligarquias locais e estaduais, intensificação das trocas entre o governos federal e os grupos estaduais, com a simultânea centralização dos instrumentos para o exercício do clientelismo; d) incorporação do trabalho em moldes corporativos. (NUNES, 1997, p.49)

O universalismo de procedimentos e a nacionalização do clientelismo foram expressões institucionalizadas pela ação estatal que buscavam adequar toda a sobrecarga de desafios modernizantes proposto pelo Estado brasileiro durante o governo Vargas. Esse intervencionismo estatal nas regulações econômicas e políticas só foi possível pela criação dos meios institucionais para essa intervenção. Pontos específicos tornaram-se fundamentais para a sua construção e ação, entre os principais estão a racionalização das informações sobre o aparelho estatal, a “consciência do atraso”⁷⁴, que funcionava como justificador das ações no

⁷³ Beneficiamento através do sistema político e suas instituições dos grupos locais e estaduais. (NUNES, 1997, p. 47).

⁷⁴ Fator importante desempenhado pelas agências de pesquisa e estudos financiadas ou não pelo Estado brasileiro, formadores ideológicos e catalizadores das necessidades. ISEB, CEPAL, Banco Mundial, SUDENE.

campo econômico, e um regime autoritário, que inegavelmente beneficiou os arranjos do aparelho de Estado. (NUNES, 1997, p. 55 – 60)

Qualquer que tenha sido os motivos da nova elite governamental pós-30, ela foi orientada “pelo caminho da acumulação e diferenciação da estrutura econômica do país, ao lado da tradicional política de proteção ao setor cafeeiro.” (SANTOS, 1979, p. 67). O Estado tomou a frente na organização da acumulação e da reestruturação produtiva. Dessa forma, a pergunta não era mais se o Estado deveria interferir na economia, mas como deveria fazê-lo.

O que foi feito pelas elites pós-1930, segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1979), foi um programa de engenharia institucional que permitiu a ativa intervenção do Estado na vida econômica e social brasileira. Esse programa permitiu uma intervenção do Estado sem criar conflitos com o desenvolvimento da ordem fundamentalmente capitalista, permitindo o seu regulamento através da cidadania.

Além das primeiras medidas para atender as demandas da população quanto à regulamentação do trabalho industrial, como férias, trabalho dos menores e trabalho feminino, três foram os parâmetros governamentais de intervenção e regulação da esfera da produção: a) A regulamentação das profissões; b) a carteira profissional; c) o sindicato. Estes três parâmetros definiam que os direitos dos cidadãos eram decorrência dos direitos das profissões. Assim, em 1931 foi promulgada a nova lei de sindicalização. Além da divisão entre sindicatos de empregados e de empregadores, os sindicatos também passam a ser divididos por profissões que passam a depender de registro no Ministério do Trabalho.

Na realidade, o “novo sindicato” estabelece quem pode pertencer ao sindicato e se o próprio sindicato pode funcionar, uma vez que o funcionamento passa a depender de registro. A regulação da cidadania passa a ser, então, a carteira de trabalho, que confere a “evidência jurídica” garantidora dos direitos trabalhistas. A regulamentação da profissão é o que pode garantir a participação política do trabalhador uma vez que só poderia associar-se em sindicato o trabalhador regulamentado. De acordo com Santos (1979, p.69), “[...] os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal”

Uma vez reestruturados a esfera da produção, o Estado se volta para a política social *strictu sensu*. Nesse caminho, a engenharia institucional já realizada tem consequências. Primeiramente, ela torna difusa as cobranças por políticas sociais básicas como saúde, educação, saneamento e nutrição, uma vez que para legitimar as cobranças deveriam ser respeitados os ritos da regulamentação estatal e a criação das categorias profissionais. E, por fim, ela cria barreiras para a participação política.

Se era o Estado quem devia satisfação aos cidadãos, era esse mesmo Estado quem definia quem era ou não cidadão, através da regulação profissional. No estabelecimento de benefícios sociais, por exemplo, os benefícios definidos na política previdenciária, o tratamento variava de acordo com a categoria profissional do cidadão. Através da seguridade social, o Estado tornou as desigualdades reguladas. A partir de acordos ou convenções coletivas, foram arbitrariamente definidas quais profissões eram mais ou menos valorizadas para o processo de acumulação e, assim, quais os benefícios estariam atrelados à contribuição de cada categoria profissional em relação ao seu potencial de agregar crescimento econômico ao Brasil.

Os conflitos sociais que daí resultaram foram de duas ordens distintas, o primeiro passa pela luta pela regularização da categoria profissional, ocasionado pelo processo de divisão social do trabalho e do crescimento populacional, o segundo passa pela disputa pela melhoria de posição das categorias já existentes e por melhores salários.

O que ocorre é que, na sequência do primeiro momento de repressão do Estado na República Velha seguindo o ideal do *laissez-faire*, surge, com Getúlio, a ênfase na diferenciação da estrutura produtiva, acumulação industrial e, principalmente, a regulação social. Esse processo regido, segundo Santos (1979), pelo conceito de “cidadania regulada”, permitiu administrar os problemas da acumulação e da equidade. Os problemas da acumulação foram administrados na medida em que os termos da contribuição das categorias profissionais estavam atrelados ao crescimento econômico⁷⁵. Os problemas de equidade foram contornados por meio da distribuição de benefícios via seguridade social.

Dessa forma, respondendo às duas questões iniciais: por quais razões o Estado brasileiro abandonou uma concepção de Estado mínimo para atuar de forma centralizadora e diretiva? E, quais foram as relações possíveis entre burocracia, nacionalismo e modernização?

Mesmo correndo o risco de reducionismos, apontamos que o Estado brasileiro abandonou uma concepção de Estado mínimo para atuar de forma centralizadora, diretiva e também autoritária, pois a conjuntura histórica de desenvolvimento tencionou as forças modernizantes de forma tal que, na ausência de um grupo hegemonicamente constituído internamente, frações de classes utilizaram o Estado brasileiro e o responsabilizam por tal tarefa. O Estado não-monolítico consegue se modernizar, porém, de forma conservadora.

⁷⁵ Nesse terreno, o Estado brasileiro foi capaz de escalonar quais eram os principais postos de trabalho, quais eram as necessidades para o desenvolvimento e modernização. Promovendo uma grande distinção entre tipos de trabalho. As engenharias supervalorizadas, os trabalhos manuais pouco.

Frente aos novos setores econômicos em crescimento, o Estado brasileiro, equacionando burocracia, autoritarismo e nacionalismo tenciona o Brasil para sua modernização.

Claro que esse apontamento não pode ser entendido como justificador, ou uma moção de apoio às ações levadas a cabo pela burocracia estatal brasileira nesse período em nome do desenvolvimento. Entre o senso comum, encontrarmos a argumentação que valoriza os esforços das ditaduras pelo desenvolvimento econômico. Essa argumentação nega a luta e disputa pelo poder que faz e fez parte da história brasileira. Quero dizer que não foi a centralização política, o clientelismo e a ditadura de um determinado governo, que garantiram a modernização. Ao contrário, foi o Estado, orientado por frações de classes em suas múltiplas determinações próprias do período, o responsável por um tipo determinado de processo modernizante que não hesitou em usar todas as forças ao seu alcance para levar a cabo um projeto: o do desenvolvimento e modernização brasileira em oposição às elites agrário-exportadoras anteriores.

Neste processo, respeitando o espaço em disputa que o Estado é, ele foi o motor desenvolvimentista, e ofereceu as formas.

2.2. O consumo e o mercado interno como novos problemas brasileiros

Do ponto de vista econômico, teórico e prático, a construção da nação brasileira e o projeto de desenvolvimento passavam por novos aspectos trazidos pelo processo de urbanização e novo status industrial: o custo da reprodução da população.

Esse custo de reprodução da população é um cálculo que leva em conta o consumo e padrões de consumo que garantem a reprodução social do trabalho, mas também a produtividade desse trabalho.

Em Marx, o conceito de produção e reprodução da classe trabalhadora aparece em vários momentos: nos cálculos do tratado sobre valor, na crítica à apropriação do trabalho, na obtenção do lucro e na relação entre o burguês e o trabalho alheio. Nesta relação, o burguês sempre oferece, por meio do salário, apenas condições mínimas para a reprodução da classe trabalhadora. Em Marx, o salário, na maioria das vezes, é calculado para ser exatamente o mínimo necessário para a reprodução da classe trabalhadora, proporcionando, assim, o maior grau possível de exploração do trabalho.

Celso Furtado (1977), no livro “Prefácio à Nova Economia Política”, ajuda no entendimento do custo da reprodução da população a partir do campo teórico da economia. O autor nos diz que:

[...] Trata-se apenas de reconhecer que toda sociedade estabelece padrões básicos de consumo que asseguram a sobrevivência e a reprodução de seus membros, padrões que não são independentes do nível da acumulação realizada no passado, nem da capacidade da massa trabalhadora para valorizar o próprio trabalho. (FURTADO, 1977, p.20).

Para o autor, a ideia deriva dos clássicos onde o custo de reprodução da população parte do “salário de subsistência”, e que nas sociedades modernas, como fruto do processo histórico de luta, esse cálculo passa a também considerar os “benefícios sociais em sentido amplo: previdência e assistência, educação, parques de esporte, subsídio habitacional, grau de acesso a lugares de entretenimento e coisas similares”. Parte desses serviços é financiada pelo próprio trabalhador através da arrecadação de impostos (FURTADO, 1977, p. 20 – 21).

Para Furtado (1977), tanto nas economias capitalistas desenvolvidas quanto nas economias subdesenvolvidas — termo que apresenta como ambíguo —, “que insinua a ideia de transitoriedade, ou de algo que existe necessariamente antes do desenvolvimento” (1977, p. 25), o Estado desempenha papel de crescente importância na definição do custo de vida da população.

No Brasil, como uma economia em desenvolvimento e alinhando-se ao capital internacional, a ideia de consumo e criação do mercado interno era ponto importante de debate em seu aspecto econômico e social, resultando em implicações políticas para o governo Goulart. Do ponto de vista do custo de reprodução, os benefícios sociais não se encontravam generalizados para toda a população, estando muitas vezes restritos ao meio urbano e somente para uma pequena parcela dos moradores das cidades. Para o Brasil, o papel do Estado se configurava fundamental e, neste momento histórico, esse mesmo Estado se comprometia com o social.

Imaginemos que o ideal fosse o aumento do custo de reprodução geral de toda a classe trabalhadora. Nesse caso, custo não seria oneração. O custo de reprodução é o quanto uma classe ou grupo de pessoas precisa para se manter, reproduzir e continuar sendo produtivo. No custo de reprodução de um grupo ou classe deve ser incluído o custo do lazer, do ócio, das necessidades de consumo etc. Em suma, o custo de reprodução pode representar a satisfação e o enobrecimento por meio do trabalho praticado.

Entretanto, uma economia em desenvolvimento não pode simplesmente aumentar o custo de reprodução da população, pois do outro lado da balança está a concorrência. No jogo macroeconômico e segundo as leis de mercado, se os países subdesenvolvidos ampliam os custos da reprodução social, pode haver o declínio da produtividade local. A argumentação é a de que, no capitalismo concorrencial, desenvolver sua força produtiva, concorrer e fazer crescer sua fatia de participação no comércio internacional, depende de acúmulo de capital. Se a distribuição deste acúmulo for realizada mediante aumento do custo da produção (salário), em vários sentidos esse aumento inviabilizaria o crescimento e a possibilidade de concorrência.

Compreender essa preposição não significa, necessariamente, concordar com ela. O que percebemos é que do ponto de vista do capital e do capitalista não é questionado se este modelo de produção e de sociedade seriam os melhores para se viver. Esse modelo de sociedade é algo dado, uma verdade e fruto da evolução social. Segundo essa lógica, o problema não é o da degradação dos homens, mas sim a reação destes homens diante desta degradação. Essa questão vem desde os economistas clássicos que, ao tratarem do desenvolvimento econômico ou do próprio desenvolvimento social, consideram o modelo capitalista de produção e os problemas dele derivados como uma evolução natural das relações sociais. A crença neste processo como natural, Marx chamou de robinsonadas.⁷⁶

O ponto é que essa ideia econômica estava presente no jogo político do desenvolvimento e no debate sobre as possibilidades para aquele momento brasileiro. Basta lembrarmos da própria Carta de Março de 1958, que deixava para depois o embate de classes para associações onde fossem possíveis o desenvolvimento. Na Carta de Março de 1958, a associação com as burguesias nacionais e o processo etapístico de desenvolvimento do capital foram considerados necessários.

Em suma, se por um lado o desenvolvimento era capitalista, por outro ainda era desenvolvimento. Provocou, nesse processo de industrialização uma nova ordem de necessidades à sociedade brasileira. A população brasileira passou historicamente por transformações e, do ponto de vista prático e teórico, houve uma nova forma de pressão sob o governo. Reivindicações por participação, consumo, qualidade social e política, também foram trazidos pela política de desenvolvimento industrial. Contraditoriamente, Goulart e seu Estado tiveram que lidar com o grupo de pressão econômico-liberal de desenvolvimento e

⁷⁶ Derivam dos pensamentos que Marx oportunamente criticou e chamou de “robinsonadas”. Sobre a crítica à Economia Política burguesa ver Grundrisse pág. 37 – 64.

fortalecimento do capital interno e com o grupo de pressão surgido do processo histórico, ávidos de maior participação social.

Caio Prado Júnior também aponta que um dos problemas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil passa pela construção, ou não construção, de um mercado interno. Neste nó, podemos lembrar a política de substituição de importações⁷⁷ que, em grande medida, transformou de forma rápida a estrutura social brasileira. Após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil elaborou um sistema de controle que proibia a importação de produtos similares aos que eram fabricados no território nacional. Indo além da proibição, o Estado promoveu investimentos industriais, garantindo a importação de matérias-primas e maquinário para que os produtos brasileiros acompanhassem o desenvolvimento industrial externo. Com o fim das importações, o consumo interno foi ampliado e os investimentos industriais se tornaram rentáveis.

Essa industrialização de tipo substitutivo, apoiando-se em um mercado previamente criado pela economia de exportação, cresceu rapidamente, preenchendo o vazio criado por uma suspensão de importações, enquanto se manteve o nível da demanda. As dificuldades à importação de artigos não essenciais fizeram com que a produção nesses setores, se tornasse a mais atrativa. Às facilidades para a importação de equipamentos sobrecapitalizaram e sobremecanizaram as indústrias. *As repercussões na estrutura social do país e nas instituições em que se apoiava o sistema tradicional do poder iam logo se fazer sentir.* (SILVA, 1998, p. 30, grifo nosso).

2.3. João Goulart e o “Golpe da esquerda”

⁷⁷O Processo de Substituição de Importações faz parte de um direcionamento econômico que priorizava o mercado interno. Motivados pelas crises internacionais que provocaram revezes nos setores agroexportadores brasileiros, a partir da década de 1930, o Brasil adotou políticas de fortalecimento das indústrias locais, buscando concomitantemente a diversificação do setor. Usualmente, se concebe a Substituição de Importações como o processo de produção interna do que antes era importado. Entretanto as consequências desse fenômeno são muito maiores, pois indicam que a partir daí passe a acontecer a liderança do setor industrial na dinâmica econômica. A partir do início da década de 1930 começa um período de aproximadamente cinco décadas que se estende até fins de 1970, no governo Geisel, de um processo conhecido como Substituição de Importações. Este processo oferece uma marca a economia brasileira a partir de 1930 que é a significativa ampliação do campo industrial. Sobre esse assunto ver: Celso Furtado: *Formação econômica do Brasil*. Ver também: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Processo de Substituição de Importações” In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003.

Entre 1930 e 1945, houve a criação de ministérios específicos pelo Governo Vargas, enquanto entre 1951 e 1954, o governo se dedicou ao fortalecimento das empresas estatais⁷⁸, que levou ao fortalecimento do setor industrial. O governo Vargas, além do fortalecimento de um “novo grupo”, gerou também a distinção geográfica no quadro do poder. Não por acaso, a industrialização seguiu geograficamente o endereço do acúmulo de riqueza cafeeiro no sudeste. Este novo grupo, ideologicamente, não estava em desacordo com os valores tradicionais do setor agrário, fato que se nota pela conciliação entre o setor cafeeiro e industrial durante o período. Afinal, era o café quem financiava a indústria.

A partir de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), a política econômica acirrou os pontos contraditórios da relação entre o setor agrícola e industrial. Aquela “antiga” política “nacional-reformista”⁷⁹ desenvolvida desde Vargas cedeu lugar ao projeto de desenvolvimento econômico atrelado ao capital estrangeiro, ao passo que no campo ideológico se acentuou a preocupação nacionalista.⁸⁰

Kubitschek formulou uma política econômica para o país, associada ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo que incentivou – no plano político e ideológico – a presença do nacionalismo, de que foi exemplo o ISEB. (MENDONÇA, 1990, p. 11).

Segundo Leôncio Basbaum (1986), em “História Sincera da República”, o caso da renúncia de Jânio Quadros seria somente uma etapa da crise que havia se instalado no Brasil. Para o autor, essa crise poderia ser datada de antes de 1945 e, se não tivesse renunciado, Jânio teria sido deposto como o foi João Goulart. Para Basbaum (1986), esse episódio teria ocorrido de qualquer forma porque haviam grupos no Brasil que não conseguiam a direção política do país por meio do voto popular desde antes de 1945.

Esses grupos representam a alta burguesia financeira, banqueiros, grandes industriais associados de uma forma ou de outra ao capital norte-americano, os que alienaram suas indústrias e suas consciências ao capital e ao capitalismo da grande república do Norte da América, os testa-de-ferro brasileiros que dirigem essas indústrias, os advogados, os *public-relations* dessas mesmas empresas encarregados de defender seus interesses junto ao governo brasileiro e infiltrados nos partidos políticos nacionais e na alta administração do país, os *que tinham o poder econômico mas ainda não o*

⁷⁸ 1930 – 1945. Através dos interventores federais e da centralização do poder promoveu um processo promoveu políticas de modernização do país, criou o ministério do trabalho, Indústria e Comércio e também o Ministério da Educação e Saúde. 1951 – 1954. A lembrança da criação da Eletrobrás e Petrobrás são tidas como fundamentais para o desenvolvimento industrial.

⁷⁹ Ver: IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1978.

⁸⁰ Conforme vimos no capítulo 1.

poder político. Em suma, a U.D.N., a famosa União Democrática Nacional. Toda a história do Brasil de 1945 para cá, é a história da U.D.N. e de sua luta pelo poder. (BASBAUM, Leôncio. 1986, p.12 – grifos do autor.)⁸¹

Há discordância historiográfica com relação à renúncia de Jânio Quadros entre os historiadores Boris Fausto (2007) e Basbaum (1986). Segundo o historiador Boris Fausto (2007), os setores conservadores da sociedade sofreram um duro golpe com essa renúncia, pois Jânio seria o seu candidato contra o projeto nacional-reformista. Entretanto, percebemos pela citação de Basbaum que os maiores interessados nessa renúncia eram os grupos da alta burguesia financeira. A análise de Boris Fausto (2007) entende que Jânio Quadros não fazia parte da ala radical nacional-reformista e que, sob o ponto de vista da burguesia internacional, era considerado “menos pior” que Goulart.

O que se notava em Jânio era uma política pretensamente conciliatória que colocou os atores políticos e sociais em eterna vigilância contra seu governo. Os discursos de Jânio Quadros, especialmente a “carta-renúncia” de 25 de agosto de 1961 e “Razões da Renúncia” de 15 de março de 1962, contêm farta contribuição para essa demonstração. Outro documento, a “mensagem ao Congresso Nacional”, que foi remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1961⁸², apontava de forma bem ilustrativa os passos econômicos que o governo gostaria de traçar, principalmente no que tangia às políticas externas. Esses documentos carregam a especificidade da parcialidade, mas apontam as intenções de uma tentativa política que buscava apoio no congresso além das motivações, forças e pressões que causaram a renúncia.

Com relação ao desenvolvimento econômico brasileiro, Jânio, em sua “mensagem ao congresso”, pontuava a “missão pacificadora” do Brasil frente aos conflitos ideológicos e à polarização ideológica entre ocidente e oriente em virtude da disputa entre comunismo e capitalismo.

⁸¹ A primeira edição deste texto é de 1968. A U.D.N. foi fundada em 1945 enquanto partido político. Anteriormente teria sido esboçada já no Partido Democrático de São Paulo. A U.D.N. foi extinta em 1965. Durante esse estudo foi impossível não fazer um paralelo entre a U.D.N. e o atual PSDB. Na atual conjuntura, do impeachment da presidente Dilma, me pareceu muito próxima a tentativa de afastar do poder um governo legitimamente empossado pelo voto popular para que outro governo, que não consegue o poder pelo voto popular possa dirigir o Brasil. Novamente, os mesmos setores da burguesia financeira se projetam orquestrando, dessa vez com associação aos meios corruptos, formas para se chegar ao poder pela via do golpe. Veremos se a história se repete com o PSDB que se verá obrigada a recuar, assim como fez a U.D.N. que apoiou o golpe de 1964 e foi obrigada a recuar frente a permanência do poder dos militares. O problema é que a história não se repete a não ser como farsa ou tragédia e dessa vez o que perpetuará é além da agenda econômica internacional e a política excludente da burguesia, a corrupção.

⁸² QUADROS, Jânio. “Mensagem ao Congresso Nacional”. In: MUNIZ, Camille Bezerra de Aguiar. (Org.) *Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ISBN: 978.85.7631.188-1. p. 19 – 28. 2009.

[...] Essa noção mais clara de nossas possibilidades e responsabilidades levou o Governo a assumir uma posição internacional mais afirmativa e independente, sem desconhecer compromissos assumidos. A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará. O reconhecimento dessa verdade, porém, não exaure o conteúdo de nossa política exterior. O Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos. O grande interesse brasileiro nesta fase histórica é o de vencer a pobreza, o de realizar efetivamente seu desenvolvimento. [...]

Já se tem falado num conflito entre o norte e o sul deste globo, porções que se distanciam progressivamente em nível de vida, a primeira enriquecendo-se e a segunda empobrecendo-se. Essa diferenciação do mundo em duas partes, que se justapõe ao conflito ideológico leste-oeste, é essencialmente de ordem econômica e, ao contrário daquele, não encontra grandes entraves para ser anulada. Tal anulação é um imperativo de sobrevivência de uma sociedade internacional, em que as nações tenham o direito de escolher o seu destino. Acreditamos que nada se possa fazer de mais eficaz, para a neutralização do conflito ideológico, do que a eliminação, progressiva e rápida, dessa diferenciação norte-sul: nenhum outro objetivo, pois, merece maior empenho do mundo ocidental. Concentrando energias no seu desenvolvimento econômico e decidido a conservar-se democrático, tem o Brasil o dever de contribuir para reforçar a paz e reduzir tensões internacionais. [...]

Temos a convicção de que o estabelecimento de contatos proveitosos entre os países de ideologias divergentes é possível e se impõe ao Brasil, quer por seus interesses comerciais, quer como colaboração necessária à redução das tensões internacionais e ao progressivo aprofundamento da paz. O conflito leste-oeste tende a restringir-se, cada vez mais, ao campo das atitudes ideológicas. Temos confiança nas nossas, não desejamos mal aos povos que as têm diferentes. Não existem, a nosso ver, quaisquer que sejam. As expectativas subjetivas de cada facção, conflitos ou antagonismos de índole doutrinária, ou social, que sejam incompatíveis com a política de convivência sincera, de coexistência leal. (QUADROS, 1961, s/n apud. MUNIZ, 2009, p. 19 – 21)⁸³

Nas falas de Jânio, interessava ao Brasil o desenvolvimento. Esse desenvolvimento deveria ser a motivação das políticas externas brasileiras. O desenvolvimento deveria ser o foco, independente de quem fosse o parceiro para esse fim. Em suas falas, era possível notar a tentativa de aproximação com Romênia, Hungria e União Soviética. Uma ação emblemática nessa linha de atuação, onde o importante seriam os acordos econômicos independentemente da filiação ideológica, desembocou na homenagem prestada a Ernesto Guevara.

Para além das questões econômicas e seu impacto no macro, o período do início da década de 1960, do ponto de vista social e de suas relações internas e populares, teve um curto

⁸³“Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1961”.

momento festivo. Festivo por diversas ocasiões, entre elas a mudança da capital para Brasília e também pela transmissão do cargo presidencial em 1961, quando tomou posse a “vassourinha” contra a corrupção. Entretanto, como vimos, a euforia sentida naquele momento durou pouco. “Não foram necessários muitos anos após a transmissão de posse para que as ilusões desenvolvimentistas de alguns, nacionalistas de outros, e democráticas de muitos, fossem por terra.” (FAUSTO, 2007, p. 311). Chama atenção a distinção entre as ilusões: desenvolvimentistas, nacionalistas e democráticas.

Com Jânio Quadros fora do poder, houve uma incompreensão geral sobre os motivos reais de sua renúncia, questão que ainda hoje não é óbvia. Uma interpretação corrente aponta para uma estratégia ruim de que a renúncia o traria de volta com poder suficiente para o enfrentamento necessário à governabilidade. Quadros teria renunciado esperando voltar nos braços do povo, com legitimidade para colocar em prática seus planos políticos e econômicos. Entretanto, a reação não ocorreu, e a problemática se tornaria outra: empossar o vice-presidente.

João Goulart encontrava-se em viagem diplomática, tentando “abrir” o mercado chinês de Mao-Tsé-Tung e seguindo a política externa de Jânio Quadros de alavancar a economia brasileira independentemente das ideologias.

Esse fato não seria problema se não tivesse sido utilizado como empecilho para a posse do vice-presidente. Representando as três armas os ministros militares de Jânio Quadros (Vice-Almirante Sílvio Heck, Ministério da Marinha; Marechal Odílio Denys, Ministério da Guerra; Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grün Moss, Ministério da Aeronáutica) lançaram um manifesto: “nota conjunta dos 3 ministros militares sobre a posse de Sr. João Goulart na Presidência da República.”⁸⁴

Para Basbaum, por parte dos ministros militares os motivos para não empossarem João Goulart de imediato seria sua filiação política à memória e à carta memória de Getúlio Vargas. João Goulart era culpado por ser discípulo e sucessor de Vargas, as Forças Armadas e os setores conservadores o conheciam bem. Enquanto Ministro do Trabalho⁸⁵ de Vargas em 1953, Goulart atuava com diálogos diretos com sindicalistas e com a defesa da participação popular na política. “Era uma visível tentativa de impor opinião respeitável, mas discutível, de

⁸⁴HECK, Sílvio; DENYS, Odílio; MOSS, Gabriel Grün. “Nota Conjunta dos 3 ministros militares sobre a posse de Sr. João Goulart na Presidência da República” In: Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, p. 2. Disponível em: <http://www.brasilpublicano.com.br/fontes/24.pdf> último acesso 14-02-2017 Ver: ANEXO XXII – Nota conjunta dos 3 Ministros militares.

⁸⁵ Ministério do Trabalho de onde já teria sido “derrubado” pelos setores conservadores em 1953.

alguns militares, à maioria da nação, que havia votado no vice-presidente como substituto legal e eventual do Presidente eleito.” (BASBAUM, 1986, p. 22).

O documento assinado pelos ministros militares conta com duas páginas voltadas à defesa da democracia e uma preocupação com os melhores rumos da ordem pública e desenvolvimento

econômico. Nessas páginas, João Goulart tem sua biografia recuperada desde sua atuação no Ministério do Trabalho, onde são reforçadas suas tendências esquerdistas e as agitações por meio da ação dos sindicatos. Não bastasse isso, “no cargo de vice-presidente, [...] ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS

e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares”

Dessa forma, tendo como pano de fundo a tensão internacional e a polarização econômica, o posicionamento de uma fração militar no Brasil apontou uma linha de atuação política que visava de forma inconstitucional impedir a posse do vice-presidente.



Figura 2: Filhos de trabalhadores mobilizados pela "duplicação do salário mínimo", proposta de Goulart quando ministro do trabalho. Arquivo Nacional/Fundo Correio da Manhã (Apud. FERREIRA, 2011, p. s/n)

Ora, no quadro de grave tensão internacional, em que vive dramaticamente o mundo dos nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas – avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social, para recuperação, com tantos e tão urgentes problemas, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos – não pode nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietado de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as

próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã. Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas. (HECK; DENYS; MOSS, 1961, s/n)⁸⁶

2.3.1. A luta pela legalidade como processo político educacional

O impacto desse documento na sociedade foi grande, mas o clima em ebulição já estava posto. Do dia 25 de agosto de 1961, dia da renúncia de Jânio Quadros, ao estabelecimento do parlamentarismo no Brasil em 02 de setembro de 1961, com discussões e tramitações recordistas de tempo, já se configurava o que ficou conhecido como “campanha pela legalidade”.

Nesse período, as eleições para presidente e vice-presidente eram separadas. Havia a possibilidade de escolher o presidente de uma chapa e o vice-presidente de outra. Foi o que ocorreu nas eleições que colocaram Jânio Quadros como presidente e João Goulart como vice. O presidente concorreu pela coligação entre PTN (Partido Trabalhista Nacional), PDC (Partido Democrata Cristão), UDN (União Democrática Nacional), PR (Partido Republicano) e o PL (Partido Libertador). O vice-presidente concorreu pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Nesse sentido, o povo havia escolhido diretamente o sucessor de Jânio Quadros.

A reação popular aos acontecimentos e pronunciamentos de intervenção militar, que negavam a posse do vice-presidente eleito, iniciaram tão logo os boatos da inconstitucionalidade surgiram e tomaram corpo assim que os pronunciamentos que negavam a posse de João Goulart começaram.

⁸⁶Documento: Nota conjunta dos 3 ministros militares sobre a posse de Sr. João Goulart na Presidência da República de 31/09/1961

Vários grupos tiveram destaque nesta luta pela legalidade, tanto civis quanto militares.⁸⁷ Um grande expoente da resistência e reação foi Leonel Brizola. Através de emissoras de rádio e a chamada *rede da legalidade*, liderou a *campanha pela legalidade* que tomou corpo, assim como a tensão social. O jornal Correio do Povo publicou o pronunciamento de Leonel Brizola emitido via rádio no dia 28 de agosto de 1961, diretamente do Palácio do Piratini. Esse documento é rico na demonstração da tensão social e carga emocional que se colocava:

[...] Em primeiro lugar, nenhuma escola deve funcionar em Porto Alegre. Fechem todas as escolas. Se alguma estiver aberta, fechem e mandem as crianças para junto de seus pais. Tudo em ordem. Tudo em calma. Tudo com serenidade e frieza. Mas mandem as crianças para casa[...] Hoje, nesta minha alocução, tenho os fatos mais graves a revelar. O Palácio Piratini, meus patrícios, está aqui transformado em uma cidadela que há de ser heroica, uma cidadela da liberdade, os direitos humanos, uma cidadela de civilização,

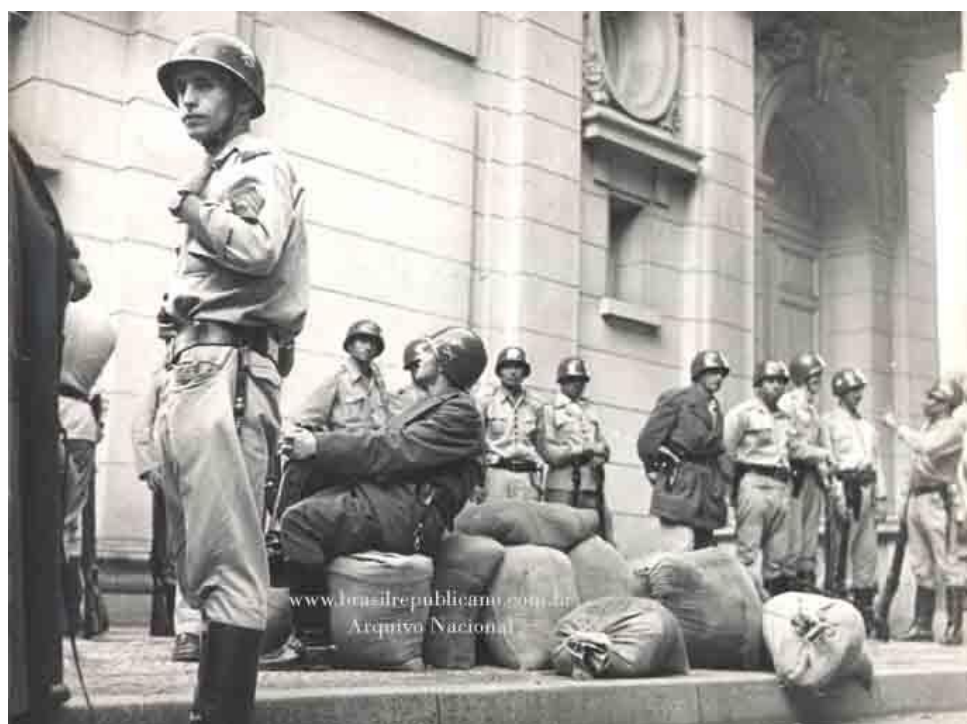


Figura 3: Brigada Militar protege Palácio Piratini - fonte arquivo nacional - disponível em: www.brasilrepublicano.com.br

⁸⁷ Houve cisão nas forças armadas com relação à posse ou não de Goulart. O general José Machado Lopes, comandante do III exército, Oromar Osório, Lott, Peri Beviláqua foram alguns nomes militares na defesa da posse. Sobre a participação do civil Mauro Borges, governador de Goiás, ver a tese de Tereza Cristina P. Favaro, defendida em 2015 na Faculdade de História no Programa de Pós-Graduação – Universidade Federal de Goiás intitulada *O Governo Mauro Borges (1961 -1964): O Planejamento Tecnocrático e os Limites do Personalismo Tecnocrático*.

da ordem jurídica, uma cidadela contra a violência, contra o absolutismo, contra os atos dos senhores, dos prepotentes. [...] Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem, neste Palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo. Esta rádio será silenciada tanto aqui como nos transmissores. O certo, porém, é que não será silenciada sem balas. Tanto aqui como nos transmissores estamos guardados por fortes contingentes da Brigada Militar. [...] Ontem à noite o sr. ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, soldado no fim de sua carreira, com mais de 70 anos de idade e que está adotando decisões das mais graves, as mais desatinadas, declarou através do Repórter Esso que não concorda com a posse do sr. João Goulart, que não concorda com que o Presidente Constitucional do Brasil exerça suas funções legais! Porque, diz ele numa argumentação pueril e inaceitável, isso significa uma opção entre comunismo ou não. Isto é pueril, meus conterrâneos! Isso é pueril, meus patrícios! Não nos encontramos neste dilema. Que vão essas ou aquelas doutrinas para onde quiserem. Não nos encontramos entre uma submissão à União Soviética ou aos Estados Unidos. [...] Povo de Porto Alegre, meus amigos do Rio Grande do Sul! Não desejo sacrificar ninguém, mas venham para a frente deste Palácio, numa demonstração de protesto contra esta loucura e este desatino. [...] Estaremos aqui para morrer, se necessário. Um dia, nossos filhos e irmãos farão a independência do nosso povo! Um abraço, meu povo querido! Se não puder falar mais, será porque não me foi possível! Todos sabem o que estou fazendo! Adeus, meu Rio Grande querido! Pode ser este, realmente, o nosso adeus! Mas aqui estaremos para cumprir o nosso dever. (BRIZOLA, 1961 In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 29 de agosto de 1961.)

Neste episódio, Leonel Brizola mobilizou o povo para a defesa da posse do vice-presidente João Goulart, usando o conjunto de emissoras de rádio e com apoio do III Exército do Rio Grande do Sul. Essa fala de Brizola deixa claro o ambiente de instabilidade política apontando para a insegurança social.



Figura 4: Manifestantes diante do Palácio Piratini – fonte Arquivo Nacional. Disponível em www.brasilrepublicano.com.br

Segundo o pronunciamento, civis

buscavam armas com o III Exército a fim de se defenderem. Estes trechos são carregados de

carga emocional. Brizola externa o temor, inclusive da morte, por levantar a bandeira da legalidade da posse de João Goulart.

É sintomático desta conjuntura o receituário do “bom cidadão” que circulou no Rio de Janeiro através da *Tribuna da Imprensa* de 29 de agosto de 1961. Eram 10 regras que deveriam ser seguidas naqueles dias “turbulentos”. Segue:

Para sua segurança nestes dias, em que baderneiros aproveitam-se das circunstâncias para agitar as ruas, siga estas regras: 1 - não ande sem documentos; 2 - sempre que qualquer autoridade pedir, identifique-se; 3 - obedeça sem discutir, qualquer ordem, da Polícia; 4 - não pare para apreciar badernas na rua; 5 - não aceite e não guarde qualquer tipo de ‘proclamação’; 6 - não corra nas ruas à toa; 7 - não participe de grupinhos e aglomerações; 8 - não discuta nas esquinas, principalmente política; 9 - não ande armado; 10 - não seja curioso. (*Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1961. Apud: FERREIRA, 1997, p. 162)

Foram dias de muita tensão. Entre a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto e a posse do presidente Goulart, em 7 de setembro de 1961, houve censura aos veículos de comunicação contrários à posse de Goulart e prisões arbitrárias. Segundo Basbaum (1986), a mando do líder da UDN,⁸⁸ Carlos Lacerda, até mesmo o Marechal reformado Teixeira Lott, que havia concorrido à presidência na chapa de João Goulart e perdido para Jânio, havia sido preso em sua residência.

No domingo 27 (agosto), o deputado Sérgio Magalhães abre a sessão da Câmara às 5h30 da manhã. E informa que recebeu notícias do Rio de Janeiro – prisões de generais, inclusive do marechal Lott e, de que na Guanabara, sob pretexto de declaração de estado de sítio, de que o Congresso não tem conhecimento, foram invadidas associações de classe. Fora apreendida uma edição de 60 mil exemplares do **Jornal do Brasil**. As redações dos jornais encontram-se sob regime de censura, com ameaça de apreensões de edições que divulguem matéria que o Governo do Estado, a Polícia ou as autoridades locais entendem que não sejam do interesse no momento. (SILVA, 1998, p. 37 Grifos do autor).

Mas, como vimos, “houve casos de tentativa de levante e insubordinação na Aeronáutica, em Brasília e S. Paulo. Alguns portos pararam” (BASBAUM, 1986, p 21-24).

Do ponto de vista político e educacional, Hélgio Trindade, em seu texto *A Legalidade e o Movimento Estudantil*,⁸⁹ defende a hipótese que “a partir da Legalidade, houve um

⁸⁸ União Democrática Nacional

⁸⁹ TRINDADE, Helgio. A Legalidade e o Movimento Estudantil Brasileiro. In: Rev. Anos 90, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 129-164, jul. 2011 Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/24413/18244>. Último acesso em: 14-06-2016.

amadurecimento e um avanço no processo de inserção dos universitários na vida política brasileira, permitindo a expansão da UNE, apoiada pelo governo Goulart, por todo o território nacional” (TRINDADE, 2011, p.1). Este ponto se torna importante para a tese, pois ele vai ao encontro de uma de nossas hipóteses, que é exatamente sobre esse processo educacional que emerge a partir das lutas de esquerda no Brasil e que, após o golpe de 1964 (especificamente a partir de 1968), será subtraído das formações gerais. Essa formação política, subtraída durante a ditadura militar nos oferece aquela “impressão” que os intelectuais do passado eram mais engajados politicamente com as lutas de seu tempo histórico. Essa hipótese explica o engajamento político dos coautores da História Nova do Brasil, assim como toda uma miríade de atuação dos intelectuais brasileiros nos problemas brasileiros. A partir disso, podemos traçar mais elementos constitutivos da militância dos jovens recém-saídos da universidade, que dentro ISEB também foram responsáveis pelo projeto da História Nova do Brasil. Essa hipótese do amadurecimento da atuação estudantil é relevante, já que durante esse período da luta pela legalidade houve um processo de luta democrática com grande repercussão e participação estudantil e social. O amadurecimento da participação popular no cenário político brasileiro, historicamente, já vinha acontecendo e esses momentos de luta são educativos e arregimentadores.⁹⁰

A ampliação da luta democrática contava com o aprendizado político da democracia e do processo educacional visto como ferramenta. As esquerdas objetivavam o desenvolvimento nacional (e riqueza distribuída) para superação das querelas particulares. Um desses pilares era o desenvolvimento cultural, a criação dos laços nacionais que fizessem o desenvolvimento coletivo superar as necessidades corporativas e dessem coesão às lutas sociais. Aqui também encontramos Nelson Werneck Sodré, que acreditava nessa possibilidade da luta nacional através da ampliação cultural e do desenvolvimento da consciência dos problemas brasileiros. Não se trata de tomada de consciência da opressão, mas de a partir daí promover um novo mundo aos moldes do socialismo utópico. Tratava-se, antes, de desenvolver a cultura geral como mecanismo de crítica e participação política.

O desfecho desses dias foi a posse de João Goulart em 07 de setembro de 1961. João Goulart assumiu o cargo presidencial, mas não governaria. Assumiu em regime parlamentar, que foi a fórmula encontrada para controlar os ímpetus perigosos da agitação.

⁹⁰ Sobre a luta estudantil, a história da UNE e educação ver: SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*, 2ª ed. Editora Alínea, 2008. Ver também: TRINDADE, Helgio. A Legalidade e o Movimento Estudantil Brasileiro. In: Rev. Anos 90, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 129-164, jul. 2011 Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/24413/18244>. Último acesso em: 14-06-2016.

O congresso, nessa perspectiva, reunido em sessão permanente procurava uma solução que evitasse a luta fratricida [...] Com rapidez realmente impressionante, a 2 de setembro, foi a Constituição alterada instituindo-se o *parlamentarismo*, como forma de governo, por 233 votos contra 55 que lutavam contra esse golpe baixo até o último momento. (BASBAUM, 1986, p. 23 – 24 grifos do autor)

A Emenda Constitucional Nº 4, de 2 de setembro de 1961, tirou o poder decisório do presidente eleito e passou a responsabilidade para a câmara federal.

No parlamentarismo, João Goulart foi feito presidente, mas a estrutura de governo impossibilitava que, de fato, pudesse governar. As tensões sociais do período de luta pela legalidade e o medo de uma possível guerra civil foram a “liga” necessária para que, dentro do parlamento, grupos antagônicos estivessem juntos. A heterogeneidade e as posições contraditórias, unidas pelo medo da convulsão social, geraram um ambiente de não-governabilidade. A única razão que justificava a união nacional no parlamentarismo era a preocupação em “apaziguar os ânimos e não dividir a nação” (SILVA, 1998, p.89).

A solução parlamentarista, que viabilizou a posse, fora, na verdade, uma solução de compromisso que permitia a posse do presidente legítimo, como previa a Constituição, sem desagradar, totalmente, os ministros que o vetavam. Neste aspecto, a emenda parlamentarista, votada pelo Congresso, foi a fórmula salvadora encontrada às pressas para evitar a guerra civil, cuja a possibilidade assustava a tantos, na medida em que um setor do Exército e amplos setores populares e civis se dispunham a defender a posse do presidente e a legalidade ameaçada. (SILVA, 1998, p. 88 – 89).

Ainda sobre esse momento da luta pela legalidade, houve outro fator que freou os ímpetos das intenções manifestas do golpe. Embora não haja pressão maior que a reação popular, os Estados Unidos também estiveram na soma de fatores.

Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, em *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964)*, os Estados Unidos tiveram um papel importante nesse processo. Não se tratou exatamente da questão ideológica da possibilidade de alinhamento ao comunismo, como apontaram os setores conservadores, mas sim de duas políticas norte-americanas que estavam se contrapondo e pressionando o Brasil e mesmo os setores conservadores que já eram alinhados ideologicamente ao capitalismo norte-americano.

[...] havia nos Estados Unidos duas políticas que se contrapunham: a do pentágono, corroborada pela CIA, e a do Departamento de Estado, que espelhava a orientação da Casa Branca. Assim, conquanto elementos da CIA e do Pentágono estimulassem o golpe de Estado contra Goulart, a manifestarem que sua posse na presidência da República não agradaria aos

Estados Unidos, os ministros militares receberam o informe de que o presidente John Kennedy suspenderia o apoio financeiro ao Brasil caso houvesse ruptura da legalidade, segundo norma adotada em sua administração, após a conferência de Punta del Este. A perspectiva de dificuldade externas, sem dúvida, colaborou também para contê-los. E eles, já sem forças para consumir o golpe de Estado, aceitaram a investidura de Goulart, com base na emenda constitucional que estabelecia o parlamentarismo, transferindo os poderes do presidente da República para um primeiro-ministro, aprovado pela maioria conservadora do Congresso. (MONIZ BANDEIRA, 2010, 126 – 127)⁹¹

Com a pressão popular, as forças reacionárias que queriam impedir a posse de João Goulart não tiveram força no Congresso. Embora a maioria do Congresso fosse conservadora, as manifestações políticas de descontentamento das massas com relação aos rumos políticos brasileiros somadas à outras pressões, dentre elas, a política da Casa Branca de John Kennedy, enfraqueceram o golpe contra a legalidade da posse de João Goulart.

Mas, se a questão era a legalidade, o parlamentarismo se efetivava dentro da legalidade. Através da emenda constitucional nº 4, os dispositivos legais garantiram a posse de Goulart, porém tirava o seu controle do Estado. Segundo Moniz Bandeira (2010, p. 148), configurou-se um “hibridismo que sacramentava o impasse constitucional”.⁹² Para Basbaum (1986, p. 25 – 26), houve “a posse de um novo mandatário, dentro das normas legais, ainda que numa subversão das regras do jogo feitas em pleno jogo”.

⁹¹ Este exemplar é a oitava edição datada de 2010. A primeira edição deste livro é de 1977.

⁹² Novamente, não traçar um paralelo com a atualidade é quase impossível, refiro-me ao processo de impeachment.

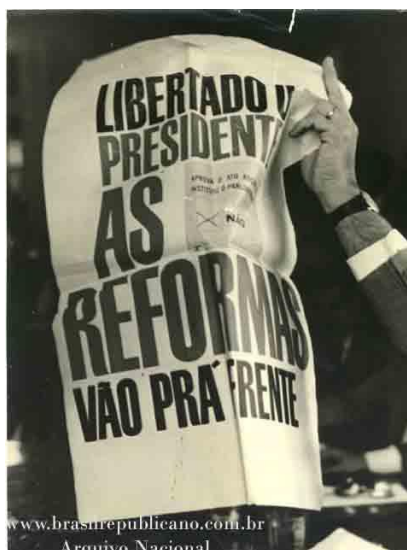


Figura 5: Campanha pelo
Presidencialismo. Arquivo nacional.
Disponível em:
www.brasilrepublicano.com.br

correspondiam aos interesses nacionalistas e, juntamente com esse fato, o crescimento do capitalismo interno via industrialização associada ao capital internacional acirraram as contradições internas brasileiras e a luta de classes.

A 06 de janeiro de 1963, o plebiscito reestabelece o presidencialismo com apoio de 74% dos votantes. O poder estaria novamente nas mãos do presidente, que se sentindo fortalecido, lançou o Plano Trienal, um programa de estabilização e de crescimento econômico.

Entre as suas primeiras medidas, estariam também as de autopreservação. Cercou-se de aliados em postos

Foram 16 meses de parlamentarismo. Um ano e quatro meses sob esse regime, que teve seu fim com a revogação da emenda constitucional nº 4 por meio da Emenda Constitucional nº 6 de 23 de janeiro de 1963, promulgada após um longo processo de luta política das forças de esquerda e um plebiscito em 06 de janeiro de 1963.⁹³ Economicamente, o governo parlamentar não teve forças para superar as crises. Inflações e lutas salariais sistematicamente encampavam motivos de greves por todo país. Politicamente, muitas iniciativas



Figura 6: Posse de Goulart na presidência 7-9-61. Arquivo Nacional. Disponível em: www.brasilrepublicano.com.br

⁹³ "Houve um comparecimento maciço do eleitorado e os resultados surpreenderam mesmo os mais otimistas, pela rejeição do parlamentarismo. Cerca de 10 milhões votaram contra e apenas 2 milhões votaram a favor" (BASBAUM, 1986, p. 30-31).

estratégicos, principalmente dos postos de comando das forças armadas.⁹⁴ O próximo passo para governar era enfrentar a crise e afastar as suspeitas sobre seu governo. Buscou a partir daí organizar as forças para implementar seu Plano Trienal.

Celso Furtado, então um jovem economista e diretor da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste),⁹⁵ foi chamado para organizar um plano de ação governamental: *O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963 – 1965*. “O objetivo principal do plano era combater a inflação com uma política que permitisse retomar as taxas de crescimento do PIB (em torno de 7%) alcançada durante o período de 1957 e 1961.” (MENDONÇA, 1990, p. 13). O Plano Trienal não chegava à estrutura econômica e não foi capaz de conter a insatisfação da classe trabalhadora que estava cada vez mais empobrecida enquanto setores ligados ao capital internacional se enriqueciam. As greves não cessavam e as tentativas de conter a inflação falharam.

Toda a reserva emissória para conter a inflação, calculada para um ano, fora em um mês. Com isso, o plano estava automaticamente arquivado. Aliás, todo o plano era o sonho de um poeta, dado que não contava com a resistência e a sabotagem que sofreu por parte das chamadas classes conservadoras e do próprio congresso. (BASBAUM, 1986, p. 35)

O plano trienal não teve sucesso, pois João Goulart também não contava com base governamental. Analisando a Tabela 1: “Estrutura organizacional do Plano Trienal” (adaptado de MOREIRA, 2014, p. 215), organizada por Cássio Silva Moreira (2014, p. 215), percebemos o quão difícil era a tarefa de suas diretrizes. Especificamente sobre a propriedade de terras, o plano analisa:

Todos os estudos e investigações sobre as causas do atraso relativo da agricultura brasileira, da sua baixa produtividade e da pobreza das populações rurais conduzem, unânime e inevitavelmente, à identificação das suas origens na deficiente estrutura agrária do País, a qual se constitui no mais sério obstáculo à exploração racional da terra, em bases capitalistas e de permanente aprimoramento tecnológico da atividade agrícola, que viriam a emprestar à produção a flexibilidade reclamada pelo processo de

⁹⁴ “À frente do comando dos quatro exércitos colocou homens de sua estrita confiança: Osvino Ferreira Alves, para o Rio de Janeiro, Peri Beviláqua para S. Paulo, Jair Dantas Ferreira, para Porto Alegre. Em Recife, Justino Alves Bastos. Também comandos secundários de algumas regiões militares foram mudados. Para armar um dispositivo de defesa, convidou para a chefia de sua casa militar o general Assis Brasil.” (BASBAUM, 1986, p. 33.)

⁹⁵ A SUDENE foi criada em 1959, com o objetivo de diminuir as diferenças entre as regiões nordeste e centro-sul do país. A industrialização brasileira não estava processando melhoramentos, pelo contrário, um dos grandes problemas a ser enfrentado era o êxodo. Dessa forma, a SUDENE tentou de forma planejada desenvolver a região.

desenvolvimento da economia nacional e pelo rápido crescimento da população.

O traço marcante dessa estrutura agrária arcaica e obsoleta, que conflita perigosamente com as necessidades sociais e materiais da população brasileira, está na absurda e antieconômica distribuição das terras já incorporadas ao mercado nacional [...] (Plano Trienal, 1962, p. 140 – 141)

[...] *Os dados preliminares do Censo Agrícola de 1960*, referentes a 9 Estados e Territórios Federais, *não evidenciam qualquer tendência manifesta de correção espontânea das deficiências da estrutura agrária do País.* (Plano Trienal, 1962, p. 142 grifos nossos)

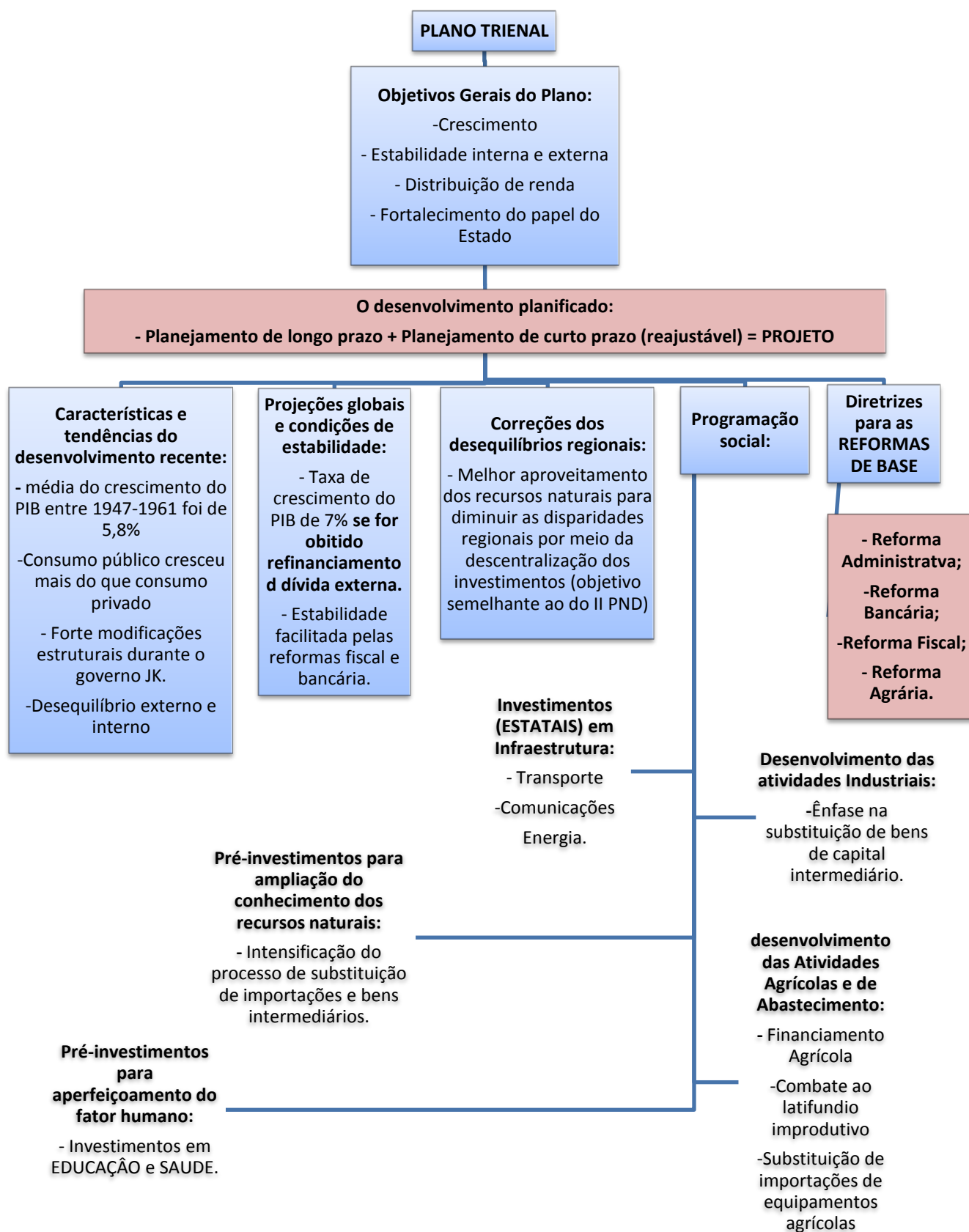
As análises do Plano Trienal apontavam que não havia indicativos de que a situação fundiária no Brasil fosse se resolver de forma espontânea, por isso a necessidade do Estado realizar esta tarefa. Notamos que está presente no Plano Trienal as mesmas ideias sobre o problema fundiário presente em vários grupos de esquerda, inclusive em Nelson Werneck Sodré: o entendimento de que as estruturas arcaicas das grandes concentrações de terra eram um empecilho ao desenvolvimento brasileiro. Nesse Plano, constam as ideias da CEPAL, ideias próximas às do ISEB e às do PCB no que se refere ao problema da terra no Brasil.

Para o Plano Trienal, a reforma agrária, do ponto de vista econômico, eliminaria dois efeitos negativos da concentração desigual de terras sobre o emprego:

A primeira consiste na excessiva concentração da mão-de-obra nas pequenas propriedades, pois as grandes, mantendo praticamente ociosas suas terras ou ocupando-as quase que só nominalmente através da pecuária extensiva, *não oferecem oportunidade de ocupação à população ativa dos campos.* [...]

A segunda forma que assumem os efeitos negativos da distribuição de terras sobre a ocupação rural é aguda estacionalidade a que sujeita a mão-de-obra assalariada. Não dispondo de terras próprias e concentrando-se as oportunidades de emprego nas propriedades de menor tamanho – 60 % do pessoal empregado, em 1950, o era em propriedades de menos de 50 hectares – *as massas assalariadas são mantidas subutilizadas*, pois só conseguem ocupação nas épocas de colheita. Considere-se, ademais, que a pecuária extensiva, típica da grande propriedade, não constitui fonte expressiva de emprego. (Plano Trienal, 1962, p. 143 – 145 grifos nossos)

Tabela 1: "Estrutura organizacional do Plano Trienal" (adaptado de MOREIRA, 2014, p. 215)



A reforma agrária aparecia como imperativa na resolução dos problemas brasileiros. Com a população crescendo em ritmo vertiginoso, as cidades não estavam em condições de

absorver essa população. Em decorrência, os números da pobreza aumentavam e havia o perigo de estrangulamento da produção industrial pela falta de mercado interno pelos problemas de custo de produção e reprodução já discutidos anteriormente. Na sequência, outra reforma importante era a reforma tributária, que seria capaz de estabelecer uma política distributiva de renda. A reforma administrativa buscava modernizar a máquina estatal e as reformas bancária e orçamentária. Estas últimas tratariam de minimizar o desequilíbrio entre os desenvolvimentos regionais e das redes privadas (FERREIRA, 2011, p. 378 – 379).

Em meados de 1963, Goulart enviou ao Congresso o Programa das *Reformas de Base*. Esse programa reascendeu o debate que, agora em tom mais enfático e com várias medidas por meio de decretos, demonstravam sua seriedade e comprometimento. Aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural (sobre os direitos trabalhistas no campo). Tratou com mais rigor e controle as remessas de lucro e criou o 13º salário. Nestes atos de seu governo, esta esboçado o apelo ao povo para que pudesse governar. Segundo Basbaum (1986, p. 39), as formas de ação encontradas por Goulart foram os decretos populares.

Até então, a estratégia de João Goulart era o do convencimento. As Reformas de Base deveriam sair a partir da obtenção da maioria no Congresso Nacional, entretanto,

defendendo o programa máximo de reformas, os grupos e partidos reunidos na FMP⁹⁶ recusavam a estratégia de atuar no parlamento e exigiam de Jango a implementação imediata de um governo nacionalista e de esquerda. Insistindo que o Congresso Nacional era formado por “latifundiários” e que, portanto, não aprovaria a reforma agrária, recusavam, de maneira contundente, a estratégia de Jango de ter maioria parlamentar com o apoio do PSD. Tendo o apoio do povo, dos trabalhadores e das esquerdas, todos pressionando nas ruas o Congresso Nacional, Jango poderia aprovar as Reformas de Base. Ao recusar a estratégia do presidente de aliar-se ao PSD, qualificada pejorativamente de “política de conciliação”, as esquerdas agrupadas na FMP apostavam na “política do confronto”. (FERREIRA, 2011, p. 329 – 330)

⁹⁶ “No início de 1963, sob a liderança de Leonel Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular [...] Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas Reformas de Base, inclusive a Frente Parlamentar Nacionalista. A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, especialmente na estrutura agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o PSD.” (FERREIRA, 2011, p. 325) O PSD foi uma das bases de eleição de João Goulart. A associação entre PTB e PSD, foi segundo Jaguaribe a responsável pela formulação teórica do Nacional-Desenvolvimentismo do ISEB. Essa junção caracterizariam as vontades progressistas do Brasil. Só foi preciso “observar a realidade do país, como efetivamente se apresentava, e a dar melhor formulação a interesses e aspirações que já caracterizavam os setores progressistas” (JAGUARIBE, 1979, p. 101), diz Jaguaribe sobre o Nacional-Desenvolvimentismo. Entretanto, a coligação com o PSD, ao unir-se com o centro, emperrava o avanço das Reformas de Base segundo a FMP, o PCB, FPN, etc.

O cenário que se fechou sob o governo de Goulart era de desconfiança. De um lado, os setores antagônicos ao governo organizavam ferrenha oposição, lançando mão do disponível para desmoralizá-lo. De outro lado, os setores emergentes buscavam participação exigindo reformas sociais. Apesar de criticarem o governo, os setores emergentes entendiam o perigo do rompimento com ele. A pressão era pela tomada de posição.

É neste período de tensão política e das exigências de tomada de posição por parte de João Goulart e seu Governo, que está situada a experiência da História Nova do Brasil com Paulo de Tarso Santos, que estava à frente do MEC. Nesse momento conturbado da política brasileira, Paulo de Tarso, integrante da FPN⁹⁷ (Frente Parlamentar Nacionalista⁹⁸), encampou a oposição ao governo pedindo agilidade para as Reformas de Base. Em 21 de outubro e 1963, resolveu abandonar o Governo e se demitiu do cargo de Ministro da Educação por entender que era inviável fazer oposição e continuar no Governo (Cf. MENDONÇA, 2006, p. 333).

⁹⁷ “Organizada em 1956, no início do governo de [Juscelino Kubitschek](#) (1956-1961), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) reuniu parlamentares de diversos partidos e tinha como princípio defender, no Congresso Nacional, políticas e soluções nacionalistas para o desenvolvimento brasileiro. O jornal O Semanário era o porta-voz de suas ideias. Nos anos 1960, a FPN aderiu à ação de mobilização política, aliando-se aos estudantes, sindicatos e ao Partido Comunista Brasileiro, numa luta mais agressiva pelo controle dos lucros das empresas estrangeiras, por uma política de extensão dos benefícios do desenvolvimento a todas as regiões do país e pela transformação da estrutura agrária. Contando com um efetivo que variou de 50 e 70 parlamentares ao longo de sua atuação, a Frente apoiou o governo [João Goulart](#). Após abril de 1964, com a cassação dos mandatos da maioria dos seus membros, a FPN deixou de atuar.” (ABREU, Alzira Alves de “As Frentes Partidárias durante o Governo Goulart” In: *Trajatória Política de João Goulart*. Arquivo do centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea CPDOC. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/João_Goulart/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_frentes_partidarias_durante_o_governo_Goulart) Último acesso 15/05/2017.

⁹⁸ A título de curiosidade, em 21 de junho de 2017, foi lançada uma nova Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional. É uma revisitação do passado que estamos analisando. No lançamento dessa nova Frente Parlamentar, foi feita uma homenagem à Leonel Brizola, dos maiores nacionalistas brasileiros. “Não somos hostis ao capital estrangeiro, ou ao capital em geral. Somos hostis à exploração desenfreada da classe trabalhadora, independentemente da origem do capital. [...] Dessa forma, o capital predatório é um típico adorador de Mamom, o deus dinheiro, sendo responsável por inédita concentração de renda na história mundial. O povo tem dificuldades de identificar os inimigos mais inescrupulosos da Nação, representado pelo capital financeiro, porque vivemos numa sociedade de desinformação. A grande mídia, comprada pelos financistas, desinforma pelo que diz e pelo que deixa de dizer. Daí nossa responsabilidade estratégica nessa Frente, no sentido de fazer chegar à sociedade uma crítica honesta e corajosa em relação ao funcionamento da economia e, insista-se, ao processo de financeirização e desnacionalização.[...] A chama que moveu Leonel Brizola por suas longas décadas de luta continua viva” (REQUIÃO, 2017, s/n. apud. AMORIM, 2017, s/n) “[...] escolhido como presidente da Frente, o senador Roberto Requião conclamou país a reagir à pilhagem de nossas riquezas, especialmente do petróleo, à venda do território brasileiro a estrangeiros, à submissão do Brasil à globalização financeira e às reformas que precarizam o trabalho e potencializam a exploração do povo. Uma das principais tarefas da Frente, disse Requião, é a de informar a sociedade, uma vez que a monopolização dos meios de comunicação impede que os brasileiros saibam o que realmente acontece no país. Paralelamente à instalação da Frente, o ex-ministro e economista Bresser Pereira lançou em Brasília o Projeto Brasil Nação, uma iniciativa de centenas de intelectuais brasileiros que lutam por construir um programa de desenvolvimento nacional para o país.” (AMORIM, 2017, s/n)

As disputas sociais avançavam em ritmo forte, colocando medo nos setores mais retrógrados. O Brasil passou a conviver com greves constantes de diversas categorias, enquanto no campo, as ocupações de terras improdutivas continuavam “apesar dos assassinatos de líderes rurais” (Ibid., p. 375 – 376).

Com a FMP e a crítica contundente das tentativas de conciliação de João Goulart, as esquerdas passaram, cada vez mais, à radicalização política com a estratégia do confronto. Nesse cenário, o PSD, base das eleições, aproximou-se da direita golpista. João Goulart passa a ficar cada vez mais isolado no governo, enquanto os grupos de direita começavam a se unir no medo das transformações radicais. Os empresários tinham medo das forças sindicais, uma vez que tinham como lembrança o João Goulart do Ministério do Trabalho, de Vargas. Para alguns militares

assustava a participação de comunistas em cargos federais; aos políticos do PSD, amedrontavam as greves de trabalhadores e, em particular, as invasões e terra no interior do país; aos parlamentares da UDN, havia o temor de uma derrota nas eleições presidenciais de 1965. A todos, no entanto, causava pânico a implementação de reformas que, ao distribuir melhor a renda, retirariam deles privilégios seculares. (FERREIRA, 2011, p. 388)

Frente às radicalizações à esquerda e à direita, as tentativas conciliatórias do governo se mostraram infrutíferas. Por um lado, as medidas nacionalistas e de ampliação dos benefícios sociais⁹⁹ não tinham acordo com os grupos conservadores. Por outro lado, as esquerdas não confiavam no Congresso para fazer avançar as reformas e faziam a opção pelo enfrentamento político. Dentre as possibilidades, a conciliação não funcionou, associar-se à direita não era opção. João Goulart, então, “decide” pelo enfrentamento somando-se às forças de esquerda.

O caminho traçado pela esquerda descontente com Goulart foi a pressão para que ele realizasse as Reformas de Base. Preocupados com fortalecer o campo da direita e o perigo de um golpe, “decidiram tentar convencer Goulart a se posicionar clara e definitivamente ao lado do povo e dos setores progressistas [...] Tiveram sucesso e Goulart enfrentou a situação apelando aos decretos populares” (MENDONÇA, 1990, p. 16 – 17)

Sua tomada de posição teve um elevado custo: houve o rompimento categórico da burguesia com o governo, catalisando o processo golpista. Vários setores empreenderam um violento combate contra a subversão.

⁹⁹ Em meio à crise, João Goulart fez a revisão de concessões de exploração das jazidas minerais (medida expressamente nacionalista) e ampliou benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais.

João Goulart herdara uma pesada herança dos governos anteriores. Dele se exigia uma série de reformas que, para serem implementadas, reclamavam poderes absolutos. Ao mesmo tempo, porém, tinha de ater-se a preceitos constitucionais que foram forçosamente, suprimidos ou alterados por força das circunstâncias, depois de 64. *A crise favorecia a agitação e a muitos pareceu que nessa agitação resumia a própria crise.* Na turbulência característica desse processo, as correntes exaltadas e as influências intrínsecas ou extrínsecas, interessadas em impedir as reformas anunciadas, atuaram desassombadamente. (SILVA, 1998, p. 34 grifos nossos).

O posicionamento levado a cabo por Goulart e expresso a partir dos seus decretos populares¹⁰⁰, aceitando as pressões para que ele se posicionasse em favor do povo, com o povo e pelas Reformas de Base, gerou o rompimento da burguesia com o governo. Os setores conservadores começaram a empreender uma ostensiva reação,¹⁰¹ que chamaram genericamente de subversão. Com ajuda, inclusive, do imperialismo norte americano, a burguesia só entendia a tomada de poder para conter os avanços e a ameaça do “perigo comunista” à sociedade.

Grupos clandestinos de direita formaram-se nos principais estados, como a Cruzada Brasileira Anticomunista ou a Ação Democrática Parlamentar, organizada por militares. O aparato institucional (Forças Armadas, Carlos Lacerda, governados do estado da Guanabara), com os jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Diário de S. Paulo*, mais o rádio e a televisão, compunham os mecanismos dos segmentos de direita para o combate à “subversão” e ao “comunismo.”

O Imperialismo norte-americano auxiliou grupos direitistas, financiando instituições como o IBAD e o IPES e enviando armas e militares, em uma operação marítima conhecida como “Brother Sam”. Essa ajuda foi imprescindível para o sucesso do golpe. Para finalizar, a ação e a participação da classe média foram decisivas, pois esse setor estava extremamente insatisfeito com a desvalorização de seu salário e *status*. O crescimento das greves e a radicalização dos movimentos contestatórios expressavam um perigo de “subversão” total da sociedade. (MENDONÇA, 2006, p. 330 – 331 grifos do autor)

Um dos argumentos usados para caracterizar a ideia de um golpe de esquerda no Brasil foi a defesa, a partir do início de 1964, de um plebiscito consultivo sobre a necessidade “da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte”

Sem a influência do poder econômico, o povo elegeria operários, camponeses, sargentos e oficiais militares nacionalistas. O Congresso

¹⁰⁰ Sobre os Decretos, ver Bausbaum (1986, p. 39)

¹⁰¹ Sobre a reação da direita ver BASBAUM, 1986, p. 39; CARONE, 1985, p. 201; DERIFUSS, 1987, p. 143.

Constituinte, ao mesmo tempo que escreveria uma nova Constituição, aprovaria o conjunto das Reformas de Base. [...] O regime político surgia como empecilho às reformas, estando a serviço dos privilégios de classe – e daí a necessidade de uma nova Constituição. (FERREIRA, 2011, p. 393)

Para Jorge Ferreira (2011, p. 433), as ações das esquerdas, somadas às intenções nacionalistas de Goulart, eram tomadas pela direita como prova de que havia um golpe sendo planejado sob as lideranças de João Goulart e Brizola, que estava à frente do FMP. “Afinal, qual o objetivo do governo em ter, além das prerrogativas do Poder Executivo, também as do Legislativo?”. Porém, foi o comício de 13 de março de 1964 que “[...] unificou os conspiradores de direita, civis e militares, em suas ações para depor o presidente, e também atuou entre os liberais [...]” (Ibid., p. 429).



Figura 7: Presidente Joao Goulart, ao lado da esposa Maria Tereza, discursa no comício realizado na Central do Brasil, em 13 de março de 1964. (Arquivo Nacional/ph fot 5610 30) Apud. CPDOC. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas

2.3.2. Sexta-feira 13

Em uma sexta-feira 13, em discurso pronunciado no comício da Central do Brasil, João Goulart anunciou a adoção de algumas reformas e definiu o que seria a democracia segundo seu governo.

Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, *que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático* como se no Brasil a reação ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. *O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nas suas reivindicações.* [...] A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. [...]

Democracia, trabalhadores, é o que o meu governo vem procurando realizar, como é do meu dever. Não só para interpretar os anseios populares, mas também para conquistá-los pelo caminho do entendimento e da paz. Não há ameaça mais séria para a democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos



Figura 8: "A constituição deve ser revista. O povo com Jango começa a reforma". Arquivo Público do Estado de São Paulo. Jornal Última Hora. Disponível em: WWW.arquivoestado.es.gov.br

líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações. [...] (GOULART, 1964, p. 80. Grifos nossos).¹⁰²

A democracia do povo seria conquistada. Os privilégios seriam confrontados. João Goulart iniciava o processo de radicalização das reformas a partir da assinatura do decreto da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária) e prometendo ser esse apenas o começo.

Trabalhadores, *acabei de assinar o decreto da Supra*. Assinei-o, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. *Ainda não é a carta de alforria* do camponês abandonado. *Mas é o primeiro passo*: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro.

O que se pretende com o decreto que considera de

interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais, e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas

¹⁰² GOULART, João Belchior Marques. "Discurso do presidente João Goulart na central do Brasil" In: MARCELINO, Wanielle Brito. (Org.) *Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília – FUNAG, 2009. 100p.

inexploradas ou subtilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. [...] (Ibid., p. 83)

O SUPRA não seria a reforma agrária final, mas pretendia ser o início dela. Entretanto, para a efetivação dessa reforma seria necessário emendar a constituição que apresentava empecilhos como a necessidade das terras desapropriadas serem indenizadas à vista. Para o governo, pura especulação imobiliária.

Reforma Agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma Agrária, como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e a dinheiro é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso de decreto da Supra não é a reforma agrária. Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo, poderemos ter leis agrárias honestas e bem-intencionadas, mas nenhuma delas capaz de modificações estruturais profundas. [...] (Ibid., p. 84. Grifos nossos)

Para a oposição, a reforma agrária nestes moldes era romper com a legalidade. Mas, para o governo, essa reforma contemplava a missão do plano trienal de reavivamento econômico e a preocupação com o mercado interno.

A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui, no Brasil, constitui a legenda mais viva da esperança do nosso povo, sobretudo daqueles que labutam no campo. A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver. [...] (Ibid., p. 85. grifos nossos)

As medidas nacionalistas também estariam presentes, assim como a reforma eleitoral que poderia auxiliar o governo nas eleições de 1965. O voto seria ampliado aos analfabetos e permitiria qualquer cidadão brasileiro a concorrer aos cargos governamentais.

A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Destilaria Rio-Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional. [...]
Na mensagem que enviei à consideração do Congresso Nacional estão igualmente consignadas duas outras reformas que o povo brasileiro reclama, porque é exigência do nosso desenvolvimento e da nossa democracia. Refiro-me à reforma eleitoral, à reforma ampla que permita a todos os brasileiros maiores de 18 anos ajudar a decidir dos seus destinos [...] (Ibid., p. 87 – 88. Grifos nossos)

Ao final do discurso, reafirma o compromisso de lutar com o povo e pelo povo pelas reformas que o Brasil necessita.

Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, *reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira*. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, e pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, *pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil*. (GOULART, 1964, p.89, grifo nosso).

Nessa sexta-feira 13, o discurso do comício da Central do Brasil deixava claro o setor da sociedade que seria beneficiado pelo programa do governo. Mais que isso, deixava claro os interesses que estavam sendo contrariados por ele.

2.3.3. Golpe de esquerda?



Figura 9: Cartazes e faixas do comício de 13 de março de 1964. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Jornal Última Hora <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>

O palco estava completamente armado e determinado o cronograma para a primeira fase da tomada de posse pelos comunistas. Nos calendários dos chefes vermelhos do Brasil – assim como nos de Moscou, Havana e Pequim – as etapas para a conquista do poder estavam marcadas com o círculo vermelho: primeiro, o caos; depois, a guerra civil; por fim, domínio comunista total. (*A nação que se salvou a si mesma*, 1978, p. 5)

Assim começa um pequeno livreto publicado pela editora do exército intitulado: *A nação que se salvou a si mesma*. Neste livreto, o golpe de 1964 é explicado por seus algozes como intervenção necessária para a defesa democrática. Em nome da “segurança e do desenvolvimento” é que sufocaram as oposições e suprimiram direitos individuais. Teria sido

o “contra o golpe” ao golpe comunista que se aproximava. Os setores conservadores foram *obrigados* a dominar o Estado.

“A nação que se salvou a si mesma” é

A história inspiradora de como um povo se rebelou e impediu os comunistas de tomarem conta de seu país.

Raramente uma grande nação esteve mais perto do desastre e se recuperou do que o Brasil em seu triunfo sobre a subversão vermelha. Os elementos da campanha comunista para a dominação – propaganda, infiltração, terror – estavam em plena ação.

A rendição total parecia iminente... *e então o povo disse: Não!* (A nação que se salvou a si mesma, 1978, p. 1. Grifos nossos)

“A nação que salvou a si mesma” faz parte do processo de acobertamento das razões econômicas (externas), associadas à manutenção da estrutura política e social (privilégios) internos, que foram a verdadeira causa motivadora do golpe.

Culpar o comunismo e o fenômeno ideológico pela radicalidade do processo é negar que a realidade provocava a radicalização. A ideia, dialeticamente, pode influenciar e agir no real, mas é o real que funda a crítica.

Em 1979, o Pe. Fernando Bastos de Ávila, S. J., escreveu um artigo publicado pela revista *Cadernos de opinião n.º 14* sobre “o saldo de 15 anos 1964 – 1979”. Para ele, depois de 15 anos de regime de exceção, estava ocorrendo um processo de “abertura” e que poderia ser reversível. Para isso, os acontecimentos de 1964 eram importantes. Em 1964, o Brasil já havia perdido uma grande oportunidade de acesso a uma democracia social.

Infelizmente, nossa memória é curta. Corremos o risco de subestimar hoje o quanto as intemperanças festivas da esquerda provocaram a violência da reação da direita.

[...] Falou-se na impossibilidade de uma república sindicalizada, que era mero eufemismo para esconder um projeto de sovietação do Brasil. [...]

O *projeto da república sindicalizada*, que relegou de modo fulminante sua extrema inconsistência, *passou a constituir a racionalização do golpe revolucionário e a justificativa do endurecimento* do regime repressivo. Mas *ficou como explicação última de todas as interpretações convencionais do fenômeno do populismo no Brasil*.

É *essa explicação* que hoje, quando começa a sedimentar a poeira das batalhas, *me parece impossível aceitar com honestidade científica*. (Pe. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA, 1979, p. 67, grifo nosso)

Apesar de Pe. Fernando Bastos ainda apontar que havia uma esquerda festiva, para ele “a inépcia das lideranças marxista [...] e o esquema estreito da luta de classes” (Ibid., p. 68), é que deveria ser responsabilizada pela reação da direita, o que discordamos. Ele aponta que a

justificativa, dada pelo golpe de 1964, de que estaria se tentando um projeto “da república sindicalizada ou sovietação do Brasil” não se sustenta dentro dos critérios da honestidade científica. Sem negar a possibilidade de existirem lideranças que queriam esse processo no Brasil, o autor afirma que “o fenômeno tinha maior grandeza.”

Era um povo que se conscientizava e que decidia afirmar sua presença como sujeito de sua própria história. Era um povo que crescia para assumir a transformação de estruturas ancestrais de inequidade social que o oprimiam. (Ibid., p. 68)

Nesse sentido concordamos com Pe. Fernando Bastos (1979), para nós não se sustenta em bases científicas a explicação de um golpe de esquerda no Brasil. O interessante é que a justificativa do golpe de 1964 era a existência de um golpe comunista, entretanto, não se buscava explicar, talvez a radicalização do processo democrático, a partir do mesmo critério analisando os vários golpes tentados pela direita em períodos próximos àquele, inclusive o de 11 de novembro de 1955 ou o parlamentarismo de 1961. Pelo medo de um golpe da esquerda se dá um golpe de direita. O foco que se quer dar é no comício da Central.

Havia, sim, a radicalização para a implementação das reformas, que não sairiam do congresso nacional. Entretanto, era um processo distributivo de renda, dentro dos marcos do capital. Sem negar a existência dos grupos da extrema esquerda, seu papel era radicalizar as contradições. Da mesma forma não podemos ignorar a presença estrangeira, que buscava

ampliar sua influência em um mundo bipolarizado. A operação *Brother Sam* e a atuação do IBAD,¹⁰³ ou ainda a atuação do IPES¹⁰⁴, não deixam dúvidas quanto a isso.

Na explicação de que o golpe de 1964 aconteceu a partir de um golpe de esquerda há, para nós, uma inversão de valores, na medida em que o oprimido é responsabilizado por tentar superar sua condição.

Após o comício de 13 de março, Castello Branco redigiu uma veemente nota. Quando um presidente se propunha a anular o Congresso e a derrubar a Constituição, argumentava ele, a ação militar em defesa da legalidade não só se justifica, mas era obrigatória. (*A nação que se salvou a si mesma*, 1978, p. 29)

Realizar um plebiscito não era ilegal e alterar as leis, não significa viver sem elas. Faz parte do processo histórico as emendas, ajustes, mudanças, supressão e criação de novas leis.

¹⁰³ “As sementes do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram lançadas no final do governo de [Juscelino Kubitschek](#). O instituto foi fundado em maio de 1959, por Ivan Hasslocher, recebendo contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros que, descontentes com a disparada da inflação e o estilo populista de JK, julgaram necessário organizarem-se com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país. O papel desenhado para o IBAD era o da ação política. Dessa forma, Hasslocher fundou mais ou menos no mesmo período a agência de propaganda Incrementadora de Vendas *Promotion*, subsidiária daquele instituto. A posse de [João Goulart](#) da presidência da República, em setembro de 1961, acirrou os ânimos dos ibadianos. O ápice da atuação do instituto foi na campanha eleitoral de 1962. Para isso, foi criada, com fins explicitamente eleitorais, a Ação Democrática Popular (Adep). Sua função era canalizar recursos para os candidatos contrários a Goulart que concorreriam às eleições legislativas e para o governo de 11 estados. Ao mesmo tempo, o IBAD engendrou ferrenha campanha contra o governo Goulart e os candidatos ao Legislativo identificados pelos ibadianos como comunistas. Além disso, produziu e difundiu grande número de programas de rádio e de televisão e matérias nos jornais com conteúdo anticomunista. A medida de maior impacto do IBAD foi o aluguel durante a campanha eleitoral do vespertino carioca *A Noite*. Por 90 dias, a linha política do jornal foi radicalmente modificada - de defensora de candidatos do PTB e de posições nacionalistas a promoção dos candidatos apoiados pela Adep e identificados ao anticomunismo. Outra iniciativa do instituto foi a tradução e a divulgação do livro *Assalto ao Parlamento*, do escritor tcheco Jan Kosak. A obra, publicada pelo jornal O Globo, descrevia a tomada do poder pelos comunistas na Tchecoslováquia e o papel central que o controle do Congresso desempenhara nesse processo. A participação do IBAD-Adep na campanha eleitoral de 1962 foi tão ostensiva que levou parte considerável do Congresso a suspeitar da origem dos recursos utilizados. Assim, ainda em 1962, foi sugerida a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as atividades do IBAD e de suas subsidiárias, mas a iniciativa não foi adiante. Com o início da nova legislatura em fevereiro de 1963, foi renovada a proposta de investigar o instituto e suas subsidiárias. Em maio, a CPI foi instalada. Seus trabalhos resultaram em centenas de depoimentos, denúncias e comprovantes de despesas e de doações. Um dos pontos que a CPI conseguiu apurar foi que os papéis do IBAD haviam sido queimados quando suas atividades começaram a ser investigadas por ordem do presidente da República. Mesmo assim, foi possível reconstruir parte da história do IBAD e demonstrar com base em abundante documentação que o dinheiro do instituto provinha de várias firmas estrangeiras, na maioria norte-americanas. Baseado parcialmente em informações reveladas pela CPI, no final de agosto Goulart determinou a suspensão por três meses das atividades do IBAD e da Adep. O decreto presidencial previa que os órgãos do Poder Judiciário examinassem a atuação da entidade e tomasse as medidas cabíveis. No final de novembro, Goulart prorrogou por mais três meses a suspensão, levando em conta o fato de que as investigações sobre as atividades ilícitas das duas organizações ainda se encontravam em curso. Finalmente, em 20 de dezembro, o IBAD e a Adep foram dissolvidos por determinação do Poder Judiciário.” (PAULA, s/d, s/n).

¹⁰⁴ Sobre isso ver DREIFUSS, 1987 Capítulos V, VI, VI e VIII.

Ademais, não há qualquer transformação efetiva que não se proponha a alterar leis. Nesse sentido, não há possibilidade de mudança seguindo as regras “oficiais”.

O rancor e o ódio ficaram estampado na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em 19 de março de 1964. As forças conservadoras se voltavam contra o comunismo e o esquerdismo. “Um, dois, três, Brizola no Xadrez! E se tiver lugar, põe também o João Goulart”.¹⁰⁵ A seguir, um trecho de uma proclamação escrita e preparada pelas mulheres segundo o livreto *a nação que se salvou e a si mesma*.

Esta nação que Deus nos deu, imensa e maravilhosa como é, está em extremo perigo. Permitimos que homens de ambição ilimitada, sem fé cristã nem escrúpulos, trouxessem para nosso povo a miséria, destruindo nossa economia, perturbando a nossa paz social, criando ódio e desespero. Eles infiltraram o nosso país, o nosso Governo, as nossas Força Armadas e até as nossas igrejas com servidores do totalitarismo exótico para nós e que tudo destrói... Mãe de Deus, defendei-nos contra a sorte e o sofrimento das mulheres de Cuba, da Polônia, da Hungria e de outras nações escravizadas! (parte da proclamação preparada pelas mulheres da Macha da Família com Deus pela Liberdade, apud *A nação que se salvou a si mesma*, p. 25)

Entretanto, o projeto de Goulart era, no máximo um projeto de governo trabalhista nos marcos do nacional-desenvolvimentismo, com caráter reformista e distributivista, somado ao fato de que, em termos eleitorais, tinha um projeto muito forte. Infelizmente, na história do Brasil, é comum grupos recorrerem ao golpe, pois suas bandeiras econômicas são antipopulares, no sentido de povo, e não conseguem chegar ao poder pelas vias democráticas.

2.4. A educação no governo Goulart

2.4.1. Formação via educação: entre uma necessidade do capital e uma vontade eleitoral

Para o capitalismo, o sentido utilitarista do ensino é importante. Nesse quesito, podemos associar a intenção de maior participação no campo da educação ou a elevação do processo educacional, como uma estratégia de atrelamento científico ao mundo da produção. Em outras palavras, um melhoramento do instrumento *trabalho*.

¹⁰⁵ Uma das palavras de ordem entoada pela “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

[...] O capital faz o operário trabalhar, agora, não com a ferramenta manual, mas com a máquina que maneja os próprios instrumentos. Um primeiro exame põe em evidência que a indústria moderna deve aumentar extraordinariamente a produtividade do trabalho, ao incorporar as imensas forças naturais e a ciência ao processo de produção; o que não está claro, entretanto, é se essa elevada produtividade não se realiza à custa de maior dispêndio de trabalho. (MARX, 2002, p. 443)

Acrescentaria que nesse processo de aumento de produtividade, incorporando a ciência ao processo produtivo, será exigida nova qualificação para o trabalho. No caso brasileiro, a educação assumiu função estratégica. A política de *substituição de importações*, ofereceu à indústria brasileira um salto qualitativo e quantitativo, o que para nós também transferiu ao campo educacional a necessidade de uma política educacional de *substituição de importação de mão de obra*. Deixar de trazer imigrantes para o trabalho nas indústrias e para formar no Brasil e, assim, oferecer o quadro de trabalhadores necessários às transformações em curso.

São várias as questões somadas nas intenções modernizantes e de transformação cultural e histórica do povo brasileiro. Vários segmentos no campo educacional, principalmente em fins da década de 1950 e início de 1960, tentaram melhor educar o quadro de trabalhadores. Os interesses estavam, obviamente, atrelados às necessidades econômicas. Entretanto, por mais utilitarista que possa parecer, estavam também ligados às teorias da “Revolução Brasileira” e, em muitos casos educacionais, visivelmente posicionados no campo da esquerda. Por exemplo, o Programa Nacional de Alfabetização que considerava que educar não era apenas preparar para o trabalho, mas era, sobretudo, ação libertadora.

Essa contradição, entre a educação utilitária e a educação emancipadora, foi bruscamente rompida após o golpe de 1964. Enquanto a intenção formativa é mantida, e inclusive assiste-se a um processo de radicalização do sentido técnico da educação, o processo formativo é totalmente destituído de sentido político e emancipador.

Lembrando sobre o emprego da maquinaria, que

[...] Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia. (MARX, 2002, p. 427)

Nesse sentido, embora afirmemos que as ideias educacionais de início da década de 1960 continham ideologicamente um viés emancipador – permitido pelo ambiente político e os debates sobre a “Revolução Brasileira” à esquerda – e que poderia oferecer do ponto de vista político melhora qualitativa da formação dos trabalhadores brasileiros, sua função não era transformar estruturalmente a sociedade. Enquanto política pública, a educação deveria responder aos problemas práticos da reestruturação produtiva.

A educação no governo João Goulart não fazia a defesa intransigente do capitalismo, mas, com toda certeza, apresentava a defesa do *desenvolvimento capitalista* no Brasil. Não obstante, seus ministros mantinham posicionamentos marcadamente à esquerda, como Darcy Ribeiro e Paulo de Tarso Santos, por exemplo. As transformações sociais, consequências da diversificação econômica, havia criado novos quadros de empregos em quantidade e qualidade. Alteraram-se, de certa forma, a situação de alguns grupos de trabalhadores situados no ambiente urbano. A educação, paulatinamente, passou a ser uma necessidade tanto para o trabalhador quanto para o empregador capitalista. Entretanto, como já vimos, era mantida a exploração da mão-de-obra como forma de acumulação.

O Brasil precisava de mão-de-obra qualificada¹⁰⁶, mas não conseguia superar os problemas do analfabetismo. Para a educação,

[...] as exigências de melhor preparo de mão-de-obra acentuam-se. *Quando a simples alfabetização já não basta*, não conseguimos sequer oferecê-la a mais de 25 milhões de brasileiros! Ora, na sociedade industrial a cultura letrada não é apenas condição de ajustamento social, mas também de sobrevivência individual. (REIS FILHO apud RIBEIRO, 2005, p. 161)

No início da década de 1960, 39,5% da população total era analfabeta. Se analisarmos que a constituição de 1946 exigia ser alfabetizado para votar, quase 40% da população estava impedida das decisões políticas. Essa era mais uma questão posta ao governo, que para as

¹⁰⁶ O governo João Goulart alertou para essa necessidade. O governo buscou estabelecer programas e convênios para a qualificação profissional. Um desses exemplos é o PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra). “O PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra) foi concebido pelo governo de João Goulart em 1963 e executado durante a ditadura militar até sua extinção em 1982. Corresponha a cursos profissionalizantes, que ocorriam em todo o país, para trabalhadores pouco escolarizados, com encaminhamento para o emprego, durante o idiossincrático Estado de bem-estar social brasileiro. Uma caricatura em relação ao formato genérico do *welfare state* da Europa Ocidental.” SANTOS, Simone Valdete dos. Educação de 1º Grau na Fábrica: para Além das Competências e da Qualidade Total. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

próximas eleições já havia sinalizado a necessidade de ampliação do eleitorado.¹⁰⁷ Dessa relação direta entre a alfabetização e o voto, o governo manifestava a vontade de ampliar o direito de voto aos analfabetos e, para tanto, fez uso do MEC.

Tabela 2: Analfabetismo na Faixa de 15 anos ou mais no Brasil, 1940 – 1980.

Ano	Total*	Analfabeta*	Taxa de analfabetismo
1920	17.564	11.409	64,96%
1940	23.648	13.629	57,63%
1950	30.188	15.272	50,59%
1960	40.233	15.964	39,68%
1970	53.633	18.100	33,75%
1980	74.600	19.356	25,95%

***Valores em milhares**

Fonte: IBGE – (2016)

Analisando a Tabela 2: Analfabetismo na Faixa de 15 anos ou mais no Brasil, 1940 – 1980., percebe-se que a alfabetização da população brasileira aconteceu de forma gradual, com grandes avanços exatamente no período pós-1950.¹⁰⁸

¹⁰⁷ [Goulart apoiou os movimentos de alfabetização de base, e tratou a questão como política governamental. Nos seus discursos, sempre que possível, reafirmava a necessidade de emendar a constituição.](#) A extensão do voto ao analfabeto só ocorreu no Brasil em 1985. Em 1981, portanto antes de resolvida a questão da extensão do voto ao analfabeto, José Carlos Brandi Aleixo, então professor da Universidade de Brasília, apresentou um estudo com o título “O Voto do Analfabeto” em razão das discussões sobre a reforma eleitoral daquele ano, onde se colocava radicalmente a favor do voto ao analfabeto. Neste estudo, o autor cita nominalmente membros da Assembleia Nacional Constituinte que se colocavam a favor e contrários à extensão do voto aos analfabetos. Para tanto, acaba incluindo em um conjunto dos contrários ao acesso dos analfabetos grandes nomes internacionais como Adolfo Hitler e Benito Mussolini. “A divisão de opiniões e o calor das polêmicas atestam a complexidade da matéria. Entre os defensores do sufrágio do analfabeto encontramos nomes como os de SALDANHA MARINHO, JOAQUIM NABUCO, ROCHA LAGOA, VICTOR NUNES LEAL, TRISTÃO DE ATAÍDE, BARBOSA LIMA SOBRINHO, PRALO KELLY, JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, GOMES NETO, GUSTAVO SARRIEGO, KARL DEUTSCH, JAMES BRYCE, LUIS B. PRIETO etc. Pronunciaram-se contra o voto do analfabeto JOHN STUART MILL, ARISTIDES CESAR ZAMA, JOSÉ ANTONIO SARAIVA, TAVARES BASTOS, RUI BARBOSA, ASSIS BRASIL, GILBERTO AMADO, LEVI CARNEIRO, EDGARD COSTA, IVAN LINS, BRITO VELHO, GUSTAVO CORÇÃO etc. Naturalmente são também contrários ao voto do analfabeto aqueles como ADOLFO HITLER e BENITO MUSSOLINI, que se opõe a participação do povo em geral na escolha de seus governantes.” (ALEIXO, 1981, s/n, grifos do autor) ALEIXO, Jose Carlos Brandi. (1981) *In*: Rev. Inf. Legis. Brasília a. 18, n.71 jul./set. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-revista-parana-eleitoral-no-009-jose-carlos-brandi-aleixo> Último acesso: 13/03/2017.

¹⁰⁸ Em 2000, ainda temos mais de 25% da população da Região Nordeste não alfabetizada e m grande percentual de crianças que não frequentam a escola. Fontes do IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf. Acesso em 09 Mar 2016

Desde o início do século XX a educação já se impunha como uma condição para o desenvolvimento brasileiro. A república e a ideia de educação nacional surgem de forma concomitante. Em 1932, com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, a discussão sobre democracia passava pela “reconstrução” da educação, e sua efetivação deveria passar por “um plano com sentido unitário e de bases científicas”.¹⁰⁹

O Manifesto dos Pioneiros teve grande repercussão e fomentou a inclusão da problemática inclusive na constituição brasileira de 1934. Os artigos 150 e 152 determinavam que seria da competência da União de fixar o plano nacional em todo território brasileiro, além de, entre outras responsabilidades, organizar e elaborar o plano através de um Conselho Nacional de Educação.

Art. 150 - Compete à União: a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País; [...]

Art. 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais. (BRASIL, Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil – de 16 de julho de 1934)¹¹⁰

A importância desses eventos nunca foi abandonada em nenhuma constituição após 1934, exceto em 1937 com Getúlio Vargas, quando foi declarado estado de sítio¹¹¹. Entretanto, de forma prática, mesmo que a ideia de um Plano Nacional voltado à educação nunca tivesse sido abandonada, somente em 1962 é que o primeiro Plano foi realizado.¹¹²

Em 1962 um grupo de estudantes universitários católicos ligado à UNE e integrantes da equipe de assessoria do Ministro do Trabalho, Almiro Afonso, tentou encontrar nesse ministério alguma verba que possibilitasse o desenvolvimento de um trabalho de educação de adultos. Verificaram então que uma parcela do Imposto Sindical era destinada à educação através dos

¹⁰⁹ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf Último acesso 07-04-2016.

¹¹⁰ Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil – de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 04 Mai 2016.

¹¹¹ Sob o pretexto de que havia uma conspiração comunista em curso para a tomada de poder (Plano Cohen), Getúlio Vargas interditou o Congresso. Fixou uma nova Constituição seguindo o modelo Constituição da Polônia, com aproximação fascista. Essa Constituição foi apelidada posteriormente como “Polaca”. Sobre o Plano Cohen ver: SILVA, Hélio (1980). *A ameaça vermelha: o plano Cohen*. Rio Grande do Sul: rpm.

¹¹² Sobre isso ver: SAVIANI, Dermeval. “Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação”. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Ver também (PAIVA, 2015, p. 283 – 286)

sindicatos e que seu emprego se fazia através da promoção de cursos de corte e costura, bordados, etc. Foi então discutida a possibilidade de reorientar a sua aplicação, canalizando tais recursos para um trabalho educativo de massa através do método Paulo Freire. Entretanto, a saída de Almiro Afonso do Ministério não permitiu a concretização desses planos. Durante a gestão de Paulo de Tarso no Ministério da Educação o mesmo grupo católico integrou-se em sua assessoria, logrando convencer o Ministro da oportunidade de um plano de educação de adultos sob a coordenação federal [...] O próprio Ministro, sensível ao problema da educação dos adultos, já havia tomado algumas iniciativas nessa matéria criando a Comissão de Cultura Popular [...] Já no final de sua gestão, a assessoria do Ministro formalizou a proposta de um programa extensivo de educação de adultos. O governo federal entraria com os recursos financeiros e a assistência técnica, ficando sua implementação a cargo dos sindicatos e entidades estudantis [...] (PAIVA, 2015, p. 283 – 284)

Com essa iniciativa dava-se o início ao primeiro Plano Nacional de Alfabetização. A ideia de que o Plano Nacional fosse atrelado às leis sempre esteve presente. Em 1962 ele não veio como Lei de fato, apresentou-se como um indicativo do Ministério da Educação e Cultura, quando já estava em vigência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4.024/61.

O PNA representava a incorporação, a nível ministerial e em termos práticos, da orientação indicada pelos grupos que desde 1962 desenvolviam atividades ligadas à educação dos adultos. Em relação aos objetivos de recomposição do poder político e das estruturas socioeconômicas, *o programa mesmo mais importante que a luta em favor do voto do analfabeto.* [...]

A educação era mais que a multiplicação do número de eleitores, mas, de fato, também era isso.

2.4.2. O Ministério da Educação e Cultura de Goulart e o fortalecimento do contraditório.

Para Mendonça (1990, p.18), “o Ministério da Educação e Cultura caracterizou-se por uma ausência de política clara de intervenção nos problemas cruciais da educação. A instabilidade política do governo federal, como um todo afetou o MEC, que durante o governo Goulart [1961 – 1964] teve seis ministros”.

Tabela 3: Ministros da Educação entre 1961 e o golpe Civil/Militar.

Nome	Início	Fim	Presidente
Brígido Fernandes Tinoco	31/01/1961	25/08/1961	Jânio Quadros
Antônio Ferreira de Oliveira Brio	8/09/1961	11/07/1962	João Goulart – Parlamentarismo
Roberto Lira	12/07/1962	14/09/1962	
Darcy Ribeiro	18/09/1962	23/01/1963	
Teotônio Monteiro Barros	23/01/1963	18/06/1963	João Goulart – Presidencialismo
Paulo de Tarso Santos	18/06/1963	21/10/1963	
Júlio Furquim Sambaqui (<i>Interino</i>)	21/10/1963	06/04/1964	

* O Golpe ocorreu no 1º de abril de 1964.

Fonte: Galeria de ministros – Portal do Ministério da Educação, Site Oficial “Portal Brasil” Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13462&Itemid=1178. Último acesso: 05/07/2016.

Embora conturbado pela grande rotatividade dos ministros e seus breves períodos de trabalho, o MEC encampou questões importantes que foram iniciadas fora do governo. Um grande exemplo de bandeira importante foi a institucionalização das iniciativas populares: o “Programa Nacional de Alfabetização”¹¹³, que partia das experiências da educação popular, como já dissemos anteriormente.

Sob a gestão de Paulo de Tarso Santos e sob a colaboração de *Lauro de Oliveira Lima*, o Ministério da Educação propôs a erradicação do analfabetismo em Brasília como meta até 1966. Para essa empreitada contava com Paulo Freire, não só com seu método, mas com sua participação no próprio MEC. É desta gestão a valorização dos “ginásios profissionalizantes”

¹¹³ Sobre isso ver: PAIVA, 2015, p. 283 – 286.

do mesmo Lauro de Oliveira Lima e a proposta da História Nova do Brasil, levada ao MEC por Roberto Pontual que havia sido estagiário no ISEB.

Apesar do longo atraso, e de já ter novamente mudado o nome do Ministro no MEC¹¹⁴, em 21 de janeiro de 1964 o Decreto n.º 53.465 institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura.

O Presidente da República no uso de suas atribuições constante do artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, e,
 Considerando a necessidade de um esforço nacional concentrado para eliminação do analfabetismo;
 Considerando que os esforços até agora realizados não têm correspondido à necessidade de alfabetização em massa da população nacional;
 Considerando que urge conclamar e unir todas as classes do povo brasileiro no sentido de levar o alfabeto àquelas camadas mais desfavorecidas que ainda o desconhecem;
 Considerando que o Ministro da Educação e Cultura vem provando, através da Comissão de Cultura Popular, com vantagem do sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido, decretar:
 Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do sistema Paulo Freire. (DECRETO 53.465 de 21 de janeiro de 1964)¹¹⁵

O Programa Nacional de Alfabetização seria um dos poucos programas contra-hegemônicos oficializado pelo Estado Brasileiro em sua História. Esse aspecto foi um dos motivadores do início de nossa pesquisa sobre a História Nova do Brasil, pois suspeitávamos que nosso objeto fosse mais um dentre estes poucos projetos contra-hegemônicos tornados oficiais. Defendemos essa hipótese e pretendemos ampliar o quadro das experiências contra-hegemônicas institucionalizadas no campo educacional.

A experiência da História Nova do Brasil tem relação com todo esse processo de movimentação por uma educação popular e pela estruturação da escola pública. Há uma relação direta com o movimento popular de alfabetização de adultos e com a iniciativa do MEC de expandir a experiência da educação popular. Outro foco, mais voltado para o ensino médio e para as instituições de ensino oficiais e particulares, mas com mesmo objetivo, era o de fornecer uma formação problematizadora e política. Esse objetivo talvez fosse menos popular, uma vez que a grande maioria dos trabalhadores não tinha acesso ao ensino médio nesse período, porém a proposta visava a ampliação para todo o “povo brasileiro”.

¹¹⁴ Quem assina o decreto, como Ministro da Educação, junto com João Goulart é Júlio Furquim Sambaqui, o último Ministro deste governo.

¹¹⁵ BRASIL. Decreto nº 53.465, de 21 de Janeiro de 1964. *Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências*. DF, 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Desde as décadas anteriores, mas mais intensificamente na década de 1950 com os “50 anos em 5” e as lutas por conquistas sociais, se fortalecia no Brasil um aspecto da necessidade de uma educação popular. Nele residia também o resgate do sentimento de nacionalidade, próprio da tentativa de realização nacional brasileira. O nacionalismo elegeu o povo como sujeito.

Nessa atmosfera, “todo ato educativo era um ato político”. A educação foi contagiada e várias iniciativas surgiram buscando a ampliação cultural, educação de base, combate ao analfabetismo, conscientização política, etc. As esquerdas tomaram para si a tarefa e dirigiam-se aos trabalhadores reforçando uma cultura popular e de confronto com a tradição elitista da educação; movimentos ligados à promoção da cultura popular.¹¹⁶

Os esforços da UNE nesse sentido, com seus Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs), o Movimento de Educação de Base (MEBs), estavam todos voltados à ampliação cultural do povo brasileiro. Esse momento ficou fortemente identificado com Paulo Freire e sua “pedagogia problematizadora”. O conhecimento gerando a consciência que leva à libertação.

Os movimentos educacionais uniam-se aos movimentos de cultura popular na defesa da escola pública. A escola, a problematização das questões sociais, a busca pela liberdade, a transformação, o *ato educativo como ato político*, colocavam ainda mais elementos e determinantes nesse rico contexto histórico brasileiro.

2.5. A soma das contradições: política, econômica e educacional

Weffort (1967) no texto “*Educação e Política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade*”, fazendo apontamentos sobre o movimento de educação popular no Brasil, enriquece muito o entendimento do ponto de vista social do pré-1964. Para esse autor, havia um grande empenho em democratizar o Brasil. A massa, os trabalhadores brasileiros, ganhavam espaço na cena política e, para as elites, tratava-se de domesticá-las.

As massas estão dentro do jogo, agora não mais exclusivo das elites, e os temas em luta não lhes são estranhos. Pelo contrário, vários destes temas — o poder, a democracia, a liberdade, etc. — aparecem no cenário político assinalados por ideologias que buscam interpretar o sentimento popular. As

¹¹⁶ Sobre esse assunto ver PAIVA, Vanilda. “O período 1958/1964: novas ideias em matéria de educação de adultos.” In: _____. *História da educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 7ª Ed. São Paulo, SP. Editora Loyola, 2015. p. 231 – 286. Ver especificamente o item “3.4” deste capítulo.

classes populares se encontram presentes, ainda que algumas vezes em forma aparentemente passiva, e a pressão que exercem se configura como uma força real no sentido da afirmação da liberdade. Do ponto de vista das elites, a questão se apresenta de modo claro: trata-se de acomodar as classes populares emergentes, domesticá-las em algum esquema de poder ao gosto das classes dominantes. (WEFFORT, 1967, p. 17)

Do ponto de vista econômico, Ianni (1978, p. 148)¹¹⁷ entende que o golpe de Estado de 1964 foi uma sequência de fatos com o intuito de recolocar o Brasil na marcha da “civilização ocidental”, mas que em grande medida só foi possível pois o desenvolvimento do modelo econômico nacionalista, sustentado pela industrialização substituindo importações, havia entrado em crise.

Desde 1930, as crises internacionais demonstravam a fragilidade econômica brasileira, baseada no setor agroexportador. O Brasil propôs, a partir da década de 1930, a substituição das importações como forma de fortalecer as indústrias nacionais. Isso gerou uma mudança na orientação econômica, colocando o setor industrial como líder na dinâmica econômica e o setor urbano prevalecendo sobre o setor rural. O modelo de substituição de importações durou no Brasil cerca de cinco décadas, sendo que nos anos 1960 o modelo ainda era utilizado. Esse modelo se estendeu até Geisel, em fins de 1970. O que se esgotou a partir da segunda metade da década de 1950, foi a substituição de bens de consumo popular.

A partir de 1956, com JK, a produção industrial se voltou para os bens de consumo duráveis. O crescimento econômico e consumo dos grupos populares e intermediários acabou tendo taxas menores. Essa mudança provocou insatisfação somada ao fato de que o capital externo havia começado a entrar no país com mais facilidade.

Ianni aponta que a política externa motivada pela industrialização getulista, com a substituição de importações, se encerra nesse momento, chegando ao fim de um ciclo. A década de 1960 não dava respaldo à uma política autônoma com relação ao exterior. Na realidade, iniciava um processo de desconfiança do poder das indústrias nacionais em manterem as condições de existência da classe trabalhadora. Desse modo, se instala uma crise de um modelo que garantia o apoio popular. “Enquanto modelo de desenvolvimento econômico nacionalista, apoiado amplamente em bases populares e implicando numa política externa independente, o padrão getuliano havia entrado numa encruzilhada” (IANNI, 1978, p. 148)

¹¹⁷IANNI Octávio. O colapso do populismo no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1978

Para Mendonça (1990, p.18), o governo não tinha controle da situação e o desanimo governamental somado à desarticulação das massas não pôde impedir ou oferecer qualquer resistência ao golpe.

Diante das necessidades de reforma, o governo de João Goulart precisaria de plenos poderes. Poderes que, como vimos, não tinham. Com o desenvolvimento capitalista em curso no Brasil, surgiram múltiplas disputas por interesses particulares, buscando tirar proveito do progresso material. Durante o governo de João Goulart vários grupos queriam tirar vantagens do crescimento econômico. Com toda transformação política brasileira, João Goulart sofria com uma crise de governabilidade. Questão que, do ponto de vista político, a ditadura civil militar de 1964 pôde “contornar”, uma vez que suprimiu as normas constitucionais. Princípios que no governo anterior ao golpe eram impensáveis serem suprimidos pela própria construção da posse – a campanha pela legalidade – e a reorganização do presidencialismo como bandeira democrática.

A “agitação”, as greves, os movimentos sociais, a população urbana, e todos os grupos que demandavam do governo urgência nas reformas, pressionavam de forma severa. De outro lado, o temor dos encaminhamentos distributivos das reformas de caráter popular propostas pelo governo causava reações extremadas e exaltadas. Esse ambiente, de acordo com Hélio Silva (1998), parecia a própria crise para muitos.

Os setores conservadores fortalecem ou até mesmo criam esse tipo de axioma ao longo da história. No caso do período de João Goulart, a reação conservadora apregou sentido pejorativo às lutas populares, associando as reivindicações e todo o processo de luta pela distribuição dos ganhos materiais do desenvolvimento capitalista brasileiro, a baderna, tumulto, falta de organização, incivilidade e principalmente ao terror comunista, à “subversão”.

As manifestações populares, como ferramentas da transformação social, foram resignificadas como baderna e oportunismo. A partir de governos populares, o combate à pobreza surge como bandeira da distribuição de riquezas. Segundo a visão reacionária as manifestações eram fabricadas pela ideologia de esquerda que queria se beneficiar do momento e dar um golpe comunista.

A agitação manifesta nas greves, nas reivindicações de direitos, de salários que tumultuaram a gestão João Goulart denunciava o conflito profundo que existia entre as massas urbanas, sem estruturação definida e com lideranças populistas, e a estrutura de poder que ainda controlava o Estado. Enquanto os líderes populistas reivindicavam rápida modernização do país, as *modificações estruturais*, as Reformas de Base, a classe

dominante tradicional usou a pressão populista como espantalho para submeter ao seu controle os novos grupos patrimoniais, surgidos com a industrialização. (SILVA, 1998, p. 36, grifos do autor).

Para este autor, a crise de governabilidade e o conflito de poder atuando no centro da questão política “tornam impraticável a execução de qualquer programa por parte dos dirigentes,” o que ameaçava diretamente o funcionamento das instituições. Segundo Hélio Silva, “a intervenção militar teria de ocorrer mais cedo ou mais tarde, dependendo de condições mais ou menos favoráveis ao golpe” (SILVA, 1998, p. 36).

Hélio Silva em várias passagens deixa clara sua concepção de apoio aos militares. Apesar de se referir ao ocorrido como um golpe, deixa transparecer que foi a necessidade de zelar pelas instituições e proteger o Brasil que desencadeou o processo de tomada de poder por parte dos militares. Assim, o autor justifica o golpe colocando-o quase como uma questão teleológica. Iria acontecer assim que as condições fossem dadas.

Nesse sentido, Leôncio Basbaum também apresenta sua argumentação: o golpe aconteceria! Entretanto, diferentemente de Hélio Silva, Basbaum não acredita que houve um processo de salvaguarda das instituições. Pelo contrário, houve um golpe no processo democrático de construção de um Brasil popular. Para Basbaum, o golpe estava se desenhando desde Getúlio, desde 1945, talvez desde 1930.

Na realidade, a renúncia de Jânio Quadros foi apenas uma nova etapa da crise econômica e política que se havia manifestado no Brasil, para não ir muito longe, desde 1945, talvez 1930 ou mesmo antes, se quisermos aprofundar-nos mais um pouco. Jânio renunciou, – e se não renunciasse seria deposto, como foi seu sucessor [...] (BASBAUM, 1986, p.11).

A política brasileira sofria a influência dos grandes grupos industriais, da burguesia financeira, com forte associação com os Estados Unidos. O poder econômico que tinham ainda não estava alinhado com o poder político que necessitavam, daí a leitura da necessidade de um golpe que ocorreria.

Do ponto de vista educacional, apesar da grande mudança de nomes dos Ministros do MEC, houve grande abertura aos trabalhos de politização e de cultura contra-hegemônica, como o Plano Nacional de Alfabetização e, dentro do projeto de expansão de uma educação popular e nacionalista, a História Nova do Brasil. Dentro de leituras possíveis, a instrumentalização da massa pela questão eleitoral ou pela conscientização crítica, com o golpe Militar, os grupos reacionários acautelaram-se.

CAPÍTULO 3: A Constituição da História Nova do Brasil

No ano de 1964, a sociedade brasileira testemunhou um dos desenlaces de uma crise de múltiplos fatores: o golpe civil e militar de 1964. Se a existência da crise pode ser um mediador para o entendimento do período, é preciso qualificá-la como uma crise de radicalização democrática que gerou tensão entre grupos em disputa pelo poder. Houve, assim, em 31 de março e 1º de abril de 1964, uma ruptura de um período democrático não muito longo. A tensão social e as ideias de um modelo determinado de desenvolvimento para o Brasil foram garantidas pelo uso da força.

O período hora em foco, o pré-golpe, pode ser caracterizado como de grande efervescência de ideias, manifestações políticas, discussões sobre modelos e proposições de tipos de sociedade e caminhos para o melhor desenvolvimento brasileiro.

É neste momento, no início da década de 1960, que Nelson Werneck Sodré e um grupo de jovens colaboradores recém-formados e incorporados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) se propuseram a fazer a releitura da História do Brasil e escreveram uma série de monografias com uma visão histórica orientada pelo materialismo histórico, fazendo severas críticas aos materiais didáticos até então utilizados e pretendendo oferecer melhores condições para o entendimento da História do Brasil. O nome deste projeto: *História Nova do Brasil*. Os que assinaram como autores do projeto: Joel Rufino dos Santos; Maurício Martins de Mello; Nelson Werneck Sodré; Pedro de Alcântara Figueira; Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes.

Neste capítulo priorizaremos os estudos já desenvolvidos sobre a História Nova do Brasil, sem nos furtarmos do aprofundamento necessário quando houver necessidade e da utilização dos clássicos já consagrados sobre o período.

Cumpra ainda, explicar a origem do nome “História Nova”.

De acordo com Joel Rufino dos Santos (1993), em um entardecer do Rio de Janeiro, na Praia do Leblon, a “turma do ISEB”¹¹⁸ propôs a *História Nova*. O nome teria relação direta com a existência de movimentos na área cultural como o *cinema novo* e a *bossa nova*. “Não havia o *cinema novo* e a *bossa nova*? Vendo cair a tarde, imaginamos fazer a mesma coisa no front da História do Brasil” (SANTOS, 1993, p. 16, grifo do autor).

Pela ideia sugerida por Joel Rufino, havia uma afinidade com o movimento cultural que Marcelo Ridente (1993, p. 82 – 96) analisou em sua obra o fantasma da revolução brasileira enquadrado na corrente estética “nacional e popular”,

No campo do nacional e popular da década de 60, poderiam ser alinhados os CPCs da UNE, uma primeira fase do Cinema Novo, o Teatro de Arena, a música de Geraldo Vandré, de Sérgio Ricardo, de Chico Buarque, entre outros empenhados na busca pelas raízes da cultura brasileira, *da libertação nacional, no avanço pela superação do imperialismo e dos supostos resquícios feudais nas relações de trabalho no campo*. (RIDENTE, 1993, p. 82, grifo nosso)

Rufino dos Santos identificando as determinações da História Nova,

a mais objetiva é a conjuntura do governo Goulart – a *História Nova* era a reforma de base no campo do ensino de História. A palavra de ordem *antifeudal e anti-imperialista* se alastrava por todos os setores da atividade. Na crista daquele nacionalismo – reforma para dentro pela superação dos restos feudais, reforma para fora pela independência face à finança internacional – é que veio a *História Nova*. (SANTOS, 1993, p. 16, grifo do autor)

¹¹⁸ Pedro de Alcântara Figueira, Maurício Martins de Mello, Rubem Cesar Fernandes, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Joel Rufino dos Santos. (Cf. SANTOS, 1992, p. 16)

O nacionalismo criara também uma estética¹¹⁹ “nacional e popular” e revolucionária. Faz todo sentido o uso do nome História Nova, reforçando ainda mais o emblema que o projeto se tornou.

3.1. Os coautores: notas biográficas

Com uma apresentação prévia dos que participaram do projeto, nossa intenção é satisfazer uma demanda da pesquisa: o que se tornaram aqueles jovens “subversivos”, perseguidos, alguns exilados e torturados pela ditadura por cometerem o pecado de estudar história?

A partir de uma breve biografia de cada coautor, buscaremos apontar suas trajetórias e suas carreiras. Dessa forma tentaremos satisfazer, ainda que brevemente, o desejo de conhecer os “jovens” metamorfoseados em suas vidas adultas. Mesmo esse pequeno levantamento sobre suas trajetórias já nos oferece a certeza da importância que tiveram para a cultura brasileira. Todos os participantes da História Nova do Brasil transformaram-se em grandes intelectuais brasileiros, atuantes politicamente, engajados em lutas sociais e culturais.

¹¹⁹ Ridente diz haver uma polarização na década de 1960 entre duas estéticas: uma “formalista” ou “vanguardista” que “fariam a apologia do mercado e da indústria cultural capitalista, identificando aí o moderno, supostamente revolucionário, que romperia com um Brasil culturalmente arcaico” (RIDENTE, 1993, p. 86), e outra estética: a “nacional e popular”, descrita na citação acima. Ambas se autoproclamando revolucionárias. Ridente (1993, p. 83) faz críticas às duas correntes estéticas, se a corrente formalista pode ser considerada “conformista e apolítica”, a nacional e popular não é mais revolucionária, “na verdade não propunha a ruptura com o capitalismo, mas a independência do ‘imperialismo cultural’”. Isto é, propunha-se o desenvolvimento autônomo da tradição cultural do ‘povo’ brasileiro, o que implicaria, ao menos num primeiro momento, o funcionamento autônomo do capitalismo brasileiro, sustentado por um mercado interno em que a riqueza tivesse uma distribuição mais equitativa. (RIDENTE, 1993, p. 82 – 83). Com sentido próximo encontramos as críticas feitas ao marxismo nacionalista apresentado pela História Nova do Brasil, que propunha o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas ou a efetivação da revolução burguesa no Brasil como parte necessária ao processo de emancipação. De toda sorte de as ideias, tanto no campo cultural quanto no campo educacional, estiveram e são permeadas pelo componente político e pelas estruturas e superestruturas de seus tempos históricos.

3.1.1. Joel Rufino dos Santos

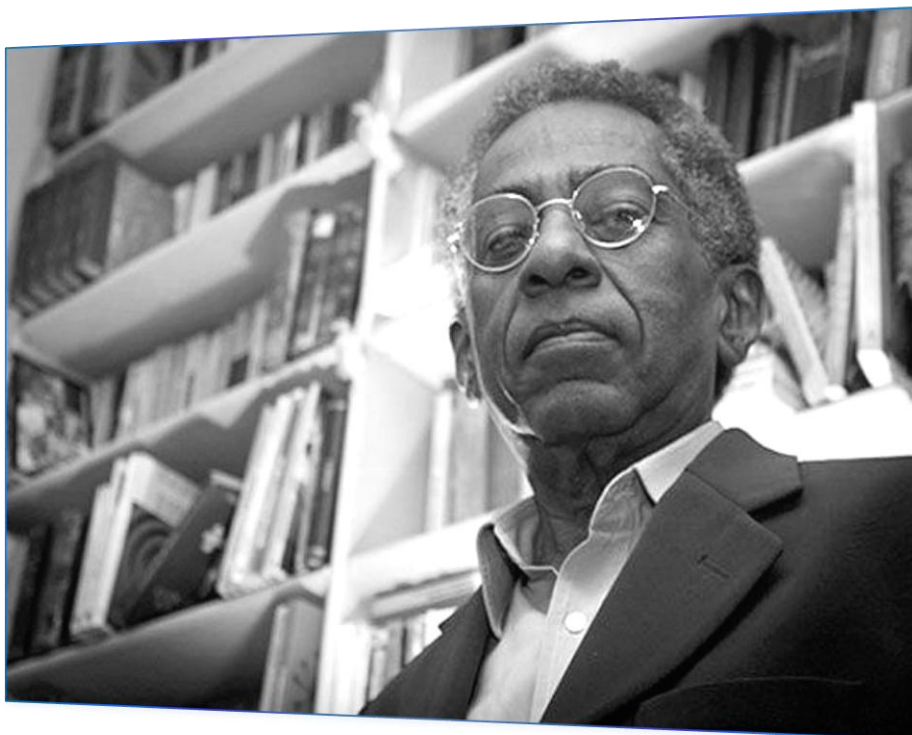


Figura 10 Joel Rufino dos Santos. Disponível em: <http://f.i.uol.com.br/f5/geral/images/15247180.jpeg>

Joel Rufino dos Santos, filho de pernambucanos, nasceu em 19 de julho de 1941, em Cascadura, zona norte do Rio de Janeiro. Casado com Teresa Garbayo dos Santos e pai de dois filhos. Um deles chamado Nelson.

Era historiador, escritor e professor. Graduiu-se pela antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, fez parte do Centro de Estudos de História desta faculdade e foi um dos assistentes do Departamento de História do ISEB. Foi um dos coautores da *História Nova do Brasil* e filiado ao Partido Comunista até próximo da ditadura, quando se viu forçado a se afastar do movimento.

Com a ditadura, foi perseguido. Tornou-se exilado político, passando por países como Bolívia e Chile.

Viveu durante muitos anos na clandestinidade em São Paulo adotando novo nome: Pedro Ivo dos Santos. Por sua participação política foi preso algumas vezes, uma delas em 1972, por causa de sua participação na Aliança Libertadora Nacional - ALN.¹²⁰ Suas

¹²⁰ Cf. PEREIRA, Amauri Mendes; PEREIRA, Amílcar Araújo; ALBERTI, Verena. "Entrevista com Joel Rufino do Santos". *Estud. Hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, V. 26, nº 52, p. 491 – 518, julho – dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v26n52/12.pdf>. Último acesso: 16/04/2017.

memórias desse período estão retratadas em cartas escritas na prisão que viraram livro *Quando eu voltei, tive uma surpresa*, de 2000.

Com a Anistia em 1979, foi reintegrado à universidade. Como o ISEB não existia mais, foi oferecida a oportunidade de escolha entre algumas universidades. Escolheu se dividir entre duas faculdades da UFRJ, a Escola de Comunicação e a Faculdade de Letras, permanecendo nelas até se aposentar.

Foi diretor-Secretário do Instituto Superior de Estudos da religião (ISER) e membro do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro.

Escritor de mais de 50 livros de diversos gêneros¹²¹. Dentre suas obras, escreveu *O que é Racismo?*, publicada pela editora brasiliense, *Abolição*, pela editora Record; *Zumbi dos Palmares*, pela editora Moderna e *Afinal, Quem Fez a República?*, pela FDT.

Pela construção de novos instrumentos para o trabalho com as culturas afro-brasileiras e suas reflexões sobre a questão racial, é considerado uma importante referência para o movimento negro. De forma geral, por seu ativismo político e intelectual é uma das referências da cultura brasileira.¹²²

Faleceu em setembro de 2015, aos 74 anos, no Rio de Janeiro, em decorrência de complicações cardíacas.

¹²¹ Ganhador, inclusive, do Prêmio dinamarquês *Hans Christian Anderson*, considerado o Prêmio Nobel da Literatura infantil. Também recebeu dois Prêmios Jabuti de Literatura pelos títulos "*Uma estranha aventura em Talalai*" e "*O barbeiro judeu da prestação contra o sargento da motocicleta*."

¹²² Ministério da Cultura lhe prestou a Comenda da Ordem do Rio Branco por seu trabalho com a cultura brasileira.

3.1.2. Maurício Martins de Mello

Maurício Memória, seu sobrenome artístico, é artista plástico. Criador do Centro Cultural Multimídia de Arte Contemporânea *Piccola Arena*, no Rocío, em Petrópolis. Professor aposentado da Faculdade de Letras da UFRJ. Carioca, estudou artes na Escola



Nacional de Belas do Rio de Janeiro no início da década de 1960. Por sua participação como coautor na experiência da História Nova do Brasil, foi preso, torturado e exilado. Só conseguiu voltar ao Brasil em 1980, quando passou a se dedicar à História Social Brasileira e às artes plásticas.

Como historiador doutorou-se no exílio pela Universidade de Varsóvia, em História da Arte, estudando a cultura popular brasileira. Na década de 1970, morando na Itália, ajudou a fundar dois centros de pesquisa sobre a América Latina e o Brasil, preocupado com a manutenção da memória e a luta de resistência contra a ditadura brasileira: o *Centro Studo Problemi Internazionali* (CESPI) e o *Achivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano* (ASMOB). Hoje a ASMOB é um dos acervos mais importantes do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM).

Durante sua permanência na Itália, o ASMOB recebeu doações valiosas, tanto de personalidades mundialmente conhecidas como Luiz Carlos Prestes, Oscar Niemayer e Jorge Amado, como de exilados que continuaram lutando pela volta da democracia no Brasil. Após 17 anos no exílio o acervo retorna ao Brasil passando a ser propriedade do Instituto Astrojildo Pereira. Em

agosto de 1994 a UNESP o recebe sob custódia e passa a ser seu fiel depositário. Seu valor para a pesquisa é inestimável, já que pode ser considerado inédito no Brasil, pois foram poucos os nossos pesquisadores que puderam ter acesso às suas informações, enquanto permaneceu na Itália. (INFORMATIVO CEDEM)¹²³

3.1.3. Nelson Werneck Sodré

Aposentou-se como general. Pertenceu à ala nacionalista de esquerda do Exército, foi quase sempre um autodidata e como tal, tornou-se professor no Colégio Militar. Dessa experiência embrenhou-se também como professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1956/1964). O ISEB foi uma de suas maiores aventuras intelectuais. E foi no ISEB, como professor responsável pela cadeira de História do Brasil, que estimulou a criação e desenvolvimento do projeto “História Nova do Brasil”. (COSTA PINTO, 2001, p. 60)



Figura 12: Nelson Werneck Sodré.

Nasceu em 27 de abril de 1911 no Rio de Janeiro. Companheiro de Yolanda Frugoli Sodré, com que teve uma filha, Olga Frugoli Sodré. Faleceu em 1999, e, enquanto pôde, se manteve combativo. Em seus últimos anos continuava ativo com publicações em revistas e jornais, como a revista *princípios* e o jornal *Inverta*, e por editoras, como a Graphia e Mauad (COSTA PINTO, 2001, p. 57).

¹²³ ACERVO IASMOB - Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano. Disponível em: http://www1.cedem.unesp.br/acervos/acervo_asmob.htm. Último acesso: 13/07/2017.

Em 1998, um ano antes de falecer, publicou o livro *Tudo é Política*, pela editora Mauad, onde reafirmou lutas necessárias e que já combatia desde o início de sua carreira intelectual como o nacionalismo e democracia.

Marxista convicto e reconhecido por sua grandeza moral, Nelson Werneck Sodré tem sido revisitado em sua capacidade de explicar o Brasil.

Por mais de 20 anos, jovens universitários aprendiam nas salas de aula que ele estava “ultrapassado”, não o estudavam e depois repetiam, monotonamente, os chavões que doutores de obra nanica recitavam (com boa ou má-fé) sobre ele, carimbando-o com rótulos do tipo “marxista mecanicista”, “historiador dogmático”, “teórico stalinista” etc., pretendendo fulminar o seu “marxismo cristalizado”, e sua “perspectiva marxista ortodoxo linear”, o seu “etapismo” etc. Atualmente, registra-se o necessário e já tardio processo de superação da massa de preconceitos que, em face de Sodré, se acumulou desde então. (NETTO, 2011, p. 10)

3.1.4. Pedro de Alcântara Figueira



Figura 13: Pedro de Alcântara Figueira. Disponível em: <https://i.ytimg.com/vi/iiedvN9Unqw/hqdefault.jpg>

Pedro de Alcântara Figueira nasceu no Espírito Santo, em 26 de outubro de 1935. Formou-se em História na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) do Rio de Janeiro. Foi um dos assistentes de Nelson Werneck Sodré no ISEB. Pela participação do projeto da História Nova do Brasil foi demitido da UNESP, campus de Assis. Foi professor na Universidade Federal de São Carlos, SP (SANTOS et al., 1993, p. 47).

Figueira foi um dos primeiros Coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar (1982 – 1983). Doutorou-se em História pela UNESP de Assis em 1974 com o trabalho intitulado *Historiografia Brasileira (1900 – 1930)*. É autor de *Ensaio de História: O Marxismo à Luz da História*, pela UFMS, 1997. Organizador do livro *Economistas Políticos* pela editora Segesta, em 2001. A última informação sobre o autor é que era um dos editores da Segesta¹²⁴.

3.1.5. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto¹²⁵, pai de Marcos Uchôa Cavalcanti e Claudia Uchôa,

Vivendo no Rio de Janeiro, concluiu o Curso Clássico no Colégio Pedro II; estudou Direito e Economia, licenciando-se em História, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da antiga Universidade do Brasil (hoje UFRJ), em 1962. Exerceu o magistério em algumas Universidades, trabalhando especialmente no ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, do MEC, como assistente de Nelson Werneck Sodré, diretor do Depto. De História daquela instituição. Participou então da elaboração da coleção *História Nova do Brasil*, publicada pelo Ministério em 1963 – 1964.

Após o movimento político-militar de 1º de abril de 1964, exilou-se na Bolívia e depois Chile, indo posteriormente para a Europa; desfrutou de uma bolsa de estudos da Universidade de Varsóvia. No período de dezembro/1964 a dezembro/1968, frequentou cursos e seminários em instituições polonesas em Praga e Paris. Em dezembro/1968 defendeu tese e doutorou-se em Ciências Humanas. Nos anos de 1971/1972 realizou pesquisas no Instituto Feltrinelli de Milão sobre a III Internacional e a América Latina, juntamente com Maurício Martins de Mello, companheiro de Faculdade, ISEB e coautor da *História Nova*. Foi professor extraordinário da Universidade de Lisboa, de 1975 a 1980.

Tem participado de atividade de *ONGs*, especialmente pelo IDAC – Instituto de Ação Cultural, e atuando no ISER – Instituto de Estudos de Religião. Foi presidente do IESD – Instituto de Estudos do Socialismo Democrático. Foi

¹²⁴ Última informação encontrada sobre o autor é de 2010.

¹²⁵ Infelizmente não encontramos muitas informações sobre Pedro Celso, nem mesmo uma foto.

também (1980) Secretário para Assuntos Especiais do município do Rio de Janeiro, na gestão Saturnino Braga, e membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (1983 – 1986). Membro associado durante anos da revista TELOS, publicação trimestral de pensamento crítico, editada nos Estados Unidos, e membro do comitê editorial LARR – *Latin American Research Review*.

Destacam-se entre seus trabalhos: participação no projeto *Memórias do exílio*, publicado em Portugal e no Brasil. Em Lisboa publicou vários volumes da coleção Alternativas Socialistas, por ele dirigida. Anistiado ele volta ao Brasil, publicou *Convite à Leitura de Gramsci* (Achiame, 1982); *José e Józef, Uma conversa sem fim* (Nova Fronteira, 1985; Prefácio de Fernando Henrique Cardoso): obra em colaboração com Rubem César Fernandes, também companheiro de Faculdade, ISEB e co-autor da *História Nova*. (SANTOS et al., 1993, p. 65 – 66)

3.1.6. Rubem César Fernandes



Figura 14: Rubem César Fernandes. Disponível em:
<http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=2614&equ=mapadeartistas>

Rubem César Fernandes nasceu em Niterói, em 25 de maio de 1943. Por ter escrito a *História Nova do Brasil* acabou sendo exilado. No exílio passando pela Polônia e Estados Unidos fez mestrado e doutorado. Em 1976 volta para o Brasil por conta de um assalto violento que feriu seu pai. Temendo não rever o pai decide arriscar ser preso pela ditadura e

regressar. A partir de então, passa a combater a violência no Rio de Janeiro. É fundador da ONG Viva Rio, promovendo campanhas pela paz e desenvolvimento social. Tornou-se figura pública pela atuação nas áreas do direitos humanos, segurança pública, educação, esportes e meio ambiente. “Lecionou em diversas instituições e veio a ser Diretor Executivo do Viva Rio, coordenador de pesquisa sobre violência urbana do ISER e consultor do Ibase. Além disso, foi autor de diversos títulos nas áreas de Direitos Humanos.”¹²⁶

3.1.7. O sétimo passageiro

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, em seu depoimento para a edição memória da História Nova do Brasil, de 1993, em nota de rodapé apresenta um fato interessante sobre a relação de Francisco Calazans Falcón com a experiência da História Nova do Brasil.

Francisco José Calazans Falcón, mais tarde aproximou-se do grupo da *História Nova*. É dele a redação do 1º volume, *O Descobrimento do Brasil*, tanto a primeira quanto a última versão, após passar pela crítica da equipe. Mas não participou da elaboração dos outros volumes, pelo menos diretamente, no que me lembre, em virtude de suas múltiplas ocupações nas diversas posições que ocupava em várias universidades da área do Rio de Janeiro. “Inexplicável” ter-me ocorrido, já que nada tínhamos então, sugerir a Falcón que mantivesse anonimato. É possível que tivesse pensado em proteger sua mais que promissora carreira acadêmica na vida universitária brasileira, o que veio a confirmar-se. Foi também na casa de Falcón que encontrei por muitos dias meu último abrigo antes de refugiar-me na Embaixada da Bolívia. (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 53, grifo do autor)

Em 2012, em um texto encomendado pela Revista de História *Topoi*, em comemoração aos trinta anos da Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Francisco Falcón escreve suas lembranças sobre o início do desenvolvimento do programa, e acaba por sugerir sua participação no projeto da História Nova do Brasil. Sem dar muitos detalhes, confirma seu envolvimento no projeto.

No segundo semestre de 1963, atendendo a convite de alguns alunos e ex-alunos, concordamos em assessorar o trabalho de um grupo de estudantes de história que estavam então no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), elaborando, sob a direção do professor general Nelson Werneck Sodré, o projeto de uma “História nova do Brasil”, dividida em vários

¹²⁶ <http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=2614&equ=mapadeartistas>

pequenos volumes temáticos. Infelizmente, porém, a publicação dos cinco primeiros volumes ocorreu quase às vésperas do golpe militar de 31 de março de 1964. À irritação provocada entre os setores mais conservadores da historiografia brasileira pelas abordagens típicas dos volumes da “História Nova” veio somar-se então, a partir de abril, a repressão aos subversivos, entre os quais, é claro, se contavam os “historiadores do iseb”. Aqui lembramos esse episódio apenas com o intuito de compor com mais exatidão as diferentes nuances daqueles anos. (FALCÓN, 2012, p. 12)

Essa revelação amplia de seis para sete o grupo de coautores responsáveis pela produção da História Nova do Brasil¹²⁷. Embora Falcón não estivesse presente em todo o processo de organização do material, seu auxílio foi muito importante, uma vez que, segundo Cavalcanti, foi responsável sozinho pela primeira monografia, *O descobrimento do Brasil*, daquele projeto inicial de 1964 que pretendia o lançamento de dez volumes, dos quais apenas cinco foram publicados.

Oficialmente, Falcón não é um coautor, entretanto, deixaremos registrado sua participação. Cabendo também uma breve nota biográfica sobre ele.

3.1.7.1. Francisco José Calazans Falcón



Figura 15: Francisco José Calazans Falcón. Foto de 2011. Disponível em <http://nucleodememoria.vrac.puc->

¹²⁷ Joel Rufino dos Santos; Maurício Martins de Mello; Nelson Werneck Sodré; Pedro de Alcântara Figueira; Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto; Rubem Cesar Fernandes e, agora, Francisco José Calazans Falcón.

O professor, historiador e escritor Francisco José Calazans Falcón, nasceu em 30 de março de 1933.

A trajetória de Francisco José Calazans Falcón está relacionada à construção dos cursos de história no país. Ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia em 1952 e iniciou sua carreira no magistério superior em 1955, pouco antes de completar sua graduação. Foi então convidado a lecionar na Faculdade Fluminense de Filosofia, na cadeira de moderna e contemporânea. No ano seguinte, passou a trabalhar também na Faculdade Nacional de Filosofia, como assistente de Maria Yedda Linhares. Em 1958, tornou-se professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). De lá para cá, atuou em diversos órgãos de fomento, como a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Também contribuiu para a criação dos programas de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da PUC-Rio, da Universidade Severino Sombra, em Vassouras e da Universidade Salgado de Oliveira, em Niterói. Seu livro, *A época pombalina* – originalmente uma tese de livre-docência defendida na Universidade Federal Fluminense, em 1976 –, publicado pela primeira vez em 1982, em São Paulo, pela editora Ática, tornou-se leitura obrigatória, ao lado de vários outros livros, como *Mercantilismo e transição*, e dos muitos artigos sobre a política pombalina, teoria da história e historiografia, domínios no qual se destaca há várias décadas (GONÇALVES; GONTIJO, 2011, p. 365)

É autor de muitos títulos, dentre eles: *História Contemporânea* (1974); *Formação do Mundo Contemporâneo* (1975); *O Iluminismo* (1988); *Mercantilismo e Transição* (1994); *A Formação do Mundo Moderno* (2006); *Estudos de Teoria da História e Historiografia*. (2011)

3.2. O Plano de Constituição da História Nova do Brasil: as tentativas editoriais



Figura 16: os três empreendimentos da História Nova do Brasil - 1964 - 1965 e 1993

Apresentados os coautores, fica patente a importância de cada um deles na vida intelectual e cultural brasileira.

Sobre as tentativas editoriais, até o momento (2017) foram três distintas: a primeira em 1964, em uma parceria entre Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) ligado ao MEC; a segunda, em 1965¹²⁸, foi um empreendimento particular da Editora Brasiliense; e a terceira, em 1993, outro empreendimento particular da Editora Giordano em parceria com a Editora Loyola. Na “Figura 16: os três empreendimentos da História Nova do Brasil - 1964 - 1965 e 1993” ilustra os três empreendimentos respectivamente.

¹²⁸ Discutimos essa reedição em 1965, no Capítulo 5. Ver: Capítulo 5: “5.2. Uma vez mais em 1965” A reedição em 1965, apesar do golpe de 1964, tem como possibilidades explicativas a hipótese da “restrita Hegemonia cultural da esquerda” (SCHWARZ, 2008) ou conforme Ridente (1993, p. 91) questionando Schwarz, “no máximo, esboçou-se a gestação de uma hegemonia alternativa, ou contra-hegemônica”.

Tabela 4: Ano, editoras e os nomes dos projetos nas tentativas editoriais

<i>Tentativas de Publicação</i>		
1964 MEC/ISEB	1965 Editora Brasiliense	1993 Ed. Giordano/Ed. Loyola
<i>Nome que os empreendimentos receberam à época</i>		
Coleção História Nova	História Nova do Brasil	História Nova do Brasil – 1963 – 1964 Coleção Memória

A primeira tentativa editorial dava o nome de *Coleção História Nova* ao empreendimento governamental editado pelo MEC/ISEB. A partir da segunda tentativa, foi acrescentado o termo “*do Brasil*”, conferindo maior especificidade ao projeto de revisão historiográfica.¹²⁹

A História Nova do Brasil, em 1964, surge com a pretensão de 10 monografias que deveriam ser elaboradas a partir do Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Campanha de Assistência ao Estudante (CASES). Nesta primeira tentativa os dez títulos idealizados eram: *O Descobrimento do Brasil; A expansão territorial; A Sociedade do Açúcar; As Invasões Holandesas; A Decadência do Regime Colonial; A independência de 1822; Da Independência à República; O Sentido da Abolição; O advento da República e O significado do Florianismo.*

¹²⁹*História Nova do Brasil* é o título que adotamos para utilizar em toda tese, pois confere ao empreendimento a especificidade do trabalho com a História brasileira e evita alguma confusão que por ventura possa ocorrer com a corrente historiográfica *Nova História* (Annales).

Entretanto, dos dez iniciais, somente cinco monografias foram lançadas em formato de livros de bolso: *O descobrimento do Brasil*; *As invasões holandesas*; *A expansão territorial*; *A independência de 1822 e Da Independência à república* – publicados pelo MEC em parceria com o ISEB.



Figura 17: Monografias da Coleção História Nova de 1964.
Fonte: Biblioteca pessoal

Na figura podemos visualizar quatro monografias, das cinco publicadas. Dentre elas não está a *Coleção História Nova 1 – O descobrimento do Brasil*.

Tabela 5 PLANO DA OBRA DE 1964 – (Coleção História Nova – Plano da CASES)

TÍTULO	Nº	SITUAÇÃO
O Descobrimento do Brasil	Coleção História Nova – 1	Publicado
A Sociedade do Açúcar	Coleção História Nova – 2	Não publicado
As Invasões Holandesas	Coleção História Nova – 3	Publicado
A Expansão Territorial	Coleção História Nova – 4	Publicado
A Decadência do Regime Colonial	Coleção História Nova – 5	Não publicado
<i>A Independência de 1822</i>	Coleção História Nova – 6	Publicado
Da Independência à República	Coleção História Nova – 7	Publicado
O Sentido da Abolição	Coleção História Nova – 8	Não publicado
O Advento da República	Coleção História Nova – 9	Não publicado
O Significado do Florianismo	Coleção História Nova – 10	Não publicado

Em 1965, a editora Brasiliense, tendo à frente Caio Graco da Silva Prado¹³⁰, filho de Caio Prado Junior, que teve que se afastar de suas atividades institucionais por motivo das perseguições políticas, retoma o projeto em forma de empreendimento particular. A

¹³⁰ GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. "A editora de Caio Graco Prado: 1965 – 1985" In: _____. *Civilização Brasileira e brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese [doutorado] Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2009. p. 179 – 189.

Brasiliense reorganiza os títulos, nesta ocasião, ampliou o projeto inicial de dez monografias para treze, que seriam agora organizadas em formatos de volumes. No total, a projeção era de seis volumes para a distribuição das treze monografias.

O formato de livros de bolso anterior, onde cada monografia gerava um livreto próprio, deixou de existir. Dos seis volumes, a segunda tentativa de 1965 conseguiu publicar somente dois e, das treze monografias ou títulos, publicou ao todo sete.

Vejamos a tabela 6:

Tabela 6: PLANO DA OBRA DE 1965 – (História Nova do Brasil – Plano da Brasiliense)

VOL.	TÍTULOS	SITUAÇÃO
Vol. 1	Descoberta do Brasil Sociedade do Açúcar Invasões Holandesas Expansão territorial	Publicado
Vol. 2	Mineração Independência de 1822 Crise da regência.	Não publicado
Vol. 3	Império	Não publicado
Vol. 4	Abolição Advento da República Floriano	Publicado
Vol. 5	<i>República Oligárquica</i>	Não publicado
Vol. 6	Revolução Brasileira	Não publicado

Destas sete monografias ou títulos, três já haviam sido publicadas no projeto editorial anterior, aparecendo assim, quatro inéditas: *A sociedade do Açúcar*; *O sentido da Abolição*; *o Advento da república* e *O Significado do Florianismo*. Dessa forma, temos que somente os volumes um e quatro foram realmente impressos.

Na Figura 18 podemos visualizar a mudança no formato das impressões. Abandonou-se o desenho de um livro de bolso por título, que passaram a ser organizados conjuntamente em volumes. Conforme a Tabela 6, do Plano de obra de 1965, nesse empreendimento da brasiliense três títulos seriam publicados sozinhos: vol. 3 – Império; vol. 5 – República Oligárquica e vol. 6 – Revolução Brasileira.

Os fatores que impossibilitaram a edição em 1965 foram os mesmos de 1964: a perseguição política.

A terceira tentativa ocorreu trinta anos depois da primeira, em 1993¹³¹ com uma publicação comemorativa e em forma de memória, que priorizou depoimentos dos autores envolvidos. Nesta última tentativa foi publicada somente uma monografia, preservando a editoração de 1965.

Em 1993, a editora Giordano em parceria com a Edições Loyola publicou a *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. A proposta editorial apresenta depoimentos dos coautores da História Nova do Brasil, dois textos escritos por Nelson Werneck Sodré em 1965 e publicados, originalmente, pela *Revista Civilização Brasileira*, e uma das monografias da História Nova do Brasil, *O*

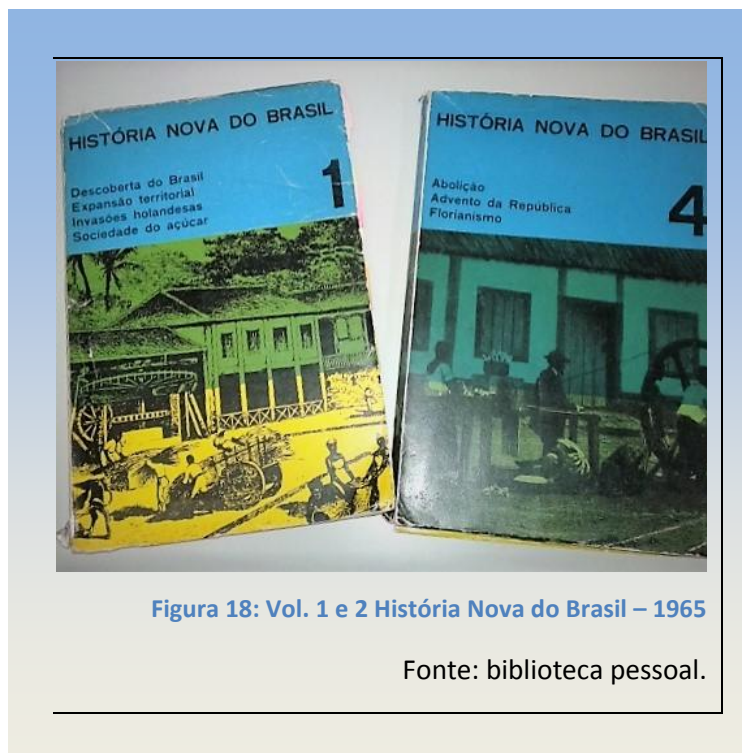


Figura 18: Vol. 1 e 2 História Nova do Brasil – 1965

Fonte: biblioteca pessoal.

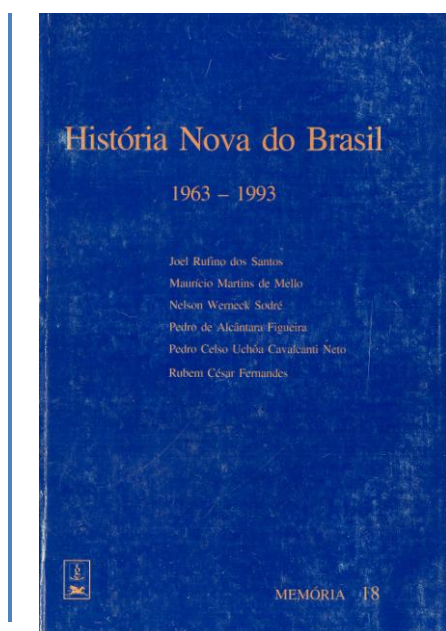


Figura 19: História Nova do Brasil 1963 – 1993.

Fonte: Biblioteca pessoal.

¹³¹ Com relação a terceira tentativa, dedicamos uma seção para analisá-la no Capítulo 6: “6.3. Balanço trinta anos depois: os depoimentos dos autores em 1993” A motivação parte da característica de memória impressa nesta obra que priorizou os depoimentos dos autores, fazendo um balanço da experiência trinta anos depois.

Descobrimiento do Brasil, mantendo as características da editora brasiliense.

Tabela 7 SUMÁRIO DA OBRA DE 1993 – (História Nova do Brasil – 1963 – 1964 Coleção Memória)

SUMÁRIO

Apresentação

Depoimento presentes dos autores

Joel Rufino Dos Santos
Maurício Martins de Mello
Nelson Werneck Sodré
Pedro de Alcântara Figueira
Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto
Rubem César Fernandes

História da *História Nova*, Nelson Werneck Sodré*

História Nova do Brasil

Plano da Obra
Apresentação, *Roberto Pontual****
Prefácio****
Introdução geral*****

O Descobrimiento do Brasil

Editoramento de 1965.

* Textos publicados por Nelson Werneck Sodré na *Revista Civilização Brasileira*¹³²

** A apresentação de Roberto Pontual é mantida tanto em 1964 (MEC/ISEB) quanto em 1965 (Brasiliense)

*** Prefácio da edição de 1965 – *História Nova do Brasil* – (Brasiliense)

**** Introdução como consta na edição de 1964 – *Coleção História Nova* (MEC/ISEB)

Alguns títulos permaneceram desconhecidos do público. A Tabela 8: Comparação de títulos e situação de publicação das três tentativas editoriais.”, tem a função de ajudar na visualização global de todos os títulos que o projeto História Nova do Brasil buscou publicar. Os títulos publicados estão em negrito e com asterisco.

¹³² SODRÉ, Nelson Werneck. “História da História Nova (I)” In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n.º 3, p. 27 – 41, de julho de 1965. SODRÉ, Nelson Werneck. “História da História Nova (II)” In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n.º 4, p. 71 – 85, de setembro de 1965.

Tabela 8: Comparação de títulos e situação de publicação das três tentativas editoriais.

CASES/MEC/ISEB – 1964	BRASILIENSE – 1965	GIORDANO/LOYOLA – 1993
O Descobrimento do Brasil*	Descoberta do Brasil*	O Descobrimento do Brasil*
A Sociedade do Açúcar	Sociedade do Açúcar*	
As Invasões Holandesas*	Invasões Holandesas*	
A Expansão Territorial*	Expansão Territorial*	
A Decadência do Regime Colonial	Mineração	
A Independência de 1822*	<i>Independência de 1822</i>	
Da Independência à República*	Crise na Regência	
O Sentido da Abolição	Império	
O Advento da República	Abolição*	
O Significado do Florianismo	Advento da República*	
	Florianismo*	
	República Oligárquica	
	Revolução Brasileira	
<hr/>		
*publicados		

Analisando os títulos das monografias em comparação, percebemos que vários foram alterados e, pelo menos um, dividido. *O descobrimento do Brasil* de 1964 passou a figurar como somente *Descoberta do Brasil* em 1965; *O significado do Florianismo* passou a ser somente *Florianismo* e, assim como estes, outros títulos também foram “enxutos”. Os que mais significativamente alterados foram: *A decadência do Regime Colonial* de 1964, que passou a ser somente *Mineração* em 1965 e a monografia *Da Independência à República*, que foi dividida em dois novos títulos: *Crise na Regência* e *Império*. Ao analisar o conteúdo expresso na monografia de 1964 *Da Independência à República*, notamos um dos capítulos internos denominado *A crise da Regência*. Este capítulo daria nome a uma monografia em 1965. Infelizmente, não pudemos analisar se houve, além das mudanças nos títulos, mudanças no conteúdo, como ampliações ou revisões, porque estes que apresentaram mudanças mais substanciais não foram republicados em 1965.

As monografias que puderam ser comparadas por terem sido publicadas nas duas oportunidades são:

Tabela 9 Títulos republicados

CASES/MEC/ISEB – 1964 1ª Publicação	Brasiliense – 1965 2ª Publicação
O Descobrimento do Brasil	Descoberta do Brasil*
As Invasões Holandesas	Invasões Holandesas
A Expansão Territorial	Expansão Territorial
*houve ainda uma 3ª publicação em 1993 mantendo as características da Brasiliense	

Constatamos que as monografias republicadas sofreram algumas poucas revisões, mudanças de parágrafos ou palavras, mas nada que alterasse o estilo e as ideias da primeira publicação. Os conteúdos e até os capítulos foram mantidos pela brasiliense. As alterações feitas foram mínimas.

Analisando a Tabela 8 inferimos que houve uma tentativa de continuação, que as monografias que não puderam ser publicadas em 1964 tiveram preferência nas publicações de 1965 pela editora Brasiliense. Analisando todo o conjunto das publicações, somando 1964 e 1965, percebemos que do primeiro plano editorial do MEC/ISEB, após as publicações da Brasiliense, somente a monografia *A decadência do Regime Colonial* não foi publicada. Dessa forma, das dez monografias iniciais, nove foram publicadas.

Após a ampliação dos títulos para o projeto da Brasiliense de 1965, os títulos não publicados foram: *Mineração*¹³³; *Crise na Regência*; *Império*; *República Oligárquica e Revolução Brasileira*. Destes, dois títulos tratavam de temas inteiramente novos: *A República Oligárquica e Revolução Brasileira*.

3.2.1. Cartas de Cláudio, notas constitutivas da História Nova do Brasil para a Coleção Memória de 1993

¹³³ Que supomos ser o título *A decadência do Regime Colonial* de 1964.

No empreendimento das editoras Giordano e Loyola em 1993, só um título – *O descobrimento do Brasil* – foi publicado. A escolha desse título obedeceu ao critério cronológico dos temas publicados pela História Nova do Brasil na intenção de dar continuidade ao projeto e publicar o restante. Segundo o editor do projeto *Memórias*, que publicou a *História da História Nova* em 1993, a intenção seria publicar todas as monografias, inclusive as inéditas, mas faltou fôlego.

De toda forma, sua contribuição está exatamente no resgate da memória em forma de depoimentos. A obra traz o depoimento de todos os coautores que assinam o projeto História Nova do Brasil oficialmente.¹³⁴

A partir de cartas enviadas pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré¹³⁵, entre fevereiro de 1992 e setembro de 1993 – quando foi publicado o livro, conseguimos inferir as dificuldades do processo. Os percursos e percalços estão descritos nesses documentos, desde o contato inicial com os coautores, a resistência por parte de Pedro de Alcântara Figueira em reeditar os textos e as mudanças nas estruturas para a publicação.

Em 24 de fevereiro de 1992, Cláudio Giordano, então “convertido em mentor e pequeno coeditor de uma ‘Coleção Memória’”, enviou à Nelson Werneck Sodré uma primeira correspondência falando sobre a sua vontade de “incluir na Coleção Memória um volume contendo, do volume 1 da HNdB (edição Brasiliense, 1965), o Prefácio, a Introdução Geral e o texto intitulado Descobrimento do Brasil, além da apresentação que contasse a História da HNdB”. De posse então dos exemplares da editora Brasiliense de 1965, Giordano assuntava sobre seus “bons propósitos” e possibilidade de realização do volume, pedindo a Sodré que, em caso positivo para o novo projeto, que pudesse escrever “algumas linhas que servissem de ‘prefácio histórico’, contando o que aconteceu com as edições (MEC, Brasiliense).¹³⁶

Em 19 de março de 1992, Cláudio deixava claro que Nelson Werneck Sodré havia respondido à primeira e, ao que parece, teria explicado ao editor que o que este o pedia já havia sido feito no livro publicado em 1986 pela editora Vozes: *História da História Nova*. Giordano então se desculpa por essa falta: “Conclusão óbvia: cheguei atrasd(íssim)o!!!”.

¹³⁴ Utilizamos o termo oficialmente, pois houve colaboração externa de pelo menos uma pessoa mais. Francisco Falcón foi um dos autores da História Nova do Brasil, tendo participado da produção da 1ª monografia (*O Descobrimento do Brasil*). Seu nome teria sido “preservado” em função de suas pretensões acadêmicas. A sugestão do anonimato partiu de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto. “É possível que tivesse pensado em proteger sua mais que promissora carreira acadêmica na vida universitária brasileira, o que veio a confirmar-se.” (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 53)

¹³⁵ Infelizmente, não tivemos acesso às respostas de Nelson Werneck Sodré ao editor.

¹³⁶ GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (a)] in: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 24 de fevereiro de 1992: sobre interesse em incluir o volume 1 da coleção História Nova do Brasil na coleção Memória. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional.

Porém, após ler a *História da História Nova*, Giordano insiste na importância da reedição e propõe a ampliação da estrutura do volume. Se na primeira carta ele manifestava o interesse em publicar o prefácio, a introdução geral, o texto *Descobrimento do Brasil* e um depoimento/prefácio histórico de Sodré, agora o projeto ficara ambicioso. A estrutura imaginada por Giordano era:

1. Introdução
Seu depoimento em “História da História Nova”, revisto.
2. Os Inquisidores (ou outro título)
 - Editoriais de “O Estado de S. Paulo” (págs. 121/122 de sua HdHNdB)
 - “Parecer” (Américo Jacobina Lacombe) publicado na RIHGB, vol. 263 (pag. 142 de sua HdHNdB).
3. Os Lutadores (ou outro título)
 - “O Excelente editorial da “Folha de S. Paulo”;
 - “Editorial Candente de 31 de maio” da última Hora”;
 - “A posição corajosa de Ernesto Alves Filho, no “Correio Popular”, de Campinas; e de Tereza Cesário Alvim, no artigo “Um capítulo da História”; e de Alceu Amoroso Lima, principalmente no lúcido artigo “Obscurantismo cultural” (pág. 140 da sua HDHNdB)
4. Apêndice (dispensável, se o volume ultrapassar as dimensões da Coleção Memória).
 - Prefácio
 - Introdução Geral
 - Um dos Capítulos
 Constantes nos volumes 1 e 4 da HNdB (Brasiliense) (Informação Pessoal (c))¹³⁷

O editor diz que precisaria de ajuda para a realização dos itens 2 e 3 da nova estrutura, perguntando ainda se Sodré teria esse material guardado em seus arquivos pessoais. Em 5 de junho, Sodré informava que já tinha feito contato com os coautores, faltando somente o contato com Maurício Martins de Mello e que somente Pedro de Alcântara Figueira era contra a reedição. Nesta carta, Giordano, forçado pela realidade, reduz novamente a estrutura do volume. “[...] o realismo dos fatos (quero dizer, as dificuldades) obriga-me a reconsiderar a estrutura que eu pensava”, relata sobre as dificuldades em conseguir todo o material e em conseguir as autorizações necessárias, principalmente com relação aos editoriais do *Estado de S. Paulo*. “Por isso, o projeto passa a ser mais simples, todavia, mais exequível e, creio eu, não menos resgatatório”. O tempo era algo que pressionava o editor, que queria a edição concretizada em breve período. Dessa forma, propôs:

¹³⁷ GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (c)] in: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 19 de março de 1992: sobre ampliação do projeto da coleção Memória. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional.

1. Introdução
Depoimento de NWSodré em “História da História Nova” (HdHN), revisto.
2. Pensamento presente dos autores da HNdB
Avaliação, revisão ou simples reflexão dos autores – hoje – sobre o episódio HNdB.
3. História Nova do Brasil
 - Prefácio
 - Introdução Geral
 - Um dos Capítulos constantes nos volumes 1 e 4 da HNdB (Brasiliense) (informação pessoal(e))¹³⁸

Em carta de 04 de agosto de 1992, o editor apresentou tentativa de incluir a participação da Editora Brasiliense “em homenagem ao falecido Caio Graco Prado, editor dos 2 volumes da HNdB”. “Neste caso, o escopo pode ampliar-se um pouco”.¹³⁹

A participação da Editora Brasiliense não aconteceu, mas isso não impediu que fosse prestada a homenagem em forma de dedicatória feita na apresentação do livro pelo editor: “[...] peço vênia para dedicar-lo à memória de Caio Graco Prado, que certamente teria somado conosco, se não nos tivesse precedido no ingresso ao reino da paz” (GIORDANO, 1993, p. 12).

Em 1º de março de 1993, Cláudio relatava dificuldades em receber os depoimentos de Maurício e Rubem Cesar Fernandes e já apresentava o que seria a estrutura final da produção, como já apontamos na Tabela 7. Nesta carta, ele esclarece o motivo da escolha do título *O descobrimento do Brasil* para ser publicado, dizendo que dentro de seu idealismo teria a perspectiva de “publicar outros volumes com as restantes monografias. Desse modo seguirei uma evolução histórica dentro do tempo, o que, aliás, é natural”¹⁴⁰. Em 04 de setembro de 1993, Cláudio enviava junto com a correspondência o exemplar “recém-saído do prelo (ontem, 11hs)” (informação pessoal (h))¹⁴¹. A carta ainda dá explicações sobre a falta de

¹³⁸GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (e)] in: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 05 de junho de 1992: Informes sobre contato com os autores e sobre a realidade que faz com que o projeto seja simplificado. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional.

¹³⁹GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (f)] in: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 04 de agosto de 1992: Informes e sobre a tentativa de incluir a Editora Brasiliense no projeto como forma de homenagear Caio Graco Prado. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional.

¹⁴⁰GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (g)] in: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 01 de março de 1993: Informes sobre dificuldade de receber depoimentos de alguns autores, apresentação da estrutura final do livro e os motivos de escolher “*O descobrimento do Brasil*” para publicar. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional.

¹⁴¹GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (h)] in: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 04 de setembro de 1993: Sobre a publicação do livro, sobre as dificuldades financeira, o envio de exemplares e a esperança de ter agradado. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional.

recursos para a promoção de um lançamento e deseja que os livros se vendam para que possa consolidar a *Coleção Memória*, viabilizando a reedição do restante da *História Nova do Brasil*.

As reedições das monografias que restaram nunca saíram, entretanto, como já dissemos, esse livro guarda a importância do resgate em forma de pequenos depoimentos prestados pelos coautores trinta anos depois dos fatos. O que nos serviu como ponto de partida e chegada em vários momentos desta tese.

Em suma, as tentativas de edição da História Nova do Brasil buscavam em 1964 e 1965 tratar dos temas primordiais da História do Brasil, reformulando o conteúdo desta disciplina no ensino secundário brasileiro para fins didáticos. Porém, com o golpe de 1964, a História Nova do Brasil passou a ser perseguida e genericamente acusada de subversiva, tendo seus exemplares recolhidos e proibidos de circular, seus coautores presos e alguns exilados. Com a edição de 1993, a preocupação já não era o conteúdo ou os temas reformulados e análises que foram superadas no próprio processo e evolução historiográfica. A edição de 1993 buscava, segundo as cartas de Cláudio, o resgate da História. Colaborar para que o episódio de perseguição e repressão não seja esquecido, dessa forma, contribuir contra as arbitrariedades de nossa sociedade.

3.3. A História Nova do Brasil: um projeto do governo

Do ponto de vista institucional, enquanto um projeto do governo, o projeto História Nova do Brasil era um conjunto de edições de textos a serem usados nas redes de ensino oficiais e também particulares de nível médio por professores de história e por seus estudantes. A finalidade era contribuir coerentemente com o processo de desenvolvimento brasileiro. Essa coerência buscava ancoragem na necessidade de reformulação dos estudos históricos sobre o Brasil. Roberto Pontual (1964) assina como diretor da CASES o seguinte registro que foi impresso em todas as contracapas das monografias publicadas:

Ao entregar a professores e estudantes a presente monografia, a Campanha de Assistência ao estudante (CASES) do Ministério da Educação e Cultura tem plena convicção de estar contribuindo, à sua maneira, para o desenvolvimento coerente e acelerado do processo histórico brasileiro.

Sua origem – assim como a de todas as demais que compõem esta coleção – prende-se à tentativa já impostergável de reformular, na essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa história.

Nos últimos tempos, não foram poucos os que tomaram consciência de que a história do Brasil, tradicionalmente concebida e comunicada, em especial na literatura didática, longe de revelar as verdadeiras bases do processo de formação do nosso país, vem servindo, pelo contrário, como instrumento de freios e desvios, obstáculo para o seu próprio desenvolvimento.

Dentro de tal perspectiva reformuladora é que surgiu a coleção **história nova**, de que faz parte esta monografia. Resta esperar, de professores e estudantes, que de uma nova reflexão sobre os dados componentes de nossa história se passe de imediato àquela ação capaz de dar ao povo brasileiro o Brasil pelo qual ele realmente anseia (PONTUAL, 1964, s/n, grifo do autor).¹⁴²

Na concepção do MEC, na figura de Roberto Pontual, a História tradicionalmente ensinada, principalmente via livros didáticos, não estaria fomentando o desenvolvimento desejado. Era então, através desta contribuição que o MEC poderia auxiliar. A partir da reformulação do ensino de história e de novas reflexões daí resultantes, gerar ações que fossem capazes de transformar o Brasil. O projeto buscava “dar ao povo brasileiro o Brasil o ensino pelo qual ele realmente anseia”. O Ministério da Educação e Cultura, através da CASES, estaria contribuindo para o processo de aceleração do desenvolvimento histórico brasileiro. Assim, do ponto de vista institucional, eram monografias que auxiliariam o desenvolvimento brasileiro.

Na bibliografia que pretendeu discorrer sobre o projeto a interpretação marcante é sobre o caráter militante desse projeto. Análise com a qual concordamos. Trabalhamos com a hipótese de que a História Nova do Brasil pode ser enquadrada como parte da reforma de base no campo educacional, aproveitando-se do clima e das possibilidades abertas pelo contexto histórico e pelas discussões em ebulição sobre o processo de radicalização político e do posicionamento governamental. Era parte deste processo e, enquanto historiografia, se colocava também enquanto parte da “revolução brasileira”. Nesse sentido foi a instrumentalização de um projeto nacionalista.

Segundo João Alberto da Costa Pinto (2001, p. 55), estava nos propósitos da História Nova do Brasil uma construção interpretativa da História que fosse popular. Através dos livros didáticos pretendia-se ampliar a reflexão historiográfica atingindo um público que não era acadêmico. Uma tentativa “original e libertária para os destinos do povo brasileiro”.

Segundo José Carlos Ruy (1994), a História Nova do Brasil, com o grande mérito de ser um trabalho pioneiro, conseguiu construir um relato da história do Brasil que fosse capaz

¹⁴² Texto impresso em todas as contracapas das cinco monografias publicadas em 1964 pelo MEC/ISEB.

de contribuir com que o povo tivesse acesso a um conhecimento libertário. Para o autor, a História Nova do Brasil foi

um esforço coletivo, dirigido por Nelson Werneck Sodré, de revisitar em profundidade a história brasileira, recontando nosso passado em novas bases, numa obra que fosse ao mesmo tempo um instrumento de conhecimento, de desmistificação de ideias conservadoras e de luta para as forças política progressistas, que naquele momento confrontavam-se com a reação interna e externa. (RUY apud MARANHAO, 1994, p.22)

Para Cunha (2002, p. 79), a História Nova do Brasil foi um projeto intelectual para a “instrumentalização militante do ensino e de uma nova concepção de história”. Na mesma linha, Guimarães e Leonzo (2003) apontam a militância política de formação marxista associada ao nacionalismo como definidoras do projeto.

Do projeto da História Nova fica, sobretudo, o registro de uma empreitada idealista, reflexo dos anseios de uma militância interessada em transformar politicamente o país à custa da transmissão às gerações futuras de uma ideologia de fundo marxista. Fundo este diluído num caldo de cultura nacionalista, onde se previa a aliança de uma burguesia nacional capaz de realizar-se como classe, aliada a uma classe trabalhadora, da qual se cobrava a aquisição de uma consciência política. Pela via da história, naturalmente. (GUIMARÃS; LEONZO, 2003, p. 249)

Segundo a linha de pensamento destes autores, o trabalho da História Nova do Brasil pode ser entendido como uma arma para a luta política militante. Declaradamente, o material do projeto destinava-se a professores e estudantes, com a intenção de oferecer subsídios para o estudo histórico a partir do materialismo histórico, embora essa determinação do materialismo não estivesse expressamente declarada e, inclusive, fosse, por várias vezes, negada pelos autores.

Tratava-se de um conjunto de escritos que permitissem, nas palavras de Werneck Sodré,

Enquanto não era possível refundir totalmente esse ensino de proporcionar aos professores de nível médio, entre os quais havia muitos elementos capazes, textos que lhes permitisse fugir da rotina dos compêndios didáticos adotados, ampliando as perspectivas da História e proporcionando, *mais do que conhecimentos, um método capaz de, ainda no nível médio, mostrar aos jovens as verdadeiras razões históricas dos acontecimentos, atraindo-os para uma ciência apta a enriquecer-lhes os espíritos.*(SODRÉ, 1965a, p. 30)

O trabalho tinha como público os professores de nível médio e salta à vista que para Sodré, mais que os conteúdos, o método tinha importância central. O método, esse sim seria capaz de aproximar os jovens da ciência. O método referido, embora não declarado, era o materialismo histórico.



Quadro 1: Das finalidades da História Nova do Brasil.

Para Guimarães e Leonzo (2003, p. 244), a crítica teórica seria destinada aos livros didáticos, “crítica, por sinal, bem procedente, considerando o tratamento descontextualizado e linear que os livros didáticos costumavam dispensar à narrativa dos acontecimentos do nosso passado”.

O ensino de história, a disciplina história e seu currículo, tanto no ensino médio quanto no superior¹⁴³, ainda obedeciam a modelos da década de 1930. Quando a influência francesa era alternativa historiográfica.

¹⁴³ Veremos o caso da formação em História oferecida pela FNFi, no capítulo 4: “4.2. FNFi: Debates, embates e formação.”

(...) a História inicialmente estudada no país foi a história da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira História da Civilização. A História pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Relegada aos anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de bibliografias de homens ilustres, de datas e de batalhas. (NADAI, 1993, p. 146)

Durante toda a República se enraizou a história europeia. Até a produção do projeto da História Nova do Brasil, para trabalhar a questão nacional a partir dos livros didáticos, que tinham interesse em formar minimamente o povo brasileiro pela disciplina história, era preciso conduzir a disciplina “sob a denominação ‘educação cívica e moral Pátria’, dever-se-ia estudar a ‘biografia de brasileiros célebres’, de notícias históricas do Brasil Colônia e Império e a história da Proclamação da República” (MOACYR¹⁴⁴ apud NADAI, 1993, p. 147).

Avaliando o ensino de história na primeira metade do século XX, e que chega com as mesmas características até momento anterior à proposta da História Nova do Brasil, Elza Nadai (1993, p.149) aponta que por meio dessa disciplina e por meio de seus mecanismos de ensino se buscava incutir ideias de nação e de cidadania, partindo do que poderia haver em comum entre os grupos que compunham o Brasil: negros, brancos, índios e imigrantes.

Em outros termos, a seleção do que entrava ou saía dos diversos programas escolares, “o explicitado e os silêncios” (Ferro, 34), em seu conteúdo foram determinados pelas ideias de nação, de cidadão e de pátria que se pretendiam legitimar pela escola. Veiculou-se assim, um discurso histórico que enfatizava de um lado, a busca do equilíbrio social, e, de outro, a contribuição harmoniosa, sem violência ou conflito, de seus variados e diferenciados habitantes (e grupos sociais) para a construção de uma sociedade democrática e sem preconceitos de qualquer tipo. Assim, o passado foi valorizado na medida em que pode valorizar este discurso. É nessa perspectiva que devem ser compreendidos o tratamento dado à escravidão do africano, realçando sua sujeição (pacífica) ao regime de trabalho compulsório e os silêncios sobre a escravização da etnia indígena, sua resistência à conquista colonial bem como a abordagem reducionista das sociedades tribais e de sua distribuição pelo território. Além disso, as próprias representações enfatizando a ocupação portuguesa de um espaço natural, vazio, não como conquista, garantiram o grau de legitimidade da expansão colonial europeia e da colonização portuguesa.

O resultante dessa abordagem reproduzida há décadas nos programas de História foi a construção de algumas abstrações, cujo objetivo tem sido realçar, mais uma vez, um país irreal, mascarando as desigualdades sociais, a dominação oligárquica e a ausência da democracia social. Essas abstrações podem ser encontradas em algumas máximas que retratam, em linguagem

¹⁴⁴ MOACYR, Primitivo. *A instrução pública no Estado de São Paulo: primeira década republicana: (1890 – 1893)*. V. 1., São Paulo, Ed. Nacional, 1942.

corrente, o Brasil [...] “Deus é brasileiro”; “povo pacífico e ordeiro, amante do samba e de mulatas” [...]. (NADAI, 1993, p. 149-150)

O “caminho” do processo histórico era dado pelo colonizador, pelo imigrante europeu e pelas contribuições “paritárias de africanos e indígenas”. Na ideia de nação que daí resultou, a dependência social escravocrata e a sujeição ao abuso metropolitano eram silenciadas.

Colaborando com a leitura de Elza Nadai, João Costa Pinto (2006, p. 348) também aponta que o ensino de história do período anterior à História Nova do Brasil obedecia aos modelos que remontam à década de 1930. Para validar a afirmação, cita o estudo de Luís Reznik¹⁴⁵, assinalando que “os conteúdos raramente saíam do espectro dos fatos políticos descritivos” e que o ensino de História obedecia ao evolucionismo social, com exaltação das grandes figuras históricas, “quase sempre um modelo historiográfico acrítico e apologético”.

[...] era uma História definida em uma concepção que enfatizava a evolução e o progresso da humanidade em seu aspecto material e moral, e a inserção da história da pátria nesse processo ocorria destacando-se o civismo e a glorificação dos heróis, dos grandes vultos da história nacional. (REZNIK apud COSTA PINTO, 2006, p. 348)

Nas décadas de 1950 e 1960, o ensino secundário sentiria alguma diferença em termos qualitativos. Foi nesse período que houve uma intensificação das atividades do ensino superior, que acabou por oferecer profissionais mais capacitados para o ensino. Mesmo que de forma modesta, esses profissionais passavam por “aprofundamento dos fundamentos científicos e do papel formador-crítico da disciplina” (NADAI, 1993, p.155). É nesse processo de melhor compreensão das bases do ensino, que a História passa a questionar os conteúdos objetivos e imparciais.

O eurocentrismo e seu discurso legitimador permaneciam, mas houve um salto de qualidade permitido pela ampliação do ensino superior no Brasil.

No que se refere à História, houve uma abertura para outras Ciências Humanas, com o entendimento de que era necessário superar seu isolamento, enfatizando o seu caráter problematizador e interpretativo. Outras práticas foram ensaiadas:

- ênfase no estudo do meio, como o detonador do currículo;
- aproximação entre ensino e pesquisa, com reconhecimento do papel de cogestão do aluno na sua aprendizagem;
- organização de programas de ensino, de forma autônoma, por professores e alunos;

¹⁴⁵ REZNIK, Luís. *O Lugar da História do Brasil*, s/d, s/n.

- valorização e utilização de documentação variada, não só dos tradicionais documentos oficiais, mas daqueles considerados, até então, menores – música, literatura etc.
- nova abordagem do documento histórico, tomado não só na sua acepção de objeto, mas também na de sujeito.

Enfatizava-se, assim, uma História, não só enquanto produto final, mas como uma maneira de pensar peculiar, ou seja, de “pensar historicamente”. Pela primeira vez, ensinou-se História, ensinou-se também seu método. Conteúdo e método ligados indissolivelmente. (NADAI, 1993, p. 156)

Esta passagem do estudo de Elza Nadai (1993), para nós é muito importante, pois marca as décadas de 1950 e 1960 como um período de mudanças no campo histórico. Houve uma melhora qualitativa para o ensino de história no secundário, motivada pela expansão dos cursos destinados a formar o professor. Mesmo com a hegemonia da formação positivista, o ensino de História recebia a influência do processo histórico.

Forçada pelos processos de industrialização e urbanização, a própria expansão do ensino superior foi motivada pela ampliação do acesso ao ensino secundário. Houve a necessidade de desenvolvimento de projetos educacionais para a sustentação das transformações sentidas no Brasil.¹⁴⁶ Houve maior disputa para o acesso, pressão exercida pela classe trabalhadora em razão de sua penetração em diversas esferas sociais.¹⁴⁷

Essas mudanças na concepção, no tratamento e nas práticas pedagógicas de História foram simultâneas a um alargamento do alcance da escola secundária, em consequência das modificações sociais acarretadas pela Segunda Guerra Mundial. Acelerada urbanização e industrialização minaram as bases do ensino secundário elitista e propedêutico e atuaram no sentido de sua generalização, enquanto aspiração, para os amplos setores das camadas médias urbanas e populares, insistindo as críticas em sua inutilidade e inoperância. (NADAI, 1993, p. 155)

Não havia escolas suficientes e ficava flagrante a discriminação social e o afunilamento social dos sistemas de ensino, que favoreciam imperativamente a formação das elites. Neste momento histórico de fortes demandas e exigências econômicas, sociais e

¹⁴⁶ Para essa visualização basta verificar as lutas travadas por Anísio Teixeira e a Confederação Nacional de Educação, amplamente divulgadas pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Ver também informativo de Anísio Teixeira apontando para a necessidade de formarmos mão de obra e melhoramento das escolas brasileira. TEIXEIRA, Anísio. “1963: ano da educação.” In: *Boletim Informativo CAPES*. Rio de Janeiro, n.122, jan. 1963. p.1-2. Arquivo Biblioteca Virtual Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/artigos/1963.html>

¹⁴⁷ A título de exemplo, sobre os projetos de industrialização e o papel educacional neles, ver a “Programação Setorial 4.1. pré-investimentos para aperfeiçoamento do fator Humano – Educação”, do Plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963 – 1965) do Governo João Goulart.

políticas, ocorreram mudanças na forma organizativa da escola brasileira muito mais de ordem quantitativa do que qualitativa.

Tabela 10: Matrículas Segundo os Três Níveis Escolares – comparação década de 1950 - 1960

<u>Número de matrículas segundo os Três Níveis Escolares</u>				
Níveis Escolares	1.000 Matriculados (Números Redondos)		Variação Percentual entre 1950 e 1960	
	1950	1960	Nominal	Real (*)
Primeiro Nível.....	4.362	7.141	+ 64	+ 20
Segundo Nível.....	540	1.177	+118	+ 60
Terceiro Nível.....	50	93	+ 86	+ 33

* Ponderada a variação nominal pelo crescimento de 36% da população total, durante o período.
(Fonte: Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963 – 65, p. 89)

Esses números trazidos pelo Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, assinalam o *boom* no número de matrículas no ensino secundário, com crescimento de 118% em números absolutos. Na década de 1960, no Brasil, havia mais que dobrado o número de alunos ingressantes no ensino médio em relação ao decênio anterior.¹⁴⁸

Dessa forma, talvez menos pela questão pedagógica e mais pelos fatores políticos, mas, em todo o caso partindo da nova situação interna brasileira, os coautores do projeto História Nova do Brasil se engajaram na busca por melhor qualidade do ensino de História. A ampliação do alcance dos sistemas educacionais também explica as inquietações com o ensino de História e com a má qualidade dos livros formadores da juventude, que foram os motivadores da História Nova do Brasil.

[...] é importante notar que não havia quase nada, principalmente em termos de livros acessíveis ao grande público. Toda a historiografia didática era absolutamente repetidos de velhas teses racistas e colonialistas, de velhos chavões sobre a cordialidade do povo brasileiro. Na verdade, repetiam-se velhos mitos de que o índio era preguiçoso, o negro infantil e o mestiço indolente... isso quando se falava alguma coisa sobre história social, veja só, porque nem se preocupavam muito com isso. (MARANHÃO, 1994, p. 23)

¹⁴⁸ Apesar de debates com relação à função educacional, ainda pesava sobre o ensino secundário a ideia de que era basicamente uma etapa para o curso superior. Ver BITTENCOURT, C. M. *Pátria Civilização e Trabalho*. São Paulo, Edições Loyola, 1990, pág. 33.

Para Mendonça (2006), o projeto “teve como objetivo central a produção de monografias sobre História do Brasil com conteúdo diferenciado dos compêndios didáticos da época” (p. 337). Mas a História Nova do Brasil não ficou por aí. Contagiados pelo clima político, os autores buscavam mais do que criticar os livros didáticos, eles queriam realmente oferecer uma alternativa. Neste caminho, João Alberto da Costa Pinto (2001, p. 64 – 65) diz-nos que o significado do projeto História Nova do Brasil estava de acordo com a atmosfera ideológica do período “que imanava a intervenção intelectual dos autores”. A História Nova do Brasil formulou a crítica aos livros didáticos e propôs a ampliação das fontes.

A essência do projeto definia-se em fazer do povo brasileiro o principal personagem da evolução histórica da nação e esta, por sua vez, explicada na inserção dos fatores de interesse mundial, para compreender-se assim a evolução subordinada, dependente, da História do Brasil. E se a função da História era a de compreender e explicar o presente, logo, a ciência histórica teria uma função libertária para o povo, porque mostrava-lhe as raízes do seu atraso. (COSTA PINTO, 2001, p. 65)

Nota-se que na prática havia também uma intenção de oferecer à história o pragmatismo necessário à continuidade da Revolução Brasileira.

A História Nova do Brasil agia com grandes propósitos, dentre eles o ferrenho combate à história positivista e também a instrumentalização ideológica na luta contra o imperialismo norte-americano, acompanhando uma vertente do movimento nacionalista.

O nacionalismo¹⁴⁹ brasileiro passou por um longo processo de maturação desde as discussões da segunda metade do século XIX,¹⁵⁰ que complexificavam o que era a questão nacional. Todos esses enlaces impediam associações entre nacionalismo e alguma corrente específica de pensamento na década de 1950 e início dos anos 1960. A questão nacional destas décadas ainda se posicionava na esteira de um país em busca de sua realização enquanto república. Ou seja, um país que estava, a partir de suas especificidades, almejando

¹⁴⁹ O Nacionalismo brasileiro das décadas de 1950 e 1960 é para nós chave explicativa para os acontecimentos que envolveram a História Nova do Brasil, como já abordado anteriormente.

¹⁵⁰ Na segunda metade do século XIX, duas grandes leituras sobre a identidade brasileira iniciaram debates com maior fôlego: uma leitura pessimista, influenciada por teorias racistas, julgava a nação brasileira uma nação culturalmente inferior, Silvio Romero, Arthur Ramos e Nina Rodrigues podem ser citados como exemplos desta corrente; outra leitura propunha a valorização de nossas riquezas naturais e o caráter cordial do povo brasileiro. Afonso Celso e posteriormente Gilberto Freyre podem ser arrolados nesta concepção. O Homem Cordial e a Democracia Racial depreendidos a partir daí posteriormente sofreram severas críticas da Escola de Sociologia Paulista com destaque para Florestan Fernandes.

uma unidade que possibilitasse o projeto de identidade nacional que era fundamental para a construção da nação independente.¹⁵¹

Esse nacionalismo da História Nova do Brasil fazia parte das tentativas, no âmbito das esquerdas brasileiras, de compor a identidade nacional com bandeiras anti-imperialistas e com viés distributivo das riquezas materiais alcançadas pelo desenvolvimento das décadas anteriores.

3.3.1. Uma corrente Historiografia?

As monografias pretendiam reformular o ensino de história até então consagrado sob a égide do positivismo no Brasil. No capítulo 1, discutimos a historiografia hegemônica a partir de um de seus representantes, o IHGB. Agora nos importa demonstrar os caminhos da crítica à essa corrente historiográfica tendo como eixo norteador a própria História Nova do Brasil. Para esse grupo, no combate ao positivismo, dois aspectos eram tomados como prioridade: de um lado o alargamento do campo de estudos, buscando a incorporação dos novos sujeitos históricos e novas relações para o entendimento das questões brasileiras e, de outro, maior aproximação entre História e presente, que denota uma função social para a História, transformando-a em uma “chave” para o entendimento do presente (SANTOS et al., 1964e, s/n).

A História, enquanto ciência realizada no período, tinha como base epistemológica o positivismo. Mas o problema enfrentado pela História era ainda maior. Não se tratava somente do arcabouço teórico positivista, princípios diversos da posição ideológica e do método proposto por Nelson Werneck Sodré. O problema enfrentado pela História estava ligado à própria literatura historiográfica, uma vez que a literatura utilizada era vista como sendo a própria História. Maranhão (1994) lembra que o período em que a História Nova do Brasil é escrita, a situação da historiografia nacional era grave.

Quando o pessoal liderado por Nelson Werneck Sodré resolveu escrever uma *História Nova do Brasil*, a situação da historiografia brasileira era muito mais grave do que hoje, sob o ponto de vista dos interesses de uma historiografia mais científica e da representação política dos interesses de todo o povo e das classes populares, e dentro de uma reconstrução ideológica do passado. (MARANHÃO, 1994, p.22)

¹⁵¹ Embora a Guerra Fria antecipadamente permitisse a visualização das opções definidas externamente: uma escolha entre os dois grandes modelos em disputa por hegemonia.

Para o autor, a historiografia brasileira só contava com os pioneiros para tentar algo fora dos contornos ideológicos oficiais. Os pioneiros seriam Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Nelson Werneck Sodré. Gilberto Freire também figura entre o grupo, mas com a ressalva de seu trabalho ainda apresentar proximidade e a aceitação pelas classes tradicionais nordestinas. Apesar disso, sua obra contribuiu para a desmistificação dos grandes heróis.

Para Maranhão (1994, p.23), a historiografia era demarcada pela vertente do IHGB e seus representantes dentro de um “esquemão do Varnhagen, do nosso Visconde de Porto Seguro, que não é alterado substancialmente em nada.”

Basta lembrar Pedro Calmon, que, ao narrar os episódios de Independência, mantém a mesma perspectiva de criação de um Império por uma elite aristocrática, que – nos sabemos- era mera transposição de uma burocracia portuguesa aos trópicos, fuga da invasão napoleônica, e que já tinha dentro de si – desde a queda de Pombal – traços de total decadência como organização política. Enfim, essa historiografia sobre a fundação do Império, que tenta valorizar D. Pedro etc., em Pedro Calmon virou um delírio, um delírio romântico, em que ele começa a criar um príncipe, arrebatado, chegando a sugerir para o leitor o momento da proclamação da Independência como um momento de bravura, assistido à distância por um povo embevecido com as ações daquele magnífico imperador... (Ibid. p. 23)

E sobre a importância de Sodré:

Ele encarou a necessidade de fazer uma História Nova como tarefa política de um momento de modernidade brasileira, em que se colocavam condições para uma luta política de caráter moderno e mais avançada das classes trabalhadoras brasileiras. E, como tal, não se propôs apenas a fazer o trabalho. Propôs-se a reunir uma equipe – é muito importante destacar o caráter coletivo da obra. (Ibid., p. 23 – 24)

Pela autoridade exercida pelo positivismo, a História produzida se pretendia neutra e objetiva. A periodização sacralizava a história oficial onde os sujeitos responsáveis por fazer história eram a elite e o Estado.

Sérgio Buarque de Holanda (2005)¹⁵² em *Raízes do Brasil* nos explica que a aceitação do positivismo no Brasil repousa em sua habilidade de se opor ao repentino, em proporcionar o imutável.

¹⁵² A primeira edição de *Raízes do Brasil* é de 1936.

É realmente edificante a certeza que punham aqueles homens no triunfo final das novas ideias. O mundo acabaria *irrevogavelmente* por aceitá-las, só porque eram racionais, só porque sua perfeição não podia ser posta em dúvida e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e de bom senso. Nada haveria de deter e muito menos de anular o ascendente fatal de uma nova espiritualidade reclamada pelo conjunto das necessidades humanas. (HOLANDA, 2005, p. 158, grifo do autor)

A História positivista foi o alicerce da tradição nacional brasileira, princípios que, do ponto de vista da história, forneciam os papéis a serem desempenhados dentro da sociedade. Como não lembrar, do papel destinado ao povo por ocasião do 15 de novembro de 1889: “o povo assistiu bestializado”. A República positivista acontecera sem povo. Podemos inferir o quanto de esforço foi feito para que o povo permanecesse desta forma.

Nessa perspectiva, uma correspondência de Caio Prado Júnior¹⁵³ endereçada a Nelson Werneck Sodré datada de dezembro de 1942 é esclarecedora. O próprio Caio Prado Júnior aponta a conjuntura historiográfica.

Infelizmente quem estuda as coisas brasileiras é quase sempre obrigado a um trabalho de primeira mão, pequeno é o auxílio que trazem os historiadores do passado, em que a simples crônica cede lugar a tiradas literárias. As coisas hoje começam a melhorar, mas estamos longe de contar com uma base sólida e útil de trabalhos já realizados. Esta tarefa cabe a nossa geração. Não tenho a pretensões a fazer nada de definitivo, o que julgo, aliás, impossível por prematuro. Mas tenho dado todo meu esforço para debater o terreno, esperando que possa ser útil aos pesquisadores das coisas brasileiras. Enfileiro-me assim nesta “equipe” de trabalhadores da nossa história que está lançando seus verdadeiros fundamentos. É pelo menos esta minha pretensão e se conseguir alguma coisa neste sentido de fazer da história brasileira outra coisa que uma simples crônica literária, entremeada de louvores a esta ou aquela figura mais saliente (que é o tom com que se conduziram até hoje, com raras exceções os estudos históricos entre nós) terei dado cabal desempenho ao fim que me propus”. (PRADO JÚNIOR, [informação pessoal]¹⁵⁴, 1942, s/n)

A carta de Caio Prado Júnior foi escrita em 1942. Na década de 1960, o próprio Caio Prado Júnior já era valorizado como historiador que contestava de forma radical os mitos e heróis da elite branca e oligárquica, oferecendo fundamentos para novas correntes

¹⁵³ Ver ANEXO III – [pessoal] – Correspondência enviada por Caio Prado Júnior à Nelson Werneck Sodré em dezembro de 1942 – Troca de informações sobre estudos, agradecimento por crítica e situação da Historiografia brasileira.

¹⁵⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. [Informação pessoal] in: “Correspondência enviada por Caio Prado Júnior à Nelson Werneck Sodré em dezembro de 1942: informações sobre estudos, agradecimento por crítica positiva e situação da historiografia brasileira. Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Carta de Caio Prado Júnior a Nelson Werneck Sodré 07/12/42*. Documento disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

interpretativas da história. Tanto ele, Caio Prado, como outros, como Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen, Nelson Werneck Sodré, etc. Dessa forma, à época da História Nova do Brasil, teríamos também a tradição historiográfica materialista histórica.

Ferreira Jr. e Bittar (1999, p. 15) demonstram o sentido de ruptura que o materialismo histórico teve em relação à historiografia positivista. Citando Florestan Fernandes,¹⁵⁵ reforçam a importância de Caio Prado Júnior que

Como historiador, Caio Prado Júnior preocupava-se em cobrir as lacunas da história descritiva da maioria dos cultores da matéria, e de corrigir as armadilhas das obras de síntese histórica, algumas de alta qualidade, que prevaleciam naquele momento. Como marxista, pretendia forjar uma obra-mestra, que servisse de fundamento para que as correntes socialistas e democráticas (especialmente o PCB) pudessem formular uma representação sólida das debilidades, do trajeto e dos objetivos específicos da revolução brasileira. (FERNANDES apud. FERREIRA JR; BITTAR, 1999, p. 15)

Deste, a História Nova do Brasil é uma vertente dessa historiografia materialista histórica. Para Francisco Iglésias (2000), analisando as sínteses feitas sobre a História do Brasil, dedica uma mínima parte à História Nova do Brasil, dizendo que foi uma experiência interessante, mas

[...] Não se completou. Os volumes publicados não representam uma contribuição realmente valiosa. Nem podia ser de outro modo, pois era dedicada ao curso médio. Não era tão nova como o título prometia: apenas dava visão sistemática de teses caras a certo pensamento, em sentido oposto ao mais comum nos manuais ou compêndios (IGLÉSIAS, 2000, 234 – 235).

A leitura de Iglésias vai ao encontro da interpretação de que a História Nova do Brasil faz parte da vertente materialista. De fato, não apresentava teses novas, do ponto de vista da análise histórica, o que ela apresentava de novo era a sistematização e difusão desta análise para o nível médio. Nesse sentido, não entendemos como pouca a sua contribuição, pois se propunha a difusão e massificação da contribuição da análise materialista.

Continuando sua análise,

A maior parte dessas teses não vai além do enunciado, pois não há dados empíricos que as comprovem, falta-lhes a indispensável pesquisa. *Demais, tinha o defeito de ser editada oficialmente, em período de efervescência política, de modo a oferecer uma visão sacramentada pelo poder de certo*

¹⁵⁵ FERNANDES, Florestan. "Obra de Caio Prado nasce da rebeldia moral". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 de setembro de 1991. Caderno 6, p. 5.

entendimento do processo – coisa inaceitável, por supor uma visão oficial, a ser adotada quase por decreto¹⁵⁶. [...] O certo, em resumo, é que pelas próprias características de obra didática e direcionada em mais de um sentido, não enriquecia a historiografia. (IGLÉSIAS, 2000, p. 235, grifo nosso)

O caráter didático da obra não permitia o aprofundamento, como pede Francisco Iglésias. O autor entende essa característica, assim, enquanto historiografia, a obra não teria muito a acrescentar. Mas, como já dissemos, apresentava um método de análise do real. Sobre o “defeito de ser editada oficialmente” e por isso “oferecer uma visão sacramentada pelo poder”, discordamos de Iglésias. No próximo capítulo discutiremos com mais profundidade essa relação entre a História Nova do Brasil e as instituições envolvidas, dentre elas o MEC e os decretos governamentais que fazem dela oficial, como diz Iglésias.

Por agora, cumpre assinalarmos que o dito oficial não é sinônimo de hegemônico. E que, a não existência de uma diretiva do ensino ou de conteúdo com respaldo “oficial”, não pode ser entendida como isonomia do sacramentado pelo poder de outro entendimento do processo. Com diretivas oficiais ou não, não há neutralidade no que é ensinado através da educação. E ainda temos dúvidas se a visão da História Nova do Brasil representava a visão “sacramentada pelo poder”. A disputa pelo poder existia, como vimos no capítulo 2, mas não estava em pé de igualdade.

Voltando à questão historiográfica, a História Nova do Brasil defendia teses materialistas que eram frutos de seu tempo, unindo a questão nacional à teoria. O que derivava deste hibridismo?

A partir da análise do depoimento de Figueira (1993, p. 41 - 43), um dos coautores e críticos do projeto, podemos inferir que a História Nova do Brasil deveria fazer parte de uma corrente historiográfica nacionalista que teria seu início a partir de Caio Prado Júnior. Para o autor, depreende-se que História produzida pela História Nova do Brasil e a produzida por Caio Prado Júnior poderiam ser enquadradas como sendo de um mesmo tipo.

Para nós, o nacionalismo seria o elo de ligação, bem como, ainda que de forma genérica, o marxismo como visão de mundo. Entretanto, enquanto ideologia, o marxismo encontrava-se dividido em diferentes vertentes, assim como acontece hoje. Visualizando não somente as aproximações estratégicas, mas ao trazermos à luz as distinções, percebemos que História Nova do Brasil pode ser distinta da produção historiográfica de Caio Prado Júnior a

¹⁵⁶ No capítulo 4 faremos uma análise mais aprofundada da relação estabelecida entre a História Nova do Brasil e o sentido oficial da experiência, a partir de sua vinculação direta com o MEC: “4.4. MEC participação voluntária à esquerda.”

partir da utilização de conceitos explicativos distintos. Um ponto que reforça essa distinção, o que não significa oposição, é a participação de Nelson Werneck Sodré na experiência da História Nova do Brasil e as diferenças historicamente constituídas e conhecidas com relação às suas interpretações da realidade brasileira e a Revolução Brasileira, como discutimos no capítulo 1.

A História Nova do Brasil e Caio Prado Júnior interpretaram a História do Brasil com a lente do nacionalismo, teoricamente pautados pelo materialismo histórico, entretanto, utilizando conceitos e categorias distintas.

Embora a produção da História Nova do Brasil tivesse sido coletiva e os coautores tenham afirmado que não prevaleceu vontades e ideias particulares em detrimento do acordado coletivamente, sabemos da influência de Sodré, não só enquanto figura pública com reconhecida produção historiográfica sobre História do Brasil, mas como marcante na formação histórica que os coautores receberam na FNF. Mesmo que não tenha prevalecido as análises históricas de Sodré, nos parece mais próximo dele que de Caio Prado Júnior

Um dos coautores, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, em depoimento para a edição comemorativa de 1993, aponta para a formação que o grupo da História Nova do Brasil tinha quando o assunto era História do Brasil.

Naqueles anos, os livros básicos sobre a História do Brasil, “os nossos clássicos”, eram três livros de Caio Prado Júnior, a *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, e toda a obra de Nelson Werneck Sodré. Aqui e acolá, dependendo do tema e do período histórico, consultávamos outros livros. Mas seriam sempre complementares: o embasamento mesmo vinha daqueles três autores, “enquadrando-se” os demais livros naquela visão geral. (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 54, grifo do autor).

Na citação acima, Cavalcanti Neto aponta que Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, eram a base de referência para os estudos de História do Brasil e que a utilização de outros livros e autores estava condicionada ao “enquadramento” destes à “visão geral” dos três primeiros. Essa “visão geral” seria a construção da historiografia nacionalista. “Sabíamos haver campo, e necessidade, de se construir uma historiografia nacional, de se começar a escrever uma história do nosso país sob a ótica do povo brasileiro, e não de suas elites” (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 54 – 55).

Não a caracterizamos como fundadora de uma corrente e sim como participante de um movimento de renovação historiográfica que deu segmento à interpretação marxista da história, com início bem anterior. Ela, em si, não teve frutos enquanto trabalho consumado,

uma vez que não teve tempo para isso, foi-lhe negada a crítica por ser taxada de subversiva. A experiência frutificou de outra forma, através da carreira de seus coautores e de toda a querela, inclusive das perseguições, que deu a visibilidade e a força da luta contra-hegemônicas. Se para uns ser subversivo era ruim, para outros era critério de criticidade, tornando-se emblemática.

Em suma, ela faz parte de uma corrente historiográfica nacionalista que propôs os estudos de História do Brasil sob a ótica popular. O fator de distinção, o que a caracterizaria como uma vertente da corrente historiográfica nacionalista, foi a utilização da militância declarada. Não bastava ficar preso à análise, para eles, era preciso buscar transformação. Nesse sentido, a História do Brasil foi propositiva, não somente analítica. Isso incomodou a historiografia tradicional, pois a atacava diretamente. Todavia, até mesmo Florestan Fernandes, ligado ao setor simpático à obra fez críticas relacionadas ao marxismo “apressado” que o projeto expressava. (Cf. SANTOS, 1993, p.18)

Para os representantes da história tradicional positivista, a *História Nova do Brasil* era motivo de IPM e o parecer da IHGB foi utilizado para embasar a denúncia¹⁵⁷ que instaurou Inquérito junto ao Superior Tribunal Militar:

De fato, a denúncia apresentada pelo Exmo. Sr. Procurador Geral da Justiça Militar ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do Egrégio Superior Tribunal Militar transcreve as conclusões do "parecer". Transcrevemos da denúncia: "Sobre o conteúdo nocivo da aludida obra, são os estudiosos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, em substancioso parecer, publicado no volume 263, alusivo aos trabalhos dos meses de abril, maio e junho de 1964, concluíram: 'Quer pela Sua orientação doutrinária extremamente facciosa, quer pelas faltas graves em matéria de fato, quer pela falta de cuidado na apresentação, os fascículos da denominada História Nova não mereciam sequer uma recomendação das autoridades educativas do país, Muito menos mereciam os privilégios que obtiveram da Administração e que devem ser urgentemente cancelados em benefício da educação livre e democrática (pág. 248 do IPM). (LACOMBE, 1966, p. 315)¹⁵⁸

Sobre os inquéritos e as críticas que fazem, trataremos mais adiante na tese. Contudo, para o IHGB, representante da historiografia tradicional, a História Nova do Brasil era doutrinária e deveria ser cancelada imediatamente.

¹⁵⁷ Denúncia apresentada ao Supremo Tribunal Militar. Quem apresenta a denúncia é Dr. Eraldo Gueiros Leite, Procurador Geral da Justiça Militar. Buscando embasar a denúncia no parecer do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹⁵⁸ LACOMBE, Américo Jacobina. "Ecos da História da *História Nova*". In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n.º 8, p. 313 – 321, de julho de 1966.

O IPM, que usou o parecer do IHGB, acusou a História Nova do Brasil de tentar mudar a ordem política estabelecida na constituição com ajuda estrangeira. A correspondência recebida por Nelson Werneck Sodré de seu advogado em 1970, que versava (informação pessoal)¹⁵⁹ sobre o arquivamento do inquérito a pedido do Ministério Público, diz o seguinte:

o Dr. Procurador Geral da Justiça Militar denunciou os acusados como incurso no inciso III do art. 2º da Lei nº 1802 de 5 de janeiro de 1953. “Tentar mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou Organização estrangeira ou de caráter internacional” (MINISTÉRIO PÚBLICO, 1970, s/n) [informação pessoal – correspondência]¹⁶⁰

A tentativa do Procurador Geral foi associar a História Nova do Brasil ao comunismo internacional, indicando que o projeto pudesse até mesmo ter recebido ajuda da União Soviética. O Ministério Público não entendeu desta forma pois o material foi editado pelo próprio Ministério da Educação.

Para nós interessa qualificar ou caracterizar o tipo de historiografia produzida pela História Nova do Brasil. Uma historiografia que se diferenciava pelo teor militante e que buscava a transformação social de forma propositiva, indo além das análises conjunturais e transformando a História em ferramenta.

Na monografia da *Coleção História Nova – 6: Independência de 1822*, ao tratar das características da independência conclui que ela foi resultante de dois fatores. “O primeiro é a pressão externa inglesa, causada pela revolução industrial (...) O segundo, é a pressão interna da sociedade brasileira contra o regime colonial, principalmente a luta da classe dominante, dos senhores de terras e de escravos, pelo comércio livre (...)” (SANTOS et al., 1964d, p. 105). Essa situação teria sido acelerada pelas guerras napoleônicas e pela aliança entre interesses internos e externos que uniram a classe dominante colonial e a burguesia europeia em ascensão, fazendo com que o fim do monopólio brasileiro fosse feito, apesar das divergências sobre esse assunto entre os dois grupos, com a manutenção da escravidão. Para os autores, a Independência de 1822 “foi comandada pela classe dominante colonial” (Ibid.

¹⁵⁹ Correspondência enviada a Nelson Werneck Sodré pelo advogado Heleno Cláudio Fragoso contendo a Certidão de despacho com o arquivamento do inquérito sobre a História Nova do Brasil requerido pelo Ministério Público em 1970.

¹⁶⁰ MINISTÉRIO PÚBLICO, 1970, s/n. In: [correspondência recebida por Nelson Werneck Sodré], remetente: Advogado Prof. Heleno Cláudio Fragoso “Certidão de despachos de arquivamento de inquérito da Marinha sobre a História Nova do Brasil a pedido do Ministério Público”. Correspondência a Nelson Werneck Sodré em 15 de dezembro de 1970. Documento disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

107) e manteve a estrutura econômica anterior. O que havia de novo era a possibilidade da classe dominante pegar para si

[...] boa parte dos lucros na esfera da circulação, pelo comércio direto. Dêsse comércio, realmente procurará a classe dominante, dirigindo o país autônomo isoladamente, depois que expulsou os comerciantes portugueses do poder em 1831, retirar as receitas destinadas à manutenção do aparelho de Estado que organiza para traduzir o seu domínio direto. Poderia fazê-lo tributando principalmente a exportação, mas isso não seria possível pois corresponderia a tributar-se aquela classe a si mesma, substituindo o ônus da intermediação lusa pelo ônus da manutenção do aparelho de Estado. A saída natural, nas condições econômicas, sociais e políticas existentes no Brasil, estava na tributação da importação, o que equivaleria a “*socializar o prejuízo*”, *como faz até hoje, obrigando o Estado a comprar os excedentes de café*. Tratava-se de distribuir aquêle ônus por toda a população economicamente válida. (SANTOS et al., 1964d, p. 108, grifo nosso)

Dessa forma, depois de tirarem os portugueses do poder em 1831, o aparelho de Estado lhes gerava gastos que precisariam custear, se esse gasto saísse da classe dominante, manteriam, do ponto de vista das vantagens, a mesma situação de quando os portugueses estavam no poder. Assim, distribuíram o prejuízo, socializaram o ônus, “*como faz até hoje*”. Para os autores, desde a mineração aurífera até a geração de mercado interno e aumento do consumo, “as camadas médias, daí surgidas, nunca cessaram de lutar pela abolição de regime do monopólio, além das várias outras reivindicações, como demonstram suas inconfidências” (Ibid. p. 107). A independência levada a cabo pelos senhores de terras e escravos não agradava as camadas médias. “Sua revolta está claramente expressa nos movimentos provinciais de rebeldia, de que os últimos serão os primeiros dos Farrapos e dos Praieiros, já em pleno segundo.” (Ibid. p. 108) E concluem:

No tipo de Independência de 1822, se encontram as *origens políticas das lutas sociais que hoje se travam em nosso país*. A discussão sobre uma política externa independente para o Brasil, que está em todos os jornais, só tem sentido se entendermos que Independência foi aquela de 1822. A batalha que várias classes da população, inclusive setores do governo, travam contra o latifúndio, tem seu obstáculo fundamental na classe dos senhores de terras e, agora, de servos, que permanece no poder político do país há 141 anos. A conquista da reforma agrária representará a derrota política dos senhores de terras e de servos, aliados fundamentais dos interesses internacionais. *Foram estes interesses que, uns, em 1822, realizaram a Independência formal, e outros, hoje, impedem a verdadeira Independência*, que permitirá ao país desenvolver-se plenamente e se firmar como Nação. *A Independência do Brasil é uma luta dos dias atuais*. (SANTOS et al., 1964d, p. 180 – 109, grifo nosso)

A militância propositiva e a transformação da História em ferramenta política ficam evidente. A História aparece como ferramenta para o entendimento presente. O estado de coisas não *é!* Ele *está!* Daí a importância do ensino histórico do processo e das realizações humanas para a manutenção ou transformação.

Em outra monografia, a *Coleção História Nova – 7, Da independência à República*, no capítulo *latifúndio e capital estrangeiro contra a indústria nacional – 1870 – 1890*,¹⁶¹ a análise dos autores parte da não espontaneidade do fracasso das indústrias nacionais naquele momento. “Os fracassos de Mauá representaram os fracassos do capital nacional. Não foram fracassos espontâneos como fazem crer os livros didáticos, mas tiveram suas causas no latifúndio e no capital estrangeiro” (SANTOS et al., 1964e, p. 53). Os autores se propõem a demonstrar que, embora as forças estrangeiras e do latifúndio ainda fossem dominantes, houve lutas pelo desenvolvimento nacional. Naquele momento já estavam colocadas as razões do atraso, assim como a consciência sobre esse fato.

[...] Naquele momento começava a surgir a consciência de que o domínio da estrutura colonial e a exploração externa eram as causas de nosso atraso e que poderíamos superá-lo com o desenvolvimento de uma indústria nacional. Não foi sem luta que os homens comprometidos com a industrialização conseguiram pequenas vitórias. (Ibid., p. 53)

O dilema retratado para a industrialização brasileira era acabar com a exploração externa ou continuarmos atrasados. Os autores demonstram tentativas de romper com o atraso, mas que

Somente o momento atual de nossa história começa a apresentar soluções capazes de romper definitivamente com esse estado de coisas que, infelizmente, continua vivo, desafiando nosso esforço por ser uma nação verdadeiramente independente. *Aquelas mesmas forças que, no passado, lutaram contra o progresso do Brasil, permanecem dominantes economicamente.* No presente, a luta continua ainda pelo estabelecimento de uma indústria realmente brasileira, em que o trabalho nacional não redunde no enriquecimento de outras nações, o que se dá com as enormes remessas de lucro, sob todas as formas, para o exterior, de firmas estrangeiras aqui estabelecidas. *Como no passado, ainda existem aqueles interesses ligados ao capital estrangeiro, portanto contrários à superação das condições de atraso e que nos encontramos.* Dessa situação são consequências a miséria, o analfabetismo, as doenças, o atraso, a falta de escolas, enfim os males que afligem o nosso povo, assim como tôdas as nações subdesenvolvidas. (SANTOS et al., 1964e, p. 65 – 66, grifo nosso)

¹⁶¹ In: SANTOS et al., 1964e, p. 53 – 66.

O teor nacionalista e anti-imperialista é notório. A História auxilia no entendimento do passado, configura o presente como soma de intencionalidades e ações da luta de classes. O movimento é a característica da História e os problemas passados estão novamente presentes. As forças que lutam contra o progresso brasileiro estiveram e estão no presente, atreladas ao capital estrangeiro. E os males de que padece o povo são culpa do imperialismo. Para os autores, a riqueza material produzida pela indústria brasileira, pela dominação econômica estrangeira, enriquece outras nações e abandonam o Brasil ao atraso.

Mais adiante, em outro capítulo desta mesma monografia intitulado *evolução do trabalho: os elementos da transformação*¹⁶², quando tratam sobre o processo de abolição da escravidão brasileira, denunciam que, por não portar uma distribuição de renda através da partilha de propriedades, não foi criada condições para uma melhora efetiva da condição dos libertos. Para esses autores, a resolução do problema social daí decorrente teria sido adiada, porém o momento histórico em que viviam apresentava respostas que passavam pelas Reformas de Base.

Estes e outros problemas foram adiados para os nossos dias, quando se colocam *soluções com as reformas de base*. A luta que se travava pela emancipação nacional, pela emancipação do trabalho, era feita desordenadamente, contando apenas com alguns defensores isolados. Ainda *não nos libertamos do subdesenvolvimento, do analfabetismo, da miséria, porque ainda permanecem as mesmas causas: o latifúndio a exploração do país pelo capital estrangeiro*. Há, entretanto, no momento atual, uma diferença fundamental que é a luta das forças mais representativas do povo brasileiro pelas reformas de base e contra a situação de submissão ao capital estrangeiro. Esta é a grande diferença e só ela faz crer que as forças do progresso sairão vencedoras. (SANTOS et al., 1964e, p. 72 – 73)

A resposta efetiva para a questão social passava pelas Reformas de Base. Latifúndio, antigo inimigo das forças modernizantes, e o capital estrangeiro novamente apareciam como os entraves para o desenvolvimento econômico e social.

Aqui é possível questionar o quanto de análise histórica havia de fato. A passagem marca o teor militante e a vontade política de realização da Revolução Brasileira inacabada. A crença nas forças do progresso foi tanta que o golpe de 1º de abril saiu vencedor.

Megalomanias à parte, é lícito dizer que *uma das razões do golpe de 64 foi a pregação nacionalista que se fazia no ISEB. Outra das razões foi a publicação da História Nova, que estendia aquela doutrinação a toda história do Brasil e a tornava até mesmo uma interpretação histórica*. Dado o

¹⁶² In: SANTOS et al., 1964e, p. 67 – 73.

golpe, tanto ISEB quanto *História Nova* se tornaram alvos prediletos da repressão. (FIGUEIRA, 1993, p. 37, grifo nosso)

As críticas posteriores ampliaram ainda mais o rol de defeitos da experiência. Uma delas, e não menor, foi feita por Pedro de Alcântara Figueira (1993)¹⁶³, um dos coautores, trinta anos depois. Para o autor, a junção do marxismo com o nacionalismo teria causado estragos e interpretações que tornaram o homem alheio a sua própria história. Nesse ponto a História Nova do Brasil teria responsabilidade.

Servimos apenas de eco a preconceitos que se acumularam ao longe de décadas e que vieram desaguar em questões que ainda mais nos afastam de um entendimento científico de nossa inserção no mundo que a burguesia criou. Com o nacionalismo, nós nos afastamos de tudo o que era real. E o marxismo, nós reduzimos ao nacionalismo. Ficamos, na verdade, órfãos tanto de história quanto de teoria. (FIGUEIRA, 1993, p. 42).

“Tida como uma das correntes da historiografia brasileira contemporânea” (FERREIRA JR; BITTAR, 1999, p.10), uma das marcas da História Nova do Brasil é o “desequilíbrio entre o forte tom nacionalista e a ausência de uma pesquisa sistemática das fontes históricas” (Ibid., p. 16). Fortalecendo essa mesma crítica estão também Guimarães e Leonzo que, assim como Ferreira Jr e Bittar, utilizaram o depoimento de Pedro de Alcântara Figueira (1993) com as severas críticas ao marxismo produzido a partir daquele período, segundo ele encabeçado por Caio Prado Júnior e sua interpretação historiográfica nacionalista. O Marxismo, somado à ideologia nacionalista desta corrente, teria feito um desfavor à historiografia brasileira na medida em que, se contrapondo ao positivismo, negava toda uma vasta produção e documentação histórica brasileira. A conclusão do autor é que a historiografia que se produziu por essas bases seria uma “construção puramente ideal”. Nessa historiografia nacionalista, não entravam “joias documentais [...] como *Opulência do Brasil* de Antonil, *Diálogos das grandezas do Brasil*, a excelente obra de Gândavo, e tantos outros. Isso para não falar de Azeredo Coutinho, Rodrigues de Brito e Cairu.” Dentre as “joias”, somente Mauá foi utilizado, pois ele permitia uma visão nacionalista no entendimento do comércio. (FIGUEIRA, 1993, p. 42 – 43, grifo do autor).

Esta construção fantasmagórica, que passou a se chamar História do Brasil, deixou pelo menos um caso cômico de referência aos documentos. Trata-se da utilização que um dos nossos mais consagrados ideólogos faz do “Roteiro

¹⁶³ Ver Capítulo 6: 6.3. Balanço trinta anos depois: os depoimentos dos autores em 1993 “Pedro de Alcântara Figueira.”

do Maranhão a Goiás”. Antonil recebe deste historiador uma referência tão desprezível que ninguém jamais seria levado a interessar-se por ele a partir da menção que dele se faz. Tudo isso tem, evidentemente, uma razão muito forte: é que qualquer alusão à história real serviria de dissolvente desta ideologia a que estamos nos referindo. (FIGUEIRA, 1993, p. 43)

Caio Prado Júnior teria utilizado fontes, exemplificado pela utilização de Antonil, de tal forma que impossibilitou seu uso posterior por outros historiadores. Dessa forma, Caio Prado Junior, para Figueira, foi um dos ideólogos dessa historiografia marxista nacionalista que não se sustentava em bases reais. O seu resultado teria sido a cristalização de preconceitos como a culpabilização do colonialismo por todos os problemas brasileiros e a falsa oposição ao que era oficial.

É importante notar que a crítica não foi endereçada somente à História Nova do Brasil, mas faz parte, segundo Figueira (1993), de toda historiografia marxista de base nacionalista. Apesar de propor a ampliação de fontes, a História Nova do Brasil teria cometido o mesmo erro de negar a utilização de documentos essenciais para o entendimento brasileiro por causa da oposição radical ao positivismo e ao que chamavam de história tradicional.¹⁶⁴

Já falamos sobre essa associação entre o nacionalismo e o marxismo ao tratarmos da revolução brasileira ou sobre o próprio desenvolvimento do marxismo no Brasil quando, por exemplo, ele se depara com a Declaração de março de 1958. Entretanto, ainda existia outro problema do fator nacionalista: a associação a xenofobia que a Europa havia vivenciado intensamente há pouco tempo. Considerando essa experiência, não seria o nacionalismo algo errôneo?

O nacionalismo fazia parte do ideário da autonomia social frente ao imperialismo. Encaixava-se bem em várias leituras históricas do período, principalmente na professada pelo ISEB. Caio Navarro de Toledo (1982) explica esse fenômeno utilizando-se de Álvaro Vieira Pinto,¹⁶⁵ que apontava uma saída tanto para a realização marxista quanto para o distanciamento da xenofobia:

Na fase em que nos encontramos, nosso conceito de nacionalismo tem de ser interpretado como o procedimento pelo qual nos integramos num

¹⁶⁴O problema da revisão historiográfica brasileira, diferente do que ocorreu com os Annales na França foi assim colocado por Luiz Felipe de Alencastro em entrevista à Folha de São Paulo em 04 de dezembro de 1994: “A discussão na França, se dá num terreno bem balizado, com retaguarda de uma historiografia bem estabelecida, um ensino de história muito eficaz no secundário e nas universidades e uma história positivista muito bem sedimentada, com datas, personagens etc. Quando, a ‘École do Annales’ começou a combater isso, já antes da Segunda Guerra, ninguém pensou, como se faz por aqui, que as datas não tinham a menor importância. É um mal-entendido sem tamanho” (ALENCASTRO apud FERREIRA JR.; BITTAR, 1999, p. 18)

¹⁶⁵PINTO, Álvaro Vieira. CRN II, p. 513. (Cf TOLEDO, 1982, p. 133)

internacionalismo autêntico, ou das nações em luta pela humanização da vida de suas populações. O nacionalismo, ao afirmar-se e consolidar-se nos seus princípios, conduz, assim, a identificar-se com um internacionalismo que não o destrói, não revoga nenhuma de suas teses, não substitui nenhum de seus ideais, antes, encontra nessa nova etapa a plena realização daquilo que pregava. (...) Quando houver conquistado a condição de pleno desenvolvimento, sob a direção do pensamento nacionalista, nosso país terá trilhado um caminho histórico diverso daquele seguido pelas atuais potências dominantes. Estas precisaram fazer-se imperialista para galgar a culminância a que chegaram. Por isso terão de ser derrotadas nos sistemas que instituíram para vencer [...], mas os países que se elevaram à completa autonomia pela via do nacionalismo [...] chegarão ao plano do desenvolvimento inocentes de qualquer crime contra a humanidade, contra nações mais fracas, e deste modo se integrarão, sem violência recíprocas, na sociedade ecumênica futura, onde terá definitivamente cessado toda a espécie de exploração humana. *Concebido ao término da sua missão histórica, o nacionalismo se revela uma forma de integração internacional, identificando-se dialeticamente ao internacionalismo.* Será o modo como as nações, tornadas inteiramente livres e sem opressões internas de grupos particulares obre as massas, se unificarão numa coletividade universal. (PINTO apud TOLEDO, 1982, p. 132 – 133 grifos nosso)

Nessa visão podemos enquadrar grande parcela da esquerda brasileira que pactuou com a necessidade do nacional-desenvolvimentismo e pela associação entre marxismo e nacionalismo. Em grande parte, se não com essa tranquilidade sobre o desencadeamento do processo como descreve Vieira Pinto, as esquerdas se convenceram e convenciam do papel do nacionalismo e que ele cumpriria sua função.

Este nacionalismo era o “compromisso político” que unia as forças progressivas e de esquerda, que mesmo com interesses antagônicos buscavam no nacionalismo a possibilidade de fortalecerem o que poderiam ter em comum.

3.4. Annales avant la lettre?

Ao iniciarmos os estudos sobre a História Nova do Brasil, ela muito nos lembrou das proposições analíticas da Escola dos Annales da primeira e segunda geração¹⁶⁶. A partir dessa

¹⁶⁶ A Escola dos Annales foi criada em 1929 e é dividida em fases ou gerações: a primeira de 1929 até a Segunda Guerra Mundial, período de formação e de demarcação de suas novas bases historiográficas com forte oposição ao positivismo (que se manterá em todas as fases); a segunda fase se prolonga até a década de 1970 e tem como grande expressão Fernand Braudel e sua proposição da longa duração, interdisciplinaridade, etc. A terceira fase, ou terceira geração é marcada pela história das mentalidades recebendo o nome de Nova História. Essa terceira geração desenvolve a dúvida com relação à racionalidade, desdobrando-se na historiografia pós-moderna.

impressão, trabalhamos com uma suposição inicial de que a História Nova do Brasil teria proposto para a História do Brasil, no início da década de 1960, algo que só apareceria na década de 1980. Teria sido a História Nova do Brasil um *Annales avant la lettre*?

Quando começamos nossas aproximações com o tema a partir de alguns interpretes iniciais como Sueli Mendonça¹⁶⁷, Guimarães e Leonzo¹⁶⁸, Ferreira Jr. e Bittar¹⁶⁹ e Paulo Cunha¹⁷⁰, apesar de algumas diferenças¹⁷¹ era unânime a renovação, seja pela crítica aos materiais até então produzidos, seja pela História engajada. Nossa impressão não foi diferente e o que nos chamou atenção de imediato na proposta de renovação historiográfica foi sua intenção de ser aplicada ao ensino de história do nível médio. Isso apontava uma aguda destreza estratégica se confirmada a militância, como se confirmou.

Do ponto de vista da historiografia, desde 1930 e 1940 a História do Brasil vinha sendo passada a limpo. Portanto, não seria novidade encontrar uma reinterpretação histórica sobre a História do Brasil. Adiante, basicamente com a geração de historiadores de Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré, a História recebe um choque paradigmático. A História do Brasil recebe a teoria marxista como ferramenta analítica. História forte, com grande respaldo analítico, mas não hegemônica e muito menos massificada. Não era esta a interpretação da História utilizada como ferramenta formativa da sociedade geral. Essa interpretação não estava em uso nas escolas de nível fundamental e médio, na realidade, nem no ensino superior ela encontrava-se em uso, a não ser como contradição. E nem poderia ter sido diferente porque essa História, que era produzida a partir do materialismo, geralmente se posicionava de forma contrária à oficial e ao que fosse oficial.

Essa análise histórica não tecia críticas somente ao ensino oficial ou aos materiais didáticos adotados, como no caso da História Nova do Brasil, mas criticava também a política oficial como fez, por exemplo, Caio Prado Junior e Artur Neves ao divulgarem temas da realidade brasileira com críticas à ditadura do Estado Novo na revista *Hoje – o mundo em*

¹⁶⁷MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. *A experiência da História Nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de História no Brasil nos anos 60*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos - SP, 1990.

¹⁶⁸GUIMARÃES, L. M. P.; LEONZO, N. "A Reforma de Base no Ensino da História Pátria: o projeto da história Nova do Brasil." In: *Revista de História* Nº 149 – 2º Semestre de 2003. ISSN 0034-8309. Rev. De Hist./Dep. Hist. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Humanas/FFLCH/USP. 235 – 251, 2003.

¹⁶⁹FERREIRA Jr., Amarilio e BITTAR, Marisa. "História Nova e historiografia brasileira no contexto do Regime Militar" In: *Fronteiras: Revista de história*. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS. v. 3 nº. 5. Jan./Jun. 1999, p. 09 – 26.

¹⁷⁰CUNHA, P. R. da. *Um olhar à Esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP. 2002.

¹⁷¹ Alguns mais críticos com relação as interpretações da história que o projeto produziu, Guimarães e Leonzo e Ferreira Jr. e Bittar, apontam o projeto como seguidor da III Internacional Comunista, portanto apresentando uma leitura mecanicista da História, por exemplo.

letra de forma, editada pela Brasiliense na década de 1940. Na década de 1950 e 1960, em plena Guerra Fria, a História marxista também apresentava o viés nacionalista com críticas imediatas ao imperialismo e o capital estrangeiro. A História produzida pela esquerda e, de forma geral, toda a produção a partir dos intelectuais de esquerda, na medida em que se comprometiam com a defesa da classe trabalhadora, colocava-se como contrária ao Estado de tal modo que a sua crítica se estendia a tudo o que era “oficial”. Por outro lado, o próprio Estado também combatia e recriminava as proposições de transformação estrutural. Para o Estado, a transformação, quando inevitável, deve se dar de forma processual e lenta.

A historiografia em processo de renovação estava ainda por fixar suas bases e fundamentos, como atesta Caio Prado Junior em 1947 ao dizer que se enfileirava “assim nesta ‘equipe’ de trabalhadores da nossa história que está lançando seus verdadeiros fundamentos” (PRADO JUNIOR, 1947, s/n)¹⁷². A produção historiográfica voltada para o ensino médio da História Nova do Brasil, com suas inovações, estava realmente a frente de seu tempo historiográfico. Entretanto, do ponto de vista da realidade social, política, cultural e econômica o Brasil já manifestava essas transformações. As Reformas de Base eram vistas como o sintoma mais claro desta etapa. Para o grupo de coautores, a mudança já havia ocorrido e os estudos históricos é que estariam atrasados e inadequados.

As modificações que ocorrem na sociedade brasileira não podiam deixar de refletir-se no campo educacional. São estas mudanças que impõem, hoje, ao MEC atuar no sentido de reformular a educação brasileira. Estas monografias inserem-se, portanto, no contexto das reformas por que luta o País. Procuram contribuir para a reforma da História no Brasil, atendendo assim às exigências dos que marcham com a História. (SANTOS et al., 1964d, p. 3, grifo do autor).

De toda forma, a História Nova do Brasil, aplicando um novo modelo historiográfico para as interpretações da História do Brasil, apresentava alguns traços que seriam incorporados pelo ensino de história nos níveis básicos de escolarização somente nas décadas de 1980 e 1990. A ampliação das fontes, a história dos “de baixo”, a relação com o presente, problematização e a história como ferramenta, o sujeito pesquisador ativo, etc.

1) *alargando o campo de estudos da nossa História,*

¹⁷²PRADO JÚNIOR, Caio. [Informação pessoal] in: “Correspondência enviada por Caio Prado Júnior à Nelson Werneck Sodré em Dezembro de 1942: informações sobre estudos, agradecimento por crítica positiva e situação da historiografia brasileira. Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. *Carta de Caio Prado Júnior a Nelson Werneck Sodré 07/12/42*. Documento disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

- a. verticalmente: *fazendo ingressar nele a sociedade, a economia e a cultura. Na maioria dos livros só cabem as grandes figuras; é preciso fazer aparecer o nosso povo.*
- b. horizontalmente: *fazendo ingressar nêles os fatores condicionantes, às vezes determinantes, de ordem mundial. Para nós, não é possível explicar a História do Brasil sem inseri-la no quadro da História moderna e contemporânea; o Brasil, desde seu aparecimento até hoje, está ligado aos interesses mundiais.*

2) *Estendendo a compreensão da História até o presente.*

Em nossa opinião, a História não é mera diversão; sua função social está justamente no fato que lhe cabe explicar o presente. Mostrar o nexo passado-presente, sobretudo em nosso país onde muita coisa estacionou, não é só necessário, como a única forma de estudar História. A História não existe para servir de fuga do mundo. Ao nosso ver, é preciso ensinar sempre que o que vem depois se explica pelo que vem antes e vice-versa. É a lição da continuidade histórica. (SANTOS et al., 1964d, p. 3 – 4, grifo do autor)

A proposta da História Nova do Brasil buscava colocar *o povo* na história, alargar o campo de estudos, estabelecer as correlações entre o local e o geral e dar uma função social para a História: *entender o presente.*

Para Maria Olinda Noronha (2006), os historiadores dos Annales entendiam uma História ampliada para além da visão tradicional das ciências e da História oficial feita pelos positivistas. O avanço histórico reside no entendimento da ampliação das fontes, das perguntas que organizavam a produção do conhecimento, feitas de várias posições sociais, além de garantirem ao sujeito a marca não passiva diante dos fatos históricos. Este sujeito pesquisador pôde ser ativo, levantando os problemas a serem respondidos pela História. Ampliam-se, assim, o campo de abrangência de uma explicação histórica, tanto quanto a incorporação de sujeitos e novos objetos. Em suas três gerações, os Annales empreenderam uma revolução epistemológica e, com sua interdisciplinaridade, superaram a história acontecimental, criando novas condições subjetivas para o conhecimento histórico (NORONHA, 2006, p.38).

Para Ciro Flamarion Cardoso (1997), os Annales, juntamente com o marxismo, já no século XX foram as duas concepções de maior destaque na edificação da História enquanto ciência. A Escola dos Annales tem responsabilidade pela visão histórica na atualidade, tendo empreendido, segundo palavras de Peter Burke (1997), uma verdadeira “Revolução Francesa na historiografia.” As características da Escola dos Annales e da concepção histórica do marxismo, também são semelhantes

1. Crença no caráter científico da história (...);
2. debate crítico permanente com as ciências sociais (...);
3. A ambição de formular uma síntese histórica

global do social; 4. O abandono da história centrada em fatos isolados (...); 5. Uma ênfase menor do que no passado nas fontes escritas (...); 6. A tomada de consciência da pluralidade dos níveis da temporalidade (...); 7. A preocupação com o espaço(...); 8. A história vista como “ciência do passado” e “ciência do presente” ao mesmo tempo (...). (CARDOSO, 1997, p. 8)

Entretanto, Ciro Flamarion Cardoso ressalta sua principal diferença: a falta de uma teoria da transformação. Deste dito, é importante salientar que a crítica para ambas as correntes historiográficas, tanto o marxismo quanto a *Annales*, é necessária ao conhecimento e que o conhecimento é político. Ainda assim, a falta de uma teoria revolucionária retira da História dos *Annales* sua proposição de transformação. Essa marca é flagrante na História produzida pelo projeto da História Nova do Brasil.

Segundo estudo desenvolvido por Márcia Mansur D’Allessio intitulado *Os Annales no Brasil*, “até a entrada mais incisiva dos americanos no período após segunda guerra mundial, a hegemonia em termos de presença cultural externa, foi dos franceses” (D’ALLESSIO, 1994, p. 127)

Esta evidência não explica, por si só, a aceitação das propostas dos *Annales* pelos historiadores brasileiros mas, certamente, revela a disponibilidade da elite do país em relação à língua, ao pensamento, em suma, ao “espírito” francês¹⁷³. O fato que, a partir deste acolhimento, aprofundou o relacionamento intelectual entre França e o Brasil foi a vinda de um grupo de professores franceses para a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934. (Ibid. p. 127)

No Brasil, as propostas da Escola dos *Annales* tiveram também o reforço, ainda na década de 1930, da presença da “Missão Francesa”. Eduardo D’Oliveira França¹⁷⁴, tendo sido aluno neste período na USP, disse “[...] sem desmerecer os mestres nacionais, queremos ressaltar mais uma vez quanto devemos aos nossos professores franceses, e o grande papel que representaram na formação cultural da nossa geração” (FRANÇA, 1971, apud D’ALLESSIO, 1994, p. 128)

Sabemos que Braudel, um dos fundadores da Escola dos *Annales*, participou da “Missão Francesa” da USP em 1934. Sobre os professores que vieram para São Paulo com a intenção de formar a USP, Fernando Novais (1994) diz que

¹⁷³ A autora aponta que essa ligação entre França e Brasil estava presente desde a escola secundária no Brasil, onde o Francês figurava como língua estrangeira obrigatória. (Cf. D’ALLESSIO, 1994, p. 128)

¹⁷⁴ FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. “Contribuição do Departamento de História à Historiografia Brasileira” *Boletim Informativo*>Série de Publicações da USP, Ano II, n. 6, 1971.

Costuma-se dizer que a seleção desses professores foi muito acertada, mas na década de 30 eles tinham vinte e poucos anos e eram recém-formados. Quando foram selecionados, não eram e nem se previa que seriam famosos. Braudel, quando veio para São Paulo, ainda não tinha publicado sua tese, apenas uma ou outra resenha. [...] (NOVAIS, 1994, p. 161)

Fernando Novais acaba por diminuir a importância da Missão Francesa no Brasil quando apresenta os professores ainda como recém-formados, portanto ainda sem o estofo e amadurecimento intelectual que apresentariam tempos depois. Ainda assim, sobre Braudel e sua relação com a História diz que “Braudel veio para USP exatamente no momento constitutivo, na fase heroica dos *Annales*, fase em que estavam abrindo caminho, marcando posição, assumindo o poder do ponto de vista institucional, e quando seus historiadores eram mais militantes” (Ibid., p. 163 grifos do autor). Demonstra que havia ímpeto, a partir da militância, de defender suas ideias. Mas, sobre o específico da História do Brasil, com foco na análise apresentada pela História Nova do Brasil, segundo Fernando Novais, a missão francesa da USP não pôde empreender muitas modernizações.

Há outro fator importante e peculiar à Faculdade de Filosofia: os fundadores da Universidade não ousaram convidar um estrangeiro para ensinar História do Brasil quando se estruturou a área de História. [...] Em razão disso, a modernização da historiografia se deu, não nos temas de História do Brasil, mas através da cátedra de História Geral da Civilização. Ou seja, pela cadeira ocupada pelos professores estrangeiros. (Ibid., p. 165)

Para a História do Brasil, “foi criada a cátedra de História da Civilização Brasileira”, mas a USP manteve historiadores “fundamentalmente *tradicionais* no sentido de ficarem à margem da renovação da historiografia mundial, especialmente a francesa.” No Brasil, já existia uma boa tradição historiográfica, e quando se fala que a missão francesa da USP profissionalizou algumas ciências no Brasil, “isso é verdadeiro para Sociologia, Antropologia etc. No entanto, no caso da História, essa transformação não é assim tão nítida. Havia mais longa tradição e alguns historiadores de maior projeção, como Capistrano de Abreu” (Ibid., 165). O ponto destacado por Novais é que dentre as disciplinas cobertas pelos estrangeiros da missão francesa, como antropologia, sociologia, etc., a disciplina História apresentava conformações mais sólidas. Deve-se levar em conta que no Brasil já se fazia História antes da criação da USP. “Assim, a área de História do Brasil na Faculdade, em seu período de formação, ficou marcada pela orientação de historiadores tradicionais até a entrada de Sergio Buarque de Holanda, em 1956.” (NOVAIS, 1994, p. 165)

A renovação historiográfica com influência francesa, no que diz respeito a uma possível aproximação entre História Nova do Brasil e Escola dos Annales, não aconteceu de forma direta a partir da renovação da própria disciplina História Brasileira.

Carlos Antônio Aguirre Rojas (2000), em pesquisa publicada na revista de estudos Ibero-americanos com título *Fernand Braudel, a América Brasil: um capítulo pouco conhecido de sua biografia intelectual*, relativiza ainda mais a importância de Braudel e sua influência no campo histórico brasileiro. Ele defende que embora Braudel tivesse sido importante para o Brasil, a via foi de mão dupla. O Brasil também teria sido muito importante para a Braudel. Em seu artigo, Rojas buscará responder “qual foi o impacto que este capítulo brasileiro/latino-americano teve na formação do pensamento braudeliano” (ROJAS, 2000, p.11).

Longe de ser uma simples experiência transitória e anedótica, a estada de Braudel no Brasil gera todo um amplo processo de reflexão autocrítica e de revalorização de todo o conjunto de suas concepções anteriormente adquiridas, processo que, imbricando-se com os processos de sua investigação sobre o Mediterrâneo, vai acabar transformando desde a raiz a sua visão acerca das formas de *conceber e de fazer a História*. O que explica então o fato de que Braudel repita, a too momento, que foi no Brasil onde ele se tornou inteligente, que aí ele se transformou no que finalmente foi, enquanto historiador, e que foi essa vivência brasileira que lhe permitiu situar a “problemática” que exigia então sua investigação em curso sobre o Mediterrâneo¹⁷⁵. (ROJAS, 2000, p. 13)

Dessa forma, o que foi mais determinante? Braudel e a Escola dos Annales para o Brasil ou o Brasil para Braudel e a escola dos Annales? Não é nossa intenção transformar a resposta em axioma. Pelo contrário, faz parte de uma argumentação que tenta entender se há aproximações da História Nova do Brasil com a escola dos Annales. A nossa hipótese é que a História Nova do Brasil incorpora as inovações a partir da perspectiva marxista, muito pouco, ou conscientemente pouco, a partir dos Annales.

A própria disciplina História do Brasil recebeu muito pouco das inovações estrangeiras a partir da academia. Mesmo com as inovações trazidas pela missão francesa em 1934, a Escola dos Annales ainda estava em sua fase de formação e os próprios intelectuais ligados a ela em fase de maturação. Dessa forma, o contato com as outras cátedras, dentre elas a História Geral das Civilizações, é que ofereceria o conhecimento favorável a experimentação e renovação nos termos acadêmicos. De outro lado, a Historiografia brasileira

¹⁷⁵ “entrevista com Fernand Braudel, ‘une vie pour l’histoire’ (*Magazine litteraire*, nº 212, *cit.*); ‘Une leçon d’histoire de Fernad Braudel’ (*cit.*) e se artigo autobiográfico ‘Person Testimony’ (*cit.*)” (Cf. ROJAS, 2000, p. 13 [nota de rodapé nº4])

era forte antes da missão francesa. Havia vertente tradicional positivista, pontuando a história “oficial” brasileira, mas não menos forte era a historiografia sob bases marxistas que com Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré expandiram suas áreas de influência impactando as formações nas universidades.¹⁷⁶ Para D’Allessio (1994), enquanto a Escola dos Annales tinha sua influência na historiografia marcada a partir da universidade, o marxismo teria entrado por outras formas que inferimos ser: via Partido Comunista, organização sindical, trabalhadores estrangeiros, anarquistas, etc. Ou seja, pela via política em geral.

Defendemos que foi uma soma de fatores dispostos no processo histórico que provocaram as transformações sugeridas pela História Nova do Brasil. As mudanças historiográficas no Brasil obedeceram às transformações gerais da sociedade brasileira, alimentadas por processos internos e externos de forma dialética. Nesse sentido, a conjuntura histórica e sua formação é de vital importância para entendermos a proposta da História Nova do Brasil. Ela tem historicidade. Estão colocadas nestas mudanças, compondo a complexidade, vários fatores não dispostos de forma hierárquica:

- o longo debate sobre a Realidade Brasileira e sua Revolução;
- as influências das novas perspectivas históricas europeias trazidas paulatinamente, por exemplo, a influência da Escola dos Annales ou mesmo após a Segunda Guerra a bibliografia norte americana;
- a militância marxista via Partido Comunista;
- os Movimentos de Cultura;
- a campanha pela legalidade e posse de João Goulart;
- a UNE;
- a presença de intelectuais de peso na luta educacional: Paulo Freire, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes;
- as Reformas de Bases;

Poderíamos enumerar muitos mais fatores que ajudariam a evidenciar a complexidade do momento histórico, deixando a lista ainda mais longa.

São vários os elementos edificantes do momento histórico, entretanto, nem sempre eles são visualizados ou racionalizados pelos que vivem aquele exato momento. A título de exemplo, em fins de 1950 e início de 1960, Francisco Falcón era auxiliar na cadeira de História Moderna e Contemporânea na FNFfi (Rio de Janeiro) e relata que ainda em 1961, na faculdade de História, não se tinha conhecimento, por exemplo, da Escola dos Annales.

¹⁷⁶ Cf. CAVALCANTI NETO, 1993, p. 53; SANTOS, 2006, p. 284; VIANNA, 2004, p. 64.

Embora fosse auxiliar de uma disciplina importante na FNFi, ele estava alheio à Escola dos Annales. Sabia da utilização dos Annales em sua versão braudeliana por um professor específico, Maurice Crouzet, representante da disciplina História Geral das Civilizações¹⁷⁷, mas não havia ainda a popularização da teoria nos corredores da FNFi.

Só tinha um problema com a HGC [História Geral das Civilizações]. É que a HGC espelhava a visão da École des Annales, naquela fase braudeliana, e nós não estávamos sabendo de nada disso. Retrospectivamente, há muita gente que fala como se já naquela época estivesse sabendo de tudo. Mas ninguém tinha ideia. Mesmo na USP, eu acho que eles enxergaram um pouco. É verdade que eles tinham mais contato que nós, tinham uma biblioteca muito melhor que a nossa, muito mais atualizada, tinham acesso aos *Annales*... [...] nós não tínhamos esses meios. Os nossos alunos estranhavam um pouco a concepção de história da HGC, porque em sendo uma história estrutural, não era narrativa, não trazia aquela ordem de acontecimentos, do que veio antes, veio depois, veio depois do depois. Eles achavam aquilo meio difícil de destrinchar. (FALCON, 2008/2009, p. 293 – 294.)¹⁷⁸

Nesse sentido, os fins da década de 1950 e início de 1960 são ainda um “limbo” para a História. É o ponto onde estão colocadas as bases para as transformações, estão colocadas as possibilidades e determinantes, entretanto, nem sempre se trata de um processo natural, tampouco esses acontecimentos não ocorrem sem resistência. Nosso objeto, a História Nova do Brasil, é um dos exemplificadores reais desse fato.

Nossa defesa é que, se a influência dos Annales está presente no projeto História Nova do Brasil, ela está de forma indireta, por exemplo, a partir da disciplina *História da Civilização Brasileira*, uma das disciplinas formadoras no curso onde estiveram presentes os coautores da História Nova do Brasil no Rio de Janeiro.¹⁷⁹

Respondendo ao questionamento inicial desse ponto: “teria sido a História Nova do Brasil um *Annales avant la lettre*?”

A História Nova do Brasil propôs para o ensino da História do Brasil no início da década de 1960 algo que só reapareceu na década de 1980 e 1990. Isso é um fato. Embora as teses desenvolvidas pela História Nova do Brasil não fossem inteiramente novas em termos historiográficos, a sua intenção didática de oferecer a ampliação do campo de estudos, a

¹⁷⁷ A mesma disciplina responsável pelas modernizações históricas trazidas pela “Missão Francesa” da USP.

¹⁷⁸ FALCÓN, [entrevista], 2008/2009. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira no Rio de Janeiro, 1º de agosto de 2008 e 16 de janeiro de 2009. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

¹⁷⁹ Ainda teríamos que ponderar que quando nos referimos à Missão francesa, falávamos da USP, por tanto São Paulo. Os autores da História Nova do Brasil formaram-se no Rio de Janeiro. Caberia o aprofundamento sobre essa influência e o deslocamento em termos regionais, das ideias da Escola dos Annales até o RJ.

proposta de incluir o povo na História, a ideia da História problema com caráter científico, o abandono da história episódica, etc., tudo isso estava presente na experiência de 1964 e também estava presente na História dos Annales da primeira e segunda geração, mas, acima de tudo, estas questões estavam presentes no marxismo.

Assim, as inovações estão presentes na História Nova do Brasil tanto quanto estão presentes na Escola dos Annales, ambas em dívida com o marxismo. Entretanto, a História Nova do Brasil preserva algo essencial que a Escola dos Annales perdeu do marxismo: a perspectiva revolucionária.

3.5. As alterações: conteúdo em pauta

A obra História Nova do Brasil sempre recebeu duras críticas. No entanto, raríssimas vezes essas críticas conseguiram extrapolar o campo ideológico. Raríssimas vezes as análises do conteúdo estiveram em pauta.

Os fundamentos teóricos interpretativos da História Nova do Brasil podem ser caracterizados pela simbiose do nacionalismo e o anti-imperialismo pautados por uma base marxista que, embora não professada diretamente pelos autores (não constam citações explícitas à Marx, por exemplo), está presente pelas categorias marxistas utilizadas, assim como o atrelamento da História local à totalidade histórica, etc. O marxismo é flagrante, embora Nelson Werneck Sodré tenha dito em várias oportunidades não se tratar de uma obra marxista.

Sodré, ao defender a História Nova do Brasil das acusações de marxismo feitas pelo parecer do IHGB, diz que embora ele, tido como o “principal autor” do projeto pelo parecer, fosse declaradamente materialista, a História Nova do Brasil não o era.

O “principal autor” confessa a Lacombe [relator do parecer do IHGB] e ao DOPS que adota o materialismo histórico em suas interpretações. Mas o fato é que a *História Nova do Brasil* não o adota, e isso derivou de deliberado propósito, e não do desejo de agradar a Lacombe. (SODRÉ, 1965b, p. 80)¹⁸⁰

Em outro momento, após transcorridos trinta anos, Sodré novamente retoma o assunto.

¹⁸⁰ Essa passagem reaparecerá em SODRÉ, 1986, p. 143.

Por formação, eu e os meus companheiros no Departamento de História, éramos adeptos do materialismo histórico. Mas sabíamos muito bem que, elaborando textos por uma instituição do governo e para uso de um Ministério do governo, não poderíamos, nesses textos, utilizar aquele método na plenitude de sua significação. [...] Como chefe do Departamento de História era, notória e publicamente, marxista, a acusação de que os textos da *História Nova* eram materialismo histórico ganhava certa conotação de verdade. Mas não era verdade. (SODRÉ, 1993, p. 32)

Apesar de tentar diminuir a importância deste materialismo na obra, ele está presente. Essa negativa de Sodré faz parte de uma defesa do que essa produção causou em termos de perseguição, torturas e exílio.

A reformulação marcante da História Nova do Brasil tratava da abordagem do conteúdo. A História Nova do Brasil não se preocupou com a forma didática. Sua inovação foi levar às salas de aula do ensino médio o enfoque econômico. Entretanto, despreocupados com a forma didática, apresentaram textos com nenhuma imagem ou elementos não-textuais. Não utilizaram qualquer mapa ou mesmo atividades programadas aos alunos e professores. Os textos acabavam sendo pouco chamativos do ponto de vista didático, apesar da inovação da abordagem e a tentativa de síntese da História do Brasil.

A História Nova do Brasil trabalhou com a História engajada no vol. 6, intitulado *Independência de 1822*. O tema em destaque era sobre o domínio que os ingleses exerciam no Brasil. A exemplificação usada abordava sobre os tratados assinados em 1810 que, confirmando a “convenção de 1807”, celebrariam a perpétua amizade, a aliança inviolável entre Portugal e Grã-Bretanha. Um destes tratados continha uma discrepância. De acordo com Varnhagem, tratava de “uma cláusula vexatória para nossa magistratura”. Na interpretação dos autores da História Nova, a “cláusula do tratado firmado por Strangford em 1810” concedia “à Inglaterra o privilégio de nomear magistrados especiais para agirem como Juizes Conservadores[...] nestas condições, passaram a existir duas justiças no Brasil” (SANTOS et al., 1964d, p. 65 – 66). Após a contextualização do problema daquele momento histórico, aproveitam o ensejo e fazem um paralelo com a época que estavam vivenciando:

A cláusula 10, que causou tanta indignação a brasileiros da época, foi revivida no “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos”, ainda vigente em nosso país. Entre outros acêrtos, êsse Acordo estabelece jurisdição especial no Brasil para os militares norte-americanos. (Ibid., p. 66)

Essa análise está solta no texto e se refere ao acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos de 1953¹⁸¹. Após essa anúncio, voltam os autores ao problema dos privilégios britânicos da época dos tratados. É um exemplo da expressão anti-imperialista, buscando despertar algum sentimento nacionalista. Tratava-se da História enquanto ferramenta política. Na conclusão sobre o assunto do domínio inglês sobre o Brasil, anunciam:

Forçoso é entender, entretanto, que êste domínio não operava contra os interesses de todo o Brasil. Aliado no fundamental a êle estavam os senhores de terra que se beneficiavam com o sistema agrícola de exportação, com a abertura dos portos e com as transformações decorrentes da fuga da Côrte. (Ibid., p. 67)

Conclusão como esta, sobre a existência de grupos que se beneficiavam com o domínio inglês, possibilitava que os autores pudessem defender a “luta de classes” em 1964. Apontando que o tipo de independência que aconteceu no Brasil apresentava entraves nessa classe de senhores de terras, da qual o país ainda seria “servo” e dos quais o processo de transformação social brasileiro de 1964 apontava as resoluções: as reformas de base seriam a derrota política daquela classe ainda com plenos poderes naquele presente. “A Independência do Brasil é uma luta dos dias atuais.” (Cf. SANTOS et al. 1964d, p. 108 – 109)

Escrevendo à Nelson Werneck do exílio em Varsóvia em fins de 1965, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto¹⁸² dizia sobre a História:

Na verdade, a ideia de História que, em geral, paira por aqui é bastante diversa daquelas que principiamos a esboçar em nossas conversas. Entre outras, este nosso engajamento, o chegar ao presente, o fazê-lo arma política para o futuro, são absolutamente estranhas aqui. Uma heresia, direi mesmo.

¹⁸¹ “Acordo assinado em 15 de março de 1952 pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos, chefiados, respectivamente, por Getúlio Vargas e Harry Truman, com o objetivo de garantir a defesa do hemisfério ocidental. Com o título oficial de Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, estabeleceu basicamente o fornecimento de material norte-americano para o Exército brasileiro em troca de minerais estratégicos. Foi denunciado em 11 de março de 1977 pelo governo do presidente Ernesto Geisel, deixando de vigorar um ano depois. [...]O acordo foi bastante combatido pelos nacionalistas, chegando a influir na demissão do ministro da Guerra, o general Newton Estillac Leal. As principais críticas referiam-se a seu caráter antinacionalista e a seu favorecimento dos interesses econômicos e militares norte-americanos, em detrimento da soberania brasileira. Para seus adversários, o acordo selava o alinhamento automático do Brasil aos EUA e aos interesses desse país no chamado “mundo livre”, alimentando, assim, o conflito ideológico da guerra fria e acalentando os planos hegemônicos do governo norte-americano no continente.” (D’ARAÚJO, Maria Celina. “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1952)” In: *Verbetes* [Tipo temático] CPDOC, s/d, s/n. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-militar-brasil-estados-unidos-1952>. Último acesso: 12/04/2017.)

¹⁸² Carta pessoal recebida por Nelson Werneck Sodré e citada em *A Fúria de Calibã*. P. 152 – 153.

(...) Em resumo, posso concluir que nossa perspectiva, o embrião e o que pensávamos desenvolver, não é revolucionário só aí. A historiografia europeia em geral, é conservadora. (CAVALCANTI NETO apud SODRÉ, 1994, p. 152 – 153)

Esse “engajamento”, a utilização da história enquanto uma “arma política” é notada em toda obra.

Ao introduzirem o “advento da república”, denunciam como o assunto é tratado de forma “deturpada e esvaziada”. A historiografia didática abordaria o assunto de forma conservadora e anticientífica. Nela, “o monarca é sempre apresentado paternalisticamente, como sendo, inclusive, a favor da Abolição e até da República. Tais ideias não podem mais satisfazer ao menor espírito crítico” (SANTOS et al, 1965b, p. 51). A ideia de que o povo assiste a história bestificado era uma farsa.

Porque o povo não assiste bestificado senão os movimentos que não lhes interessam. A morte de Getúlio Vargas demonstrou essa verdade elementar: o povo espontaneamente veio às ruas; no dia 11 de novembro de 1955, no Rio de Janeiro, quando da reação antiditatorial do Exército, de sentido favorável aos interesses populares, a rotina da cidade continuou a mesma. Isso não significou desinteresse do povo pelo movimento. [...] A História tem mostrado que o povo, pela simples razão de saber onde estão seus interesses, jamais assiste aos acontecimentos “bestificado”. (SANTOS et al, 1965b, p. 52)

Nessa passagem, não só há a tentativa de romper com alguns mitos como também trata da valorização do povo. Questão muito presente nas críticas dos coautores à historiografia oficial, a de que a historiografia oficial trabalha com a anulação do povo na história brasileira. São também fartas nas monografias as comparações de eventos históricos e comparações entre passado e presente, uma técnica muito utilizada na atualidade como forma de dar maior materialidade aos acontecimentos tão recuados, o que os tornariam menos abstratos aos alunos de nível médio. Entretanto, para os autores da História Nova, os objetivos aparecem sempre ligados ao combate e a desmistificação de alguma verdade imposta. Para eles, a história oficial deturpava a História para defender seus interesses.

A temática sobre a escravidão foi uma das mais trabalhadas na desmistificação da historiografia hegemônica.

Situado na base da sociedade, razão de seu desenvolvimento, o negro, contrariamente ao divulgado, não aceitou pacificamente sua exploração. A teoria de que o negro assistia de modo pacífico ao desenrolar dos fatos, de que enxergava no senhor um protetor, não pode, regra geral, ser aceita. [...]

Apresenta-se a República dos Palmares como exemplo único de rebeldia. Em verdade, os “quilombos” ocuparam vários séculos e várias áreas. (SANTOS et al., 1965a, p.83).

Até hoje, uma das bandeiras de luta popular contrária ao enfoque elitista da educação busca que os materiais didáticos expresse essa resistência. A historiografia atual já está reformulando a apresentação de alguns temas a partir das oposições entre “descobrimento” e “conquista”, por exemplo. A tentativa historiográfica na revisitação deste tema é oferecer à resistência sua História. Livrar o processo da passividade sugerida pelas análises a partir do “descobrimento”, onde o processo civilizatório seguia sua marcha e o homem branco era seu guia. A “conquista da América”, em substituição ao “descobrimento”, busca apontar o caráter dinâmico do processo que envolveu luta, resistência, sangue, etc. Nossa historiografia, apesar das revisitações, continua eurocêntrica, mas está buscando as contradições que possam fortalecer a ampliação do conhecimento histórico. Nesse sentido, encontraremos já em 1964, com a experiência da História Nova do Brasil, propostas de inovação historiográfica que, nesse caso (da incorporação das resistências aos livros didáticos), só se “efetivam” no século XXI.

Analisando um livro didático da época, os autores apontavam que nossa historiografia buscava minimizar o problema da escravidão, apontando alguma benevolência dos senhores brasileiros.

[...] Diz um livro didático: “E da parte dos brasileiros não tinham eles os maus tratos próprios de sua condição. Os que lhes infligiam castigos e os que exploravam desumanamente eram mal vistos pelos demais senhores”¹⁸³ Tal maneira de ver a escravidão é divulgada, diariamente a milhares de adolescentes. (SANTOS et al., 1965b, p. 53)

Em outra passagem, ao tratar sobre as reações da direita ao processo histórico do abolicionismo, novamente os autores fazem uso das exemplificações do presente. Após a Guerra do Paraguai, a pressão pela abolição aumentara. “O império saíra da guerra humilhado, [...] nos campos de batalha nossa tropa era, em grande parte, de cativos, apenas libertos para o combate” (Ibid., p. 35). A ocasião exercia a pressão e, em 1871, o projeto Rio Branco libertaria os negros nascidos em cativeiro. “O *ventre-Livre* era um engodo, embora

¹⁸³ “Victor Mussimeci – *História do Brasil*, S. Paulo, 1959, pág. 185” (Cf. SANTOS et al, 1965b, p. 53)

traduzisse o nível em que se encontrava o problema, forçando as atenções do Governo” (Ibid., p. 34)¹⁸⁴

É a pressão das circunstâncias, portanto, que leva o Governo a elaborar o projeto que tomou nome de *Ventre-Livre*. A monarquia nunca foi abolicionista. *D. Pedro II o era tanto quanto a maioria dos nossos homens públicos de hoje são a favor da reforma agrária, por exemplo*. Não movem um dedo, sufocam o progresso pela inércia, afogam as reivindicações populares [...] quando algum político progressista, pressionado pelo clamor geral dos que sofrem o atraso, busca romper o emaranhado e a inércia, logo o sufocam e paralisam, amarrando-o em compromissos. *E, se a pressão popular é tanta que logra reformas concretas (como nos decretos do governo João Goulart que mandavam desapropriar as terras marginais das ferrovias, rodovias e açudes, e encampar as refinarias particulares de petróleo) não se constroem em rasgar as leis que dizem defender, derrubar o pouco que há de democracia e, pela força militar, garantir a preservação dos privilégios*. (SANTOS et al, 1965b, p. 36, grifo nosso)

As interpelações e interpretações possíveis entre passado e presente são utilizados para demonstrar e caracterizar a História.

Em 1880 fundam-se duas sociedades abolicionistas: a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão* e a *Associação Central Emancipatória*. Estas sociedades tratam de agitar o ambiente, de uma agitação diferente daquela em que se especializaram os amantes da estagnação, a agitação que esclarece, que confraterniza, a agitação que é participação popular. *Agitação semelhante à que fazem os universitários latino-americanos, hoje, por exemplo, na luta pelas reformas estruturais e derrubada dos regimes oligárquicos*. (Ibid., p. 36 – 37, grifo nosso)¹⁸⁵

¹⁸⁴ Trechos da Lei do Ventre-livre:

“Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta Lei serão considerados de condição livre e havidos por ingênuos.

§ 1.º - Os ditos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores das mães, os quais terão a obrigação de cria-los até a idade de oito anos completos.

§2.º - Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção ou de receber do Estado a indenização de 600\$00 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.

Art. 2.º - O governo poderá entregar a Associações por ele autorizadas os filhos dos escravos nascidos desde a data desta Lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores deles, ou tirados do poder destes em virtude do artigo 1.º, § 6.º.

§ 1.º - As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até 21 anos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigados:

- a) A criar e tratar dos mesmos menores;
- b) A constituir para cada um deles um pecúlio, consistente na quota dos salários que para este fim for reservada nos respectivos estatutos;
- c) A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação” (SANTOS et al, 1965b, p. 35)

¹⁸⁵ Esse trecho comprova os processos de revisão editorial e até escrita de alguns textos ou partes após a ditadura militar.

E continuam as comparações. Conforme crescia o movimento abolicionista, a direita ia cada vez mais se encastelando, chamando os abolicionistas de agitadores e com filiação comunista, a direita buscava culpar a omissão do Estado frente a agitação.

Segundo conta Astrojildo Pereira, responsabilizava [a Direita] o Governo por “lisonjear os anarquistas e gritadores das ruas”, favorecer “as passeatas incendiárias e demonstrações estrondosas”. Mais ainda, pela voz de Souza Carneiro, mostrava o perigo de se permitir que certa “associação comunista” promovesse “ruidosa agitação contra a propriedade legal, em edifícios públicos, no seio de uma escola do ensino superior”¹⁸⁶. A sociedade comunista de Souza Carneiro era a *Confederação Abolicionista. A indústria do anticomunismo, hoje tão largamente empregada, já tinha nascido. Muito cooperou em nosso país para enriquecer os desonestos e frear a evolução da nossa sociedade. Vai perdendo terreno, a cada passo, relegada progressivamente ao baú das velharias, na medida em que nossa gente verifica que o anticomunismo é uma bandeira sempre hasteada no momento das conquistas democráticas. É um dos muitos esfarrapados emblemas da reação: sinal de atraso.* (Ibid., p. 37, grifo nosso)

O interessante é que, a partir dessas comparações entre o passado e presente, existia a busca por uma espécie de identidade. A crítica levava à reflexão do momento vivido como sendo semelhante ao passado em termos das lutas populares. Passado e presente estavam entrelaçados. Os representantes do poder naquela ocasião, os escravocratas, são os representantes do poder naquele presente, os latifundiários. O poder daquele período desqualificava a luta popular como sendo baderna comunista para se manter. Desqualificava os avanços progressistas como demonstrações estrondosas. E, novamente a “indústria do anticomunismo surgia para frear a evolução da sociedade.”¹⁸⁷ Os autores apostavam nessa “tomada de consciência”. O *ato educativo como ato político* era uma proposta para o ensino do povo, com o povo e pelo povo. Estava entre as bandeiras da educação popular.

De acordo com Santos (1965a, p. 153), para os coautores “não é, certamente, por acaso que vigoram em abundância na consciência do nosso povo mitos e preconceitos de toda espécie”.¹⁸⁸ Teríamos sido educados para ignorar os aspectos negativos na realidade brasileira.

[...] A ignorância lhe foi imposta pelo colonialismo e a mistificação pela ideologia do colonialismo. Ambas viriam de cima. O nosso povo não tinha, e hoje tem em parcela mínima, acesso às ideias, muito menos às técnicas de

¹⁸⁶ “Astrojildo Pereira – *Interpretações*, Rio, 1944, nota de pág. 201.” (Cf. SANTOS et al, 1965b, p. 37)

¹⁸⁷ Interessante que em nosso presente, 2017, vivenciamos o ressurgimento no Brasil das bandeiras anticomunistas.

¹⁸⁸ Essa passagem também se encontra em (SANTOS et al., 1964c, p. 7)

transmissão de ideias. Não é, portanto, o criador do erro, nem o responsável pela própria ignorância, como pensava o imperador, ou como pensam os equivocados de hoje. [...]

Nenhum desses equívocos é, no entanto, gratuito. Todos existem para nos dar a impressão da nossa inferioridade enquanto povo, da incapacidade coletiva de dirigir a nossa história e o nosso destino. *Nenhum deles serve ao nosso progresso*, nem representam conhecimento científico. Não são história. [...] (SANTOS et al., 1965a, p.153 grifos nossos).

Essa passagem está relacionada a outro grande mito que a História Nova do Brasil, de forma pioneira, irá buscar problematizar. Trata-se do mito dos bandeirantes. Para nós, o interessante é a utilização da história enquanto ferramenta dirigida potencialmente.

Para um dos coautores, Cavalcanti Neto (1993), a História Nova do Brasil teria dois grandes méritos: a introdução do Brasil na História mundial e a crítica à historiografia oficial e aos livros didáticos.

Sobre essa incorporação do Brasil na História Mundial, fica patente nos textos *Descobrimento do Brasil, Invasões holandesas e Independência de 1822*.

O descobrimento do Brasil é um dos exemplos típicos de acontecimentos cuja perspectiva tem sido constantemente distorcida em nossa bibliografia histórica, principalmente na literatura didática. Enfoques errôneos e omissões perniciosas reduziram fatos históricos de imensa magnitude e importância a imagens sedijas e estereotipadas: a narração mais ou menos minuciosa da viagem e Pedro Alvares Cabral, a carta de Pero Vaz de Caminha tal como é comumente apresentada, as questões controvertidas e as primeiras viagens de exploração e guarda-costas. Precedendo tudo isso aparece, via de regra, o quadro de uma Europa “medieval” tornando-se “moderna” e nela, encaixado mais geográfica do que historicamente, o pequeno reino lusitano lançado à expansão marítima pelo “gênio” do Infante D. Henrique.

Concepções simplistas, cômodas não há dúvida, mas quão distantes da realidade histórica! Combatê-las, corrigindo-as ou destruindo-as, conforme o caso, eis nosso objetivo.

A viagem de Cabral: como compreende-la senão situando-a no plano global da expansão marítima de Portugal e esta, por sua vez, como parte da dilatação econômica e geográfica d Europa? (SANTOS et al., 1965a, p. 03)

Sobre Independência de 1822, as monografias dizem que a historiografia didática não busca explicar que tipo de independência foi aquela. Minimizam as participações da Inglaterra como mediadora do processo. Os autores entendem que é necessário tirar a História do Brasil da causalidade explicativa onde ela estava. “A história de nosso país, sem a clara percepção das influências que recebe dos acontecimentos internacionais será sempre inexplicável.” (SANTOS et al., 1964d, p. 7 – 9).

Os avanços da obra são descritos também por Guimarães e Leonzo:

É inegável que o enfoque proposto pela *História Nova* trazia um significativo arejamento ao ensino da história, à medida em que expandia os horizontes da história do Brasil, articulando-a ao quadro da história geral. Incorporava, também, pela primeira vez, o estudo das determinantes econômicas nos textos destinados às classes do ensino médio. Um exemplo pontual dessa abordagem pode ser percebido na monografia intitulada *O descobrimento do Brasil*. O tema vem precedido por uma cuidadosa, ainda que severa, revisão de toda a literatura didática disponível, o que representava um avanço na exposição da matéria em livros do gênero. As brechas identificadas no exame crítico são exploradas ao longo da monografia, que se inicia descortinando o panorama europeu do final da idade média. Esboçado o pano de fundo, a situação do Reino de Portugal vem para o primeiro plano, com o exame das linhas gerais de sua evolução social e econômica. Tais aspectos são articulados às condições e características da empresa mercantil ultramarina lusitana, da qual o Brasil era parte integrante. (GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 247).

Em resumo, do ponto de vista das inovações que até então eram desconhecidas no campo educacional e, especificamente, do ensino de História, as monografias publicadas faziam a relação entre a História do Brasil e a história moderna, apontando como os processos do desenvolvimento local tinham relação com os acontecimentos históricos de ordem mundial. Outra inovação, essa para os livros didáticos, foi a apresentação da inter-relação entre as estruturas sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido havia um combate à mitificação dos grandes heróis da história positivista

Ainda, no caminho das inovações, houve a incorporação da História enquanto ferramenta. A luta é para que a História deixasse de ser romantizada para figurar como ferramenta científica de explicação social. É através do conhecimento do passado que é possível entender o presente e projetar soluções futuras.

CAPÍTULO 4: Os atores envolvidos: viabilização e influências

Neste capítulo retomaremos alguns dos atores importantes na realização do projeto da História Nova do Brasil. Alguns desses autores já foram anunciados brevemente, sem termos desenvolvido as particularidades que os ligavam ao projeto, por exemplo, a ligação que alguns mantinham com o ISEB e o PCB. A importância do ISEB e do PCB para a História Nova no Brasil, por sua vez, já foi discutida no Capítulo 1 e o papel do MEC, com sua incursão pelos terrenos da educação popular, foi abordada no capítulo 2. Essa seção do capítulo 2 destinada ao MEC é importante, pois resgatamos as discussões sobre a iniciativa oficializada pelo governo que nos serve como base da afirmação da tese de que as Reformas de Base se iniciavam pelo campo educacional.

Esses “atores” importantes serão retomados nesse capítulo, porém de forma mais ligada à História Nova do Brasil em si. A partir da contextualização da importância desses atores, que foi traçada nos capítulos anteriores, acrescentaremos ao debate o papel desempenhado pelo FNFi, a Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil. Será no FNFi onde encontraremos a confluência dos interesses nas transformações no campo de História.

Debates densos eram desenvolvidos nessa instituição a partir de seu movimento estudantil, seu *Boletim* e os congressos nela promovidos. A FNFi foi a base do material humano que compôs uma nova geração de pesquisadores no Departamento de História do ISEB. Dessa Faculdade vieram todos os coautores do projeto, com exceção de Nelson Werneck Sodré e incluindo o coautor não considerado oficialmente Francisco Falcón.

Nossa intenção é responder como essas instituições participaram da História Nova do Brasil e puderam influenciar e viabilizar o projeto.

Respondendo de forma rápida, o nascimento da História Nova do Brasil esteve associado aos cursos oferecidos por Nelson Werneck Sodré sobre a História do Brasil. Esses cursos estavam vinculados ao ISEB e era parte de um conjunto de ações envolvendo

estudantes, sindicatos e outros agentes interessados em um conhecimento que possibilitasse maior engajamento político.

Nelson Werneck Sodré, como responsável pela frente de História dentro do ISEB, era responsável pelos cursos de História.

Em julho de 1963, Sodré deu um curso intensivo de História do Brasil a doze alunos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Desse grupo de alunos é que saiu a equipe que veio a realizar o projeto. Foram seis ao todo os autores da História Nova: Rubem César Fernandes, Pedro de Alcântara Figueira, Maurício Martins Mello, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, Joel Rufino dos Santos e Nelson Werneck Sodré. (COSTA PINTO, 2001, p. 63).

Segundo Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto (1993), o primeiro assistente de Sodré no ISEB (1962), a grande demanda de trabalho centralizada em Nelson Werneck Sodré fez com que o departamento de História precisasse de auxiliares. Foi então a partir deste curso sobre marxismo em 1963, organizados por Pedro Celso e Sodré, que foram incorporados os demais participantes da História Nova do Brasil.

Os cursos oferecidos pela FNFi tornaram a instituição um importante no cenário de constituição da História Nova do Brasil. João Alberto da Costa Pinto (2006)¹⁸⁹ sugere, inclusive, ter sido no “seio do Centro de Estudos de História da FNFi que encontramos, de modo efetivo, não só os maiores responsáveis pela realização do projeto História Nova, mas também o ambiente gerador das inquietações que as reformas do projeto impunham” (COSTA PINTO, 2006, p. 345).

Outro ator importante para o entendimento do surgimento da História Nova do Brasil foi Roberto Pontual no MEC.

Roberto Pontual – diretor da Cases, órgão do MEC, e estagiário do ISEB – introduzia algumas inovações em sua área de trabalho, entre elas a ideia da publicação das monografias do curso de Sodré, para auxiliar o professor de História, pois a situação do ensino de história era preocupante e a qualidade dos compêndios didáticos, péssima. Dessa preocupação nasceu o convênio entre a Cases/MEC e o Departamento de História do ISEB, que tinha como objetivo a produção de monografias alternativas aos compêndios de ensino de História da época. O trabalho era remunerado e as monografias, distribuídas gratuitamente pelo MEC aos professores de História da rede pública de ensino. (MENDONÇA, 2006, p. 335 – 336)

¹⁸⁹ Em texto intitulado “A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil (1963 -1965).” Capítulo do livro *Nelson Werneck Sodré, entre o sabre e a pena*, organizado por Paulo Cunha e Fátima Cabral.

O convite, por parte de Pontual, para a produção de um material para o Ministério, gerou como resposta o projeto História Nova do Brasil. Roberto Pontual teria sido o elo entre o MEC e o ISEB para a realização da História Nova do Brasil.¹⁹⁰ A relação entre Pontual e o ISEB, onde ele havia sido estagiário, foi fundamental para o projeto, sobretudo quando ele assume a direção da CASES com o propósito de renovar o ensino de História a nível médio. Nesse sentido, o MEC, que já sinalizava suas incursões pela educação popular, acabou fazendo parte do nascedouro da História Nova do Brasil.

Dessa forma, são vários os determinantes da História Nova do Brasil, inclusive o PCB. Segundo Joel Rufino Dos Santos (1993), quando Sodré solicitou um assistente para o Departamento de história do ISEB, o partido votou pela indicação de Joel Rufino dos Santos¹⁹¹. Nesse momento, o PCB exercia controle sobre o Centro de Estudos de História¹⁹² na FNFi, local de onde Joel Rufino dos Santos foi destacado para participar no ISEB.

O Partido Comunista tinha papel importante na formação marxista dos autores. Era por meio da militância, tanto na proximidade com o PCB quanto com o movimento estudantil, que era possível aprender e estudar o materialismo histórico. A formação formal oferecida pela FNFi, excetuando algumas disciplinas com professores progressistas, lhes oferecia a formação a partir da historiografia que buscaram criticar com o projeto.

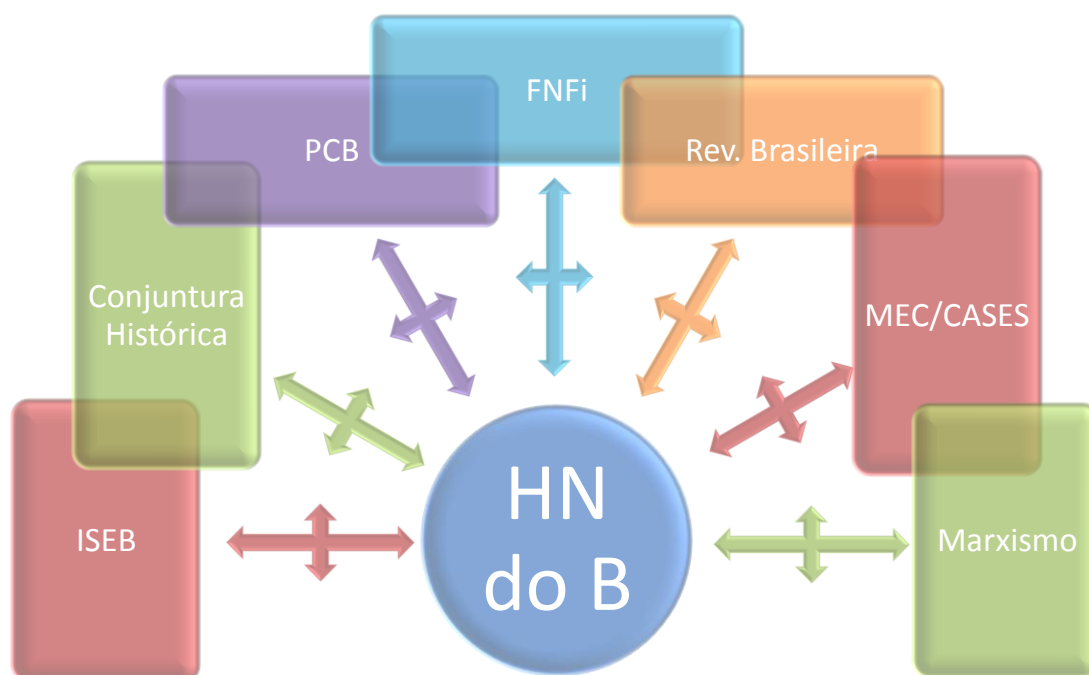
É interessante notar a contradição aqui presente, pois foi a partir de uma instituição formadora nos moldes althusserianos, que se formam também quadros que buscam sua transformação. Oficialmente e hegemonicamente, a FNFi formava a partir da historiografia positivista, entretanto seus outros espaços ofereciam o contraditório. Nesses espaços, o PCB e outros partidos e grupos exerciam destacada influência, como era o caso do Centro de Estudos de História.

De toda forma, o nascimento da História Nova do Brasil foi um processo interinstitucional, resultante do esforço de alguns indivíduos munidos de convicção política, estudo e coragem. Entre esses indivíduos, Nelson Werneck Sodré foi a figura de destaque e o coração do projeto. Sodré já era figura destacada da inteligência brasileira e dava o suporte necessário aos demais integrantes do grupo, que eram todos historiadores recém-formados, afastando deles as dúvidas quanto à importância do que produziam.

¹⁹⁰ SODRÉ, 1965a, p. 30; SODRÉ, 1986, p. 121; CAVALCANTI NETO, 1993, p. 57; GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 237; MENDONÇA, 2006, p. 335; COSTA PINTO, 2006, p. 345.

¹⁹¹ “quando Nelson Werneck Sodré *pediu* ao Centro de Estudos de História um assistente para sua cadeira no ISEB e o Partido, que o controlava (o Centro), reuniu-se para votar a indicação, meu nome ganhou por pouco.” (SANTOS, 1993, p. 15 grifos do autor)

¹⁹² O Centro de Estudos de História, ligado diretamente à FNFi, era responsável, dentre outras coisas pela produção do “Boletim de História”.



Quadro 2: Determinantes da História Nova do Brasil.

4.1. O ISEB: aprendizagem do trabalho em equipe, indissociabilidade do trabalho intelectual e militância.

Segundo Cavalcanti Neto (1993), o trabalho na História Nova do Brasil foi realmente coletivo. Depois de discutidos os temas, havia uma separação de temas para cada redator. Cada episódio era escrito a partir de um rascunho inicial feito pelo redator responsável pelo tema. Todos deveriam estudar todos os temas e trazer contribuições para serem debatidas a partir do rascunho inicial. A redação do texto final era, então, redigida de forma coletiva incorporando as discussões e contribuições. Após esse trabalho, os textos passavam por Sodré para que ele realizasse apontamentos. Era Sodré quem lhes dava o respaldo intelectual e a segurança sobre o que estavam escrevendo.

Reforçando as lembranças de Cavalcanti em entrevista concedida a Sueli Mendonça em 1987 por motivo de realização de seu mestrado¹⁹³, Joel Rufino dos Santos¹⁹⁴ explicava como funcionava o processo:

Nós nos reuníamos para dividir as tarefas. Marcávamos um tempo para a pessoa pesquisar e redigir. Depois cada um lia a parte elaborada pelo outro e discutia, discutia... Em seguida, o texto voltava para esse autor, para dar a forma final. Em suma, foi uma obra coletiva nesse sentido, cada um redigia a sua parte sob a supervisão e debaixo da discussão dos outros, do coletivo, dos seis autores.

É preciso dizer, também, que nós não éramos só um grupo de estudos. Éramos um grupo de amigos, de militantes políticos e no meu caso e do Pedro Celso até de futebol... A nossa ligação era muito estreita: nós íamos para a praia e para o Maracanã juntos, estudávamos na mesma faculdade, éramos do mesmo partido, quer dizer, era um grupo extremamente coeso. Então isso facilitou. (SANTOS, *entrevista* 1987, apud. MENDONÇA, 2006, p. 338)

Nelson Werneck Sodré¹⁹⁵, também em entrevista concedida pelo mesmo motivo à Sueli Mendonça, explicita:

No nosso trabalho o método é o seguinte: por exemplo, a Independência de 1822, assunto de uma monografia. Nós nos reunimos e estabelecemos os tópicos principais que teriam que ser abordados e os erros mais comuns na historiografia oficial, que teriam de ser denunciados ou omitidos para não incidirmos neles. Estabelecia-se um roteiro com pontos tópicos para os quais deveria ser prestada uma atenção especial, uma cronologia, uma bibliografia. Estabelecido isso, demandavam várias reuniões, onde todos intervinham. Escolhia-se um relator, esse relator preparava um texto provisório. Esse texto provisório era levado à plenária dos debates e discutido a medida em que ia sendo feito, não se esperava que terminasse para depois trazer a debate, ia sendo emendado, discutido e apontados erros; novas questões eram suscitadas e através de sucessivas reuniões chegava-se a um texto definitivo.

Esta é uma obra coletiva. Todos tinham participação. Não se entregou um pedacinho para um fazer, um pedacinho para outro fazer. *Foi o único caso de obra coletiva* (SODRÉ, *entrevista* 1987, apud. MENDONÇA, 2006, p. 339, grifo da autora)

Militância e trabalho intelectual eram indivisíveis. A causa estaria acima de *egos*. Era uma convicção, segundo Cavalcanti Neto (1993, p. 54 – 55)

¹⁹³ Mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos defendido em 1990. Intitulado: *A experiência da História Nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de História no Brasil nos anos 60*. Ver Referências: MENDONÇA, 1990.

¹⁹⁴ Entrevista de Joel Rufino dos Santos, 08 de agosto de 1987. In: MENDONÇA, 1990.

¹⁹⁵ Entrevista de Nelson Werneck Sodré, 27 de julho de 1987. In: MENDONÇA, 1990.

As tarefas do ISEB não deixavam de acontecer, eram vários, entre palestras, aulas, cursos e projetos editoriais. Haviam os trabalhos individuais e, nesse quesito, o nome do Departamento de História era Nelson Werneck Sodré. Durante o trabalho com a História Nova do Brasil, Sodré estaria envolvido, por exemplo, com a escrita da *História da Burguesia Brasileira*, mas, o assassinato do presidente norte americano em novembro de 1963 em Dallas, provocou uma pausa nos demais trabalhos desenvolvidos no Departamento de História para uma espécie de força tarefa conjunta para viabilizar uma publicação obre o assunto.

Trabalho que resultou no livro *quem matou Kennedy*, [...] não teria sido possível sem o esforço e colaboração dos demais elementos do Departamento de História, que reuniram materiais informativos, pesquisaram fontes e coordenaram toda a preparação. (SODRÉ, 1993, p. 34)

Apesar do trabalho ter sido assinado como autoria somente de Nelson Werneck Sodré, o autor reconhece que não teria sido possível sem o trabalho dos jovens colegas do Departamento de História do ISEB.

Em uma semana *resolvemos* publicar um volume sobre *quem matou Kennedy?* Cada um de nós preparou um capítulo, com notas recorte bibliografia, enfim, material que discutíamos entre nós e depois levávamos à mesa de Nelson. Ele, filtrando o nosso trabalho, acrescentando o seu próprio, com aquela facilidade incrível de escrever, fez que, quinze dias depois do assassinato, estivesse nas livrarias um volume que veio a esgotar-se em menos de um mês. (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 59 – 60, grifo nosso)

Os trabalhos envolvendo o Departamento de História do ISEB buscavam essa cumplicidade do trabalho coletivo. Os termos no coletivo como “resolvemos”, “nossa equipe” ou “nosso grupo” estão presentes nas análises dos autores quando se reportam aqueles momentos de produção e dessa forma se manteve durante todo o período de existência desse Departamento, que teve seu fim marcado pelo próprio fim do ISEB. Além do projeto da História Nova do Brasil, o grupo teria produzido mais trabalhos, alguns prontos e outros em processo, que não puderam ser distribuídos em razão da perseguição aos intelectuais e suas produções vinculadas ao ISEB, tomado como inimigo da ditadura pós-1964.

Além da própria *História Nova*, vários outros trabalhos de *nossa equipe* estavam em preparação, ou mesmo na gráfica. Lembro-me especialmente de histórias em quadrinho, com enormes tiragens já para a primeira edição. Vêm-me à mente dois títulos: *Tiradentes* e *Os Bandeirantes*. (Cf. CAVALCANTI NETO, 1993, p. 64, grifo nosso)

Foi no ambiente do ISEB que esse grupo desenvolveu trabalhos conjuntos e, assimilando a proposta da contribuição ideológica, radicalizou no campo histórico o que já estava colocado no campo político.

A luta no campo intelectual buscava o entendimento das especificidades do Brasil, buscava criar condições teóricas que pudessem dar conta do Brasil e de tantas modernizações. A temática da nação e da formação da nação eram caras à construção deste Brasil e desembocavam diretamente em um aspecto fundamental do período: o nacionalismo.

Em meio a todo fervor de ideias e acontecimentos políticos, o ISEB apresentou-se como a instituição governamental responsável pela elaboração de um conjunto teórico que colocasse o Brasil no rumo político e econômico do desenvolvimento. Esse também era o sentido institucional do ISEB: apresentar alternativas ao desenvolvimento nacional.

4.1.1. De vocação analítica à militância

Em seu nascedouro, o ISEB apresentava vocação para a análise e para os estudos estruturais. Como já analisamos no capítulo 2, ele já nasce com a pretensão de formular um pensamento brasileiro, uma ideologia do desenvolvimento. Entretanto, segundo Hélio Jaguaribe (1979), houve um processo interno de radicalização que o levou à posição “radical populista” (JAGUARIBE, 1979, p. 97).

Para Jaguaribe, o ISEB se radicalizaria a partir de 1958, sob influência de Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e Roland Corbisier. O ISEB teria migrado de uma postura mais teórica para uma postura mais militante. Antes de 1958, o “ISEB se dedicava a um intento de análise estrutural – econômico, social, cultural e político da realidade brasileira, com o propósito de estabelecer os fundamentos de uma política de desenvolvimento nacional”. Nesse sentido, o ISEB tinha como objetivo a mobilização da sociedade brasileira para a realização do desenvolvimento nacional, mas com a perspectiva da centro-esquerda, entendendo que quem deveria conduzir o projeto nacional-desenvolvimentista era a burguesia nacional. Para Jaguaribe, com a militância, o ISEB passou a se configurar como grupo “radical-populista” (JAGUARIBE, 1979, p. 96 – 97).

Um dos motivos dessa guinada à esquerda teria sido uma crise interna onde o posicionamento de Hélio Jaguaribe era apontado como sendo um dos estopins. Hélio Jaguaribe com seu livro *Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, livro publicado pelo próprio

ISEB em 1958, gerou um impasse com relação ao monopólio da Petrobrás. A percepção da militância, das esquerdas e das forças nacionalistas com relação às páginas do livro era de que Jaguaribe era contra o monopólio brasileiro, portanto, contra o desenvolvimento nacionalista.

Esse fato causou uma cobrança por posicionamento internamente. A partir desse momento deriva o alinhamento do ISEB à esquerda. Cavalcanti Neto (1993, p. 51), relata que essa era, inclusive, sua percepção enquanto militante do movimento estudantil. Para o autor, Hélio Jaguaribe teria se colocado contrário ao monopólio e provocado as “lideranças estudantis do ISEB, para que a instituição decidisse “de que lado estava”.

Sobre a “esquerdização” do ISEB, há uma passagem interessante no depoimento de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto (Cf. 1993, p. 58) onde relata que, já envolvidos com o projeto da História Nova do Brasil, portanto em meados de 1963, e com o ISEB já posicionado à esquerda, o grupo de assistentes do departamento de História, apelidado de “alegria de estudar” por sua dedicação aos trabalhos, foi definido pela vertente maoísta como grupo pequeno-burguês revisionista que, vitoriosa a revolução, seria fuzilado como traidores.

O “alegria de estudar” era definido pelos maoístas então de moda como grupo revisionista e pequeno-burguês. A dois de nós foi afirmado, pessoalmente, que seríamos todos fuzilados após a revolução (deles) como traidores. Estas coisas também faziam parte dos tempos... (Cf. CAVALCANTI NETO, 1993, p. 58)

O interessante dessa memória é notarmos que o grupo do departamento de História, fiéis representantes da esquerda iseiana pós-1958, ainda recebia o rótulo de pequeno-burguês por alguns setores da esquerda.

Entretanto, é em sua guinada à esquerda que se verifica a organização da História Nova do Brasil. A partir da ação aproximada da militância, o ISEB passou a influenciar setores mais amplos da sociedade. Para Sodré (1965a, p. 29) um dos méritos do ISEB era levar o conhecimento através das suas atividades didáticas para além daquela instituição.

Jamais nos encastelamos e isolamos, jamais recusamos levar o nosso ensino onde fosse solicitado. Isso que pareceu a alguns até quebra da alta dignidade da cátedra pós-universitária [...] era o deliberado rompimento com o timbre, o traço, a atitude e a atividade aristocrática que a Universidade conserva ainda no Brasil e que tanto contribui para distanciá-la da realidade. [...] Num país como o nosso, em que só os privilegiados conseguem aprender, é dever de cada um difundir o que aprendeu. E esse dever torna-se imperioso quando se trata de professores. [...] Já a essa altura estávamos trabalhando nas monografias da *História Nova*. (SODRÉ, 1965a, p. 29 – 30)

Dentre os objetivos do ISEB e da História Nova do Brasil estava colocar ao alcance das pessoas “comuns”, os não privilegiados, o acesso ao conhecimento. Dessa forma atuavam com cursos e palestras onde fossem requisitados de acordo com suas possibilidades.

4.1.2. Os cursos e opção de classe.

O próprio lançamento das monografias foi feito em um desses cursos. O jornal *A Voz dos Metalúrgicos* em janeiro de 1964 assim noticiava o curso e o lançamento do material da História Nova do Brasil que seria feito em 29 de janeiro de 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara:

Falando ao nosso jornal a propósito do lançamento da coleção “História Nova”, o Diretor da Divisão de Educação Extraescolar e da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) do MEC [Roberto Pontual], assim se expressou:

“Lançando com o Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara [...] quer a DEEE/CASES justificar a denominação dada ao conjunto de livros que ora começa a publicar. Com efeito, nova é esta coleção exatamente pela perspectiva que contém, no estudo dos problemas brasileiros” [...]

“[...] O seu estudo não visa apenas relembrar o passado, mas esclarecer o presente. [...]”

“Este lançamento no Sindicato do Metalúrgicos da coleção por nós editada, dando também início ao curso de história do Brasil para os trabalhadores, ministrado pelo Departamento de História do ISEB, dá bem a medida de nossa crença em que, *se o povo que faz a história, ele a fará cada vez mais consciente* e em seu proveito, na luta tenaz que todos os trabalhadores empreendem para a libertação de nossa pátria” (Jornal *A voz dos Metalúrgicos*, janeiro de 1964, s/n)¹⁹⁶

O curso onde seria lançado o empreendimento da História Nova do Brasil prometia a discussão do que interessava, pois os trabalhadores não tinham tempo a perder. Em conjunto com o ISEB, Roberto Pontual dizia da honra da oportunidade “na comunhão dos nacionalistas e trabalhadores”, que os intelectuais do ISEB se sentiam “honrados porque estarão em companhia daqueles cuja missão é dirigir o destino do nosso povo”. Alertava que o curso trataria da “história do nosso povo” e “não a história das pessoas individuais”. (Jornal *A Voz dos Metalúrgicos*, janeiro de 1964, s/n)

¹⁹⁶ Ver: ANEXO XVIII – Lançamento da coleção “História Nova” no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. [Editorial] “Metalúrgicos estudarão verdadeira História: texto dirigido aos metalúrgicos pelo prof. Nelson Sodré.” In: *Jornal A Voz dos Metalúrgicos*. Janeiro de 1964. Fonte Arquivo Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355169/mss1355169.pdf

“[...] o que nos liga a todos nós que não vivemos da exploração dos outros homens, é a luta pelo progresso, pela exploração nacionalista de nossas riquezas, e pelo crescimento da democracia em nossa pátria.

[...] O povo, o que há de melhor no povo que são os trabalhadores, justificam o nosso esforço, e nós justificamos o povo, suas lutas e seu avanço.

No nosso encontro só vamos discutir o que interessa. Não temos tempo a perder, nenhum trabalhador tem tempo a perder. Como as coisas têm sempre dois lados opostos, discutiremos: o domínio estrangeiro e a luta contra o domínio estrangeiro; a propriedade territorial e as restrições à propriedade, o problema dos poucos que têm terras e dos muitos que não têm; a luta pela industrialização do Brasil e a defesa da estagnação industrial; a luta pela democratização da sociedade brasileira e a defesa dos privilégios de classe; *as novas forças, que estão realizando a Revolução Brasileira e as velhas forças que querem impedir o inevitável*” PALAVRAS DO SR. ROBERTO PONTUAL (Jornal *A Voz dos Metalúrgicos*, janeiro de 1964, s/n, grifo nosso)

A atuação na sociedade civil aparece como uma necessidade isebiana deste momento. Os cursos tornavam-se estratégicos para a formação de uma base de sustentação dos ideais nacionalistas. As propostas de discussão dos conteúdos são bem marcadas pela polarização entre o retrógrado e o progresso. Na fala de Pontual ao jornal dos Metalúrgicos aparece a intenção de realizar a *Revolução Brasileira*.

O projeto História Nova do Brasil buscava ampliar a divulgação da pesquisa e reflexão historiográfica a um público não acadêmico. Atitude política de uma generosidade intelectual sem igual, ainda mais se a compararmos com as atuais atividades dos historiadores, cada vez mais distanciadas de um sentido público orgânico. (COSTA PINTO, 2001, p. 56)

Principalmente a partir de 1958, o ISEB passa a intensificar seus cursos.

Na sua definição estatutária, o ISEB era fundamentalmente um centro de estudos, mas, após 1958, passou a exercer de modo crescente, influência sobre a sociedade civil, principalmente em organizações como a Frente Parlamentar Nacionalista, e mais, “(...) organizou cursos para sindicalistas, para militares nacionalistas e, principalmente, para os estudantes em busca de uma ciência social mais engajada do que a ensinada nas universidades” (PÉCAUT, 1990, p. 112 apud COSTA PINTO, 2001, p. 60 – 61).

Com o processo de alinhamento do ISEB à esquerda mais radical e sua vinculação com o Estado, era natural sua atuação e aproximação com agremiações partidárias como a Frente Parlamentar Nacionalista¹⁹⁷. Nesse momento, os cursos condenavam as remessas de lucro para o exterior e propunham maior controle estatal sobre a exploração dos recursos brasileiros.

Na Figura 20, alunos assistindo a quarta aula ministrada por Sodré. A notícia completa foi oferecida pelo Jornal Correio Paulistano,¹⁹⁸ onde podemos notar que os cursos tinham prestígio e contavam com grande quantidade de alunos assistindo às conferências. Na ocasião da foto, cerca de 450 alunos assistiam à quarta aula do curso sobre os problemas brasileiros. O conferencista da ocasião era Nelson Werneck Sodré que, após falar sobre a formação histórica da sociedade brasileira, desde a colônia, tratou da estrutura atual e a consciência industrial, concluindo que

O fortalecimento que nos traz o desenvolvimento industrial é retardado pelo poder que ainda desfrutam os senhores da terra, proporcionado pelos mandatários de interesses estrangeiros no Brasil, constituindo em sua maior parte de elementos do grupo mercantil. Esse fator influi de maneira prejudicial ao crescimento do mercado interno.

Ressaltou a tomada de uma verdadeira consciência industrial, verificada nos últimos cinco anos, a qual expressa a compreensão dos industriais brasileiros do papel que lhes cabe efetivamente na estruturação da nossa independência econômica. Essa consciência motivou a união da classe na defesa dos seus



¹⁹⁷ A Frente Parlamentar Nacionalista buscava, dentro do Congresso, empreender uma luta a favor do desenvolvimento com bases nacionalistas.

¹⁹⁸ CORREIO PAULISTANO. “Fórum ‘Roberto Simonsen’ – Efeitos do Processo de Industrialização na Estrutura Atual da Sociedade Brasileira.” s/d, s/n. Rio de Janeiro: Arquivo Nelson Werneck Sodré- Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355223/mss1355223.jpg Último acesso: 25/06/2017

interesses que, em última análise, constituem nos fundamentais interesse da própria economia nacional. (CORREIO PAULISTANO, s/n, s/d.)¹⁹⁹

Os cursos e publicações do ISEB exerceram também muita influência sobre o curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – FNFi,²⁰⁰ local onde se formaram os “jovens” historiadores coautores da História Nova do Brasil. Sobre a relação

Figura 21: Programa do curso “Introdução aos Problemas Brasileiros”, promovido pelo ISEB em 1959

Ministério da Educação e Cultura INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS			
CURSO EXTRAORDINÁRIO SÓBRE PROBLEMAS BRASILEIROS 1959			
1) - Cultura e Desenvolvimento	Roland Corbisior	2 de maio - 16,30	h
2) - Nacionalismo e Desenvolvimento	Cândido Antônio Mendes de Almeida	9 de maio - 16,30	h
3) - As Forças Armadas e o Nacionalismo	Nelson Werneck Sodré	16 de maio - 16,30	h
4) - Energia Elétrica	Ádrico Barbosa de Oliveira	23 de maio - 16,30	h
5) - Energia Atômica	João Leite Lopes	30 de maio - 16,30	h
6) - O Petróleo Boliviano	Gabriel Lassos	6 de junho - 16,30	h
7) - Problemas do Nordeste	Celso Furtado	13 de junho - 16,30	h
8) - Capital Estrangeiro	Sérgio Magalhães	20 de junho - 16,30	h
9) - Problemas da Política Externa Brasileira	Oswaldo Aranha	27 de junho - 16,30	h
10) - O Programa de Metas e o Desenvolvimento Nacional	Presidente Juscelino Kubitschek	4 de julho - 16,30	h

Programa do curso “Introdução aos Problemas Brasileiros”, promovido pelo ISEB. FGV/CPDOC Arquivo Oswaldo Aranha. Disponível em: <http://jk.cpdoc.fgv.br/imagem-som/fatos-eventos/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb>

promovido pelo ISEB em 1959.²⁰¹

O ISEB, segundo Renato Ortiz (1994, p. 46) em seu livro *Cultura brasileira e identidade nacional*²⁰², teria como marca ser propositivo. Os isebianos privilegiavam a

com a universidade, é importante lembrarmos que o ISEB não havia sido concebido para manter relação com a universidade. Esses flertes com a universidade já faziam parte do processo pós-1958, quando

Sob a orientação teórica e política de Álvaro Vieira Pinto e de Nelson Werneck Sodré, o órgão cerrou fileiras na campanha pela volta ao regime presidencialista, por ocasião do plebiscito realizado em 01 de janeiro de 1962. Logo em seguida, engajou-se na luta pelas *reformas de base*. Neste sentido, além dos cursos regulares que habitualmente oferecia, o órgão intensificou suas atividades junto a entidades sindicais e estudantis, promovendo seminários e conferências. Ao mesmo tempo, promoveu a renovação dos seus quadros docentes, com a crescente incorporação de jovens professores e líderes do movimento estudantil. (GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 240 – 241, grifo do autor).

Na Figura 21: Programa do curso “Introdução aos Problemas Brasileiros”,

¹⁹⁹ Ver: ANEXO XII – notícia do curso “problemas brasileiros” oferecido pelo ISEB.

²⁰⁰ Sobre a FNFi, ver Tese de Doutorado de Marieta de Moraes Ferreira, ver também, artigo da mesma autora FERREIRA, Marieta de Moraes (2012). “O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil” In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n.2. abr. – jun., p. 611 – 636. Ver ainda: PEREIRA, Daniel Mesquita. (1998) “O Boletim de História da Faculdade Nacional de Filosofia e a busca de alternativas para o ensino de história – 1958/1963” In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.) (1998). *Histórias do ensino de história no Brasil*. Rio de Janeiro: Acesso, p. 91 – 110.

²⁰¹ ANEXO XXI – Programa do curso “Introdução aos Problemas Brasileiros”

história a ser feita. Nessa perspectiva, os jovens saídos do movimento estudantil, formados também pelos cursos de Nelson Werneck Sodré, incorporavam a “propositividade isebiana” ao produzirem a História Nova do Brasil.

Dessa forma, a História Nova do Brasil foi possível pela importância dos trabalhos desenvolvidos no ISEB, entretanto, não necessariamente se fundia aos seus interesses. A História Nova do Brasil radicalizava o discurso nacional-populista numa vertente historiográfica. Podemos entendê-la como uma Reforma de Base no campo do ensino. A luta anti-imperialista, sua acidez de análise e a radicalização das lutas de classe não são exatamente o que, no campo político, genericamente caracterizam o ISEB. Entretanto, o ISEB trabalhava com a formulação de uma ideologia: a nacional desenvolvimentista como projeto brasileiro.

Antônio Marques do Vale (2006, p. 98), analisando o ISEB e como esta instituição trabalhava com a crise brasileira da década de 1950, utiliza Hélio Jaguaribe²⁰³ (1981, 131 – 140) para dizer que a crise econômica existia por “ter ultrapassado o seu nível de tolerância o processo de nosso subdesenvolvimento”. Para Jaguaribe,

Se a crise de nossas crenças substantivas escapa às nossas possibilidades de interferência deliberada, o mesmo não se verifica com relação às crenças adjetivas. Essencialmente, as crenças substantivas são religiosas e as adjetivas são ideológicas (...), as ideologias podem ser construídas por atos da inteligência e da vontade (...). Uma ideologia consiste, essencialmente, na formulação de uma pauta de valores e de sua articulação num projeto social dotado de eficácia histórica. (JAGUARIBE apud VALE, 2006, p. 98)

Em suma, “se as condições estruturais para a reforma do Estado e a modificação da política eram ponto onde se podia chegar, colocavam, finalmente, o problema da crise e da vigência de uma ideologia, o que significava reclamar novo projeto” (VALE, 2006, p. 98).

²⁰² Neste livro, Ortiz tenta explicar, mesclando categorias de diferentes campos científicos, os motivos da busca pela especificidade brasileira. Para Ortiz, a identidade brasileira, é fruto de construções simbólicas muito heterogêneas que acabam sendo padronizadas por uma narrativa ideológica. Nesse sentido, para o autor, o Estado é um dos responsáveis pela delimitação desta identidade, pelo processo de homogeneizar, organizar. Destas conclusões, as perguntas sobre a identidade brasileira, não deveriam tentar confirmá-las (visto que para o autor a identidade brasileira é plural), as perguntas deveriam questionar os interesses e os valores que elas representariam. Na construção das identidades, no caso da identidade nacional, o Estado poderia atuar de forma direta e cita o caso do ISEB enquanto instituição voltada a organizar e dar sentido ao desenvolvimento nacional. Mas a identidade também pode ser forjada de forma indireta e nesse caso um exemplo dentre os analisados é Gilberto Freire, ancorado na análise que Florestan faz sobre a “democracia racial”. Para Ortiz, os interpretes do Brasil (para nós importou a análise sobre o ISEB) sistematizaram valores e interesses de grupos e foram capazes de oferecer o particular como universal; uma identidade via Estado (caso do ISEB).

²⁰³ JAGUARIBE, Hélio. “A crise Brasileira”. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília, UnB, PP. 132 – 169, 1981.

Nesse sentido, a História Nova do Brasil, embora não possa ser caracterizada como uma ideologia comum a todo o ISEB, ela mantinha a ideia de que era possível uma formação ideológica. Para nós, a grande importância estaria na disseminação do método materialista histórico, que corresponderia a desmistificação das verdades capitalistas e sua negação da luta de classes, como já dissemos no capítulo 3²⁰⁴.

Mas de onde vinha esse teor militante? Essa pergunta tende a buscar como resposta os setores mais à esquerda e mais radicais na concepção do processo revolucionário. Entretanto, devemos lembrar que a revolução era, naquele momento, um projeto para as esquerdas e, principalmente, para o ISEB da terceira fase..²⁰⁵

4.2. FNFi: Debates, embates e formação.

O departamento de História do ISEB, surge dos cursos de “Estudos Brasileiros”.

Com o desdobramento desse curso em Departamentos, surgiu a necessidade de pessoal habilitado, para ajudar o professor que, sozinho, já não dava conta de seus afazeres. Não era fácil encontrar pessoal nas condições exigidas pelo alto nível de abstração em que o ISEB colocava a História, ciência das ciências. (SODRÉ, 1965a, p. 28)

Foi quando Sodré tomou conhecimento do “*Boletim de História* do Centro de História da Faculdade de Filosofia da UB”, Sodré teria notado o pioneirismo naquele *Boletim* que expressava “profunda mudança no estudo da História” e, em contato com Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto que era um dos destaques daquele Boletim e primeiro auxiliar do Departamento de História do ISEB, montou todo o grupo do departamento com alunos e ex-alunos ligados ao curso de História do Brasil da FNFi. Dessa forma, excetuando Nelson

²⁰⁴ Capítulo 3: “3.5. As alterações: conteúdo em pauta”

²⁰⁵ “A revolução como projeto iria merecer dos “históricos” do Iseb, longas explanações. Guerreiro Ramos [RAMOS, Alberto Guerreiro. *As condições sociais do poder nacional*. Rio de Janeiro, MEC/Iseb, 1957] ponderou sobre a necessidade da revolução para conquista de um desempenho histórico independente e contrário ao semicolonialismo. Revolução, para ele, não tinha necessariamente a ver com insurreição e quarteladas, mas com mudanças qualitativas em favor de uma coletividade humana. [...] Roland Corbisier [CORBISIER, R. *Responsabilidades das elites*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1956.], nas primeiras fases, também foi explícito em tomar como verdadeira a revolução a que a burguesia industrial estava liderando, não sem apoio das massas proletárias. [...] Em Vieira Pinto [PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional. A consciência ingênua*. Rio de Janeiro, MEC/Iseb, v. 1, 1960.], a consciência crítica se impunha como requisito fundamental para arrancar o país do estado de subdesenvolvimento econômico. Revolução era possível.” (VALE, 2006, p. 99 – 101).

Werneck Sodré, do curso de História da FNFfi saíram, todos os coautores da História Nova do Brasil.

Em momento anterior, indicamos a hipótese sugerida por João Alberto da Costa Pinto (2006, p. 345) de ter sido no “seio do Centro de Estudos de História da FNFfi que encontramos, de modo efetivo, não só os maiores responsáveis pela realização do projeto História Nova, mas também o ambiente gerador das inquietações que as reformas do projeto impunham.” Seguindo a sugestão desse autor, as mudanças propostas para o ensino de História “nascem como ideia, como proposta, já em 1958, nas lutas envidadas pelos estudantes do curso da FNFfi quando da organização da importante revista *Boletim de História*”. Com auxílio desta pista oportunizada por Costa Pinto, analisaremos a participação dos estudantes a partir do *Boletim de História*.

No capítulo 1, quando discutíamos a formação do ISEB e seu precursor, o Grupo de Itatiaia, utilizávamos Hélio Jaguaribe que anunciava que havia uma distinção entre paulistas e cariocas e que os alguns dos membros vindos de São Paulo tinham, inclusive, vinculação com o integralismo. Esse fato nos chamou atenção e será utilizado como ponto de partida para nova análise, somada à hipótese de Costa Pinto sobre a FNFfi ser o ambiente gerador “das inquietações que o projeto [História Nova do Brasil] impunham”.

Vamos retomar a referência somente para darmos continuidade. Assim escrevemos no capítulo 1: *Segundo Jaguaribe (1979, p. 95, grifos nossos) “Os paulistas, de formação e vocação filosófica, tinham posições de direita, muitos oriundos do integralismo. Os cariocas eram estudantes das ciências sociais e tinham posições tendencialmente de esquerda.”*²⁰⁶

Esse dado sobre as posições políticas conforme regiões – paulistas à direita e cariocas à esquerda – nos parece interessante para reforçar a hipótese de Costa Pinto e, em nossos estudos, esse dado aparece novamente ao analisarmos o “Boletim de História”²⁰⁷, nº 7, de agosto de 1963, produzido pelo Centro de Estudos de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – FNFfi.

Não há menção ao integralismo, mas ao posicionamento dos paulistas frente às questões históricas colocadas pelo momento. No relato sobre um seminário realizado para discutir os problemas da História e que aconteceu em Marília, percebemos que, apesar de toda cordialidade do redator Francisco José Calazans Falcón²⁰⁸ (1963a) ao descrever o evento, as

²⁰⁶ Essa passagem se encontra nas páginas 65 – 66. Capítulo 1: “Instituto Superior de Estudos Brasileiros: vocação e evocação”

²⁰⁷ O “Boletim de História” foi uma produção do Centro de Estudos de História vinculado aos estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

²⁰⁸ Jovem assistente da cadeira de História Moderna sob supervisão de Maria Yedda Linhares.

críticas contundentes são justamente às sessões proferidas por paulistas, que não estavam dispostos a discutir a realidade brasileira.

Entre 15 de outubro e 21 de outubro de 1961, ocorreu o I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior, também sediado em Marília²⁰⁹. Reuniram-se no congresso participantes de vários Estados com a intenção de discutirem os problemas do ensino de História em nível superior. Para a realização do Simpósio, a Comissão Organizadora convidou a FNFfi para participar ativamente dos trabalhos preparatórios do evento, deixando a cargo dos cariocas da FNFfi a responsabilidade pelas discussões sobre História Moderna e Contemporânea. “Tínhamos a impressão de estarmos no limiar de uma ampla e democrática discussão sobre a História em nossas faculdades, servindo o currículo de tema principal, mas, em hipótese alguma, único admitido.” (FALCÓN, 1963a, p. 189)

Logo de início, o grupo do Rio de Janeiro atestou as diferenças entre cariocas e paulistas posteriormente confirmada pelas comunicações restritas às temáticas que não se propuseram ao debate político mais aprofundado, segundo o que se pode depreender do relato de Falcón.

Constituídas as várias equipes, estabelecidos já os temas respectivos, restávamos apenas participar ativamente dos trabalhos preparatórios. [...] Na reunião preparatória [...] já havíamos sentido, nós ‘os do Rio’, os primeiros problemas; tínhamos a impressão de falar em línguas diferentes: os de lá, sobretudo os organizadores do Simpósio, que iriam debater apenas itens precisos, miúdos, imediatos, fugindo às grandes questões, ao exame das ‘causas profundas’, [...] Verificamos que desejavam a pequena reforma ou melhor, a reorganização da casa, usando os mesmos cômodos e quase a mesma mobília. Como convencê-los que a mobília está velha, corroída de cupim, e a casa está caindo aos pedaços, que é muito pequena enfim, querendo apenas viver um pouco mais sob a proteção de muralhas que a ‘protegem’ da planície, isto é, do povo? Impossível, ou quase. Não fomos entendidos e, pior ainda, fomos mal interpretados. Passamos a condição, não muito agradável, de possíveis perturbadores do ‘bom andamento dos trabalhos’, elementos imbuídos de ‘espírito destrutivo’ desejosos de ‘fazer política’, ‘subversivos’ mesmo, por que não? Desse modo concretizou-se o objetivo inicial: após tentarem definir os problemas contidos em cada tema os grupos de trabalho afastaram ‘provisoriamente’ muitos daqueles problemas por não se enquadrarem de modo estrito, no temário. Logo, ‘discuti-los poderia trazer graves prejuízos aos objetivos precisos no

²⁰⁹ “O movimento dos professores de história teve como marco fundador a realização em 1961, pela Faculdade de Letras de Marília (São Paulo), de um encontro destinado à discussão do currículo de história fixado pelo Conselho Federal de Educação. Tal evento, posteriormente denominado de I Simpósio dos Professores Universitários de História, culminou na criação da Associação dos Professores Universitários de História (Apuh), mais tarde transformada em Anpuh. Os Simpósios da Anpuh foram realizados com certa regularidade: 1962, 1965, 1967, 1969, 1971... Contando com a presença de numerosas plateias de estudantes de história, esses eventos caracterizaram-se por discussões sobre temáticas específicas, às quais se acrescentaram, depois, problemas de didática da história e o arrolamento de fontes históricas.” (FALCÓN, 2012, p. 12)

Simpósio’, sendo ‘de esperar que movimentos análogos a êste sejam realizados no futuro para estudo de tais problemas, alguns dêles exigindo a análise e solução. (FALCÓN, 1963a, p. 189 – 190)

Para nós fica clara a existência de uma separação política entre os estudantes do Rio e os estudantes de São Paulo. O relato expressa essa oposição ao enunciar os objetivos do Simpósio para os dois grupos. Os convidados a comporem a Comissão Organizadora, que eram cariocas da FNFi, gostariam de discussões interessadas na realidade brasileira, proposições que foram interpretadas pelo grupo paulista como questões políticas impróprias aos objetivos do Simpósio, que deveria concentrar-se somente nas questões do tema currículo.

A crítica de Falcón ao Simpósio extrapola o acontecimento local e nos aproxima do debate colocado, ao menos para o grupo responsável pelo Centro de Estudos de História da FNFi, responsável pelo *Boletim de História*. Esse debate atesta o movimento de renovação historiográfico e a efervescência política – uma das motivações da renovação.

Ali em Marília, em ambiente sociocultural propício, tôdas as limitações intelectuais e psicológicas vieram à luz, expandindo-se as concepções europeizantes, frutificando o colonialismo cultural, buscando-se, mais do que nunca, a solução dos problemas brasileiros *fora* do Brasil, o currículo ideal pela comparação dos currículos europeus e norte-americanos. [...] assim, em minoria, assistimos embora sem nos rendermos, logrando não raras vitórias expressivas, à implantação daquele espírito retrógrado que consistia em proscrever como ‘políticas’ tôdas as discussões concernentes a tema que não se enquadrassem na perspectiva das medidas imediatistas, essencialmente ‘curriculares’, desejadas pelos mentores da reunião. Aparentemente, era o ‘medo da política’, no fundo, porém, era a ‘política do medo’, da omissão, do conformismo da defesa dos interesses criados. (Ibid., 192)

Falcón demarca o interesse nas discussões supra curriculares que eram barradas como questões políticas e que, portanto, fugiam do interesse da reunião. Falcón caracteriza esse posicionamento como conformista, “a política do medo”.

Não podíamos chegar às raízes, ao âmago dos problemas, devíamos ficar à superfície, em tertúlias agradáveis e inúteis. Éramos um grupo de pessoas fora do tempo e do espaço a discutir as bases de um ideal também intemporal, o currículo ideal. Currículo para quem? Para onde? [...] Criticava-se muito a realidade brasileira, mas pouco se cuidava de compreendê-la [...] Não é de espantar, portanto, que como solução salvadora logo despontasse a cópia de algum modelo de ensino ou pesquisa, de currículo enfim, vindo da Europa, numa alienação constante e irritante. Longe, muito longe, ficava o Brasil, a terra em que vivemos, onde ensinávamos História, os alunos fruto dessa realidade brasileira 1961 com quem lidávamos. Trazer o debate para a realidade brasileira, falar nas

condições de trabalho do professor e nos problemas do aluno, vendo-o como é não como já foi ou poderia ser, fincar os pés enfim em nossa realidade, múltipla, cambiante, dinâmica, ah isso não, era “fazer política” era cair “na terra a terra” era “ponto de vista”. Como não nos irritarmos, por vezes, desencantados com tudo aquilo, tendo ido em busca de análise e soluções para o ‘ensino de História no Brasil para o Brasil’ e encontrado tanto com a intenção de colocá-la mais ainda do que já se acha, a serviço da escravização do presente pelo passado, aliada de tudo que está fora do Brasil, que é antinacional, para dominar e esmagar o que é autenticamente brasileiro? (FALCÓN, 1963a, p. 192)

Esse dado da distinção regional entre concepções políticas, paulistas à direita e cariocas à esquerda, levantado por Jaguaribe e pontuado no relato sobre o I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior sediado em Marília em 1961, não pode ser generalizado, contudo, tão pouco pode ser desprezado

Talvez não se trate de uma distinção entre direita e esquerda segundo uma região. Provavelmente estejamos diante de diferenças entre matrizes teóricas responsáveis por organizar os estudantes e pensadores conforme suas interpretações sobre a *realidade brasileira*.

Em resumo, pela análise dos relatos do Boletim de História sobre os congressos de Marília no início da década de 1960, as preocupações dos paulistas eram mais técnicas e menos vinculadas aos questionamentos políticos do período, enquanto os estudantes cariocas cobravam maior engajamento nas lutas contemporâneas.²¹⁰

²¹⁰ Ronald H. Chilcote publicou um livro em 2014, ainda não traduzido para o português e que não consegui ter acesso, infelizmente, intitulado: *Intellectuals and the Search for National Identity in Twentieth-Century Brazil*, que em tradução livre poderia ser: “Intelectuais e a busca de identidade nacional no Brasil no século XX”. Tive acesso somente a descrição destinada à apresentação do livro, para a propaganda, e neste livro, Chilcote, discutindo o pensamento político brasileiro, argumentaria “que os intelectuais do Rio de Janeiro consideravam o Estado e a burguesia nacional como o meio de superar a dependência de ideias e culturas estrangeiras, os intelectuais paulistas olharam para a sociedade civil e o estabelecimento de novas instituições acadêmicas, na busca da identidade nacional. Ronald H. Chilcote inicia seu estudo ao delinear a tentativa dos intelectuais brasileiros de transcender um sentimento de inferioridade emanando do colonialismo e do atraso brasileiros. Em seguida, ele traça a luta pela identidade nacional no Rio de Janeiro através de um relato de como os intelectuais de diferentes tendências políticas se uniram em busca de uma ideologia política de desenvolvimento nacional. Em seguida, apresenta uma análise dos intelectuais paulistas sobre discriminação racial, desigualdade social e diferenciação de classes sob o capitalismo precoce e industrialização. Por fim, o livro conclui com uma discussão sobre como os intelectuais brasileiros desafiam o pensamento estrangeiro sobre o desenvolvimento através do Estado e das instituições democráticas representativas, em contraste com as práticas democráticas populares e participativas.” (tradução livre). (CHILCOTE, 2014, s/n) “Intellectuals and the Search for National Identity in Twentieth-Century Brazil”. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Intellectuals_and_the_Search_for_Nationa.html?id=N1FCBAAQBAJ&source=kp_cover&redir_esc=y.

Francisco José Calazans Falcón, na época assistente da cadeira História Moderna e Contemporânea sob a supervisão de Maria Yedda Leite Linhares, lembra que no momento anterior ao golpe de abril de 1964,

Professores e estudantes de história também se mobilizaram. Os estudantes de cursos de graduação em história de algumas universidades do Sudeste criaram Centros de Estudos de História e reuniram-se em vários congressos, com o objetivo de discutir o ensino de história então dominante em seus métodos e orientação teórico-metodológicas. Nesse panorama de mobilização e reivindicações, destacou-se a publicação, entre 1958 e 1963, do *Boletim de História* pelos alunos de História da FNF²¹¹. As principais reivindicações de então eram a atualização curricular, a modernização de métodos docentes, a atualização bibliográfica com a inclusão de autores nacionais e estrangeiros de campos teóricos variados ou mais de acordo com as novas tendências historiográficas vindas principalmente da França. (FALCÓN, 2012, p. 11 – 12)

Para os alunos do curso de história ligados ao Centro de Estudos de História (CEH) e por consequência ao *Boletim de História*, as determinações conjunturais tanto internas quanto externas deveriam aparecer nas análises históricas. A colonização africana, a Revolução Cubana, as Reformas de Base, todos os temas políticos deveriam figurar como temas da História.

Havia grande participação estudantil e os alunos buscavam expor suas “novas” ideias. Costa Pinto, ao analisar o *Boletim de História* resgata Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto²¹² que, escrevendo no BH antes mesmo de ser contratado pelo departamento de História do ISEB, já manifestava a preocupação de fazer uma História que refletisse a perspectiva dos povos em luta.

No *Boletim de História*, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto publicou um artigo – “Perspectivas atuais para uma historiografia brasileira autêntica” – que sintetizava muito bem as demandas político-intelectuais dos estudantes naquele momento. Nesse texto, o ainda estudante da FNF²¹¹ afirmava a seguinte tese: “no contexto social presente, muito há de nosso passado, recente ou longínquo. Pode-se, portanto, mergulhar nos problemas brasileiros atuais e daí extrair premissas que possibilitem o começo do trabalho histórico”. O autor fazia essa constatação porque, ao se interrogar sobre a historicidade do mundo contemporâneo, encontrava uma situação favorável à “libertação dos povos coloniais dominados pelo imperialismo”, daí ser imperativo fazer a “história da perspectiva desses povos”, porque isso

²¹¹ Falcón indica em nota de rodapé: PEREIRA, Daniel Mesquita. *Boletim de História. Uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia — 1958/1963*. Dissertação (mestrado) — Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. (Cf. FALCÓN, 2012, p. 12)

²¹² CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa. “Perspectivas atuais para uma historiografia brasileira autêntica” In: *Boletim de história*, v.6, p. 51 – 59, jan./jun., 1961, p. 53 – 54.

seria “tomar o trem do futuro e ajuda-lo a chegar mais depressa” e, conclui afirmando que “o nosso ponto de vista, como nação, nos permite assim fazer um história que, em sendo autêntica, será de todos e a do amanhã”²¹³ Com tais termos, o autor sumariava os principais temas que mobilizavam a interpretação do grupo de estudantes em torno do *Boletim de História* e indicava também o sentido organizador apresentado posteriormente no Projeto História Nova, isto é, propunha-se ao estudo da história uma problematização do futuro possível, nas contradições e lutas do presente, uma história efetivamente militante. Como afirmava um dos editoriais do *Boletim de História*, uma história preocupada em disseminar uma cultura política entre os estudantes e professores de modo a “estar implícita na função de homem de história a participação coerente e consequente”²¹⁴ na realidade. (COSTA PINTO, 2006, p. 349)

A má qualidade dos livros didáticos impressos no Brasil era ponto de pauta. O interessante é observar que essa demanda fez parte da construção da luta dos estudantes da FNFi que em 1963 – 1964 serão os proponentes de uma nova organização didática a partir do convênio MEC/ISEB. O contexto histórico favorecia o aprendizado político. Essa juventude havia passado recentemente pela formação educacional da campanha pela legalidade, pelo processo de plebiscito pelo presidencialismo e acompanhava os acontecimentos internos e externos com grande entusiasmo.

Analisando os Boletins, é possível perceber uma grande heterogeneidade de concepções ideológicas. Nele encontramos, por exemplo, publicações de Hélio Vianna²¹⁵, um dos representantes da escrita da História que se queria combater.

O Boletim compilava toda demanda que a faculdade apresentava, desde informativos e divulgação de eventos até tradução de textos e reprodução de aulas. Nesse sentido, entendemos que a heterogeneidade do Boletim, além de cumprir uma função de divulgação e informativo a um público de estudantes e interessados no debate histórico, foi também fruto do período de grande efervescência política. Embora heterogêneo, nele está contida a construção da luta dos estudantes e suas preocupações.

José Luís Werneck da Silva²¹⁶ (1963), estudante da FNFi, em texto publicado pelo boletim, expressa que caberia ao Estado brasileiro a assistência ao professor e que deveria ser de sua responsabilidade a melhoria da qualidade dos livros didáticos. Na opinião do aluno,

²¹³ Ibidem, p. 59.

²¹⁴ Editorial *Boletim de História*, v. 7, 1963.

²¹⁵ Hélio Vianna (1908 – 1972) é considerado o primeiro catedrático de História do Brasil, o que corresponderia a ser considerado também o primeiro historiador realmente acadêmico. Em sua trajetória acadêmica é associado ao monarquismo, politicamente teria afinidades com o Integralismo de Plínio Salgado.

²¹⁶ SILVA, José Luís Werneck da. “Ensino secundário: o livro didático de História”. In: *Boletim de História*, 1963, p. 168 – 169.

[...] o Estado poderia contribuir para que o Livro didático perdesse o cunho de empresa e melhorasse o nível. Para tanto imprimiria Livros Didáticos de reconhecido valor, selecionados em concursos, vendê-los-ia a preço de custo, concorrendo com os de origem particular, forçados, então, a um aprimoramento que lhes garantissem a vendagem. (SILVA, 1963, p. 168-9, apud. COSTA PINTO, 2006, p. 350)

Dessa forma, o aluno teria “antecipado” as inquietações e apresentado, inclusive, o formato do convênio da História Nova do Brasil ao MEC. Para Costa Pinto (2006, p. 350), “a questão do livro didático era um dos grandes problemas do movimento estudantil brasileiro, e a FNFfi era a instituição de ensino no Brasil que melhor centralizou o sentido e as demandas políticas para a solução dele”.

Esses indícios, das lutas e construções delas, a partir da FNFfi, somado ao fato de cinco dos seis autores da História Nova do Brasil terem saído desta faculdade em período próximo, reforçam a sugestão de João Alberto Costa Pinto de que foi a partir da FNFfi que é construído “o ambiente gerador das inquietações que as reformas do projeto impunham”.

É inegável a importância da FNFfi ao projeto da História Nova do Brasil, entretanto, acreditamos que o fenômeno da crítica à historiografia, aos livros didáticos e à conjuntura política não eram necessariamente próprias da FNFfi. Esse ambiente contestador estava presente na FNFfi, assim como estava em todos os lugares naquele período. Defendemos a corresponsabilidade dos vários fatores. Embora a FNFfi possa, naquele momento, apresentar especificidades, como uma preocupação maior com a formação dos professores se comparada às faculdades de São Paulo relacionada à, ainda assim, o ambiente de efervescência política e momento contestatório contagiavam o movimento estudantil e a juventude como um todo.

Lembrando dos posicionamentos contrários à História Nova do Brasil, Cavalcanti Neto (1993, p. 56 – 57) levanta a possibilidade de ter existido uma quebra na hierarquia causada pela contestação de jovens ao tradicionalmente estabelecido. “Afinal de contas, como é que ‘pirralhos’, alguns deles ainda não diplomados, ousavam afrontar o *establishment* universitário?”. Marca que esse elemento de contestação e afrontamento não estava restrito ao ambiente da FNFfi, mas fazia parte do panorama nacional. A juventude estava *pautando mudanças culturais* no país inteiro, como nos revelam as lutas da UNE e seu Centro Popular de Cultura (CPC), a União Metropolitana de Estudantes (UME) e, nos estados, as Uniões Estudantis Estaduais (UEEs).

Segundo Falcón (2012), na FNFfi vivia-se um ambiente com grande expectativa de transformação.

[...] vivíamos na expectativa de grandes mudanças, em meio a um clima de intensa agitação política e acadêmica. A UNE, empenhada na luta pela reforma universitária, promoveu agitados congressos em 1961, 1962, e 1963²¹⁷. A Faculdade Nacional de Filosofia transformou-se num autêntico caldeirão de lutas e enfrentamentos político-ideológicos, quer entre seus alunos, quer entre a maioria do corpo docente.²¹⁸ (FALCÓN, 2012, p. 11)

Havia assim, englobando o ambiente da FNFi, a circunstância, somada à falência da forma como se ensinava História. “Esgotara-se completamente a historiografia impressionista dos Pedro Calmon e Hélio Viana. Sob o anedotário de uns e o miniaturismo de outros, escondia-se um reacionarismo inaceitável para estudantes e professores de História progressistas.” (SANTOS, 1993, p. 16 – 17).

Para concluir esse ponto, gostaríamos de frisar que a FNFi é de fato um ator de suma importância. Foi nela que se arregimentaram os intelectuais protagonistas da História Nova do Brasil e, nesse sentido, estamos em acordo com a sugestão de João Alberto Costa Pinto quando afirma que no “seio do Centro de Estudos de História da FNFi que encontramos, de modo efetivo, não só os maiores responsáveis pela realização do projeto História Nova, mas também o ambiente gerador das inquietações que as reformas do projeto impunham”. Nossa intenção não é negar a hipótese, mas sim afastar a possibilidade de que o ambiente que gestou a História Nova do Brasil estivesse presente somente ali. Isso seria incompatível com a realidade. Dito isso, não afirmamos que o autor tenha oferecido essa interpretação.

A leitura restritiva que pode conferir à FNFi e ao movimento estudantil desta faculdade a primazia da luta pela reformulação dos livros didáticos é, para nós, ferramenta para o exercício da reflexão. E no caminho da reflexão, uma leitura que restrinja a luta política ao local específico não se sustenta. Um dos motivos é o atestado papel do marxismo como ferramenta analítica da história.

Nesse sentido, a formação era externa à FNFi. Marly de Almeida Gomes Vianna, escrevendo em 2004 o texto intitulado *Nelson Werneck Sodré: “Subvertemos a História Oficial”* para a revista *Novos Rumos*, descreve sua formação história oferecida pela FNFi no início de 1960. Em seu texto, ela deixa claro que havia um ambiente propício à mudança e que Nelson Werneck Sodré auxiliou os rumos de uma nova abordagem histórica.

²¹⁷ Estes congressos estão descritos nos Boletins de História v. 6 de 1961. Para aprofundamento no tema, a indicação de Falcón (2012) disposto no próprio texto é: FAVERO, Maria de Lourdes de A. Da universidade modernizada à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991. Da mesma autora foram publicados na Série Estudos do Proedes/UFRJ cerca de cinco trabalhos sobre diversos aspectos da universidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica e atual. (Cf. FALCÓN, 2012, p. 11)

²¹⁸ Francisco Falcón sugere para aprofundamento: ARMONY, Miguel. A Faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964. Rio de Janeiro: Revan, 2002. (Cf. FALCÓN, 2012, p. 11)

Na minha época de estudante de História, quem pontificava no Rio do Início dos anos 1960 era Hélio Viana, com sua abordagem erudita e militantemente recriadora da sociedade dominante. Nesse ambiente, uma nova abordagem, uma abordagem marxista da história, a visão das sociedades a partir dos modos de produção e da luta de classes representou muito. E foi em Werneck Sodré que estudamos essa nova abordagem. (VIANNA, 2004, p. 64)

As obras de Werneck Sodré correspondiam aos interesses dos estudantes e dos militantes, ajudando no fortalecimento de uma nova abordagem da História que influenciou toda uma gera o.

Joel Rufino dos Santos, aluno da FNFi em início da década de 1960, afirma que Nelson Werneck Sodré era muito importante para o conjunto de alunos da FNFi. “Sua influência era sensível – e motivo de ciúme naturalmente, dos professores acadêmicos – sobre o conjunto dos alunos de ciências sociais. Muito do que l amos era porque “o Sodré recomendava” (SANTOS, 2006, p. 284). Cavalcanti Neto (1993, p. 54) também aponta que a abertura para uma leitura diferente da tradicional, principalmente sobre a História do Brasil, se dava a partir de Nelson Werneck Sodré. Coloca junto a este autor e toda a sua obra, Caio Prado Júnior e Celso Furtado.

Até pela baixa qualidade de forma o que recebiam, a forma o externa e a influência da efervescência política do período eram quase naturais. Ou seja, era exatamente a baixa qualidade da forma o um dos grandes motivadores da luta pela mudança.

A forma o oferecida pela institui o era precária, do ponto de vista formal. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto (1993, p. 52 – 53) atesta que tinham forma o acadêmica ruim, especialmente com rela o a forma o em História do Brasil. Onde imperava decorar fatos e a memoriza o para exames.

A cadeira de História do Brasil era dirigida por um medíocre professor que nos obrigava a memorizar para os exames os fatos mais irrelevantes, mas que compunham a “sua” História do Brasil. Seu curso, de dois anos, era somente seu livro: um catatau do * venementiel*²¹⁹ sem importância. Hélio Viana, este o seu nome, era pessoa correta, distinta mesmo, e monarquista. Sempre senti vontade de gritar ‘Viva a República!’ em uma de suas aulas, que começavam e terminavam pontualmente, sem que por um instante sequer ele interrompesse sua perora o. Em suma, um pequeno martírio... A provoca o mais prazerosa que fiz foi sentar-me na primeira fila no dia em que Gagarin subiu no espaço, com o jornal escancaradamente aberto.

²¹⁹ Essa terminologia era utilizada pela Escola dos Annales para rotular uma História que não exercia sua fun o problematizadora.

Deleitei-me com sua aparente irritação.” (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 52 – 53, grifo do autor)

Para se fazer justiça, é importante destacar que durante toda a pesquisa encontramos apontamentos de que a cadeira de História Moderna e Contemporânea dirigida por Maria Yedda Linhares era excepcional. Nessa disciplina, com esta catedrática e seus assistentes progressistas, com destaque para Francisco Falcón pelo grande domínio da bibliografia especializada, o curso de história podia ser problematizado, politizado e com utilização de bibliografias que fugissem da dependência da historiografia francesa.

Do ponto de vista formal, a FNFi objetivava uma formação para a manutenção. A cadeira de História Moderna e sua catedrática Maria Yedda Linhares eram alento para os que buscavam uma formação diferenciada. No polo oposto, professores como Eremildo Luiz Vianna e Américo Jacobina Lacombe estavam à postos para reagirem contra o movimento estudantil.

Sobre Lacombe, tornou-se desafeto declarado de Nelson Werneck Sodré a partir do parecer negativo com relação à edição da História Nova do Brasil que foi publicado pelo IHGB.²²⁰ Sobre Eremildo, basta dizer que tinha ligação com o Comando de Caça aos Comunistas.²²¹

É o contraditório que nos oferece entendimento também neste caso. A partir de uma instituição com intenção formativa reprodutora, ou não problematizadora, há a formação de uma militância ativa do ponto de vista cultural. No campo formal, a FNFi contava com pouquíssimas possibilidades contra-hegemônicas. Entretanto, a partir do contraditório, a FNFi estava totalmente aberta às relações que lhe eram externas, mas endógenas por tratar do real e da conjuntura política brasileira. A militância da FNFi foi formada pela militância fora dela. Ou seja, de forma dialética, a FNFi reproduzia e produzia a luta.

4.3. O PCB: aproximações e não unidade.

A relação entre o PCB e a História Nova do Brasil se dava por várias frentes. Uma primeira marca está na atuação militante dos próprios coautores, que fizeram parte deste

²²⁰ Ver capítulo 6: “6.1. O Parecer do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ANEXO X – Parecer sobre a História Nova elaborado pela Comissão de História do IHGB.

²²¹ “Eremildo Luiz Vianna, de História Antiga e Medieval, que se notabilizou nos anos 60 por sua atuação junto às forças policiais da ditadura na denúncia de professores” (MORAES; REGO, 2007, p. 26)

partido, alguns com maior participação²²² e outros com menor. Porém, de forma geral, todos tiveram participação na militância política, ponto que propiciou a formação de esquerda, que estava associada a participação dos coautores no movimento estudantil. Portanto, o PCB fazia parte da formação da esquerda no Brasil.

Para Guimarães e Leonzo (2003),

Ao longo dos anos 1950-60, as teses formuladas por Sodré constituíram o *fundamento teórico das posições programáticas do PCB*. Suas premissas embasaram as diretrizes aprovadas durante a realização do IV Congresso do PCB, cujo mote se resumia em (...) *saber convencer e desmascarar*. Do mesmo modo, estão subjacentes aos princípios firmados na *Declaração de Março de 1958*, quando o Partido resolveu romper com as táticas insurrecionistas e com o dogmatismo fomentado pela importação de modelos teóricos, optando por um caminho pacífico, que levasse à conquista do que denominava de *regime nacional-democrático* (Mantega, 1995, 111-112). Seja como for, a proposta do Ministério da Educação de confiar ao ISEB, em particular a Nelson Werneck Sodré, a tarefa da elaboração da *História Nova* ajustava-se como uma luva aos propósitos do Partido. Sobretudo, quando se levarmos em conta o público-alvo que se pretendia atingir: num primeiro momento, os professores secundários e, em seguida, por efeito multiplicador, as novas gerações de estudantes. (GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 242, grifo do autor.)

Segundo Amarílio Ferreira Jr. (1998), a *História Nova do Brasil* seguiu uma tendência inaugurada a partir da influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de interpretar a formação socioeconômica do Brasil sob a ótica marxista, mas sem conseguir se desvencilhar da leitura canônica da Terceira Internacional Comunista (III IC).

Em resumo, segundo Ferreira Jr. (1998, p. 143)

A partir da década de 1930, por influência da fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922), surgem as primeiras interpretações marxistas da formação socioeconômica brasileira. Todavia, em decorrência da sacralização da teoria social de Marx, nos cânones do marxismo-leninismo instituídos pela III Internacional Comunista, essa tendência epistemológica da historiografia consubstanciou a realidade brasileira através de um quadro categorial esquemático estabelecido de forma **apriorística**. A **História Nova do Brasil** não renegou esse quadro. Deu-lhe um caráter nacionalista com, pelo menos, dois propósitos: desmistificar as falsificações da **história do Brasil** e servir de instrumento ideológico na luta pela libertação do País. (FERREIRA JR, 1998, p. 143, grifo do autor)

²²² Joel Rufino dos Santos, por exemplo, foi um militante contumaz. Manteve sua militância mesmo após 1968, migrando do PCB para a luta armada (ALN). Cf. PEREIRA, Amauri Mendes; PEREIRA, Amílcar Araujo; ALBERTI, Verena. "Entrevista com Joel Rufino dos Santos". *Estud. Hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, V. 26, nº 52, p. 491 – 518, julho – dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v26n52/12.pdf>. Último acesso: 16/04/2017.

Não entendemos que Ferreira Jr ou Guimarães e Leonzo invalidem a importância da História Nova do Brasil, muito pelo contrário, esses autores desenvolvem os aspectos positivos dessa experiência histórica. O que fazem é datar o evento. Utilizando-se de José Honório Rodrigues (1970)²²³, por exemplo, Ferreira Jr. delimita o funcionamento das produções históricas:

Todos sabemos hoje que não existe história sem teoria ou ideologia histórica. A necessidade de reescrever a história corresponde a esta verdade. A atitude de cada século em face da herança comum representa um fenômeno novo que a geração seguinte deverá vencer. Nisto reside o desafio que a história provoca, pois, cada época incorpora a forma e o espírito de sua idade. Daí o caráter provisório e relativo do saber histórico, daí também seu conteúdo ideológico. (RODRIGUES, 1970, p. 153 Apud. FERREIRA JR, 1998, p. 155)

Dentro desse provisório que foi a experiência da História Nova do Brasil, buscamos reforçar os aspectos positivos. Concordamos com Honório Rodrigues (1970 apud FERREIRA Jr.) e entendemos também que não se faz história sem obedecer aos laços da tradição. Tradição em sentido amplo que diz respeito ao passado, à cultura, às técnicas, aos valores, etc. Afinal, “não se faz o carro sem passar pela carroça.”

Enquanto ponto de partida, a história não surge do nada, a própria história tem historicidade. Essa ideia sobre a historicidade dos homens e concepção de História pode ser encontrada em vários pensadores. No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx registra:

[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 1978, p. 329).

Dessa forma, gostaríamos de questionar as críticas deste apriorismo destinados à *História Nova do Brasil* pelo simples fato de que não haveria possibilidade de proposta inteiramente novas para o campo.

Houve a tentativa de aplicação inovadora do materialismo aos compêndios didáticos. Um materialismo que estava ainda em construção no Brasil, pelo menos no que tange à busca da especificidade brasileira. Os próprios autores, excetuando Sodré, estavam em processo de aprendizagem com relação ao materialismo.²²⁴ Haviam acabado de sair de cursos sobre

²²³ RODRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970. 306 p.

²²⁴ Cf. Santos (1993); Figueira (1993);

formação econômica brasileira com viés marxista. Cursos oferecidos pelo ISEB. Em alguns casos, suas análises históricas confundiam-se com desejo político.

No Conselho Federal de Educação, às vésperas do golpe de 64, o professor Anísio Teixeira concluiu seu parecer nestes termos: “É, sem dúvida, tendenciosa, mas bastante inteligente.” Mal disfarçava a sua simpatia. Onde a tendenciosidade? Para Anísio Teixeira – e isto ele me esclareceu mais tarde – estava num materialismo histórico apressado. Fazíamos tudo decorrer das contradições econômicas e, em muitos casos, confundíamos desejo político com análise histórica. (SANTOS, 1993, p. 18)

O marxismo acadêmico era ainda pouco explorado, os estudos geralmente estavam associados ao PCB. Dessa forma, os erros apresentados podem ser traduzidos pela experimentação. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. O PCB e seu determinismo era o que se tinha enquanto circunstância colocada pela realidade vivida. E a pergunta que fica é: que mal há? A História deve ser superada, não negada.

Por ser considerado como teórico e historiador oficial do PCB²²⁵, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, Nelson Werneck Sodré foi amalgamado por seus críticos às proposições da III Internacional Comunista.

Como peça fundamental do projeto da História Nova do Brasil, por associação, muitos autores que estudaram a História Nova repetem essa conclusão: que o projeto obedecia às formulações da III Internacional. Novamente colocaremos algo discutido no capítulo 1, que a influência ou as aproximações em torno das teses do PCB não devem significar unidade teórica.

Nos anos de 1950, o PCB defendia a revolução democrático-burguesa,

[...] a partir do IV Congresso de 1954 e principalmente da Declaração de Março de 1958, apresentava uma visão mais consistente e fundamental da tese feudal. Seus principais teóricos nessa época eram Nelson Werneck Sodré, com vários trabalhos importantes publicados (1957, 1959, 1961) e Alberto Passos Guimarães, autor do célebre *Quatro séculos de latifúndio* (1964). Esses autores admitiam que nos últimos anos haviam se desenvolvido no país forças produtivas capitalistas, representadas pela implantação de um parque industrial e pelo surgimento de uma burguesia nacional, forças essas, porém, que esbarravam nos obstáculos constituídos pelas forças retrogradadas do latifúndio e de seus aliados imperialistas que ainda controlavam o país. No essencial mantinha-se a mesma concepção

²²⁵ MORAES, João Quartim de, 1995, p. 80 e MANTEGA, Guido, 1995, p. 112.

etapista da sociedade brasileira que resultava da aplicação mecânica do materialismo clássico, e desembocava num diagnóstico equivocado da dinâmica social que movia as forças políticas do país. Na verdade, o latifúndio e o imperialismo tanto não eram obstáculos para o advento da acumulação industrial que esta já suplantara, desde a segunda metade dos anos de 1950, a acumulação agrária e marchava para a hegemonia econômica, impondo sua lógica de acumulação a uma oligarquia rural cada vez mais fraca ou adaptada às novas regras do jogo. (MANTEGA, 1995, p. 111 – 112, grifo do autor)

Guido Mantega já fazia juízo de valor dessa leitura marxista e apresentaria qual seria seu erro dela. Para ele, latifúndio e imperialismo não eram entraves ao desenvolvimento industrial, como ficaria provado pela economia adotada pela ditadura. O PCB da década de 1950, juntamente com seu interprete Nelson Werneck Sodré, se situariam dentro de um quadro do desenvolvimento histórico do marxismo no Brasil, que Mantega chamou de *materialismo funcionalista*.

De forma geral, a historiografia sobre o Marxismo brasileiro aponta três fases distintas de desenvolvimento da teoria.

Para Maria Cecília Spina Forjaz (1979, p. 11 – 16), há uma distinção entre três gerações de cientistas sociais, pelo menos até o final da década de 1970. A primeira geração, identificada como os *pioneiros* na interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro, onde Nelson Werneck Sodré seria seu principal representante. Para a autora, esse grupo utilizava-se do marxismo vulgar para analisar a realidade brasileira e “tentaram (na esfera do político) ‘encaixar’ à realidade brasileira o modelo da revolução burguesa europeia, servindo-se para isso de um marxismo economicista, determinista e reducionista, atualmente superado” (FORJAS, 1979, p. 12). A segunda geração de cientistas sociais, influenciados pela crítica gramscianiana do determinismo econômico e também por Poulantzas, centrou no Estado brasileiro a primazia do processo histórico. Se a primeira geração fez “encaixar” um modelo externo para a análise da realidade brasileira, a segunda geração perdeu de vista a dinâmica social, substituindo as classes sociais e estratos sociais pelo Estado e sua política.²²⁶ Nesse “politicismo”, a análise da realidade brasileira também se mostrou reducionista. A terceira geração será responsável por fugir das polarizações, tentando fazer o casamento entre as duas

²²⁶ “Uma ‘coincidência histórica se verifica: a emergência do “politicismo” que minimiza as manifestações da sociedade civil e glorifica o Estado, é contemporânea da Revolução de 1964. Assim como o pensamento autoritário e anti-liberal dos anos 30 é contemporâneo da revolução que desembocou no Estado Novo” (FORJAS, 1979, p. 12)

gerações.²²⁷ Ainda, “[...] outra marca comum aos pesquisadores da “terceira geração” é a fuga das grandes interpretações, das análises globais que dão conta do desenvolvimento capitalista no Brasil da colônia ao ano 2000” (FORJAZ, 1979, p. 16).

José Carlos Reis (2007), aponta Sodré como integrante da “tradição do redescobrimto do Brasil” (REIS, 2007, p. 147). Reis situa Sodré em uma primeira fase do desenvolvimento do marxismo no Brasil. Para Reis, “as relações entre Sodré e as teses da III Internacional são explícitas e diretas” (Ibid., p. 151). Sodré, “desenvolve uma análise do Brasil estreitamente ligada à análise do PCB, que estava ligado à III Internacional, ao comunismo soviético, ao marxismo stalinista.” (Ibid., p. 152)

Quartim de Moraes²²⁸ divide a história da consciência marxista no Brasil em três fases: a dogmática (1920 – 1940), autonomização teórica (1940 – 1960) e a terceira de revisão crítica pós-1964 (REIS, 2007, p. 148 – 149). Situando Sodré na segunda fase, Moraes faz a defesa dos pioneiros que pode ser estendida a qualquer produção histórica: “Os pioneiros devem ser vistos em seu contexto e em suas possibilidades – exigir deles mais do que poderiam oferecer é não ser ‘sofisticado e refinado teoricamente’ e, além disso, é ser injusto – , eles são julgados e condenados em um processo mal instruído” (MORAES apud REIS, 2007, p. 149)

Guido Mantega, como vimos, apresenta também três fases distintas para o pensamento marxista brasileiro: fase do materialismo primitivo, marcada pelo PCB entre 1920 e 1940; fase do marxismo funcionalista, onde ocorre a consolidação das ideias marxistas e onde enquadra-se Sodré; e a terceira fase, a fase da “maturidade do pensamento econômico marxista – P. Singer, M. C. Tavares, F. Oliveira, F. H. Cardoso e outros do chamado ‘grupo d’O *Capital*’ (pós-1960)” (REIS, 2007, p. 149 – 150).

Não é ponto decidido em que fase Nelson Werneck Sodré deveria ser situado. Nossa pesquisa, nosso recorte temporal, abrangeria as duas primeiras gerações ou fases. Essas divisões em geração geralmente buscam os processos “evolutivos” das teorias ou das ideias em determinado local, pressupondo a ideia de que, passado algum tempo, a teoria e as reflexões teóricas tendem a acumular informações e estudos abrindo novos caminhos ou oferecendo novas perspectivas. Tais divisões fazem parte da máxima de que a “anatomia do

²²⁷ Forjaz aponta Francisco Correa Weffort e Fernando Henrique Cardoso como membros da segunda geração, mas que ofereceram as bases para a constituição e fortalecimento da terceira geração. (p. 15) Marilena Chauí seria uma representante da terceira geração. Embora em seus estudos ainda se note uma prevalência da análise política, Maria do Carmo Campello de Souza também estaria situada na terceira geração.

²²⁸ MORAES, J. Q. *A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros*. In: *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. v. 2.

homem é a chave explicativa da anatomia do macaco” e que o mais complexo tende a explicar o menos complexo. O termo geração pressupõe passagem ou distanciamento temporal. Forjas e os autores que desenvolvem as análises a partir das gerações o fazem de forma didática agrupando o que se poderia caracterizar como hegemônico dentro de uma produção e obedecendo a critérios definidos.

Não é nossa intenção esmiuçar as características de cada geração ou mesmo apontar suas interpretações de Brasil. A problemática nos surge como reflexão e tentativa do enquadramento da História Nova do Brasil a uma vertente da III internacional Comunista.

A correlação direta entre a questão política e as matrizes interpretativas se dá pela visualização de que os membros da 1ª geração, considerados os pioneiros da interpretação da realidade brasileira, ou “materialistas primitivos”, são também os politicamente responsáveis pelas interpretações dadas da *realidade brasileira* pelo PCB. Principalmente a terceira geração seria, para nós, iniciadora de outro processo. Seria a responsável por uma guinada da academia para as interpretações sociais.

Houve um processo de deslocamento das análises históricas e sociais de uma empiria política, engajamento, de uma organicidade entre o objeto de estudo e a ação política para o estudo deslocado do problema, como se esse deslocamento do fenômeno social estudado fosse critério de validade da análise intelectual.

Nota-se que não estamos falando somente de gerações que acumulam conhecimento e “melhoram” as ferramentas de análise do real. O próprio real muda com cada “geração”. Assim, cada geração estabelece sua mediação com o real a partir das ferramentas e possibilidades que dispõem de sua realidade. Infelizmente, não temos fôlego para irmos além das suposições, mas é provável que o famoso “grupo do capital da USP” fez esse processo de deslocamento: da *análise e participação acadêmica na política* para a *análise acadêmica da participação política*.

Uns querem explicar, outros querem transformar. Não há motivos para hierarquizarmos cada uma dessas opções, entretanto o fazemos. E nós temos a nossa opção que incide sobre a necessidade de transformação. Se não houver processo dirigido educacional e político, se a opção for cruzar os braços, a derrota é certa. A não neutralidade dos processos políticos, ideológicos, científicos, já é ponto comum em qualquer discussão acadêmica. E, a reboque das críticas aos marxistas anteriores ao golpe de 1964, está a pretensão desses intelectuais que foram “guiados pela III Internacional Comunista de unificar aspectos político e ideológicos. Essa junção também configuraria erro. Em se tratando de processos educacionais, essa junção ainda é hegemonicamente caracterizada de forma

pejorativa. Ao realizarmos uma breve busca online com os termos *educação, política e ideologia*, os termos associados resultantes serão algo como *instrumentalização política* ou *ideologização educacional*, e processos dessa ordem estão em desacordo com a ideia de liberdade e democracia. Mas não é este o caso da escola pública atual sucateada e apolítica?

Segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2002), entender a incursão intelectual de Nelson Werneck Sodré é possível pela mediação política. Sodré, em toda sua trajetória intelectual, apresenta um compromisso de participação política por meio da busca da “superação do *status quo* capitalista vigente na condição de intelectual como marxista” (CUNHA, 2002, p. 20).

Fazemos a defesa da ação da *História Nova do Brasil* e de Nelson Werneck Sodré, e, até mesmo, do PCB. Havia o dado de uma realidade brasileira em profunda transformação e carente dela somado a conjunturas internacionais que polarizavam os debates. Nessa conjuntura e com essa conjuntura, houve a possibilidade de ações concretas para interferência no campo social, a partir de uma ideologia nacionalista de matriz marxista apesar de toda a contradição que carregava.²²⁹

A sociedade ainda era rural e o Estado, dominado pelo latifúndio, não estava disposto a promover a reforma agrária. As relações no campo, ainda continham resquícios coloniais. Existia crescimento do setor industrial, porém com grande pressão e risco à autonomia em virtude da ação internacional. O Brasil ainda era carente de teorias e explicações de sua realidade que pudessem conduzi-lo para a autonomia política e econômica. No campo científico, a dependência de teorias externas para explicação da realidade interna demarcava a luta da “*intelligentsia* Brasileira. Enquanto marxistas ou estudiosos de Marx e, pontualmente, com capacidade de ação no corpo social através de políticas públicas como as promovidas pelo CASES, não seria adequado que se buscasse por transformações?

Em resumo, não se trata de alinhamento à III internacional, ou mecanicismo marxista. Trata-se de posicionamento político visando a transformação e aproveitando-se estrategicamente do momento. A crítica sem a propositura é arrogante. A História Nova do Brasil fazia a crítica e apontava caminhos para a superação. Diretamente, as reformas de base foram encampadas como momento estratégico. As monografias não se pretendiam eternas: *era a História que o momento histórico exigia*. A partir dela, buscava-se a desmistificação da ordem burguesa transmitida à juventude brasileira. Tinha-se como modelo, principalmente no campo educacional, que a crítica leva a anulação de todo o processo e conteúdo derivado do criticado. Assim o é com o tradicional, ou assim o é com o marxismo,

²²⁹ Teoricamente, ser marxista e ao mesmo tempo nacionalista, seria uma contradição; pelo caráter universalista que a teoria exige.

assim o é com o pós-moderno, etc. Nessa perspectiva, para usar um clichê: “se joga o bebê junto com a água suja”. Perde-se de vista a superação como momento de incorporação e desenvolvimento. *A revolução enquanto questão educativa ou da educação enquanto questão revolucionária.*

Após a derrota de 1964, apesar de ele também ter sido perseguido pelos golpistas, as esquerdas, obrigadas a se rever e a se recompor, o tomaram como símbolo do pensamento do PCB que as conduziu à derrota. Sua interpretação do Brasil, sua teoria da revolução brasileira, tinha-as levado à derrota. Foi duramente atacado por seus companheiros, com uma espantosa veemência: “*Marxismo cristalizado, esquemático e apressado, dogmático, vulgar, etapista, evolutivo, linear, imitativo, soviético, com parâmetros pedestres, teoria-ficção arbitrária, contraditória, que não se refere aos processos objetivos...*” (REIS, 2007, p. 146, grifo do autor.)

Nesse caminho, sofreram muito os autores da História Nova do Brasil. Nesse caminho, sofreu muito Nelson Werneck Sodré que, repentinamente, agora é revisitado com outro status. É notório em seus escritos a necessidade constante de defender-se da perseguição política que sofreu sua interpretação da realidade brasileira. Isso, pois, dela decorre exatamente uma ação diversa em termos de transformação. A interpretação da realidade brasileira de Nelson Werneck Sodré propõe algo diferente do sempre lento e do “para sempre gradual” processo de transformação social. Nela há uma teoria revolucionária.

4.4. MEC participação voluntária à esquerda.

Embora não se possa apontar uma política clara de intervenção política na educação durante o período João Goulart (1961 – 1964), o MEC e o governo gozavam de certa harmonia política, pelo menos do ponto de vista da ideia do desenvolvimento nacional e da tentativa de vinculação deste desenvolvimento ao campo educacional. Desta forma, apesar das mudanças constantes de ministros, que foram seis ao todo e três no período presidencialista,²³⁰ o MEC acabou encampando os movimentos educacionais progressistas próprios do momento histórico, por exemplo, a institucionalização do Movimento de

²³⁰ Durante o regime parlamentarista o MEC teve como ministros: Antônio Ferreira de Oliveira Brio (08/09/1961 – 11/07/1962); Roberto Lira (12/07/1962 – 14/09/1962) e Darcy Ribeiro (18/09/1962 – 23/01/1963). Durante o presidencialismo foram: Teotônio Monteiro Barros (23/01/1963 – 18/06/1963); Paulo de Tarso Santos (18/06/1963 – 21/10/1963) e Júlio Furquim Sambaqui (*interino*) (21/10/1963 – 06/04/1964). Ver Tabela 3: Ministros da Educação entre 1961 e o golpe Civil/Militar.” Disposta no Capítulo 2.

Educação de Base (MEB) com propostas de alfabetização e ampliação cultural nos diversos níveis educacionais.

Havia grande comoção e participação de setores civis e populares que buscavam, se não uma transformação cultural, ao menos romper com a inércia e ampliar a participação no cenário nacional. Era o caso, por exemplo, dos CPCs da UNE ou mesmo das iniciativas de Paulo Freire, que pretendiam reverter em curtíssimo prazo “o quadro secular do analfabetismo, que marginalizava milhões de brasileiros” (GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 236). Os acontecimentos fomentavam o engajamento político a ponto do momento ser caracterizado por Duarte (apud GUIMARÃES; LEONZO, 2003)²³¹ já como processo revolucionário: “Esta revolução, entre nós, denomina-se Reformas de Base. Toda revolução pacífica ou violenta, tem de importar em reforma de base, ou não será revolução.” (DUARTE apud GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 237).

No breve período de Paulo de Tarso Santos no Ministério da Educação²³² (), ficava clara a proximidade com o governo. Segundo Sueli Mendonça (2006), o MEC teria sido contagiado com o clima da época. Para demonstrar o fato, utiliza fala de Paulo de Tarso Santos (1963)²³³ que expressava esse sentimento em pronunciamento feito na III Reunião Interamericana de Ministros da Educação que aconteceu em Bogotá em agosto de 1963.

O clima efervescente da época contagiou o MEC e seu ministro. Na III Reunião Interamericana de Ministros da Educação, realizada em Bogotá entre 4 e 10 de agosto de 1963, Paulo de Tarso falou de improviso sobre a situação revolucionária que vivia o país e a necessidade de transformações profundas. Afirmou a decisão do governo em estar ao lado do povo, ao lado das reformas sociais: “...os que lutam no Brasil pelas reformas sociais não lutam contra o governo, lutam com o governo, porque o governo assumiu o comando das reformas...” (SANTOS apud MENDONÇA, 2006, p. 332)

Para situarmos a fala de Paulo de Tarso, é importante lembrarmos que em 1963 os discursos de João Goulart já transpareciam o compromisso firmado entre o poder Executivo Federal e as Reformas de Base. Em fins de 1962 e 1963, vários intelectuais e políticos compromissados com a educação vislumbravam transformações importantes no campo. Em

²³¹ DUARTE, Osny Pereira. “O ISEB: Desenvolvimento e Reformas de Base”. In: *Revista Brasiliense*, São Paulo, 47, p. 40. 1963.

²³² De 18/06/1963 a 21/10/1963

²³³ SANTOS, Paulo de Tarso. *Educação para o desenvolvimento, cultura para a libertação*. Discurso de Bogotá, agosto de 1963, p. 5 - 9.

discurso sobre o plano trienal para a educação, proferido na sede da revista “O Cruzeiro” em 26 de dezembro de 1962, João Goulart²³⁴ indicou que o ano de 1963 seria o ano da educação.

Através do esforço conjugado de todos os brasileiros responsáveis, contando com a maior soma de recursos que o País pode despender para esta tarefa, faremos de 1963 o ANO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL, que deverá ser recordado, no futuro, como o momento histórico decisivo em que a Nação, afinal, amadurece para a posse de si mesma e para o comando de seus destinos (GOULART, 1962, p.7)

Motivado pelo discurso de Goulart, Anísio Teixeira, então presidente do Conselho Federal de Educação, demonstrou otimismo com as intenções governamentais e dedicando o ano de 1963 à educação.²³⁵

O Plano Trienal de Desenvolvimento lançado pelo governo continha o Plano Nacional de Educação como parte integrante. A educação era reforçada como agente responsável por viabilizar, por meio da formação de quadros, o desenvolvimento. Por meio da educação seriam supridas as necessidades de melhores recursos humanos, já que ela teria como meta qualificar o jovem e futuro trabalhador, especialmente para os setores industriais secundários e terciários.

Uma das expectativas era de superação das necessidades de importação de mão de obra imigrante através da formação de quadros internos para atender às reformas estruturais pelas quais passavam e passariam o Brasil.

A monótona controvérsia sobre educação como **consequência** do desenvolvimento e educação como sua **condição** - perlenga que lembra a velha questão de quem nasceu primeiro, a galinha ou o ovo? - foi afinal afastada, e o Presidente soube dar à escola a devida prioridade. De certo modo é ela mais do que investimento, porque a condição mesma para todos os investimentos. Aliás os próprios cétricos da escola não prescindem dos educados para qualquer investimento. Preferem apenas que se obtenham educados por imigração. Querem os já escolarizados em outros países. (TEIXEIRA, 1963a, p. 1, grifo do autor)

²³⁴ Ver Anexos: ANEXO I – Discurso do Pres. João Goulart na sede da revista O CRUZEIRO, a 26-12-62. In: TEIXEIRA, Anísio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.39, n.89, jan./mar. 1963. p. 3 – 7.

²³⁵ “A fala de ontem do Senhor Presidente da República a respeito da educação do povo brasileiro teve realmente um tom novo e diferente. Sob certos aspectos pode ser considerada histórica a sua declaração. [...]O plano trienal para que nos convocou o Presidente da República não é, pois, mais uma panaceia educacional, mas o esforço total da nação para implantar um sistema educacional que nos emancipe e forme o nacional como se formaria o imigrante de que antes podíamos depender. A escola brasileira terá de ser uma escola que em nada se envergonhe das escolas dos países desenvolvidos. É assim que a queremos - nós, das classes privilegiadas - para os nossos filhos. É assim que a devemos desejar para o povo brasileiro.” (TEIXEIRA, Anísio. “1963: ano da educação”. In: Boletim Informativo CAPES. Rio de Janeiro, n.122, jan. 1963. p.1-2.)

Romanelli (1986, p. 15), afirma que o período pós-1930, no campo educacional, teve como característica a defasagem entre desenvolvimento e educação. Desde a década de 1930, a educação brasileira não estava sendo desenvolvida para acompanhar o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Com essa característica, nas tentativas de equilibrar essa defasagem, sempre predominou o controle da ala conservadora no campo educacional de tal modo que o outro atributo educacional deste período foi a *discriminação*. Discriminação que acontecia pela seletividade do ensino e discriminação pelo controle quantitativo do ingresso, pelo afunilamento social e pelo favorecimento das elites.

Já na década de 1960 houve um breve período distinto da característica da educação brasileira. A História Nova do Brasil surge, com esta grande diferença, fugindo à regra apontada por Romanelli “do predomínio da ala conservadora”. Com o MEC propenso às Reformas de Base tendo Paulo de Tarso Santos²³⁶ como Ministro e com Roberto Pontual como diretor da CASES e ex-estagiário no ISEB, firmou-se a parceria com o Departamento de História desta instituição.

Com o MEC em harmonia com o poder Executivo Federal, se a Reforma de Base estava na ordem do dia, por que não reformar o ensino de História?

4.4.1. A Divisão de Educação Extraescolar (DEE) e a CASES.

Sobre a atuação do MEC nas transformações ou tentativas de transformações estruturais, como no caso das Reformas de Bases, é importante o entendimento histórico dos eventos, que não obedeceram a um curso retilíneo. Apesar do período manifestar um ambiente favorável, as transformações eram mais lentas do que queriam os progressistas como o Ministro Paulo de Tarso²³⁷ e muito rápidas e assustadoras, sob a ótica conservadora. Contudo,

²³⁶ O ministro Paulo de Tarso Santos foi indiciado no IPM da História Nova. Questionado sobre a *História Nova do Brasil*, disse não ter conhecimento. Em entrevista a Mendonça (1990), relatou: “Eu não participei da elaboração desse projeto. Eu mal vi esse projeto ser elaborado. O que me lembro é que o Pontual me levou ao Ministério o primeiro volume da coleção quando apareceu. E eu folheei esse volume nas vésperas da minha saída do Ministério. Depois verifiquei que nem sequer o meu nome consta na coleção” (Paulo de Tarso *apud* MENDONÇA, 1990, p. 23)

²³⁷ Paulo de Tarso Santos acabou se demitindo do cargo de Ministro da Educação em 21 de outubro de 1963 tendo efetivamente gozado do cargo por quatro meses apenas. Segundo Sueli Guadalupe, Paulo de Tarso passou a fazer oposição ao governo exigindo rapidez na implementação das Reformas de Base. Paulo era integrante da Frente Parlamentar Nacionalista que pressionava Goulart. Essa situação de ser oposição teria inviabilizado sua permanência no cargo. (Cf. MENDONÇA, 2006, p. 333).

as mudanças obedeciam às lutas e às disputas políticas e ideológicas entre as forças progressistas e reacionárias, oscilando em suas várias vertentes, de radicais à conciliadores.

A pretensão do MEC em firmar sua posição como parte no processo das transformações não pode ser considerada algo novo. Como extensão de um governo, os ministérios, apesar de apresentarem toda a contradição do seu tempo histórico, são tecnicamente alinhados ou orientados pelo poder Executivo Federal. Dessa forma, o Estado brasileiro nunca se despreocupou com as questões de formação cultural e política. A título de exemplo podemos citar a própria criação do ISEB, ou mesmo do IHGB,²³⁸ muito anterior. O interessante para o nosso trabalho é a utilização dos mecanismos do Estado para uma ação contra-hegemônica, a atuação institucionalizada via educação de projetos progressistas de esquerda como a História Nova do Brasil.

No bojo da oficialização do Programa Nacional de Alfabetização, a História Nova do Brasil está relacionada com esse movimento por uma educação popular e pela luta da escola pública. O MEC em sua intenção de atingir a massa e contagiado pelas possibilidades das mudanças, também encampou esse projeto.

4.4.1.1. Decreto 43.170 – Divisão de Educação Extraescolar

Em 1958, durante o Governo Juscelino Kubistchek, o Estado brasileiro demonstrou reafirmar sua preocupação com as questões de formação cultural e política da sociedade brasileira. Através do Decreto 43.170 de 04 de fevereiro de 1958, o Estado colocou em funcionamento o novo Regimento da Divisão de Educação Extraescolar²³⁹, hierarquicamente subordinada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e seu Departamento Nacional de Educação. Pelo novo regimento, a divisão teria como funções definidas:

²³⁸ A data de fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro é 1838. Coincide com a fundação do Colégio Pedro II.

²³⁹ Utilizamos o termo “novo”, pois esse regimento já existia e, portanto, já havia sido aprovada em outro momento. Minimamente detectamos na pesquisa pelo menos outro decreto: o Decreto nº 34.078, de 6 de outubro de 1953, que já havia aprovado um regimento para essa Divisão de Educação Extraescolar do Departamento Nacional de Educação do MEC, assinada pelo presidente Getúlio Vargas e Antônio Balbino. Como nossa intenção é simplesmente mapear o que possibilitou o projeto História Nova, caracterizar algumas brechas políticas, a diretiva dada pelo decreto de 1958 já nos basta.

Art. 1º A Divisão de Educação Extraescolar, (D.E.E.), órgão integrante do Ministério da Educação e Cultura, diretamente subordinado ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação, tem por finalidade:

I - Promover e orientar, em todo o país, as atividades educativas e culturais de natureza extraescolar;

II - Coordenar, em conexão com outros órgãos públicos ou privados, as atividades ligadas ao campo da educação e da cultura e relacionadas com as suas finalidades;

III - prestar às coletividades estudantis a assistência material e técnica, que se fizer necessária ao seu desenvolvimento e progresso, e promover as medidas tendentes à melhoria das condições de vida dos estudantes em geral, notadamente no que concerne aos problemas de alimentação e moradia;

IV - Estimular, entre as organizações estudantis, as iniciativas de natureza cívica, artística e cultural, prestando-lhes apoio e concorrendo para o seu êxito;

V - Promover a criação e auxiliar o desenvolvimento de associações - para - escolares de estudantes, em todas as suas modalidades: artísticas, literárias, científicas, de pesquisa, assistência, e outras, subentendidas nos objetivos expressos. (BRASIL, 1958b, s/n)²⁴⁰

É a partir das diretrizes da Divisão de Educação Extraescolar (DEE) e de sua organização interna para a realização de seus objetivos que são criadas as políticas de publicações que irão possibilitar, em 1964, a publicação da História Nova do Brasil.

Dessa forma, em sua organização interna a DEE era composta pelas seções de assistência, seção de estudante, seção de cultura e seção de administração. Cada uma com suas responsabilidades descritas no documento, as seções de assistência e de cultura se responsabilizavam, dentre outras coisas, pelos benefícios materiais de necessidade do estudante, desde habitação e alimentação até a publicação de livros “úteis à formação e à difusão da cultura” (BRASIL, 1958b, s/n)

Art. 6º Compete à Seção de Assistência (D.E.E.-1):

[...] II - coordenar e auxiliar os empreendimentos públicos e particulares, destinados a proporcionar alimento, habitação, livro e outros benefícios materiais aos estudantes.

[...]

Art. 8º Compete à Seção de Cultura (DEE3) promover o aperfeiçoamento cultural da coletividade estudantil, através de medidas destinadas a:

[...] VI - incentivar publicações úteis à formação e à difusão da cultura. (BRASIL, 1958b, s/n.)

²⁴⁰BRASIL. Decreto nº 43.170, de 4 de fevereiro de 1958. *Aprova o Regimento da Divisão de Educação Extraescolar o Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura.* DF, 1958b.

4.4.1.2. CASES

A criação da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), outro órgão vinculado ao Departamento de Educação Extraescolares, através do Decreto nº 43.031 de janeiro de 1958 foi utilizado para a formação cultural e colaborou para a viabilização das publicações da História Nova do Brasil.

Art. 1º É instituída, na Divisão de Educação Extraescolar do Departamento Nacional da Educação, do Ministério da Educação e Cultura, a Companhia de Assistência ao Estudante.

Art. 2º A Companhia de Assistência ao Estudante terá por finalidade a execução do amplo programa assistencial e cultural ao estudante, promovendo o seu bem-estar, o melhor uso de facilidades educacionais e o incentivo ao aprimoramento de sua cultura. (BRASIL, 1958a, s/n)²⁴¹

Já que a intenção do Estado era declaradamente o incentivo e aprimoramento da cultura dos jovens, o MEC, através da CASES, estaria cumprindo sua função ao publicar as monografias da História Nova do Brasil.

Para Sodré, a CASES estava cumprindo os interesses do Governo Goulart, empenhado na

Publicação de monografias que permitissem a renovação dos estudos de História do nível Médio. A situação desse ensino era lastimável, reconhecidamente: nele a História não passava de mero arrolamento de dados, de mistura com algumas anedotas, desprovida a matéria de qualquer interesse (SODRÉ, 1965b, p. 30)

4.4.2. Conselho Federal da Educação, Documenta 8

²⁴¹BRASIL. (a). Decreto nº 43.031, de 13 de janeiro de 1958. *Institui a Campanha de Assistência ao Estudante*. DF, 1958a.

Já tratamos anteriormente²⁴² que, do ponto de vista institucionalizado, a História Nova do Brasil tinha a finalidade de contribuir de forma coerente com o processo de desenvolvimento brasileiro acompanhando as Reformas de Bases. Citamos Roberto Pontual (1964, s/n), diretor da CASES que afirmava ter “plena convicção de estar contribuindo, à sua maneira, para o desenvolvimento coerente e acelerado do processo histórico brasileiro”.

Os próprios autores, nos prefácios tanto da publicação de 1964 quanto no empreendimento da editora Brasiliense em 1965, apontavam que as transformações também alcançavam o campo educacional. E a História, enquanto ferramenta, não era para diversão, “sua função social está justamente no fato de que lhe cabe explicar o presente” (SANTOS et al., 1964b, p.4).

O próprio Conselho Federal de Educação dava-lhes o aval para as reformas: “Nada disso é posição específica, original. São hoje, perspectivas oficiais, como se pode verificar da decisão do Conselho Federal da Educação, publicada na *Documenta 8*.” (Ibid., p. 4) As intenções da História Nova do Brasil estariam assim, não só em harmonia com o momento histórico vivido e as discussões sobre as transformações brasileiras, mas também respaldado pelas instituições oficiais. Estavam em conformidade com o ideal professado pelo MEC e com dispositivos educacionais. A decisão do Conselho Federal publicada na *Documenta 8*²⁴³, foi assinada por Anísio Teixeira²⁴⁴ em 1962. Nele, o Conselho aprovava normas para a

²⁴²Roberto Pontual (1964) assina como diretor da CASES o seguinte registro que foi impresso em todas as contracapas das monografias publicadas: “Ao entregar a professores e estudantes a presente monografia, a Campanha de Assistência ao estudante (CASES) do Ministério da Educação e Cultura tem plena convicção de estar contribuindo, à sua maneira, para o desenvolvimento coerente e acelerado do processo histórico brasileiro. Sua origem – assim como a de todas as demais que compõem esta coleção – prende-se à tentativa já impostergável de reformular, na essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa história. Nos últimos tempos, não foram poucos os que tomaram consciência de que a história do Brasil, tradicionalmente concebida e comunicada, em especial na literatura didática, longe de revelar as verdadeiras bases do processo de formação do nosso país, vem servindo, pelo contrário, como instrumento de freios e desvios, obstáculo para o seu próprio desenvolvimento. Dentro de tal perspectiva reformuladora é que surgiu a coleção história nova, de que faz parte esta monografia. Resta esperar, de professores e estudantes, que de uma nova reflexão sobre os dados componentes de nossa história se passe de imediato àquela ação capaz de dar ao povo brasileiro o Brasil pelo qual ele realmente anseia.” (PONTUAL, 1964, s/n.)

²⁴³Ver: ANEXO VI – Documenta 8: “I – Metas Educacionais” e “Normas Reguladoras do Plano de aplicação do Fundo do Ensino Médio”.

²⁴⁴TEIXEIRA, Anísio. “Plano nacional de educação. Referente aos fundos nacionais de ensino primário, médio e superior.” *Documenta*. Rio de Janeiro, n.8, out. 1962. p.24-31. Ver: ANEXO VI – Documenta 8: “I – Metas Educacionais” e “Normas Reguladoras do Plano de aplicação do Fundo do Ensino Médio”. Estas mesmas normas foram publicadas pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e foi a partir dela que tivemos acesso ao texto. Cf. TEIXEIRA, Anísio. “Planos de Educação Referentes aos fundos nacionais de ensino primários, médio e Superior.” *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.38, n. 88, outubro/dezembro. 1962. p.110 – 116.

utilização de fundos educacionais visando atingir as metas do Plano Nacional de Educação que deveriam ser executados até 1970.²⁴⁵

No item relativo às “*normas reguladoras do plano de aplicação do fundo nacional de ensino médio*”, após estabelecerem-se alguns critérios, a distribuição do fundo deveria atender também os “recursos para a assistência técnica, compreendendo programas de treinamento e aperfeiçoamento do magistério e de melhoramento dos métodos de ensino e aparelhamento técnico das escolas” (TEIXEIRA, 1962, p. 114).

Desse modo, a História Nova do Brasil tinha como finalidade atender às normativas de auxílio e “aperfeiçoamento do magistério” assim como propunham a partir das novas interpretações históricas e, conseqüentemente, da renovação dos livros didáticos, buscando o “melhoramento dos métodos de ensino”.

A História Nova do Brasil estaria cumprindo a funções estabelecidas pelo MEC. Respalhada pela CASES e por documentos oficiais cumpriria as intenções declaradas de incentivo e aprimoramento da cultura dos jovens, aperfeiçoaria os métodos de ensino e o próprio ensino de História a partir de melhores livros didáticos em consonância com o desenvolvimento histórico brasileiro.

Ainda, se as publicações eram de interesse do Estado, pela intenção de aprimoramento cultural da juventude brasileira, para as esquerdas, as publicações de materiais com o cunho ideológico da História Nova do Brasil também eram estratégicas pelo mesmo motivo do aprimoramento cultural.

4.4.3. Portaria nº 50

O empenho era tal em contribuir como a melhor preparação dos professores, entendendo os problemas da historiografia daquele momento, que o Ministério da Educação

²⁴⁵ Competia ao Conselho Federal de Educação a elaboração de normas para a aplicação dos recursos dos Fundos Nacionais do ensino primário, médio e superior, instituídos a partir da Lei de Diretrizes e Bases, afim de atingir a metas dispostas no Plano Nacional de Educação até 1970. “Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases foram constituídos, com nove décimos dos recursos federais destinados à educação (12%, no mínimo, da receita de impostos) os Fundos Nacionais do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Superior. Compete ao Conselho Federal de Educação elaborar, para execução em prazo determinado, o Plano de Educação referente a cada Fundo. No cumprimento deste dispositivo aprovou o Conselho as seguintes metas para o Plano Nacional de Educação a ser executado até 1970” (TEIXEIRA, 1962, p. 110)

baixou uma recomendação de uso da coleção “História Nova” através da Portaria nº 50, de 04 de fevereiro de 1964²⁴⁶.

O Ministério de Estado da Educação e Cultura, considerando as deficiências da historiografia brasileira no sentido de apresentar aos professores de grau médio um conjunto de informações sistemáticas que os habilite à melhor preparação de seus cursos, considerando que a coleção “História Nova”, ora editada pelo Ministério da Educação e Cultura, contribui com importantes subsídios para que tais deficiências sejam sanadas resolve:

Nº 50. Art. 1º Recomendar aos professores de ensino de grau médio a utilização em classe dos volumes da Coleção “História Nova”.

Art. 2º. A Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) da Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura providenciará o imediato envio da coleção “História Nova” a todos os professores de história do ensino de grau médio do país.

Art. 3º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, “Portaria nº 50 de 04 de fevereiro de 1964”. *Diário Oficial*. Brasília, 12 de fevereiro de 1964, Seção I Parte I, p. 1345.)

De forma sutil, essa Portaria oficialmente atestava a deficiência da historiografia sobre a História do Brasil e propunha os volumes da História Nova produzidos pelo MEC como forma de sanar tais problemas. Esse material poderia melhorar a preparação dos cursos que os professores ofereceriam ao ensino médio. A mesma Portaria, segundo o Art. 2º, garantiria a distribuição da coleção para todos os professores de grau médio do país.

Segundo Cavalcanti Neto (1993, p. 61 – 62), cinco mil exemplares dos volumes teriam sido distribuídos aos professores de História registrados no MEC.

Bom lembrar, para ajudar a entender a repercussão que, além do mercado normal, a *História Nova* teve cinco mil exemplares de nossos primeiros cinco volumes enviados, *gratuitamente, pelo correio*, para todos os professores de História registrados no Ministério. (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 61 grifos do autor)

A aceitação foi grande, assim como foi também sua repercussão. Segundo depoimento de Cavalcanti Neto, eles receberam mais de trezentas cartas de todo o país. “Maurício Martins de Mello trouxe um mapa do Brasil para nossa sala, onde enfiava alfinetes para termos ideia donde provinham. Vieram realmente de todo o Brasil” (Ibid., p. 61). Todas as cartas manifestavam posição favorável ao material, somente uma carta, enviada por um autor de livros didáticos, teria sido negativa.

²⁴⁶ Ver: ANEXO VII – Portaria nº 50 MEC 04 de fevereiro de 1964.

4.4.4. Decreto nº 53.583

Além da Portaria nº 50, o governo de João Goulart também promulgou o Decreto nº 53.583 de 21 de fevereiro de 1964²⁴⁷ que dispunha sobre a edição de livros didáticos e dava outras providências. A partir desse documento, o Poder Público, fazendo valer o direito à educação e considerando vários fatores, autorizava o MEC a produzir e distribuir livros didáticos. A distribuição seria feita a preço de custo ou de forma gratuita aos que não pudessem pagar e às bibliotecas das escolas.²⁴⁸ Além disso, em seu artigo 2º tornava obrigatórios os didáticos produzidos pelo MEC “entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries” e no artigo 3º decretava a obrigação dos estabelecimentos de ensino públicos ou particulares de darem conhecimento “a seus alunos do direito que lhes assiste de escolha dos livros a que se refere o artigo anterior”.

a) CONSIDERANDO que compete ao Poder Público assegurar a todos o direito à educação; [...] c) CONSIDERANDO que as condições de ensino popular no País são muito precárias, sendo comum a ausência de livros para alunos e mesmo professores [...] d) CONSIDERANDO que o elevado preço do livro didático impossibilita sua aquisição pela maioria dos estudantes ou onera de modo excessivo o orçamento familiar; [...] f) CONSIDERANDO que, [...], compete à União intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo e uso do povo; g) CONSIDERANDO que o art. 167 da Constituição dispõe que ao Poder Público compete ministrar o ensino dos diferentes ramos, *subordinando-se a iniciativa particular ao respeito às leis que o regulem*; [...] j) CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério da Educação e Cultura exercer as atribuições do Poder Público em matéria de educação e velar pela observância das leis de ensino (art. 6º e 7º da Lei nº 4.024, de 1962),

DECRETA:

Art. 1º O Ministério da Educação e Cultura *fica autorizado a editar livros didáticos de todos os níveis e graus de ensino, para distribuição gratuita e venda a preço de custo em todo o País*. Parágrafo único. A distribuição gratuita será feita a estudante carentes de recursos e às bibliotecas escolares.

Art. 2º Os *livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura serão obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares*, entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries.

Art. 3º *Cada estabelecimento público ou particular dará conhecimento a seus alunos do direito que lhes assiste de escolha dos livros a que se refere o*

²⁴⁷ Ver: ANEXO VIII – Decreto nº 53.583 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1964.

²⁴⁸ Para fazermos uma comparação: “Cada unidade da primeira edição foi vendida a 150 cruzeiros, enquanto cada unidade da segunda edição foi vendida a 10 mil cruzeiros.” (Cf. CLEMENTE, 2013, p. 143)

artigo anterior [...] (BRASIL, Decreto nº 53583, de 21 de fevereiro de 1964, grifo nosso)

O Decreto alterava normas para compra de material didático e apresentava recursos do governo federal para sua realização e distribuição. O decreto ainda salienta, na consideração “g”, que a iniciativa privada deveria se subordinar às leis regulamentadas pelo Poder Público. Essa consideração não consta na lei por acaso. Desde, pelo menos, meados da década de 1940, as discussões educacionais eram permeadas pelo caráter privatista que se tentava imprimir à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da educação era, ela mesma, contraditória.

[...]A nossa Constituição consagrava a separação da Igreja do Estado e, em muitos dos seus artigos, proclamava a necessidade de fortalecer o sentimento do Estado, da coisa pública, em face das forças renitentes do privatismo de nossa organização arcaica.

Embora a tese estranhamente reacionária sofresse o combate, que não poderia faltar, a lei de Diretrizes e Bases, afinal votada em fins de 1961, constitui um documento contraditório, marcado ainda por evidente espírito privatista e sem a unidade profunda que facilitaria a implantação sempre retardada do Estado moderno e democrático em nossa terra. (TEIXEIRA, 1963b, p.16)

Sabia o MEC que ao promulgar normativas desse tipo estaria ferindo os interesses privatistas e, agudizado pela acusação de ser um material materialista, fortaleceria a laicidade do ensino. Ainda, estas iniciativas governamentais alteravam outra questão delicada: o mercado editorial de livros didáticos. Mercado disputadíssimo entre escritores e empresários do ramo. Em meados da década de 1950, dentre as editoras líderes em vendas de livros no Brasil, majoritariamente figuravam os representantes de livros didáticos²⁴⁹. Em 1955, das cinco primeiras editoras que vendiam mais livros, quatro eram “especializadas em livros didáticos” (GALUCIO, 2009, p. 46).

Essas posições foram garantidas na própria concorrência do mercado e pela demanda do público escolar, pois durante toda primeira metade do século XX e até o começo dos anos 60 não houve compras de livros didáticos por órgãos do governo. Uma mudança nesse quadro só ocorreu durante o regime militar, entre 1964 e 1985, quando o mercado editorial passou por mudanças significativas oriundas das políticas econômicas empreendidas pelos governos militares, contribuindo, inclusive, para a predominância

²⁴⁹ Sobre esse assunto ver HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 372. Ver também: GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e brasileiro: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese [doutorado] Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2009. [Capítulo 2]

de empresas de livros didáticos entre as editoras de maior faturamento no mercado editorial brasileiro [...] (GALUCIO, 2009, p. 47)

Ao promulgar o decreto, o MEC colocava o governo como concorrente nesse mercado editorial²⁵⁰ e acabava por alterar as forças em disputa neste mercado. Também por essa razão, o MEC foi criticado.

Em parecer, contrário à *História Nova*, assinado por Américo Jacobina Lacombe, Wanderley Pinho, Marcos Carneiro de Mendonça e Hebert Canabarro Reichardt, a Comissão de História do IHGB, denunciava que “a coleção não foi somente organizada, impressa e distribuída por órgão do Ministério da educação e cultura. É também patrocinada por Decreto do Governo Federal [...]” (LACAMBE et al., 1964, p. 284). Esse termo “patrocinada”, referindo-se ao Decreto n.º 53.583, apontava os termos talvez desiguais de disputa no mercado editorial. Sodré (1965a, p. 82) diz que “[...] os autores da *História Nova* sabiam, ao escrevê-la, que seriam combatidos [...] esqueceram apenas uma coisa: chocar-se-iam também com o negócio do livro didático [...]”. Entretanto, embora o mercado editorial de livros didáticos tenha sido fator que somou às críticas, fortalecendo perseguições, o fator ideológico era a tônica das críticas. E nesse sentido, como poderia o governo federal promover tal disparate? Na visão do Instituto, “há contradição flagrante desse ato com o sistema criado na Lei de Diretrizes e Bases, que determina a elaboração de sistemas locais autônomos e estabelece um clima de ampla liberdade didática” (Ibid., p. 284). Para a conclusão do parecer, a coleção *História Nova* era doutrinária e não mereceria recomendação das autoridades, subentendido referir-se à Portaria n.º 50 e muito menos os privilégios que tiveram da administração, subentendido referir-se ao Decreto n.º 53.583 de fevereiro de 1964 (Ibid., p. 301).

De toda sorte que a *História Nova* do Brasil do ponto de vista institucional estava totalmente respaldada, e foi seu caráter ideológico que preocupou a campanha realizada contra ela. A *História Nova* do Brasil foi assim uma experiência contra-hegemônica institucionalizada. Por um breve período, passou de crítica da *História* oficial a própria

²⁵⁰ A demanda por livros didáticos é explicável pelo crescente movimento de urbanização, industrialização e desenvolvimento geral por qual passava o Brasil, desde décadas anteriores. Claro que o desenvolvimento do campo educacional obedecia àquela regra de estar sempre defasada em relação ao desenvolvimento geral, mas te tal forma que ampliava constantemente. A participação do governo e seu interesse com os livros didáticos será intensificada exatamente a partir da ditadura militar. A reação à ideia de utilização do Estado como produtor e divulgador de livros era criticada por ferir a liberdade de ensino expressa na Lei de Diretrizes e Bases de 1961, entretanto, a crítica não se estenderia aos críticos. São conhecidos sobre esse assunto os convênios com a editora Abril e a editora José Olympio para a edição dos livros da campanha de alfabetização do MOBREAL.

História oficial. Respondia aos interesses de parte da população e representou o governo atendendo às demandas por transformações amplamente debatidas a partir das Reformas de Base. Foi ela, representante dessa reforma no campo da educação, o pontapé inicial. O governo começava a cumprir suas promessas e, também por isso, houve a ruptura constitucional de 1964. O exemplo de Reforma possível deveria ser combatido e foi.

Em 1963, portanto antes do projeto, Anísio Teixeira afirmava haver grupos não comprometidos com o desenvolvimento geral do Brasil e sim preocupados com suas questões particulares. Esses grupos só se mantinham pois

abaixo deles vegeta uma grande massa, muda e passiva, que se constitui dos ineducados da coletividade, analfabetos e semianalfabetos, que não sonham a sua própria emancipação, mas a saída individual dos mais hábeis ou mais dóceis para algum dos grupos privilegiados (TEIXEIRA, 1963c, p. 4)

Tocar na qualidade da educação e principalmente para algo que fosse além do campo técnico, uma educação que propusesse questionamentos e emancipação, não poderia ser defendido por grupos preocupados em manter seus privilégios.

4.4.5. Decreto nº 53.887

Após golpe de 1964, no dia 14 de abril, outro Decreto surge dispondo sobre a edição de livros didáticos e revogando o anterior. Em 14 de abril de 1964, duas semanas após o rompimento democrático o Ranieri Mazzilli, o presidente da Câmara dos Deputados, então exercendo o cargo de Presidente da República, assina no Decreto n.º 53.887²⁵¹. Este documento, para justificar a revogação do Decreto n.º 53.583 de 21 de fevereiro de 1964, considera que ele “[...] fere o princípio da liberdade do ensino, ao declarar a obrigatoriedade de inclusão de livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura entre os que forem selecionados para as diferentes séries e disciplinas” (BRASIL, Decreto 53.887 de 14 de abril de 1964, p. 3314).²⁵² Interessante notarmos que essa consideração é muito próxima da

²⁵¹Ver: ANEXO IX – Decreto nº 53.887, DE 14 DE ABRIL DE 1964. BRASIL. Atos do Poder Executivo, “Decreto nº 53.887”, de 14 de abril de 1964. [Dispõe sobre edição de livros didáticos e revoga o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964] *Diário Oficial*, Brasília, 14 de abril de 1964, Seção I, Parte I, p. 3314.

²⁵²BRASIL. Atos do Poder Executivo, “Decreto nº 53.887”, de 14 de abril de 1964. [Dispõe sobre edição de livros didáticos e revoga o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964] *Diário Oficial*, Brasília, 14 de abril de 1964, Seção I, Parte I, p. 3314.

expressa pelo parecer do IHGB assinado por Lacombe e subscrito integralmente por Herbert Canabarro Reichardt que acrescentou:

Pior que tudo, é que, tornando *obrigatória* a sua adoção, tanto nas escolas públicas como particulares, contraria frontalmente a Lei de Diretrizes e Bases – árdua e brilhante conquista do princípio universalmente aceito – com exceção nos países totalitários – da liberdade de ensino. (LACOMBE et al., 1964, p. 301 – 302)

O parecer do IHGB sobre a História Nova do Brasil havia sido solicitado em março de 1964 e no começo de abril já estava pronto. A Revista do Instituto refere-se aos meses de abril, maio e junho. Teriam as forças golpistas solicitado consultoria ao IHGB?

Ainda no novo

Decreto, de número 54.887, além da revogação do anterior que trata o artigo 1º, o artigo 2º resolve que “A Campanha Nacional de Material de Ensino fará a publicação e distribuição de livros didáticos, de acordo com escala prioritária previamente aprovada pelo Conselho Federal de Educação.” (BRASIL, Decreto n. 5 3.887 de 14 de abril de 1964, p. 3314). Para Ferreira Jr e Bittar (1999, p. 20) era claro que a História Nova do Brasil não fazia parte do prioritário para o novo Conselho Federal de Educação.

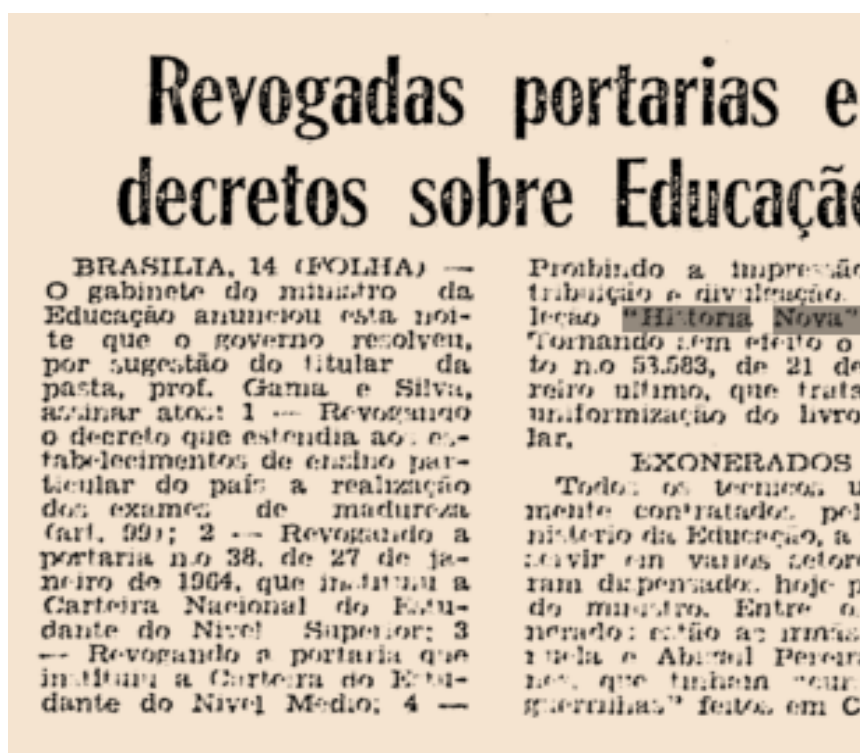


Figura 22: Nota na Folha de S. Paulo de 15 de abril sobre a revogação do decreto 53.583 e proibição da História Nova do Brasil

No mais, a pressa com que o regime militar agiu em relação à política do livro didático adotada pelo governo João Goulart demonstra claramente que

seu escopo principal era tirar de circulação a produção historiográfica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Nos primeiros dias após o golpe de Estado de 1964, as forças sócio-políticas que empalmaram o poder se encarregaram quase que exclusivamente de reprimir, pela violência policial-militar, o que elas chamavam de principais “focos de agitação subversivos” a serviço do governo deposto. Portanto, a História Nova do Brasil estava incluída nas primeiras listas dos principais inimigos do regime militar. (FERREIRA JR; BITTAR, 1999, p. 20)

E novamente, o IHGB em seu parecer contra a História Nova do Brasil apontava que a intenção de tornar a História Nova como obrigatória era clara prova dos “propósitos comunizantes e subversivos do governo deposto” (LACOMBE et al., 1964, p. 302).

4.5. Reforma de Base no campo educacional?

Para Nelson Werneck Sodré, os acontecimentos de perseguição e destruição da *História Nova do Brasil* foram sintomáticos do que os anos da ditadura fariam com toda manifestação cultural brasileira. O termo que Sodré usa para as perseguições sistemáticas é “terrorismo cultural” e obscurantismo, uma perseguição contra atos de ensinar e escrever, contra as atividades culturais. O projeto da *História Nova do Brasil* teve como pecado “escrever textos de História do Brasil e ensinar esta disciplina” (Sodré, 1986, p. 10).

Uma questão há de ser reconhecida: a História Nova do Brasil despertou contra si a fúria obscurantista da ordem jurídica implantada pelo golpe militar de 1964. Neste sentido ela é um marco da cultura brasileira contemporânea, não só porque representou um momento de resistência antiditatorial, mas, sobretudo, porque empreendeu uma tentativa concreta de democratização do conhecimento histórico no âmbito das classes subalternas. Principalmente se considerarmos o fato, extremamente relevante no nosso processo de formação cultural, de que o Brasil até a década de 70 era praticamente uma sociedade desescolarizada. Melhor: as escolas que existiam eram escolas destinadas às elites dirigentes [...] (FERREIRA JR; BITTAR, 1999, p. 22)

A História Nova do Brasil não teve a pretensão de se tornar um emblema da luta antiditatorial quando foi projetada. Sua proposta era a educação histórica como ferramenta política e a política enquanto processo crítico libertador das amarras da opressão econômica. Internamente, os inimigos diretos identificados eram: o latifúndio e os setores arcaicos da

sociedade brasileira, que se apropriavam da riqueza material brasileira e faziam uso particular da política.

Segundo os autores da História Nova do Brasil, estes setores e grupos estariam no poder, pelo menos, desde a Independência de 1822, “no poder político do país há 141 anos” e sua derrota política dependia de uma Reforma Agrária. “A conquista da reforma agrária representará a derrota política dos senhores de terras e de servos, aliados fundamentais dos interesses internacionais”. Esses interesses internacionais fazem parte do inimigo externo: o imperialismo norte americano que com seus interesses “uns, em 1822, realizaram a Independência formal, e outros, hoje, impedem a verdadeira Independência, que permitirá ao país desenvolver-se plenamente e se firmar como Nação” (SANTOS et al., 1964d, p. 109).

Estrategicamente, uma das formas para o desenvolvimento do país, enquanto nação, na visão da História Nova do Brasil, era a ampliação cultural do povo brasileiro.

Considerando o fato “de que o Brasil até a década de 70 era praticamente uma sociedade desescolarizada. Melhor: as escolas que existiam eram escolas destinadas às elites dirigentes”, o impacto da iniciativa poderia agir em dois sentidos: Por um lado como analisaram Ferreira Jr. e Bittar foi uma “tentativa concreta de democratização do conhecimento histórico no âmbito das classes subalternas”. Por outro lado, tornada obrigatória também para os estabelecimentos privados, como queria o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964, poderia operar como uma ferramenta na busca pelo apoio da burguesia brasileira na implementação da Revolução Brasileira, ferramenta ideológica de opção de classe. Ou, no mínimo, opção pelo nacionalismo. O ensino médio naquele momento, lócus de ação do projeto, era restrito à minoria que passava no funil social. Estes também deveriam ser formados politicamente, com o povo e para o povo, constituindo-se povo.

Já dissemos que houve um processo de aprendizado político. A luta política era também um processo educacional. Entendemos que a História Nova do Brasil recebia e proporcionava esse ensinamento. Claro que ela não estava sozinha, havia todo o movimento popular e o fortalecimento do contraditório.

A História Nova do Brasil operava uma reforma de base no campo educacional e pretendia mais. A partir da radicalização das contradições sociais e econômicas, através das reflexões marxistas, buscava a aceleração do processo da revolução brasileira. *O início era a reforma de base.*

CAPÍTULO 5. O pós-fato: a perseguição e subversão



Pensem nos presos políticos, que defínham há longos meses na prisão, como suspeitos de subversão...

Sim, de subversão – a palavra mágica que se presta para justificar todos os crimes e violências, mas que ninguém se dá ao cuidado de explicar claramente o que significa no contexto político de hoje. Subversivo é quem deseja a modificação pacífica da estrutura sócio econômica nacional; subversivo é quem tenha defendido um governo legitimamente constituído, que não-subversivos derrubaram; subversivo é quem se oponha à série de equívocos e desmandos praticada diariamente pelos colaboradores diretos do atual governo [...] Subversivo é quem se oponha aos atos de violência cometidos pelos Estados Unidos no Vietnã e em São Domingos; subversivo é todo socialista; subversivo é todo materialista. Subversivo, em suma, é todo aquele brasileiro que não concorde em gênero, número e grau com o que pensem, digam ou façam os homens da chamada “revolução”. (SILVEIRA, 1965, p. 9 – 10, grifo do autor)

É importante lembrarmos que transformações de toda ordem no Brasil vinham sendo analisadas pela intelectualidade brasileira como um processo revolucionário. A Revolução Brasileira estaria em curso. As transformações aceleradas desde 1930 chegaram a um patamar e velocidade durante o governo Goulart que, somadas às tensões internacionais, estavam provocando sinais de rupturas em relação à brasileira das premissas políticas internacionais

norte americanas.²⁵³ Rupturas essas ainda um tanto limitadas ao campo ideológico, porém já com ações políticas pontuais²⁵⁴. Até o momento das radicalizações que Sodré chamou de terrorismo cultural, houve no Brasil um ambiente propício às discussões ideológicas.

A importância desta retomada é esclarecer a junção de um duplo aspecto que toma forma na pesquisa: o campo ideológico (das disputas teóricas) e o campo político (da prática).

Para fins didáticos, em alguns momentos analisamos esses campos de forma separada. Porém, a verdade é que os campos ideológico e político estão sempre intricados, de forma que, na realidade, não seria possível separá-los. Apesar dessa separação não existir na realidade, ao analisá-los separadamente conseguimos mapear as teorias e discussões ideológicas que, associadas à complexidade daquele momento histórico, propunham projetos explicativos distintos para o Brasil.

Nesse terreno encontramos teorias como a que defendia a existência de um feudalismo brasileiro, as teorias da dependência da economia periférica, etc. Essas teorias que ampliaram o campo de discussões dos grupos intelectualmente, disputando com a tradição a validade e hegemonia interpretativa do Brasil e sobre o Brasil. Teríamos, por toda transformação social e pela continuidade das discussões sobre a *realidade e revolução brasileiras*, um ambiente rico para o debate ideológico.

Por outro lado, ao separarmos esse duplo aspecto, temos a oportunidade de visualizar o que diz respeito à prática, à ação e à participação que extrapolavam o campo dos estudos, do

²⁵³ Externamente, o Brasil estava alinhado aos Estados Unidos, que na década de 1960 empreendia uma corrida capitalista com processos mundiais de capitalização, sistema de empréstimos, financiamentos do modelo, etc. Internamente, o Brasil de início de 1960 estava, hegemonicamente, buscando o melhor gerenciamento do crescimento econômico visto até ali e sua continuidade, com fortalecimento e criação de parques industriais, elevação de cultura, melhoria de qualidade de vida de sua população (visto como consequência do processo), urbanização, etc. Nesse sentido já aderira ao modelo oferecido pelos EUA. A questão interna seria o quanto de autonomia ele poderia ter. Por isso a importância dos debates sobre o nacionalismo. Os processos de nacionalização da economia afetavam diretamente o “pacto” norte americano, mas não diretamente o pacto capitalista, de outra forma, na medida da complexidade interna, a Reforma Agrária afetava diretamente o pacto social/político interno, mas não diretamente o externo. Daí resultou também a união de forças entre o interno e externo pela manutenção e continuidade da dependência brasileira e permanência do latifúndio como estrutura econômica que nos acompanha.

²⁵⁴ Externamente, o Brasil estava alinhado aos Estados Unidos, que na década de 1960 empreendia uma corrida capitalista com processos mundiais de capitalização, sistema de empréstimos, financiamentos do modelo, etc. Internamente, o Brasil de início de 1960 estava, hegemonicamente, buscando o melhor gerenciamento do crescimento econômico visto até ali e sua continuidade, com fortalecimento e criação de parques industriais, elevação de cultura, melhoria de qualidade de vida de sua população (visto como consequência do processo), urbanização, etc. Nesse sentido já aderira ao modelo oferecido pelos EUA. A questão interna seria o quanto de autonomia ele poderia ter. Por isso a importância dos debates sobre o nacionalismo. Os processos de nacionalização da economia afetavam diretamente o “pacto” norte americano, mas não diretamente o pacto capitalista, de outra forma, na medida da complexidade interna, a Reforma Agrária afetava diretamente o pacto social/político interno, mas não diretamente o externo. Daí resultou também a união de forças entre o interno e externo pela manutenção e continuidade da dependência brasileira e permanência do latifúndio como estrutura econômica que nos acompanha.

debate intelectual e acadêmico. As influenciadas discussões ideológicas²⁵⁵ tinham implicações quase que imediatas nas políticas brasileiras daquele momento. A partir delas se pensavam políticas públicas tanto partidárias quanto educacionais.

Nesse terreno temos as ações de Paulo Freire, dos Movimentos de Cultura da UNE, do MEB, etc. Teríamos nesse momento, em parte por toda transformação social e processo histórico nacional e internacional, um ambiente propício ao debate político.

A História Nova do Brasil propôs a indissociabilidade entre ideológica e política, entre prática e teoria. É a ação partindo de um corpo teórico que visa modificar a realidade e oferecer uma nova perspectiva. Dizer isso não significa dar primazia às ideologias ou ao pensamento, pois somente através da realidade é que tais processos são tecidos.

De qualquer forma, o grupo do departamento de História do ISEB, possibilitado pela abertura do MEC, procurou explicar as transformações da sociedade brasileira sob a ótica da ideologia nacional. Sua tentativa política expandiria o debate sobre o processo de transformação brasileira para os níveis da consciência social de base. Dessa forma, estariam formando a juventude através de uma política pública governamental para o ensino médio.

²⁵⁵ O ideológico nesse momento torna-se o justificador da ação ou intromissão na realidade. O que anteriormente era ferramenta explicativa do real, dialeticamente, se transforma em ferramenta de ação no real.



Quadro 3: Interações de Determinantes (ideológico - político - subjetivo - objetivo)

Desde a década de 1920 o Brasil vivenciou um processo de transformação estrutural, que foi mais visível após o evento internacional do *crack* de 1929 e que deu um duro golpe nas elites oligárquicas, sobretudo do ponto de vista econômico²⁵⁶. Esse processo de reestruturação produtiva apontou para a nova situação de disputa política e econômica. Vários grupos despontaram no cenário político buscando cumprir suas vontades econômicas.

É bom que se perceba desde logo que, politicamente, o cenário republicano conviveu com tensões desde sua origem. É importante o dado de que desde a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1943 até 1º de abril de 1964, com a deposição de João Goulart, somente dois presidentes da república terminaram seus mandatos: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Juscelino Kubitschek (1956-1961), sendo que nenhum deles terminou seu mandato

²⁵⁶ Ao deslocar a economia de uma base estritamente agrária e dependente da exportação para a intensificação industrial e urbana.

com aprovação dos eleitores. Isso aponta para o quadro de instabilidade política brasileira, demonstrando grande movimentação e falta de coesão entre a nação e sua representação no poder.

Pela grande heterodoxia política e pela falta do consenso econômico, parece-nos quase justificável a ideia de Hélio Silva²⁵⁷ (1998) sobre uma especificidade do desenvolvimento político e econômico no Brasil. Para o autor,

Se nas economias capitalistas dos países onde existem sociedades que tomaram plena consciência de seus problemas é possível conceber uma política de desenvolvimento nos moldes clássicos, os países que não reúnem tais condições têm de buscar outras formas de progresso material. É inevitável, neles, que a política econômica sofra a pressão dos grupos diretamente interessados na defesa de vantagens particulares. (SILVA, 1998, p. 30).

Segundo essa ideia, os interesses particulares não só estiveram presentes nas intenções de desenvolvimento, como eram inevitáveis no Brasil.

Levando essa ideia em consideração, no período estudado, que compreende o início da década de 1960, o desenvolvimento brasileiro era mais que uma necessidade, ele era uma realidade. Essa realidade pressionava por reformas de toda ordem: econômicas, políticas e sociais. Havia a necessidade de mudanças e quanto a isso não havia divergências. O que ocorreu no Brasil foi uma disputa pela condução dessas mudanças e qual sentido seria dado para o desenvolvimento. Essas disputas obedeceram, em muitos casos, mais aos interesses particulares que ao desenvolvimento da nação e do povo enquanto nação.

Analisando o momento de efervescência vivido, Anísio Teixeira também denunciava os interesses de grupos em detrimento do geral.

Não parece haver dúvida quanto à instabilidade da fase que estamos vivendo no Brasil. [...] tudo está em questão: a propriedade da terra, a distribuição da riqueza, o regime tributário, a legislação eleitoral, a organização administrativa, o regime político, o sistema de educação.

A terra como que está fugindo a nossos pés, mal permitindo equilibrar-nos na fluidez social e política em que estaríamos ingressando. Está, entretanto, o comportamento brasileiro correspondendo a esse estado de coisas?

De modo nenhum. Muito pelo contrário, outra realidade, mais imediata, a dinâmica de uma sociedade em mudança e em crescimento, embora desordenado, leva-nos não à disposição de reforma e reestruturação, mas à de tirar proveito imediato das riquezas emergentes.

Discutem-se reformas, mas as palavras caem no chão de estranha inércia social. Por baixo das palavras, correm poderosas as águas — mais ou menos turvas — mas nem por isto menos seguras e tranquilas, dos interesses dos

²⁵⁷ Defensor do Golpe de 1964 como um contragolpe.

grupos de pressão. Tais grupos estão longe de se identificar com a Nação. São antes a antinação. Lutam por si, pouco se dando do que venha a suceder à nação. (TEIXEIRA, 1963c, p.3)

Dentre as reformas necessárias, a educacional seria responsável por romper com os privilégios e vantagens particulares, formando um povo educado capaz de concretizar a revolução. Revolução “que não é o resultado de revoltas populares, mas consequência do progresso do conhecimento humano e do despertar das aspirações que a sua difusão, [...] gera inevitavelmente.” (Ibid., p. 7) Sobre a concepção de Revolução daí depreendida, não podemos dizer que figura a “luta de classes”. Anísio Teixeira discordava do postulado da luta de classes²⁵⁸. Para ele,

entre nós, não parece haveremos chegado sequer a essa consciência de classe. Não há classe, mas grupos, e grupos que se valem do seu reduzido tamanho, para não se considerarem responsáveis pelo todo. [...] Não se pode, pois, dizer que haja luta de classes no país. Enquanto existir a massa de ineducados, não se caracteriza a luta de classes. O ineducado é candidato ao ingresso num dos grupos privilegiados. [...] Não é outro, parece-nos, o motivo da resistência nacional a qualquer expansão séria e em massa da educação. Tal expansão é que viria quebrar a tranquila viabilidade dos sistemas de privilégio. A expansão desordenada, ineficaz, marcada pelo signo do acidente e da sorte, é a única expansão tolerada. (TEIXEIRA, 1963c, p. 4)

Para Anísio Teixeira, aquele momento apresentava grandes contradições de uma nação por se realizar e em sofrimento por causa da pressão de grupos para manterem seus privilégios²⁵⁹. Na realização da nação os interesses particulares deveriam abrir espaço para os deveres. “Quando a nação se faz uma só e os direitos de todos são reconhecidos, nenhuma

²⁵⁸ Aliás, fator de distinção em relação à concepção educacional marxista. Dermeval Saviani (2007, p. 284 – 292), no livro *História da Ideias Pedagógicas*, ao discorrer sobre os conflitos entre os defensores das escolas particulares (apresentando o *Memoria dos Bispos* em nome da Igreja Católica) e os defensores da escola pública (representado, neste caso, por Anísio Teixeira) diz: “Não obstante inúmeras manifestações de Anísio Teixeira esclarecendo suas ideias; mostrando a diferença entre sua visão de educação e a dos marxista; evidenciando suas convicções contrárias às diferentes formas de violência na vida social e política; manifestando sua discordância do postulado da luta de classes; reiterando à exaustão que jamais defendeu o monopólio estatal da educação [...]; não obstante tudo isso, os católicos orquestraram uma campanha cerrada contra ele.” (SAVIANI, 2007, p. 287 – 288 Grifos nossos)

²⁵⁹ Anísio Teixeira dava nome aos grupos de pressão que agiam em interesse próprio – os antinação –, que se aproveitavam do momento para obter vantagens particulares. “Quais são eles? O grupo de pressão do café, o grupo de pressão dos funcionários civis e militares, o grupo de pressão dos empregados dos Institutos, o grupo de pressão dos ferroviários, o grupo de pressão da Marinha Mercante, o grupo de pressão dos construtores de estradas de rodagem e, por último, o grupo de pressão da indústria pesada e leve, subvencionada pelo Governo. Tais grupos não chegam sequer a ter nítida configuração de grupos de classes. Em cada um deles se misturam pessoas de classe alta, média e baixa. São, de fato, privilegiados a se beneficiar da ausência de integração nacional, que lhes permite a atitude de privilégio, ou seja, a de poder afirmar seus direitos sem a contrapartida de sua, responsabilidade. Privilégio nada mais é do que isto.” (TEIXEIRA, 1963c, p. 3)

classe pode ter mais direitos do que as demais, sem que a estes direitos corresponda cota também maior de deveres” (Ibid., p. 3). Essa responsabilidade passava, necessariamente, pelo campo educacional. A educação era central no papel de ajustamento à realidade em transformação.²⁶⁰

Não podemos afirmar se havia essa mesma concepção, da primazia do campo educacional nos projetos da revolução brasileira, para os envolvidos com o projeto da História Nova do Brasil, assim como estava posto para Anísio Teixeira, mas podemos afirmar que o projeto tomou para si alguma responsabilidade no processo de transformação social.

Todavia, as reflexões de Anísio não ecoaram e os interesses particulares de grupos específicos prevaleceram. A forma de progresso material encontrada pelo Brasil seguiu o “inevitável” da análise de Hélio Silva: a política econômica sofreu a intervenção dos grupos interessados em vantagens particulares. É neste contexto que entraram em cena os militares. Não para poupar ou cuidar dos interesses nacionais em sentido amplo, mas garantir a condução das necessárias reformas sob a tutela de um grupo no poder. O golpe de 1964 garantiu que as reformas fossem feitas seguindo os interesses do grupo internacionalista contrário ao viés nacional-desenvolvimentista de caráter distributivo de João Goulart.

Foi apontado acima que as mudanças tratavam de definir como as reformas seriam conduzidas, e que não havia questionamento sobre a necessidade delas. Somente como forma de ilustrar esse fato sobre aquele período, alguns estudos analisaram propostas de intervenção econômica comparando os planos econômicos do governo João Goulart aos planos econômicos do governo dos militares.²⁶¹ Eduardo Bastian (2013) realizou um estudo comparando as políticas de estabilização de curto prazo propostas pelo Plano Trienal (1962) e pelo Programa de Ação Econômica do Governo (1964), o PAEG demonstrando

que os planos tinham semelhanças, sendo a política salarial do PAEG o principal ponto de distinção. Nesse contexto, as grandes diferenças de desempenho foram devidas à incapacidade do Trienal – em função dos turbulentos contextos interno e externo - de equacionar os problemas do conflito distributivo e do estrangulamento externo. O PAEG, por sua vez, equacionou os dois problemas, mas resolveu o conflito distributivo através

²⁶⁰ Dermeval Saviani (2007, p. 289 – 290) enquadra Anísio Teixeira na defesa da escola pública, na corrente Liberal-pragmatista, ligados ao movimento renovador dos Pioneiros da Educação Nova. Essa visão “entende ser o papel da educação ajustar os indivíduos à realidade social em mudança” (SAVIANI, 2007, p. 290), tendo como um dos seus formuladores John Dewey.

²⁶¹ Ver: LARA RESENDE, A. “A Política Brasileira de Estabilização 1963/68.” *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 12, n.3, 1982. (ver p. 775); FONSECA, P.C.D. “Legitimidade e Credibilidade: Impasses da Política Econômica do Governo Goulart”. *Estudos Econômicos*, v.34, n.5, 2004. (ver p. 609); CARDOSO, F.H. Aspectos Políticos do Planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970. (ver p. 181);

de uma solução regressiva e, no caso do estrangulamento externo, obteve uma ajuda norte-americana com a qual o Plano Trienal não pôde contar. (BASTIAN, 2013, p. 139)

Os estudos apontam para as semelhanças nos objetivos, tendo como diferenças principais as formas de aplicação. Se as reformas pretendiam os mesmos fins, por que, no caso de João Goulart, não foi permitida a realização das reformas? Por conta do “jogo” político e as disputas dos interesses particulares dos grupos antinação, somadas às tentativas conciliatórias de distribuição de renda através de salários. No caso dos militares, o governo de exceção garantiu os trâmites políticos exatamente por não dever qualquer satisfação democrática e sem qualquer constrangimento em propagar grande arrocho salarial. A partir desses estudos podemos inferir que eram imperiosas as reformas, a diferença residia em quem as encabeçaria, ou quais grupos seriam beneficiados.

Chegamos ao início dos anos 1960 com grandes transformações e intensificação do processo que se chamou de a Revolução Brasileira. Foi durante a gestão do Presidente João Goulart (1961 – 1964) que a questão nacional toma proporções abissais.

Guimarães e Leonzo (2003) fazem um apanhado do contexto do período Goulart, da seguinte forma:

No início dos anos sessenta, durante a gestão do Presidente João Goulart (1961- 1964), intensificou-se o debate sobre a questão nacional. No plano econômico, a discussão se concentrava na problemática da autonomia nacional e da dependência do país em relação ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que se formulavam propostas alternativas no sentido de superar as condições históricas do subdesenvolvimento. Do ponto de vista político, a contenda girava em torno das estruturas básicas da sociedade brasileira, com os setores de esquerda, pressionando o governo para institucionalizar as reformas agrária, bancária, eleitoral, universitária, etc. Mobilização, cabe acrescentar, que reunia desde os políticos da Frente Parlamentar Nacionalista²⁶² até a Confederação Geral dos Trabalhadores

²⁶² Reunia, dentro do Congresso, os nacionalistas, buscando desde JK a defesa das soluções nacionais para o desenvolvimento Brasileiro.

(CGT)²⁶³, passando pela União Nacional dos Estudantes (UNE). (GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 236).

Toda essa movimentação, as questões nacionais, a autonomia nacional, a luta por superação das condições históricas, gerou o que Cavalcanti Neto (1993) percebeu como um momento favorável às “forças progressistas: nacionalistas e democráticas”. Apontando o clima favorável, cita os casos da defesa da posse de Juscelino Kubitschek feita pelo Marechal Teixeira Lott, o caso da Petrobrás de 1958, a campanha pela legalidade de 1961 e o plebiscito contrário ao parlamentarismo. (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 50)

“Os ventos reformistas sopravam em todas as direções. Desafiar as chamadas ‘estruturas arcaicas’ estava na ordem do dia.” (GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 236). Dessa forma, o surgimento da História Nova do Brasil está ancorado nas possibilidades abertas pelo contexto histórico brasileiro do período.

Para Maranhão (1994), o período retomava as lutas democráticas possibilitadas pelos ganhos materiais do crescimento econômico do período Kubitschek e as latentes contradições deste crescimento sem a distribuição das riquezas. “Desenvolvimento sem reforma agrária, sem mudanças estruturais [...] choque de um capitalismo que cresce sendo nacional, mas aprofunda sua dependência externa” (MARANHÃO, 1994, p. 24).

Nessa circunstância, de ampliação das lutas democráticas, processo de organização sindical, tanto na cidade quanto no campo, por exemplo, com as ligas camponesas, a organização sentia a necessidade de materiais de formação política.

²⁶³ “[...] Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), congregando organizações oficiais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA), além de organizações paralelas, como a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), o [Pacto de Unidade e Ação \(PUA\)](#) e o Fórum Social de Debates (FSD). Reunindo em suas fileiras as lideranças mais expressivas do movimento sindical brasileiro no início da década de 1960, como [Clodesmidt Riani](#), [Roberto Morena](#) e [Dante Pellacani](#), o CGT teve um papel relevante em vários momentos do governo Goulart. Um dos mais importantes deu-se durante a luta pela antecipação do plebiscito que decidiria pelo retorno ou não ao regime presidencialista. Em setembro de 1962, contando com o apoio de alguns militares nacionalistas, foi decretada greve geral que só foi suspensa após a aprovação da antecipação do plebiscito, pelo Congresso. Nesse mesmo mês, os principais líderes sindicais reuniram-se com o presidente para discutir a organização do novo gabinete provisório, que governaria até a realização do plebiscito em janeiro de 1963, mostrando a grande influência que o movimento exercia sobre o governo.” (KORNIS, Mônica Almeida; MONTEIRO, Débora Paiva. “O Movimento Sindical Urbano e o Papel do CGT”. In: *CPDOC-FGV*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_movimento_sindical_urbano_e_o_CGT. Último acesso: 12/11/2016.)

Nessa conjuntura, [...] a demanda por instrumentos de elaboração de uma consciência política dos trabalhadores, uma consciência política democrática, é muito maior, e isso torna mais angustiante o fato de haver carência desse material, carência de uma historiografia com o mínimo de compromisso. Assim, o projeto é mesmo político, ideológico, engajado, militante, e essa é sua característica. (MARANHÃO, 1994, p. 24)

Demonstra que essa característica foi também considerada por muitos como o ponto negativo da História Nova do Brasil, pela possibilidade de ser acusada de panfletária ou um “instrumentozinho” de luta. Entretanto pondera a necessidade da construção de instrumentos conceituais que pudessem ser transformados em armas ideológicas para que a luta continuasse existindo. Do mais, a história enquanto ciência não carrega a neutralidade enquanto possibilidade.

5.1. O Que justifica a perseguição?

É preciso considerar antes de tudo, que a História Nova do Brasil é talvez a obra científica que em todos os tempos, aqui, foi mais acusada de inferior e, entretanto, mais mereceu ‘pareceres’. Sobre essa coisa desimportante, errada, desqualificada, manifestaram-se em ‘pareceres’ o Estado Maior do Exército, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Comissão Nacional do Livro didático, etc., etc., etc. É muita força para tanta fraqueza. Além disso, apreenderam duas edições dela, a oficial e a particular; exilaram ou prenderam os seus autores e muita coisa mais. Parece, pois, que a obra não é assim tão insignificante. (SODRÉ, 1965b, p. 78 – 79)²⁶⁴

A repressão à História Nova do Brasil marcou a historiografia brasileira. Para Ricardo Maranhão “a repressão *História Nova*, com suas consequências secundárias e terciárias, tirou do primeiro plano nas faculdades de História todo o pessoal de esquerda, isso quando eles não foram presos e mortos” (MARANHÃO, 1994, p. 26). Maranhão lembra nomes como de Maria Yeda Linhares, Emília Viote da Costa, Fernando Novais, nomes afastados compulsoriamente da universidade abrindo espaço para o conservadorismo.

Ainda podemos lembrar a transformação da disciplina História em Estudos Sociais, “o ensino de História do Brasil durante o regime militar além de ter servido de correia de

²⁶⁴ A mesma passagem é encontrada em SODRÉ, 1986, p. 142 (*História da História Nova*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes) e em SODRÉ, 1993b, p. 103 – 104 (“História da História Nova, Nelson Werneck Sodré...” In: SANTOS, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. São Paulo: edições Loyola; Editora Giordano)

transmissão ideológica para os propósitos da chamada ‘lei de segurança nacional’, anulou-se, como disciplina, na geleia geral dos Estudos Sociais” (FERREIRA JR; BITTAR, 199, p. 20).

De insignificante, a História Nova do Brasil não teve nada. Ferreira Jr e Bittar demonstram que as preocupações com a ideologia que ela veiculava seria lembrada por Emílio Garrastazu Médici²⁶⁵ ao falar sobre a historiografia produzida pelo ISEB.

Ainda temos memória e indignação para a safra, em nosso país, da História engajada, de senso ultra pragmático, a serviço da dialética marxista, vergando as verdades do passado aos interesses do presente, forjando uma “História Nova”, dócil à ideologia que a História mesma provocou repudiada sempre pelo povo brasileiro e recrutando, entre professores de História, o grupo de maior efeito multiplicador no processo de mobilização e contaminação da mente universitária brasileira. (MÉDICI, 1971, p. 64 apud. FERREIRA JR; BITTAR, 1999, p. 21 – 22)

A dimensão política, sua inserção no debate sobre as Reformas de Base, pretendendo ela mesma ser a reforma no campo do ensino de História, aproximava a *História Nova do Brasil* do comunismo. Rótulo que unificou vários setores de oposição ao governo João Goulart.

Internacionalmente, vivenciávamos o neologismo da *Guerra Fria*. O Brasil, assim como toda a América Latina e a Ásia Oriental, era sopesado como área de influência dos EUA. Todavia, alguns acontecimentos como a Guerra do Vietnã e, principalmente, a Revolução Cubana, colocava dúvidas do domínio norte americano.

Essa exasperação ideológica gerou nos grupos à esquerda entusiasmo, ao passo que gerava receios e temores nos grupos à direita em todo o mundo. As disputas ideológicas geraram movimentos de contestação que tiveram voz, com mais volume ou não, em todos os países da América. O caso de João Goulart, ocasionado pela renúncia de Jânio Quadros em 1961, trouxe para o cenário brasileiro a tensão da Guerra Fria.

Como já vimos, fatos anteriores à renúncia já tornavam o ambiente brasileiro favorável às forças progressistas. Somando-se a elas as Reformas de Base.

Internamente, os movimentos sociais ganharam força. O tema da Reforma Agrária se renovava e as Ligas Camponesas²⁶⁶ se consolidavam na luta. Pipocavam várias bandeiras de luta e temas para as reformas²⁶⁷.

²⁶⁵ MÉDICI, Emílio Garrastazu. “Não se governa sem história”. In: _____. *A verdadeira paz*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971. P. 61 – 66.

²⁶⁶ Informações sobre as Ligas Camponesas, ver: STEDILE, 2002 STEDILE, João Pedro. *História da Natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

João Goulart era reconhecido por manter elos políticos com a esquerda. No Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas (1953/1954), já deixara sua marca e nas eleições de 1955 e 1960 fora eleito Vice-Presidente com apoio do PCB. Durante a renúncia de Jânio, Goulart estaria negociando a abertura do mercado Chinês, episódio utilizado, inclusive, como argumento contra sua posse. A política internacional, no caminho proposto por João Goulart, estaria entregando o Brasil mãos dos “agentes da desordem”²⁶⁸.

O anticomunismo era argumento aglutinador e inquestionável que apontava o verdadeiro inimigo do Estado, o inimigo mundial e unia os setores de oposição contra Goulart.

Dessa forma, contra a História Nova do Brasil, pesava ser um projeto do MEC, portanto do governo Goulart, o que justificaria, sob o ponto de vista da direita, sua nulidade e, sob o ponto de vista da ditadura em escalada, sua perseguição. “Ter *História Nova* em casa, de 1964 em diante, até meados de 1970, foi sempre argumento para aqueles famosos juízes militares, quando prendia um cidadão *suspeito de ser suspeito*. Era prova de crime” (MARANHÃO, 1994, p. 26).

Podemos afirmar que, no seio do senso comum dos comprometidos pela propaganda anticomunista, os pecados da História Nova do Brasil e do ISEB eram maiores. A produção subversiva ganhava contornos stalinistas e estaria preparando um golpe comunista.

O medo difundido pelas ideologias anticomunistas abasteceu a argumentação dos opositores ao governo Goulart. O terror anticomunista tomava dimensões tais que fizeram Sodré (1993, p. 30 – 33) comparar seus métodos com os métodos de Goebbels, ministro da propaganda nazista de Hitler que teve grande êxito em seus empreendimentos de combate aos judeus e comunistas. Para Nelson Werneck Sodré, desenvolveu-se uma forte campanha de difamação contra a História Nova do Brasil, fundadas em calúnias repetidas inúmeras vezes até que se parecessem com verdades. (Ibid., p.33).

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (2006), discutindo o contexto da História Nova do Brasil, endossa as palavras de Nelson Werneck Sodré apontando o quadro geral e a participação de órgãos como o IBAD e o IPES nesse processo.

A burguesia conservadora, ligada ao capital internacional, não perdeu tempo em se aliar e receber ajuda da burguesia internacional para organizar uma

²⁶⁷ Para saber mais sobre o conjunto de reformas pensado pelo Governo Goulart, ver CORBISIER, Roland. “Lógica e Cronologia das Reformas”. In MUNTEAL, Oswaldo, VENTAPANE, Jaqueline, FREIXO, Adriano de (orgs.) *O Brasil de João Goulart: Um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

²⁶⁸ Cf. Nota conjunta dos 3 ministros militares sobre a posse de Sr. João Goulart na Presidência da República de 31/09/1961. ANEXO XXII – Nota conjunta dos 3 Ministros militares.

ferrenha oposição ao governo federal. A tática de acusar o governo – e quem concordasse com ele – de comunista, sem se preocupar em provar, era a política adotada por Carlos Lacerda e por instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Instituto de pesquisas e Estudos Sociais (IPES), financiados por grupos direitistas. Todos os órgãos de comunicação foram acionados nessa luta contra a “subversão”, a grande ameaça ao país. (MENDONÇA, 2006, p. 329).

Para os setores conservadores, a subversão avançava, e a História Nova do Brasil era identificada como “centro de atuação de comunistas” (Ibid. p. 334).

5.1.1. A imprensa

Se o jornal dos metalúrgicos projetava as boas intenções²⁶⁹ em relação à recém-lançada História Nova do Brasil, o editorial da Folha de São Paulo em 03 de março oferecia o contraponto.

Com grande alarde o governo acaba de introduzir nos ginásios e colégios de todo o Brasil a “História Nova” de nossa Pátria, coleção de brochuras encomendadas aos escribas da “nova classe” comuno-peleguista [...] e ela apenas mereceria o aplauso dos que desejam dar aos estudantes brasileiros livros baratos capazes de permitir uma visão correta do processo de nossa formação histórica [...]. Infelizmente o objetivo da “História Nova”, que o Sr Nelson Werneck Sodré e outros escreveram para o Ministério da Educação, é bem outro; não se trata de dar continuidade ao esforço de nossos maiores em prol da Liberdade e da Igualdade [...]. É uma História anti-História, a que estes corifeus do nacional-comunismo brasileiro pretendem apresentar [...]. A “História Nova” é enquanto proposição metodológica, velha de um século – o que é grave para quem pretende inovar. E enquanto exposição, não se afasta de uma vulgarização da História Econômica [...] (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, “A nova História 1”, 3 de março, p. 3 *apud*. CLEMENTE, 2013, p. 141).

Para que os setores conservadores tivessem domínio e pudessem explorar as riquezas nacionais a partir do capital internacional, deveriam barrar os avanços populares.

Para isso, a ditadura, como se verificou adiante, teria de ser fundada na destruição das forças ligadas ao nacionalismo e à democracia, pelo emprego

²⁶⁹ Ver: ANEXO XVIII – Lançamento da coleção “História Nova” no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. [Editorial] “Metalúrgicos estudarão verdadeira História: texto dirigido aos metalúrgicos pelo prof. Nelson Sodré.” In: *Jornal A Voz dos Metalúrgicos*. Janeiro de 1964. Fonte Arquivo Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355169/mss1355169.pdf

maciço do terror, do crime, da intolerância, tudo o que lembraria a época tenebrosa de D. Maria I, a Louca, que mandou esquarterar Tiradentes. A tarefa, para a reação, era rigorosamente a mesma: reduzir-nos a condições coloniais. O ISEB fazia “agitação”. Era preciso acabar com ela para, de fato, voltarmos à palidez, ao conformismo, à mansidão colonial. (SODRÉ, 1993, p. 31 – 32)

O estudo de Alzira Alves de Abreu (2006, apud., CLEMENTE, 2013, p.110) intitulado *1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart* analisou jornais cariocas e paulistas dentre o período de agosto de 1961 até 1º de abril de 1964, apontando que prevaleceu o discurso anticomunista na imprensa brasileira durante o governo Goulart. Segundo o estudo,

a imprensa perpassou por várias fases durante o governo Goulart, nas quais predominou o discurso anticomunista. Assim, a imprensa foi um dos vetores de divulgação da existência do comunismo e do caos administrativo no governo Goulart, para depois veicular a ideia de necessidade do restabelecimento da ordem por meio de uma intervenção militar (Ibid., p. 110).

Dentro do estudo, as fases pelas quais a imprensa passou fizeram referência ao apoio ou não apoio ao governo João Goulart em momentos decisórios, como no caso do plebiscito para o presidencialismo ou, mesmo anteriormente, em relação à posse de Goulart após a

renúncia de Quadros. A Imprensa oscilava seu apoio até a Revolta dos Sargentos²⁷⁰, evento que marca a terceira fase e o distanciamento do governo. A partir daí a imprensa passa a defender o *impeachment* como resolução (CLEMENTE, 2013, p. 110).

O anticomunismo foi usado para difundir o medo na classe média e para identificar as Reformas de Base com a passagem do regime capitalista para o comunista. Os jornais, com maior ou menor ênfase, participaram da veiculação anticomunista (ABREU, 2006). Jornais como *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Diário de São Paulo*, rádio e televisão foram utilizados pelos setores conservadores (burguesia, classe dominante) para combater o governo de João Goulart, acusando-o de comunista. (Ibid., p. 113).

A História Nova do Brasil e o ISEB, enquanto parte de um programa do governo, não ficaram de fora. Do ponto de vista da imprensa e da oposição ao governo, o setor educacional

²⁷⁰ “Rebelião promovida por cabos, sargentos e suboficiais, sobretudo da Aeronáutica e da Marinha, em 12 de setembro de 1963, em Brasília, motivada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, conforme previa a Constituição de 1946. A Carta de 1946 proibia, embora de forma pouco explícita, que os chamados graduados das forças armadas (sargentos, suboficiais e cabos) exercessem mandato parlamentar em nível municipal, estadual ou federal. Nesse sentido, o direito à elegibilidade foi o móvel principal das campanhas da categoria. Durante o mandato de João Goulart (1961-1964), o movimento dos sargentos foi fortalecido devido à sua participação durante agosto e setembro de 1961 na campanha da legalidade, que garantiu a posse de Goulart. Além disso, o movimento apoiava as reformas de base (agrária, urbana, educacional, constitucional etc.) preconizadas pelo governo. Em 1962, os sargentos do então estado da Guanabara, São Paulo e Rio Grande do Sul indicaram candidatos próprios para concorrer à Câmara Federal, às Assembleias Legislativas e às Câmaras de Vereadores no pleito de outubro. Se na Guanabara, o sargento do Exército Antônio Garcia Filho elegeu-se deputado federal e, apesar do impedimento constitucional, tomou posse em 1º de fevereiro de 1963, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, os candidatos eleitos – respectivamente Aimoré Zoch Cavalheiro e Edgar Nogueira Borges, ambos sargentos do Exército - foram impedidos de assumir seus mandatos de deputado estadual e vereador. A questão da elegibilidade mobilizou a classe em 1963. No dia 12 de maio, cerca de mil graduados reuniram-se no Rio de Janeiro para discutir a situação. Durante a reunião, o subtenente Gelci Rodrigues Correia declarou que a categoria não podia se comprometer a defender a ordem reinante no país, pois ela “beneficia uns poucos privilegiados” e referiu-se à possibilidade dos graduados “lançarem mão de seus instrumentos de trabalho... para exigir as reformas de base do governo federal”. Em 23 de maio, o ministro da Guerra Amauri Kruel puniu Gelci com 30 dias de prisão. No dia 11 de setembro, o STF confirmou a sentença do TRE gaúcho acerca do impedimento da posse do sargento Aimoré, o que implicava que os sargentos, suboficiais e cabos eram declarados definitivamente inelegíveis. Na madrugada do dia 12, cerca de seiscentos graduados da Aeronáutica e da Marinha se apoderaram dos prédios do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), da Estação Central da Rádio Patrulha, do Ministério da Marinha, da Rádio Nacional e do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos. As comunicações de Brasília com o resto do país foram cortadas. Vários oficiais foram presos e levados para a base aérea de Brasília, foco da sublevação, onde também ficou detido o ministro do STF Vítor Nunes Leal. O presidente em exercício da Câmara dos Deputados, deputado Clóvis Mota, foi recolhido ao DFSP. Os rebeldes, chefiados pelo sargento da Aeronáutica Antônio de Prestes Paula, receberam o apoio de deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, que compareceram à base aérea. Cerca de 12 horas depois de sua eclosão, o levante foi sufocado por tropas do Exército. No dia 13, Prestes de Paula foi preso pela Polícia do Exército. Os prisioneiros, num total de 536, foram mandados para o Rio de Janeiro, sendo alojados num barco-presídio ancorado na baía de Guanabara. Outros líderes do movimento foram detidos no Rio, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Em 19 de março de 1964, os 19 sargentos indiciados em inquérito policial-militar (IPM) foram condenados a quatro anos de prisão.” (LAMARÃO, Sergio. “A revolta dos sargentos”. In: *CPDOC-FGV*. s/d, s/n. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_sargentos. Último acesso: 16/07/2017.)

era uma frente de apoio muito forte de Goulart. Um dos pontos nodais das Reformas de Base passava pela alfabetização em massa da população, isso em um momento onde o voto era negado aos analfabetos. A rapidez com que as demandas sociais tomavam força durante final da década de 1950 e governo João Goulart tornavam imprevisíveis, por exemplo, as eleições vindouras.

Se a *História Nova* se constituiu no produto de um trabalho coletivo, a censura que sofreu também foi coletiva. Logo após o seu aparecimento, tanto pela imprensa, como pela televisão, não foram poucas as vozes que se levantaram contra a sua adoção compulsória nos colégios. Basta dizer que somente o jornal *O Estado de S. Paulo* dedicou cinco editoriais, criticando não apenas o conteúdo da recém lançada coleção, mas também o *caráter obrigatório do seu uso*, o que qualificou de (...) *prelúdio do Estado Totalitário de Amanhã. Sem história ou com várias estórias, todas reescritas e reformadas conforme os interesses de dominação política dos intelectuais do regime*. No Rio de Janeiro, dentre outros diários, o *Jornal do Brasil* externou o seu repúdio pelo que denominava de *dirigismo pedagógico* do governo. (GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 245 – 246, grifo da autora)

Os jornais, seguindo a tendência do combate à “subversão”, avultavam a ação comunista no governo através do MEC.

Em 03 de março de 1964, a Folha de São Paulo, na seção destinada às notícias da Câmara Federal, reproduziu algumas falas²⁷¹. Dentre elas, a do deputado Adolfo de Oliveira da UDN – Estado do Rio, que *denunciava* as impressões da História Nova do Brasil feitas pelo MEC que, segundo o deputado, distorciam as razões da Independência e denegriam o patrono do Exército.

Para o atual governo – disse o parlamentar – o imortal Caxias é um instrumento dos latifundiários, um salafário, um desonesto que apenas defendeu seus negócios e dinheiro, pois a independência do Brasil foi uma barganha, uma transação comercial que se fez para possibilitar a exploração capitalista da Inglaterra neste país. (FOLHA DE S. PAULO, 1964, p. 5)²⁷²

Na mesma nota, João Mendes, udenista baiano, registra que, em sua opinião, “o Sr. Goulart pretende a substituição da ordem democrática ‘pela sua sonhada República Sindicalista’” (Ibid. p. 5). Essa opinião demonstra o tom da radicalização e o teor dos pronunciamentos anticomunistas, o integralista Sr. Abel Rafael do Partido de Representação

²⁷¹ Ver ANEXO V – Editorial Folha de São Paulo – [Câmara Federal] *Críticas à “História Nova do Brasil” editada pelo MEC*.

²⁷² Folha de São Paulo. [Câmara Federal] *Críticas à “História Nova do Brasil” editada pelo MEC*. – 1º Caderno – 3ª-feira. 03 de março de 1964 – pág. 5. Arquivo folha on-line. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1964/03/03/2>

Popular – PRP²⁷³ de Minas Gerais justificava a violência em função da nomeação de “vermelhos” aos cargos do governo. Segundo o editorial do da folha de S. Paulo, “acentuou mais o representante integralista, [...] que as mulheres do seu estado estão aliciando gente para ‘a árdua tarefa de impedir a bolchevização de minas’ e que *quem ali for com intenções subversiva, arrisca-se a não voltar com vida*” (FOLHA DE S. PAULO, 1964, grifos nosso)²⁷⁴. A violência que justificou diz respeito ao caso do comício da Frente de Mobilização Popular realizado no dia 25 de fevereiro de 1964, no qual Leonel Brizola foi impedido de falar pela ação de um grupo anticomunista.²⁷⁵ Pelas falas registradas e pelo editorial, fica evidente a polarização e radicalização política vivida naquele período.

Mendonça (2006), analisando a ofensiva contra a subversão, cita o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*²⁷⁶ de 07 de março de 1964, que também proferiu ataques à História Nova do Brasil:

Então, apesar de todas as evidências do contrário, ainda se obstina uma minoria em pensar que a sociedade brasileira está se tornando marxista? Eis aí porque é, entre outras mil razões, que o livro didático está caro, o cruzeiro se aproximando do zero absoluto. O Governo gasta nosso rico dinheiro, ou nosso pobre dinheiro, em coisas como esta (*História Nova*) que tenho diante de mim. E note bem, leitor, que a coisa a que me refiro não é inútil. Não. É nociva. Não creio que chegue a plasmar uma nova alma brasileira como pretendem os seus autores, nenhum dos quais conheço com o nome de historiador; mas pode fazer muito mal a muito moço despreparado, a muito rapaz ressentido, e muita moça feia e sem namorado. (O ESTADO DE S. PAULO, 1964, apud. MENDONÇA, 2016, p. 336).

No dia 14 de março, *O Estado de São Paulo*²⁷⁷ também lança uma nota:

²⁷³ Segundo Calil (2011) o Partido de Representação Popular configurava-se como anticomunista, antidemocrático e fascizante. Sobre o PRP ver: CALIL, Gilberto. “Partido de Representação Popular: estrutura interna e inserção eleitoral (1945-1965)”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 351-382, July 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100013>. Último acesso 20/05/2017.

²⁷⁴ Folha de São Paulo. [Câmara Federal] *Críticas à “História Nova do Brasil” editada pelo MEC*. – 1º Caderno – 3ª-feira. 03 de março de 1964 – pág. 5. Arquivo folha on-line. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1964/03/03/2>

²⁷⁵ “Episódio ocorrido no dia 25 de fevereiro de 1964, em que integrantes da Frente de Mobilização Popular, liderados por Leonel Brizola, foram impedidos por conservadores da organização anticomunista chamada Movimento de Mobilização Democrática de realizar um comício em Belo Horizonte, gerando tumulto e pancadaria.” (MACEDO, 2011, p.1) Sobre esse assunto ver: MACEDO, Michelle Reis de. “Democracia em perigo: direitas, esquerdas e radicalização política de 1964 contada pela imprensa carioca. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo*, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300873587_ARQUIVO_Democraciaemperigo.pdf

²⁷⁶ Editorial do Jornal *O Estado de S. Paulo* de 07 de março de 1964.

²⁷⁷ Jornal *O Estado de São Paulo*, 15 de março de 1964, p. 12.

O Ministério da Educação já colocou à venda nas livrarias.... cinco das dez monografias que compõem a “História Nova do Brasil”, elaborada por uma turma orientada pelo Sr. Nelson Werneck Sodré.... os livros estão sendo enviados gratuitamente [aos professores cadastrados no MEC]
 [...] Para o professor Eremildo Vianna... os livros são primários e sem base em realidades históricas. “Foram editados com dinheiro do povo, para confundir o pensamento dos jovens brasileiros. Se era pensamento das autoridades federais destinar o livro somente a professores, sua elaboração não deveria ser entregue a alunos e professores mal saídos dos bancos das faculdades, sem as condições necessárias para produzir um estudo sobre a história do Brasil” (ESTADO DE S. PAULO, 1964, p. 12 apud. COSTA PINTO, 2006, p. 353)

Para Clemente, “o jornal tentava incessantemente não deixar margem de dúvida quanto à qualidade duvidosa da obra, utilizando o termo —nocivo e outros mais pejorativos para desqualificá-la, e como se não bastasse, de inútil a obra viria a ser nociva” (CLEMENTE, 2013, p. 143). Outro ponto importante notado por Clemente é que, ao criticarem a História Nova do Brasil,

concebe-se o uso do livro em sala de aula excluindo a responsabilidade do professor em instruir o seu uso, concebe-se também o leitor do livro como sujeito passivo, e o seu uso como uma prática de mão única. Desconsidera-se que o fato de o leitor ter liberdade para fazer a sua leitura do livro e o seu uso em sala de aula ser de responsabilidade do professor. (Ibid., p. 143)

5.1.2. Mas a esquerda daria um golpe?

Segundo Ferreira Jr. e Bittar (1999), no Brasil, o que caracterizou a década de 1950 e 1960 foi a “disputa que as duas mais importantes facções das classes dominantes de então travaram entre si pela conquista da hegemonia política do Estado nacional” (FERREIRA JR.; BITTAR, 1999, p. 11). Os autores referem-se à disputa entre o grupo ligado ao pensamento conservador liberal apoiado na ideia de modernização, mas que não problematizava a dependência gerada com relação ao capital internacional²⁷⁸, e o grupo ligado ao

²⁷⁸ “tendência sócio-política capitaneada pela União Democrática Nacional, amplos setores da burguesia industrial, latifundiários e estratos das classes médias que propugnavam por um projeto de modernização autoritário [...] Particularmente privilegiando a via da importação intensiva de capitais industriais/financeiros norte-americanos e com sua produção voltada para o mercado externo, sem, contudo, patrocinar transformações nas estruturas socioeconômicas [...]” (FERREIRA JR.; BITTAR, 1999, p. 12)

desenvolvimento nacional²⁷⁹ também liberal e capitalista, mas com a perspectiva de superação das heranças coloniais – aparecendo em algumas de suas vertentes a necessidade das Reformas de Base. Dessa forma, temos dois grandes conjuntos não homogêneos, mas que propuseram alternativas distintas para a atuação do Estado.

Nessa disputa, nota-se que uma revolução clássica e classista, seguindo o modelo bolchevique, não foi cogitada. Falamos da disputa entre as duas grandes facções com alguma possibilidade real de ação via Estado, ambas sob orientação liberal. Por essa leitura interpretativa que nos é oferecida por Ferreira Júnior e Bittar (1999), não fazia sentido a justificativa dada pelos agentes da repressão. A esquerda não estava preparando um golpe,²⁸⁰ como insinuam alguns autores²⁸¹.

Marco Aurélio Garcia (1986), no texto *História da esquerda brasileira* nos diz que uma questão fundamental para as esquerdas é a sua base social. O PCB reivindicaria a representação da classe operária tornando-se o representante histórico da classe operária brasileira. “O partido representa a classe por defender os ‘interesses históricos’ desta, e o faz por estar munido da ciência que expressa o caráter universal do proletariado – o marxismo” (GARCIA, 1986, p.214). Entretanto, o autor pondera que essa representação não é verificável em vários momentos. A relação do PCB com o operariado é problemática nas décadas anteriores ao Estado Novo.

Sobre os anos 20 parece haver consenso de que o Partido Comunista, além de suas reduzidas dimensões, mantinha laços problemáticos com o movimento operário. A modificação desta situação nos anos 30 não chega a fazer do PC um partido operário, em sua composição, e uma das principais (auto)recriminações ao movimento de 35 é justamente a ausência de participação proletária. (GARCIA, 1986, p. 215)

Mesmo após o Estado Novo (1937 – 1945), a associação com o proletariado foi arrefecida quando o partido foi posto na ilegalidade. Somente na década de 1950, e de forma muito conturbada, o PCB conseguiu êxitos “no plano sindical e suas *performances* eleitorais,

²⁷⁹ “Bloco político plasmado na ideologia do nacional-populismo liderado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social Democrático, frações da burguesia industrial e os trabalhadores urbanos e rurais – que defendia o ideário programático recortado pela possibilidade de se desencadear um processo de desenvolvimento capitalista nacional através da superação dos entreves socioeconômicos herdados do período colonial.” (FERREIRA Jr.; BITTAR, 1999, p. 12)

²⁸⁰ Daniel Aarão Reis Filho e Caio Navarro de Toledo também apontam para a não existência dessa trama. Um golpe de esquerda teria sido fabricado para justificar a reação da direita.

²⁸¹ Dentre eles Hélio Silva. Autor que estou usando para caracterização do período histórico, e que apresenta o golpe civil/militar (ou somente militar para ele) como algo inevitável visto o encaminhamento das questões postas e a crise institucional vivida que estaria pondo em risco as instituições democráticas. Para o autor as esquerdas estariam preparando uma tomada do poder.

particularmente significativas nas áreas proletárias” (GARCIA, 1986, p. 215). Ainda, dentro de um quadro oscilante de orientações dentro do PCB, o período entre 1958 – 1964 é considerado um período à direita. A partir de 1958 “perfila a orientação que seguirá até 1964, pelo menos, de luta por um governo nacionalista e democrático, capaz de fazer as ‘reformas de base’ e apoiado por uma frente composta do proletariado, do campesinato, da pequena burguesia e da burguesia nacional” (Ibid., 216). A perspectiva nacionalista reformista assim teria permanecido.

Desse modo, entendemos que, mesmo o PCB, tido como organização partidária mais à esquerda, não tinha condições de expressar um movimento revolucionário num sentido clássico socialista.

Na realidade, a ideia de que as esquerdas no Brasil queriam realizar um país comunista foi uma justificativa para o golpe. As esquerdas brasileiras, em condições de disputa, pregavam o desenvolvimento capitalista com características de desenvolvimento interno e soberano. A confabulação de que no Brasil havia o perigo de um golpe da esquerda não é razoável. Havia diferentes esquerdas com diferentes projetos e, dentre elas, os adeptos da radicalização da luta de classes. Mas, em disputa pela hegemonia das ações políticas do Estado, ambas eram pró-capital.

O que se visualizava no campo político prático era o enquadramento de atores sociais em dois grandes grupos que disputavam hegemonia: um conjunto conservador liberal ligado ao capital estrangeiro e o conjunto liberal nacionalista com a perspectiva de superação das heranças coloniais. Neste último estava posicionado o Departamento de História do ISEB, a História Nova do Brasil e a CASES.

Nesse ponto, para Amarilio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (1999, p. 13) a História Nova do Brasil estaria servindo “como um dos instrumentos ideológicos que incrementou ainda mais a luta entre essas duas facções sócio-políticas, na medida que efetivou uma síntese interpretativa da história do Brasil segundo interesses políticos da facção nacional-populista”

5.2. Uma vez mais em 1965

Tendo todo o cenário já descrito de perseguição, de difamação por grande parte da imprensa, do anticomunismo e a ditadura instaurada, uma pergunta ainda deve ser feita: como foi possível a republicação das monografias da História Nova do Brasil em 1965, um ano depois de terem sido caracterizadas como material subversivo?

Nelson Werneck Sodré (1986) diz que a tentativa de reeditar as monografias teria sido uma “saída natural”, pois ele deveria, depois de ser posto em liberdade, dar continuidade ao seu trabalho de escritor. Pesava ainda a intenção de ajudar os companheiros em situação difícil.

Havia, ainda, que acudir aos companheiros, coautores da *História Nova*. Sem o ISEB, sem direitos autorais, estavam reduzidos a situação difícil. A saída natural foi prosseguir no lançamento da *História Nova*, agora com editor particular, já que fora extinto o Ministério da Educação e Cultura. Porque – e este é nosso orgulho – os exemplares da *Historia Nova* são disputadíssimos onde se encontram. Os estudiosos sabem também que não se trata de obra perfeita, longe disso, mas sabem também que não se trata da rotineira mistificação que tantos lucros tem proporcionado a autores de livros didáticos que não resistem à menor análise. O contato foi realizado com a Editora Brasiliense, de São Paulo [...] (SODRÉ, 1986, p. 124 – 125)

No processo dos estudos, tentando entender essa contradição de um regime ditatorial permitir a reedição de livros considerados subversivos e tentando entender o que havia possibilitado esse feito, foi levantada a hipótese de que foi possível republicar livros tidos como subversivos em pleno regime ditatorial porque era um empreendimento particular, ponto! Nos parecia óbvio: a editora Brasiliense captaria, inclusive os lucros, visto que havia um mercado editorial de livros didáticos e a História Nova do Brasil se propunha a ser diferente. Provavelmente haveria mercado para os livros. Além do mais, toda a perseguição durante o ano anterior e vinculação dos títulos na imprensa, mesmo que de forma negativa, funcionariam como “propaganda”, despertando curiosidade. Não obstante, havia o empenho pessoal de Nelson Werneck Sodré em defender o projeto. Defesa que ele manifestava em toda

oportunidade. Aliás, tomou como princípio a divulgação dos fatos sobre as perseguições como forma de combate à ditadura.²⁸²

Tendo essa primeira hipótese, fomos buscar melhor conhecimento sobre a Editora Brasiliense. O que ela publicava e quem eram seus donos.

5.2.1. A editora brasiliense

Desde a sua fundação em 1943 por Caio Prado Junior, Monteiro Lobato e Artur Neves, as publicações da editora Brasiliense²⁸³ estiveram voltadas para a realidade brasileira e “tratavam, recorrentemente, de defender os interesses da classe trabalhadora” (GALUCIO, 2009, p. 174). Segundo Galucio (2009, p. 173 – 178), dentre as intenções dos fundadores da editora, sempre esteve a divulgação de material produzido pelo Partido Comunista do Brasil. No decorrer do tempo, a Brasiliense passou a ser também um local de crítica ao PCB. Data deste período a criação da revista *Fundamentos*, “onde se expressavam as mudanças de orientação de seus autores em relação ao partido” (Ibid. p. 175). A editora se comprometia, assim, a divulgar o pensamento de esquerda, mas debatendo as discordâncias entre eles. Nos anos 1950, a editora estaria engrossando o coro do debate nacionalista a partir da *Revista Brasiliense* (1955 – 1964). Em pleno governo de Juscelino Kubitschek, a revista encampa o projeto de desenvolvimento sem capital estrangeiro, posição defendida pela esquerda nacionalista no cenário político brasileiro.

Com o golpe militar de 1964, a Editora continuou defendendo um perfil nacionalista e acompanhando as mudanças do pensamento político de esquerda que fazia uma “autocrítica e revisão das teses da esquerda”, acirrando a discussão na *Revista Brasiliense* (Ibid. p. 178).

²⁸²“Cedo me convenci de que o poder da coação deriva da clandestinidade com que se exerce. Colocados à luz do público, no conhecimento geral, os atos de coação perdem-se, esvaziam-se. A necessidade de mostrar os bastidores da coação e do terrorismo, assim, torna-se imperiosa. Os Impôs em curso não resistem à luz do público. O que ainda os mantém é a clandestinidade [...] Desnudar os IPMs é destruí-los. A flagrante ilegalidade de que se alimentam subsiste apenas porque desconhecida ou apenas entrevista ou suspeitada.” (SODRÉ, 1986, p. 118)

²⁸³ Tomamos como referência para o entendimento da Editora a tese de doutorado de GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese [doutorado] Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2009. Esta tese apresenta muito material, tabelas de análise das publicações e um capítulo específico sobre o mercado editorial desde a década de 1930, além de indicações de referências para aprofundamento.

Segundo a autora, (Ibid. p. 178 – 179), após o golpe de 1964, Caio Prado Junior começa a se afastar da Brasiliense em razão de sua posição política, que impossibilitava sua ação institucional. Em seu lugar, ocupando posições importantes na editora, assume seu filho Caio Graco da Silva Prado, que tentou manter a posição de esquerda da revista.

Caio Graco, porém, também acabou sendo atingido pela censura do regime e, “em 1964²⁸⁴, ficou preso por dez dias no DOPS por publicar na editora a coleção *História Nova do Brasil*, dirigida pelo historiador e general reformado Nelson Werneck Sodré²⁸⁵. [...] A ação estatal sobre as publicações de esquerda mostrava a crescente força da censura, da repressão e da coação. (Ibid. p. 178)

Mesmo com a sua prisão e com a criação de leis que restringiam a liberdade de expressão, como Lei de Imprensa em 1967²⁸⁶, a diretiva à esquerda da editora Brasiliense foi mantida até a promulgação do AI 5 e a “generalização do controle sobre todas as formas de publicação” (GALUCIO, 2009, p. 178 – 179).

A editora Brasiliense agia por um ideal de esquerda. Ideal formulado e lapidado ao longo do tempo desde sua criação. Nossa primeira hipótese, então, de atrelar a publicação da História Nova do Brasil feita pela editora em 1965 à rentabilidade de um mercado editorial de livros didáticos estaria parcialmente errada, mas não está totalmente equivocada, uma vez que o mercado editorial brasileiro da época era liderado por livros didáticos, de tal modo que o projeto realmente seria rentável.

Todo o processo de crescimento populacional, urbanização e industrialização, proporcionou a expansão do ensino, situação sentida desde, pelo menos, a década de 1930. Soma-se a este fato que, com o golpe de 1964, muitas editoras foram arruinadas, fato que não atingiu a editora Brasiliense que passou por essa crise “de forma singular”.

Segundo Iumatti²⁸⁷, “em 1967, durante o governo de Castelo Branco a editora obteve um ‘lucro superior em 26% em relação ao ano precedente’” (IUMATTI, 1993, p. 6 apud. GALUCIO, 2009, p. 180). Ainda assim, havia uma crise no mercado editorial e Caio Graco não poderia estar alheio aos acontecimentos ao seu redor. A publicação da História Nova do

²⁸⁴ A autora se equivoca nesta data, pois a publicação aconteceu de fato em 1965. Em 1964 a publicação saiu pelo acordo MEC/ISEB.

²⁸⁵ “EDITOR revolucionou mercado nos anos 80. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19/06/1992, p. 2. (Cf. GALUCIO, 2009, p. 178)

²⁸⁶ “A Lei de Imprensa proibia a divulgação de materiais que acusassem qualquer pessoa do governo e dava ao Ministro da Justiça total poder para julgar e apreender jornais e revistas que o fizessem.” (Cf. GALUCIO, 2009, p. 179)

²⁸⁷ IUMATTI, Paulo Teixeira. *50 anos de Brasiliense (1943 – 1993)* São Paulo: Brasiliense, 1993” (Cf. GALUCIO, 2009)

Brasil congregaria assim o útil, pelo viés do mercado editorial, e o agradável, mantendo-se à esquerda pelo viés ideológico.

Entretanto, apesar dessa tentativa, a reedição da História Nova do Brasil teve vida curta. Os livros foram lançados em março de 1965 e, em 31 de maio de 1965, o jornal *Última Hora* já declarava a apreensão de livros subversivos, dentre eles, a História Nova do Brasil de Nelson Werneck Sodré.

A apreensão de grande quantidade de livros, em diversos Estados, sob a alegação de que são obras subversivas, provocou, ontem, a revolta dos círculos intelectuais do País, [...] Do escritor Nelson Werneck Sodré, general reformado do Exército brasileiro, foram apreendidos – História Nova do Brasil, que ele apenas coordenou e – História da Burguesia Brasileira. (ÚLTIMA HORA, 1965, Repúdio Geral à Apreensão de livros, 31 de maio, p.1 apud. CLEMENTE, 2013, p. 149).

A História Nova do Brasil, por sua ligação direta com o ISEB e pela ligação dos coautores com o PCB, foi impedida de ter uma sobrevida com a edição pela Brasiliense. Entretanto, o fato de terem tentado uma reedição nos remete ainda a outro cenário.

Não era somente a produção da editora Brasiliense que ecoava os anseios de início da década. Outras revistas e outros setores, principalmente os culturais, se mantiveram na luta: a Revista Civilização Brasileira²⁸⁸, os Centros Populares de Cultura (CPCs), o teatro, a música, para citar alguns. Como isso foi possível? Para nós ainda havia resquícios da luta e vontade política.

²⁸⁸ São vários os estudos que se propuseram à análise da Revista. Sobre o específico da *resistência da Revista Civilização Brasileira* ver artigo CZAJKA, Rodrigo. “Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965 – 1968) In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 95-117, fev. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000100007&lng=en&nrm=iso>. Último acesso 08/06/2017. Sobre os *intelectuais e a relação com a editora* ver: VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e Malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998. Esse trabalho foca bastante a participação do editor Ênio Silveira e apresenta uma análise pormenorizada da atuação da editora na articulação dos intelectuais para a resistência contra a ditadura. Outros estudos sobre o conteúdo da *Revista Civilização Brasileira* são: CHRISTOFARO, Paulo Rubens. *Revolução, nacionalismo e democracia na RCB*. Dissertação (Mestrado em História). PUC/SP, 1996; MOTTA, Carlos Guilherme. Capítulo “A Época de Revisões Radicais e Aberturas Teóricas (1965-1969)”. In: *A Ideologia da Cultura Brasileira: 1933 - 1974*. São Paulo: Editora Ática, 1998; MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da. *A época de ouro dos intelectuais vermelhos - uma análise comparativa das Revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFRJ, Rio de Janeiro, 1994, PÉCAUT, Daniel. “O intervalo de 1964-68. Bloqueios estruturais e hegemonia da esquerda intelectual” in: _____. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

Roberto Schwarz²⁸⁹, embora polêmico, em seu texto *Cultura e política, 1964 – 1969* escrito entre 1969 e 1970,²⁹⁰ defende que havia uma *relativa hegemonia do pensamento de esquerda no Brasil*, mesmo após a ruptura democrática. Neste período o autoritarismo ainda não havia exercido todo seu domínio.

Em 1964 instalou-se no Brasil o regime militar, afim de garantir o capital e o continente contra o socialismo. O governo populista de Goulart, apesar da vasta mobilização esquerdizante a que procedera, temia a luta de classes e recuou diante da possível guerra civil. Em consequência, a vitória da direita pôde tomar a costumeira forma de acerto entre generais. O povo, na ocasião, mobilizado mas sem armas e organização própria, assistiu passivamente à troca de governos. Em seguida sofreu as consequências: intervenção e terror nos sindicatos, terror na zona rural, rebaixamento geral de salários, expurgo especialmente nos escalões baixos das forças armadas, inquérito militar na Universidade, invasão de igrejas, dissolução das organizações estudantis,

²⁸⁹ Roberto Schwarz é especialista em Machado de Assis e sua obra principal é fruto de sua tese: *Ao vencedor as batatas*, onde desenvolve a polêmica “Ideias fora do Lugar” para caracterizar o Brasil do século XIX. A ideia é a existência de uma grande contradição: a dependência das ideias europeias e a impossibilidade de aplicá-las aqui. *A estrutura era colonial e retrograda enquanto a superestrutura seria adiantada e liberal*. Schwarz provoca polêmica também pelas críticas que fez à cultura de esquerda, para o autor, o populismo de esquerda teria levado o Brasil ao impasse de 1964

²⁹⁰ O artigo *Cultura e política, 1964 - 1969* foi escrito entre 1969 e 1970, Schwarz apresenta uma nota em 1978 que foi incorporada ao texto “As páginas que seguem foram escritas entre 1969 e 1970. No principal, como o leitor facilmente notará, o seu prognóstico estava errado, o que não as recomenda. Do resto, acredito — até segunda ordem — que alguma coisa se aproveita. A tentação de reescrever as passagens que a realidade e os anos desmentiram naturalmente existe. Mas para que substituir os equívocos daquela época pelas opiniões de hoje, que podem não estar menos equivocadas? Elas por elas, o equívoco dos contemporâneos é sempre mais vivo. Sobretudo porque a análise social no caso tinha menos intenção de ciência que de reter e explicar uma experiência feita, entre pessoal e de geração, do momento histórico. Era antes a tentativa de assumir literariamente, na medida de minhas forças, a atualidade de então. Assim, quando se diz “agora”, são observações, erros e alternativas daqueles anos que têm a palavra. O leitor verá que o tempo passou e não passou.” (SCHWARZ, 2008, p. 61). Essa nota, para nós é interessante por dois aspectos: primeiro aponta um prognóstico errado do artigo, que seria o de supor que o Brasil não havia mudado nada com a ditadura, que se a ditadura fosse destituída, o Brasil seria o mesmo de antes. Essa suposição, Schwarz caracterizou como um prognóstico errado. Embora a ditadura não tenha resolvido problemas, os próprios problemas mudaram, dessa forma não há a manutenção de uma mesma realidade. O segundo aspecto, e para nós mais interessante, é o fato de o autor não querer corrigir esse prognóstico errado em uma possibilidade de reedição do texto, pois poderia estar substituindo os erros do passado pelos erros do presente. Esse aspecto nos trouxe a reflexão sobre o nosso tema de pesquisa, a História Nova do Brasil, e a crítica que pesa sobre ela. Nos pareceu interessante como o presente se apropria da verdade e propõe o julgamento do passado. Dizer isso não significa que o presente deva se abster da análise ou mesmo de tomar partido, pelo contrário, mas nos aponta para o entendimento dialético da própria verdade. O que hoje considera-se a verdade, amanhã não será. Nesse sentido, não se trata de negar os erros e sim de refletir sobre eles. O processo deve ser de superação. E os autores da História Nova do Brasil deixaram essa possibilidade. “Os autores sabem perfeitamente que não estão fazendo obra definitiva [...] Esperam a crítica de todos os que se interessam pela História, valorizam tal crítica, acatam-na, não importando a discordância de opinião. Se todos os homens pensassem igual, não haveria necessidade de ciência, nem de arte, nem de debate, nem de liberdade, e as criaturas seriam como pregos, feitas em série, aos milhões, ou conservadas iguais sob pressão, como os pregos ainda, sob a percussão do martelo. De tais críticas, em resultado final, surgirá a História Nova do Brasil, em suas verdadeiras dimensões.” (SANTOS et al., 1965, p. XI) e as críticas sempre se renovam, pois, o presente sempre refaz suas perguntas ao passado.

censura, suspensão de habeas corpus etc. Entretanto, *para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer*. A sua produção é de qualidade notável nalguns campos, e é dominante. *Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país*. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estreias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia — que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo — é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 1964 e 1969. Assinala, além de luta, um compromisso. (SCHWARZ, 2008, p. 61 – 62, grifo nosso)

O ano de 1964 foi um ano muito difícil pelo golpe de estado e ruptura constitucional. O motor do golpe foi o medo do comunismo. Ainda assim, mesmo que o regime militar impusesse suas instâncias reguladoras, culturalmente, o Brasil ainda vivia o eco das ideologias da mudança. Schwarz (2008) chama a atenção para o fato de que a derrota de 1964 não havia acabado com as ideias de esquerda. Para o autor, foi a ideologia nacionalista populista da esquerda brasileira que teria originado o impasse de 1964. Apesar disso, mesmo nos anos posteriores a esquerda não havia realizado sua autocrítica. Para o autor, teria havido um retardamento desse momento de autocrítica que ele entende como necessário para a reestruturação e renovação da esquerda. Colocando-se contrário à ideologia marxista nacionalista populista, para o autor, essa renovação era um momento necessário.

O fato é que encontramos em Schwarz uma das explicações possíveis para a reedição da História Nova do Brasil durante a ditadura militar. A hipótese do autor é que existia uma “hegemonia cultural de esquerda”. Para Schwarz, “a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer”.

É necessário esclarecer que a “hegemonia de esquerda” de que trata Schwarz era *restrita*. Ela estava circunscrita aos grupos “diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte raciocinante do clero, arquitetos etc. — mas daí não sai, nem pode sair, por razões policiais” (Ibid. p. 62). Estes grupos formavam o nicho de mercado para o consumo das ideias de esquerda que se mantiveram. Produziam e consumiam suas próprias produções até 1968, quando houve a ofensiva da ditadura com o AI 5.

Essa situação cristalizou-se em 1964, quando grosso modo a intelectualidade socialista, já pronta para prisão, desemprego e exílio, foi poupada. Torturados e longamente presos foram somente aqueles que haviam organizado o contato com operários, camponeses, marinheiros e soldados.

Cortadas naquela ocasião as pontes entre o movimento cultural e as massas, o governo Castelo Branco não impediu a circulação teórica ou artística do ideário esquerdista, que embora em área restrita floresceu extraordinariamente. Com altos e baixos essa solução de habilidade durou até 1968, quando nova massa havia surgido, capaz de dar força material à ideologia: os estudantes, organizado sem semiclandestinidadade. Durante esses anos, enquanto lamentava abundantemente o seu confinamento e a sua impotência, a intelectualidade de esquerda foi estudando, ensinando, editando, filmando, falando etc., e sem perceber contribuíra para a criação, no interior da pequena burguesia, de uma geração maciçamente anticapitalista. A importância social e a disposição de luta dessa faixa radical da população revelam-se agora, entre outras formas, na prática dos grupos que deram início à propaganda armada da revolução. O regime respondeu, em dezembro de 1968, com o endurecimento. Se em 1964 fora possível à direita “preservar” a produção cultural, pois bastara liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 1968, quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constituem massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores — noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento (Ibid. p. 62 – 63).

Enquanto o pensamento de esquerda não se apresentava como movimento de massa, não havia motivos para alardes por parte da ditadura. O incomodo novamente acontece quando a esquerda extrapola seu nicho intelectual autossustentável e passa a pautar um coro anticapitalista e radical. Para o autor, novamente a esquerda seria a geradora do impasse que desemboca em 1968 com o recrudescimento da ditadura. Apesar de não concordarmos com essa leitura da “culpabilização” da esquerda quando a liberdade não era garantida, Schwarz apresenta um quadro ideológico que possibilita o entendimento da contradição. Ela mesma, a contradição, também é chave explicativa daquela realidade hora em tela. Os textos da História Nova do Brasil, já taxados de subversivos, ainda eram parte da luta das esquerdas pós-1964. Eles refletiam a contradição e a resistência que, para Schwarz, estaria enquadrado dentro das possibilidades explicativas da restrita hegemonia de esquerda.

Para compreender o conteúdo, a implantação e as ambiguidades dessa hegemonia, é preciso voltar às origens. Antes de 1964, o socialismo que se difundia no Brasil era forte em anti-imperialismo e fraco na propaganda e organização da luta de classes. A razão esteve, em parte ao menos, na estratégia do Partido Comunista, que pregava aliança com a burguesia nacional. Formou-se em consequência uma espécie desdentada e parlamentar de marxismo patriótico, um complexo ideológico ao mesmo tempo combativo e de conciliação de classes, facilmente combinável com o populismo nacionalista então dominante, cuja ideologia original, o trabalhismo, ia cedendo terreno. O aspecto conciliatório prevalecia na esfera do movimento operário, onde o PC fazia valer a sua influência sindical, a fim de manter a luta dentro dos limites da reivindicação econômica. E o aspecto combativo era reservado à luta contra o capital estrangeiro, à política

externa e à reforma agrária. O conjunto estava sob medida para a burguesia populista, que precisava da terminologia social para intimidar a direita latifundiária, e precisava do nacionalismo, autenticado pela esquerda, para infundir bons sentimentos nos trabalhadores (Ibid. p. 63).

A ideologia de esquerda que se formou no pré-1964 encontrava respaldo nas frações desenvolvimentistas industriais e urbanas pós-1964. A burguesia populista ainda mantinha o viés de combate ao latifúndio e o nacionalismo era útil no trato com o trabalhador. Entre 1964 e 1969 o autoritarismo convivia bem com a ideologia de esquerda, desde que não extremada. A contradição de livros subversivos serem novamente publicados seria explicada pelo fato da “relativa hegemonia cultural”.

Sinteticamente, a História Nova do Brasil poderia figurar entre os “marxismos vistos nas livrarias de São Paulo e Rio”, em conformidade com as ideias de Schwarz, uma vez que o anti-imperialismo e o nacionalismo ainda serviam a uma fração da burguesia.

Em diálogo com a ideia proposta por Schwarz, Marcelo Ridente (1993, p. 90) questiona a validade de uma hegemonia de esquerda, sugerindo que Schwarz utiliza o conceito de hegemonia de forma pouco precisa e que “estaria só no interior das camadas sociais intelectualizadas”, sendo assim, “não havia hegemonia cultural de esquerda, sequer relativa”. Argumenta que a hegemonia sendo cultural, política ou econômica, nunca deixou de ser uma hegemonia burguesa.

Sempre foram dominantes as ideias, os ideais, os valores, a visão de mundo da burguesia brasileira, comprometida com o desenvolvimento nacional desigual e combinado. Essa classe vem exercendo sua hegemonia em todos os campos da vida, penetrante em todos os poros sociais, hegemonia que necessariamente se transforma junto com a trajetória do próprio capitalismo no país. O golpe de 64 é o marco de reorganização da hegemonia burguesa, para cuja manutenção não bastava mais o ideário populista. Nesse processo, a “hegemonia da esquerda”, ou melhor, a disseminação de ideias críticas em certos meios intelectualizados, com o decorrer dos anos acabou sendo crescentemente utilizada de forma distorcida para a legitimação e consolidação da hegemonia burguesa reorganizada. [...] O método de alfabetização “conscientizadora” de Paulo Freire, por exemplo, uma vez despolitizado, transformou-se desfiguradamente no MOBREAL, peça-chave para conformar os deserdados à nova ordem do regime militar. (RIDENTE, 1993, p. 90 – 91)

A hegemonia burguesa nunca teria sido perdida. Então, não caberia dizer que houve uma *hegemonia da esquerda* como propôs Schwarz, “no máximo, esboçou-se a gestação de uma hegemonia alternativa, ou contra-hegemônica” (Ibid., p. 91). Mas Schwarz contribui, segundo Ridente, na compreensão do ativismo da intelectualidade. A “cultura viva do

momento” foi gestada na conjuntura “imediatamente anterior ao golpe”. O marxismo do período anterior foi eximido de culpa, o Partido Comunista foi responsabilizado pelas deformações e, por conseguinte, pelo golpe. O que foi contestado não foi o marxismo e sim a aplicação dele feita pelo Partido Comunista. Pode-se dizer que se mantinham as bases para a crítica e um “horizonte da revolução”. Nas contradições da hegemonia burguesa, a presença da esquerda se apresentava.

Assim, o que importa [...] é destacar a existência de veredas e pontos de erosão na floresta supostamente fechada da ideologia dominante, que não pode mascarar por completo os conflitos sociais em que se assenta. (RIDENTE, 1993, p. 96)

Apesar das diferenças, e concordamos com as ponderações de Ridente, os autores sanam para nós os questionamentos da pesquisa. Foi possível a tentativa de reedição em 1965 pela editora brasileira pela “cultura viva do momento”, pela hegemonia alternativa, ou ainda pela restrita hegemonia de esquerda, de tal forma que, enquanto a manifestação desse ativismo da intelectualidade, ela não afetasse ou insuflasse as massas. A reedição foi tolerada e por vezes até compreendida como fator de legitimação da ditadura. Com relação ao específico História Nova do Brasil, desafortunadamente, em sua primeira edição em 1964 vinculada ao MEC e ISEB, as monografias já haviam deixado claro que faziam parte do projeto de reformas que o Brasil precisava. A História Nova do Brasil, com seu teor crítico e destinado a formação da juventude, não obedecia ao requisito de não insuflar a massa.

Em meados de 1963, o ISEB oferecera aos metalúrgicos, na sede do seu sindicato, em Mangueira, Rua Ana Nery, um curso de História do Brasil [...]. Werneck Sodré abriu e fechou o curso, seis aulas-conferências, deixando as intermediárias para seus jovens assistentes. O auditório despejava operários pelo ladrão [...]. Aquele era o *clima*, aqueles eram os *cenários*, aqueles éramos nós, os *jovens isebianos*. O conteúdo do último ISEB (1962-1964) foi a sua interação com o movimento de massas, percebido prontamente pelas forças golpistas. Essa interação se deu por diversos meios, não apenas o curso para os metalúrgicos e a *História Nova*. Tocávamos, porém, em dois pontos nevrálgicos da luta de classes: a organização dos trabalhadores e o conhecimento histórico (SANTOS, 2008, pp. 58-59, grifo do autor *apud*. CLEMENTE, 2013, p. 117).

A possibilidade de formar a massa reavivou as exigências por transformações estruturais para além das negociações políticas entre as frações da classe no poder. Se o AI-5, em dezembro de 1968, portanto quatro anos e oito meses após o golpe, colocou um fim às possibilidades da *restrita hegemonia cultural da esquerda* ou *ao esboço contra-hegemônico*, a

provocação de republicar a História Nova do Brasil pela Brasiliense não duraria dois meses. Lançada em março, em maio já estava sendo recolhida.

- General, creio que facilitaria muito a sua tarefa de me interrogar e a minha de lhe responder que me fosse esclarecida a acusação que motivou minha prisão, o crime em que sou indiciado.

O general ficou constrangido. Manuseou a pasta que trouxera, pegou uns papéis nele contidos, e respondeu:

- Bem... o senhor é acusado de coisas que estão nestes papéis. No decorrer do interrogatório, saberá do que se trata. (SODRÉ, 1965a, p. 28)

Sodré acusa a ditadura de inventar um novo método que consistia em inverter o legal e extrair a culpabilidade dos interrogatórios. Os objetivos da nova perseguição eram:

Em primeiro lugar, havia que aproveitar reminiscências da campanha publicitária empreendida no ano anterior contra aquela obra. Em segundo lugar, ferir a editora, supostamente a Civilização Brasileira. Em terceiro lugar, imobilizar setor importante da intelectualidade. (SODRÉ, 1986, p. 126)

A perseguição à História Nova do Brasil gerava aberrações como a utilização de papéis mimeografados, já devidamente assinados e com trechos em branco, onde deveriam ser colocados nomes de obras ou pessoas a serem averiguadas. Sodré também descreve o erro dos perseguidores que emitiram mandato de prisão para Ênio Silveira, representante da Editora Civilização Brasileira, quando o pedido deveria ter sido feito para Caio Graco, esse sim representante da editora Brasiliense e responsável pelas edições de História Nova do Brasil.²⁹¹ Ainda assim, apesar do “contratempo”, a partir de maio os coautores começaram a ser

²⁹¹ Ênio Silveira, tendo sua prisão decretada por supostamente ter oferecido guarida a Miguel Arraes de Alencar, no que ficou conhecido como “O IPM da Feijoada”. Ênio da Silveira, ao invés de fugir ou se exilar, se apresentou à polícia e foi preso. O caso teve muita repercussão à época e está documentado na *Revista Civilização Brasileira* n.º 3 de julho de 1965 (p. 321 – 341). “O ‘IPM’ da feijoada: a prisão do Editor Ênio Silveira”. A revista publicou vários artigos e editoriais de jornais, além do manifesto assinado por 600 intelectuais brasileiros que exigiam sua liberdade e a transcrição do pedido de *habeas-corpus* submetido ao Supremo Tribunal Militar.

convocados, até mesmo de forma coercitiva,²⁹² para depor.²⁹³ E as manchetes de jornais como o *Correio da Manhã*²⁹⁴ ou o *Última Hora* tentavam narrar os acontecimentos.

Os escritores, detidos pelo coronel Gerson de Pina, foram transferidos para o major Cleber Bonecker que, depois de os submeter a um *tratamento psicológico*, transformou-os em “verdadeiros farrapos”, segundo informam pessoas que os visitam. (CORREIO DA MANHÃ, 26 de junho de 1965 apud. SODRÉ, 1986, p. 134, grifo do autor)

No dia 29 de junho de 1965, o Jornal Última Hora sacramentava:

Agentes do Departamento Federal de Segurança Pública apreenderam em São Paulo, na tarde de ontem, todos os exemplares da coleção *História Nova do Brasil*, lançada pela Editora Brasiliense, e que se encontravam à venda nesse estabelecimento. O confisco dos livros se estenderá a todo o Estado, por determinação direta do general Riograndino Kruehl, chefe do DFSP, prosseguindo amanhã a apreensão da obra nas demais livrarias da capital (ÚLTIMA HORA, 29 de junho de 1965 apud. SODRÉ, 1986, p. 135 – 136)

No raciocínio da hegemonia burguesa, ou no raciocínio reacionário, não é a realidade social que cria pensamentos diversos dos seus, não é a contradição nem os conflitos sociais os causadores das fissuras sociais e das propostas contra-hegemônicas. Essas dissidências de pensamento em relação à ideologia burguesa aconteceriam pela criação de grupos que

²⁹² Joel Rufino dos Santos e Pedro de Alcântara Figueira concederam uma entrevista ao Jornal *Correio da Manhã* de 18 de julho de 1965: “escritores apontam violência no IPM”. A entrevista foi concedida após liberação da prisão através de *habeas Corpus*. Os autores haviam sido presos pela publicação da *História Nova do Brasil* referente ao IPM do ISEB e da Imprensa Comunista (adiante, no segundo semestre de 1965, seriam novamente requisitados à prestar depoimentos sobre o IPM específico da *História Nova do Brasil*). “Pedro de Alcântara Figueira, preso a 31 de maio e Joel Rufino dos Santos detido a 7 de junho, reafirmaram as denúncias de que, nos primeiros dias de prisão, quando foram mantidos em completa incomunicabilidade [...] foram inicialmente sequestrados pelos militares dos IPMs, uma vez que somente uma semana depois suas famílias souberam onde se encontravam.” (Entrevista ao jornal *Correio da Manhã* de 18 de julho de 1965) ANEXO XV – Jornal *Correio da Manhã* de 18 de julho de 1965: “escritores apontam violência no IPM”.

²⁹³ “Maurício Martins de Mello, um dos autores da *História Nova*, foi chamado a depor no IPM do ISEB, a 26 de maio. Desapareceu. Parece inacreditável, mas é verdade pura e simples: desapareceu. Tendo os jornais divulgado que estaria no DOPS, seus progenitores ali compareceram, no dia seguinte, sendo informados de que ali não se encontrava. Seu advogado não conseguiu aproximar-se do cliente. Outro dos autores, Pedro Alcântara Figueira, foi procurado na residência de seus pais. Não estando ali, os pais foram duramente ameaçados, informados de que seriam presos se não dissessem onde se encontrava ele. [...] Pedro de Alcântara Figueira compareceu espontaneamente à sede do IPM do ISEB, a 30 de maio. Desapareceu, também. Tratava-se, caracterizadamente, de sequestros, operação não prevista em lei alguma do país. (SODRÉ, 1986, p. 128)

²⁹⁴ “O Jornal carioca *Correio da Manhã* exerceu um importante papel junto à opinião pública na luta pela restauração das liberdades políticas e na denúncia da censura e dos atos violentos do regime militar. Assim, fechadas algumas das possibilidades de manifestação política, este diário, que esteve empenhado na campanha pela derrubada de Goulart, emergiu por algum tempo como alternativa que melhor se apresenta para os intelectuais cariocas empenhados em manifestar suas posições políticas de contestação ao regime” (VIEIRA, 1998, p. 170)

incutem mentiras e a desavença. Os intelectuais e, nesse caso, os autores da História Nova do Brasil não estariam refletindo os problemas da realidade, eles próprios estariam criando os problemas. Os comunistas seriam esses causadores, uma minoria que tenta se impor pela agitação.

No Inquérito Policial Militar a que foi submetido Ênio da Silveira uma pergunta fazia a síntese dos interrogatórios: “a editora Civilização Brasileira é subvencionada pelo ouro de Moscou?” (SILVEIRA, 1965, p. 11). Tal questionamento denotava que não era sequer a intelectualidade brasileira ou um grupo brasileiro responsável pelas agitações, estes estariam submetidos à lavagem cerebral estrangeira e mais, sendo financiados pelo próprio mal. O fato é que a História Nova do Brasil, ao elevar a escola como parte importante do projeto “agitador”, propõe a ideia de construção de Brasil a partir de novas bases e, com a reforma de bases, poderia estender esta a ideia às massas.

Quando as ideias discrepantes eram levadas às massas e através de suas organizações de massa – massas estudantis, massas operárias – o crime dessas minorias tornava-se nefando e era necessário extirpá-lo cirurgicamente. Isoladas as pessoas portadoras do vírus e submetidas à tratamento adequado – tortura, prisão, demissão, exílio, banimento etc. – a pátria estava salva, a sociedade redimida. E o país se tornaria o paraíso das multinacionais, com operários impedidos de reivindicar aumentos de salário, cientistas impedidos de realizar pesquisas, estudantes impedidos de aprender, escritores impedidos de escrever, teatrólogos impedidos de fazer peças, [...] o Brasil reduzido ao vasto pântano que conhecemos. (SODRÉ, 1986, p. 47)

Por se propor expandir a ideia “agitadora”, a História Nova do Brasil foi somente combatida. Deveria ser extirpada.

5.3. Extinto o projeto

Extinto o projeto da História Nova do Brasil, com o Brasil politicamente realinhado às políticas liberais e aos ditames imperialistas, o Estado pretendia minimizar ou alterar os rumos da formação política brasileira, assim utilizando-se dos mecanismos do Estado. Esses mecanismos eram os mesmos criticados quando usados pelo governo Goulart como se fossem “utilizados de maneira imprópria”. A mesma CASES, o DEE e o MEC, agora sob nova direção, propuseram o “setor de educação Cívica”.

Roberto Pontual, o facilitador do projeto História Nova do Brasil, foi substituído. Em substituição ao projeto História Nova do Brasil e ainda mantendo a preocupação do Estado na formação dos jovens, através do Decreto nº 58.023, de 21 de março de 1966, o Departamento Nacional de Educação toma para si o estímulo em todo país da educação cívica.

Art. 2º A educação cívica visa a formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade no trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres.

Art. 5º É instituído, na Divisão de Educação Extraescolar, o Setor de Educação Cívica, ao qual competirá, em cooperação com o Serviço de Organização e Orientação, com a Campanha Nacional de Material de Ensino e com outras entidades do DNE:

- a) promover e estimular a comemoração das grandes datas nacionais e dos centenários de brasileiros ilustres, bem como prestigiar as festas populares, de caráter tradicional, e as manifestações folclóricas;
 - b) promover a elaboração de monografias sobre, dentre outros assuntos:
 - I) conceituação de Estudos Brasileiros nos três graus de ensino;
 - II) participação de todos os professores na formação do educando, em particular na formação cívica;
 - III) caracterização da educação cívica como prática educativa e orientação a ser dada aos seus coordenadores;
 - IV) prática de regime representativo na escola;
- (Decreto nº 58.023, de 21 de março de 1966)²⁹⁵

O Art. 5º deixa claro o combate aos ideais que haviam sido propostos pelo projeto da História Nova do Brasil. Uma clara preocupação com o ensino de História e um realinhamento ao modelar projeto de História já defendido pela IHGB.

Esse ponto nos ajuda a entender as transformações a que o MEC passou. No DEE, onde antes havia se estruturado o projeto de História Nova do Brasil, em 1966 foi estruturado o Setor de Educação Cívica. Esse pequeno contraponto reforça nossa tese de que essa experiência foi uma experiência contra-hegemônica institucionalizada via Estado.

O relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (2005), na parte sobre o “legado da ditadura para a Educação brasileira”, ao apresentar suas análises sobre políticas educacionais do período ditatorial através de políticas educacionais, analisa que o Estado impôs diretrizes conservadoras. O Relatório analisa, ainda, como as experiências democráticas foram controladas pelo Estado. (RELATÓRIO, 2015, s/n).

²⁹⁵ Decreto nº 58.023, de 21 de março de 1966. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43031-13-janeiro-1958-381787-publicacaooriginal-1-pe.html>. Último acesso 30/01/2017.

A educação foi uma das grandes preocupações dos grupos que atuaram no âmbito do Estado após 1964, pois o regime necessitava, tanto de técnicos altamente qualificados quanto de mão-de-obra desqualificada. Mão-de-obra desqualificada e “dócil”. A rede física foi expandida, um maior número de pessoas pôde frequentar a escola e nela aprendiam que o Brasil era um país democrático, católico e alinhado ao mundo Ocidental. O investimento em educação, porém, não permitia que se absorvesse toda a demanda escolar. Os recursos para a educação foram minguando ao longo do período ditatorial, pois a prioridade do regime era o desenvolvimento acelerado. [...] a desigualdade social não diminuiu, ao contrário, aprofundou-se. O setor educacional foi alvo constante dos ataques do governo. Qualquer forma de discordância era logo taxada de “subversiva” ou “comunista”, e seu autor era banido dos meios acadêmicos. O movimento estudantil sofreu muitas baixas, até que perdeu sua força, mantendo-se quase inerte nos anos mais truculentos da ditadura. Essa foi a outra forma de educar encontrada pelo regime: disseminando o terror, para desencorajar atitudes de apoio aos “subversivos” ou “comunistas”. A educação funcionou durante a ditadura militar como uma estratégia de hegemonia. O regime procurou difundir seus ideais através da escola, buscando o apoio de setores da sociedade para seu projeto de desenvolvimento, simultaneamente ao alargamento controlado das possibilidades de acesso ao ensino pelas camadas mais pobres. (MECHI²⁹⁶ apud RELATÓRIO DA VERDADE “Rubens Paiva”, 2005, s/n)²⁹⁷

Extinto o projeto da História Nova do Brasil, tratou-se de despolitizar a sociedade brasileira. O ensino de história provava ser perigoso e não ficaria sem novas diretrizes. A sensação é que sempre que forças reacionárias sobem ao poder os conteúdos críticos ou humanísticos são subtraídos em nome da técnica.²⁹⁸

²⁹⁶MECHI, Patrícia Sposito. Exclusão e sucateamento: o legado do projeto educacional da ditadura militar brasileira à atualidade. Disponível:

<<http://www.espacoacademico.com.br/066/66mechi.htm>> Acesso em: 24 fev 2015.

²⁹⁷ Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Tomo I: “Recomendações Gerais e Recomendações Temáticas”. Disponível em: www.verdadeaberta.org. Último acesso: 15/03/2017

²⁹⁸ Em 1971, conforme determinou a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692), a História e a Geografia foram substituídas pelos Estudos Sociais, instituindo também a disciplina *Moral e Cívica*, destinada a formação do caráter. Em 2016, após a escalada ao poder do governo de Michel Temer, vivemos a alteração da Lei de Diretrizes e Bases, feita por Medida Provisória (MP n.º 746, de 2016) com a alteração da formação de nível médio. Que deverá agora ser a partir de itinerários formativos. A ideia é ampliar significativamente a formação técnica.

CAPÍTULO 6: O fantasma da História Nova do Brasil: perseguição, resistência e memória

Na infâmia, entretanto, trazida ao comum, à rotina da existência, o pior foi o medo. [...] O medo passou a reinar: temiam-se o telefonema e, nele não se dizia nada, por medo: temiam-se as cartas e, nelas, não se escrevia nada, por medo; temia-se achar bom o bom, porque não era o bom aprovado. E, assim, amigos passaram a esquivar-se e parentes a desaparecer e companheiros a omitir-se. [...] A infâmia estava nesse clima de angústia, nesse medo, relegando criaturas estimáveis ao nível mais baixo e destruindo-as. Não só destruindo pessoas, mas envilecendo o que era enobrecedor. (SODRÉ, 1994, p. 104)

Acima da terra os únicos derrotados são os que deixam de lutar. (Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai)

A *História Nova do Brasil* surge no momento político que caracterizamos no Capítulo 2, marcado por grande efervescência política, ideológica e com muitas lutas populares sendo empreendidas. Ela aparece num quadro geral de reformas que eram anunciadas e amplamente debatidas pelo governo João Goulart. As Reformas de Base eram pontos latentes da política nacional e a História Nova do Brasil se propôs, segundo seus autores, a realizar a tal Reforma de Base no campo do ensino de História. Esse engajamento político do projeto somado à sua parceria com o Ministério da Educação gerou reações da oposição ao governo e dos setores tradicionais da historiografia. Afinal, “os subversivos” queriam o poder. Essas reações originaram críticas, matérias em jornais, debates públicos e publicizados intencionalmente, que deram ainda mais notoriedade ao trabalho que havia sido desenvolvido. Na esteira dessas reações, surgiram os “pareceres” que após o Golpe de 1964 iriam fundamentar Inquéritos Policiais Militares (IPMs), perseguições, tortura, exílio e toda sorte de arbitrariedades. Todavia, as reações provocavam também a resistência e luta.

Marx escreveu no *Dezoito Brumário* que

o fantasma da velha revolução anda em todos os cantos [...] que se disfarça [...] até no aventureiro de aspecto vulgar e repulsivo que se oculta sob a

férrea máscara mortuária de Napoleão. Todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta. [...] A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. (MARX, 2008, p. 9)

No caso brasileiro, o espectro assombra ainda hoje, tanto a revolução de fato, quanto a antirrevolução ou a revolução autodenominada de 1964. Os dois lados, tanto o lado da radicalização democrática frustrada quanto o lado do golpe de 1964, foram afetados pelo fantasma da História Nova do Brasil. Esse fantasma assombra aos dois lados com a ideia de sociedade brasileira que poderia ter sido. A grande questão é que os partidários da democracia estavam, por força das circunstâncias, situados no elo mais fraco e foram os que amargaram as dores físicas e psicológicas de toda ordem.

As ideias de liberdade, democracia, socialismo e revolução, assim como as ideias de repressão, censura, perseguição política e ideológica, são históricas e só têm significado historicamente organizadas. Nossa intenção neste capítulo é apresentar o campo dos debates que transformaram a História Nova do Brasil em emblema, símbolo da resistência e o que fez, para nós, transformar em verdade o profético dizer de Nelson Werneck Sodré “[...] daqui por diante, há duas fases: antes da *História Nova do Brasil* e depois dela” (SODRÉ, 1965b, p. 83).

Megalomanias à parte, a História Nova do Brasil sintetizou algo no campo educacional e historiográfico que já estava colocado para a realidade social brasileira. A mudança já havia acontecido e a historiografia didática estava atrasada. A revolução às avessas de 1964 postergou ainda mais a atualização do campo da história e a atualização de vários outros, como o da participação política de forma incomensurável. Mas, sem dúvida, a História Nova do Brasil permitiu a cientificidade histórica e, no campo político ideológico, pelo marxismo nela professado, transformou-se também em motor de lutas sociais e resistência à ditadura.

Para nós, fazer uma espécie de acerto de contas com a História Nova do Brasil é encarar esse fantasma dentro de nossas possibilidades, reconhecendo as limitações do projeto, mas de forma a recolocar as utopias revolucionárias que fizeram parte daquele momento, que devem ser redimensionadas, retrabalhadas, resinificadas, superadas e, por que não, efetivadas. Pretendemos, a partir das análises dos documentos pós-golpe de 1964, que se referem ao projeto, buscar reavivar o debate e diminuir as lacunas que até aqui possam ter ficado. Portanto, analisaremos documentos da perseguição à História Nova do Brasil, mas que também são, no contraditório, documentos de resistência da cultura. Neste capítulo, também

apresentaremos a análise dos depoimentos dos autores para a edição comemorativa dos 30 anos da História Nova do Brasil, publicada em 1993 pela editora Loyola. Essa edição definitivamente denotam as marcas e presença da História Nova do Brasil como um fantasma tanto para o bem quanto para o mal.

Iniciaremos este capítulo analisando o estopim de um grande desconforto que acompanhará toda a querela em torno da História Nova do Brasil e que foi tido como o principal responsável pela perseguição aos textos e aos com eles envolvidos.

6.1. O Parecer do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

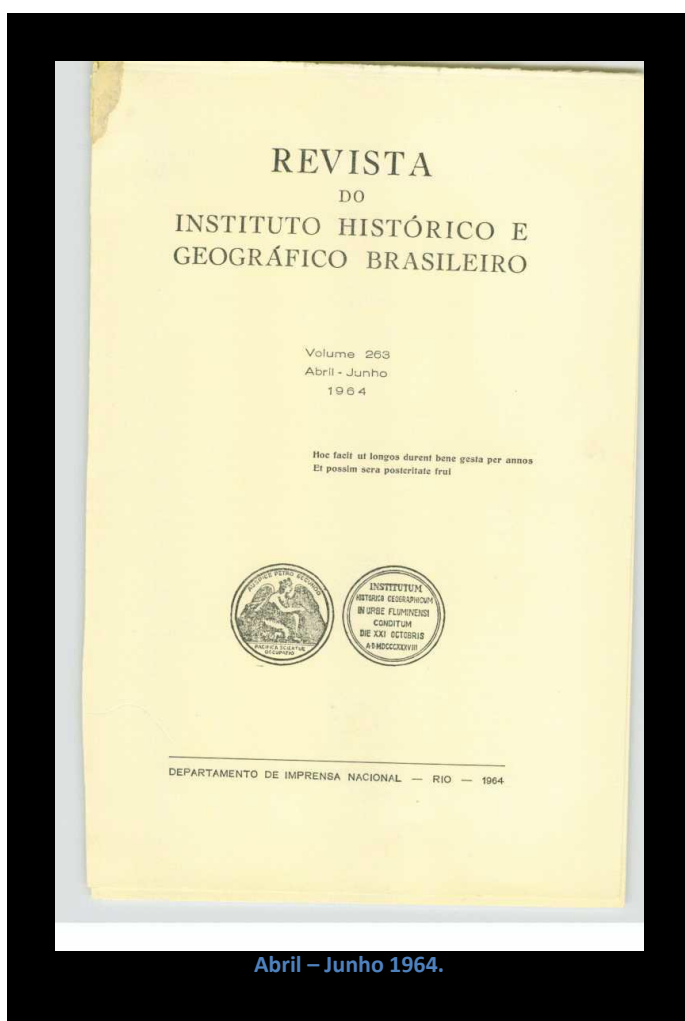
O volume 263 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²⁹⁹, publicada em 1964, emitiu um parecer sobre a *História Nova do Brasil*. Atendendo a um pedido do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional³⁰⁰, a Comissão de História do IHGB elaborou o parecer sobre a “série de opúsculos editados sob o título de *História Nova*” (LACOMBE et al., 1964, p. 283). Esse parecer aponta 25 pontos e uma conclusão ao longo de 20 páginas. Escrito em fins de março, o documento só foi aprovado para publicação no início de abril.

Assinam o parecer: Américo Jacobina Lacombe³⁰¹ (relator do parecer), Wanderley Pinho³⁰², Marcos Carneiro de Mendonça e Herbert Canabarro Reichardt.

²⁹⁹ Publicada pelo Departamento de Imprensa Nacional – Rio de Janeiro.

³⁰⁰ A Liga de Defesa Nacional, uma associação civil, surgiu a partir de uma campanha promovida por Olavo Bilac entre 1915 e 1916 buscando a obrigatoriedade do serviço militar. Fundada oficialmente em 7 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro, a intenção primeira era despertar a consciência civil para fortalecer a nação. Parte de uma campanha nacionalista de cunho patriótico que buscava, segundo o artigo 1º do estatuto de 1916, “independente de qualquer credo político, religioso ou philosophico, e destinada, dentro das leis vigentes do paiz, a congregar os sentimentos patrioticos dos Brasileiros de todas as classes” (1º Estatuto da LDN Apud OLIVEIRA, 2012, p. 200). Historicamente a Liga esteve próxima aos setores patronais brasileiros. Ideologicamente, se coloca contraria as filosofias de esquerda, como anarquismo e comunismo, preferindo sempre os patrões aos operários. Durante o a Ditadura Vargasista, pela inexistência dos partidos políticos, internamente, a Liga aglutinou frentes progressistas, mas, com a reabertura política de 1945 reorganizou-se sua vocação patronal. Os progressistas aglutinados ali por força das circunstâncias buscam seus caminhos; liberais buscam a UDN ou o PDT e os à esquerda buscam o PCB ou a Esquerda Democrática. Destacou-se também na luta antifascista e de combate ao nazismo desenvolvendo muitas campanhas que colocaram a Liga como protagonista na intervenção brasileira no conflito. Durante o governo João Goulart (1961 – 1964), a Liga compõe uma das frentes do anticomunismo no Brasil. Com suas tradicionais campanhas cívicas de glorificação da nação, dos grandes nomes e símbolos históricos brasileiros, representava os setores tradicionais da historiografia.

³⁰¹ “Américo Jacobina Lacombe, antigo dirigente integralista, cuja família é ligada à mineradora Parapanema, que ainda hoje é autora de campanhas difamatórias contra a soberania nacional e contra os interesses de nosso povo, particularmente dos direitos dos povos indígenas.” (MARANHÃO, 1994, p. 22)



O parecer inicia sua análise explicando o que seria a História Nova do Brasil. De acordo com o parecer, o projeto seria “uma coleção de folhetos” publicados pela Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), criados pelo Ministério da Educação e Cultura. Aponta ainda que a História Nova do Brasil era uma produção coletiva, com somente um nome de “reconhecido valor”: Nelson Werneck Sodré. Os demais autores eram apenas alunos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (LACOMBE et al., 1964, p. 283). Estas informações não correspondiam com a verdade, uma vez que Pedro Celso de Uchôa Cavalcanti Neto e

Pedro de Alcântara Figueira já eram diplomados.

O item 2 do parecer trata da constituição dos conteúdos dos volumes que seriam distribuídos. Do total de dez, somente cinco teriam sido distribuídos até o momento do parecer: *O Descobrimento do Brasil; As invasões holandesas; A expansão territorial; A independência de 1822 e Da Independência à república*. Os outros cinco estavam em processo de impressão: *A sociedade do açúcar; A decadência do regime colonial; O sentido da abolição; O advento da República e O significado do Florianismo*.

O item 3 do parecer levanta uma contradição entre a Lei de Diretrizes e Base do período, que oferecia autonomia e liberdade de escolha dos livros didáticos, e o Decreto do Governo Federal nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964, que tornaria obrigatória a inclusão

³⁰² “[...] Wanderley Pinho, um historiador ligado à oligarquia baiana cujas raízes se perdem no passado colonial, defensor do latifúndio e de uma concepção de história que justifica os privilégios de sua classe [...] (MARANHÃO, 1994, p. 22) Segundo Sodré (1965b, p. 79) Wanderley Pinho era “cronista dos salões da monarquia”.

dos livros didáticos editados pelo MEC nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares.

A coleção não foi somente organizada, impressa e distribuída por órgãos do Ministério da Educação Cultura. É também patrocinada por Decreto do Governo Federal nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964 (D.O. de 24 de fevereiro de 1964) [...] (Ibid., p. 284).

Utilizando-se das intenções manifestas nos prefácios das obras da História Nova, o item 4 do parecer presume que “o ensino da nova história deve, por tanto, servir de base doutrinária a uma ação transformadora das condições do povo brasileiro”. Essa ação deveria levar ao fim dos privilégios de classe, à reforma agrária e a independência efetiva, visto que a de 1822 ainda não se realizara.

Essa ação, que se espera de professores e alunos, deve constituir, pelo que se deduz da leitura dos folhetos em extinguir os privilégios da “classe que permanece no poder político há 141 anos” (VI, 109) (LACOMBE et al., 1964, p. 284).

Entretanto o que está escrito na monografia citada para essa afirmação é:

A batalha que várias classes da população, inclusive setores do governo, travam contra o latifúndio, tem seu obstáculo fundamental na classe dos senhores de terras e, agora, de servos, que permanece no poder político do país há 141 anos.

Para nós, a intenção dos autores da História Nova era oferecer uma concepção científica de interpretação dos fatos históricos. Apontam para a questão histórica da contribuição do método e que poderiam surgir outros métodos corretos e válidos, mas que para o momento histórico vivido, aquele lhes parecia o melhor. Dessa forma, o projeto não procurava oferecer interpretações definitivas, mas tinha a humildade de apresentar a História Nova do Brasil como um processo. Entretanto, para IHGB, os “autores não hesitam na apresentação em tom dogmático e definitivo”, uma filosofia restrita à Marx, Engels e Lenin (Ibid., p. 285).

No item 7, o relator do parecer admite a necessidade, também apontada pela História Nova, de um aperfeiçoamento dos compêndios de História. Esse aperfeiçoamento viria a partir do “regime de liberdade da Lei de Diretrizes e Bases”. As soluções propostas pelos livretos da História Nova estariam longe de serem objetivadas, além do mais, seriam tantos os

“enganos e deturpações imperdoáveis” que a intenção de “corrigir e emendar mestres consagrados” teria se transformado em “puro devaneio” (Ibid., p. 185).

Para o parecer, as críticas relacionadas à exclusão do povo da História do Brasil eram infundadas. Apareceria “abundantemente em Oliveira Viana”, por exemplo. E “quando querem exemplificar o abandono pelos compêndios da massa popular” teriam sido infelizes no exemplo. No volume 6 da coleção *História Nova*, os autores escrevem:

Quando alguns autores mencionam a participação do povo, fazem-no pejorativamente, como nesta passagem de Ary da Matta: “Os Andradas passaram e então totalmente para a oposição e transformaram a assembleia numa verdadeira Convenção à moda da Revolução Francesa. O *populacho* livremente tomava atitudes durante as sessões, vaiando e aplaudindo. A desordem dominava. O principal responsável por esse estado de coisas era Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, orador inflamado, que tinha o segredo de entusiasmar a *população*” (SANTOS et al., 1964d, p. 8 grifo nosso)

O episódio descrito pela História Nova onde constam os termos pejorativos *populacho* e *população* retrataria

o episódio famoso das eleições da Praça do Comércio em 1821, quando as deliberações foram totalmente perturbadas por uma corrente de delírio, conduzida por líderes caracterizadamente demagogos, terminando por aprovar a adoção da Constituição Espanhola no Brasil por 24 horas, acontecimento apontado por todos os autores como exemplo de anarquia e de ridículo. Ninguém se lembraria, *mesmo entre os grandes doutrinadores da extrema esquerda*, de confundir essas manifestações com a expressão sincera da vontade popular (LACOMBE et al., 1964, p. 286).

Não haveria assim motivos para se indignarem com a utilização dos termos pejorativos referentes ao povo, neste caso. “Não vai nisso nenhuma ofensa ao povo em seu conjunto” (Ibid., p. 286).

O item 9 discute a parcialidade dos autores na análise dos fatos históricos. “O parcialismo com que os AA encaram todos os fatos deriva da aceitação primária das teses marxistas ainda que não mencionam nunca expressamente os seus grandes doutrinadores”. O materialismo histórico seria uma aceitação *a priori* e seria usado com o rigor que “espantaria os próprios profetas do materialismo histórico”. A crítica fundamental era sobre o entendimento de que as relações de produção seriam o “fio condutor que liga os fatos históricos”, os condicionam e determinam

Aquilo que os pais da doutrina consideraram um princípio geral a ser dosado como causa principal e fundamental, mas não exclusiva, passa a ser sempre fator *condicionante ou determinante* (prefácio), que é o «fio condutor que liga os fatos históricos» (LACOMBE et al., 1964, p. 286).

Lacombe critica a validade analítica marxista exatamente apontando critérios que a validariam do ponto de vista teórico metodológico e, ainda, utiliza-se de trechos das obras retirados de seus contextos, o que desfigura seus reais propósitos. Na monografia 6 (VI. 40 para o parecer), a passagem original se refere ao bloqueio continental francês imposto em 1806, atestando uma grade disputa entre Inglaterra e França.

A partir de novembro de 1806, quando se decretou o bloqueio continental, a consequência lógica seria a ampliação e consolidação do império napoleônico. São as necessidades, geradas por êsse bloqueio, representativo da luta encarniçada que travavam as duas burguesias, que vão motivar a invasão da península ibérica e da Rússia. Explicá-la pela ambição de Napoleão ou motivos de menor relevância é perder de vista *o fio condutor que liga os fatos históricos*. A invasão da Rússia foge ao nosso escopo, já que estamos tratando da época napoleônica, somente no que interessa diretamente à compreensão dos fatos que vão ocorrer no Brasil (SANTOS et al., 1964d, p. 40 grifo nosso).

No trecho utilizado, os autores da História Nova fazem uma crítica aos materiais didáticos que podem perder o fio condutor que liga os fatos históricos quando esses centram a importância de sua explicação no sentimento de superioridade individual e individualizado de Napoleão. Explicar a Invasão da Rússia simplesmente pelo ego de Napoleão, para a História Nova seria perder o fio condutor da História. Por uma opção teórica e metodológica, o interesse pessoal de Napoleão, apesar de ser considerado, é tratado como “motivo de menor importância”.

Para os autores dos compêndios, “sem o bloqueio continental, a campanha de que resultou a invasão de Portugal, e depois da Espanha é inexplicável”, dessa forma “ao invadir estes países, o exército francês *determinou* o início dos movimentos de emancipação na América Latina, *condicionados*, obviamente, pela situação particular de cada região” (SANTOS et al, 1964d, p. 40 grifo nosso). Nossa pergunta é: qual o erro da utilização dos termos determinante e condicionante nesta análise? Para o IHGB, essa análise é doutrinária por utilizar premissas como premissas.

E, em se tratando de premissas, a História Nova cometia outro pecado: o de retirar da História o “acaso”. “Daí a exclusão sistemática da História de tudo que os AA englobam sob

o nome de acaso: ‘na história nada sucede por acaso’ (VI, 9)’ (LACOMBE et al., 1964, p. 286). Para o IHGB

Aquele que rejeita o acaso, bem como o papel da vontade humana, na História, ou que lhes diminui a importância, suprime com isso toda a sua riqueza, tudo o que constitui o ponto culminante dos estudos históricos [...] Negar a margem do acaso e da vontade é tão impossível quanto negar a existência das leis sociais (Ibid., 1964, p. 286 – 287).

A premissa do acaso questionando a premissa das determinações das relações sociais na história. O acaso existe, tanto quanto o fenômeno não possa ser explicado. A premissa do acaso faz sentido dentro da concepção personalista da História, da centralidade do grande personagem que seria capaz de alterar toda a história da qual faz parte, caso o acaso, individualmente, lhe ocorra. Pode-se supor, a partir dessa premissa, que se Marechal Castelo Branco, por acaso, estivesse dormindo recostado no tronco de uma *Artocarpus heterophyllus* (jaqueira) e um grande fruto desta árvore caísse em sua cabeça lhe ceifando a vida, a ditadura não teria prosseguido. Temos dúvidas se não receberíamos como forma de contestação para nosso caso de acaso a afirmação: Mas o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco nunca dormiria recostado em tal árvore! Com certeza a História seria outra, em termos relativos. Disso, o acaso participa e pode participar de maneira decisória, não é esse o problema. Entretanto, o que parecia incomodar ao IHGB em 1964, hoje se apresenta de forma invertida.

Para aquele momento, o que estava posto era o embate entre duas formas historiográficas. De um lado, à moda da História Nova, a crítica ao culto das personalidades e à produção historiográfica daí derivada, que negava a participação do povo na História do Brasil. Do outro lado, estava a historiografia à moda do IHGB, criticando a pretensão da História Nova de negar a personalidade humana nos fatos históricos e o acaso em detrimento das determinações econômicas.

Para nós, o problema reside na forma como a crítica do IHGB, sem nenhum embasamento científico, apontava os erros de premissa da História Nova., buscando refutar premissas a partir de suas próprias, que seriam o critério válido de verdade sustentado pelo poder hegemônico que a historiografia que produziam gozava.

O veto em face da ação das grandes personalidades é um zelantismo dos AA em face do próprio materialismo histórico. “O marxismo jamais experimentou constrangimento em reconhecer a parte do homem na sua história. Não foi Marx quem escreveu: *são os homens que fazem sua própria*

história? O Essencial é compreender, como declarava a historiadora russa PANKATOVA, que eles não a fazem de *maneira arbitrária, nem como melhor lhe parece, mas baseando-se em leis objetivas*” (GLENISSON apud LACOMBE et al., 1964, p. 287 – 288).

Essa famosa passagem de Marx, que está na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, serve para explicar o sentido da crítica defendida pelos autores

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 2008, p. 6).

Ainda, cabe à lembrança que a História Nova estava em embate direto com o que seus autores consideravam simplificações da História do Brasil e que eram encontradas nos livros didáticos da época. Não é desmedido retomar que os próprios compêndios da História Nova estariam limitados pela sua estrutura de manuais.

Para comprovar a acusação de que “nos trabalhos em exame” a ação humana era “relegada a um plano totalmente infantil”, o parecer arrola passagens das monografias retiradas de seu contexto original.

a guerra holandesa é um *episódio* da história da problemática internacional (III, 8); é ridículo introduzir o termo heresia no problema como faz o professor Hélio Viana (III, 8); [...] – anticientífico e errado é atribuir a Cairu qualquer participação na abertura dos portos; a solução foi imposta pela Inglaterra (VI, 59): – a difusão do cultivo do café também não representa o resultado do esforço de quem quer que seja; ela foi a única fórmula de não sermos concorrentes de um produto colonial inglês (VI, 61); [...] — Quando Evaristo lidera os moderados e sustenta que, havendo parlamento e oposição, não é lícito recorrer à violência, comentam os AA: “era a classe senhorial tentando restringir as ações, valendo-se dos meios que dominava” (VI 102) [...] — Não houve nenhuma grandeza no papel de Caxias; as suas pacificações “explicam-se justamente na consolidação do poder por esta classe” (VIII, 11). — Não houve tampouco, independência do Brasil em 1822 [...] não passou de “uma empresa comandada pela classe dominante colonial, que a realizou na medida de seus interesses (VI, 107). Em vão procuraremos nestas páginas qualquer termo em torno de patriotismo, desinteresse ou heroísmo (LACOMBE et al., 1964, p. 288 – 289)

Faremos agora algumas comparações entre as críticas proferidas pelo parecer trazendo à luz as mesmas passagens nas monografias. Não faremos a comparação de todas as acusações, apresentaremos algumas delas selecionadas de forma aleatória. A única acusação que para nós não poderia ficar sem a comparação e análise com o texto produzido é a

acusação de que a História Nova defende não ter havido “qualquer grandeza no papel de Caxias”. Essa acusação foi bastante noticiada por veículos de comunicação, criando a ideia de que a História Nova teria faltado com respeito à memória do patrono do exército brasileiro. A relevância dessa acusação não nos permite deixar de analisá-la.

Sendo assim, fazendo uma crítica aos livros didáticos, o que era uma prática corrente no interior das monografias, dizem os autores que os didáticos insistiam nas narrações das minúcias das batalhas e que, no caso das invasões holandesas, não se conseguiam ir além disso. “Não se trata, evidentemente, de omitir as guerras da História [...], Mas não se confunda a análise histórica de uma guerra com o relato pormenorizado de batalhas”. No último parágrafo da página 8 do volume 3 da História Nova consta o seguinte:

Os autores, dentro das suas limitações, procuraram colocar as invasões holandesas como um episódio da *História do Brasil*, inseridos que estamos na problemática internacional. Defendemos que os programas secundários devem abranger o estudo da História nacional e internacional concomitantemente (SANTOS et al., 1964b, p. 8).

O entendimento desta passagem foi muito descaracterizado na forma como apresentou o parecer do IHGB: “a guerra holandesa é um *episódio* da história da problemática internacional (III, 8)”. Assim como não utilizam o termo *ridículo* para se referir a utilização do termo “heresia” por parte de Hélio Viana. Faremos a citação de todo o trecho para demonstrar:

Alguns autores fazem uma pausa nos choques bélicos ao narrar a administração de Nassau. Uns a louvam e citam realizações. Outros a criticam, exaltando a colonização portuguesa e apelando para a diferença de religião dos dois colonizadores. Um autor chega a chamar os holandeses de “hereges”³⁰³.

Aliás este mesmo autor, como quase todos, discute a administração de Nassau em torno da pessoa do governador holandês. Num dado momento, ao comentar a tolerância religiosa, diz *bizarramente*:

“Também não foi João Maurício, como erroneamente tem sido apresentado, tolerante quanto à religião católica, dominante em toda a região ocupada. Interesseiramente protegeu os judeus, para que isso pagava-lhe uma contribuição, a ponto de suscitar reclamações. E teve motivos inconfessáveis para amparar os calvinistas, pois uma e suas amantes no Brasil foi exatamente a filha do respectivo pastor”³⁰⁴

Como se vê, tal tipo de explicação está completamente fora da perspectiva de qualquer escola historiográfica (SANTOS et al., 1964b, p. 8).

³⁰³ VIANA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo, 1961, p. 165

³⁰⁴ VIANA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo, 1961, p. 164.

O autor anunciado em nota de rodapé seria Hélio Viana, mas não houve a utilização do termo *ridículo*, como anunciou o parecer. A crítica feita à historiografia de Hélio Viana residia no fato de que, a partir de uma distinção religiosa, seu trabalho exaltava a colonização portuguesa e centrava as explicações da História do Brasil na ação das grandes personalidades, no caso em tela, a administração de Nassau. Os autores chamam de *bizarra*, não a utilização do termo *herege*, mas uma passagem específica de Viana comentando a tolerância religiosa de Nassau. O bizarro para os autores da História Nova era a utilização dos fatos particulares estarem acima das questões do interesse da manutenção e bom convívio entre as religiões para a administração de Nassau.

Para o parecer, a História Nova acreditava ser “anticientífico e errado é atribuir a Cairú qualquer participação na abertura dos portos; a solução foi imposta pela Inglaterra (VI. 59)” (LACOMBE et al., 1964, p. 288). Pois, o que está escrito na página 59 da monografia 6, é o seguinte:

A nossa historiografia aponta sempre a importância da abertura dos portos. Os livros didáticos em sua grande maioria, porém, explicam erradamente o problema atribuindo o ato à intervenção inteligente de José da Silva Lisboa, o famoso Visconde de Cairú. *Evidentemente Silva Lisboa participou do ato*, mas com toda certeza, *não bastaria a coerência de seus argumentos* para introduzir Portugal a abandonar os privilégios de que vivia. (SANTOS et al., 1964d, p. 60, grifo nosso)

A História Nova não negava a participação de Cairú, nem tratava como anticientífico, o que apontavam é que sua participação era insuficiente para entender o fenômeno abordado.

Outra denúncia do parecer era que “a difusão do cultivo do café também não representa o resultado do esforço de quem quer que seja; ela foi a única fórmula de não sermos concorrentes de um produto colonial inglês (VI. 61)” (LACOMBE et al., 1964, p. 288).

O trecho completo no compêndio da História Nova diz o seguinte

É bom frisar, no entanto, que a abertura dos portos, ainda que tendo sido um grande avanço, não solucionou a crise crônica por que passava nossa exportação. Como já foi assinalado, desde o século XVIII outras regiões do mundo passaram a competir com o Brasil no mercado internacional, fazendo decair tanto no volume como nos preços a nossa exportação: os EE.UU. vendendo algodão, as Antilhas o açúcar e a região platina, o couro. Estes novos competidores levavam vantagem na preferência dos grandes consumidores – entre os quais aparecia, com grande destaque, a Inglaterra – por serem suas quase sempre as colônias. Assim, a Inglaterra não via no Brasil um mercado

produtor; pelo contrário, tínhamos para ela valor apenas como consumidores de suas manufaturas. Por esta razão a crise crônica da nossa exportação não se resolveu com o simples estabelecimento de relações comerciais diretas com a Grã-Bretanha. Ela somente seria superada com a introdução de um novo produto que não tivesse competidores tão fortes. Êste produto veio a ser o café, que se constitui até nossos dias na principal fonte de divisas do País. (SANTOS et al., 1964d)

Qual a função desta denúncia? Deveriam os autores da História Nova terem glorificado os pioneiros do café, que tiraram o Brasil da crise crônica? E se tivessem feito a partir da crítica ao trabalho escravo?

Uma acusação deste parecer ganhou notoriedade no período, sendo utilizado por jornais e adversários do governo e, na sequência, pela própria ditadura como forma de combate ao grupo da História Nova do Brasil. Segundo o parecer, os autores teriam dito que “não houve nenhuma grandeza no papel de Caxias; as suas “pacificações” explicar-se-iam “justamente na consolidação do poder por esta classe” (VII, 11).” Vejamos o que está escrito na página onze da monografia sete (*da independência à república*) citada pelo parecer:

Mas nossos livros didáticos vêm, em geral, somente, o aspecto externo do fato histórico. Não fazem a interrelação entre os fatores econômicos, sociais e políticos [...]

As revoluções do período regencial e do 2º reinado são encaradas ainda como decorrentes das ‘paixões dos políticos’, como afirma o professor Antônio Borges Hermida com relação à Praiera.

O 2º Reinado, em contraposição, tem sua aparente tranquilidade explicada pela “sabedoria dos grandes diplomatas”. Sabemos, entretanto, que a lavoura de café, em plena expansão, é que deu condições aos senhores de terras e escravos para executar uma política de consolidação de seu poder em todas as áreas. As “pacificações” de Caxias exemplificam-se, justamente, na consolidação do poder por essa classe.

Outra base de seu poder é o trabalho escravo, tratado sob um ponto de vista pouco científica, como o é de colocar a lei dos sexagenários no mesmo pé da lei de abolição do tráfico, numa simplificação jurídica do problema (SANTOS et al., 1964e, p. 10 – 11).

Do modo como está a passagem, o questionamento é sobre “aparente tranquilidade do 2º reinado” como fruto da “sabedoria dos grandes diplomatas”. A crítica é endereçada a não existência da interação entre os fatores econômicos, sociais e políticos. As interpretações sobre o período de Caxias e suas “pacificações”, deveriam levar em consideração o fato do poder econômico ter consolidado o poder dos senhores de terras e escravos. Porém, como inferiu o parecer, o conteúdo de acordo com a História Nova do Brasil, encerrava uma crítica à figura de Caxias e ao exército brasileiro, o que não era verdade. Os autores, incluindo Nelson Werneck Sodré que era militar, vivenciavam um período em que o nacionalismo

passava em grande medida por grandes figuras militares como Marechal Teixeira Lott, por exemplo, e reverenciavam o setor nacionalista do exército.³⁰⁵ Entretanto, a partir deste parecer, os coautores apareciam como desrespeitosos para com os militares e seu expoente Caxias.

Nos quartéis, levantou-se a campanha de que a *História Nova* ultrajara a figura do Duque de Caxias e infamara as tradições do Exército. Pessoas que jamais leram aquelas monografias afirmaram, com furor, que era assim, a pessoas que jamais as leriam (SODRÉ, 1965a, p 31).

Essa ideia de que a *História Nova* do Brasil desrespeitava a imagem do exército foi muito veiculada nos meios de comunicação³⁰⁶ e muito utilizada, tanto para atestar o caráter subversivo do grupo da *História Nova* do Brasil, quanto para atacar o Governo e suas intenções comunistas. Na perspectiva ideológica da *História Nova*, haveria sim a diminuição da importância da personalidade histórica de Caxias. Fazia parte da proposta pedagógica do projeto estabelecer novas relações de entendimento da *História* sem a idolatria aos grandes

vultos nacionais, oferecendo o conjunto das relações sociais, econômicas e políticas como possibilidade explicativas do fenômeno histórico.

Na Figura 24, vemos Nelson Werneck Sodré respondendo ao que estava sendo veiculado sobre o assunto. O autor defendeu a *História Nova* do Brasil e seus autores em publicação no *Jornal Última Hora*, em dezoito de junho de 1965.



Figura 24: Jornal Última Hora. Sodré explicando que a *História Nova* não se colocava contra Caxias.

³⁰⁵ “O exército para nós era (ou podia ser) ‘nacionalista e democrático’, como foi no caso da intervenção de Lott, em 1955, ou do III Exército, sob o comando do General Machado Lopes, em 1961. O exército fora elogiado na época da República: fizemos um volume especial sobre *Florianismo*. Essa era a visão ideológica do exército de quase toda a esquerda antes de 1964. E não foi por acaso que tantos militares acabaram presos e cassados.” (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 62)

³⁰⁶ A título de exemplo ver: ANEXO V – Editorial Folha de São Paulo – [Câmara Federal] *Críticas à “História Nova do Brasil”* editada pelo MEC.

[...] ao triunfar o golpe de abril de 1964 fôra criada e generalizada a falsidade de que a ‘História Nova do Brasil’ era subversiva e se caracterizava como tal por difamar o Exército e particularmente o seu patrono, o Duque de Caxias. [...] é uma impostura que poderia ser desfeita pela simples leitura dos livros, mas que, repetida – de acôrdo com a técnica nazista -, ficaria transformada em verdade para os ingênuos e para os malévolos [...] (SODRÉ, 1965, s/n)³⁰⁷.

As calúnias faziam parte da “guerra psicológica” criada naquele momento como forma de validar a “operação golpista”. As calúnias tiveram os efeitos desejados,³⁰⁸ “dando a oficiais que, apressadamente, formavam opinião pelo que publica a imprensa dita ‘sadia’, acreditando nas imposturas da propaganda dirigida” (SODRÉ, 1965a, p. 33).

As calúnias tiveram papel na desqualificação do projeto da História Nova do Brasil e, no caso de Caxias, o parecer do IHGB foi o agenciador maior. Fechando as acusações sobre a falta de personalidades no parecer:

Em vão procuraremos nestas páginas qualquer têrmo em tórno de patriotismo, desinterêsse ou heroísmo [...] De modo que tôda a pesquisa se resume no encontro de uma causa primária e única determinante [...] Num campo da História, como a do Brasil, em que tanto nos faltam elementos para sínteses parciais, os AA julgam-se habilitados a tirar conclusões radicais, pondo de lado qualquer imprevisto e qualquer ação de personalidades. (LACOMBE et al., 1964, p. 289 – 290).

Para o relator, os autores da História Nova seriam, “mais materialistas que Marx”. A partir de suas interpretações extremadas da História, imprimiam a marca de um determinismo que extrapolava a base econômica, a História produzida derivava “não dizemos de uma base econômica, mas de um negócio” (Ibid., p. 291).

Analisando o parecer e confrontando com os textos da História Nova, o termo que nos vem à cabeça seria: desonestidade intelectual. A Comissão de História do IHGB contava a seu favor com a impossibilidade de um confronto com os leitores da obra, uma vez que as monografias já haviam sido recolhidas antes da publicação do parecer.

A partir do item 12, o parecer se preocupa com outra ordem erros que os compêndios, suspostamente, apresentavam como falhas relacionadas aos dados históricos apresentados pelos folhetos. Por exemplo, os autores alertavam que ciclos, como o do ciclo do pau-brasil,

³⁰⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. “General: - a HN não é contra Caxias” In: *ÚLTIMA HORA*, edição de 18 de junho de 1965. Ver: ANEXO XIII – A História Nova do Brasil não é contra Caxias.

³⁰⁸ “Preso com Maurício no quartel da PE, mais tarde DOI-CODI, um tenente explicava ao barbeiro que ameaçava nos raspar a cabeça: ‘Esses aí escreveram que Pedro Álvares Cabral era viado!...’Tendenciosa, segundo esses especialistas em calúnias, era nossa tentativa de ajudar o professor secundário e quem mais lesse a pensar a História, a desconfiar da *versão oficial*” (SANTOS, 1993, p. 18)

deveriam ser utilizados com cautela porque os ciclos econômicos tendem a se transformar em razão de mudanças de ordem política, econômica e cultural, não sendo estanques.

Quanto a este exemplo, o parecer apontava que “muito depois de 1530 ainda a extração de pau-brasil fornecia interesses, embora fosse superado com rapidez pela cana de açúcar” (SANTOS et al., 1964a). Para o parecer, essa “advertência é inútil e errônea”. Seria inútil pois todos os autores utilizariam o termo ciclo apontando que não eram estanques, e errônea pois este ciclo do pau-brasil permanece “durante toda a colonização até o século XIX” (LACOMBE et al., 1964, p. 291 – 292).

Vários outros erros foram arrolados. Vários deles apontados corretamente, como erros que eram e são. Entretanto, outras falhas apontadas figuram muito mais como discordâncias políticas e ideológicas.

Dentre os que figuram como pontos de discordância político ideológica e apontados como “erros” pelo IHGB, como a utilização do “termo *Inconfidência*” que “é ampliado indevidamente a outros movimentos revolucionários, como ‘Inconfidência conhecida como Revolução os Alfaiates’ (VI. 50), ‘as chamadas Inconfidências’ (VI. 55)” (Ibid., p. 295). O parecer indica ainda que a leitura do compêndio de Hélio Viana teria ajudado os autores da História Nova do Brasil a não incorrerem este erro. O mesmo Hélio Viana que os alunos da FNFi identificavam como monarquista³⁰⁹, o representante da mais pura historiografia que combatiam.

Outro erro apontado foi a utilização de bibliografia não conhecida, portanto, sem a validade do critério de consagração intelectual.

A revolta dos negros chefiados por um tal de Argoins (aliás Agoins) em Minas, em 1821, é mais uma vez considerada como fato histórico provado e grave. Os AA fazem dela grande cabedal; basearam-se, porém, em autor sem credenciais para figurar em obra padrão (Ibid., p. 297).

Esse “erro” da utilização de bibliografia de autores sem credenciais, credenciais estas estipuladas por critérios que fogem à validade científica da análise apreciada por rigor teórico metodológico, foi utilizada para desqualificar a própria produção da História Nova do Brasil, visto que dentre os autores,

[...] segundo se declara repetidamente em notas perambulantes, realizaram obra coletiva, [...] o único dentre eles que tem obra histórica ponderável e de

³⁰⁹ “[...] Hélio Viana, este o seu nome, era pessoa correta, distinta mesmo, e monarquista. Sempre senti vontade de gritar ‘Viva a República!’ em uma de suas aulas [...]” (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 53)

reconhecido valor é o general NELSON WERNECK SODRÉ. Os demais são alunos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. (Ibid., p. 283, grifo nosso)

Talvez o critério das credenciais fosse algo semelhante a uma reserva de mercado para a produção historiográfica sobre a História do Brasil, uma vez que, em se tratando de compêndios, esse era um negócio editorial em alta e com grande capacidade de difusão ideológica.

De forma geral, os erros da História Nova foram tratados como erros de “falha bibliográfica” pela não utilização de algumas obras consideradas como clássicas pelo IHGB, e falha de técnica historiográfica (Cf. Ibid., p. 298). Os autores foram acusados de omitir assuntos importantes nos temas tratados

Não se pode deixar de estranhar que num resumo do conflito holandês não apareça a mais longínqua referência à diplomacia portuguesa da restauração que tem merecido tantos estudos contemporâneos, de portugueses e estrangeiros, nem ao papel de Vieira, tanto mais importante quanto sua personalidade representa realmente uma fusão do espírito português com o brasileiro nascente (LACOMBE et al., 1964, p. 299).

Novamente, a crítica é da omissão ao papel da personalidade. Todavia, o disparate, segundo o relator Lacombe, diz respeito à História do Império, que para ele “é realmente maltratada no resumo que oferece aos futuros mestres, a começar pela negação da própria independência.” A História Nova do Brasil, assim como Nelson Werneck Sodré na obra *História da Burguesia* (1964), utilizam o termo autonomia em substituição ao termo Independência. E, dessa forma, negariam a Independência de 1822. Essa ideia da negação da Independência entendida como grave erro segundo aparecem no parecer nas páginas 289, item 10; página 294, item 14; página 296, item 16; e outras.

Nas monografias da História Nova do Brasil de fato existe o questionamento do tipo de independência alcançado no Brasil. A intenção dos autores é a reflexão sobre as relações internacionais às quais estava submetido o Brasil naquele momento e quais eram as possibilidades brasileiras de Independência. Nas notas introdutórias da monografia 6, com o título *independência de 1822*, assim consta:

O erro fundamental destes livros, quanto à Independência do Brasil de 1822, é que não explicam que tipo de Independência foi esta, que condicionantes sofreu, que avanço significou. *Achar que o Brasil ficou independente em 1822 é falso e é esta impressão que os livros didáticos procuram incutir em seus leitores.*

Os autores desta monografia entendem que, sem a compreensão geral do que ocorria no mundo à época de nossa Independência de 1822, é impossível compreendê-la e explicá-la. (SANTOS et al., 1964d, p. 9, grifo nosso)

Apenas o trecho grifado na citação acima foi usado pelo parecer. Como podemos observar, estes trechos de forma isolada não podem explicar as razões pelas quais a História Nova do Brasil propõe contestar ou refletir a Independência. Os autores defendem que a Independência de 1822 ocorreu sem mudanças na estrutura da nossa sociedade. “O regime econômico continuou o mesmo, as instituições políticas permaneceram como antes, até o chefe executivo, o Príncipe português, permaneceu” (Ibid., p. 83). A mudança de poder e a tomada de poder pelo grupo dos senhores de terras e escravos, só teria acontecido em 1931. Nesse sentido, o erro da História Nova é fazer da História uma ferramenta de reflexão, fazer da História uma História problematizadora, seu erro é propor que a História leve em consideração as determinantes e condicionantes históricos desencadeados pela totalidade. Essas propostas não são simples erros, mas sim uma tomada de posicionamento político. Como posicionamento político, é possível que deles se discorde, porém não é isso o que faz o Parecer. Antes, o Parecer refuta e caracteriza como erros algo que se funda em distinção política, teórica e de visão de mundo.

Sodré (1965b) também reforça essa ideia de que muitos dos “erros” apontados pelo Parecer são fundados em pensamentos distintos sobre o assunto. Não obstante, não pode ser tratado como erro genérico algo que é disputado por concepções diferentes.

[...] há muita coisa que escandaliza Lacombe e que, realmente, os autores escreveram e nas quais acreditam: que a expansão ultramarina não foi gerada pelo gênio de D. Henrique; que o descobrimento do Brasil foi simples pormenor da empresa mercantil ultramarina; que a guerra holandesa é episódio do quadro internacional da época; que é infantil atribuir as vitórias de Napoleão apenas ao seu talento militar; e muitos outros pontos. Nisso, realmente, Lacombe pensa de determinada maneira e os autores de maneira diversa. Quem está com a razão? O tempo dirá. (SODRÉ, 1965b, p. 80 – 81)

Dentre os erros que de fato eram erros, encontra-se “pequenos enganos de data e nome pululam: a Assembleia Constituinte abriu-se “a 31 de maio”, quando foi a 3 de maio (VI, 84); o Sr. Chamberlain é elevado a “embaixador da Inglaterra no Brasil” (VI. 82) quando era simplesmente encarregado de negócios”, etc.³¹⁰ (LACOMBE et al., 1964, p. 295); Erros ortográficos e problemas de linguagem, “há casos de imperdoáveis erros de crase (III. 62) [...] concordâncias viciosas (VI, 16)” (Ibid., p. 300 – 301). Aparecem muitos erros de transcrição,

³¹⁰ Cf. LACOMBE, et al., p. 295.

por exemplo, da obra de José Honório Rodrigues transcrevem errado um nome de uma família, trocando o nome da família “Ribeiros” por “Ribeirinhos”. (Ibid., p. 298). Também a “transcrição da ‘*ânua de 1626 do Padre Vieira*’ (III. 30), que os AA copiam da obra do general Antônio de Souza Junior [...] em vez de buscá-la na edição mais autorizada [...]”. Na sentença de Tiradentes também aparece erro de transcrição,

Nem a sentença de Tiradentes escapou a erros lastimáveis de transcrição. Apesar dos excessivos cuidados em explicar que barão é corda de enforcar, e padrão é coluna com inscrição, escreve-se *pregação* em vez de *pregão*, repetindo o erro que ocorre na *formação histórica do Brasil*, de N. Werneck Sodré. (Ibid., p. 300)

Mesmo analisando os erros de transcrição, o relator do parecer tenta fazer a ligação, sempre que possível, da História Nova do Brasil à Nelson Werneck Sodré. Entretanto, não havia motivo para reforçar essa ligação, pois Nelson Werneck Sodré assinava o trabalho conjunto, portanto, sua participação era óbvia. Entretanto, sabemos que nos IPMs, tanto do ISEB quanto da História Nova do Brasil, Nelson Werneck Sodré é acusado de ser o mentor do grupo subversivo de orientação marxista. Uma das fontes utilizada para tal embasamento foi exatamente este Parecer do IHGB.

A ligação direta de Sodré à História Nova era mais que óbvia para Lacombe. Por exemplo, ao diminuir a participação dos demais autores da obra coletiva, tratando-os como simples alunos da FNF, Lacombe reforçava o protagonismo de Sodré no projeto e a sua responsabilidade pela História Nova usar somente bibliografias marxistas. Outra evidência apontada por Lacombe a respeito do papel de Sodré era o fato da História Nova do Brasil utilizar os mesmos conceitos utilizados por Sodré, como o uso do termo *autonomia* ao invés de *independência* para o tratamento da Independência de 1822.

Daí, para os Inquéritos tornarem Sodré o mentor dos subversivos foi um passo lógico. Daí, para comprovarem a tentativa de um golpe comunista era uma questão de tempo. A subversão, pela lógica reacionária do golpe de 1964, era criada por mentes financiadas pelo Comunismo Internacional. Intelectuais ligados aos grupos subversivos eram os criadores dos problemas. Pelo raciocínio dos reacionários, as críticas não estão fundadas nas contradições da realidade, elas são inventadas por mentes transviadas. Relatando a invasão do ISEB nos primeiros dias após o golpe, Sodré fala do cenário de vandalismo:

“[...] rasgaram livros e quadros, estriparam poltronas, arrombaram portas e gavetas, subtraíram livros e carregaram tudo aquilo que poderia servir de



Figura 25: Relato de Maurício sobre a tortura e a tentativa de incriminação de Sodré

informação da *vastíssima conspiração comunista, orientada diretamente de moscou*”. (SODRÉ, 1965a, p. 31, grifo nosso)

Dentre os materiais levados estavam os textos das monografias História Nova do Brasil, inclusive os textos em elaboração.

Se havia uma conspiração comunista, Sodré provavelmente era o cooptador, o responsável por causar a corrupção do caráter daqueles jovens. O Parecer também indicava que ele era o único nome de peso dentre os autores da História Nova. Maurício Martins de Mello, que havia ficado preso por 43 dias³¹¹ por conta da História Nova do Brasil, fez chegar à imprensa um bilhete onde denunciava a tortura a que havia sido submetido. Em liberdade, reafirma as denúncias ao jornal *Correio da Manhã*³¹² que publica suas palavras em 09 de julho de 1965 (*Figura 25: Relato de Maurício sobre a tortura e a tentativa de incriminação de Sodré*³¹³).

Em seu relato sobre a prisão, Maurício fala da “tentativa de implantação do terror cultural, através da prisão de escritores”, das “violências físicas e tortura psicológica” que sofreu e que queriam responsabilizar Sodré como mentor comunista.

[...] a tônica dos interrogatórios, [...] foi procurar qualificar como ‘crime a publicação do livro, descobrir um vasto plano subversivo que estaria ligado à

³¹¹ Maurício havia sido preso em 26 de maio e teve *habeas corpus* concedido em 07 de julho. Sua prisão não foi a única relacionada à História Nova do Brasil, foram presos também Pedro de Alcântara Figueira (em 31 de maio) e Joel Rufino dos Santos (a 07 de junho). No *Habeas Corpus* concedido à Maurício de Mello por “ausência de justa causa” “O relator, ministro Romeiro Neto, afirmou, entre outras coisas, que ‘a prisão do paciente se constitui em gritante ilegalidade’; o ministro general Pery Constant Bevilacqua acrescentou: ‘Estamos diante de uma nova inquisição e, se continuarmos assim, dentro de pouco tempo, não podendo queimar os autores vivos, queimarão os livros na praça pública’” (SODRÉ, 1965b, p. 76). No *habeas Corpus* concedido aos outros dois autores, a 14 de julho, “O Ministro Ribeiro da Costa afirmou: ‘a *História Nova do Brasil* é um livro sério e bem escrito, pois comenta com honestidade os acontecimentos históricos. Hoje se estuda observando os fatos e não decorando datas e nomes. Se existe crime, é o da prisão destes homens que não cometeram crime algum’” (Ibid., p. 76)

³¹² Esse Jornal do Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*, fundado em 1901, ficou conhecido por sua orientação liberal, sempre ligado aos debates políticos. A partir de 1961, houve uma mudança na direção do Jornal (Com a morte de Edmundo Bittencourt assume sua esposa Niomar Moniz Sodré Bitencourt) que passa a empreender uma luta contra o comunismo, tendo na figura de Goulart o homem a ser combatido. Os editoriais desse período faziam oposição ao governo e encampavam o afastamento de Goulart. Instituído o poder dos militares o jornal passa a lutar pela democracia e contra as arbitrariedades. A própria Niomar Moniz foi presa pela repressão. Dessa forma o jornal *Correio da Manhã*, a partir de 1964 se tornou um grande foco de luta contra o autoritarismo no Rio de Janeiro. (VIEIRA, 1998, p. 172 – 173).

³¹³ Ver: ANEXO XIV – Relato de Maurício Martins de Mello sobre a tortura e a tentativa de incriminação de Sodré – prisão referente a publicação da História Nova do Brasil – 1965.

edição da *História Nova do Brasil* e responsabilizar o general Nelson Werneck Sodré como doutrinador do marxismo' (MELLO, 1965, s/n grifos nossos)³¹⁴

Sodré deveria ser, segundo os IPMs, um dos cabeças da conspiração comunista no Brasil. Muito desta ideia da conspiração comunista, deve-se então ao parecer do IHGB, que à página 301 conclui:

Quer pela sua orientação doutrinária, extremamente facciosa, quer pelas faltas graves em matéria de fato, quer pela falta de cuidado na apresentação, os fascículos da denominada *História Nova* não mereciam sequer uma recomendação das autoridades educativas do país.³¹⁵

Muito menos mereceriam os privilégios que obtiveram da administração³¹⁶ e que devem ser urgentemente cancelados em benefícios da educação livre e democrática. (LACOMBE et al., 1964, p. 301)

De forma muito dura, subscrevendo integralmente o que Lacombe havia escrito, Herbert Canabarro Reichardt decide, mesmo após a assinatura conjunta da Comissão de História (Américo Jacobina Lacombe, Wanderley Pinho, Marcos Carneiro de Mendonça, Herbert Canabarro Reichardt) acrescentar uma nota onde assina sozinho:

Subscrevo integralmente o parecer e as conclusões do Professor Américo Jacobina Lacombe, após leitura minuciosa e proficiente que fez dos folhetos da *História Nova*, de autoria coletiva, para uso obrigatório nas escolas.

Além de deformar a mentalidade juvenil com conceitos errôneos e falsos, abomina e despreza tudo quanto aprendemos na maneira de interpretar a História. Amesquinha o culto cívico e deslustra os mais memoráveis fatos da nacionalidade.

Pior que tudo, é que, tornando obrigatória a sua adoção, tanto nas escolas públicas como particulares, contraria frontalmente a Lei de Diretrizes e Bases – árdua e brilhante conquista do princípio universalmente aceito – com exceção nos países totalitários – da liberdade do ensino.

Bastaria sómente êste último item, *para denunciar os propósitos comunizantes e subversivos do governo deposto.*

³¹⁴ MELLO, Maurício Martins de. "Autor de História Nova: Prisão foi ato político". In: *Correio da Manhã* em 09 de julho de 1965. Documento do Arquivo Nelson Werneck Sodré [Manuscritos] da Biblioteca Nacional.

Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355234/mss1355234.pdf Último acesso 10/02/2017.

³¹⁵ Essa recomendação foi dada pelo Ministério da Educação e Cultura através da "Portaria nº 50 de 04 de fevereiro de 1964". *Diário Oficial*. Brasília, 12 de fevereiro de 1964, Seção I Parte I, p. 1345. Já analisamos esse caso no capítulo 4: "4.4. MEC participação voluntária à esquerda." Ver: ANEXO VII – Portaria nº 50 MEC 04 de fevereiro de 1964.

³¹⁶ Segundo o relator, a História Nova do Brasil teria recebido privilégios a partir do Decreto nº 53.583 de 21 de fevereiro de 1964, que dispunha sobre a edição de livros didáticos. Analisamos essa portaria no capítulo 4: 4.4. MEC participação voluntária à esquerda. Ver: ANEXO VIII – Decreto nº 53.583 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1964.

Entendo que a opinião do Instituto Histórico, deve ser comunicada sem mais delongas à Comissão que nos deu a honra de opinar sôbre tão importante assunto. (REICHARDT apud. LACOMBE et al., 1964, p. 301 – 302 grifos nossos)

Essas linhas escritas por Reichardt são sintomáticas do período que se vivia. O parecer não se prestava a ser técnico, buscando avaliar alcances e limites da produção. Buscava atestar as intenções *comunizantes e subversivas do governo deposto*. A partir de pareceres como este, estariam justificadas ou, pelo menos, minimizadas, as ações do terrorismo cultural como ficaram conhecidas as perseguições aos intelectuais e grupos ligados à cultura brasileira. Com esse adendo ao Parecer, Reichardt satisfazia a Liga de Defesa Nacional, instituição que pediu um parecer sobre a História Nova. Agradava também aos setores patronais brasileiros. É importante lembrar que a liga foi uma das frentes anticomunistas brasileiras e famosa por suas campanhas cívicas homenageando as grandes personalidades brasileiras. O próprio IHGB estava alinhado aos setores anticomunistas.³¹⁷

Do ponto de vista político, Nelson Werneck Sodré, acredita que esse parecer teria sido um dos grandes responsáveis pela perseguição à obra. No artigo *História da História Nova II* (1965b, p. 80), Sodré já apontava que Lacombe fazia naquele parecer denúncias ao DOPS. Que Lacombe “não se esquece de denunciar ‘o principal autor’ ao DOPS quando escreve:” em sua última obra, acima referida, os únicos filósofos citados são Marx, Engels e Lenine”. Um prato cheio para os IPMs do ISEB, da Imprensa Comunista ou da História Nova do Brasil, que buscavam caracterizar as ações comunizantes de setores da intelectualidade brasileira.

Nos IPMs, os pareceres eram apresentados aos autores da História Nova do Brasil como trunfos ou documentos que atestariam seus crimes³¹⁸. Nelson Werneck Sodré teve contato real com o Parecer do IHGB em meados de 1965. Por essa altura, já haviam sido presos Joel Rufino dos Santos, Maurício Mello e Pedro Figueira, e já estava em curso uma ofensiva de resistência às arbitrariedades do regime militar. Sodré, sabia da existência desse parecer, mas não havia lhe dado importância. Quando leu, diz ele:

³¹⁷ Cf. GUIMARÃES; LEONZO, 2003, p. 246.

³¹⁸ “Quando fui chamado a depor no IPM do ISEB, ainda em 1964, o seu encarregado, ou o tira que o assessorava, não me recordei bem, apresentou-me, com os ‘pareceres’ do Estado Maior do Exército e da tal Comissão Nacional do Livro Didático, certo documento, bastante longo, a que não dei maior importância e que não li. A ideia dele era esmagar-me com a superioridade da soma *daquelas “provas” de culpa*, particularmente da última, apresentada com pá de cal, na minha liquidação. Verifiquei que, nela, o encarregado do IPM punha toda confiança; era o que lhe garantia a posição, o que lhe assegurava estar cumprindo bem a missão, fazendo um brilharesco. Era aquilo que me iria arrasar. Era aquilo que nos poria na cadeia, a mim e aos outros bandidos que havíamos cometido o inextinguível crime de escrever a *História Nova do Brasil*. [...] a soma dos “pareceres”, e que fora elaborado por uma comissão de “doutos”, comissão nomeada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.” (SODRÉ, 1994, p. 131)

Logo compreendi que aqueles jovens tinham sido presos e torturados e que outros estavam no exílio e que eu estivera preso e fora privado da cátedra, *por causa desse “parecer”!* Não por causa dele, somente; mas principalmente por causa dele. [...] (SODRÉ, 1994, 132)

A tensão estabelecida entre a *História Nova do Brasil* e o IHGB, e entre Nelson Werneck Sodré e Américo Jacobina Lacombe jamais seria superada. Até o fim de sua vida, Sodré carregou essa amargura.³¹⁹

O que me feriu nesse “parecer”, foi a sua infâmia e a sua covardia, mais do que os seus erros e imposturas. No momento em que autores de uma obra, boa ou má, conhecem o exílio, a prisão, os IPMs, as campanhas maciças de descrédito, vivem professores, escritores, intelectuais contra eles, é que me parece o essencial do problema. [...] A campanha contra a *História Nova* não se funda em divergências científicas, sempre naturais, válidas, justas e fecundas. Funda-se em infâmias, em imposturas, em publicidade dirigida e paga. [...] o que me desconcerta é ver indivíduos [...] virem formar no coro, trazer com histeria a sua lenha para a fogueira inquisitorial. O que me desconcerta é ter de me envergonhar por eles. (SODRÉ, 1965b, p. 83)

Com esse parecer, politicamente usado, estabelecia-se um inimigo público da ordem; fora instituída a perseguição policial para atos de escrever livros de História do Brasil. Do ponto de vista da historiografia, sob a alegação da liberdade didática, a partir da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4024/61), o IHGB com seu parecer, resguardava para si os direitos de trato com a memória nacional.

Um ponto interessante é que hoje, na História, muitos dos dados históricos oferecidos pela História Nova do Brasil seriam considerados informações não relevantes ao ensino de nível médio. Tais anunciações feitas pelos compêndios diriam respeito aos interessados em aprofundamento ou especialização em História. Hoje, mesmo a História Nova do Brasil, seria considerada enfadonha pelos detalhes e arrolamento de datas, episódios, etc. Apresenta uma quantidade de elementos factuais que dispersariam o ensino de História do essencial. Essencial que é o movimento, o entendimento do processo. Temos que o que se manteve para o ensino de História do Brasil, ensinada a partir dos livros didáticos, é exatamente que que

³¹⁹ “O que nos doeu, particularmente, foi o papel do Instituto Histórico, [...] Conhecido integralista, antigo membro da comissão dos Quarenta, ou Conselho dos Quarenta, órgão máximo da AIB (ação Integralista Brasileira), ramo nacional do fascismo, arvorado em relator de comissão nomeada por aquela instituição, lavrou contra a *História Nova* virulento ‘parecer’. [...] Não quero sujar esta edição comemorativa da *História Nova*, [...] mencionando um nome que deveria estar na sepultura honesta do esquecimento. Os que conheceram os acontecimentos sabem de quem se trata. A História é isso mesmo: uma singular mistura do grande e do pequeno. (SODRÉ, 1993, p. 36)

figurava como inovação no projeto da História Nova do Brasil: a inclusão da História do Brasil na História internacional, a preocupação dos condicionantes históricos e os determinantes para além das vontades individuais, o entendimento do local e sua relação com a totalidade, as análises econômicas (embora não se possa ficar fixo nelas), o desapego ao culto das grandes personalidades, a história problema, etc.

6.2. A ideia-força da “revolução brasileira” transformada em luta pela democracia.

Se o parecer do IHGB teria legitimado a ação que caçava e censurava as ideias contestatórias dos processos históricos cristalizados no ensino de História do Brasil, genericamente, o parecer também transformou a História Nova do Brasil em símbolo da repressão à cultura e, ao mesmo tempo, um símbolo da resistência à repressão.

Trabalhamos ao longo da tese com a ideia de que a História Nova do Brasil participava do processo da Revolução Brasileira. Buscava contribuir ao processo a partir da reformulação ou da reforma do ensino de História. Acontece que o golpe jogara um balde de água fria no processo geral. Ela não deixaria de existir, mas, diante das arbitrariedades que o regime militar impunha, grupos de esquerda passaram a se aglutinar nas lutas contra a ditadura. Essa luta foi possível, como já dissemos anteriormente na tese, pela “cultura viva do momento”, pela proximidade dos eventos, pela latência e fervor ainda presentes. Falamos do período caracterizado como *restrita hegemonia cultural da esquerda* esboçada por Schwarz (2008) ou, como prefere Marcelo Ridente (1993), o *esboço contra-hegemônico*, que o AI-5 de dezembro de 1968, colocaria fim. Entretanto, nesta busca por resistir, um ator importante surge: a *Revista Civilização Brasileira*.

A Revista Civilização Brasileira n.º 3, referente ao mês de julho de 1965, tem como primeira publicação, um texto muito provocativo intitulado “*Primeira Epístola: Sobre o ‘delito de opinião’*”, texto assinado por Ênio da Silveira e endereçado ao Senhor Marechal Castelo Branco. O debate posto era o da liberdade de opinião e do cerceamento de liberdades imposto pelo regime ditatorial. A ditadura teria feito sua “revolução” em nome das liberdades contra o dogmatismo comunista, não? A culpa da repressão era transferida às esquerdas. Disse Golbery de Couto e Silva, que “a precipitação aventureira e suicida de alguns setores ditos de

esquerda, [...] pôs em marcha o que era ou pretendia ser apenas um aparelho preventivo” (SILVEIRA, 1965, p. 8)

Para Ênio Silveira, a História tentaria explicar os fenômenos daquele momento mais adiante. Tentar explicá-los no calor da hora traria muita paixão, mas não deixa de registrar que foi o período de João Goulart uma das épocas de maior liberdade de opinião em anos republicanos. E continua: “pois bem, sr. Marechal: chegamos aqui ao motivo principal desta epístola, que é precisamente o da liberdade de opinião.” (Ibid. p. 8)

De fato, Marechal, admitamos que muitas das violências e injustiças clamorosas dos primeiros meses foram fruto da euforia punitiva que dominou os vencedores. Esqueçamo-nos por instantes, apenas para encaminhamento de raciocínio, das centenas de vítimas do Ato Institucional, da demissão em massa de professores universitários, da aposentadoria ou demissão sumária de funcionários públicos, da reforma de tantos oficiais de nossas Forças Armadas, todos perseguidos e punidos pelo crime de terem pensado. Fiquemos apenas nos casos mais recentes, nos que estão ocorrendo agora, depois de um ano e quatro meses de vitorioso o golpe de estado. Pensemos nos três rapazes, co-autores da série de livros intitulada *História Nova*, que ficaram presos durante semanas e semanas, por capricho de misteriosas autoridades, acusados de crime de opinião. Pensemos nos livros que estão sendo apreendidos em vários pontos do território nacional pelos agentes da Polícia de Segurança ou pelo próprio Exército Brasileiro (SILVEIRA, 1965, p. 9)

A incitação ao debate proposto pela Revista Civilização Brasileira foi importante ao movimento de resistência ao regime e a História Nova do Brasil era um dos exemplos de perseguição à cultura, perseguição aos professores e o ato de ensinar, a liberdade de cátedra, etc. Toda a revista e seus artigos buscavam arregimentar forças para a resistência. “o chamado ‘delito de opinião’, senhor Marechal, é crime que devemos todos praticar diariamente, sejam quais forem os riscos. Se deixarmos de ser ‘criminosos’, nesse campo, seremos inocentes... e carneiros” (Ibid., p. 11)

Contra a inocência e principalmente contra os abusos de poder, se tornava imperativa a denúncia. Para Sodré, “tornados públicos, os IPMs constituirão um grande espetáculo” (SODRÉ, 1965a, p. 28). Era fundamental tornar públicos todos os desmandos do golpe, que se escondia e se fortalecia exatamente na impunidade do anonimato dos fatos. “O poder da coação deriva da clandestinidade com que se exerce. Colocados à luz do público, no conhecimento geral, os atos de coação perdem-se, esvaziam-se.” (SODRÉ, 1986, p. 118)

Dessa forma, entre abril de 1964 e o AI 5, (dezembro de 1968) a Revista Civilização Brasileira se torna um dos veículos de resistência à ditadura, na medida em que ela busca

também tornar públicos os acontecimentos de perseguição às liberdades de expressão. Assim, através da Revista *Civilização Brasileira*, podemos encontrar alguns episódios que dizem respeito diretamente à intelectualidade e o fazer intelectual, dentre eles a publicização das contendas acerca da História Nova do Brasil. Estudos sobre a Revista *Civilização Brasileira* já foram mencionados em outros momentos da tese e não é nossa intenção esmiuçar ou fazer um estudo sobre a revista. Nossa intenção é nos apropriarmos do que foi divulgado a partir dela sobre nosso tema específico a História Nova do Brasil marcadamente já no período pós-golpe e, inclusive,

Nesse interim, sobre a História Nova do Brasil, encontramos:

- SODRÉ, Nelson Werneck. “História da História Nova (I)”³²⁰ In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n.º 3, p. 27 – 41, de julho de 1965.
- SODRÉ, Nelson Werneck. “História da História Nova (II)”³²¹ In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n.º 4, p. 71 – 85, de setembro de 1965.
- EDITORIAL [Direito]. “Violência Contra a História Nova.” In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n.º 4, p. 361 – 382, de setembro de 1965. Este texto não se trata de um artigo. Trata-se da publicação, tornando público, o mandado de segurança impetrado pela Editora Brasiliense contra o encarregado do IPM do ISEB que recolheu os livros da História Nova do Brasil.
- LACOMBE, Américo Jacobina. “Ecos da História da *História Nova*”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n.º 8, p. 313 – 321, de julho de 1966.³²² Trata-se de uma carta resposta de Lacombe (autor de um parecer do IHGB contrário à História Nova) à Sodré e ao editorial da revista pelas publicações de História da História Nova I e II.
- EDITORIAL “História Nova: Denúncia do Procurador-Geral” In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n.º 11 – 12, p. 208-212, dezembro de 1966 – março de 1967.³²³ Este documento foi publicado com a intenção de tornar pública a polêmica em

³²⁰ Esse texto reaparece publicado em 1986 em *História da História Nova* de Nelson Werneck Sodré (uma compilação de textos sobre o ISEB e a História Nova) e outra vez em 1996 a partir da Editora Giordano e Loyola na coleção *Memória História Nova do Brasil 1963 – 1993*.

³²¹ Esse texto reaparece publicado em 1986 em *História da História Nova* de Nelson Werneck Sodré (uma compilação de textos sobre o ISEB e a História Nova) e outra vez em 1996 a partir da Editora Giordano e Loyola na coleção *Memória História Nova do Brasil 1963 – 1993*.

³²² Ver: ANEXO XVII – Ecos da História da História Nova

³²³ Ver: ANEXO XX – História Nova: Denúncia do Procurador-Geral.

torno da História Nova. Trata-se da denúncia contra os autores da História Nova do Brasil feita pelo Procurador-Geral da Justiça Militar.

Estes documentos disponibilizados a partir da Revista Civilização Brasileira são utilizados por nós ao longo de toda a tese, principalmente dos textos da *História da História Nova (I e II)*, que foram compilados e tiveram nova publicação pela editora vozes em 1986 compondo o livro de mesmo nome: *História da História Nova* (SODRÉ, 1986). Os textos *História da História Nova* narram os acontecimentos com a especificidade de terem sido escritos no calor do momento. Historiam o processo com grande contribuição documental utilizando muitos recortes de jornais do período e é material central nos estudos sobre o projeto da História Nova do Brasil na medida em que oferecem as pistas que devem ser seguidas.

6.2.1. Violência contra a História Nova

A publicação, no n.º 4 da Revista, de setembro de 1965, com o título “violência contra a História Nova”, reproduz um mandato de segurança pedido pela Editora Brasiliense contra o responsável do IPM do ISEB. O documento acaba por historiar os acontecimentos desde 25 de maio, quando do recebimento da requisição assinada pelo coronel Gerson de Pina pelo encarregado naquele momento na Editora Brasiliense, para que fosse entregue os volumes I e IV da *História Nova do Brasil*. Esse documento irá, fato à fato desconstruindo os atos que proibiram e apreenderam as obras editadas de forma particular pela Editora Brasiliense. Irá em sua defesa, inclusive usar este ponto: a apreensão teria sido feita pelo IPM do ISEB e a produção recolhida e proibida de circular era um empreendimento particular da Brasiliense. Evocará o art. 141, parágrafo 5º da Constituição federal em vigor naquele momento sobre a *livre manifestação de pensamento* e o parágrafo 7º sobre a *liberdade de consciência e de crença*.

O documento trata de desmontar a acusação de que os textos da História Nova do Brasil têm natureza criminal e que muito menos podem ser enquadrados como crime militar, para figurar em IPMs.

D) A *notitia criminis*, ligeiramente enunciada no mandado de busca e apreensão [...], é a de que os volumes seriam apreendidos porque a obra

“segundo as portarias 236, de 14.4.64, e 233-D, de 17.4.64, respectivamente dos Ministros da Educação e Cultura e da Justiça e Negócios Interiores, FOI CONSIDERADO OBRA SECTÁRIA E SUBVERSIVA, ONDE DISVIRTUA (sic) OS FATOS HISTÓRICOS”.

E) Acontece, porém, que, TRATANDO-SE DE LIVROS, estão à sombra do art. 141, § 5º, da Constituição Federal, *ibi*:

“Art. 141, § 5º - É livre a manifestação de pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos, que cometa. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de LIVROS e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada a propaganda da guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe” (“Violência contra a História Nova”, 1965, p. 374, in: Editorial Revista Civilização Brasileira, nº 4 de 1965 grifos do editorial)

O mandado de segurança aponta que mesmo que se quisesse enquadrar os textos da História Nova nos crimes de “propaganda para subversão da ordem” (como fez o IPM do ISEB e da História Nova do Brasil), já estaria incorrendo em ilegalidade, pois não seria competência da jurisdição militar, tratar desses assuntos. Para comprovar essa afirmação, arrola outras leis.

Sobre a “propaganda para subversão da ordem”, o documento ainda analisa alguns conteúdos expressos nas monografias para demonstrar que não pode ser tratada como propaganda o que é “exposição ou crítica no debate de quaisquer doutrinas”. E que inculcar que o comunismo como *sectário e subversivo* era um dado triste da hora pela qual atravessava o Brasil (Ibid., p. 378). Ainda assim, nem de comunista poderia ser acusada a História Nova do Brasil. Não tratam as obras de “abolição da propriedade privada dos meios de produção e a fase de ditadura do proletariado”. Não se encontrará, “nada que lhe possa dar ideia de uma – interpretação marxista-leninista da História do Brasil. (“Violência contra a História Nova”, 1965, p. 378, in: Editorial Revista Civilização Brasileira, nº 4 de 1965)

Para nós, o trabalho da História Nova do Brasil, embora não anuncie explicitamente, é um trabalho marxista; não pode ser considerado um marxismo maduro, ainda assim, marxista. Era um marxismo apressado e tendencioso, misturando a vontade política com análise histórica. Entretanto negar o materialismo que ele tenta, só faz sentido pelo ambiente de caça às bruxas vivido naquele momento histórico.

O Mandado de segurança impetrado pela Editora Brasiliense contra o Encarregado do IPM/ISEB, auxilia na visualização das acusações que estava sofrendo a História Nova do Brasil. Para os IPMs, a obra era sectária e subversiva por fazer propaganda contra a ordem,

entretanto, bastaria a lembrança que o MEC estava, no primeiro momento apoiando as edições, transformando inclusive a obra em material oficial, para inferirmos que não poderia estar fazendo qualquer propaganda contra a ordem. Era uma medida oficial, governamental, dentro dos parâmetros legais.

6.2.2. Ecos da História da História Nova

Sobre a publicação da carta de Lacombe, no número 8 da Revista,

É lamentável verificar, como acontece em alguns casos, que, no campo dos intelectuais, a luta seja desenvolvida entre partidários das diversas tendências, e não contra a ditadura. (SODRÉ, 1967, p. 213 – 214 apud. VIEIRA, 1998, p. 181)

Essa luta interna já havia sido sentida por Nelson Werneck Sodré quanto aos acontecimentos que proporcionaram a crise no ISEB, a partir do 1958, no caso da publicação do livro de Jaguaribe e que causou o enfraquecimento da instituição. Novamente, tensões internas, dentro de um mesmo “bloco” de esquerda, mas agora em outro momento político, aconteciam e enfraqueciam a unidade da resistência.

O editorial da Revista havia decidido publicar a carta resposta de Américo Jacobina Lacombe sobre os textos *História da História Nova I e II* de Sodré e publicados nos nº 3 e 4 da revista. A carta ratificava as críticas contundentes que haviam sido feitas às monografias no Parecer do IHGB, e Nelson Werneck Sodré não concordava com essa publicação. Inclusive, Sodré tentou vetá-la, mas o órgão colegiado da Revista decidiu pela publicação apropriando-se de uma “concepção abstrata de liberdade”.

Eu achava que o dedo-duro dispunha da imprensa toda, a dita “grande”, ou “sadia”, para expandir-se. Eu só dispunha da *Revista Civilização Brasileira*, eu não pedira à *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* que publicasse minha contestação ao lamentável documento batizado de parecer. Não havia igualdade de direitos e de condições entre eu (e meus companheiros da *História Nova*) e o dedo-duro (e seus companheiros de infâmia) no âmbito da imprensa. Não deveria haver, no âmbito da nossa revista. (SODRÉ, 1994, p. 173)

Não houve solidariedade política neste caso, e a Revista publicou a carta. Os companheiros de Sodré na Revista,

Não viam a essência desse problema: quando se estabelece condições de igualdade para coisas desiguais, sempre se está privilegiando o mais forte. A ideologia burguesa estabelece tais condições, gerando falsidade de igualdades que a realidade não sanciona. Isso, no fim das contas, está na frase oca que diz ser a lei igual para todos. (Ibid., p. 173)

Neste caso, da Revista *Civilização Brasileira* ter permitido o direito de resposta ao relator do parecer, concordamos com Sodré. Mas, nossa análise parte do conforto dos anos transcorridos e da posse de informações que o colegiado editorial da revista não dispunha naquele momento. A ideia de democracia do grupo editorial da revista, para Sodré (1994, p. 172 – 173), pautada por uma “ideia abstrata de liberdade”, fazia sentido na luta contra a censura que ela empreendia.

O editorial da *Revista Civilização Brasileira*, ao publicar a carta, faz uma série de lembranças sobre o que havia escrito Nelson Werneck Sodré nos números 3 e 4 da revista. Nesta nota introdutória sobre o título de “Histórico ou uma explicação por parte da Direção desta Revista”, a direção se posicionava radicalmente a favor de Sodré. O histórico proposto pelo editorial da revista situa o assunto ao leitor que, por ventura, não tivesse acompanhado os escritos nos números anteriores.

Uma associação, chamada Liga da Defesa Nacional, ao que parece detentora do civismo integral, solicitou parecer do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre os volumes já publicados da *História Nova*, confiando na infalibilidade opinativa daquele cenáculo, dileto do Imperador Dom Pedro II, cuja pessoa continua ali cultuada como em vida fora cortejada. ([editorial] *Revista Civilização Brasileira*, 1966, p. 314. In LACOMBE, 1966, p. 314)³²⁴

A explicação por parte da direção ainda aponta que o volume da revista do IHGB, preparado para maio e junho de 1964, só teria saído um ano depois. Lembrava aos leitores que Nelson Werneck Sodré já havia indicado que o parecer se prestava a infâmias da publicidade dirigida e paga³²⁵. No caso, atendendo aos interesses do grupo reacionário que assaltara o poder. O grande indício dessa verdade era que a “denúncia apresentada pelo Exmo. Sr. Procurador Geral da Justiça Militar transcreve as conclusões do “parecer”, que nas conclusões pediam “urgentemente” para que os compêndios fossem cancelados. A nota da revista então

³²⁴ [editorial] [Histórico ou uma explicação por parte da Direção desta Revista] In: LACOMBE, Américo Jacobina. “Ecos da História da *História Nova*”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n.º 8, p. 313 – 321, de julho de 1966.

³²⁵ “A campanha contra a *História Nova* não se funda em divergências científicas, sempre naturais, válidas, justas e fecundas. Funda-se em infâmias, em imposturas, em publicidade dirigida e paga” (SODRÉ, 1965b, p. 83)

indaga: “O conselho à Administração, contido no último parágrafo do parecer, era para surtir efeito em março ou abril?” Observando os tempos verbais utilizados no parecer, percebia-se que ele havia sido “redigido e aprovado após a vitória do movimento militar” (Ibid., p. 315 – 316).

Sobre a carta resposta de Lacombe, ela busca atestar o que já havia sido escrito no parecer, acusando a Revista e Sodré de o agredirem violentamente e o atacarem como mentiroso. Ao reforçar os erros que têm os e ainda arrolar novos, Lacombe diz que os artigos de Sodré não tratam do principal que o parecer emitiu, para ele, o “*único ponto que interessava a uma entidade especializada*”: os erros que cometiam os autores. “Tremendos erros que fervilham nos folhetos Diz o General [Sodré] que não interessam ao grande público. Interessam, como não! O público precisa saber como se oficializava e auxiliava uma série de publicações que ensinavam errado.” (LACOMBE, 1966, p. 317)

Américo Lacombe ainda diria:

[...] pouco me importa que o Autor principal publique livros de orientação filosófica qualquer que ela seja, ne que escolha *maus* colaboradores. O que me atinge é fazê-lo em publicações oficiais patrocinadas por decretos e privilégios.

De dele divergi e aponte erros que, a meu ver, invalidam a obra, *jamais concluí por qualquer recomendação contrária à livre manifestação ou ao livre debate de ideias* – pelo contrário disso me valerei para dele discordar.

Sou de todo estranho às consequências de ordem política ou judiciária, ou qualquer outra, que a edição dos citados livros haja, por ventura, provocado e violaria os meus princípios que defendo se tal propugnasse. Sustento o direito, dele e meu, de escrevermos e nos criticarmos livremente. (LACOMBE, 1966, p. 318 Grifos nossos)

Américo Jacobina Lacombe assinaria ou teria sido arrolado como testemunha de acusação na denúncia contra os autores da História Nova do Brasil ao Supremo Tribunal Militar, entregue em 29 de março de 1966. Ser convocado como testemunha em tal peça jurídica levanta dúvidas se para para Lacombe pouco importava a orientação filosófica da História Nova. Lacombe diz que a questão residiria no fato de serem publicadas oficialmente, entretanto, a mudança de governo (com o golpe de 1964) já havia alterado as normas das publicações oficiais em 14 de abril de 1964, conforme o Decreto n.º 53.887, que revogaria os

privilégios³²⁶ apontados. Nesse sentido, qual motivo para o oferecimento de denúncia contra os autores da História Nova do Brasil? E por que Lacombe seria arrolado ou assinaria como testemunha da acusação? Se o anunciado em sua carta resposta fosse levado à cabo, deveria Lacombe passar de testemunha de acusação para testemunha de defesa. E o parecer, por importar somente com erros pontuais de História como revista especializada que é, alheia às *consequências de ordem política ou judiciária*, deveria ser retirado dos IPMs.

O que acontece é que provavelmente Sodré (1965b) estivesse certo quando afirmou que o parecer era encomendado e pago. E, não custa retomarmos a razão de fazermos estas análises: o interesse da tese nestas análises e que elas demonstram a quão perigosa era a História Nova do Brasil para os “não-subversivos”. Não obstante, as interpretações superestimadas feitas pelos perseguidores sobre o que pretendiam os coautores demonstram que, de fato, a História Nova do Brasil empreendia, no mínimo, uma reforma no campo educacional.

Na radicalização das intenções proclamadas pelos IPMs, a História Nova pretendia a Revolução Comunista. Para nós, poderia ser encaixada no processo em curso desde pelo menos à década de 1930, portanto, eram parte do processo da revolução brasileira.

6.2.3. História Nova: Denúncia do Procurador-Geral

A História Nova: Denúncia do Procurador-Geral (In: Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, ano I, n.º 11 – 12, p. 208-212, dezembro de 1966 – março de 1967) cumpre a função de publicizar os eventos da ditadura militar. Este documento apresenta a denúncia feita pelo Procurador Geral da Justiça Militar Eraldo Gueiros Leite contra os autores da História Nova do Brasil.

Para o Procurador, a História Nova aplicava “a dialética marxista-leninista, num propósito expresso da pregação da luta de classes, visando a substituição do regime político-social vigente no país” (Denúncia do Procurador Geral, 1967, p. 209).

³²⁶ Já tratamos deste assunto anteriormente na tese. Os privilégios estariam contidos no Decreto n.º 53.583 de 21 de fevereiro de 1964, e que o Decreto de 14 de abril de 1964 nº 53.887 havia já revogado considerando que o anterior “[...] fere o princípio da liberdade do ensino, ao declarar a obrigatoriedade de inclusão de livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura entre os que forem selecionados para as diferentes séries e disciplinas.” (BRASIL, Decreto 53.887 de 14 de abril de 1964, p. 3314). Os dois decretos encontram-se arrolados nos anexos.

Consequentemente, “os fins colimados pelo trabalho dito não eram o de levar ao leitor da obra ensinamentos históricos, mas sim, o de traçar uma avançada meta de guerra revolucionária que pelo governo deposto, estava sendo posta em prática.” (Ibid., p. 209)

Essa estratégia estaria sendo colocada em prática por Nelson Werneck Sodré, o mentor do projeto, que teria escolhido militantes comunistas e não estudiosos do assunto para o empreendimento. O documento arrola trechos das monografias como provas da interpretação marxista.

“A batalha que várias classes da população, inclusive setores do governo, travam contra o latifúndio, tem seu obstáculo fundamental na classe dos senhores de terras e, agora, de servos, que permanece no poder político do país há 141 anos.”

“A conquista da reforma agrária representará a derrota política dos senhores de terras e de servos, aliados fundamentais dos interesses internacionais. Foram estes interesses que, uns, em 1822, realizaram a Independência formal, e outros, hoje, impedem a verdadeira Independência, que permitirá ao país desenvolver-se plenamente e se firmar como Nação. A Independência do Brasil é uma luta dos dias atuais.” Monografia – “INDEPENDÊNCIA DE 1822” (págs. 108 e 109) (Ibid., p. 210, grifo do autor)

A História Nova do Brasil apresentava a “preocupação constante da demolição do culto dos heróis, técnica principal no regime comunista”. O Procurador critica o realce dado a obra pelos decretos governamentais e destaca o parecer do IHGB para consubstanciar a denúncia. “[...] O espírito do qual se revestiu a “História Nova” bem determina a ajuda consciente e criminosa de organismo político internacional, que visa colocar o nosso país na sua área de influência” (Ibid., p. 210 – 211).

Para o denunciante, a História Nova do Brasil pregava a alteração do regime político vigente no país, o que era crime, segundo a Carta Magna de 1946, assim como comportamento “típico penal no inciso III, do art. 2.º, da Lei n.º 1.802.”³²⁷

Por fim, o Procurador Gueiros Leite pede para que sejam ouvidas as testemunhas de acusação: Américo Jacobina Lacombe e Marcos Carneiro de Mendonça. Protocolando esse pedido em 29 de março de 1966.

³²⁷ Inciso III do art. 2.º da Lei n.º 1802 de 05 de janeiro de 1953:

“Tentar mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsidio de Estado estrangeiro ou de caráter internacional” (Apud. MINISTÉRIO PÚBLICO, 1970, s/n. In: [correspondência recebida por Nelson Werneck Sodré], remetente: Advogado Prof. Heleno Cláudio Fragoso “Certidão de despachos de arquivamento de inquérito da Marinha sobre a História Nova do Brasil a pedido do Ministério Público”. Correspondência a Nelson Werneck Sodré em 15 de dezembro de 1970. Documento disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

Em 15 de dezembro de 1970, Nelson Werneck Sodré recebe de seu advogado a certidão de arquivamento deste inquérito.³²⁸

6.3. Balanço trinta anos depois: os depoimentos dos autores em 1993

[...] os adversários e inimigos, quando os há, é que nos definem, é que marcam nosso perfil, assinalam nossa posição. Orgulho-me de ter tido, assim, tais adversários. Eles me definem, pelo contraste. (SODRÉ, 1986, p. 11)

Não me lembro exatamente onde eu estava em novembro de 1989, devia estar no Rio de Janeiro. Recebi a notícia da queda do muro como algo muito importante. Era realmente o fim do sistema. Sua queda foi o resultado de todo o processo de derrocada do socialismo real. A esquerda foi atingida e perdeu a perspectiva: ela não imagina mais que, após a derrocada do sistema socialista, vá fazer a revolução. (Ferreira Gullar, Folha de S. Paulo, 8-11-2009. Mais, p.4)

A editora Giordano Ltda., com o propósito de divulgar obras e autores que estivessem fora dos catálogos das grandes editoras, empreendeu um projeto que realizou a *Coleção Memória Brasileira*³²⁹. Em 1993, em parceria com a Edições Loyola publicou, dentro da *Coleção*, o seu nº 18: a *História Nova do Brasil 1963 – 1993*.

A proposta editorial apresenta breves depoimentos dos coautores da História Nova do Brasil em clara valorização e resgate da memória, um dos motes da Coleção. Apresenta também dois textos escritos por Nelson Werneck Sodré e publicados originalmente pela *Revista Civilização Brasileira* – um em julho de 1965 e outro em setembro do mesmo ano – que representam uma descrição histórica dos acontecimentos, guardando a especificidade de terem sido escritos no calor do momento. Ainda conta com a publicação de uma das

³²⁸ ANEXO IV – Certidão de despachos de arquivamento de inquérito da Marinha sobre a História Nova do Brasil a pedido do Ministério Público.

³²⁹ Sob o título de *Coleção Memória*, a editora Giordano publicou vários trabalhos não publicados até então, ou pouco valorizados pelo campo editorial, apesar da relevância que tiveram nos momentos históricos em que haviam sido produzidos. Com poucas edições autônomas, teve como parceiros indispensáveis para a realização das publicações, principalmente: Edusp, Edições Loyola, Educ, Ateliê Editorial, Editora da UFMG e Unesp.

monografias da História Nova do Brasil, *O Descobrimento do Brasil*, mantendo as características da editora Brasiliense³³⁰.

Para nós, o ponto forte dessa publicação são os depoimentos que carregam as memórias nem sempre tranquilas da vivência desse episódio, que deixou marcas para além das impressas na historiografia brasileira, marcas nas subjetividades de seus participantes. A impressão das marcas deixadas saltou à vista do editor deste nº 18 da Coleção, que deixou registrado na apresentação da obra:

Restou-me dos contatos com os coautores e da leitura de seus depoimentos a sensação de que o episódio da HNdB deixou-lhes marcas de um trauma não assimilado. Talvez eu me engane, mas tirando Nelson Werneck Sodré, os demais prefeririam não tivesse ocorrido essa experiência em suas vidas. E, no entanto, não cometeram ele ato algum de que tenham de corar ou arrepender-se. Pelo contrário: pensar a própria história, buscar-lhe explicações é o que de mais consentâneo pode haver com nossa condição de seres sociais. (GIORDANO, 1993, p. 12).

Entretanto, não nos parece verdadeiro que, excetuando Nelson Werneck Sodré, os coautores prefeririam não ter participado da experiência da História Nova do Brasil. Nos parece que, excetuando Pedro de Alcântara Figueira, que com críticas ácidas diz que a História Nova do Brasil fez um desfavor à historiografia brasileira, os demais valorizam a experiência e, claro, fazem ponderações críticas. Contudo, suas críticas são feitas tendo trinta anos decorridos, e é natural que algum passo não se quisesse ter dado.

Outro aspecto importante a cerca destes depoimentos é exatamente o momento histórico em que foram concedidos. Por esse motivo, a citação de Ferreiro Gullar abre o tópico. A década de 1990 é, para toda a historiografia e principalmente para a historiografia de esquerda, extremamente emblemática. A queda do muro de Berlim operou nas ciências sociais um duro golpe. As reinterpretações e releituras históricas foram eivadas pela

³³⁰ Rememorando: A História Nova do Brasil foi publicada primeiramente pela campanha CASES/MEC em parceria com o ISEB em 1963/64, uma segunda publicação aconteceu em 1965, esse, um empreendimento particular a partir da editora Brasiliense. O projeto de 1993, da Coleção Memória da editora Giordano/Loyola, pode ser considerada a terceira tentativa.

avalanche do fim do socialismo real e a descrença nos modelos societários planejados. Parece-nos que as críticas ao marxismo feitas nessa década foram supervalorizadas.³³¹

Quanto aos depoimentos, diferentemente do editor, acreditamos que de forma geral os autores mantêm posicionamento favorável à experiência e demarcam sua importância em suas vidas e para o movimento historiográfico, mas não sem críticas e autocríticas.

Independente de suas qualidades e defeitos, faz parte de nossa recente (e sofrida) história. Deixá-la e às suas circunstâncias no esquecimento significa não apenas confirmar nossa falta de memória cultural, mas sobretudo contribuir para que se perpetuem as arbitrariedades e desequilíbrios de nossa sociedade e o desgoverno. (GIORDANO, 1993, p. 9).

6.3.1. Joel Rufino Dos Santos

Joel Rufino dos Santos tinha 22 anos, ainda cursava História na Faculdade Nacional de Filosofia, era membro da direção de base do Partido Comunista Brasileiro e professor assistente do ISEB quando participou do projeto da História Nova do Brasil. (SANTOS, 1993, p. 15)

A turma do ISEB (Pedro de Alcântara, Maurício, Rubem Cesar, Pedro Celso e eu) inventou a História Nova na Praia do Leblon. Não havia o cinema novo e a bossa nova? Vendo cair a tarde, imaginamos fazer a mesma coisa no front da História do Brasil. As condições eram propícias: tínhamos mestre Sodré para nos orientar, emprego público numa instituição respeitável, um Ministério da Educação ocupado por jovens da esquerda como nós... Dias depois, finalizamos o plano da obra: pequenos volumes cobrindo toda a História do Brasil, “do descobrimento aos dias atuais”. Público alvo: o professor secundário, a que chegaríamos através do CASES, órgão do MEC. A História Nova o libertaria da história factual e mitificada. (SANTOS, 1993, p. 16 grifo do autor)

³³¹ Diferentemente dos movimentos políticos que desencadeiam críticas ao marxismo como processo de desmobilização ou fator de comoção ou para arregimentar em seu contrário (por exemplo, campanha anticomunista década de 1960 ou na atualidade), este da década de 1990 nos parece diferente por ter sido operado em grande parte pelos próprios marxistas que extravasaram um sentimento de decepção, de desilusão e frustração. Em outros momentos, a crítica ao materialismo histórico, quando feito por não marxistas, faziam da crítica jogada política. Quando as críticas eram feitas pelos próprios marxistas, buscava-se corrigir e superar quaisquer eventualidades práxis, de tal sorte que se mantinham fiéis à ideologia e ao método. A década de 1990 apresenta algo novo com o qual a esquerda terá que trabalhar: o fatalismo, a presunção da morte do marxismo, a descrença da própria razão.

Sua entrada no ISEB aconteceu por sua participação enquanto estudante do Centro de Estudos de História,³³² vinculado à FNFi, e por sua militância no PCB. Quando Nelson Werneck Sodré solicitou ao Centro de Estudos um assistente, o nome de Joel ganhou por pouco.

[...] quando Nelson Werneck Sodré *pediu* ao Centro de Estudos de História um assistente para sua cadeira no ISEB e o Partido, que o controlava (o Centro), reuniu-se para votar a indicação, meu nome ganhou por pouco. (SANTOS, 1993, p. 15, grifo do autor)

Para o autor, a História Nova do Brasil foi produto do momento histórico brasileiro e se propôs a ser, no campo do ensino de História, a Reforma de Base tão discutida nas propostas pelo governo João Goulart. Soma-se ao processo, o esgotamento da historiografia positivista, que com o ambiente de radicalização das lutas sociais, tornou possível a aglutinação das discussões historiográficas e políticas. “A radicalização das lutas sociais e políticas, perceptível nas ruas desde pelo menos a morte de Getúlio, abria a porta para uma historiografia e um ensino da História científicos. Chegara a hora do materialismo histórico no Brasil” (SANTOS, 1993, p. 17).

Aglutinou-se à História Nova do Brasil essa dupla determinação: a conjuntura histórica e o esgotamento de um tipo específico de historiografia. “Esgotara-se completamente a historiografia impressionista dos Pedro Calmon e Hélio Viana. Sob o anedotário de uns e o miniaturismo de outros, escondia-se um reacionarismo inaceitável para estudantes e professores de História progressistas” (SANTOS, 1993, p. 16 – 17).

Dessa forma, a História Nova do Brasil tornou-se símbolo dessa junção que representava transformação, a mudança acontecendo. Reunia em si os anseios do momento histórico e novas ideias, tendo sido um símbolo das mudanças.

Exatamente por ser um símbolo, acabou sendo muito criticada. E também acabou ganhando muita visibilidade, inclusive pelas críticas. Especificamente, Joel Rufino lembra-se de um parecer emitido por Anísio Teixeira³³³ em nome do Conselho Federal de Educação que apontava “tendenciosidade” nos estudos desenvolvidos pela História Nova do Brasil. Tratava-se do materialismo histórico proferido pelos autores.

³³² O Centro de Estudos de História, ligado diretamente à FNFi, era responsável, dentre outras coisas pela produção do “Boletim de História”, publicação destinada às discussões na área, fortalecendo o campo a prática docente.

³³³ Não conseguimos acesso ao parecer.

A *História Nova* mereceu ser um emblema. Era inteligente. No Conselho Federal de Educação, às vésperas do golpe de 64, o professor Anísio Teixeira concluiu seu parecer nestes termos: “É, sem dúvida, *tendenciosa*, mas bastante inteligente.” Mal disfarçava a sua simpatia. Onde a tendenciosidade? Para Anísio Teixeira – e isto ele me esclareceu mais tarde – estava num materialismo histórico apressado. Fazíamos tudo decorrer das contradições econômicas e, em muitos casos, confundíamos desejo político com análise histórica. (SANTOS, 1993, p. 18, grifo nosso).

O materialismo histórico ali desenhado, tendencioso nas palavras de Anísio Teixeira, é um dos motivos pelos quais Joel Rufino não gostaria de reeditar as obras. Para ele, a História Nova do Brasil apresenta fórmulas prontas e repetições de equívocos. Entretanto, para a repressão, a palavra tendenciosa era resignificada tomando contornos de esclarecimento questionador e criticidade, o que para eles era o mesmo que doutrinação.

O que a repressão chamava de tendenciosa era, contudo, outra coisa. Dias antes do golpe, a notória Sandra Cavalcanti³³⁴ brandiu na televisão as nossas monografias: “Dizem aqui que o patrono das Forças Armadas era representante do latifúndio e do imperialismo. Inconcebível!” Preso com Maurício³³⁵ no quartel da PE, mais tarde DOI-CODI, um tenente explicava ao barbeiro que ameaçava nos raspar a cabeça: “Esses aí escreveram que Pedro Álvares Cabral era viado!...” Tendenciosa, segundo esses especialistas em calúnias, era nossa tentativa de ajudar o professor secundário e quem mais lesse a pensar a História, a desconfiar da *versão oficial*, pois pensando e desconfiando acabaria por desacreditar das Sandras e tenentes da PE. (SANTOS, 1993, p. 18. grifo do autor)

Desta lembrança, o despreparo dos antagonistas salta à vista. Mais que o despreparo, a argumentação rasa e preconceituosa. O ódio disseminado e instalado em algumas funções da coerção tinha sua utilidade. A simplificação caricatural pejorativa e preconceituosa cumpre sua função, impede o diálogo, cala argumentos contrários, silencia a verdade, estabelece o distanciamento e justifica ações covardes.

Voltando à crítica ao materialismo histórico encarnado na História Nova do Brasil, Joel Rufino dos Santos (1993, p 19) diz, em 1993, não ter mais muita confiança no saber histórico: “[...] Enquanto construção abstrata generalizante. Ele nos pregou inúmeras peças

³³⁴ Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque nasceu em 1927 na década de 1950 iniciou sua carreira política a partir da União Democrática Nacional (UDN). Era defensora dos interesses das escolas particulares. Alinhada à Carlos Lacerda, participou como autora de um substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases que foi apresentado pelo Deputado posteriormente. Durante a década de 1960 foi oposição ao governo de João Goulart e apoiou o golpe civil/militar ocupando cargos importantes durante esse período. Com a extinção dos partidos políticos ficou filiada à Aliança Renovadora Nacional (Arena) grupo de apoio ao regime militar. (Fonte: Verbetes arquivo FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque> último acesso: 05/04/2017).

³³⁵ Maurício Martins de Mello, um dos coautores da História Nova do Brasil.

nos últimos trinta anos: o golpe de 64, o regime militar, Sarney, Collor, o fim do comunismo...”. Mas o balanço que o autor faz é positivo. Sua visão não parte da negação da importância do projeto, muito pelo contrário. “O espírito da *História Nova*, merece viver.” Diz que a proposta continua válida no sentido de transformar o colocado por outra relação. Para o autor “fazer história nova hoje seria trocar as construções abstratas e generalizantes por uma história encarnada”.

Para o autor, o marxismo fez bem e mal para a história do Brasil. O bem que fez pode ser caracterizado pela História Nova do Brasil. “Tirou aquela disciplina do impressionismo em que se encontrava na metade dos anos cinquenta”, afirma Santos. O marxismo proporcionou à História *status* de ciência a partir das sínteses explicativas, o entendimento dos modos de produção. “Já não invejávamos os médicos e os engenheiros” (SANTOS, 1993, p. 20).

Para além do campo científico, Joel Rufino também aponta a importância do marxismo como estímulo às lutas sociais. Para ilustrar esse aspecto, conta uma passagem de 1973 que vale a pena historiar:

Vivi na Operação Bandeirante³³⁶, DOI-CODI³³⁷, em Janeiro de 1973, uma experiência dolorosa e marcante, dessas que acabaram se instalando a meio caminho entre a lembrança e a fantasia. Creio que uma organização havia justificado um torturador no Rio de Janeiro e naquela noite os nossos torturadores, excitadíssimos, se desferraram indistintamente sobre os presos. Até um adolescente, acusado de assaltar um coronel e a quem haviam escondido do advogado e da família ali na casa dos horrores, entrou no pau. Talvez por motivo da razão inesperada, o moral de todos desceu à zero. Não nos perguntavam nada, torturavam só. Bem, um dos presos era José Duarte que, quando menino ajudara a fundar o nosso primeiro partido comunista. Ele costumava cantar, abrindo com *A internacional*, após as sessões de

³³⁶ “Um dos órgãos de repressão mais violentos na história da Ditadura Militar no Brasil foi a chamada Operação Bandeirante, criada pelo II Exército em São Paulo, no mês de Julho de 1969. Foi um centro integrador das forças que reprimiram os que resistiam ao regime ilegal e ilegítimo dos militares que deram o Golpe em 1964. As suas instalações eram localizadas na rua Tutóia, onde atualmente funciona o 36º distrito policial. Inicialmente, um centro clandestino de detenção e tortura que reuniu integrantes das três forças militares assim como um pequeno contingente “escolhido a dedo” de soldados da Força Pública e da Polícia Civil do Estado de São Paulo. A partir de meados de 1970, a Operação Bandeirante tornou-se uma estrutura oficial das forças do Exército, passando a ter o nome de DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações ligado ao Centro de Operações de Defesa Interna). Na década de 80, os DOI foram renomeados SOP – Setor de Operações. Calcula-se que passaram pela OBAN mais de 10.000 prisioneiros. Os seus comandantes, hoje processados pelo Ministério Público Federal, foram os responsáveis por inúmeras mortes de combatentes sob torturas e friamente executados nas dependências deste organismo ou em vias públicas.” (Memorial da Resistência de São Paulo. “40 anos da criação da Operação Bandeirante - A repressão clandestina transformada em rotina” Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=68&c=148&s/> Último acesso: 12/07/2017

³³⁷ DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informações ligado ao Centro de Operações de Defesa Interna

tortura. Tentou naquela noite, mas ninguém o acompanhou. Então pediu a atenção dos sofreadores e pôs uma questão socrática: “A horda durou um número incalculável de anos, a comunidade primitiva talvez uns cinquenta mil anos, o escravismo que lhe seguiu, a contar da Grécia, uns dez mil anos, o feudalismo durou mil anos, o capitalismo, que se instalou sobre suas ruínas, existe há no máximo quinhentos anos – e eis que já está em crise profunda e irremediável, tendo que dividir com o socialismo o domínio do planeta. O que se conclui, companheiros?” O sotaque português, e a cabeça enorme exigiam de nossa miséria uma resposta lógica: “O que se conclui, companheiros?” Progressivamente fomos emergindo da depressão. A história balizada pelos modos de produção e suas revoluções de passagem servia também de unguento a quem arrisca a pele. *Era uma substância indispensável à fórmula da utopia.* (SANTOS, 1993, p. 20 – 21, grifo nosso)³³⁸

E conclui:

O episódio em que José Duarte foi protagonista serve ainda para lembrar que o papel do materialismo histórico não se limitou ao plano teórico e de ensino. Sua importância foi orientar as lutas sociais no país, desde pelo menos 1922. Não importa que muitas vezes não se tratasse do marxismo puro (sic), mas da caricatura. Foi para encaminhar e orientar as sangrentas lutas pela justiça social numa nação inconclusa, que tinha como peculiaridade – para usar uma fórmula consagrada – a contemporaneidade do não-coetâneo, que ele serviu. (SANTOS, 1993, p. 21).

São estas as grandes contribuições do marxismo. O “bem” que fez à história do Brasil foi, para o campo historiográfico, permitir o desenvolvimento da cientificidade histórica e, no campo político ideológico, ser motor das lutas e transformações sociais.

Entretanto, o marxismo não fez somente bem. Para Joel Rufino dos Santos, o marxismo se converteu em “Tirania pedagógica” quando fixou uma cartilha totalitarista para toda explicação humana, sem espaço para o dialético. Neste dogmatismo, confundem-se desenvolvimento histórico com transição de modos de produção, a luta de classes explica tudo e o econômico se sobrepõe. Se a História Nova do Brasil fosse novamente tentada, o trabalho seria limpar a história do Brasil de todo determinismo (SANTOS, 1993, p. 23).

Sobre Nelson Werneck Sodré,

O que entendo por mestre é um sujeito sábio e respeitoso que se responsabiliza por um iniciante em tal ou qual ofício – e a atividade intelectual, quando levada a sério, não passa de um ofício [...]. Neste sentido,

³³⁸ Joel Rufino esteve preso de 1972 a 1974 em função de sua participação na Aliança Libertadora Nacional, ALN. Essa prisão não teve a ver com seu envolvimento com a História Nova do Brasil. Ver: PEREIRA, Amauri Mendes; PEREIRA, Amílcar Araujo & ALBERTI, Verena. “Entrevista com Joel Rufino dos Santos”. *Estud. Hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, V. 26, nº 52, p. 491 – 518, julho – dezembro de 2013.

posso dizer que o meu foi Nelson Werneck Sodré. Com muita frequência, quatro décadas depois, ainda me pergunto o que ele faria em dada situação, o que diria sobre determinado problema – teórico ou da vida pessoal [...]. O mestre, agora não existe mais, se transformou para mim em compêndio de vida (SANTOS³³⁹, apud. CLEMENTE, 2013, p. 151)

6.3.2. Maurício Martins de Mello

“Olha a História Nova aí, gente!”. Esse é o título do depoimento de Maurício Memória, nome artístico de Maurício Martins de Mello. Para o autor, a experiência da História Nova do Brasil deve ser medida pelo legado que o trabalho deixou, frutificada na trajetória individual de cada um dos seus participantes. A trajetória individual de cada um dos coautores, suas realizações, conquistas e suas carreiras, traduzem a importância da experiência.

A efervescência cultural e política do momento histórico, a parceria com o ISEB, a FNFi (Faculdade Nacional de Filosofia), o MEC e “*Esses ‘meninos’, como diria alguém, cheios de punhos e estranhos brilhos nos olhos, e prontos para viver seus sonhos*”, foram responsáveis pela realização do feito. “Uma autoria que quase nos sentenciou à morte: fazer História e trabalhar intelectualmente com essa disciplina era então perigoso”. “Trabalhos juvenis”, mas que foram responsáveis pela materialização de um legado. (MELLO, 1993, p. 25 – 26)

Para o Maurício Martins de Mello (1993, p. 26), o resgate dessa memória histórica é motivo de alegria, daí resulta o título. O material produzido àquela oportunidade é datado historicamente, aqueles eram “historiadores da mudança, do sonho e da utopia de uma sociedade justa e democrática”. Os anos que se seguiram foram de censura oficial, tentando condenar a obra ao esquecimento. Entretanto, apesar da perseguição, do exílio e das torturas, os sujeitos não pereceram. Continuaram. “Essas adversidades, no entanto, não foram suficientemente poderosas para aniquilá-los nem como indivíduos nem como intelectuais, artistas e poetas.”

Neste depoimento breve, de duas páginas somente, Maurício Memória, não deixa claro os defeitos, as limitações ou mesmo os acertos da obra História Nova do Brasil. Não se apega ao conteúdo ou ao método materialista histórico. Apenas nos fornece a impressão do

³³⁹ SANTOS, Joel Rufino dos. *Assim foi (se me parece): livros, polêmicas e alguma memória*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

entendimento e importância dessa passagem para a formação de cada um dos coautores. Ressalta o momento e a importância na constituição do que esses intelectuais são hoje. “Historiadores da mudança, do sonho e da utopia de uma sociedade justa e democrática” é marca constitutiva destes que compuseram o grupo História Nova do Brasil. Se eram “trabalhos juvenis”, o pecado maior é negá-lo como memória de luta do nosso povo.

6.3.3. Nelson Werneck Sodré

Para entender a História Nova do Brasil se faz necessário reconstituir o passado. É neste caminho, o da reconstituição, que segue o depoimento de Nelson Werneck Sodré (1993). Seu depoimento é rico em detalhes. Traz à baila suas impressões, mas preocupa-se com a descrição dos fatos e agentes históricos envolvidos. Seu depoimento é dado com o rigor do ofício de historiador e suas análises ganham peso militante quando tratam das “forças reacionárias”.

A História Nova do Brasil nasceu em um dos breves períodos de liberdade que o país gozou. Período caracterizado por grande efervescência de ideias onde questionar era possível. “Tudo era posto em questão, tudo era objeto de controvérsia, tudo era submetido à dúvida e à contradição.” Contudo, esse ambiente era caracterizado pelas “forças reacionárias” como “agitação”. A História Nova do Brasil nasce em 1963, neste período de “agitação” (SODRÉ, 1993, p. 29 – 30).

A agitação, em 1963, se definia precisamente pelo embate entre uma apaixonada arrancada para a mudança e uma irredutível e furiosa reação, que fincava pé no atraso estabelecido como regra e norma, articulando o que havia de mais retrogrado no Brasil e fora do Brasil. (SODRÉ, 1993, p. 30)

A “arrancada para a mudança” a que se refere pode ser materializada, por exemplo, pelas Reformas de Base do governo João Goulart e pelo processo de radicalização política. É nesse momento que, juntamente com o ISEB, por solicitação da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), segundo Sodré, que iniciaram os trabalhos da História Nova do Brasil.

O ISEB, fundado por Café Filho em 1955, era vinculado ao gabinete do Ministro da Educação e era composto por cinco departamentos: Filosofia, Política, História, Economia e Sociologia. Pretendia-se, neste primeiro momento, formular

a teoria do desenvolvimento, conceito muito em voga naquela altura e que pode ser entendido e sumariado na promessa de fazer o Brasil se desenvolver em cinco anos, o que poderia acontecer, normalmente, em cinquenta. Era o lema do cinquenta em cinco que, apregoado na campanha eleitoral do candidato Kubitscheck, seria por ele buscado, atabalhoadamente, em seu período de governo. (SODRÉ, 1993, p. 30 – 31)

Kubitscheck manteve o Instituto do governo anterior. Para o então atual governo o ISEB seria uma extensão, no campo formativo, de suas intenções políticas de campanha. Serviria como uma ferramenta ideológica a partir de suas análises sobre o Brasil dentro de cada departamento, disseminando a necessidade do desenvolvimento.

Para o ISEB, seu atrelamento aos cinquenta anos em cinco nos parece jogada política para garantir sua existência, uma vez que não havia consenso com relação às políticas governamentais ou mesmo grande instabilidade financeira para manter o instituto.

Internamente no ISEB, o conceito de desenvolvimento era discutível. Para Nelson Werneck Sodré (1993) havia uma grande contradição interna relacionada ao conceito, que teria provocado conflitos. Um grupo, acompanhando o governo, entendia o desenvolvimento à custa da entrada de capital estrangeiro para garantir os cinquenta anos em cinco, outro grupo se posicionava pelo desenvolvimento nacionalista. A contradição interna se apresentava da seguinte forma:

Adotado o Plano de Metas elaborado por Roberto Campos, que integrava o Conselho Deliberativo do ISEB, Kubitscheck optara pelo caminho que a ditadura levaria, depois, às últimas consequências. Mas, internamente, no ISEB, muito ao contrário, prevalecia a opção nacionalista, conjugando a questão nacional com a questão democrática. (SODRÉ, 1993, p. 31)

Roberto Campos, membro do Conselho Deliberativo do Instituto havia formulado o Plano de Metas do governo Kubitscheck adotando o conceito de desenvolvimento atrelado ao capital externo, enquanto para Sodré, internamente, a opção do ISEB hegemonicamente era nacionalista. Teria sido, inclusive, essa contradição, motivadora de uma crise no ISEB³⁴⁰. (SODRÉ, 1993, p. 31)

Se não havia consenso quanto ao conceito de desenvolvimento e sua forma, havia comunhão, no Instituto como um todo, com relação à necessidade democrática. Dessa forma,

³⁴⁰ Hélio Jaguaribe (1979) apresenta essa querela interna como mais próxima de uma questão teórica à época de Kubitscheck. Aponta para fases internas do ISEB. Para Jaguaribe, somente na década de 1960 o ISEB se radicaliza no sentido da opção militante. No período de Kubitscheck, o ISEB estaria ainda envolto com questões teóricas e o motivo da crise interna teria sido um livro que ele publicou que estaria endossando uma política de desenvolvimento associado.

mesmo que alguns intelectuais do ISEB fossem favoráveis ao desenvolvimento atrelado ao capital internacional, o que não era conflituoso com os interesses das “forças reacionárias” brasileiras, comprovado posteriormente com o golpe e a radicalização da entrada deste capital estrangeiro, a defesa do atrelamento do desenvolvimento nacional ao democrático apontava para um crescimento econômico no mínimo distributivo. Essa junção da questão nacional com a democracia fez com que o ISEB, de forma irrestrita, fosse perseguido.

Para que a “reação” tivesse controle da economia nacional e pudesse entregá-la à exploração das multinacionais, seria necessário acabar com as forças nacionalistas e democráticas.

Para isso, a ditadura, como se verificou adiante, teria de ser fundada na destruição das forças ligadas ao nacionalismo e à democracia, pelo emprego maciço do terror, do crime, da intolerância, tudo o que lembraria a época tenebrosa de D. Maria I, a Louca, que mandou esquartejar Tiradentes. A tarefa, para a reação, era rigorosamente a mesma: reduzir-nos às condições coloniais. O ISEB fazia “agitação”. Era preciso acabar com ela para, de fato, voltarmos à palidez, ao conformismo, à mansidão colonial. (SODRÉ, 1993, p. 31 – 32)

Em meio a essa “agitação” e tendo o ISEB essa conformação e problemas a tratar, foi encomendado ao Departamento de História um material que pudesse ajudar os professores no ensino de História, rompendo com a História oficial usada até aquele momento. Sodré, em seu depoimento, diz que foi uma encomenda feita pela CAPES e que sua distribuição deveria ser feita aos professores de História do nível superior. Entretanto, acreditamos que Sodré tenha cometido um equívoco em relação a essa lembrança, ou um lapso de digitação, enfim, um erro. Assim ele escreve:

a CAPES, órgão de cúpula do MEC, encomendou ao Departamento de História do ISEB a elaboração de textos alternativos para uso do ensino desta disciplina. Esses textos, a serem distribuídos pela CAPES aos professores de História no *nível superior*³⁴¹, não eram de uso obrigatório. Visavam proporcionar aos professores uma visão diferente daquela apresentada nos compêndios ditos oficiais ou adotados. (SODRÉ, 1993, p. 32 grifos nossos)

O órgão responsável seria a *CASES* e não a *CAPES*. E os textos eram para subsidiar o trabalho dos professores que atuavam no *nível médio*, no então *ensino secundário*, não eram voltados ao ensino *superior*.

³⁴¹ Sodré comete um equívoco nesta passagem. Os textos eram para subsidiar o trabalho dos professores que atuavam no nível médio, no então ensino secundário.

A ideia era oferecer alternativas aos livros didáticos sugeridos pelo ensino de história oficial da época, considerados “uma calamidade que originava o horror à História, reduzida a uma tediosa repetição anedótica ou a um arrolamento insano de datas.” (SODRÉ, 1993, p.32)

Taxar a História Nova do Brasil como materialista histórica fazia parte de uma campanha de difamação organizada pela reação, seguindo os moldes de Goebbels³⁴². No Departamento de História do ISEB, todos eram marxistas, entretanto, como trabalhos encomendados pelo Ministério do governo que eram, nos textos da História Nova do Brasil não puderam utilizar o método marxista em sua plenitude. Para Sodré (1993, p.32), o fato de ele ser publicamente conhecido como marxista fazia a acusação ganhar aparência de verdade, mas não era. Sodré diz ter havido uma forte campanha difamatória contra a História Nova do Brasil, que para ele eram infundadas ou fundadas em calúnias repetidas inúmeras vezes. “A repetição fazia as vezes de verdade” (SODRÉ, 1993, p.33).

Em defesa de Sodré pesa o fato de Falcón ter participado, mesmo que anonimamente, do projeto³⁴³. Francisco Calazans Falcón na época não era marxista. O marxismo apresentou-se a Falcón exatamente pelo contato com alunos e com o movimento estudantil da década de 1960. Ele era assistente de Maria Yedda, na cadeira de História Moderna e Contemporânea da FNF. Em entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira³⁴⁴, quando perguntado se tinham orientação marxista, após a negativa continua:

Nós éramos uns alienados completos, com exceção da Yedda, até certo ponto. Não tínhamos nada a ver com Marx. A mudança na maneira de ver dos professores foi se dando a partir do início dos anos 60, em contato com os alunos. Acho que, de certa maneira, para poder estabelecer um diálogo com os alunos de esquerda, começou-se a buscar uma nova interpretação, uma nova bibliografia. Era uma forma, digamos assim, de poder dialogar e romper com a tradição que havia. (FALCÓN apud FERREIRA, 2013, p. 290)

³⁴² Joseph Goebbels foi Ministro da propaganda nazista de Hitler. Teve grandes êxitos em seus empreendimentos de propaganda nazista e combate aos judeus e comunistas, estabelecendo e sistematizando estratégias de difamação ao inimigo.

³⁴³ “Francisco José Calazans Falcón, mais tarde, mais tarde, aproximou-se do grupo da *História Nova*. É dele a redação do 1º volume, *O Descobrimento do Brasil*, tanto a primeira quanto a última versão, após passar pela crítica da equipe.” (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 53). A Participação de Falcón no projeto foi confirmada pelo próprio Falcón: “No segundo semestre de 1963, atendendo a convite de alguns alunos e ex-alunos, concordamos em assessorar o trabalho de um grupo de estudantes de história que estavam então no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), elaborando, sob a direção do professor general Nelson Werneck Sodré, o projeto de uma ‘História nova do Brasil’” (FALCÓN, 2012, p.12)

³⁴⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Nelson Werneck Sodré, talvez já calejado pelas críticas que sempre recebeu ao longo de sua vida intelectual sobre suas concepções e produções, no mínimo taxadas de polêmicas, apresenta quase um vício em seus escritos: a excessiva autodefesa. Nelson Werneck Sodré parece obrigado a se defender em quase todos os textos que produz. Muitas vezes, no caso da História Nova do Brasil, por exemplo, deixa a impressão de que desqualifica a experiência, seja em sua posição política ou, no caso específico deste depoimento, seja com relação ao seu rigor teórico metodológico – o materialismo histórico. Essa desqualificação, dá ares de ter a função de acusar as “forças reacionárias” de terem tomado medidas desproporcionais e antidemocráticas. Essa “autodefesa”, a nosso ver excessiva, desqualifica o projeto como se este fosse ilegal ou mesmo criminoso e que ele realmente havia sido elaborado a partir do materialismo histórico.

Sobre esse assunto é importante retomarmos que na época da História Nova do Brasil instaurava-se um processo de caça aos comunistas. As campanhas e movimentos de difamação e perseguição eram crescentes.

Um dos pontos mais importantes sobre a realização da História Nova do Brasil foi seu processo criativo: a História Nova do Brasil aconteceu de forma totalmente coletiva. Esse aspecto é de extrema relevância para Sodré que diz não conhecer outro exemplo de trabalho coletivo como esse.

Sodré (1993, p. 34) relata que não foi relator de nenhum dos textos produzidos, mas esteve presente em todas as discussões e em vários momentos suas opiniões foram vencidas mantendo a opinião de outros autores.

Esse relato reforça o caráter realmente coletivo. De todos os autores, o único com bagagem historiográfica e reconhecimento público era Nelson Werneck Sodré, seria até natural que seus apontamentos prevalecessem, contudo, pela concepção coletiva que se construiu, havia horizontalidade na produção.

Com o golpe, o ISEB foi extinto, seus professores foram presos e instalaram-se Inquéritos Policiais Militares. Os textos foram apreendidos e sobre a História Nova do Brasil consta também um IPM.

Taxada de primária e errônea surgem três pareceres contrários à História Nova do Brasil que foram dignos de nota por Nelson Werneck Sodré: um dado pelo Estado Maior do Exército, outro pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e outro dado pela

Comissão Nacional do Livro Didático.³⁴⁵ Destes, o que causou mais indignação foi o proferido pelo IHGB. Segundo Nelson Werneck Sodré, esse parecer “foi responsável, conseqüentemente, pela prisão e pelo exílio e pela tortura de alguns de seus autores” (SODRÉ, 1993, p. 36).

Esse parecer já foi analisado neste mesmo capítulo, em seção anterior. Aqui, fica registrada a indignação de Nelson Werneck Sodré com relação ao relator do parecer proferido pelo IHGB, a tal ponto de não querer citar o seu nome, apresentando somente suas credencias de integralista do ramo fascista e que, ainda, de forma irônica, teve seus méritos reconhecidos sendo homenageado como membro da Academia Brasileira de Letras.³⁴⁶

O depoimento de Nelson Werneck Sodré é rico em detalhamento sobre os atores envolvidos, rico em nomes e passagens que servem com pistas e caminhos ao aprofundamento sobre o tema. Nos capítulos anteriores utilizamos essas pistas deixadas e aqui resguardamos a análise crua do depoimento. Para Nelson Werneck Sodré, para entender a História Nova do Brasil é preciso reconstituir o passado. Entender os fenômenos políticos colocados naquela década e ficar atento aos motivos da retaliação. A força com que o projeto foi atacado traduz muito a sua importância.

6.3.4. Pedro de Alcântara Figueira

Como já foi dito na introdução desta sessão, que analisa os depoimentos colhidos para a edição comemorativa e memorialística de trinta anos da História Nova do Brasil editada pela Loyola e Giordano, Pedro de Alcântara Figueira, de todos os coautores, por esses

³⁴⁵ O Decreto-lei 1.006 de 30 de dezembro de 1938 pode expressar os primeiros mecanismos de uma política para os compêndios didáticos. Este decreto é responsável por sistematizar e disciplinar a forma da produção e o consumo dos materiais. “Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático”. Em seu artigo 9º, institui “em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático” Art. 10. Compete à Comissão Nacional do Livro Didático) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso. b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; [...] Art. 15. Sempre que a Comissão Nacional do Livro Didático julgar conveniente, poderá solicitar o parecer de especialistas a ela estranhos, para maior elucidação da matéria sujeita ao seu exame. (DECRETO-LEI, 1.006, 30/12/1938). Um caminho introdutório para a inserção sobre o tema da Comissão Nacional do Livro Didático ver: FERREIRA, R. de C. C. A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937- 1945). 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, São Paulo, 2008. Ver também: OLIVEIRA, J. B. A.; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMÉNY, H. M. B. A política do livro didático. São Paulo: Summus; Campinas: UNICAMP, 1984.

³⁴⁶ O Nome da pessoa a quem se refere Nelson Werneck Sodré é Américo Jacobina Lacombe.

depoimentos³⁴⁷, nos parece ser o único extremamente ácido e crítico à historiografia produzida a partir daquela experiência. Sua crítica se estende ao marxismo e à corrente historiográfica brasileira que dele se ramifica, que em oposição à uma historiografia oficial, trouxe “estragos” às interpretações da história do Brasil. E nisso, a História Nova do Brasil teve participação.

A História Nova do Brasil corresponderia à doutrinação nacionalista, e esse seria, inclusive, um dos motivos que fomentou o golpe de 1964.

Megalomanias à parte, é lícito dizer que uma das razões do golpe de 64 foi a pregação nacionalista que se fazia no ISEB. Outra das razões foi a publicação da *História Nova*, que estendia aquela doutrinação a toda história do Brasil e a tornava até mesmo uma interpretação histórica. Dado o golpe, tanto ISEB quanto *História Nova* se tornaram alvos prediletos da repressão. (FIGUEIRA, 1993, p. 37, grifo do autor)

A tentativa do grupo seria aplicar ao ensino de História uma visão nacionalista a partir do arcabouço teórico marxista. A intenção de reformular os livros didáticos da época era justa, mas também pueril. Ainda, a junção de nacionalismo e marxismo seria um despropósito uma vez que o primeiro não apresenta origem de classe e se manifesta de forma local, enquanto o segundo expressa sua vinculação com o proletariado e é universalista em sua acepção. Nesse sentido, nacionalismo e marxismo se excluíam. (FIGUEIRA, 1993, p. 38)

A associação entre marxismo e nacionalismo teria sido algo perverso, pois

Enquanto o marxismo pôs em movimento poderosas forças que o conluio burguês com as classes do passado procurava sufocar, o nacionalismo tentou se aproveitar do embate do proletariado com a burguesia para usufruir de privilégios, em nome da nacionalidade, que garantissem uma meia-existência a um simulacro de classe dominante.

O que resultou daí foi um conchavo de classe que até hoje procura resistir aos embates das forças burguesas, protegendo-se contra o que é estrangeiro mas, em verdade, tentando se defender e se proteger contra as transformações que nossa época impõe. Ficamos, neste século, a meio caminho de tudo. A nossa burguesia teme tanto o proletariado quanto o capital, e possivelmente se sente mais ameaçada por este do que por aquele.

³⁴⁷ Nesse sentido discordamos de Guimarães e Leonzo (2003, p. 248) que dizem que excetuando Sodré, os demais coautores não defenderiam “os pressupostos daquele trabalho”. Concordamos com as autoras quando afirmam que fizeram uma espécie de “*Mea Culpa*”, nos depoimentos de 1993, mas não concordamos que negaram os pressupostos da História Nova do Brasil. O único com críticas ácidas e severas ao marxismo e interpretação nacionalista da história foi Pedro de Alcântara Figueira, que, ainda assim, mesmo considerando superficial e ingênuo, apontou como justos os motivos contra o que se levantava a História Nova (FIGUEIRA, 1993, p. 37). Os demais coautores, não trataram a experiência como um despropósito ou a negaram, o que fizeram foi estipular condicionantes históricos, apresentar limitações. Ora, é um trabalho datado. Nisso que se verifica a “*mea culpa*”.

O nosso proletariado fez todo tipo de alianças possíveis contra o marxismo. A maior prova disso foram os programas dos comunistas. Este estado miserável de coisas fez brotar uma interpretação da história do Brasil mais do que estranha. Fundada no nacionalismo, esta interpretação espelha justamente esta situação de acomodação que o proletariado e a burguesia brasileiros tentam transformar em ideal de convivência entre os indivíduos. (FIGUEIRA, 1993, p. 39)

Partindo da própria teoria marxista a crítica é endereçada aos teóricos que fizeram do materialismo algo acima da própria história. Para o autor, o marxismo precisa ser superado, e Marx auxiliaria neste processo. “Aprendemos com ele que o que a história cria, por isso mesmo não é eterno”.³⁴⁸ Dessa forma, o contexto que Marx analisou e onde propôs o proletariado como revolucionário ou mesmo a revolução burguesa (mal interpretada pelos partidos comunistas das internacionais) estaria rapidamente se transformando.

O proletariado é essencialmente uma classe pertencente à sociedade burguesa. Nascido com ela, com ela ele perecerá. Esta é a questão histórica que temos que enfrentar teoricamente agora. A questão de Marx foi outra, e ele a enfrentou com as armas teóricas que a sua época fabricou. Se não entendermos isso, estaremos fadados a vegetar teoricamente e a acreditar em soluções que não foram engendradas pela própria história. (FIGUEIRA, 1993, p. 41)

E continua sua crítica demonstrando que a união entre o marxismo e o nacionalismo trouxe erros interpretativos. Reforçaram-se preconceitos e provocou-se o distanciamento científico.

Com o nacionalismo, nós nos afastamos de tudo o que era real. E o marxismo, nós reduzimos ao nacionalismo. Ficamos, na verdade, órfãos tanto de história quanto de teoria. (FIGUEIRA, 1993, p. 42).

Os preconceitos e distanciamento do real, de que trata Figueira (1993), dizem respeito à “Teoria da dependência”; à caracterização da História do Brasil como “agrário-exportadora” e da indústria como medida para “substituição de importações”; do “Brasil colonial como um “simples fornecedor de produtos tropicais para seu [da Europa] comércio””. Todos eles,

³⁴⁸ Como possibilidade de ligação e aprofundamento sobre essa crítica ver: LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista*. 10ª Ed. São Paulo, Cortez, 1995. 113 p, dentre outras análises, quando está se debruçando sobre as contribuições e limites de Mannheim, utiliza-se de Weber e o “princípio da carruagem” que faz parte de uma chacota contra o marxismo levantada por Weber que em síntese diz que o marxismo não aplica a si mesmo o método. Essa crítica tem fundamento ao entendermos que Weber está dialogando com o marxismo da II Internacional e Kautsky, que concebiam o marxismo como uma ciência “pura” e que por isso não teriam relações com ideologia. Era o que estava propondo Mannheim, uma “ideologia total”.

preconceitos criados pela historiografia nacionalista que teria desprezado tudo o que não se encaixava, do ponto de vista documental e historiográfico, no “edifício ideológico, cujos alicerces Caio Prado Júnior lançou”. Não entravam, assim, nem Antonil, nem Gândavo, nem Azeredo Coutinho, nem Rodrigues de Brito ou Cairu. “A história que inventaram para esta nação não tem qualquer ponto de contato com os homens reais” (FIGUEIRA, 1993, p. 41 – 43). Somente Mauá era utilizado pela vinculação com o comércio de forma nacional.

Dentro dessa corrente historiográfica de ideologia nacionalista, os traços da realidade brasileira teriam sido deixados de lado. Em seu lugar se construiu um tipo de História que condenou o passado colonial por todas as mazelas brasileiras, assim como seu passado escravista. Sobre isso, a crítica de Figueira (1993, p. 43) se fixa na explicação científica que falta no que daí derivou. Para o autor, o cientista social deveria buscar o entendimento do significado histórico da escravidão ou do colonialismo e não se eximir de uma explicação científica. Exemplifica a questão apontando para uma tendência da história seguindo essa vertente nacionalista que trataria a escravidão como uma injustiça contra os negros e que essa anunciação por si só estaria tomando lugar de explicações científicas do funcionamento da escravidão e seu significado histórico na sociedade humana. Mesmo sendo uma injustiça, seria necessária cientificidade nas explicações para que a História possa sair do campo das opiniões.

Por último, uma grande tendência que derivou da corrente historiográfica da qual a História Nova do Brasil participou é a oposição à “História oficial”. “É muito curioso que esta tendência se considere detentora da verdade em oposição à ‘história oficial’, que ela considera como mentirosa” (FIGUEIRA, 1993, p. 45).

Em suma, este depoimento é bastante ácido e crítico com relação à corrente historiográfica da qual faz parte a História Nova do Brasil. A crítica avança sobre determinado marxismo que se coloca como vanguarda e representante do povo, pretendendo ser uma oposição à história oficial. Nesse sentido, o marxismo teria sido um erro histórico que não trouxe nada de benéfico. Para Figueira (1993), será necessário, refazermos a História do Brasil retomando, sem preconceitos, os interpretes abandonados por divergências ideológicas.

Concordamos com vários apontamentos e críticas à corrente historiográfica realizadas pelo autor. Por ser um depoimento, as críticas ficaram sem grande sustentação e pouco definidas. Do mesmo modo que o autor criticou a oposição à história oficial, critico a generalização realizada pelo autor do que ele considerou um tipo determinado de marxismo, este, também circunscrito às possibilidades de seu tempo. Ainda devemos tomar como

lembrança que o próprio depoimento é datado. Para o marxismo não foi um período menor, foi a queda do muro de Berlin, o fim da “ameaça comunista”.

Optamos por fazer uma descrição pormenorizada, pois acreditamos que no debate sério sobre a escrita da História do Brasil, esses argumentos não são menores. Acreditamos que a História é movimento, é dialética, e os debates servem tanto às desmistificações quanto confirmações. Se o fim da História não se concretizou, como profetizaram muitos e ainda profetizam alguns, o debate teórico historiográfico é um caminho para os avanços.

6.3.5. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto

O tempo onde a experiência da História Nova do Brasil está situada é o “tempo de esperanças! Tempo das reformas”. Para Cavalcanti Neto (1993, p. 49), “toda a sociedade ia ser reformada. Uma revolução? Sim. ‘A revolução Brasileira’”.

O autor faz um resumo histórico apresentando o período como propício às “forças progressistas: nacionalistas e democráticas”. Vários acontecimentos históricos demonstravam esse clima. A partir da morte de Getúlio, em 1954, houve o contragolpe do Marechal Teixeira Lott³⁴⁹, o caso da Petrobrás de 1958, a campanha pela legalidade de 1961³⁵⁰ e o plebiscito contrário ao parlamentarismo em 06 de janeiro de 1963. Todos esses eventos, somados ao cenário internacional, como a diretiva de revisão do comunismo stalinista³⁵¹, a presidência de Kennedy nos Estados Unidos, o fim do colonialismo em Suez e do imperialismo em Cuba, fomentaram este ambiente propício. “Como não acreditar que éramos nós os fiéis intérpretes da História, ou melhor ainda, que a História estava do nosso lado?” (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 50).

³⁴⁹ Esse movimento de 11 de novembro de 1955, permitiu a posse de Juscelino Kubitschek na presidência e João Goulart como vice em 1956 e transformou Teixeira Lott em símbolo nacionalista. Em outubro de 1955, através do sufrágio, foram eleitos Juscelino Kubitschek pelo Partido Social Democrático (PSD) e João Goulart pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Marinha e Aeronáutica somados aos civis da União Democrática Nacional (UDN) quiseram impedir a posse dos eleitos por sua associação à Getúlio Vargas. Ser “discípulo” de Vargas seria o impeditivo da posse. Marechal Henrique Teixeira Duffles Lott, então à frente do Exército, assegurou a legalidade. Sobre esse tema ver CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. Niterói – RJ, Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História Social. Tese. Orientador Dr. Daniel Aarão Reis. 2010

³⁵⁰ A luta empreendida pelos setores democráticos da sociedade exigindo a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, com destaque para a participação de Leonel Brizola.

³⁵¹ XX Congresso do PCUS em fevereiro de 1956, denúncia de Krushev e Revolta na Polônia, em outubro como símbolos de mudança.

O contexto de transformações gerou o ambiente favorável, criou um quadro otimista. E foi nesse momento que os coautores da História Nova do Brasil estiveram presentes no ISEB que, a partir de 1958, por razão de crise interna – caso já anteriormente discutido que teve como um dos motivadores o livro *O Nacionalismo na Atualidade*, de Hélio Jaguaribe³⁵² – estava posicionado à esquerda.

Sobre o ISEB, Cavalcanti Neto (Ibid., p. 50 – 52) relembra o episódio da crise aprofundada pelo livro de Jaguaribe e lembra estar posicionado entre os que entendiam o livro como

contrário ao monopólio da Petrobrás. Lembra que as lideranças da União Nacional dos Estudantes, a UNE, cobraram posicionamento do ISEB. Do ponto de vista financeiro, rememora que o ISEB também havia entrado em crise a partir de Jânio Quadros, crise da qual nunca se recuperou. Depois de 1960 não se publicou mais, com exceção de dois volumes de Álvaro Vieira Pinto – *Consciência e Realidade Nacional*, com financiamento da Editora Civilização Brasileira. Havia falta de recursos e o instituto trabalhava com o mínimo de funcionários.



Figura 26 Primeira capa Folha de São Paulo 06 de Janeiro de 1963. “Goulart à nação: “O referendo tem o sentido de um ato de fé” Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1963/01/06/2/>

³⁵² O livro havia sido interpretado pelas forças nacionalistas e a militância de esquerda como contrários ao monopólio da Petrobrás pelo Brasil. Essa discussão radicalizou as disputas internas ocasionando a hegemonia da esquerda nacionalista no ISEB, a partir de 1958.

Com esse cenário, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto se surpreendia com as campanhas da oposição.

Pelas dificuldades que conheci, frequentando e trabalhando quase todos os dias no ISEB desde 1962, surpreendia-me no início a incessante campanha da imprensa oposicionista, o martelar constante contra uma instituição que já não era senão uma sombra de um passado controverso, porém produtivo. Na verdade, o ISEB, aquela mansão na rua das Palmeiras, em Botafogo (hoje Museu do Índio), de jardins maltratados, abandonados e uma inumerável gataria, tornara-se nos últimos anos um *mito instrumentalizado pela direita*. (Ou fora transformado em mito exatamente para servir aos propósitos de tais forças políticas?) (Ibid., p. 51 – 52. Grifos nossos)

A instrumentalização do ISEB pela direita como personificação da subversão não foi por acaso. Segundo depoimento de Tancredo Neves³⁵³ (1986, p. 54 apud Cf. CAVALCANTI NETO, 1993, p. 50), a origem do ISEB teria sido motivada para se contrapor a ideologia que estava sendo formulada pela Escola Superior de Guerra.

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto iniciou seus trabalhos no ISEB ainda no último ano do curso de História na FNFfi, em 1962, e assumiu como assistente do departamento de História de forma permanente em março de 1963, depois de terminar o curso.

Em julho de 1963, foi solicitado a Nelson Werneck Sodré um curso intensivo para um grupo de estudantes da FNFfi. Deste grupo, “uns 12 estudantes do curso de História”, “saiu a equipe que veio a realizar a *História Nova do Brasil*” (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 52). Parece-nos que o curso visava formar o grupo para as atividades do ISEB relacionadas à aulas, cursos e palestras onde fossem solicitados – sindicatos, escolas, faculdades, etc.

Sobre a formação oferecida pela FNFfi, lembra que era precária, principalmente com relação a História do Brasil. A cadeira dessa disciplina era ocupada por Hélio Viana, “pessoa correta, distinta mesmo, e monarquista.” (Ibid., p. 53). Reinava a memorização para as provas e decorar fatos irrelevantes.

A cadeira de História Moderna era ocupada por Maria Yedda Linhares. Essa cadeira era representante da História progressista e destoava do quadro tradicional da FNFfi. Oferecia bibliografia em língua inglesa, escapando da dependência da historiografia francesa usual. Nesta disciplina havia a possibilidade de politização e problematização da História. Maria Yedda Linhares e seus assistentes, Hugo Weiss, Arthur Weiss e Francisco Falcón, que se destacava pela erudição e conhecimento da bibliografia especializada, ofereciam à disciplina

³⁵³LIMA, Valentina da Rocha; RAMOS, Plínio de Abreu. *Tancredo fala de Getúlio, depoimento*. L&PM editores, 2ªed., maio de 1986, P. Alegre.

notoriedade e o estímulo para estudar História Moderna e Contemporânea. Segundo Cavalcante Neto, o grupo de História Moderna e Contemporânea foi responsável pela originalidade dos estudos que estão presentes na História Nova do Brasil. Pedro Cavalcanti quase foi o quarto assistente dessa disciplina, mas o golpe o forçou ao exílio, aceitando um convite aberto desde 1962 (último ano dele no curso de História) para doutorado na Polônia.

Um aspecto muito importante da experiência da História Nova do Brasil foi o trabalho coletivo. A partir de um convite de Roberto Pontual, que dirigia a CASES, o grupo propôs a História Nova do Brasil. A metodologia coletiva, dosada com grande entusiasmo, utilizava-se de muitos seminários, divisão de tarefas e imersão no trabalho. Havia grande dedicação ao trabalho, os sábados não eram poupados e, eventualmente, utilizavam as manhãs dos domingos.

Tal era a atmosfera de dedicação que trabalhávamos sábados, e às vezes até mesmo domingos pela manhã. Tantas vezes meus filhos ficavam brincando nos jardins do ISEB nestas manhãs de fim de semana... É deste clima, que sempre preservamos então, que surgiu o apelido do nosso grupo: éramos a “Alegria de Estudar”! (CAVALCANTI NETO, 1993, p. 58)³⁵⁴

Entre os coautores imperava um sentimento democrático que possibilitava críticas, portanto, a construção do projeto se fez acima de individualismos. “Naquela época de nossa juventude, fizemos da *causa* algo mais importante do que nossos *egos*, assim me parece hoje, pensando retrospectivamente.” (Ibid., p. 54. grifo do autor).

A ideia da História Nova do Brasil era “construir uma historiografia nacional” partindo de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. A NH do B pretendia “escrever uma história do nosso país sob a ótica do povo brasileiro, e não de suas elites” (Ibid., p. 55).

Naqueles anos, os livros básicos sobre a História do Brasil, “os nossos clássicos”, eram três livros de Caio Prado Júnior, a *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, e toda a obra de Nelson Werneck Sodré. Aqui e acolá, dependendo do tema e do período histórico, consultávamos outros

³⁵⁴ Na memória de Pedro Cavalcanti, ao citar o grupo “Alegria de Estudar” retoma, em nota de rodapé, uma passagem emblemática. Diz que esse grupo foi considerado pela vertente maoísta como revisionista e pequeno-burguesa e que, se a revolução avançasse, seriam fuzilados como traidores. (Cf. CAVALCANTI NETO, 1993, p. 58) Essa breve nota é emblemática, pois o “Alegria de Estudar” pode ser enquadrado no que se considerou a “esquerdização” do ISEB. Após 1958, após a crise interna e tomada de posição militante, o departamento de História do ISEB é considerado a esquerda do instituto e, mesmo assim, ganhava um rótulo revisionista pequeno-burguês. Depreende-se daí, que o que a esquerda do ISEB estaria ideologicamente à direita em relação a outros grupos. Talvez, na medida em que trabalhavam com o governo várias críticas eram inevitáveis.

livros. Mas seriam sempre complementares: o embasamento mesmo vinha nos daqueles três autores, “enquadrando-se” os demais livros naquela visão geral. (Ibid., p. 54, grifo do autor).

Nota-se que a História Nova do Brasil é concebida como uma corrente historiográfica nacionalista que havia elegido seus clássicos. A História Nova do Brasil de fato dava seguimento ao projeto da “Revolução Brasileira”, iniciado décadas antes. Era a aplicação, a convicção, via formação cultural, da necessidade de transformar o Brasil.

Não se dividia o trabalho intelectual da militância. Ainda como alunos, já desempenhavam papel de destaque na promoção cultural, criaram um Centro de Estudos de História (CEH) que, dentre outras funções, editava um Boletim chamado *Boletim de História*, que era todo organizado por alunos. A partir do CEH, foram pioneiros na organização de congressos nacionais.³⁵⁵ “À guisa de curiosidade histórica, posso dizer ser esta a origem dos encontros nacionais de nossos dias. A iniciativa veio “de baixo”. (Ibid., p.55).

Ao rememorar o antagonismo da História Nova do Brasil, Cavalcanti (1993, p. 56 – 57) analisa que, dentro das Universidades, com sua estrutura de poder catedrática, pejorativamente adjetivada de feudal, pode ter havido um problema geracional, um choque entre os profissionais já estabelecidos e os jovens problematizadores, que politizavam a História. “Afinal de contas, como é que ‘pirralhos’, alguns deles ainda não diplomados, ousavam afrontar o *establishment* universitário?”. Essa relação, esse elemento geracional que gerava o combate à História Nova do Brasil, não estava restrito ao ambiente da FNFi. Em todo cenário nacional a juventude estava ousando: a UNE com seu Centro Popular de Cultura (CPC); no Rio de Janeiro, a União Metropolitana de Estudantes (UME); nos Estados, a Uniões Estudantis Estaduais (UEEs); todos muito ativos culturalmente.

Sobre Nelson Werneck Sodré e sua relação com a História Nova do Brasil, Cavalcanti (1993) diz ter sido fundamental. Que não seria possível o MEC fazer o convite sem sua presença. A própria união dos coautores foi possível pelo recrutamento de Sodré.

Para este membro da *intelligentsia* não faltam adjetivos para elogios. Teria estabelecido relações fraternas e democráticas que permitiram tranquilidade no ambiente de trabalho. Nelson Werneck Sodré propunha a horizontalidade nas relações. Na assinatura das obras, fez questão da ordem alfabética.

Participava ativamente de todas as reuniões, supervisionava o trabalho oferecendo todo o respaldo, esclarecendo questões, propondo bibliografias e tudo o mais que o grupo

³⁵⁵ Estes momentos, congressos e atividades envolvendo o CEH estão documentados nos Boletins de História. Especialmente no nº 7 onde foi feito o relato por Francisco Falcón do primeiro congresso ocorrido em Marília.

precisasse. Para Cavalcanti (Ibid., p. 59), “seu trabalho era essencial para dissipar quaisquer das nossas inseguranças sobre a qualidade do que escrevíamos”.

Os grandes méritos da História Nova do Brasil teriam sido dois: o primeiro relacionado à inserção da História do Brasil na História Mundial e o segundo a denúncia que fazia da historiografia oficial.

Acreditamos que o método materialista histórico tenha sido o grande responsável pela incorporação do Brasil na História mundial, exatamente pela sua busca das causas, por exemplo, da dependência ou na qualificação de um tipo específico de independência.³⁵⁶ As denúncias à historiografia oficial estão registradas nas introduções de cada volume, chegando “às vezes, a ridicularizar os livros didáticos estabelecidos” (Ibid. 61).

A repercussão da História Nova do Brasil causou surpresa, diz que receberam cartas de todo o Brasil de professores que haviam recebido o material produzido.³⁵⁷ Das mais de trezentas cartas, lembra-se de apenas uma ser negativa, esta vinda de um autor de didáticos. Cavalcanti Neto (1993, p. 61 – 62) deixa a pista da necessidade de uma pesquisa em jornais da época para se ter ideia do que representou a História Nova do Brasil.

Depois do golpe, a História Nova do Brasil se transformou em imagem do mal. Somou-se ao mito do ISEB e muitas calúnias foram difundidas sobre seu conteúdo e sua intenção. Uma calúnia bastante usual era que a História Nova do Brasil desabonava a imagem do exército brasileiro ao rebaixar Caxias. Sobre esse assunto o autor diz que, ao contrário, viam no exército uma grande possibilidade nacionalista e democrática, lembrando os casos da intervenção de Lott em 1955 ou mesmo a posição do III Exército em 1961³⁵⁸. Ao buscar fundamento nas obras para essa acusação,

Acabei encontrando na Introdução do volume 7 da coleção no Ministério da Educação, *Da Independência à República*, dentro das poucas páginas de crítica aos livros didáticos existentes, a seguinte passagem: “As revoluções do período regencial são encaradas ainda como decorrentes das ‘paixões dos políticos’, como afirma o professor Antônio Borges Hermida (um dos autores de livro didático de então) com relação à Praiera. O 2º Reinado, em contraposição, tem sua aparente tranquilidade explicada pela ‘sabedoria dos

³⁵⁶ Sobre a inserção da História do Brasil na História Mundial, Cavalcanti (1993) indica os volumes da História Nova do Brasil: *O descobrimento do Brasil; Invasões holandesas e Independência de 1822*. (SANTOS, Joel Rufino dos et al. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro. MEC/CASES/ISEB Coleção História Nova – Vol.1; Vol. 3 e Vol. 6).

³⁵⁷ Segundo depoimento, cinco mil exemplares dos volumes teriam sido distribuídos aos professores de História registrados no MEC.

³⁵⁸ Em andamento a campanha pela legalidade, entre os grupos de apoio à posse do vice-presidente João Goulart estava general José Machado Lopes, comandante do III exército, outros nomes como: Oromar Osório, Teixeira Lott, Peri Beviláqua, também figuravam como militares na defasa da posse e legalidade.

grandes diplomatas'. Sabemos, entretanto, que a lavoura de café, em plena expansão, é que deu condições aos senhores de terras e escravos para executar uma política de consolidação de seu poder em todas as áreas. As 'pacificações' de Caxias exemplicam-se, justamente, na consolidação do poder por essa classe." (p.11) (Ibid. p. 62 – 63 grifos do autor)

De modo que a passagem sobre Caxias simplesmente questiona a “aparente tranquilidade do 2º reinado” como fruto da “sabedoria dos grandes diplomatas”, apontando para a possibilidade da consolidação do poder de uma classe específica ter ocorrido através da expansão das lavouras de café. O poder material emanado dessa economia (escravista e latifundiária) dava respaldo à aparente tranquilidade através de uma política favorável a esse grupo. Caxias, nesse ínterim, como representante de um poder do Estado, estava cumprindo seu papel e é utilizado, pelos autores, como exemplificador da consolidação da tese que sustentam. Poderiam ter usado outros exemplos como leis ou a representatividade no executivo, etc. Mas, usaram Caxias.

O fato era que aquilo que criamos para ser uma contribuição para a época de reformas de nosso país, para ajudar e dar embasamento histórico às mudanças até hoje necessárias em termos de justiça social, foi transformado em imagem do próprio mal, algo diabólico, para servir ao clima de generalizada repressão. (Ibid., p. 63)

Em forma de conclusão, Cavalcanti Neto (Ibid., p. 63) aponta para a importância da História como forma de ocupar o poder. A história “é instrumento vital para justificar o *status quo*, ou em que direção se deve caminhar. Seus símbolos podem servir à ditadura, criar nacionalismos, exaltar democracias”.

O envolvimento com a História Nova do Brasil deixou marcas profundas no autor. “O “Alegria de Estudar” ficou fazendo parte de minha história como um de seus melhores momentos de trabalho, amizade e idealismo” (Ibid., p. 64).

6.3.6. Rubem Cesar Fernandes

Rubem Cesar Fernandes não apresentou um depoimento. Em carta ao editor, que se encontra publicada na obra, alegou não dispor de tempo “para fazer justiça à memória” e, por esse motivo, preferia não se arriscar a fazer algo apressado. Endossa o depoimento de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto, sentindo-se representado por ele e finaliza a carta dizendo que

“na História Nova fizemos assim, assinávamos uns os textos dos outros, numa autoria coletiva meio promíscua...” (FERNANDES, 1993, p. 67).

Não oferecendo um depoimento que se possa analisar mais profundamente, fica a percepção da importância do trabalho coletivo daquela experiência.

Considerações finais

A fúria contra a História é intrínseca e natural de regimes obscurantistas. Ciência suprema, ela assinala a mudança como essência da vida social. Condena, portanto, qualquer ideia de eternidade e mesmo de imutabilidade. (SODRÉ, 1987, p. 9)

A História Nova do Brasil enquanto um projeto educacional foi um processo dirigido, objetivando um fim. No bojo do *ato educativo como ato político*, propôs a desmistificação da História brasileira que era ensinada a partir dos compêndios didáticos da época. A História Nova do Brasil se propôs a ser o contraponto utilizando a ferramenta metodológica materialista histórica. O marxismo professado era, conforme assumem os próprios autores e ratificado pela bibliografia que se especializa neste tema, foi pouco depurado, mas cumpria a finalidade política a que se propunha.

Em nossa análise, podemos visualizar avanços em comparação à historiografia didática e que, após essa experiência, só reaparecem na década de 1980 e 1990 para a História. Escrevendo em fins da década de 1980, para Nelson Werneck Sodré,

O ensino de História, apenas em nossos dias dá os primeiros passos, no Brasil. O que se ministrou antes, sob esse título, foi um anedotário quase sempre fastidioso, destinado a sonegar a realidade e fazer da matéria algo edificante, capaz de assegurar o obscurantismo, pela simples repetição. As inovações cingiam-se, quando ocorriam, à maneira diversa de contar os mesmos episódios e de consolidar, assim, o anedotário. Confundida com a literatura, para alguns, ou com a narrativa de feitos, para outros, ele foi posta em nível baixíssimo sempre. Dela foi extraído, assim, o cerne, isto é, o seu sentido de mudança, o seu traço social, o seu conteúdo político. Transformou-se a História, aqui, em algo asséptico, incapaz, ainda que de longe, de perturbar a aceitação daquilo que vinha sendo repetido impunemente. Por outro lado, já no nível dos mestres, discutia-se o particular com fúria e as questões fundamentais eram as de datas e de nomes. No nosso tempo, foi dado um passo à frente, sem dúvida, mais ainda longe de afetar, de maneira sensível, o método e os valores. (SODRÉ, 1987, p. 9)

A História Nova do Brasil foi pioneira na historiografia didática brasileira na utilização da História enquanto ferramenta para o entendimento do presente. O projeto

apresentava a função social da História como sendo relacionar passado e presente (“a História problematizadora”). A História Nova do Brasil apresentou determinantes históricos ligados à economia, cultura e à sociedade. Ampliava assim, o campo de estudos. As grandes figuras, a história personalista, perdiam espaço para novos atores sociais (“a História vista de baixo”). O povo surgia com a força e vigor do próprio momento histórico. A resistência popular, a resistência na História passava a compor o processo de luta histórica. A História Nova do Brasil valorizou, por exemplo, das lutas dos escravos e o questionamento e problematização do mito dos bandeirantes. A História que daí surgia, apresentava seu projeto de nação. Um projeto nacional e de soberania, entendendo que só era nacional o que era popular.

A História Nova do Brasil aceitava sua historicidade, e foi por esse motivo que pôde ousar. Os coautores deixavam isso claro nas introduções das monografias. Esperavam as críticas e o diálogo para o aperfeiçoamento das perspectivas que expunham. Os autores, “esperam de todos aqueles que abraçam as perspectivas aqui expostas as suas críticas. Este diálogo será fundamental para o nosso aperfeiçoamento” (SANTOS et al., 1964d, p. 4)³⁵⁹. No prefácio das publicações de 1965, não deixavam dúvidas:

Não se intitulando proprietários da verdade e compreendendo perfeitamente que, a respeito de numerosos problemas históricos, existe vasto campo de discussão, estando as características definitivas ainda distantes, esperavam e esperam o pronunciamento de indivíduos, grupos e instituições a propósito da contribuição que apresentam, e que tem a finalidade apenas de iniciar o largo e fecundo debate, que já tardava, no terreno da formação histórica no nosso país. (SANTOS, et al., 1965a, p. IX – X)

Dentre uma de nossas hipóteses está a verificação desta experiência educacional como contra-hegemônica e institucionalizada. Acreditamos que essa verificação é óbvia, do ponto de vista da institucionalização oficial, pela vinculação ao MEC, pelos decretos, portarias e pelos financiamentos públicos, o que, de certa maneira, diminuiu nossa intenção enquanto hipótese. Entretanto, a experiência contra-hegemônica viabilizada como política pública e, com intenção de integrar as Reformas de Base, nos permite entender as contradições que possibilitaram o Estado estar permeável às lutas e pressões populares. A hipótese inicial partia da verificação de pouco estudo, sobre a história educacional contra-hegemônica, ao final desta tese nossa intenção é colocar a experiência da História Nova do Brasil no rol destas. Dessa forma, foi uma experiência contra-hegemônica institucionalizada, a reboque de todo movimento por uma educação popular e pela luta da escola pública. Estrategicamente

³⁵⁹ Essa passagem encontra-se em todas as monografias, como introdução.

aproveitaram a abertura e intenção do governo e do MEC de encamparem o movimento popular de alfabetização de adultos e expandir a experiência.

A História Nova do Brasil objetivamente utilizou-se do Estado e, mais que isso, confiou nele, fazendo parte das teses desenvolvidas no ISEB para efetivação das mudanças planejadas. A História Nova do Brasil, seguindo as ideias propositivas isebianas da sua terceira fase (“radical”), propôs uma ideologia que estivesse ligada ao conjunto programático para a superação dos problemas brasileiros: ideologia nacionalista que associada ao marxismo, corresponderia a formação política necessária para a superação dos resquícios coloniais e para a realização do projeto brasileiro de desenvolvimento.

Analisando e revisitando os determinantes históricos, entendemos que a História Nova do Brasil apresentava um projeto educacional, que respondia aos interesses da esquerda brasileira em um momento de grande efervescência política e ideológica.

Sustentamos a tese da formação política como processo importante e a ideia de estratégia como fonte aglutinadora da luta. Neste quesito, o nacionalismo e o anti-imperialismo na História Nova do Brasil eram os elementos estratégicos e aglutinadores.

Para formação política, a realidade se apresentava como fundamental, mas sem a interpretação diretiva e ação organizada sobre ela não haveria aprendizagem. Assim, foram importantes os processos políticos e as instituições que os organizavam. Vários momentos de embate políticos brasileiros proporcionaram a aprendizagem, dentre eles, a Campanha pela Legalidade (pela posse de João Goulart), a Campanha o Petróleo é Nosso, a posse de JK, a luta pelo plebiscito para o presidencialismo, as lutas pela escola pública e laica, as campanhas pelas Reformas de Base, o MEB, os CPCs, a Frente de Mobilização Popular, dentre outras. Houve um amadurecimento político, proporcionado pela ampliação da luta democrática, que foi um aprendizado político da democracia que depositava no processo educacional cultural importância, mas sendo o próprio processo já educacional.

A partir desse processo político educacional que a História Nova do Brasil fomentava e que por ele era fomentada, entendemos os elementos constitutivos da militância dos jovens coautores recém-saídos da universidade. Concordamos com João Alberto da Costa Pinto (2006, p. 345) quando aponta a participação da FNFi na realização do projeto História Nova do Brasil como ambiente “gerador das inquietações que as reformas do projeto impunham”. Ponderamos somente que o ambiente de efervescência política e momento contestatório contagiavam e ensinavam o Brasil como um todo, percebidos, por exemplo, nos movimentos de educação popular, na UNE e sua atuação no campo da cultura.

Reafirmamos que a História Nova do Brasil pode ser considerada como parte das Reformas de Base no Campo educacional. Acompanhamos as interpretações que sustentam a militância do projeto, entretanto, discordamos das interpretações que o fundem às interpretações mecanicistas da III Internacional Comunista.

Se a História Nova do Brasil servia aos propósitos do determinismo da III Internacional, não significa que havia unidade entre as formas e o conteúdo. Como apresentamos, nos utilizando de Aarão Filho (1989), as “linhas” seguidas pelos comunistas brasileiros têm reflexões e motivações que são internas, porém, os modelos internacionais aparecem como argumentos de autoridade, legitimação ou coesão. Há diferenças entre os discursos e neles o modelo internacional é importante, bem como a realidade das questões internas. “Os comunistas brasileiros liam as “orientações” externas com o auxílio de “chaves” próprias, para entender suas necessidades específicas.”

Verificamos que por parte da História Nova do Brasil e de Nelson Werneck Sodré, não havia ingenuidade teórica. Havia estratégia política. O Nacionalismo foi uma expressão dessa relação não mecânica. Para a História Nova do Brasil, seguindo o pensamento do ISEB, o nacionalismo era a prática adequada à realidade brasileira. Teoricamente era, inclusive, o que unia os isebianos.

O nacionalismo nasce da necessidade de compor um novo quadro, conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha em consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação (SODRÉ, 1978, p.181).

O projeto foi lido como idealista por alguns, o viés nacionalista, que pretendia a união entre uma burguesia nacional e a classe trabalhadora, foi apontado como um dos grandes equívocos na leitura histórica daqueles que tentaram a transformação. Havia um compromisso político que acabou unindo forças sociais com interesses distintos e, por vezes, até mesmo antagônicos.

A História Nova do Brasil fugiu do mecanicismo, embora possam apresentar erros nesse sentido. Os responsáveis pelo projeto analisaram e propuseram a História a partir dos determinantes históricos do Brasil. “Julgam, assim, que é a História de que a sociedade

brasileira necessita, hoje, como um dos elementos indispensáveis ao seu avanço” (SANTOS et al., 1965a, p, XI). Havia uma postura revolucionária e foco na desmistificação das verdades da historiografia tradicional, dentro das possibilidades que eram oferecidas pelo tempo histórico. O etapismo presente partia da análise da necessidade de consolidação do capitalismo no Brasil.

Para aquele momento histórico,

A ideia de que não há burguesia nacional, de que “os centros metropolitanos” [...] 9por que não escrever, tão simplesmente: imperialismo?), já controlavam totalmente a economia nacional, de que o Nacionalismo era uma espécie de contrafação, e até uma traição aos interesses do povo brasileiro e ao marxismo, tudo isso representou e representa a larga faixa do que se convencionou conhecer como “esquerdismo” e que tantos prejuízos e atrasos tem trazido ao esforço para enfrentar o imperialismo [...] Brandindo a bandeira de uma pretensa pureza de princípio e de uma falsa fidelidade teórica aos clássicos – os verdadeiros, naturalmente –, esse esquerdismo engana [...] O revolucionarismo verbal, pomposo e arrogante – na verdade inócuo – apareceu, na época, e ainda hoje aparece, como eficiente fator divisionista, a que a reação jamais negou condições de vigência, por lhe proporcionar altos dividendos. Posar de mais esquerda do que a esquerda, de mais fiel aos textos teóricos, de mais “avançado”, foi a fantasia comum desse inquieto carnaval político. (SODRÉ, 1987, p. 83)

Ao fim desta pesquisa e limitada por ela, entendemos haver a necessidade de continuidade e avanço nos estudos que se referem às esquerdas no período pré-golpe de 1964.

Após o golpe, as esquerdas passaram por uma reestruturação, e nela, as críticas foram pesadas e muito negativas quando se dispuseram a analisar suas estratégias. Etapa necessária, mas que a nosso ver deve ser revisitada com outro foco. Talvez, não com foco na derrota, mas sim nas vitórias. As esquerdas cometeram erros que devem analisados e superados, mas não foram seus erros políticos que abortaram a democracia e o projeto de desenvolvimento nacionalista. Na luta política e delimitados pelo contexto histórico de grandes contradições, os erros da esquerda podem, no máximo, ter ajudado os reacionários.

E a reação utilizou-se do fundo teórico, como o mecanismo político, o etapismo e o perigo da revolução bolchevique, acabou afastando intelectuais como Nelson Werneck Sodré e o que ele representava dos círculos acadêmicos, assim como acabou alimentando um processo de criminalização da militância e sua incompatibilidade com a “ciência”. Entendemos essa militância (quando de esquerda) como próximos ao que eram os

“subversivos” de outrora³⁶⁰. Em muitos espaços acadêmicos, embora haja concepção da não neutralidade científica, o engajamento político ainda é demérito³⁶¹, é considerado pouco acadêmico, pouco científico e pouco intelectual. Enquanto isso, o capital privado associado às universidades é tão comum quanto desejável e requisitado.

Dentro das contradições históricas, a reedição pela Editora Brasiliense em 1965 também nos fez formular hipóteses. Trabalhamos com a hipótese inicial de que ele teria sido possível por ser um empreendimento particular e, dessa forma, voltado aos interesses de mercado. Aproveitando-se da “propaganda” da perseguição, fechamento do ISEB, etc., a editora poderia colher frutos com a republicação.

Nossa hipótese inicial se mostrou parcialmente errada. A Editora Brasiliense agia também por um ideal de esquerda. Ideal formulado e lapidado ao longo do tempo desde sua criação. A questão mercadológica do livro didático era um ponto colocado, entretanto havia a intenção de resistência e luta contra a ditadura, possibilitado pelas análises que fizemos da *restrita hegemonia cultural da esquerda* (SCHWARZ, 2008) ou *do esboço contra-hegemônico*, (RIDENTE, 1993).

As perseguições os IPMs contra a cultura e especificamente contra a História Nova do Brasil são indícios da intenção de transformação social pretendida pela História Nova do Brasil. O ponto de grande distinção entre os que entendiam os IPMs como uma estratégia de transformação da realidade é que não tem paralelo verossímil. A ideia de revolução com certeza está presente nas monografias e escritos da História Nova do Brasil, entretanto, não havia a possibilidade de uma revolução comunista como enxergaram os militares.

Embora em nenhum local esteja escrito que a História Nova do Brasil pretendia ter o monopólio do saber histórico e embora o projeto fosse aberto às críticas e disposto ao diálogo, para a reação não havia espaço para aquele tipo de ensino. Sentindo-se ameaçados, os setores conservadores identificaram na História Nova do Brasil todo o estereótipo negativo criado ao longo do tempo sobre o comunismo.

³⁶⁰ “Subversivo é quem deseja a modificação pacífica da estrutura sócio econômica nacional; subversivo é quem tenha defendido um governo legitimamente constituído, que não-subversivos derrubaram; subversivo é quem se oponha à série de equívocos e desmandos praticada diariamente pelos colaboradores diretos do atual governo [...] Subversivo é quem se oponha aos atos de violência cometidos pelos Estados Unidos no Vietnã e em São Domingos; subversivo é todo socialista; subversivo é todo materialista. Subversivo, em suma, é todo aquele brasileiro que não concorde em gênero, número e grau com o que pensem, digam ou façam os homens da chamada “revolução.” (SILVEIRA, 1965, p. 9 – 10, grifos do autor.)

³⁶¹ Em termos assistencialistas e em termos de pesquisa (estudo) ainda há grande abertura à militância, desde que se mantenha no terreno da pesquisa e na promessa, sempre futura, de ação no real. Deixar a pesquisa para fazer política é quase deixar de ser intelectual, por exemplo. Deixar transparecer convicções ideológicas em sala de aula poderá ser punível como crime. Claro que ao termo militância subjaz um sentido de libertação e ela está condicionada também ao grau de liberdade que goza a própria sociedade.

A História Nova do Brasil é também fruto de seu tempo. O governo João Goulart, em sua contradição de ser composto por várias forças políticas, possibilitou que a temática das Reformas de Base pudesse ser colocada em prática. O MEC, contagiado pelo clima de participação dos movimentos populares, encampou algumas experiências, dentre elas História Nova do Brasil.

A História Nova do Brasil tornou-se alvo principal das campanhas anticomunistas. Tornou-se a expressão da “subversão” e, mais que tudo, tornou-se o exemplo de que Reformas de Base estavam acontecendo e elas haviam começado na educação. A História Nova do Brasil era o exemplo concreto das Reformas de Base e porquê elas precisavam ser combatidas. Uma reforma de base “comunista”, com “desrespeito a toda tradição”, “desmoralização do exército” (na figura de Caxias), “depreciação do processo de independência”, etc.

Sob o jargão genérico de “subversão”, as campanhas anticomunistas e os setores reacionários ganharam os veículos de comunicação e a *História Nova do Brasil* passou de projeto reformador à projeto criminoso.

Não se tratava se tratava apenas de assegurar que a *História Nova* fosse proibida, apreendida, queimada [...], mas que seus autores fossem proibidos de lecionar (como foram) e processados e presos. (SODRÉ, 1994, p. 132)

Por toda a análise, inclusive da reação, aprofundando os estudos existentes em um caminho de continuidade e valorizando o já produzido, concluimos que a História Nova do Brasil radicalizava os embates entre “as novas forças, que estão realizando a Revolução Brasileira e as velhas forças que querem impedir o inevitável” (Jornal A Voz dos Metalúrgicos, janeiro de 1964, s/n.).

A partir da História produzida pelo projeto, os grupos e classes no poder foram questionados, apontando um norte para as transformações necessárias à nação democrática. O quanto isso é positivo ou não, depende do quanto a realidade anseia por mudanças e da opção de classe feita individualmente por seus avalistas.

Entendemos a História Nova do Brasil como estrategicamente concebida para atuação, por meio da desmistificação da história tradicional, através do fortalecimento do processo da revolução brasileira em curso e como parte da reforma de base no campo educacional. O projeto aproveitou-se do clima e das possibilidades abertas pelo contexto histórico. Nesse sentido, o projeto foi a instrumentalização de um projeto nacionalista.

Concordamos com Florestan Fernandes em sua análise da concretização da Revolução Burguesa no Brasil. Para Florestan, o que determinou o tipo de Revolução não foi a “vontade revolucionária da burguesia brasileira, nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial” (FERNANDES, 1976, p. 215). Para Florestan, a possibilidade de passagem para um novo tipo de capitalismo, o monopolista, foi determinante nos rumos da Revolução Burguesa brasileira.

“O capitalismo monopolista já estava incubado, é certo, e dispunha de uma irradiação interna que nos vem dos fins do século XIX e dos começos do século XX” o que foi brusco foi a mudança de eixo de decisões; “a revolução institucional” (Ibid., p. 216).

Para o autor, “o ideal de desenvolvimento capitalista e de industrialização” que seguíamos era factível com os interesses de desenvolvimento de um mercado interno e com o fortalecimento do “nosso capitalismo competitivo”.

Pelo que se sabe, esse ideal foi deslocado por uma transformação política, a que se vincula a própria crise do poder burguês. Depois da década de 1930, a burguesia viu-se sob tripla pressão [...] De um lado, uma pressão de fora para dentro, nascida das estruturas e dinâmismos do capitalismo monopolista mundial. [...] de outro lado dois tipos de pressão interna. Uma, procedente do proletariado e das massas populares, que expunha a burguesia à iminência de aceitar um *novo pacto social*. Tal ameaça não era propriamente incompatível com a “continuidade do sistema”, pois era contida nos limites da “revolução dentro da ordem”, que a dominação burguesa devia (e também prometera) ao Brasil. Não obstante, ela colocou aqueles “círculos conservadores influentes” em pânico. Outra, procedente das proporções assumidas pela intervenção direta do Estado a esfera econômica. [...] para reagir essas três pressões, que afetavam de maneiras muito diversas as bases materiais e a eficácia política do poder burguês, os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução autodefensiva. (FERNANDES, 1976, p. 216 – 217, grifo do autor)

Concordamos com Florestan Fernandes quando analisa que no início da década de 1960 tinha-se a impressão de que

as forças acumuladoras sob o capitalismo competitivo seriam suficientes tanto para a autonomização do desenvolvimento capitalista internos, quanto para conferir à *burguesia* nacional (através e com base no seu setor industrial) uma forte orientação democrático-nacionalista. *Essa ilusão* não só fazia parte da ideologia burguesa, [...] *impregnava, de várias maneiras, as concepções táticas das diversas correntes do pensamento propriamente revolucionário na esquerda.* (dos anarco-sindicalistas e socialistas aos comunistas) (FERNANDES, 1976, p. 215 grifos nossos)

De forma muito lúcida, Florestan analisa que os determinantes do golpe não necessariamente podem ser imputados às vontades revolucionárias. O contexto histórico, e as análises estratégicas para a ação estão circunscritas às possibilidades históricas que se abriam. A revolução que se concretizou foi a contrarrevolução auto defensiva, de cima para baixo e autoritária. A História Nova do Brasil perfilou entre os grupos que depositaram “fé” nas possibilidades do desenvolvimento nacional. Entretanto, não foi equivocada em sua tentativa de formação política ideológica. Para nós o tamanho do incômodo correspondeu ao tamanho do acerto, na medida em que desmistificava a história oficial e cobrava dos grupos no poder sua responsabilidade pela realidade histórica brasileira.

Se o erro de análise histórica fez com que os setores de esquerda apostassem na via nacional, e dentre eles a História Nova do Brasil apostando em um marxismo nacionalista e utilizando o Estado para sua difusão, ainda hoje, passados mais de meio século, não resolvemos o problema da questão nacional. E, nesse sentido, o Estado ainda é fulcral. Ainda que Marx assevere que o Estado é a expressão da classe dominante no poder, o Estado também pode ser também, em sociedades democráticas, instrumento de ação coletivo. O Estado, mesmo sem eliminar as disputas de classes internamente, pode desenvolver interesses nacionais. O nacionalismo que parece ser uma questão passada e superada, não o é. Essa ideia está ancorada no campo aparente. A questão nacional nunca deixou de estar em voga³⁶². Para o mundo exterior, internacionalmente, as nações desenvolvidas criticam qualquer tipo de nacionalismo em países “em desenvolvimento”. Nacionalismo, para eles, é transformado em protecionismo antiproducente ao desenvolvimento das nações. Internamente, no entanto, estes mesmos países não abrem mão do que, para eles, é um dever de seus Estados para com seu povo: proteger o trabalho, resguardar sua ciência, sua riqueza, etc.

Se, para a História Nova do Brasil, a luta anti-imperialista fazia parte da luta pela emancipação e realização do povo enquanto nação, para os críticos, suas estratégias foram equivocadas, foram mecanicistas e eram ingênuas. Para os perseguidores, estavam além das rédeas da Revolução Burguesa que queriam implementar, e implementaram de cima para baixo.

³⁶² Basta vermos as ofensivas contra qualquer pretensão de processos de estatização. Pelo contrário, a difamação do que é estatal é a luta da antinação atual, sucateamento do que é público, etc., Ideologias que fortalecem a gestão privada e que escancaram as portas para o capital estrangeiro. No senso comum, se constrói, via propaganda dirigida, a ideia da gestão pública como ineficiente e servidores públicos como “classe privilegiada”. Não é aqui nossa intenção fazer uma análise dos problemas do presente e sim apontar a validade das análises da História Nova do Brasil e suas preocupações com as transformações necessárias ao Brasil já na década de 1960 e que não estão resolvidas.

As reformas de base colocavam na ordem do dia o desenvolvimento brasileiro em sua versão democrática ou a revolução brasileira em sua relação genérica e ambígua de comportar as possibilidades, tanto do circunscrito ao capitalismo (mas com maior autonomia) quanto de sua superação. A História Nova do Brasil, como parte desse processo foi propositiva e, captando as transformações do tempo Histórico, sintetizou as mudanças no campo do Ensino de História do Brasil, confluindo os interesses da Reforma de Base no campo educacional com os interesses do projeto e estratégia de desenvolvimento nacional brasileiro. Por esse motivo afirmamos que ela fazia parte do próprio processo da Revolução Brasileira. Com o golpe, não só a História Nova do Brasil foi abortada, como também foi abortado todo um projeto de nação.

A revolução democrática e popular (por que não, socialista?), enquanto temática perdeu força. Não que tenha deixado de existir, mas a ideia-força, a motivação pela transformação, passou a ocupar o lugar de utopia. A queda do muro de Berlim, pelas certezas neoliberais da década de 1990, parecia ter jogado a última pá de cal na ideia-força da revolução. Entretanto, utopia também pode significar o não-colocado, o não-realizado ou uma ideia futura. Nesse sentido, ser utópico é, propositivamente e positivamente, buscar a realização do processo revolucionário e da igualdade. A revolução é parte da teoria que confere a possibilidade da transformação. Revolução é a categoria do movimento e da possibilidade. As certezas neoliberais, a morte da História, o pós-modernismo, assim como a própria vida social, estão ainda em conflito.

Tentamos recolocar a problemática da necessidade de transformação, da problematização dos processos e relações sociais que conferem privilégios de classes a um grupo em detrimento da exploração de outros. E, nesse sentido, a História Nova do Brasil e sua proposta de educação política e diretiva têm relevância. Tiveram coragem e atribuíram uma função educacional e política à revolução. Isso nos ensina a História Nova do Brasil.

Já dissemos em outros momentos que o presente revisita o passado buscando respostas para perguntas no presente. As nossas são muitas, mas uma delas é fundamental: como podemos auxiliar no processo movimento da História? Uma análise possível foi nos dada em 1964. Uma proposta educacional que não só sonhou tal objetivo, lutou e ousou a transformou como realidade. A ditadura, que abortou a continuidade da revolução brasileira em termos populares e democráticos nos deixou heranças cruéis.

Da noite para o dia, o Brasil dos bacharéis transformou-se no Brasil dos tecnocratas.

A filosofia e o latim foram suprimidos dos currículos. A história deixou de ser lecionada como disciplina autônoma. O português, reduto dos gramáticos que desprezávamos, mudou tanto, que até mudou de nome — passou a chamar-se comunicação e expressão. Em compensação, aumentou assustadoramente o número de vagas nas disciplinas certas, as que convém a um país em desenvolvimento: química, engenharia, eletrônica, informática. Em suma, o país se modernizara. Tudo como queríamos: só que nossos sonhos, realizados, viraram pesadelos. O país não era mais a pátria dos bacharéis, mas tinha se convertido na terra-de-ninguém dos zumbis competentes e dos doutores lobotomizados. (ROUANET, 1987, p. 306)

Essa análise dura, transformemos em provocação.

Referências bibliográficas.

ABREU, Alzira Alves de. “O ISEB e o desenvolvimentismo.” In: *O Brasil de JK*. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea FGV – CPDOC, s/d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB> Último Acesso. 10/05/2017.

ALEIXO, Jose Carlos Brandi. “O voto do analfabeto” In: *Rev. Inf. Legisl. Brasília* a. 18, n.71 jul./set. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-revista-parana-eleitoral-no-009-jose-carlos-brandi-aleixo> Último acesso: 13/03/2017.

AMORIM, Paulo Henrique. “Uma frente nacional contra o entreguismo! Brizola vive!” In: *Conversa Afiada*, publicado 22/06/2017. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/uma-frente-nacional-contra-o-entreguismo> Último acesso: 14/07/2017.

ANTUNES, Ricardo Coltro. "Os comunistas no Brasil: As repercussões do VI congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB)" In: *Cadernos AEL - Comunistas e comunismo*. Vol. 1 Nº 2 ISSN: 1413-6597, p. 11 – 34, 1995.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República, de 1961 a 1967*. 4ª Ed. São Paulo, editora: Alfa-Omega. 1986.

BASTIAN, Eduardo F. “O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo.” In: *Est. Econ.*, São Paulo, vol. 43, n.º 1, p. 139 – 166, janeiro – março, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “[prefácio] Uma sociedade nacional-dependente”. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil I. De Varnhagen a FHC*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. [Primeira edição de 1999]

CALLARI, C. R. “Os Institutos Históricos: do Patronado de D. Pedro II à construção do Tiradentes.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 21, nº 40, p. 59 – 83. 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e paradigmas rivais”. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. PP. 1-23. 1997.

CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. 251 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense Centro de

Estudos Gerais Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói – RJ, 2010. Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis.

CARONE, Edgard "As origens da III Internacional Comunista" In: *Revista de Estudos de Sociologia*, FCL-UNESP, Araraquara, Ano 5, n. 8, 1º semestre de 2000, ISSN: 1982-4718, p. 129 – 141, 2000.

_____. *A República Liberal II: Evolução política (1945 – 1964)*. São Paulo, Difel, 1985.

CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa. “Visões impressionistas da História Nova do Brasil e suas circunstâncias, trinta anos depois...” In: SANTOS, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. São Paulo: edições Loyola; Editora Giordano, Coleção Memória nº 18. 1993.

CLEMENTE, Vanessa. *História Nova do Brasil (1963 – 1965): Uma nação “imaginada”*. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO, 2013.

COSTA PINTO, João Alberto da. “Nelson Werneck Sodré e o projeto da história nova do Brasil”. In: SILVA, Marcos (Org.) (2001) *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. -- Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP. (Coleção História), 2001

_____. “A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil (1963 – 1965)” In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo. (Orgs.) *Nelson Werneck Sodré Entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: Editora UNESP. 2006.

CUNHA, P. R. da. *Um olha à Esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP. 2002.

D’ ALLESSIO, Marcia Mansur. “Os Annales no Brasil. Algumas reflexões.” In: *Ver. Anos 90*, Porto Alegre, n. 2, maio, 1994. p. 127 – 143.

D’ARAÚJO, Maria Celina. “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1952)” In: Verbete [Tipo temático] CPDOC, s/d, s/n. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-militar-brasil-estados-unidos-1952>. Último acesso: 12/04/2017.

DINIZ, Eli. “O Estado Novo: Estrutura de Poder Relações de Classe”. In: Fausto, Boris (org) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano, 3 volume: Sociedade e Política (1930 – 1964). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 6ª edição. 1996.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes. 1987.

FALCÓN, Francisco José Calazans, “O I Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior.” In: *Boletim de História*, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, ano V, n.7, agosto, 1963a, p. 187 – 196.

_____. FALCÓN, Francisco José Calazans, “O II Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior.” In: *Boletim de História*, Centro de Estudos de História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, ano V, n.7, agosto, 1963b, p. 197 - 203.

_____. “O Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ – Um ensaio de história e memória”. p. 08 – 19. In: FALCÓN, Francisco José Calazans; CARVALHO, José Murilo de; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social – Trinta anos.” *Topoi. Revista de História*. vol. 13, nº 25. Julho – Dezembro de 2012. P. 6 – 24.

_____. [entrevista], 2008/2009. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira no Rio de Janeiro, 1º de agosto de 2008 e 16 de janeiro de 2009. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FAUSTO, Boris “A crise dos anos vinte e a revolução de 1930” In: FAUSTO, Boris (org) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano, 2 volume: Sociedade e Instituições (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 4ª edição. 1990.

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano V 10 – Sociedade e Política (1930 – 1964)*. 9ª Ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2007.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Rubem César. “Carta de Rubem César Fernandes ao editor”. In: SANTOS, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. São Paulo: edições Loyola; Editora Giordano, Coleção Memória nº 18. 1993.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: Uma bibliografia*. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. “A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961.” *Tempo*. Rev. do Dep. de História da UFF. Rio de Janeiro vol.2, n.3, 1997. p.149-182. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf Último acesso em: 14-06-2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FERREIRA Jr., Amarílio. “História Nova do Brasil: uma filosofia da História”. In: *Revista de Educação e Filosofia*, V. 12, N 24, 1998. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/issue/view/86>. Último acesso: 17/07/2014.

FERREIRA Jr., Amarílio e BITTAR, Marisa. “História Nova e historiografia brasileira no contexto do Regime Militar” In: *Fronteiras: Revista de história*. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS. v. 3 nº. 5. Jan./Jun. 1999, p. 09 – 26.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. “História Nova: Depoimento.” In: SANTOS, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. São Paulo: edições Loyola; Editora Giordano, Coleção Memória nº 18. 1993.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. *A inconfidência mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930 – 1960)*. In: Revista Brasileira de História. Vol. 22. No.44 São Paulo 2002. Disponível em: WWW.scielo.br.php?pid=s0102-0188200200009&script=sci_arttext

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. “De como a ‘autonomia do político’ aprisionou os cientistas sociais brasileiros.” *Cadernos de Opinião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, n 14, p. 11 – 16, 1979.

FURTADO, Celso. (1977). *Prefácio a nova economia política*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese [doutorado] Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2009.

GARCIA, Marco Aurélio. “História da Esquerda Brasileira.” In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES; Ricardo; FERRANTE, Vera B. (orgs.) *Inteligência brasileira*. São Paulo – SP. Editora Brasiliense, p. 193 – 224. 1986.

GIORDANO, Cláudio. “Apresentação”. In: SANTOS, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. São Paulo: edições Loyola; Editora Giordano, Coleção Memória nº 18. 1993.

GONÇALVES, Márcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca. “Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcón” In: *História da Historiografia*, Ouro Pret, n.º 7, nov./dez., 2011. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/319/224> Último acesso em 13/06/2017

GORENDER, Jacob. “Apresentação – Anos de Chumbo: Criativos e Funestos”. In: RIDENTE, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, UNESP, p. 11 – 14, 1993.

GUIMARÃES, L. M. P.; LEONZO, N. “A Reforma de Base no Ensino da História Pátria: o projeto da história Nova do Brasil.” In: *Revista de História* Nº 149 – 2º Semestre de 2003. ISSN 0034-8309. Rev. De Hist./Dep. Hist. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Humanas/FFLCH/USP. 235 – 251, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. Ed – São Paulo: Companhia das Letras. 2005.

IANNI Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4ª ed. Rio de janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1978.

_____. *Classe e Nação*. Petrópolis: editora Vozes Ltda., 1986.

IGLÉSIAS, F. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira S.A. 2000.

JAGUARIBE, Hélio. “ISEB – Um breve depoimento e uma reapreciação crítica”. *Cadernos de Opinião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, n. 14, p. 94 – 110, 1979.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética. A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KORNIS, Mônica Almeida; MONTEIRO, Débora Paiva. “O Movimento Sindical Urbano e o Papel do CGT”. In: *CPDOC-FGV*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_movimento_sindical_urbano_e_o_CGT. Último acesso: 12/11/2016.

LAMARÃO, Sérgio. “Frente Única.” In: *Verbetes FGV-CPDOC*. s/d. s/n. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/frente-unica>. Último acesso 15/05/2017

_____. “A revolta dos sargentos”. In: *FGV-CPDOC*. s/d, s/n. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_sargentos. Último acesso: 16/07/2017

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista*. 10ª Ed. São Paulo, Cortez, 1995. 113 p.

MANTEGA, Guido. “Marxismo na economia brasileira”. In: MORAES, João Quartin de (org.), *História do Marxismo no Brasil – Os influxos teóricos*. vol. II, Campinas – SP: Ed. UNICAMP, 1995.

MARANHÃO, Ricardo. “História Nova do Brasil”. In *Revista Princípios* – agosto, setembro e outubro de 1994 – nº 34, São Paulo, SP: Editora Anita Ltda, p. 22 – 27, 1994.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1. 19ª edição. Rio de Janeiro – Civilização Brasileira. 2002.

_____. “O 18 Brumário de Luis Bonaparte.” In: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, R. J. C.; BARBOZA, J. C. (1908) “Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo I, 3ª Edição Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. p. 5 – 7. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>

MELLO, Maurício Martins de. “Olha a História Aí, Gente”. In: SANTOS, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. São Paulo: edições Loyola; Editora Giordano, Coleção Memória nº 18. 1993.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. *A experiência da História Nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de História no Brasil nos anos 60*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos - SP, 1990.

_____. “Werneck Sodré, História Nova: contribuição pioneira ao ensino de história no Brasil” In: CABRAL, F.; CUNHA, P. (Orgs.) *Nelson Werneck Sodré Entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: Editora UNESP. 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. (2010). *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961 – 1964*. 8ª Edição – São Paulo: Editora UNESP. (1ª Edição 1977).

MOREIRA, Cássio Silva. *O Projeto de Nação do Governo João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961 – 1964)*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

NADAI, Elza. “O ensino de História no Brasil: trajetórias e perspectiva.” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13. 25/26, p. 143-162, set.1992/ago.1993, 1993.

NETTO, José Paulo. *Nelson Werneck Sodré. O general da história e da cultura*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011.

NORONHA, Olinda Maria. *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. 2ª ed. SP, Editora Alínea. 2006.

NOVAIS, Fernando. [Entrevista] “Fernando Novais: Braudel e a ‘missão francesa’”. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 8, n. 22, dezembro, p. 161 – 166, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300014&lng=en&nrm=iso. Último acesso 11/06/2017

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro/Brasília, Jorge Zahar/ENAP. 1997.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *Liga de Defesa Nacional: Um projeto de modernização para o Brasil*. – Marília, 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

PAIVA, Vanilda. “O período 1958/1964: novas ideias em matéria de educação de adultos.” In: _____. *História da educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 7ª Ed. São Paulo, SP. Editora Loyola, 2015. p. 231 – 286.

PAULA, Christiane Jalles de. [Verbete sobre o IBAD] “**O Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD**”. In: CPDOC. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)*. disponível: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JoãoGoulart/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica.

PE. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA, 1979 *Cadernos de Opinião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, n. 14, 1979.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política brasileira: entre o povo e a nação*. São Paulo. Editora Ática S.A. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. [Série *Temas* vol. 16 – Sociologia e política], 1990.

PEREIRA, Amauri Mendes; PEREIRA, Amilcar Araújo & ALBERTI, Verena. “Entrevista com Joel Rufino dos Santos”. *Estud. Hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, V. 26, n° 52, p. 491 – 518, julho – dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v26n52/12.pdf>. Último acesso: 16/04/2017.

PONTUAL, Roberto. [sem título – *Contracapa – roberto pontual diretor*]. In: SANTOS, Joel Rufino dos. et al. *Da Independência à república*”. Coleção história Nova – 7. Ministério da educação e cultura divisão de educação extra-escolar campanha de assistência ao estudante. 1964.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1966.

_____. “Adendo à Revolução Brasileira”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Ano III, n.º 14, p. 43 – 74. Julho de 1967.

_____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10ª Ed. São Paulo, Editora Brasiliense. 1977.

PRESTES, Anita Leocádia. “Da ‘declaração de março’ de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático”. In: *Crítica Marxista*, n° 32 – 2011, 1.ª edição 2011, p.147-174.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 1. De Varnhagen a FHC*. 9ª Ed. Ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro*. Editora Brasiliense. 1989.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da Educação Brasileira: A Organização escolar*. 19ª Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

RIDENTE, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, UNESP, 1993.

RODRIGUES, J. H.A *Pesquisa Histórica no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1969.

ROUNANET, Sérgio Paulo. “Reinventando as Humanidades” In: _____. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 304 – 330. 1987.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. “Fernand Braudel, a América Latina e o Brasil: um capítulo pouco conhecido de sua biografia intelectual.” In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. V. 26, n. 2. Rio Grande do Sul. 2000. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24771/14658> Último acesso: 02/04/2015.

SANTOS, Joel Rufino et al. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura – divisão de educação extra-escolar campanha de assistência ao estudante. MEC/ISEB, 1964a (Coleção história Nova – 1.)

_____. *As invasões Holandesas*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura – divisão de educação extra-escolar campanha de assistência ao estudante. MEC/ISEB, 1964b (Coleção história Nova – 3.)

_____. *A expansão territorial*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura – divisão de educação extra-escolar campanha de assistência ao estudante. MEC/ISEB, 1964c (Coleção história Nova – 4.)

_____. *A independência de 1822*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura – divisão de educação extra-escolar campanha de assistência ao estudante. MEC/ISEB, 1964d (Coleção história Nova – 6.)

_____. *Da Independência à república*”. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura – divisão de educação extra-escolar campanha de assistência ao estudante. MEC/ISEB, 1964e (Coleção história Nova – 7.)

_____. *História Nova do Brasil*. 2ª Ed. Editora Brasiliense, vol. 1 [Descoberta do Brasil; Expansão Territorial; Invasões Holandesas; Sociedade do Açúcar], 1965a.

_____. *História Nova do Brasil*. 2ª Ed. Editora Brasiliense, vol. 4 [Abolição; Advento da República; Florianismo], 1965b.

_____. *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. São Paulo: edições Loyola; Editora Giordano, Coleção Memória nº 18. 1993.

SANTOS, Joel Rufino dos. “História Nova: Depoimento.” In: SANTOS, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. São Paulo: edições Loyola; Editora Giordano, Coleção Memória nº 18. 1993.

_____. “Cultura e crítica literária: uma nova perspectiva.” In: CABRAL, F.; CUNHA, P. (Orgs.) *Nelson Werneck Sodré Entre o Sabre e a Pena*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SANTOS, Simone Valdete dos. *Educação de 1º Grau na Fábrica: para Além das Competências e da Qualidade Total*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: ed. Campos. 1979.

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados. 2007.

SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política, 1964 – 1969” In: _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.

SILVA, Hélio. *A Fuga de João Goulart. 1962 – 1963*. São Paulo. Editora Três LTDA. Coletânea: História da República Brasileira – edições Isto é. 1998.

SILVEIRA, Ênio. “Epístolas ao Marechal – Primeira Epístola: sobre o ‘delito de opinião’”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Ano I, n.º 3 julho de 1965, p. 3 – 11.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ISEB, 1959. (Coleção Textos de Formação Histórica do Brasil n° 3).

_____. “História da História Nova [I]”. *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n.º 3: julho, 1965a. p. 27 – 40.

_____. “História da História Nova [II]”. *Revista Civilização Brasileira*, ano I, n.º 4: setembro, 1965b, p. 71 – 84.

_____. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira S.A. 3ª edição, 1967.

_____. *Formação Histórica do Brasil*. Editora Brasiliense. 5ª Ed., 1968.

_____. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro. Avenir Editora Limitada, 1978.

_____. “Modos de Produção no Brasil”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, (Coleção História brasileira; 5), 1980.

_____. *História da História Nova*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes Ltda. 1986.

_____. “Trinta anos depois”. In: SANTOS, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. São Paulo: edições Loyola; Editora Giordano, Coleção Memória n° 18. 1993. p. 29 – 36.

_____. “História da *História Nova*, Nelson Werneck Sodré...”. In: In: SANTOS, Joel Rufino et al. *História Nova do Brasil 1963 – 1993*. São Paulo: edições Loyola; Editora Giordano, Coleção Memória n° 18. 1993b. p. 69 – 113.

_____. *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

TAVARES, Assis. “Caio Prado Junior e a Teoria da Revolução Brasileira”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. Ano 1, n.º 11 e 12, p. 48 – 80. Dezembro 1966/março de 1967.

TEIXEIRA, Anísio. “Planos de Educação Referentes aos fundos nacionais de ensino primários, médio e Superior.” *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.38, n.88, outubro/dezembro. 1962. p.110 – 116.

_____. “1963: ano da educação.” In: *Boletim Informativo CAPES*. Rio de Janeiro, n.122, jan. 1963a. p.1-2. Arquivo Biblioteca Virtual Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/1963.html>

_____. “Estado atual da educação”. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.39, n.89, jan./mar. 1963b. p.8-16.

_____. “Revolução e educação”. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.39, n.90, abr./jun. 1963c, p.3-7.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ed. Ática. 1977.

_____. “Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB” In: *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRINDADE, Helgio. “A Legalidade e o Movimento Estudantil Brasileiro”. In: *Rev. Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 129-164, jul. 2011 Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/24413/18244>. Último acesso em: 14-06-2016.

VALE, Antônio Marques do. *O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. “Nelson Werneck Sodré: ‘Subvertemos a História Oficial’”. In: *Rev. Novos Rumos*. Ano 19. Nº 42, 2004. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/issue/view/177/showToc> último acesso: 19/04/2016.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970).” *Revista Brasileira de História*.2003, vol.23, n.45, pp. 37-70. ISSN 1806-9347.

VIEIRA, Cleber Santos. (2011). “Da História Nova do Brasil à Coleção de Educação Cívica: Histórias da Divisão de Educação Extra-Escolar do MEC (1963-1966)” In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH – São Paulo*, Julho de 2011.

VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e Malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998.

WEFFORT, Francisco C. “Educação e Política (reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade)” In: FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro. p. 1 – 26. 1967.

Documentos:

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – de 16 de julho de 1934*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm Último acesso 07-04-2016. Último acesso: 12/07/2017.

_____. Decreto nº 37.608, de 14 de Julho de 1955, *Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências*. DF, 1955. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37608-14-julho-1955-336008-publicacaooriginal-1-pe.html> Último Acesso: 15/02/2017.

_____. Decreto nº 43.031, de 13 de Janeiro de 1958. *Institui a Campanha de Assistência ao Estudante*. DF, 1958a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/19501959/decreto4303113janeiro1958381787publicacaooriginal1pe.html>. Último Acesso: 24/01/2017

_____. Decreto nº 43.170, de 4 de Fevereiro de 1958. *Aprova o Regimento da Divisão de Educação Extra-Escolar o Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura*. DF, 1958b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/19501959/decreto431704fevereiro1958381931publicacaooriginal1pe.html>. Último acesso: 24/01/2017.

_____. Decreto nº 53.465, de 21 de Janeiro de 1964. *Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências*. DF, 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>. Último acesso: 12/06/2017

_____. Ministério da Educação e Cultura, “Portaria nº 50 de 04 de fevereiro de 1964”. [Recomendação aos professores para usarem o material Coleção “História Nova”] *Diário Oficial*. Brasília, 12 de fevereiro de 1964, Seção I Parte I, p. 1345.

_____. Ministério da Educação e Cultura, “Decreto nº 53.583”, de 21 de fevereiro de 1964. [Dispõe sobre edição de livros didáticos, dando outras providências] *Diário Oficial* Brasília, 24 de fevereiro de 1964, Seção I, Parte I, p. 1765.

_____. Atos do Poder Executivo, “Decreto nº 53.887”, de 14 de abril de 1964. [Dispõe sobre edição de livros didáticos e revoga o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964] *Diário Oficial* Brasília, 14 de abril de 1964, Seção I, Parte I, p. 3314.

_____. Decreto nº 58.023, de 21 de março de 1966. *Dispõe sobre a educação cívica em todo o país e dá outras providências*. DF, 1966. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43031-13-janeiro-1958-381787-publicacaooriginal-1-pe.html> Último acesso: 30/01/2017.

BRIZOLA, Leonel. “Pronunciamento do governador Leonel Brizola em 28 de agosto de 1961” In: *Correio do Povo*, Porto alegre, 29 de agosto de 1961. Disponível em: <http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/25.pdf>. Último acesso em 14-02-2017

[Declaração Sobre a Política do PCB – Voz Operária, 22/03/1958. Assina a Declaração: o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil] *Declaração de Março de 1958*. Rio de Janeiro, março de 1958. Transcrição Daniel Domingues Monteiro. Disponível em: www.Marxists.org/portugues/tematica/1958/03/PCB.htm Último acesso: 12/07/2017

[EDITORIAL] “Metalúrgicos estudarão verdadeira História: texto dirigido aos metalúrgicos pelo prof. Nelson Sodré.” In: *Jornal A Voz dos Metalúrgicos*. Janeiro de 1964. Fonte Arquivo Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355169/mss1355169.pdf

[EDITORIAL]. “IPM pede prisão preventiva para escritor preso”. *Correio da Manhã*. De 12 de junho de 1965. Documento do Arquivo Nelson Werneck Sodré [Manuscritos] – Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355229/mss1355229.pdf Último acesso: 29/06/2017.

[EDITORIAL]. “Escritores apontam violência no IPM”. In: *Correio da Manhã* de 18 de julho de 1965. Documento do Arquivo Nelson Werneck Sodré [manuscritos] – Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355235/mss1355235.pdf Último acesso: 20/05/2017

EDITORIAL [Direito]. “Violência Contra a História Nova.” In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n.º 4, p. 361 – 382, de setembro de 1965.

EDITORIAL. “História Nova: Denúncia do Procurador-Geral” In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n.º 11 – 12, p. 208-212, dezembro de 1966 – março de 1967.

[EDITORIAL] [Câmara Federal] “Críticas à ‘História Nova do Brasil’ editada pelo MEC.” *Folha de S. Paulo* – 1º Caderno – 3ª-feira. 03 de março de 1964 – pág. 5. Arquivo folha online. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1964/03/03/2>

GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (a)] In: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 24 de fevereiro de 1992: sobre interesse em incluir o volume 1 da coleção História Nova do Brasil na coleção Memória.” Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

_____. [Informação pessoal (b)] In: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 09 de março de 1992: agradece as respostas solícitas e reitera a vontade de organizar este pequeno empreendimento editorial. Arquivo da Coleção

Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

_____. [Informação pessoal (c)] In: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em *19 de março de 1992*: pedido de desculpas pelo desconhecimento da obra de 1986 e intenção de ampliação da estrutura do livro.” Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

_____. [Informação pessoal (d)] In: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em *27 de março de 1992*: Informa que entrou em contato com alguns coautores, agradece e comenta uma passagem de escritos de Sodré. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

_____. [Informação pessoal (e)] In: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em *05 de junho de 1992*: Informes sobre contato com os autores e sobre a realidade que faz com que o projeto seja simplificado. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

_____. [Informação pessoal (f)] In: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em *04 de agosto de 1992*: Informes e sobre a tentativa de incluir a Editora Brasiliense no projeto como forma de homenagear Caio Graco Prado. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

_____. [Informação pessoal (g)] In: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em *01 de março de 1993*: Informes sobre dificuldade de receber depoimentos de alguns autores, apresentação da estrutura final do livro e os motivos de escolher “*O descobrimento do Brasil*” para publicar. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

_____. [Informação pessoal (h)] In: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em *04 de setembro de 1993*: Sobre a publicação do livro, sobre as dificuldades financeira, o envio de exemplares e a esperança de ter agradado. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

GOULART, João Belchior Marques. *Plano Trienal para a Educação – Discurso do Pres. João Goulart na sede da revista O CRUZEIRO, a 26-12-62*. In: TEIXEIRA, Anísio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.39, n.89, jan./mar. 1963. p. 3 – 7.

_____. “Discurso do presidente João Goulart na central do Brasil” In: MARCELINO, Wanielle Brito. (Org.) *Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília – FUNAG, 2009. 100p.

HECK, Silvio; DENYS, Odílio; MOSS, Gabriel Grun. “Nota Conjunta dos 3 ministros militares sobre a posse de Sr. João Goulart na Presidência da República” In: Tribuna da

Imprensa. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, p. 2. Disponível em: <http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/24.pdf> Último acesso 14-06-2016

LACOMBE, Américo Jacobina et al.. “História Nova” [parecer acerca da série de opúsculos editados sob o título de *História Nova*.] In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 263, Abril – Junho, 1964.

_____. “Ecos da História da *História Nova*”. In: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n.º 8, p. 313 – 321, de julho de 1966.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584 Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf Último acesso 07-04-2016.

MATTOS, R. J. C.; BARBOZA, J. C. “Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*. Tomo I, 3ª Edição Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. p. 5 – 7. 1908. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>

MELLO, Maurício Martins de. “Autor de História Nova: Prisão foi ato político”. In: *Correio da Manhã* em 09 de julho de 1965. Documento do Arquivo Nelson Werneck Sodré [Manuscritos] da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355234/mss1355234.pdf Último acesso 10/02/2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO, 1970, s/n. In: [correspondência recebida por Nelson Werneck Sodré], remetente: Advogado Prof. Heleno Cláudio Fragoso “Certidão de despachos de arquivamento de inquérito da Marinha sobre a História Nova do Brasil a pedido do Ministério Público”. Correspondência a Nelson Werneck Sodré em 15 de dezembro de 1970. Documento disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – 1963-1965 – Presidência da República, Brasília, dezembro de 1962. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/495> Último Acesso: 10/06/2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. [Informação pessoal] in: “Correspondência enviada por Caio Prado Júnior à Nelson Werneck Sodré em dezembro de 1942: informações sobre estudos, agradecimento por crítica positiva e situação da historiografia brasileira. Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Sessão de Manuscritos. *Carta de Caio Prado Júnior a Nelson Werneck Sodré 07/12/42*. Documento disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

Programa de Internacional Comunista, VI Congresso Mundial, Moscou, 1 de setembro de 1928. Disponível em: <http://www.hist-socialismo.com/docs/ProgramaIC1928.pdf> Tradução do Frances. Original francês em http://www.marxists.org/francais/inter_com/1928/ic6_prog.htm

QUADROS, Jânio. “Mensagem ao Congresso Nacional”. In: MUNIZ, Camille Bezerra de Aguiar. (Org.) *Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ISBN: 978.85.7631.188-1, p. 19 – 28. 2009

Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Tomo I: “Recomendações Gerais e Recomendações Temáticas”. Disponível em: www.verdadeaberta.org. Último acesso: 15/03/2017

SODRÉ, Nelson Werneck. “General: - a HN não é contra Caxias” In: ÚLTIMA HORA, edição de 18 de junho de 1965. Disponível no Arquivo Nelson Werneck Sodré [Manuscritos] Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355230/mss1355230.pdf último acesso: 10/04/2017.

ANEXOS:

ANEXO I – Discurso do Pres. João Goulart na sede da revista O CRUZEIRO, a 26-12-62.

PLANO TRIENAL PARA A EDUCAÇÃO

"Aqui nos reunimos para anunciar à Nação o maior esforço empreendido no Brasil, até hoje, com o objetivo de enfrentar o problema do analfabetismo. Nos últimos anos temos visto a Nação crescer e progredir em todos os setores, exceto no campo da educação elementar, onde os problemas se acumulam cada vez mais, pela incapacidade de expandir e aprimorar o sistema escolar, ao ritmo do crescimento e da vontade de progresso do povo brasileiro. Assim é que, de 1900 a 1960, vimos crescer de 6 para 20 milhões o número de analfabetos em nossa população adulta. Em passado recente, era ainda possível ao analfabeto dominar uma técnica artesanal, transmitida por tradição oral, e manter sua família em razoável nível de vida. Hoje, todos sabemos que o analfabeto encontra enorme dificuldade para participar das atividades produtivas e que a condição do iletrado corresponde à inevitável condenação à marginalidade, não apenas política, mas também econômica e social. Entretanto, anualmente, 600 mil jovens brasileiros alcançam, analfabetos, os 14 anos, idade legal do trabalho, e outros 550 mil jovens patrícios nossos alcançam, cada ano, também analfabetos, os 18 anos; uns e outros sem condições mínimas para se integrarem plenamente na vida econômica, social e política da Nação. Aumenta de ano para ano o número de analfabetos na nossa população adulta, porque apenas metade dos 14 milhões de brasileiros de 7 a 14 anos está matriculada nas escolas primárias. Acresce ainda que a própria parcela que frequenta escolas é atendida por uma rede educacional tão precária e não raro servida por professoras despreparadas e desajustadas no cumprimento de sua missão, que a metade dos alunos não passa da primeira série e menos de dez por cento consegue concluir um curso primário de quatro séries. Mesmo as áreas mais desenvolvidas do País, cidades prósperas e progressistas, que tanto podem orgulhar-se de seus altos foros de civilização, não têm por que ufanar-se dos seus sistemas educacionais. Nos melhores casos, apenas conseguem matricular as crianças na idade apropriada, para obter um rendimento escolar muito baixo, quando comparado ao de cidades de todo o Mundo com igual população e idêntico nível de renda. A verdade, que ressalta destes dados, é que a Nação, suas instituições básicas, os cidadãos, cada um de nós brasileiros, têm fracassado na tarefa elementar a que todos os povos do Mundo se propuseram, em certo momento do respectivo desenvolvimento histórico — e conseguiram realizar — na implantação de uma escada educacional tão ampla na base, que abranja a todas as crianças, e tão democrática e acessível que permita a cada jovem prosseguir nos estudos, série por série, com base apenas em seu talento, independentemente da condição social de sua família. O Brasil, no entanto, já alcançou aquele grau de maturidade nacional que dá a necessária coragem para enfrentar os problemas educacionais em sua crueza, para equacioná-los, para formular soluções e levá-las à execução dentro de um plano preciso que fixe objetivos certos a atingir, em prazos bem definidos. É o que está sendo feito no programa global de governo que vem de ser elaborado e no qual se encontra uma planificação da ação administrativa federal, em todos os setores, por um espaço de três anos, a partir de 1963. Os déficits acumulados fazem com que, na área de educação, tenhamos de enfrentar tarefas gigantescas. O indispensável, porém, é fazer face, prontamente, a essas tarefas, estabelecendo prioridades que permitam obter o máximo rendimento dos serviços disponíveis, de modo a expandir e aprimorar o sistema escolar primário do País, igualando, quanto possível, as oportunidades de educação oferecidas às crianças e, aos jovens de todas as regiões e cuidando, simultaneamente, de implantar a rede

nacional de escolas primárias e de levar a cabo programas de emergência que possibilitem escolarizar todas as crianças, ainda que debaixo de árvores, para que a nenhum brasileiro seja negada a oportunidade de aprender. Hoje nos reunimos para comemorar o lançamento do maior empreendimento editorial realizado em nosso País. Nos próximos dias serão distribuídos em todo o território nacional cento e cinquenta mil exemplares do Manual de Preparo e Orientação do Alfabetizador e quatro milhões de Cartilhas de Alfabetização. Ao fim do mês de janeiro, uma série de medidas planejadas, e já em execução, possibilitará estabelecer, em cada cidade, em cada vilarejo do País, um depósito de guias e cartilhas que permita proceder à mobilização dos brasileiros capacitados para a tarefa cívica de salvar os seus irmãos do analfabetismo. E nesta ocasião quero consignar a relevante contribuição de "O Cruzeiro" para este empreendimento, colocando as suas disponibilidades técnicas e industriais à disposição das nossas necessidades didáticas, para a pronta efetivação desta iniciativa. Em verdade, a educação é tarefa de todos os cidadãos. Para ela cada um há de contribuir segundo suas possibilidades, seja produzindo materiais para a instrução, seja cedendo instalações e recursos para a criação de classes, seja oferecendo os seus próprios serviços, como instrutores para a alfabetização. Estamos diante de um destes deveres cívicos que só podem ser cumpridos pela Nação mesma, por força do seu amadurecimento, um dever que a ninguém há de dar lucros individuais, mas que para todos deve representar um ônus a ser pago com a satisfação de quem cumpriu indeclinável dever para com a Pátria. Sinto-me investido da necessária autoridade para convocar os brasileiros às tarefas da educação, porque estou decidido a fazer do preparo educacional do homem, em relação ao progresso e à cultura do País, um dos objetivos fundamentais do meu Governo. Assim é que o Plano Trienal que deverá vigorar de 1963 a 1965, consigna, para a educação, os maiores recursos que até hoje lhe foram destinados. A quota mínima de dez por cento do orçamento da União, que a Constituição manda destinar às despesas com a educação, será elevada, em 1964, a quinze por cento e, em 1965, a vinte por cento. Deste modo será possível destinar trezentos e setenta e quatro bilhões de cruzeiros de recursos orçamentários, aos quais se somarão mais cento e quarenta e seis bilhões, de outras fontes, superando a quinhentos bilhões de cruzeiros a soma que a União aplicará, durante o triênio, na expansão e aprimoramento do sistema educacional. Todo estímulo e todo amparo será proporcionado às escolas particulares para que possam dar sua valiosa e indispensável contribuição a esta cruzada patriótica. O máximo de recursos que o Governo Federal poderá mobilizar para a educação é, todavia, ainda pouco, em face do enorme vulto das nossas tarefas educacionais. Por isto mesmo, a este montante deverão juntar-se os recursos municipais e estaduais, mediante a rigorosa aplicação dos mínimos que a Constituição Federal consigna, além da contribuição de todos os brasileiros que alguma coisa possam dar para este esforço de edificação cultural e técnica da Nação, que se vai realizar sob a orientação do Ministério da Educação e Cultura, hoje confiado à juventude e ao dinamismo do Professor Darci Ribeiro. As verbas destinadas à execução do Plano Trienal que norteará toda a ação do Governo, a partir de janeiro de 1963, permitirão: construir e equipar três mil escolas integradas e três mil e quatrocentos e setenta e um grupos escolares, num total de quarenta mil e quinhentas salas de aula, que permitirão assegurar mais de dois e meio milhões de novas matrículas; recuperar cinco mil prédios escolares que se encontram em condições precárias de conservação e reequipar cinquenta mil salas de aula; assegurar subsídios aos Estados e Municípios, para manutenção, expansão e aprimoramento de suas redes de ensino, no montante de trinta e seis bilhões de cruzeiros; contribuir com cinco bilhões de cruzeiros para a implantação, nos centros urbanos, da quinta e da sexta séries primárias, sendo a última equivalente à primeira ginásial; destinar à escolarização de emergência e à alfabetização de adolescentes e adultos, cerca de vinte bilhões de cruzeiros; construir e equipar dezoito grandes centros de formação e especialização do magistério e utilizar a rede nacional de escolas normais para formar, no

triênio, quarenta e oito mil professoras e dez mil supervisoras, que deverão, por sua vez, ministrar cursos intensivos de aperfeiçoamento a sessenta e nove mil professoras leigas. Estamos, pois, às vésperas da grande revolução educacional do País, que se fará, não só com recursos financeiros mas, e sobretudo, com o ardor cívico de todos os brasileiros pela superação do atraso educacional, que pode e deve ser vencido por nossa geração. É preciso que todos compreendam que o regime democrático, baseado na representação popular, será tanto mais forte quanto maior for a participação do povo no processo político. Considerando que temos uma população de quarenta milhões de pessoas maiores de dezoito anos; e tendo ainda em conta que atualmente é de 20 milhões o número de analfabetos registrados em nossa população adulta; e não esquecendo que a Constituição Federal nega o direito de voto aos analfabetos, é fácil concluir o quanto o regime democrático se enfraquece com a marginalização de parte ponderável do nosso povo, afastado do processo político nacional. Se nos detivermos na análise desse aspecto de nossa realidade, constatando que o analfabetismo atinge, praticamente, as camadas sociais mais baixas, temos que reconhecer a deformação a que estamos expondo, gradativamente, o sistema representativo, excluindo do debate político, que a Nação trava a cada momento, exatamente os setores da população que reclamam o imediato atendimento das reivindicações mais elementares. Do ponto-de-vista político, a solução seria assegurar-se o direito de voto aos analfabetos. É evidente que isso não seria, em si mesmo, uma solução. A tarefa que nos incumbe a todos é a erradicação do analfabetismo. Se nos lembrarmos que apenas cinco por cento de nossa juventude logra alcançar o grau universitário e que o País registra tão alta percentagem de analfabetos, não podemos deixar de concordar que é imensa a responsabilidade política dos intelectuais. Direi, mesmo, que o povo, em seu trabalho anônimo, criando a riqueza nacional, que nos permite o usufruto da cultura, da ciência e da técnica contemporâneas, aguarda que essa intelectualidade converta o seu saber no grande instrumento de libertação econômica da Pátria. É esse o apelo mais amplo que eu gostaria de formular, no instante em que iniciamos a campanha nacional contra o analfabetismo. Sem dúvida, alguns de nós estamos vivendo momentos decisivos em nossa luta contra o atraso, a miséria e o subdesenvolvimento. Queremos vencê-la e haveremos de vencê-la na plenitude das instituições democráticas, preservadas as liberdades públicas, porque, em verdade, elas são o grande conduto por meio do qual o povo se fará presente em todo processo político de nossa evolução econômica e social. Conclamo a todos os brasileiros para as tarefas da educação: ao professorado, para dar horas extras de trabalho e para acorrer aos cursos de aperfeiçoamento do magistério, a fim de elevar o próprio nível profissional; aos estudantes, para que coloquem a generosidade e o entusiasmo que têm devotado a tantas causas nacionais, a serviço da recuperação de milhões de brasileiros; aos trabalhadores, para que ponham os seus sentimentos patrióticos, a capacidade de mobilização dos seus sindicatos e a sua solidariedade de classe a serviço de uma campanha com o objetivo de levar cada categoria profissional a orgulhar-se de não ter, em seu meio, um só analfabeto; aos intelectuais, escritores e artistas, para que mobilizem seu poder criador, seu amor ao Brasil e seu sentimento de responsabilidade para com as tarefas da cultura, a serviço da emancipação de milhões de brasileiros condenados ao analfabetismo; aos homens de empresa, para que convoquem a capacidade de organização de trabalho das suas equipes, o seu espírito de iniciativa e todos os recursos disponíveis a serviço desta causa que lhes interessa vivamente, porque alfabetizar é, também, elevar a qualificação para o trabalho e ampliar os níveis de aspiração e de consumo; aos jornalistas, aos radialistas e aos publicistas, para que coloquem o seu talento em comunicar ideias e difundir valores a serviço de uma campanha que faça do progresso educacional a grande aspiração do povo brasileiro; aos cidadãos que servem ao País no Exército, Marinha e Aeronáutica, para que dêem novo alento ao grande papel das Forças Armadas como educadoras da Nação; aos religiosos, aos pastores de almas, para que, com sua autoridade e

sua ação educativa, orientem essa campanha redentora que abrirá ao povo do Brasil novas perspectivas de aperfeiçoamento espiritual. Através do esforço conjugado de todos os brasileiros responsáveis, contando com a maior soma de recursos que o País pode despender para esta tarefa, faremos de 1963 o ANO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL, que deverá ser recordado, no futuro, como o momento histórico decisivo em que a Nação, afinal, amadurece para a posse de si mesma e para o comando de seus destinos."

GOULART, João Ferreira. *Plano Trienal para a Educação – Discurso do Pres. João Goulart na sede da revista O CRUZEIRO, a 26-12-62*. In: TEIXEIRA, Anísio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.39, n.89, jan./mar. 1963. p. 3 – 7.

ANEXO II - 1963: ano da educação.

1963: ANO DA EDUCAÇÃO

Anísio S. Teixeira

A fala de ontem do Senhor Presidente da República a respeito da educação do povo brasileiro teve realmente um tom nôvo e diferente. Sob certos aspectos pode ser considerada histórica a sua declaração.

*A monótona controvérsia sobre educação como **conseqüência** do desenvolvimento e educação como sua **condição** - perlanga que lembra a velha questão de quem nasceu primeiro, a galinha ou o ôvo ? - foi afinal afastada, e o Presidente soube dar à escola a devida prioridade. De certo modo é ela mais do que investimento, porque a condição mesma para todos os investimentos. Aliás os próprios cétricos da escola não prescindem dos educados para qualquer investimento. Preferem apenas que se obtenham educados por imigração. Querem os já escolarizados em outros países.*

*O ceticismo dos "realistas" - e nisto com certo fundamento - não é da escola em si, mas da escola **brasileira**. E aí está, verdadeiramente, tôda a tragédia. Até para educar é preciso que já haja educados. Nenhum empreendimento é mais a famosa **boot-strap operation** do que êste da escola. Temos que nos suspender a nós mesmos pelos cadarços de nosso sapatos.*

Dêste impasse, entre "líricos" que acham a escola algo que se improvisa e "realistas" que nos mandam esperar até que nos desenvolvamos, isto é, nos eduquemos, para então criarmos nossas escolas - é que temos de sair. Mas, como? Como dêle saíram todos os povos. E nós, com a vantagem de que podemos aprender de sua experiência. Seria mais fácil se tivéssemos começado mais cedo. Faltou-nos, contudo, motivação. Faltou-nos propósito. Faltou-nos determinação.

*É esta que parece haver afinal chegado. Êste ano, que se encerra com a esplêndida oração do Presidente e que já estava marcado pela ascensão da vigorosa juventude de Darci Ribeiro à liderança educacional do país - êste ano parece ser o início de uma nova era na vida escolar do país. O programa que ontem esboçou o Presidente conta com **recursos** - primeiro sinal de sua seriedade - e obedece a um **planejamento** e a certa **sistematização**. Não vai realizá-lo só o govêrno federal, mas todos os governos estaduais e todos os municipais, apelando ainda o Presidente para a boa vontade de todos os que já contam com o privilégio da educação.*

E a grande operação não é da simples expansão das escolas, mas a do seu aperfeiçoamento e de sua expansão, após melhorar-lhe a qualidade. Aí é que está o segrêdo do suspender-se a si mesmo da escola.

Seja lá qual fôr a nossa impaciência, temos que realizar algumas graves experiências de demonstração do que sejam boas escolas. E dêste exemplo partir para a expansão. São estas experiências que se irão realizar com os centros de treinamento do magistério. As escolas serão o que forem os seus professôres.

Nada menos de quarenta centros de treinamento do magistério projeta instituir o govêrno federal nos próximos oito anos. E talvez dezoito, nos próximos três anos. Tais centros serão centros de demonstração, com escolas primárias de alto nível, em que, pelo método de aprendizado, farão a sua formação, melhor diria, seu tirocínio, os professôres dos

professôres brasileiros. Cada um dêsses professôres de alto nível será um supervisor, que tomará a seu cargo aperfeiçoar cinco ou dez professôres comuns. Dêste modo, partindo de um bom padrão, tentaremos generalizar êste bom padrão. Com isto desejamos, sobretudo, atender aos "realistas", a que não falta razão quando descrêem da escola improvisada, inadequada e ineficiente.

Educação é como tratamento. Há o bom e há o ineficaz. E ninguém sabe mais disto do que os já educados. Só os ineducados concebem a educação ineficiente. A tragédia do país subdesenvolvido é que lhes falta a fiscalização dos já educados, tornando-se melancòlicamente fácil fazer passar gato por lebre.

Dos muitos aspectos do nôvo plano nacional de educação, quero assim, acima de todos, sublinhar êste. O plano trienal para que nos convocou o Presidente da República não é, pois, mais uma panacéia educacional, mas o esforço total da nação para implantar um sistema educacional que nos emancipe e forme o nacional como se formaria o imigrante de que antes podíamos depender. A escola brasileira terá de ser uma escola que em nada se envergonhe das escolas dos países desenvolvidos. É assim que a queremos - nós, das classes privilegiadas - para os nossos filhos. É assim que a devemos desejar para o povo brasileiro.

TEIXEIRA, Anísio. "1963: ano da educação." In: *Boletim Informativo CAPES*. Rio de Janeiro, n.122, jan. 1963. p.1-2. Arquivo Biblioteca Virtual Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/1963.html>

ANEXO III - [pessoal] - Correspondência enviada por Caio Prado Júnior à Nelson Werneck Sodré em dezembro de 1942 - Troca de informações sobre estudos, agradecimento por crítica e situação da Historiografia brasileira.

S. Paulo, 7 Dezembro 1942

Presado Sr. Nelson Werneck Sodré:

É com a maior satisfação que recebi sua carta, que veio estabelecer um novo contato entre nós, depois daquele que eu já tinha atravez de seus livros. Lamento agora não ter tido a oportunidade de conhece-lo pessoalmente durante sua permanencia em S. Paulo, de que aliás só hoje tenho noticia. Mas estou seguro que ainda ~~haveremos~~ de dispensar este meio moroso de comunicação, e a que não sou muito dado, das cartas. Por enquanto, ~~haveremos~~ apelemos para o velho ~~pro-~~verbio, "quem não tem cão ..."

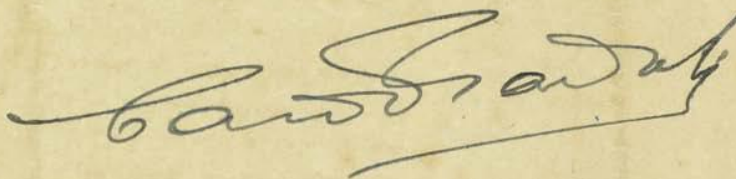
Tirei de sua carta muito proveito. Sua observação relativamente ao esforço de acensão da classe media brasileira é um dos pontos centraes dos meus trabalhos em preparação. Não me ocupei dele no primeiro volume da FORMAÇÃO porque o fato pertence mais ao seculo passado. Abordei apenas incidentalmente o papel do clero: voltarei a ele com vagar, e aproveitarei aliás o seu trabalho que conheço. Quanto á força militar, li a sua carta justamente quando estou analisando com todo vagar o que se passou a este respeito no correr das agitações da Independencia. Nos documentos da época, sobre os quaes estou trabalhando intensamente, o fato é flagrante; e encontro a cada passo as observações, escandalizadas ainda, da acensão de pretos e mulatos ao oficialato da tropa regular.

Para quando espera publicar seus estudos? Eles seriam de consideravel auxilio. Seu anuncio pos-me agua na boca, porque de antemão já sei da substancia com que virão. Infelizmente quem estuda as coisas brasileiras é quasi sempre obrigado a um trabalho de primeira mão; pequeno é o auxilio que trazem historiadores passados, em que a simples cronica cede apenas lugar a tiradas literarias. As coisas hoje comecam a melhorar; mas estamos longe ainda de contar com uma base solida e util de trabalhos já realizados. Esta tarefa cabe á nossa geração. Não tenho pretensões a fazer nada de definitivo, o que julgo aliás

BIBLIOTECA
NACIONAL
Pg. 346 547-D
1192/201

impossível por prematuro. Mas tenho dado todo meu esforço para desbastar o terreno, esperando que possa de futuro ser útil aos pesquisadores das coisas brasileiras. Enfileiro-me assim nesta "equipe" de trabalhadores da nossa historia que está lançando os seus verdadeiros fundamentos. É pelo menos esta a minha pretensão; e se conseguir alguma coisa neste sentido de fazer da historia brasileira outra coisa que uma simples cronica literaria, entremeiada de louvores a esta ou aquela figura mais saliente (que é o tom pelo qual se conduzia até hoje, com raras exceções, os estudos historicos entre nós), terei dado cabal desempenho ao fim que me propus.

Queira aceitar meus agradecimentos pelas referencias que fez ao meu livro, e receba um cordial abraço de quem muito o considera,



Caio Prado Junior

Rua Maranhão, 132 - S. Paulo.

EMERGENCY
BIBLIOTECA
NACIONAL

Reg. 1.346.647B
11/12/2011

PRADO JÚNIOR, Caio. [Informação pessoal] in: "Correspondência enviada por Caio Prado Júnior à Nelson Werneck Sodré em Dezembro de 1942: informações sobre estudos, agradecimento por crítica positiva e situação da historiografia brasileira. Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Sessão de Manuscritos. *Carta de Caio Prado Júnior a Nelson Werneck Sodré 07/12/42*. Documento disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

**ANEXO IV - Certidão de despachos de arquivamento de inquérito da
Marinha sobre a História Nova do Brasil a pedido do Ministério Público**

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
PROF. HELENO CLAUDIO FRAGOSO
TRAV. DO PAÇO, 23-GR. 701-TELS. 231-0321-231-3585-ED. ERASMO BRAGA
RIO DE JANEIRO - BRASIL

Rio de Janeiro,
15 de dezembro de 1970

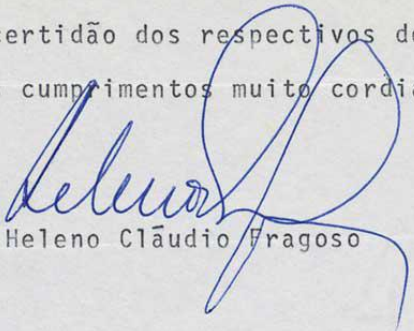
Ilmo. Sr.
Gen. Nelson Werneck Sodré
Rua D. Mariana, 35 apt. 302
Nesta

Cordiais saudações

O processo relativo ao inquérito sobre "História Nova do Brasil" que havia sido enviado à la. Auditoria de Marinha foi arquivado pela auditor, a requerimento do Ministério Público.

Envio-lhe certidão dos respectivos despachos.

Com os meus cumprimentos muito cordiais, subs
crevo-me,


Heleno Cláudio Fragoso

VISTA

Aos 3 dias 03 de novembro de 1970, faço esta vista nos autos no Quartel Fuchs - Procuradoria

Do que para este termo

Venício Soares

Dr. Auditor

Diante da falta de objeto, para uma polêmica sobre a questão de competência, entendendo que se faz necessário, ao M.P., o exame do Merito, desprezando o recurso em sentido estrito, para o S.T.M. do despacho de V. Excia de fls. 397, que indeferiu a nossa promoção sobre a competência.

Senão vejamos:-

1-0 dr. Procurador Geral da Justiça Militar denunciou os acusados como incursos no inciso III do art. 2º da Lei nº 1302 de 5 de janeiro de 1953.

"Tentar mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de Organização estrangeira ou de caráter internacional."

2-0 Ministro Waldemar Torres da Costa, no seu parecer de fls. 357, diz o seguinte:-

"Bastaria a comprovação de que o trabalho dos denunciados foi amparado, ajudado, editado e distribuído pelo Ministério de Educação e Cultura, que determinou o seu uso obrigatório nas escolas, para afastar a capitulação de tal comportamento no inciso III do art. 2º da Lei nº 1302, dado que, quando pudesse ser conceituado como esse crime a elaboração de livros contendo propaganda de idéias contrárias ao regime democrático, ainda assim não se teria configurado esse delito, porque quem deu ajuda ou subsídio à realização dessa obra foi o Ministério de Educação e Cultura."

3-"Efetivamente, não há tipicidade do delito capitulado na denúncia, em confronto com os próprios termos da inicial e os elementos constantes dos autos."

4- Ao nosso ver, no caso em tela, poderiam ter, os acusados, infringido o que preceitua o art. 11 letra b da Lei nº 1302 de 5 de janeiro de 1953, que diz:-

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR
CONFERE: *[Assinatura]*

399
H. de Azevedo

art. 11 letra b -

"Fazer publicamente propaganda:

b) de ódio de raça, de religião ou de CLASSE

Pena: reclusão de 1 a 3 anos

Como ensina Raul Machado, no seu comentário "Dos Crimes contra o Estado e a sua Ordem Política Social" Lei nº 1802 de 5-1-1953, comentando o art. 11 diz, o seguinte:-

"A lei, exige, com energia de expressão, para a integração do delito que a DISTRIBUIÇÃO DE BOLETINS OU PANFLETOS seja sempre "inequivocamente dolosa" mesmo quando feita clandestinamente, escravizando-se, assim a prova judiciária a aquilo que deve ser considerado um pressuposto lógico da distribuição.

Ninguém, de boa fé, admitirá a distribuição ostensiva ou clandestina, de boletins sediciosos, sem intenção dolosa, no ato."

Evidentemente, a propaganda subversiva que gera ódio de classe é um dos processos de preparo psicológico para o surto das revoluções. Por esta razão óbvia, todos os sediciosos e conspiradores procuram conquistar, para a sua causa a simpatia que mais tarde se converterá em apoio das classes operárias, estudantis etc...

É o que faz o partido comunista, quando inscreve os seus postulados institucionais que "o dever de difundir as idéias marxistas envolve a necessidade de nova campanha, sistemática e infatigável, entre as classes.

O Estado que se não precatar, portanto, contra semelhante propaganda insidiosa, sobremaneira alarmante e nefasta, está destinado a submergir, indefeso, na voragem das revoluções.

5- Graças a Deus, a gloriosa revolução de março de 1964, veio dar estabilidade à Nação, alijando estes maus brasileiros do cenário político nacional.

6- Este poderia ter sido o crime praticado pelos acusados, isto é, o do art 11, letra b, da Lei nº 1802

7- O decreto-lei nº 314 de 13 de março de 1967, com as alterações feitas pelo dec-lei nº 510 de 20.3.1969 que deu nova redação ao artigo e capitulou no art.º 3º item I

CORRECEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR
 CONFERE: *[Assinatura]*

100
V. Souza

Art. 33 item IV, dizendo:-

Incitar:-

IV-a luta pela violência entre as classes sociais.

8-Como se vê a lei posterior, ao fato delituoso, não puniu mais o crime de fazer publicamente propaganda de ódio de classe, como a lei anterior.

9-Assim, acompanhando o raciocínio do ministro Waldemar Torres da Costa "... não há tipicidade do delito, em confronto com os próprios elementos constantes dos autos."

10-Pelo arquivamento dos presentes autos

Rio 5 de novembro de 1970

Waldemar Torres da Costa

RECEBIMENTO

Aos 5 dias do mês de 11 de 1970 foram empenhados os autos pelo Dr. Waldemar Torres da Costa

Do que há em autos, assinado por Waldemar Torres da Costa ESCRIV

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR
CONFERE: *W. Souza*
Escrivão

CONCLUSÃO

Aos 6 dias do mês de -11- do ano de 1970
 lica os presentes autos conclusos ao Dr. Auditor
José Victor Marques da Silva
 Da qual para constar leu e assina. Eu _____
Venúcia Souza Escrivão

No caso presente, vê-se que a denúncia de fls. 1-B foi rejeitada, entre outros motivos, por falta de tipicidade do delito capitulado na mesma, "em confronto com os próprios termos da inicial e os elementos constantes dos autos."

O eminente autor da peça inicial diz em seu trabalho:

"Composta a "História Nova" de monografias sob temas vários da história pátria, sua elaboração teve como trilhas, a "reformulação de nossa história", aplicando os denunciados, no trabalho, como aliás reconhecem, a dialética marxista-leninista, num propósito expresso da pregação da luta de classes, visando a substituição do regime político-social vigente no País."

Transcreve trechos de uma das monografias enfeixadas pela "História Nova", que "por sí só demonstram o perigo que agasalha na disseminação do comunismo entre a nossa juventude."

E aduz mais adiante:

..."Nada mais representa a obra "História Nova", elaborada pelos denunciados, senão, uma parcela no empreendimento da mudança da ordem político-social estabelecida pela Carta Magna de 46, pretendida pelos componentes do governo deposto pela revolução de 31 de março."

Interposto o recurso do despacho de rejeição da denúncia, foi o mesmo mantido, pelos fundamentos de fls. 369.

Vê-se que a peça inicial alude à pregação da luta de classes, e mesmo que aludisse à pregação de luta violenta entre as classes sociais, o fato não mais seria punível a êsse título, porque, sendo o crime a esse respeito, de

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR
 CONFERE: _____

402
V. Leary

definido la Lei n. 1802, de 5-1-53, art. 12, punivel com pena de 6 meses a dois anos, sua punibilidade estaria extinta pela prescriçao.

A classificaçao do fato em lei posterior, que lhe desse nova definiçao e lhe estabelecesse pena, cujo prazo prescricional não estivesse já decorrido, não seria aplicavel retroativamente, por principio básico de direito penal.

Assim, o fato atualmente não é mais punivel, e se nova denuncia tivesse sido oferecida, com base na lei do tempo, art. 12 da lei citada, o prazo prescricional já estaria findo, impedindo seu recebimento.

Vê-se nos autos que o Exmo. Sr. Ministro Relator, a quem os autos do Recurso foram distribuidos, não lhe deu seguimento, a fim de que fosse julgado pela egrégia instância superior, por ter então perdido seu objeto.

Assim sendo, somente no caso de haver sido oferecida nova denuncia, pelo Dr. Procurador Militar junto a este Juizo, e rejeitada, teriam de subir forçosamente os autos ao Egrégio Superior Tribunal Militar, diante de um recurso obrigatório ao Ministério Público.

No entanto o Dr. Procurador Militar se manifestou justamente no sentido de falta de objeto para ação penal, em sua longa fundamentação, e no sentido do arquivamento dos autos.

Acolho portanto a manifestação do Dr. Procurador, e determino o arquivamento dos autos, e sua remessa ao Exmo. Sr. Dr. Auditor Corregedor.

Dê-se ciência.

Em 12 de Novembro de 1970

Recebido por...
José Victor Marques dos Santos
Juiz Auditor

Excmo. Sr. Auditor Corregedor

RECEBIMENTO	
Aos <u>12</u> dias do mês de <u>Novembro</u> de <u>1970</u> ,	foram-me entregues os autos pelo Dr. <u>Auditor</u>
Do que para <u>Receber e cumprir</u>	<u>Venício Leary</u> ESCRIV

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA MILITAR
CONFERE: V. Leary
exercício

ANEXO V – Editorial Folha de São Paulo – [Câmara Federal] *Críticas à “História Nova do Brasil” editada pelo MEC.*

Camara Federal

Críticas à “Historia Nova do Brasil” editada pelo MEC

BRASILIA, 2 (FOLHA) -- O deputado Adolfo de Oliveira (UDN — Estado do Rio) denunciou hoje na Camara Federal a impressão, pelo Ministerio da Educacão, de uma coleção intitulada ‘Historia Nova do Brasil’, que, disse, surge pretensiosamente sob a alegaçãõ de que tudo quanto se escreveu até hoje sobre Historia do Brasil é fantástico, é ficção, e fruto da intoxicaçãõ burguesa das classes responsaveis pela preparaçãõ desses compendios. Acrescentou o representante fluminense que os autores da-quele trabalho procuram definir a nossa Historia como a de um povo que desde o seu descobrimento tem sido desfiado, corrompido, e que todas as suas grandes datas e movimentos decorrem de interesses desonestos e infessaveis.

A INDEPENDENCIA

Depois de esclarecer que o seu partido está estudando o trabalho, para denuncia mais detalhada, informou o orador que em um de seus capitulos aquela publicaçãõ afirma que a nossa Independencia, antes de um anseio de uma patria foi conquistada pelo conluio de interesses escusos entre grupos dominantes brasileiros e interesses capitalistas ingleses; uma sucia de malfeitores brasileiros associou-se aos exploradores capitalistas ingleses e resolveu retirar nosso pais da dominaçãõ portuguesa.

CAXIAS

Alinda segundo a denuncia do representante udenista, a publicaçãõ oficial ressalta em outro capitulo que Caxias foi, à epoca, um instrumento do latifundio e das classes dominantes, com sua politica de pacificaçãõ. «Para o atual

ções nos aventureiros comunistas que pregam a desordem -- afirmou que os seus conterraneos, ante a opção “na lei ou na marra”, decidiram por esta ultima, já empregada em Belo Horizonte e que será usada no proximo dia 8, em Governador Valadares.

A IGREJA

Levantando a preliminar de que todos os democratas brasileiros são favoraveis as reformas de base e que, no Congresso, seus representantes lutam por projetos que as consubstanciem, o sr. Joao Mendes (UDN-BA) disse que “naõ passa de hipocrisia a luta do governo pelas reformas estruturais”. Lembrando o projeto Amiz Badra, em tramitaçãõ na Camara, accentuou o lider da ADP que ele não será aprovado se os congressistas do esquema do governo votarem contra, “o que é bastante provavel”.

O orador sustentou a opiniao de que o sr. Goulart pretende a substituiçãõ da ordem democratica “pela sua sonhada Republica Sindicalista”, mas acha que não o conseguira por meios pacificos. “Dai a necessidade de agitar, fomentando greves, tentando incompatibilizar o Congresso Nacional com a opiniao publica, fomentando o desentendimento nas classes armadas, atirando trabalhadores rurais contra fazendeiros. Assim -- continuou o orador -- o ambiente fica mais propicio para a consolidaçãõ do comunismo nos postos-chave da administração. Por isso que elogia a açãõ da igreja catolica no momento”, excluiu a imprudencia e ma-fé de certos sacerdotes, que se prestam, pelo menos, ao papel de inocentes uteis. Mas esses “transviados sacerdotes são tristes exceções. A imensa maioria do nosso clero é rima-

de pacificação. O sr. Osvaldo Zanello (PRP-ES) disse o parlamentar — o Imortal Caxias — é um instrumento dos latifundiários, um dos latifundiários, um safraeiro, um desonesto que apenas defendeu seus negócios e seu dinheiro, pois a independência do Brasil foi uma barganha, uma transação comercial que se fez para possibilitar a exploração capitalista da Inglaterra sobre o país. Concluiu recomendando a apresentação daquele trabalho ao ministro da Guerra, para que veja o juízo que o próprio governo que defende José de Caxias, o pai do Exército.

COMICIO DA CENTRAL.
O mesmo parlamentar qualificou de "estranho" o comício marcado para a Central do Brasil, porque, entende, só vai servir para radicalizar ainda mais as lutas internas. Acha que essa concentração deveria ser liderada por qualquer presidente da República que desjaque, realmente, usufruir das repulções favoráveis que estão obtendo, interna e externamente, suas últimas decisões econômico-financeiras. Depois de afirmar que quem faz comício ou é candidato em campanha ou então ajudado, lançou a indagação: "Em

qual das as posições se enquadra o presidente João Goulart? Ou será ele as duas coisas?"

De qualquer forma, o representante fluminense acredita que aquele comício estará desmoralizado, fatalmente, não só pelo comício que encerra como também pela data fatídica em que será realizado — uma sexta-feira, dia 13.

PESCOÇOBRAS

Dizendo que mineiro dá um boi para não entrar na briga e uma boiada para não sair dela, o sr. Abel Rafael (PRP-MG) procurou justificar os incidentes ocorridos em Belo Horizonte, quando do comício da Frente de Mobilização Popular. Esclareceu que, "mercê de um governo estadual fraco, que nomeia secretários vermelhos", os comunistas decidiram instalar o seu quartel-general naquela capital, "mas que as mulheres mineiras não se intimidaram com os tirinhos que o cunhado do presidente ameaçava dar e deram cadeiradas em cima deles".

Acentuou mais o representante integralista, depois de confessar que estava no recinto armado de uma metralhadora de sua propriedade, que as mulheres do seu Estado estão aliciando gente para "a árdua tarefa de impedir a bolchevização de Minas" e que quem ali for com intenções subversivas, arrisca-se a não voltar com vida.

Ao mesmo tempo em que anunciava a criação da "pescocobras" — para dar pesco-

rosamente fiel à sua igreja, à sua pátria e ao regime, sem o qual nem uma nem outra subsistiriam".

CONTRA PC

Voltou o sr. Osvaldo Zanello (PRP-ES) a condenar a pretendida legalização do Partido Comunista Brasileiro, afirmando que "as razões de sobra que justificam a expectativa desesperadora de todas as patriotas ante a onda de sovietação que se processa, sob o estímulo da contumeliosa governamental. Depois de exemplificar a ocupação bolchevista no governo — Darcy Ribeiro, Assis Brasil, Dagoberto Rodrigues, Pádua Neto — o orador classificou de fraco e patético a nome o presidente da República que, "temeroso das reações dos comunistas que o apoiam, já e presa do comunismo internacional e não vacilou em mandar que Prestes fosse a Rússia pedir a Kuchery seu comprometimento para que os comunistas brasileiros aderissem ao "orgulhoso" esquema São Paulo Dantas, em troca da legalização do PCB".

Aumentado o capital do Banco do Estado

Sob a presidência do sr. Dejo Ferraz Novais, presidente do banco, e secretariado pelos srs. Pa-coal José N. poleão Idoldi e João Procopio da Silva, realizou-se, sexta-feira última a assembleia geral extraordinária dos acionistas do Banco do Estado de São Paulo, na qual foi aprovado o aumento de capital do banco de 2 para 10 bilhões de cruzeiros, de conformidade com a exposição apresentada pela diretoria, devidamente aprovada pelo Conselho Fiscal.

A participação do Estado no referido aumento foi autorizada pela lei 8070, de 24 de janeiro, que autorizou o governo a subscrever as ações que de direito lhe cabem, numa demonstração do interesse do Executivo e do Legislativo em colocar o banco na situação que lhe cabe, face ao panorama econômico do Brasil e como principal organização financeira de nosso Estado.

ANEXO VI – Documenta 8: “I – Metas Educacionais” e “Normas Reguladoras do Plano de aplicação do Fundo do Ensino Médio”.³⁶³

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO REFERENTE AOS FUNDOS NACIONAIS DE ENSINO PRIMÁRIO, MÉDIO E SUPERIOR

I - METAS EDUCACIONAIS

Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases, foram constituídos, com nove décimos dos recursos federais à educação (12%, no mínimo, da receita de impostos) os Fundos Nacionais do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Superior.

Compete ao Conselho Federal de Educação elaborar, para execução em prazo determinado, o Plano de Educação referente a cada Fundo.

No cumprimento deste dispositivo aprovou o Conselho as seguintes metas para o Plano Nacional de Educação, a ser executado até 1970:

Metas quantitativas

1. ENSINO PRIMÁRIO, matrícula até a quarta série de 100 % da população escolar de 7 a 11 anos de idade e matrícula nas quinta e sexta séries de 70% da população escolar de 12 a 14 anos.
2. ENSINO MÉDIO, matrícula de 30% da população escolar de 11 e 12 a 14 anos nas duas primeiras séries do ciclo ginásial; matrícula de 50% da população escolar de 13 a 15 anos nas duas últimas séries do ciclo ginásial; e matrícula de 30% da população escolar de 15 a 18 anos nas séries do ciclo colegial.
3. ENSINO SUPERIOR, expansão da matrícula até a inclusão, pelo menos, de metade dos que terminam o curso colegial.

Metas qualitativas

4. Além de matricular toda a população em idade escolar primária, deverá o sistema escolar contar, até 1970, com professores primários diplomados, sendo 20% em cursos de regentes, 60% em cursos normais e 20% em cursos de nível pós-colegial.
5. As duas últimas séries, pelo menos, do curso primário (5ª e 6ª séries) deverão oferecer dia completo de atividades escolares e incluir no seu programa o ensino, em oficinas adequadas, das artes industriais.
6. O ensino médio deverá incluir em seu programa o estudo dirigido e estender o dia letivo a seis horas de atividades escolares, compreendendo estudos e práticas educativas.
7. O ensino superior deverá contar, pelo menos, com 30% de professores e alunos de tempo integral.

A fim de atingir até 1970 as metas acima referidas, estabelecem-se as seguintes normas para a aplicação dos recursos dos Fundos instituídos pela Lei de Diretrizes e Bases. Dentro dessas normas, deverá a Comissão de Planejamento da Educação (COPLLED), já organizada pelo Governo Federal, desenvolver e detalhar o Plano Nacional de Educação destinado a atingir as metas estabelecidas.

NORMAS REGULADORAS DO PLANO DE APLICAÇÃO DO FUNDO DO ENSINO MÉDIO

³⁶³ Selecionamos somente os itens “I – Metas Educacionais” e “Normas Reguladoras do Plano de aplicação do Fundo do Ensino Médio” que constam no PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO REFERENTE AOS FUNDOS NACIONAIS DE ENSINO PRIMÁRIO, MÉDIO E SUPERIOR. In: *Documenta*. Rio de Janeiro, n.8, out. 1962.

1. Como a verba para as despesas do Ministério, exclusivo as dos três fundos, é de 10% dos recursos destinados à educação, apenas o aparelho de administração, supervisão e fiscalização e os serviços de cultura devem ser incluídos nestes 10%, devendo correr as despesas com o Colégio Pedro II, as Escolas Técnicas Industriais, as Escolas Especiais de Deficientes e outros institutos de ensino federal pelos recursos regulares do Fundo, como integrantes do sistema federal do ensino.

2. Retirada, assim, a parcela que competir à manutenção do sistema federal de ensino, os demais recursos deverão ser distribuídos como auxílio financeiro e assistência técnica aos Estados e aos Municípios.

3. O montante desses recursos destinados a auxílio financeiro e assistência técnica, será distribuído pelos Estados, sendo calculados:

a) 70% inversamente proporcional à renda *per capita* dos Estados;

b) 30% diretamente proporcional à população de 11 a 18 anos dos Municípios que não possuem estabelecimentos de ensino médio.

4. A assistência financeira compreenderá o auxílio direto para a manutenção de estabelecimentos de ensino médio, fundada no custo do aluno, auxílio de bolsas de manutenção para alunos não residentes nos locais em que haja estabelecimento de ensino médio e auxílio para o financiamento de construção escolar. O atendimento às populações locais já providas de oportunidades de ensino médio competirá aos Fundos Estaduais e Municipais.

5. À luz desses critérios, os recursos do Fundo do Ensino Médio seriam distribuídos pelo seguinte modo:

I - Recursos para a manutenção do ensino federal de nível comum, técnico e especial.

II - Recursos para a manutenção de ensino médio destinados à expansão da população escolar de nível médio a ser matriculada e à melhoria das condições do ensino, inclusive pela atualização do salário, do professor.

III - Recursos para bolsas de manutenção a alunos provenientes de locais onde não existe ensino de nível médio.

IV - Bolsas escolares para alunos desprovidos de recursos para as escolas de nível médio, que exijam pagamento de anuidades.

V - Recursos para assistência técnica, compreendendo programas de treinamento e aperfeiçoamento do magistério e de melhoramento dos métodos de ensino e aparelhamento técnico das escolas.

VI - Constituição de um fundo de financiamento para a construção de escolas de nível médio, mediante empréstimos, para os Estados e os Municípios.

*

**

A COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

Organizada que se acha a Comissão Nacional de Planejamento da Educação, o Conselho a ela encaminha, por intermédio do Senhor Ministro da Educação, o plano de metas educacionais acima referido e as normas elaboradas para o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação a ser posteriormente comunicado a este Conselho. Deverá essa Comissão proceder a um rigoroso levantamento e classificação das despesas orçamentárias para perfeito atendimento do que dispõe o art. 93 §§ 1º e 2º da Lei de Diretrizes e Bases. Essa clara distinção entre despesas com o ensino e despesas que se destinam a outros fins, dará melhor rendimento à aplicação das verbas da União. Confia em que, já em 1963, o Ministério venha a contar com o orçamento da educação aprovado em obediência aos preceitos da Lei de

Diretrizes e Bases, para o efeito de tornar possível o cumprimento das determinações de planejamento educacional em boa hora por essa lei estabelecida.

Tão retardado se acha o país no desempenho de suas obrigações constitucionais e legais de oferecer educação primária a toda sua população e educação média e superior em quantidades compatíveis com o seu desenvolvimento, que somente com o mais rigoroso espírito de planejamento e a mais severa preocupação contra o desperdício e o esforço improdutivo é que poderemos vencer o ameaçador atraso em que nos encontramos na meta das metas, que é a do desenvolvimento dos recursos humanos do nosso país.

a) *Anísio Teixeira*

TEIXEIRA, Anísio. Plano nacional de educação. Referente aos fundos nacionais de ensino primário, médio e superior. *Documenta*. Rio de Janeiro, n.8, out. 1962. p.24-31. Disponível em: <http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/artigos/plano1.html>

Esse mesmo material pode ser encontrado a partir de TEIXEIRA, Anísio. “Planos de Educação Referentes aos fundos nacionais de ensino primários, médio e Superior.” *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.38, n.88, outubro/dezembro. 1962. p.110 – 116.

ANEXO VII - Portaria nº 50 MEC 04 de fevereiro de 1964.

1345 Quarta-feira 12

DIARIO OFICIAL (Seção I - Parte I)

Fevereiro de 1964

atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961, resolve:

Nº 440 - Conceder, a partir de 6 de outubro de 1961, nos termos do art. 1º do Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961, modificado pelo Decreto nº 51.624, de 17 de dezembro de 1962, combinado com o parágrafo único do art. 8º do citado Decreto nº 50.562, a Manlio da Cunha Mello, Médico TC-801.17.A, do Quadro I - deste Ministério, servindo na Diretoria de Vias de Transporte, a gratificação especial de nível universitário na percentagem de 25 %.

CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES

PORTARIA DE 10 DE ABRIL DE 1963

O Secretário Geral do Conselho Nacional de Transportes, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 13, e no art. 15 do Regimento do Conselho Nacional de Transportes, aprovado pela Portaria nº 66, de 25 de janeiro

de 1962, do Ministério da Viação e Obras Públicas, resolve:

Nº 1 - Designar o Desenhista 16-C - Marcio Altibeiro de Maynart Ramos, do quadro do M.V.O.P., para servir na Seção Administrativa da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Transportes. - Carlos Theophilo de Souza e Mello, Secretário Geral, Substituto.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 31 DE JANEIRO DE 1964

O Ministro de Estado da Educação e Cultura resolve:

Nº 47 - Colocar à disposição do seu Gabinete o funcionário Jair da Silva, ocupante de cargo de Locutor Nível 11-A, lotado no Serviço de Radiodifusão Educativa, para colaborar no Setor de Divulgação do mesmo Gabinete.

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, tendo em vista o que consta do Processo nº 55.406, de 1963, deste Ministério, resolve:

Nº 48 - Designar o Engenheiro Genésio de Mello Pereira, Professor catedrático Roberto Carneiro, da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, Engenheiro Vinícius de Vasconcelos, Professor José Pezpe Júnior, da Escola de Engenharia de Uberaba, e Engenheiro Galba Gouveia Porto para constituírem Comissão incumbida de, no prazo de noventa dias, instalar definitivamente a Escola de Engenharia Industrial de Uberlândia, sediada em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, com as seguintes atribuições:

- a) Promover a adaptação do prédio e a execução das instalações indispensáveis ao funcionamento da Escola;
b) elaborar o projeto de Regimento a ser submetido a apreciação e aprovação dos órgãos competentes;
c) realizar entendimentos com a Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, visando a lavratura de convênio, para fins de assessoramento;
d) indicar, para contratação do corpo docente, recrutado na área de Uberlândia, professores para o ensino da primeira série de seus cursos;
e) promover a aquisição e seleção de móveis, utensílios e equipamentos;
f) preparar e organizar o concurso de habilitação.

Até ulterior deliberação, o Dr. José Pezpe Júnior, Professor da Ensino Agrícola L. EC - 506, nível 17, do Ministério da Agricultura, praticará todos os atos administrativos indispensáveis àquela finalidade, inclusive a movimentação de recursos próprios, para cuja atribuição lhe fica delegada a devida competência, nos termos da legislação vigente.

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, usando de suas atribuições, resolve:

Nº 49 - Aprovar as seguintes normas gerais, elaboradas pelo Conselho

Federal de Educação e destinadas a regulamentar o exame de suficiência, para efeito de registro de Professores e exercício do magistério:

Art. 1º Para o exercício do magistério em estabelecimentos de ensino médio localizados onde não houver, em número suficiente, professores licenciados em Faculdades de Filosofia e sempre que se registre essa falta, será concedido registro a aqueles que forem habilitados em exame de suficiência nos termos do art. 117 da Lei de Diretrizes e Bases.

Parágrafo único. Para determinar as regiões ou cidades que ainda não possuem número suficiente de professores legalmente habilitados, o Ministério da Educação e Cultura fará periodicamente levantamento das necessidades de professores nas diversas regiões do País, para o que poderão prestar contribuição os Conselhos Estaduais de Educação.

Art. 2º O Conselho Federal de Educação, visando a atender todas as regiões do país, indicará anualmente as Faculdades de Filosofia, a oficiais, ou a unidades universitárias, equivalentes, onde poderão realizar-se exames de suficiência.

§ 1º Nos Estados onde houver mais de uma, as Faculdades oficiais serão escolhidas, levando-se em conta, também, a sua distribuição pelas diferentes regiões do Estado.

§ 2º Sempre que necessário, as Faculdades poderão contratar para os exames de suficiência, professores devidamente habilitados, bem como deslocar as Comissões Examinadoras para onde melhor possam atender à demanda de candidatos.

Art. 3º O certificado de suficiência habilita o candidato ao exercício do magistério na localidade para a qual foi requerido o exame, como nas demais em que se verifique a carência de licenciados.

Art. 4º Os candidatos inscritos em exame de suficiência poderão ser autorizados a lecionar enquanto aguardam a realização dos exames, podendo ser prorrogada essa autorização por mais um ano no caso em que o candidato resolver adiar a prestação do exame.

Parágrafo único. Os alunos das Faculdades de Filosofia, quando estejam matriculados na 3ª série, ou em nível equivalente no sistema de matrícula por disciplina, terão, por dois anos, direito de lecionar, quer como treinamento-quer para suprir a carência de professores.

Art. 5º Serão oferecidos cursos de preparação e orientação para o exame de suficiência pelos órgãos competentes do Ministério da Educação e Cultura.

§ 1º Cursos semelhantes poderão ser organizados pelas Secretarias da Educação, Faculdades de Filosofia e outras entidades devidamente habilitadas.

§ 2º Os candidatos inscritos poderão prestar o exame de suficiência sem que hajam frequentado os cursos mencionados neste artigo.

Art. 6º O exame de suficiência constará de duas partes: a) verificação de conhecimentos na disciplina que o candidato pretende ensinar; b) verificação da capacidade didática.

Art. 7º As entidades referidas no artigo 2º e em seus parágrafos, que decidam realizar exames de suficiência, deverão publicar os programas respectivos com antecedência de um ano, pelo menos, da realização dos exames.

§ 1º Os programas devem abranger globalmente a matéria de cada disciplina, necessária ao seu ensino em nível médio.

§ 2º O prazo a que se refere este artigo poderá ser reduzido para os exames de suficiência que se realizem no ano de 1964.

Art. 8º Haverá exames de suficiência distintos para o 1º e o 2º ciclos de ensino de grau médio, sendo a suficiência coletiva válida para ambos os ciclos.

Art. 9º O mesmo candidato poderá submeter-se a exame de suficiência para o ensino de três disciplinas no máximo.

Art. 10. Na avaliação de qualquer prova escrita e no julgamento de provas orais ou práticas, será levada em conta a capacidade de expressão verbal do candidato.

Art. 11 Os critérios de julgamento serão previamente estabelecidos pelos examinadores, devendo o resultado do exame ser traduzido pela menção "habilitado" ou "não habilitado".

Art. 12. Para inscrição no exame de suficiência deve o candidato apresentar os seguintes documentos:

- a) prova de identidade;
b) de nacionalidade;
c) de idade mínima de 21 anos;
d) quitação com o serviço militar, quando brasileiro;
e) de idoneidade moral, atestado por duas pessoas que exerçam atividades educacionais ou por autoridade competente;
f) sanidade física ou mental atestada por serviço médico oficial;
g) comprovante, fornecido pela Inspeção Seccional, ou órgão equivalente, de que não existem, na região, professores legalmente habilitados para o ensino da disciplina;
h) prova de conclusão de ciclo ginasial ou equivalente.

Parágrafo único. Excepcionalmente poderá ser dispensada a exigência da letra h) desde que o candidato documente nível equivalente de conhecimentos.

Art. 13. As Faculdades de Filosofia, depois de realizados os exames de suficiência, fornecerão aos candidatos os respectivos certificados de habilitação para os devidos fins. - Júlio Furquim Sambaquy.

PORTARIAS DE 4 DE FEVEREIRO DE 1964

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, considerando as deficiências da historiografia brasileira na matéria de apresentar os professores de grau médio um conjunto de informações sistemáticas que os habilite a melhor preparação de seus cursos; considerando que a coleção "História Nova", já editada pelo Ministério da Educação e Cultura, contribui com importantes subsídios para que tais deficiências sejam sanadas; resolve:

Nº 50. Art. 1º Recomendar aos professores de ensino de grau mé-

dio a utilização em classe dos volumes da Coleção "História Nova".

Art. 2º. A Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) da Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura providenciará o imediato envio da coleção "História Nova" a todos os professores de história do ensino de grau médio do País.

Art. 3º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, usando de suas atribuições, resolve:

Nº 51 - Designar João Gerardo de Lamare São Paulo, Professor de Ensino Secundário, nível 17-B, matrícula 1.223.651, da lotação do Colégio Pedro II, para exercer as funções de Assessor do seu Gabinete.

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, de acordo com o que estabelece a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, resolve:

Nº 52 - Conceder reconhecimento aos cursos ginasiais de comércio e técnico de contabilidade do Colégio Comercial do Ateneu Bento da Silva, localizado na Alameda Dr. Armando Sales de Oliveira nº 81, na cidade de Adamantina, no Estado de São Paulo.

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, tendo em vista o disposto nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 53.325, de 18 de dezembro de 1963 e

Considerando a dificuldade observada nas Escolas de Engenharia de imediata ampliação de suas vagas e Considerando o interesse do Governo em assegurar matrícula a todos os estudantes regularmente aprovados nos concursos de habilitação às escolas superiores;

Considerando a existência de alunos aprovados em concursos de habilitação no ano de 1963, e não matriculados por falta de vagas, resolve:

Nº 53 - Art. 1º. O Centro de Formação Básica Tecnológica-Guanabara, com sede no Estado da Guanabara, criado pelo PROTEC - Programa de Expansão do Ensino Tecnológico, tem as seguintes finalidades:

- a) dar ensino do ciclo básico dos cursos de engenharia, de acordo com o currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação, para alunos regularmente aprovados em concursos de habilitação;
b) dar assistência técnica e vocacional aos alunos matriculados, orientando-os nas profissões que mais se ajustem às suas tendências.

Art. 2º Fica o PROTEC autorizado a contratar professores, pessoal auxiliar técnico e administrativo e serviços de terceiros, bem como a adquirir equipamentos, instrumentos, material bibliográfico, de expediente e de ensino, para a realização plena do Centro a que se refere a presente portaria.

Art. 3º. O curso do ciclo básico obedecerá a um plano de estudos que assegure um mínimo de quatro períodos letivos, de 16 semanas cada um, ou sejam, 160 dias efetivos de aulas no ano letivo.

Art. 4º. O regimento, currículos, programas de ensino e estruturação do CPBT-Guanabara, elaborados pelo PROTEC, serão encaminhados ao Conselho Federal de Educação, para a devida apreciação.

Art. 5º. A relação do corpo docente deverá ser enviada à Diretoria do Ensino Superior para a apreciação do Conselho Federal de Educação.

Art. 6º. Os cursos do CPBT-Guanabara poderão ter início em março e setembro de cada ano, observadas as condições mínimas exigidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 7º. O PROTEC, ao término do curso, expedirá certificado de con-

ANEXO VII (Transcrição):

PORTARIAS DE 04 DE FEVEREIRO DE 1964

O Ministério de Estado da Educação e Cultura, considerando as deficiências da historiografia brasileira no sentido de apresentar aos professores de grau médio um conjunto de informações sistemáticas que os habilite à melhor preparação de seus cursos; considerando que a coleção “História Nova”, ora editada pelo Ministério da educação e Cultura, contribui com importantes subsídios para que tais deficiências sejam sanadas resolve:

Nº 50. Art. 1º Recomendar aos professores de ensino de grau médio a utilização em classe dos volumes da Coleção “História Nova”.

Art. 2º. A Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) da Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura providenciará o imediato envio da coleção “História Nova” a todos os professores de história do ensino de grau médio do país.

Art. 3º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO VIII - Decreto nº 53.583 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1964.

Segunda-feira 24

DIARIO OFICIAL (Seção I - Parte I)

Fevereiro de 1964 1765

REGIÕES E SUB-REGIÕES	SALÁRIO MÍNIMO EM MORDA CORRENTE PARA O TRABALHADOR ADULTO, CALCULADO NA BASE DE 30 DIAS OU 240 HORAS DE TRABALHO			PORCENTAGENS DO SALÁRIO MÍNIMO PARA EFEITO DE DESCONTO, ATÉ À OCORRÊNCIA DE 70%, DE QUE TRATA O ART. 82 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO				
	Mensal	Diário	Horrário	Alimentação	Habitação	Vestuário	Higiene	Transporte
	Cruzeiros			Porcentagens				
(cont.)								
Paraná, Joinville, Lajes, Lauro Muller, Orleans, Tubarão e Urussatiga	35 600	1 186,67	148,33	57	24	13	5	1
2ª Sub-região: Demais Municípios ...	31 800	1 060,00	132,50	57	24	13	5	1
20ª Região: Estado do Rio Grande do Sul	36 600	1 220,00	152,50	44	24	22	7	1
21ª Região: Estado de Mato Grosso	33 000	1 100,00	137,50	49	29	15	7	-
22ª Região: Estado de Goiás	34 000	1 133,33	141,67	51	22	21	6	-
23ª Região: Distrito Federal	42 000	1 400,00	175,00	50	25	13	6	6

DECRETO Nº 53.583 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1964

Dispõe sobre edição de livros didáticos, dando outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

a) considerando que compete ao Poder Público assegurar a todos o direito à educação;

b) considerando ser obrigação do Estado o fornecimento de recursos indispensáveis à promoção da educação popular, de modo a assegurar iguais oportunidades a todos;

c) considerando que as condições de ensino popular no País são muito precárias, sendo comum a ausência de livros para alunos e mesmo professores uns e outros obrigados a escrever apenas de anotações e apostilas para os trabalhos escolares;

d) considerando que o elevado preço do livro didático impossibilita sua aquisição pela maioria dos estudantes ou opera de modo excessivo o orçamento familiar;

e) considerando que a substituição anual dos livros didáticos e sua diversificação constituem um dos fatores de encarecimento do ensino;

f) considerando que, na forma do art. 146, da Constituição e da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, compete à União intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo e uso do povo;

g) considerando que o art. 167 da Constituição dispõe que ao Poder Público compete ministrar o ensino dos diferentes ramos, subordinando-se a iniciativa particular ao respeito às leis que o regulam;

h) considerando que, nos termos do art. 101, da Lei nº 4.024, de 1962, compete ao Ministério da Educação e Cultura decidir das questões suscitadas pela transição entre o regime escolar vigente anteriormente à publicação da referida lei e o sistema implantado nela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

i) considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece, em seu art. 139, que, enquanto os Estados e o Distrito Federal não organizem o ensino médio de acordo com essa lei, as respectivas escolas continuarão subordinadas à fiscalização federal;

j) considerando que incumbe ao Ministério da Educação e Cultura exer-

cer as atribuições do Poder Público em matéria de educação e veiar pela observância das leis de ensino (arts. 6º e 7º da Lei nº 4.024, de 1962), decreta:

Art. 1º O Ministério da Educação e Cultura fica autorizado a editar livros didáticos de todos os níveis e graus de ensino, para distribuição gratuita e venda a preço de custo em todo o País.

Parágrafo único. A distribuição gratuita será feita a estudantes ecentes de recursos e às bibliotecas escolares.

Art. 2º Os livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura serão obrigatoriamente incluídos, pelos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries.

Art. 3º Cada estabelecimento público ou particular dará conhecimento a seus alunos do direito que lhes assiste de escolha dos livros a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º Os processos didáticos adotados permitirão que os alunos realizem as tarefas escolares e possam fazer o estudo regular da disciplina com a utilização dos livros pelos quais tenham feito opção.

Art. 5º Os estabelecimentos de ensino deverão possuir, em biblioteca de livre acesso aos alunos, livros didáticos em circulação, inclusive os editados pelo Ministério da Educação e Cultura, com ampla variedade de autores e em quantidade suficiente para atender aos alunos que a ela recorrem, de modo a desenvolver o hábito de consulta e o espírito de pesquisa.

Art. 6º O Ministério da Educação e Cultura designará uma comissão especial para escolha dos livros que serão editados.

Art. 7º O Ministério da Educação e Cultura, pelos seus órgãos próprios, fiscalizará a aplicação do disposto neste decreto para o que poderá utilizar os meios previstos no art. 1º da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962.

Art. 8º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de fevereiro de 1964; 143ª da Independência e 76ª da República.

JOÃO GOULETT
Julio Furquim Sambaqui

DECRETO Nº 53.584 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1964

Dispõe sobre a uniformização e controle dos preços de venda de medicamentos em todas as capitais dos Estados e Territórios Federais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no artigo 6º da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e art. 3º da Lei Delegada nº 5, da mesma data,

Considerando a necessidade de o Poder Público adotar medidas para a preservação do poder aquisitivo dos salariais;

Considerando que tais medidas têm de incluir o combate às práticas abusivas facilitadas pela indisciplina na comercialização de produtos essenciais à vida da população do País;

Considerando que essa indisciplina verifica-se notadamente na comercialização dos produtos farmacêuticos de uso humano ou animal;

Considerando que a indisciplina na comercialização de medicamentos evidencia-se principalmente pela disparidade de preços observada em relação a cada produto de região por região, de Estado para Estado, Cidade para Cidade e mesmo de estabelecimento para estabelecimento em cada Cidade e até em cada bairro;

Considerando, finalmente, que para o necessário disciplinamento do comércio de medicamentos é imprescindível sejam repetidos preços uniformes em todo o território nacional, decreta:

Art. 1º O preço de venda ao público, relativo a cada produto farmacêutico de uso humano ou animal, será obrigatoriamente uniforme em todas as Capitais dos Estados e Territórios a partir de sessenta (60) dias contados da publicação deste Decreto.

Art. 2º Para efeito do disposto no artigo anterior, os produtos farmacêuticos terão os seus preços de venda ao público marcados pelos fabricantes, de forma clara e indelével nas respectivas embalagens.

Parágrafo único. Não será admitida a exposição ou a venda de qualquer produto farmacêutico com inobservância do que estabelece este artigo.

Art. 3º Os fabricantes de produtos farmacêuticos ficam obrigados a declarar à Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação deste Decreto, os preços

de venda ao público referentes a cada produto de sua fabricação, juntamente com as respectivas análises de custos, de acordo com questionário que será divulgado por aquele órgão no prazo de dez (10) dias da publicação deste Decreto.

Art. 4º Os preços declarados pelos fabricantes para cada produto, fundados nas respectivas análises de custos, serão observados na forma do disposto no art. 3º, podendo ter a sua formulação verificada e ser, em qualquer tempo, impugnados pelo SUNAB, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962.

Parágrafo único. Os preços declarados pelos fabricantes em cumprimento do disposto no art. 3º somente poderão ser majorados mediante prévia e expressa autorização do órgão competente, limitado o acréscimo, em qualquer caso, aos índices gerais de elevação do custo de vida.

Art. 5º A SUNAB exercerá permanente e rigorosa fiscalização para assegurar o cumprimento das disposições deste Decreto, utilizando, para tanto, todos os instrumentos legalmente disponíveis e aplicando as sanções previstas na Lei Delegada nº 4 de 26 de setembro de 1962 e outras que forem cabíveis, em cada caso.

Art. 6º A SUNAB baixará os atos necessários à fiel execução do presente Decreto.

Art. 7º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília 21 de fevereiro de 1964; 143ª da Independência e 76ª da República.

JOÃO GOULETT
Wilson Fadul

DECRETO Nº 53.585 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1964

Institui no Ministério da Indústria e Comércio o Grupo Executivo da Indústria Têxtil (GETEC) e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e

Considerando o propósito governamental de sustentação do salário-real do trabalhador mediante o suprimento de bens de consumo essenciais a preços razoáveis;

Considerando que a capacidade de produção nominal da indústria têxtil

ANEXO VIII (Transcrição):

DECRETO Nº 53.583, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1964.

Dispõe sobre edição de livros didáticos, dando outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

- a) CONSIDERANDO que compete ao Poder Público assegurar a todos o direito à educação;
- b) CONSIDERANDO ser obrigação do Estado o fornecimento de recursos indispensáveis à promoção da educação popular, de modo a assegurar iguais oportunidades a todos;
- c) CONSIDERANDO que as condições de ensino popular no País são muito precárias, sendo comum a ausência de livros para alunos e mesmo professores, uns e outros obrigados a servir-se apenas de anotações e apostilas para os trabalhos escolares;
- d) CONSIDERANDO que o elevado preço do livro didático impossibilita sua aquisição pela maioria dos estudantes ou onera de modo excessivo o orçamento familiar;
- e) CONSIDERANDO que a substituição anual dos livros didáticos e sua diversificação constituem um dos fatores de encarecimento do ensino;
- f) CONSIDERANDO que, na forma do art. 146, da Constituição e da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, compete à União intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de mercadorias e serviços essenciais ao consumo e uso do povo;
- g) CONSIDERANDO que o art. 167 da Constituição dispõe que ao Poder Público compete ministrar o ensino dos diferentes ramos, subordinando-se a iniciativa particular ao respeito às leis que o regulem;
- h) CONSIDERANDO que, nos termos do art. 101, da Lei nº 4.024, de 1962, compete ao Ministério da Educação e Cultura decidir das questões suscitadas pela transição entre o regime escolar vigente anteriormente à publicação da referida lei e o sistema implantado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional;
- i) CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional estabelece, em seu art. 109, que, enquanto os Estados e o Distrito Federal não organizem o ensino médio de acordo com essa lei, as respectivas escolas continuarão subordinadas à fiscalização federal;
- j) CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério da Educação e Cultura exercer as atribuições do Poder Público em matéria de educação e velar pela observância das leis de ensino (art. 6º e 7º da Lei nº 4.024, de 1962),

DECRETA:

Art. 1º O Ministério da Educação e Cultura fica autorizado a editar livros didáticos de todos os níveis e graus de ensino, para distribuição gratuita e venda a preço de custo em todo o País. Parágrafo único. A distribuição gratuita será feita a estudante carentes de recursos e às bibliotecas escolares.

Art. 2º Os livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura serão obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries.

Art. 3º Cada estabelecimento público ou particular dará conhecimento a seu alunos do direito que lhes assiste de escolha dos livros a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º Os processos didáticos adotados permitirão que os alunos realizem as tarefas escolares e possam fazer o estudo regular da disciplina com a utilização dos livros pelos quais tenham feito opção.

Art. 5º. Os estabelecimentos de ensino deverão possuir, em biblioteca de livre acesso aos alunos, livros didáticos em circulação, inclusive os editados pelo Ministério da Educação e Cultura, com ampla variedade de autores e em quantidade suficiente para atender aos alunos que a ela recorrerem, de modo a desenvolver o hábito de consulta e o espírito de pesquisa.

Art. 6º. O Ministro da Educação e Cultura designará uma comissão especial para escolha dos livros que serão editados.

Art. 7º. O Ministério da Educação e Cultura, pelos seus órgãos próprios, fiscalizará a aplicação do disposto neste decreto, para o que poderá utilizar os meios previstos no art. 1º da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962.

Art. 8º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de fevereiro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

JOÃO GOULART
Julio Furquim Sambaquy

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, “Decreto nº 53.583”, de 21 de fevereiro de 1964. [Dispõe sobre edição de livros didáticos, dando outras providências] *Diário Oficial* Brasília, 24 de fevereiro de 1964, Seção I, Parte I, p. 1765.

ANEXO IX - Decreto nº 53.887, DE 14 DE ABRIL DE 1964.

3314 Terça-feira 14

DIARIO OFICIAL (Seção I - Parte I)

Abril de 1964

— As Repartições Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 11,30 horas.

— As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 9 às 17,30 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

— Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
 DIRETOR GERAL
ALEERTO DE BRITO PEREIRA
 CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES
 CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES
DIÁRIO OFICIAL
 SEÇÃO I - PARTE I
 Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada
 impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNÇÃOÁRIOS	
Capital e Interior:		Capital e Interior:	
Semestre	Cr\$ 600,00	Semestre	Cr\$ 450,00
Ano	Cr\$ 1.200,00	Ano	Cr\$ 900,00
Exterior:		Exterior:	
Ano	Cr\$ 1.300,00	Ano	Cr\$ 1.000,00

parte superior do endereço não impressos o número de talão de registro, o mês e o ano em que findará.
 A fim de evitar solução de

continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima, de trinta (30) dias.

— As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 29 de fevereiro de cada ano e as iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos usem os interessados preferencialmente cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem no ato da assinatura.

— O funcionário público federal, para fazer jus ao desconto indicado, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

— O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 0,50, se do mesmo ano, e de Cr\$ 1,00, por ano decorrido.

tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social;

B) O Inquérito acima deverá apurar também as atividades exercidas pelos elementos citados no Ofício número 170, de 5 de abril de 1964, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado da Guanabara;

C) Designar encarregado desse Inquérito o Exmo. Sr. General-de-Divisão Estevão Taurino de Resende Neto, que, assim, fica investido de todos os poderes legais e regulamentares, para o fim em tela.

Rio de Janeiro, Guanabara, 14 de abril de 1964. Gen-Ex Arthur da Costa e Silva — Ten-Brig Francisco de Assis Correia de Mello — Vice-Alm Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

ATO Nº 9 — DISPÕE SOBRE O ATO Nº 8 DO ATO INSTITUCIONAL DE 9 DE ABRIL DE 1964.

O Comando Supremo da Revolução;

Considerando o imperativo do facilitar, no interesse da Justiça, a purgação da responsabilidade pelo crime contra o Estado ou seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, ou atos de Guerra Revolucionária, a que se refere o Artigo 8º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, resolve:

Art. 1º Os Encarregados de Inquéritos e de Processos, para a apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, ou de atos de Guerra Revolucionária, poderão, sem prejuízo de suas atribuições já previstas em Lei:

A) Delegar a servidore, da sua confiança todas as atribuições que lhe competem, para a realização de Diligências ou Investigações, que se tornem necessárias, em qualquer ponto do Território Nacional;

B) Requisitar quaisquer Inquéritos, ou Sindicâncias em curso, ou já concluídas, pertinentes à matéria a investigar, ou sob investigação.

Art. 2º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, Guanabara, 14 de abril de 1964. — Gen-Ex Arthur da Costa e Silva — Ten-Brig Francisco de Assis Correia de Mello — Vice-Alm Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 53.886 — DE 14 DE ABRIL DE 1964

Revoga o Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições constantes do art. 87, inciso I, da Constituição Federal e

Considerando a necessidade de reestruturar o Planejamento para a eliminação do analfabetismo no país;

Considerando ainda que o material a ser empregado na Alfabetização da População Nacional deverá veicular idéias nitidamente democráticas e preservar as instituições de nosso povo;

Considerando, finalmente, que o Departamento Nacional de Educação é o órgão do Ministério da Educação e Cultura ao qual incumbe, por lei, a administração dos assuntos de educação, decreta:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º O Departamento Nacional de Educação receberá todo o acervo empregado na execução do Programa Nacional de Alfabetização, cujos recursos também ficarão à disposição daquele órgão.

Art. 3º O Ministro da Educação e Cultura baixará os atos que se tornarem necessários para a execução deste Decreto.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de abril de 1964 143º da Independência e 76º da República.

RANIERI MAZZILLI
 Luiz Antonio da Gama e Silva

DECRETO Nº 53.887 — DE 14 DE ABRIL DE 1964

Dispõe sobre edição de livros didáticos e revoga o Decreto nº 53.533, de 21 de fevereiro de 1964.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição:

a) Considerando que o Decreto nº 53.533, de 21 de fevereiro de 1964, fere o princípio da liberdade do ensino, ao declarar a obrigatoriedade de inclusão de livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura entre os que forem selecionados para as diferentes séries e disciplinas;

b) Considerando que a Lei número 4.024, de 1961, estabeleceu em seu artigo 110 o prazo de cinco (5) anos

para a implantação de sistemas estaduais de ensino, prazo este a ser completado em dezembro de 1966;

c) Considerando que os sistemas estaduais de ensino e a própria Lei nº 4.024, conduzem à diversificação do ensino, desaconselhando por esta razão a adoção do livro oficial;

d) Considerando que a Campanha Nacional de Material de Ensino tem tido êxito em suas finalidades, que devem ser ampliadas e estimuladas; resolve:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 53.533, de 21 de fevereiro de 1964.

Art. 2º A Campanha Nacional de Material de Ensino fará a publicação e distribuição de livros didáticos, de acordo com escala prioritária previamente aprovada pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de abril de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

RANIERI MAZZILLI
 Luiz Antonio da Gama e Silva

DECRETO Nº 53.888 — DE 14 DE ABRIL DE 1964

Declara existente a Confederação Brasileira de Bridge.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, número I, da Constituição, e nos termos do art. 67, parágrafo único, do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1º É declarada existente a Confederação Brasileira de Bridge.

Art. 2º Os estatutos da Confederação Brasileira de Bridge entrarão em vigor depois de aprovados pelo Conselho Nacional de Desportos, em parecer homologado pelo Ministro de Educação e Cultura.

Art. 3º Uma vez constituída, será a Confederação Brasileira de Bridge

ANEXO IX (Transcrição):**DECRETO Nº 53.887, DE 14 DE ABRIL DE 1964.**

Dispõe sobre edição de livros didáticos e revoga o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição:

- a) CONSIDERANDO que os Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964, fere o princípio da liberdade do ensino, ao declarar a obrigatoriedade de inclusão de livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura entre os que forem selecionados para as diferentes séries e disciplinas;
- b) CONSIDERANDO que a Lei número 4.024, de 1961, estabeleceu em seu artigo 110 o prazo de cinco (5) anos para a implantação de sistemas estaduais de ensino, prazo este a se completar em dezembro de 1966;
- c) CONSIDERANDO que os sistemas estaduais de ensino e a própria Lei 4.024, conduzem à diversificação do ensino, desaconselhando por mais esta razão a adoção do livro oficial;
- d) CONSIDERANDO que a Campanha Nacional de Material de Ensino tem atendido com êxito às suas finalidades, que devem ser ampliadas e estimuladas;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964.

Art. 2º A Campanha Nacional de Material de Ensino fará a publicação e distribuição de livros didáticos, de acordo com escala prioritária previamente aprovada pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de abril de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

RANIERI MAZZILLI
Luiz Antônio da Gama e Silva

BRASIL. Atos do Poder Executivo, “Decreto nº 53.887”, de 14 de abril de 1964. [Dispõe sobre edição de livros didáticos e revoga o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964] *Diário Oficial*, Brasília, 14 de abril de 1964, Seção I, Parte I, p. 3314.

ANEXO X – Parecer sobre a História Nova elaborado pela Comissão de História do IHGB

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Volume 263
Abril - Junho
1964

*Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possim sera posteritate frui*



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL — RIO — 1964

HISTÓRIA NOVA

Atendendo a um apêlo do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional, de 10 de março de 1964, a Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro elaborou o seguinte parecer acêrca da série de opúsculos editados sob o título de *História Nova*. Elaborado em fins de março, o documento veio a ser aprovado, porém, em princípio de abril.

1. A Campanha de Assistência ao Estudante, criada pelo Ministério da Educação e Cultura, publicou no princípio do ano corrente uma coleção de folhetos sob o título geral de *História Nova*. Os autores, segundo se declara repetidamente em notas preambulares, realizaram obra coletiva e declaram-se solidários na responsabilidade dos conceitos emitidos. Mas o único dentre êles que tem obra histórica ponderável e de reconhecido valor é o general NELSON WERNECK SODRÉ. Os demais são alunos da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

2. A coleção deve constituir-se de 10 volumes. Até o momento, porém, só cinco foram distribuídos para venda às livrarias :

- I — O Descobrimento do Brasil
- III — As invasões holandesas
- IV — A expansão territorial
- VI — A Independência de 1822
- VII — Da Independência à República

Estavam em curso de impressão os seguintes volumes :

- II — A sociedade do açúcar
- V — A decadência do regime colonial
- VIII — O sentido da abolição
- IX — O advento da República
- X — O significado do Florianismo.

Tôdas as nossas referências são feitas aos volumes segundo a numeração acima.

3. A coleção não foi sômente organizada, impressa e distribuída por órgãos do Ministério da Educação e Cultura. É também patrocinada por Decreto do Govêrno Federal n.º 53.583, de 21 de fevereiro de 1964 (*D.O.* de 24 de fevereiro de 1964), o qual dispõe (art. 2.º) que «os livros didáticos editados pelo MEC serão *obrigatoriamente* incluídos pelos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries».

Há contradição flagrante dêsse ato com o sistema criado na Lei de Diretrizes e Bases, que determina a elaboração de sistemas locais autônomos e estabelece um clima de ampla liberdade didática.

4. A finalidade dos folhetos da *História Nova*, segundo esclarece o prefácio que se repete em todos os volumes, não é a defesa de teses novas (III, 65) mas sim contribuir para «reformular a educação brasileira» (p. IV). A CASE (Campanha de Assistência aos Estudantes) «tem plena convicção de estar contribuindo, à sua maneira, para o desenvolvimento corrente e acelerado do processo histórico brasileiro». O que se pretende é «reformular, na sua essência e nos métodos, o estudo e o ensino de nossa história». A história *tradicional*, a que se opõe a história *nova*, vem sendo «instrumento de freios e desvios, obstáculos para seu próprio desdobramento». Após enumerar os compêndios didáticos em que se baseou para tais afirmações, os autores da História Nova, oferecem aos professôres elementos para corrigirem essas noções erradas que tais livros vêm difundindo e esperam de mestres e alunos, após nova reflexão, que *se passe de imediato àquela ação capaz de dar ao povo brasileiro, o Brasil pelo qual êle realmente anseia*. O ensino da nova história deve, portanto, servir de base doutrinária a uma *ação* transformadora das condições do povo brasileiro.

5. Essa ação, que se espera de professôres e alunos, deve consistir, pelo que se deduz da leitura dos folhetos em extinguir os privilégios da «classe que permanece no poder político há 141 anos», (VI, 109), fazer a reforma agrária que «representará a derrota política dos senhores da terra e de servos, aliados fundamentais de interesses internacionais», visto como foram êsses interesses que uns, em 1822 realizaram a independência formal e outros, impedem a verdadeira independência que permitirá ao país desenvolver-se

plenamente e firmar-se como nação, já que a independência «é uma luta dos dias atuais». (*Ibid*).

A luta é inevitável e «as forças do progresso sairão vencedoras» (VII, 73). O objetivo dessa campanha será o estabelecimento «definitivo da paz», através do «esforço dos povos». (III, 7).

6. Trata-se, pois, de fornecer aos estudiosos de História noções exatas de uma concepção científica de «interpretação dos fatos históricos», interpretação que, dizem os autores, «no momento julgamos correta e válida». «No futuro, outra interpretação igualmente válida pode ser dada ao acontecimento». Apesar dessa declaração que deveria conduzir à humildade ou, ao menos, ao cuidado na exposição das suas hipóteses científicas, os autores não hesitam na apresentação em tom dogmático e definitivo de uma explicação dos fatos da nossa História. A filosofia que preside a essa interpretação científica dos fatos históricos é o materialismo histórico, segundo a concepção de Marx. É, aliás, a mesma dos últimos trabalhos do principal autor. Em sua última obra, acima referida, os únicos filósofos citados são Marx, Engels e Lenine.

7. Os redatores dos compêndios consultados, e que os AA isolados, únicos, simples momentos no acontecer» (I, 7), mas ao dando corrigir e completar, nem sempre merecem suas críticas e restrições, conforme veremos oportunamente. Se não há dúvida de que precisamos elevar o nível e aperfeiçoar didaticamente grande parte de nossos compêndios, o que o esperamos do regime de liberdade da Lei de Diretrizes e Bases, as soluções propostas pelos folhetos da História Nova estão longe de alcançar tão alto objetivo. Ora defendem os AA suas teses com parcialismo flagrante na interpretação de fatos, ora cometem enganos e deturpações imperdoáveis, máxime da parte de quem se propõe a corrigir e emendar mestres consagrados. Propondo-se a não dar atenção aos «fatos consideram meros «fazedores de livros didáticos» (III, 7), preten-«processo de transformação da sociedade ao longo do tempo, as forças atuantes nesse processo, sua análise e caracterização exatas» (I, 8), não se compreende que cometam tão graves e lamentáveis erros na enumeração desses fatos, sem cuja apuração essa pretendida análise e caracterização transformam-se em puro devaneio.

8. Acusam os AA os compêndios de excluir da História a participação do povo. Desde HERCULANO, porém, que na narrativa histórica dos fatos portugueses e brasileiros tem-se dado larga margem às aspirações populares. A êle se refere abundan-

temente OLIVEIRA VIANA, citado pelos AA., e em que se abedecaram muitos compêndios.

Mas quando querem exemplificar o abandono pelos compêndios da massa popular, o AA tem a infelicidade de citar o episódio famoso das eleições da Praça do Comércio em 1821, quando as deliberações foram totalmente perturbadas por uma corrente de delírio, conduzida por líderes caracterizadamente demagogos, terminando por aprovar a adoção da Constituição Espanhola no Brasil por 24 horas, acontecimento apontado por todos os autores como exemplo de anarquia e de ridículo. Ninguém se lembraria, mesmo entre os grandes doutrinadores da extrema esquerda, de confundir essas manifestações com a expressão sincera da vontade popular. Não há porque tomarem-se de indignação os AA pelo fato de alguns historiadores denominarem a essa massa *populacho* ou *populaça* (VI, 8). Não vai nisso nenhuma ofensa ao povo em seu conjunto.

9. O parcialismo com que os AA encaram todos os fatos deriva da aceitação primária das teses marxistas ainda que não mencionem nunca expressamente os seus grandes doutrinadores. Mas as premissas do materialismo histórico são dadas como aceitas previamente. «As relações sociais básicas», dizem no vol. I, página 16, «isto é, as relações que se estabelecem entre os homens na produção». Isto é dito como se fôsse um axioma histórico e passa a ser aplicado em todos os trabalhos com rigorismo que espantaria os próprios profetas do materialismo histórico. Aquilo que os pais da doutrina consideram um princípio geral a ser dosado como causa principal e fundamental, mas não exclusiva, passa a ser sempre fator *condicionante* ou *determinante* (prefácio), que é o «fio condutor que liga os fatos históricos». (VI, 40).

Daí a exclusão sistemática da História de tudo que os AA englobam sob o nome de *acaso*: «na história nada sucede por acaso» (VI, 9). Sem que nos detenhamos a fundo no estudo daquilo que pode ser chamado acaso nos acontecimentos, observemos que, na maior parte das vezes, o que se chama de acaso não passa, na clássica definição do Cournot, «do encontro de fatos racionalmente independentes, encontro que não passa de um fato de que não podemos fixar nem a lei nem a razão». É, assim, impossível excluir o acaso do jogo dos fatos históricos. Grandes filósofos da História não pensam de outra maneira. Para EDUARDO MEYER (*Teoria e método da História*) «aquêle que rejeita o acaso, bem como o papel da vontade humana, na História, ou que lhes diminui a importância, suprime com isso toda sua riqueza, tudo o que constitui o ponto culminante dos estudos históricos» (ALEXANDRE

CHOU LGINE, *L'Histoire et la vie, Les lois, le hasard, la volonté humaine* — Paris, V. 57, pág. 72). Negar a margem do acaso e da vontade é tão impossível quanto negar a existência das leis sociais. Quando a inexorabilidade das leis naturais não é hoje aceita nem sequer no campo das ciências físicas, não se concebe esta intransigência numa pesquisa histórica.

«O grande feito de Marx», diz nosso ilustrado consócio J. H. RODRIGUES em obra consagrada, «foi a descoberta das duas faces da realidade histórica. Seu erro foi subordinar uma à outra. O nexó só pode existir funcional e relativamente, conforme sugeriu MAX WEBER, com sua teoria da interação pluralista, das ações e reações entre subestrutura (meio geográfico), estrutura (meio sócio-econômico) e super estrutura (meio ideológico e espiritual), num jôgo mútuo cheio de possibilidade de resistências, e submissões, ajustamentos e rompimentos, tendo no homem e na sua decisão consciente ou inconsciente, racional ou irracional, os elementos fundamentais da criação histórica.» (*Teoria da História do Brasil*, 2ª ed., II, 651, S. Paulo, 1957).

10. Mas a anulação da personalidade humana nos fatos históricos chega nestes volumes a extremos de simplicidade. Nenhum pensador não materialista sustenta a tese primária de que o homem seja capaz de criar *por si* uma corrente de fatos. O que se afirma é coisa mais complexa. Como se exprime um dos expoentes do pensamento católico na História contemporânea, o escritor inglês, HILAIRE BELLOC, a afirmação de que, neste terreno, «como no do mundo da matéria, a causa e efeito se processam inevitavelmente isentos da influência de qualquer vontade imediata é puro preconceito. Da depreciação da interferência do agente humano decorre a concepção de que a história é encadeamento cego, necessário e até mecânico. O indivíduo aparece como não mais que um produto de coisas; não constitui por mais vividas e tangíveis que sejam suas ações, senão uma parte de um processo universal do qual ele não participa senão de forma desprezível e inútil.» «Ora, o que transparece através da História, é que o homem realiza e é o verdadeiro criador de acontecimentos capitais. Estes acontecimentos podem não ter as conseqüências últimas que ele visava; pode tê-los produzido sem outro intuito além dos limites imediatos de sua ação, mas sem dúvida nenhuma, ele os produz.» (RICHELIEU, Leipzig, 1932, p. 14)

O veto em face da ação das grandes personalidades é um zelantismo dos AA em face do próprio materialismo histórico. «O marxismo jamais experimentou constrangimento em reconhecer a parte do homem na sua história. Não foi MARX quem escreveu :

São os homens que fazem sua própria história? O essencial é compreender, como declarava a historiadora russa PANKATOVA, que eles não a fazem de maneira arbitrária, nem como melhor lhes parece, mas baseando-se em leis objetivas». (GLENISSON, *Iniciação aos estudos históricos*, S. Paulo, 1961, p. 228)

A ação humana é contudo nos trabalhos em exame relegada a um plano totalmente infantil.

Ridículo considerar as cruzadas senão nas suas causas econômicas (I, 48); — o *cruzadismo* é um fenômeno secundário; inútil estudar o gênio do Infante Dom Henrique, que «de nada adiantaria» (I, 53); — a expansão «interpretada em termos de obra do Infante é inaceitável, incompreensível mesmo. Faz-se mister relacioná-la às condições gerais de economia.» (I, 74); — o descobrimento do Brasil foi um simples pormenor da empresa mercantil ultramarina (I, 90); — a guerra holandesa é um episódio da história da problemática internacional (III, 8); é ridículo introduzir o termo *heresia* no problema como faz o professor Hélio Viana (III, 8); — é falso enaltecer as qualidades pessoais do conde de Nassau e de suas benemerências «como se fôsse (*sic*) fruto dos dotes especiais de sua pessoa.» (*); — é infantil atribuir ao gênio militar de Napoleão as suas vitórias; a condição social e política dos dois exércitos que se defrontaram determinava inexoravelmente a vitória; inúteis, portanto, quaisquer explicações relativas às improvisações e dispositivos engendrados pela inspiração invulgar do grande cabo de guerra; o desequilíbrio entre uma tropa democrática e outra em que «o tratamento comum dado pelos oficiais era de pontapés, rebenques e bofetões» determinavam as vitórias; — anti-científico e errado é atribuir a Cairu qualquer participação na abertura dos portos; a solução foi imposta pela Inglaterra (VI, 59); — a difusão do cultivo do café também não representa o resultado do esforço de quem quer que seja; ela foi a única fórmula de não sermos concorrentes de um produto colonial inglês (VI, 61); — não houve nenhum espírito revolucionário que provocasse a revolução pernambucana de 1824, ela não passou de uma crise do açúcar (VI, 100). — Quando Evaristo lidera os moderados e sustenta que, havendo parlamento e oposição, não é lícito recorrer à violência, comentam os AA: «era a classe senhorial tentando restringir as ações, valendo-se dos meios que dominava.» (VI 102). — As revoluções da Regência também não foram causadas por qualquer doutrina ou sentimento político: «são conseqüências da

(*) Note-se que para provar a popularidade de Nassau, em folhetos de menos de cem páginas transcreve-se uma longa letra de canção de uma escola de samba.

crise cafeeira; e decadência do sistema de produção» (VII, 23), tanto que, com o surto dessa lavoura na década de 40, surge «a base econômica necessária à repressão e à instalação incontestada dos senhores da terra exportadores, no poder político, nacional, o que será acompanhado, no setor político, pelo golpe da maioria», (VI, 104). — Não houve nenhuma grandeza no papel de Caxias; as suas pacificações «explicam-se justamente na consolidação do poder por esta classe» (VIII, 11). — Não houve tampouco, independência do Brasil em 1822 (*). A «independência de 1822» (expressão sempre empregada assim) não passou de «uma empresa comandada pela classe dominante colonial, que a realizou na medida de seus interesses» (VI, 107). Em vão procuraremos nestas páginas qualquer termo em torno de patriotismo, desinteresse ou heroísmo: «a independência de 1822» significa «o rompimento dos senhores de escravos e grandes proprietários brasileiros com Portugal», com «alijamento das classes populares na direção dos acontecimentos.» (VII, 9).

Não passam assim de distorções destinadas a dar a impressão de nossa inferioridade enquanto povo, da incapacidade coletiva de dirigir a nossa história e o nosso destino;

— a vocação marítima de Portugal como causa das navegações;

— a exaltação, ou a condenação do domínio holandês;

— o heroísmo e o desprendimento dos bandeirantes; (urge corrigir «o mito de bandeirante»);

— o pacifismo e a tranquilidade do Império;

— o paternalismo como traço inerente do escravismo brasileiro, o humanitarismo dos proprietários em geral e, em particular, da Princesa Isabel;

— a condenação peremptória do Florianismo (ponto não abordado). (IV, 8).

11. De modo que toda a pesquisa histórica se resume no encontro de uma causa primária e única determinante, e não mais se procuram, nem as demais causas, que outros autores mesmo considerando-as super-estruturais e aceitando princípios marxistas, sempre admitem que possam refluir sobre determinados acontecimentos. Num campo da História, como a do Brasil, em que tanto nos faltam elementos para sínteses parciais, os AA julgam-se habili-

(*) Na sua obra *História da Burguesia*, (Rio, 1964) o Sr. Werneck Sodré usa sempre o termo *autonomia* em vez de *independência*.

tados a tirar conclusões radicais, pondo de lado qualquer imprevisto e qualquer ação de personalidades. O próprio ENGELS não julgaria isso possível. Em seus *Etudes philosophiques* (Paris 1891, p. 80), encarava êle com grande prudência essas audaciosas sínteses históricas: «O desenvolvimento da concepção materialista», dizia êle em artigo no *Das Volk*, em 6 de agosto de 1859, «mesmo dentro de um único exemplo histórico, era um trabalho científico que teria exigido anos de estudos tranquilos, visto como é evidente que nada se pode fazer neste terreno com simples frases e que só um cabedal de material histórico selecionado de maneira crítica e perfeitamente dominado, será capaz de resolver tamanho problema».

E em carta a CONRAD SCHMIDT insistia na complexidade de uma pesquisa histórica dentro das suas concepções: «Nossa concepção da História é, antes de tudo, *uma diretriz para o estudo*, e não uma alavanca que sirva às construções como as dos hegelianos. É preciso reestudar tôda a História, é preciso submeter a uma minuciosa investigação as condições de existência das diversas formações sociais antes de tentar deduzir delas as formas das concepções políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc., que lhes correspondem. Neste sentido não se fêz até aqui senão pouca coisa». (Ib p. 12).

A exclusão de qualquer interferência que não as puramente materiais não parece ter ocorrido aos fundadores da doutrina.

«O fato de que um ponto de vista ideológico reage por sua vez sôbre a base econômica e pode modificá-la, parece-me a evidência mesma». (ENGELS, *apud* EMILE BAAS, *Introduction critique au marxisme*, Paris, 1954, p. 25).

Enfim, o próprio Marx: «Tal concepção da História ensinanos que as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias». (*Obr. Compl.* I, p. 11 — Ib.).

Examinando as concepções marxistas da História alguns pensadores chegam a conclusões bem menos radicais que os AA dêstes folhetos. Eis como se exprime um dos mais agudos e profundos de seus críticos: «O que se chama às vêzes de *determinismo marxista* é bem mais amplo do que se pensa geralmente. A dependência dos elementos espirituais em relação aos elementos materiais, não é tanto a dependência de um efeito em relação a suas condições de aparição. O fato, uma vez surgido, pode, por sua vez, reagir sôbre as circunstâncias que o prepararam. Longe de ser escravo passivo de seu meio, o homem está engajado num ciclo de ações e reações, em que êle próprio pode interferir, a título de agente livre». (EMILE BAAS, *Introduction critique au marxisme*, Paris, 1954, p. 25). Ao que ajunta outro crítico da filosofia de MARX :

«Errado estaria quem pensasse que o marxismo considera as superestruturas jurídicas, políticas e ideológicas, como simples reflexos da estrutura econômica, ou que êle pregue o fatalismo histórico. Se as relações de produção estão na base de tôdas as outras, estas reagem sôbre a base, e é o conjunto dessas reações que constitui a vida social. Esquecer tal coisa seria chegar a um materialismo mecanicista de que os marxistas ortodoxos têm horror». (M. DUQUESNE, *Brèves réflexions sur l'athéisme marxiste*, Paris, 1953, página 21).

Mais materialistas que MARX, os nossos dialetas-historiadores vão às extremas da interpretação dialética e varrem da História do Brasil a influência de qualquer personalidade, qualquer corrente, qualquer fator que não seja exclusivamente mercantil. Não há nenhuma revelação de espírito, nem de arte que não derive já não dizemos de uma base econômica, mas de um negócio.

12. Destinando-se a corrigir e prevenir os erros e distorções correntes nos compêndios constantes de uma lista negra, era de esperar-se que os folhetos implacáveis fôsem modelos de historiografia honesta. É impossível, porém, enumerar as falhas que um leitor medianamente atento vai registrando ao percorrer suas páginas. Seguindo simplesmente as notas marginais enumeramos algumas que nos chamaram a atenção.

A preocupação de dar quinaus leva os AA a alertar em relação a dificuldades já indicadas por todos os que os precederam. Assim é que tratando de nossos ciclos da história econômica advertem logo :

«As expressão ciclo do pau-brasil, muito difundida, deve ser utilizada com cautela. Muito depois de 1530 ainda a extração do pau-tinta fornecia apreciável interesse, embora fôsse superado com rapidez pela cana de açúcar».

A advertência é inútil e errônea. Inútil porque todos os autores que utilizaram a expressão ciclo previnem que a expressão não deve ser tomada no sentido de ciclos estanques. Assim é que o divulgador da grande divisão dos ciclos, de nossa história econômica, o Dr. AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, após enumerá-los, explica :

«Desde logo convém acentuar que a exploração do produto principal e dos seus satélites não desaparece, é claro, com o início de uma nova etapa do desenvolvimento econômico. Assim o pau-brasil, que foi a primeira riqueza brasileira, ainda é objeto de leis no tempo de D. João VI». (*Síntese da História Econômica do Brasil*, Rio, 1938, p. 33)

É errôneo, assim, o que dizem os AA, porque não é somente nas três primeiras décadas de nossa existência que permanece a exploração do pau-brasil, mas durante toda a colonização até o século XIX, como observa AFONSO ARINOS no trecho supra. Os primeiros orçamentos do Império mencionam a renda do pau-brasil.

13. Um dos pontos mais explorados em todos os opúsculos é a disposição do tratado de comércio com a Inglaterra em 1810 que manteve a existência de juizes privativos da nação inglesa em certos portos do Brasil. A cláusula era humilhante e não há autor que não sublinhe tal circunstância. Muito mais grave do que a própria existência de tal judicatura, era a clamorosa falta de reciprocidade que ocorre logo em seguida ao seu estabelecimento: «Em compensação desta concessão a favor dos vassallos britânicos, sua Majestade Britânica se digna a fazer guardar a mais estrita e escrupulosa observância àquelas leis pelas quais as pessoas e propriedades dos vassallos portugueses, residentes nos seus domínios são asseguradas e protegidas e das quais eles (em comum com todos os outros estrangeiros) gozem do benefício pela reconhecida equidade da jurisprudência britânica e pela singular excelência da sua Constituição». (art. 10 do Tratado de Comércio de 19 de fevereiro de 1810 — *Coleção das leis do Brasil de 1810*, Rio, 1891, p. 59).

Mas tal cláusula humilhante, o Brasil a eliminou, apenas aprovou o Código do Processo, considerando-a, no dizer da nota do Ministro Brasileiro ao representante britânico, ofensiva da dignidade e do «amor próprio nacional», contrária à legislação do Império, «uma anomalia da ordem social moderna».

Mas aos portugueses da época do tratado, tal cláusula não poderia chocar do mesmo modo. Primeiro porque já existia tal juízo na organização judiciária portuguesa desde o século XIV. Ela se originou dos privilégios concedidos aos comerciantes estrangeiros de terem administradores, ou mordomos de suas irmandades e corporações, para «resolverem as contendas entre mercadores, procurando conciliar as partes». (GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, 2ª ed., Vol. X, 1952, p. 212). Não se tratava então de privilégios dos ingleses. Os flamengos gozaram de várias regalias, enquanto que os «portugueses estantes em Bruges tinham estatuto próprio». (Ibid). As relações com os comerciantes ingleses foram consolidadas na Carta Mercatória de 1303. Os portugueses obtiveram então alguma vantagem do soberano inglês. Este determinou que «nas causas em que fôsse parte algum individuo doutro país, a metade do júri seria constituída de estrangeiros» (p. 229). O primeiro tratado comercial

anglo-português é de 1353. Quando o rei DOM FERNANDO, quatorze anos depois concede aos comerciantes ingleses um juiz privativo (que era o mesmo da alfândega, com que eles habitualmente lidavam), não faz mais que avançar na mesma direção que vinha sendo seguida.

Não chocava igualmente, porque os juizes privativos não eram raros então. Havia-os para certas corporações como irmandades e ordens religiosas, mosteiros e mesmo certas personalidades. Tudo isso desapareceu, natural e gradualmente, com a aplicação do princípio de igualdade da justiça, tanto em Portugal como no Brasil.

Onde os AA cometem grave falta é no erro de considerarem o juiz conservador dos ingleses uma autoridade estrangeira, quando não passava de um magistrado de primeira instância nacional, de nomeação régia e apenas escolhido e demitido através dos comerciantes estrangeiros (art. 10 cit.). Grandes nomes da nossa magistratura como o VISCONDE DO URUGUAI exerceram dignamente tal posto, quase sempre ocupado por um desembargador. (J. A. SOARES DE SOUSA, *Vida do Visconde do Uruguai*, São Paulo, 1944, p. 42).

No entanto, o que os AA afirmam é que o art. 10 do tratado que vimos examinando concedia:

«à Inglaterra o privilégio de nomear magistrados especiais para agirem como juizes conservadores». (VI, 65)

A página seguinte, tratando do mesmo assunto, repetem que

«passaram a existir duas justiças no Brasil: justiça nacional, executada pelos magistrados brasileiros e portugueses, segundo as Ordenações do Reino, e a *justiça inglesa, exercida por magistrados ingleses, e tendo por finalidade julgar as questões ou disputas em que fôsse parte qualquer súdito britânico*». (VI, 66; V. igualmente VI, 97)

Está inçado de erros tal trecho, como se vê. Nem eram ingleses os magistrados, não era inglesa a lei aplicada e nem se applicava a qualquer súdito inglês.

O pior é que os AA insistem na humilhação da cláusula do art. 10 para poderem afirmar que tal humilhação foi *revivida* e está vigente no país atualmente em virtude do Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos.

Ora, o acôrdo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos, assinada a 15 de março de 1952 e ratificado a 8 de maio de 1953, sob o govêrno Getúlio Vargas, declara expressamente em seu artigo 1.º que sua atuação se contém dentro da Carta das Nações Unidas, e em seus XII artigos não contém uma só cláusula a que não se aplique o princípio de rigorosa reciprocidade. Trata-se assim de afirmação puramente política visando a despertar um falso sentimento patriótico.

14. A história do Império é realmente mal-tratada no resumo que se oferece aos futuros mestres. A começar pela negação da própria independência.

«Achar que o Brasil ficou realmente independente em 1822 é falso. E esta é a *impressão* que os livros didáticos procuram incutir em seus leitores». (VI, 9)

Ora, realmente independente, no sentido de dispensar a colaboração de outros países para viver não é nenhum país do mundo. O Brasil teve a independência política como tiveram todos os países contemporâneos, e dela se valeu tanto ou mais que outros da América e da Europa. Os livros não podem deixar de consignar o que ocorre em tôda a bibliografia. Mas ninguém sustentou que essa independência fôsse total e imediata, nem que ela fôsse uma aquisição definitiva, que não exigisse permanente vigilância. A expressão *independência de 1822* utilizada pelos AA é que é indefinível.

Aliás a própria elevação do Brasil à categoria de Reino também não é levada em consideração pelos AA. Há uma simples referência incidental ao fato (VI, 75), sem nenhuma ênfase, colocada entre parênteses.

Tôdas as referências ao período são imprecisas ou errôneas. Assim, o manifesto paulista, diz-se :

«foi divulgado a outras províncias (*sic*) ganhando logo a adesão de Minas Gerais e do Rio de Janeiro». (VI, 80)

Há dúvidas sérias acêrca da influência do movimento carioca sôbre a junta paulista. Mas que o Manifesto paulista tenha obtido a adesão do Rio de Janeiro, é francamente inaceitável.

No Conselho dos Procuradores também não se fala. Só aparece uma referência a propósito da anulação de sua criação pelas Côrtes. (VI, 81).

Os pequenos enganos de data e de nome pululam: a Assembléia Constituinte abriu-se «a 31 de maio», quando foi a 3 de maio (VI, 84); o Sr. Chamberlain é elevado a «embaixador da Inglaterra no Brasil» (VI, 82) quando era simplesmente encarregado de negócios; George Canning é tratado sempre de *Sir*. (VI, 89); do gabinete Andrada diz-se que pretendeu um regime absoluto sob a sua direção (VI, 85); a Carta-Régia de abertura dos portos é transformada em Alvará (VI, 67); os representantes do Brasil em Londres para o acôrdo financeiro foram Caldeira Brant, Gameiro e Mariano José Pereira da Fonseca (*sic*) (VIII, 15), quando êste, futuro marquês de Maricá, nunca lá foi; o mesmo Gameiro Pessoa, é dado como Ministro da Fazenda («Gameiro Pessoa, mais tarde, quando era Ministro das Finanças») (VI, 98), engano palmar, porque o visconde de Itabaiana nunca ocupou aquela pasta; os *regentes* (*sic*) de Portugal, em 1826, proclamam Dom Pedro *Imperador* (*sic*) com o nome de D. Pedro IV (VI, 100). Nem D. Pedro foi proclamado *Imperador*, mas *Rei* de Portugal, nem foram os *Regentes* que o proclamaram; D. Pedro em 1829 tenta um ministério só de brasileiros, «porém, sem representação oposicionista», o que seria impossível (VI, 103). No intervalo de duas *assembléias* os AA queriam referir-se a legislaturas) o govêrno aliviou a pressão política, dizem os AA; não obstante na seguinte a oposição cresceu (VI, 101). A observação não tem sentido, quando se sabe que, na época, as eleições se processavam na penúltima sessão e não na última de cada legislatura.

A mesma história econômica da época não está clara. O café à p. 25 do caderno VII, tem «fracas exigências de capitais e equipamentos». Mas duas páginas depois «exige mão de obra, terra e crédito em abundância» (VII, 27).

O termo *Inconfidência*, com definição legal é ampliado indevidamente a outros movimentos revolucionários: «Inconfidência conhecida como Revolução dos Alfaiates» (VI, 50); «as chamadas Inconfidências» (VI, 55); «as camadas médias, aquelas que participaram das Inconfidências» (VII, 9). O compêndio do professor Hélio Vianna, que os AA desprezam, ter-lhes-ia evitado êste engano (*História do Brasil Colonial*, S. Paulo, 1952, p. 132 nota).

15. A leitura dos Anais da Constituinte Brasileira teria evitado dos AA muitos outros enganos. A rigor êles não caracterizam o que se passou no seio da Assembléia :

«Os constituintes (dizem) *querem* ter o poder de aprovar as leis, mesmo enquanto fazem a constituição, contra o que se coloca o Imperador, aliado aos portugueses» (VI, 86).

Ora, a Assembléia era Constituinte e *Legislativa*. O que se debatia não era a capacidade de fazer leis, mas o caráter dessas leis.

«Os deputados acabaram por concluir que suas decisões teriam poder de lei, restando ao monarca apenas o direito a um veto suspensivo por duas sessões, o que contrariava a perspectiva absolutista do Imperador» (VI 86).

Aqui há uma grande confusão entre as leis aprovadas pela própria Assembléia Constituinte, que foram declaradas independentes de sanção, no que acedeu o próprio Imperador, e as leis ordinárias a serem votadas pelas assembléias legislativas, que evidentemente «teriam poder (*sic*) de lei».

Tratando do projeto Antônio Carlos e da Carta de 25 de janeiro, os AA chama-os ora de Constituições, ora de *Cartas*, e dizem que entre «as duas constituições não houve diferenças» (V, I 87), quando as divergências são notáveis.

Com a queda dos Andradas que, como se viu, teriam pretendido o regime absoluto, «o partido português é alçado ao poder, nêle permanecendo até a abdicação» (VI, 86). Os AA não reconhecem, assim, qualquer mérito no gabinete Barbacena, sempre maltratado. BANT, acusado de desonesto pelos AA., não merece sequer o título de grande diplomata (VII, 9).

16. O reconhecimento da Independência não merece melhor tratamento. A cronologia sofre grandes distorções.

Após a dissolução da Constituinte, dizem os AA. D. Pedro «vendo-se só... muda de tom». «Percebendo o erro político que seria procurar diretamente Portugal, procura a mediação inglesa, mandando-lhe dois delegados, ao mesmo tempo que envia emissários aos Estados Unidos».

Ora, não há quem não saiba que foram enviados emissários à Inglaterra mesmo antes do grito do Ipiranga e antes da reunião da Constituinte. A Carta Patente de D. João VI, elevando o Brasil a Império como preliminar ao reconhecimento é reduzida a uma Carta Régia (VI, 97).

A invasão da Província Cisplatina pela Argentina é um movimento dos uruguaios que se libertam do Brasil, proclamando a República (VI, 70). Ora, o caráter nacional uruguaio só no correr da luta começa a revelar-se. A princípio era um movimento argentino de recuperação da antiga província.

17. A revolta dos negros chefiados por um tal Argoins (aliás Agoins) em Minas, em 1821, é mais uma vez considerada como fato histórico provado e grave. Os AA fazem dela grande cabedal; basearam-se, porém, em autor sem credenciais para figurar em obra padrão. Se tivessem ido à fonte de todos os que trataram com bastante leviandade dêste tema, teriam topado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. V (1900), com um documento assaz discutível e altamente duvidoso.

Curioso é que neste mesmo ano de 1964 um autor absolutamente insuspeito de reacionarismo, chegava honesta e atiladamente à conclusão de que não é lícito basear qualquer conclusão em fonte tão perigosa (V. MIGUEL COSTA FILHO, *Um Enigma Histórico*, artigo publicado na revista *Estudos Sociais*, dirigida por Astrojildo Pereira, nº 19, de fevereiro de 1964, p. 212).

Nem sequer o periódico de que seria extraída a cópia ao tempo existente no Arquivo Mineiro, e hoje desaparecida, é possível identificar. Por isso, cautelosamente conclui o nosso douto consócio que as simples dúvidas sôbre a procedência do documento bastam para «suscitar dúvidas à autenticidade do documento e à veracidade dos fatos que narra».

E após longo e exaustivo estudo em tórno do tema e revelando um cuidado exemplar na pesquisa no Brasil e Portugal, conclui :

«É certo que não houve aquelas lutas sangrentas, aquelas batalhas espetaculares, que teriam encharcado de sangue de brancos e negros a terra mineira, como também é certo que não dependeu daquelas pugnas heróicas a sorte do constitucionalismo na Província de Minas» (p. 317).

Estranhando a falta de repercussão do suposto movimento e sua referência em qualquer outra fonte, conclui ainda que o tal apêlo de Argoins

«Não deve ter-se concretizado em pronunciamentos objetivos, não tendo motivado ação repressiva policial, militar ou judicial, que se saiba» (p. 318).

Enquanto isso, os AA julgam-se autorizados a tirar uma série de conclusões a respeito do hipotético movimento, concluindo que

«a incompreensão da situação política manifesta no programa dêste movimento levou-o ao bêco sem saída, acabando por cair na dispersão e na falência até desaparecer, em 1822» (VI, 76).

18. Empreendimento destinado a corrigir e obstar os maléficis efeitos dos compêndios correntes, é natural que a *História Nova* fôsse um modelo de seriedade nas citações e de critério na escolha das fontes.

Ê, porém, lamentável que sejamos obrigados a assinalar tantas falhas de bibliografia e de técnica historiográfica.

Assim, a obra de BOTELHO DE SOUSA, *Subsídios para a história das guerras da restauração no mar e no além-mar*, Lisboa, 1940, só porque figurou na extensa coleção editada pela então Agência Geral das Colônias nas comemorações centenárias de Portugal, é citada da seguinte maneira :

«Vejamos o que diz o próprio *Ministério das Colônias de Portugal*» (III, 62).

Que diríamos nós de quem citasse os conceitos dos AA, como sendo a «opinião do próprio Ministério da Educação e Cultura do Brasil?»

A mesma obra está citada simplesmente pelas páginas, sem menção de volume. O mais grave, porém, é que na enumeração das vantagens e desvantagens do tratado de paz entre Portugal e a Grã-Bretanha foram, com o intuito talvez de agravar a supremacia britânica, suprimidos todos os compromissos assumidos pelos ingleses (nada menos que três parágrafos), é verdade que assinalados pelas reticências.

Não falemos nas infidelidades à ortografia do texto transcrito.

19. Transcrevendo um trecho da obra de JOAQUIM RIBEIRO e JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES *Civilização Holandesa no Brasil*, São Paulo, 1940, p. 80, onde se lê :

«Houve até um frade de São Francisco, frei Pedro de Assunção, que foi incumbido pelos Ribeiros de ir à Holanda levar informação sôbre o estado da colônia luso-espanhola».

Alteraram os AA o nome da família citada para *Ribeirinhos* (III,28), sem explicar que se tratava de judeus da Paraíba, e tirando ao trecho sua importância e significado.

20. Mais graves são os erros de transcrição da «*Ánua de 1626 do PADRE VIEIRA*» (III, 30), que os AA copiam da obra do general ANTÔNIO DE SOUSA JÚNIOR, *Do Recôncavo aos Guararapes*. 2ª ed., Rio, 1942, em vez de irem buscá-la na edição mais autorizada dos *Anais da Biblioteca Nacional*, tomo XIX, p. 177.

Ora acontece que o notável trabalho acima citado não contém o escrito de Vieira integralmente, mas somente trechos que interessam diretamente à narrativa da campanha militar. De modo que no trecho transcrito na História Nova, em 35 linhas, há nada menos de cinco falhas. Além disso, na curta transcrição deparamos com 21 erros graves, que fazem com que um trecho famoso do maior modelo de prosa portuguesa apareça com os piores solecismos, notando-se que tais enganos não se encontram no livro do general SOUSA JÚNIOR.

21. Igual falta de cuidado na transcrição de NETSCHER (III, 34), onde se começa por errar no próprio nome do autor. Em nove linhas há quatro erros, e um salto que altera completamente o sentido de uma frase.

NIEUHOF (III, 56) não merece melhor tratamento e a carta a DORTMONT, alterada para Dertmont, também não está fielmente transcrita.

A carta de HENRIQUE DIAS respondendo à intimação dos holandeses é transcrita de ROCHA POMBO e não da *Revista do Instituto* (III, 258). Também contém enganos e está sem data.

22. Não se pode deixar de estranhar que num resumo do conflito holandês não apareça a mais longínqua referência à diplomacia portuguesa da restauração que tem merecido tantos estudos contemporâneos, de portugueses e estrangeiros, nem ao papel de VIEIRA, tanto mais importante quanto sua personalidade representa realmente uma fusão do espírito português com o brasileiro nascente.

23. O fascículo IV, *A expansão territorial*, que é, fora de dúvida, o mais importante de todos e o mais bem planejado, mas onde freqüentemente as indicações são imprecisas e não há bibliografia, deixa escapar alguns enganos que denotam pouca intimidade com a história colonial. Assim na página 17 há referência a uma decisão da Câmara de S. Paulo em 1592 em que só cinco pessoas, das

77 presentes, votaram a favor do representante régio. Basta o número elevado dos que tomaram parte na reunião para se ver que não se trata de uma sessão da Câmara, mas de uma junta geral. Aliás o historiador em que se baseiam os AA que é WASHINGTON LUIS (Na Capitania de S. Vicente, S. Paulo, 1956, p. 193), diz expressamente :

«A Câmara se reuniu nesse mesmo dia, convocou o vigário da paróquia, Padre Lourenço Dias Machado, os homens bons que já haviam administrado a vila desde o tempo em que a sede estava em Santo André, *todo o povo enfim*»...

Só assim se justifica a expressão «ajuntamento» com que qualifica a assembléia, expressão registrada pelos AA, aplicando-a, porém, em redação infeliz, à própria Câmara Municipal.

24. Nem a sentença de TIRADENTES escapou a erros lastimáveis de transcrição. Apesar dos excessivos cuidados em explicar que barço é corda de enforcar, e padrão é coluna com inscrição, escreve-se *pregação* em vez de *pregão*, repetindo o erro que ocorre na *Formação histórica do Brasil*, de N. WERNECK SODRÉ.

25. As indicações erradas e as trocas de nomes abundam infelizmente. Onde JOÃO LÚCIO D'AZEVEDO escreve: despacho de ANTÔNIO D'ARAÚJO DE AZEVEDO a DOMINGOS ANTÔNIO DE SOUSA COUTINHO, (*Épocas de Portugal Económico*, 2ª ed. p. 446), lê-se no resumo dos AA (VI, 44):

«Dizia o Ministro ANTÔNIO DE ARAÚJO E SOUSA COUTINHO, embaixador em Londres».

Onde CAIO DE FREITAS (*George Canning e o Brasil*, S. Paulo, 1958, p. 40) cita: «Documento do Foreign Office 63-269», os AA transcrevem: «Foreign Office 63/209» como se fôra uma publicação. Como também se cita como fonte: Tesouro Nacional (VII, 46), sem menção da publicação.

Não é possível deixar de mencionar os deslises de linguagem que são abundantes. Os espanholismos *frente* e *face a* são sistemáticos (I, 69; III, 25, 77; VI, 94, 98; VII, 25, 31; I, 43; III, 19). O galicismo *ter lugar* (sem ser no sentido de ter cabimento) igualmente aparece (I, 47; III, 11; VI, 33); a ortografia não obedece

às normas oficiais, há casos de imperdoáveis erros de crase (III, 62), além de estranhas grafias de nomes próprios (Málaga — III, 25, 27; Cadiz — III, 25, 31; Cadix — III, 27; Shoutei — III, 30; Tegicupapo — III, 51; Schokoppe — III, 58). Encontra-se *vir de encontro* por *vir ao encontro* (VI, 64). Também é de estranhar o emprêgo do termo *balangandans* entre os produtos de exportação inglesa para a África (VI, 16).

Observemos ainda algumas concordâncias viciosas como: VI, 29; VI, 44; e VI, 80.

CONCLUSÃO

Quer pela sua orientação doutrinária, extremamente facciosa, quer pelas faltas graves em matéria de fato, quer pela falta de cuidado na apresentação, os fascículos da denominada *História Nova* não mereciam sequer uma recomendação das autoridades educativas do país.

Muito menos mereceriam os privilégios que obtiveram da administração e que devem ser urgentemente cancelados em benefício da educação livre e democrática.

Américo Jacobina Lacombe, relator
Wanderley Pinho
Marcos Carneiro de Mendonça
Herbert Canabarro Reichardt

Subcrevo integralmente o parecer e as conclusões do Professor Américo Jacobina Lacombe, após leitura minuciosa e proficiente que fêz dos folhetos da *História Nova*, de autoria coletiva, para uso obrigatório nas escolas.

Além de deformar a mentalidade juvenil com conceitos errôneos e falsos, abomina e despreza tudo quanto aprendemos na maneira de interpretar a História. Amesquinha o culto cívico e deslustra os mais memoráveis fatos da nacionalidade.

Pior que tudo, é que, tornando *obrigatória* a sua adoção, tanto nas escolas públicas como particulares, contraria frontalmente a Lei de Diretrizes e Bases — árdua e brilhante conquista do

— 302 —

princípio universalmente aceito — com exceção nos países totalitários — da liberdade do ensino.

Bastaria somente este último item, para denunciar os propósitos comunizantes e subversivos do governo deposto.

Entendo que a opinião do Instituto Histórico, deve ser comunicada sem mais delongas à Comissão que nos deu a honra de opinar sobre tão importante assunto.

Herbert Canabarro Reichardt

ANEXO XI - Correspondências do Editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré.

ANEXO XI(a) correspondência de 24 de fevereiro de 1992.

Editora Giordano Ltda.

São Paulo, 24 de fevereiro de 1992.

Prezado Senhor Nelson Werneck Sodré:

Anos atrás, escrevi-lhe perguntando onde poderia obter exemplares da História Nova do Brasil (HNdB) Procuro-o hoje para uma consulta mais objetiva, havendo-me eu entretanto convertido em mentor e pequeno coeditor de uma "Coleção Memória", cujo prospecto e 5º volume, recém-lançado, lhe encaminho.

Trata-se do seguinte: eu gostaria de incluir na Coleção Memória um volume contendo, do Volume 1 da HNdB (edição Brasileira, 1965), o Prefácio, a Introdução Geral e o texto intitulado Descobrimento do Brasil, além de uma Apresentação que contasse a história da HNdB.

Os exemplares que tenho da HNdB (vols. 1 e 4) da Brasileira não explicitam copirraite. A obra é a "doze mãos" (incluindo as suas). Leio no Prefácio do Vol. 1:

"Ao concordar na entrega ao Ministério da Educação e Cultura da publicação das monografias históricas que estavam elaborando, os autores pretendiam, com prejuízo de vantagens materiais, contribuir para a melhoria do nível do ensino de História no grau médio."

Agora as perguntas:

1. Será que eu obteria, pelos mesmos bons propósitos que levaram os autores a facultarem a edição das monografias pelo MEC, autorização para realizar o volume desejado da Coleção Memória?

2. Que lhe parece de meu propósito? Na hipótese de achá-lo salutar, o senhor me escreveria algumas linhas que servissem de "prefácio histórico", contando o que aconteceu com as edições (MEC, Brasileira) da HNdB?

Ficarei muito feliz de merecer novamente sua atenção.

Cordialmente,

 Cláudio Giordano, editor

P.S. Apesar do nº 11 no volume da Col. Memória que lhe envio, saíram apenas 5 títulos: os três constantes no prospecto (nº 1, 2, 3). Retabulo de Santa Inês Carolina, de O. Rins. e o que lhe

GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (a)] in: "Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 24 de fevereiro de 1992: sobre interesse em incluir o volume 1 da coleção História Nova do Brasil na coleção Memória. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

ANEXO XI(b) correspondência de 09 de março de 1992.

Editora Giordano Ltda.

São Paulo, 9 de março de 1992.

Prezado Escritor Sr. Nelson Werneck Sodré:

Respostas solícitas como a sua são o estímulo que me animam a prosseguir no projeto árduo da Coleção Memória.

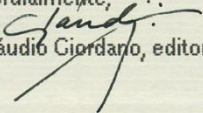
Já estou saindo a campo para contatar os demais cinco coautores da HNdB. (Antes de redigir-lhe esta resposta fui logo à Lista Telefônica de São Paulo, mas nenhum deles lá está...). Independentemente disso, permita-me as seguintes perguntas:

1. O Senhor me cederia o texto da "História da HNdB" para editá-lo na Coleção Memória?

2. Esse seu texto seria suficientemente volumoso para compor sozinho um volume da Coleção Memória (em torno de 150 páginas), nos moldes do exemplar que lhe mandei? Se afirmativa a resposta, eu não careceria por ora da autorização dos outros colegas seus, pois me contentaria em contar primeiro a História da HMdB, deixando para mais tarde a edição da HNdB.

Se esta pequena (face às tão grandes que o Sr. já realizou) aventura editorial o animar e lhe parecer conveniente um diálogo mais estreito, poderei ir visitá-lo aí no Rio. Basta comunicar-me.

Mais uma vez pendente de sua atenção, reitero agradecimentos, e com meus respeitos, subscrevo-me.

Cordialmente,

Cláudio Giordano, editor

Fone: 829-9369 - Caixa Postal 19022; CEP 04599 - São Paulo, SP

GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (b)] in: "Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 09 de março de 1992: agradece as respostas solícitas e reitera a vontade de organizar este pequeno empreendimento editorial. Arquivo da

Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015
ANEXO XI(c) correspondência de 19 de março de 1992.

Editora Giordano Ltda.

São Paulo, 19 de março de 1992.

Prezado escritor Senhor Nelson Werneck Sodré:

Não me cansarei de agradecer sua generosa atenção; por outro lado, abusarei dela, em nome do que reputo nobre causa.

Releve-me as duas faltas que cometi: primeiro, não entendi que seu trabalho sobre a história da HNDB já estava publicado; em segundo lugar, apesar de tão antigo, eu o desconhecia.

Seja como for, com sua carta sob o braço, passei nas Vozes e encontrei seu livrinho "História da História Nova" (1986). Li apressado o 3º depoimento (sobre o tema em questão) que, pude ver, foi inicialmente publicado em revista (suponho que da Civilização Brasileira, e ainda na década de 1960).

Conclusão óbvia: cheguei atrasad(íssim)o!!!

Entretanto, pela própria leitura de seu depoimento, vejo que se poderia preparar trabalho bem mais amplo e rico de informação sobre esse episódio deprimente, mas sintomático do que são capazes de produzir mentes obcecadas. Visualizo um volume com a seguinte estrutura:

1. Introdução
 - Seu depoimento em "História da História Nova", revista.
2. Os Inquisidores (ou outro título)
 - Editoriais de "O Estado de S. Paulo" (págs. 121/122 de sua HdHNDB)
 - "Parecer" (Américo Jacobina Lacombe) publicado na RIHGB, vol. 263 (pág. 142 de sua HdHNDB).
3. Os Lutadores (ou outro título)
 - "O excelente editorial da "Folha de S. Paulo";
 - "Editorial candente de 31 de maio" da Última Hora";
 - "A posição corajosa de Ernesto Alves Filho, no "Correio Popular", de Campinas; e de Tereza Cesário Alvim, no artigo "Um Capítulo da História"; e de Alceu Amoroso Lima, principalmente no lúcido artigo "Obscurantismo cultural" (pág. 140 da sua HdHNDB).
4. Apêndice (dispensável, se o volume ultrapassar as dimensões da *Coleção Memória*).
 - Prefácio
 - Introdução Geral
 - Um dos Capítulos

constantes nos volumes 1 e 4 da HNDB (Brasiliense).

Afora os itens 1 e 4, careço de todo o restante do material que, penso, exista em seus arquivos. Sinto que esse assunto, de algum modo, já está exaurido para o senhor. Mas, estará para nossa sociedade tão pobre de conhecimentos e tão alienada de nossa História? Sou contra nacionalismos. Por natureza sou anarquista e me sinto cidadão do mundo. Entretanto, vivo aqui neste país sem identidade e entendo que devo fazer alguma coisa para dar-lhe feição; por exemplo, conscientizar seus habitantes de como se estrutura a sociedade de que fazem parte e do que subjaz à sua cultura. Venho tentando fazê-lo através dos volumezinhos da *Coleção Memória*.

Editora Giordano Ltda.


Finalmente, valho-me das derradeiras linhas de seu depoimento em HdHNdB: "Espero não voltar ao assunto *História Nova*, mas isso, infelizmente, não pode ser compromisso: ... pode bem acontecer que sejamos obrigados a voltar, por algum motivo."

Longe de mim tentar fazê-lo sentir-se obrigado a voltar ao tema. Quixote que sou no esforço de produzir livrinhos, que propiciem estímulo ao que reputo gosto sadio da leitura e acréscimo cultural, viso apenas a obter alguma contribuição sua para a minha utopia. Assim sendo, se lhe parecer válida a idéia do volume mencionado acima, pergunto:

O senhor me forneceria elementos para a confecção dos itens 2 e 3?

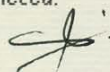
Na inocente esperança de não aborrecê-lo com minha insistência, deixo-lhe meus respeitos e cumprimentos.

Cordialmente,


Cláudio Giordano

P.S. 1. Apesar de interesse menor que certamente lhe terá os volumes anteriores da Coleção Memória, estou-lhos remetendo em separado (endereço do Rio) para que afira melhor o que fiz até agora.

2. Paralelamente, continuarei buscando contato com os demais autores da HNdB, e agradeço-lhe também as pistas que me forneceu.



GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (c)] in: "Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 19 de março de 1992: pedido de desculpas pelo desconhecimento da obra de 1986 e intenção de ampliação da estrutura do livro." Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

ANEXO XI(d) correspondência de 27 de março de 1992.

Editora Giordano Ltda.

São Paulo, 27 de março de 1992.

Prezado escritor senhor Nelson Werneck Sodré:

Obrigadíssimo por sua pronta resposta e continuado apoio a minha intenção e vontade e decisão de incluir na *Coleção Memória* uma retrospectiva do histórico episódio da *História Nova do Brasil*.

Efetivamente, não ter o senhor disponíveis — como eu imaginava — os artigos citados em sua resenha, significa demora na realização do projeto, dadas minhas limitações de recursos e tempo: a Editora Giordano Ltda. tem em mim o seu editor e o office-boy...

Entretanto, já enviei carta a três dos demais autores da HNdB: Pedro de Alcântara Figueira, Maurício Martins Melo e Joel Rufino dos Santos. Oxalá os alcancem minhas cartinhas e me dêem eles a mesma atenção que recebi do senhor. Em isto ocorrendo, com certeza poderão eles ajudar-me a obter mais depressa os citados artigos.

Espero já lhe tenham chegado os demais volumes da *Coleção Memória*: são autores e textos que, a esta altura, nenhum apelo devem causar-lhe; na minha concepção, porém, enquadram-se no escopo da *Coleção Memória*, qual seja, o de formar, ao longo do tempo, uma Biblioteca Básica de Cultura. Servirão ao menos para o Senhor aferir melhor meu trabalho.

A título de nostalgia, conto-lhe que ontem à tarde, fui a um "sebo" e comprei um volume da Revista do Livro (nº11, set. /1958), e lá dei com seu artigo: "Posição de Machado de Assis". Lembra-se? Começa assim:

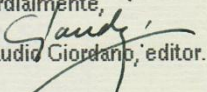
"Meio século depois do aparecimento de Machado de Assis, ficaram muito claros dois aspectos fundamentais de sua obra: o da eternidade, em primeiro lugar, o da profundidade depois, como consequência."

E termina:

"E não teria [Machado] a grandeza que tem se não tivesse sido assim, se tivesse exercido o seu esforço nas exterioridades, no lado superficial das coisas, nas ações aparentemente importantes, mas transitórias. O erro dos que ainda o julgam por uma biografia que pretende substituir a obra profunda que deixou está no despreço que ainda merece a palavra, entre nós. Esquecidos de que, como diz o mestre, palavras também são fatos. No seu caso, grandes e eternos fatos, que os brasileiros conhecerão e glorificarão tanto mais quanto mais o Brasil realizar o seu destino."

Como está difícil de o Brasil realizar o seu destino!... Ficá-nos a impressão, à medida em que o tempo passa e vamos vendo a insensatez, falta de dignidade, enfim, falta de tudo aumentar, de que somos crianças, querendo edificar um castelo na areia.

Prezado senhor: renovo-lhe meus agradecimentos pela atenção e incentivo que me vem dando. Hei de mantê-lo a par da evolução deste nosso projeto. Enquanto isso, fique certo de minha admiração e respeito.

Cordialmente,

 Cláudio Giordano, editor.

Fone: 829-9369 - Caixa Postal 19022, CEP 04599 - São Paulo, SP

GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (d)] in: "Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 27 de março de 1992: Informa que entrou em contato com alguns coautores, agradece e comenta uma passagem de escritos de Sodré. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

ANEXO XI(e) correspondência de 05 de junho de 1992.

Editora Giordano Ltda.

São Paulo, 5 de junho de 1992.

Prezado escritor senhor Nelson Werneck Sodré:

Rápida visita para saber se o senhor está bem e contar-lhe que prossigo na busca de autorização para o fazimento do livrinho sobre a HNdB.

Já consegui contatar quatro dos cinco outros coautores. Falta-me só o Maurício Martins de Mello: mandei-lhe carta para a UFRJ em março p.p., mas até agora não tive resposta.

Joel Rufino, Rubem César e Pedro César Uchôa Cavalcanti, responderam-me e estão simpáticos à idéia.

Pedro de Alcântara Figueira, ligou-me e disse-me que a princípio era contra a reedição da HNdB. Depois de minhas explicações, mostrou-se menos refratário. Ficou de visitar-me no mês passado, para um papo mais amplo, mas não apareceu. Oportunamente hei de procurá-lo de novo.

Entretanto, o realismo dos fatos (quero dizer, as dificuldades) obriga-me a reconsiderar a estrutura que eu pensava dar ao volume projetado: não sei quando conseguiria todo aquele material citado em sua HdHN e, pior ainda, como, quando e se obteria autorização para editá-lo (principalmente os editoriais de *O Estado de S. Paulo*). Por isso, o projeto passa a ser mais simples, todavia, mais exequível e, creio eu, não menos resgatatório. Seria este:

1. Introdução

Depoimento de NWSodré em "História da História Nova" (HdHN), revisto.

2. Pensamento Presente dos autores da HNdB

Avaliação, revisão ou simples reflexão dos autores — hoje — sobre o episódio HNdB.

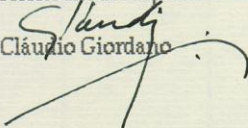
3. História Nova do Brasil

- Prefácio
- Introdução Geral
- Um dos Capítulos constantes nos volumes 1 e 4 da HNdB (Brasiliense).

Espero que o senhor compreenda a conveniência desta mudança e não se decepcione nem perca o entusiasmo pelo projeto. E nessa esperança, atrevo-me a perguntar se lhe restaria ainda algum ânimo para escrever pequeno texto a ser incluído no item 2 da nova estrutura do livrinho.

Com essa remodelação e na expectativa de que em breve eu tenha o aval de todos os demais cinco coautores, a edição pode ser concretizada em breve prazo.

Aceite meus respeitos e um cordial abraço.


Cláudio Giordano

Fone: 829-9369 - Caixa Postal 19022; CEP 04599 - São Paulo, SP

GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (e)] in: "Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 05 de junho de 1992: Informes sobre contato com os autores e sobre a realidade que faz com que o projeto seja simplificado. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

ANEXO XI(f) correspondência de 04 de agosto de 1992.

SR. 4/8/92

Mui prezado e atencioso
Prof. Nelson W. Sodré:

Prezou-me uma peça o
Correio, entregando-me com
atraso de quase um mês,
carta do Pedro A Figueira, em
que me dava o destino do
Maurício e solicitava exemplar
do seu "História da História Nova"
para "inspirar-se". Já lho enviei.
Seguindo instrução do Pedro,
obtive^o telefone do Maurício,
com quem já falei. Em seguida
escrevi ao Maurício, dando-lhe
mais detalhes de nosso projeto.

Em princípio eu diria
que está tudo de acordo. Em

breve estarei mandando a todos
uma carta-circular definindo
novas etapas futuras, ou
seja: realizar o livrinho.

Estou apenas no aguardo de
uma resposta que possa resultar
de contatos que fiz com a Editora
Brasiliense, no sentido de que
— em homenagem ao falecido
Caio Graço Prado, editor do 1º volu-
me da HNdB — participe ela
de nosso projeto. Neste caso, o
grupo pode ampliar-se um pouco.

Volto por estes dias.

Acite meus respeito e um
abraço cordial

Cláudio Jordano

P.S. Peço-lhe uma gentileza:
 se possível, tente falar com
 Pedro Celso Uchoa Cavalcanti: seu
 telefone é: 226 4666. Diga-lhe
 que escreva em resposta a minha
 carta. Peço-lhe também notícia
 do Arthem César, de quem é
 amigo.

Obrigado.

Cláudio

BIBLIOTECA
 BRASIL
 NACIONAL

Reg. 1.349.355 D
 5/11/2012

GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (f)] in: "Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 04 de agosto de 1992: Informes e sobre a tentativa de incluir a Editora Brasiliense no projeto como forma de homenagear Caio Graco Prado. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

ANEXO XI(g) correspondência de 01 de março de 1993.

Prezado Prof. Nelson W. Sodré:

Grato pela sua costumeira atenção. O projeto está assim:

1. Depoimentos recolhidos: o seu, o do Pedro Celso e do Pedro A. Figueira.
2. Joel Rufino prometeu enviar, mas até agora, nada.
3. Falei há 2 ou 3 semanas por telefone com o Maurício (0242-439311), que alegou dificuldades, mas ficou também de fazer alguma coisa.
4. Rubem César Fernandes não deu mais sinal de vida.

Darei mais um tempo, enquanto preparo a digitalização do restante do material, para ver se me chegam outros depoimentos.

A estrutura do volume será a que se encontra no verso desta folha.

Preferi reproduzir a monografia

HISTÓRIA NOVA DO BRASIL 1962 - 1993

I. Apresentação do Editor

II. Depoimentos dos autores

≡

III. História da História Nova
N.W. Sodré

IV. História Nova do Brasil

1. Plano de CASES
 2. Plano da Brasileira
 3. Palavras de Roberto Portual
 4. Introdução geral dos autores
 5. Prefácio dos autores
(Brasileira)
 6. O Descobrimento do Brasil
(Reprodução do texto do
volume I da Brasileira)
-

"O Descolamento do Brasil" porque, no meu idealismo, acredito na perspectiva de publicar outros volumes, com os restantes monografias. Deste modo seguirei uma evolução histórica dentro do tempo, o que, aliás, é natural.

Peço venia para retirar de seu texto o adjetivo culto com que me qualifica. Gostaria de tê-lo, mas o fato é que não sou. E tenho certeza de que se o Sr. me conhecesse melhor concordaria comigo. Há pouco de um ser humano curioso das coisas da vida, coisas essas que vou medindo e avaliando, um pouco através de meus critérios pessoais, sobretudo me valendo do juízo das pessoas que reputo competentes. Há e modestia, não: apenas sei que não sei. — Sentir-me-ei bem depois

daquela adjetivo que me generosi-
dade e simpatia me atribuem.

Em correspondência anterior o
Sr. me autorizou também o uso
do seu texto Historia da Historia Nova,
publicado na RCV e na brochura
de mes, no nome da Vozes. Posso efeti-
vamente publicá-lo sem problemas com
a Vozes? Por outro lado, em seu Depoi-
ments repugna-lhe mencionar
o nome de alguém que vem explicita-
do naquele texto. Algum problema?

Com os meus respitos acinte
também um abraço cordial

Cláudio

Cláudio Giordano

Sr. 1º/março/1993

BRASIL
NACIONAL
BIBLIOTECA
Rf. 1.349.856 D

GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (g)] in: "Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 01 de março de 1993: Informes sobre dificuldade de receber depoimentos de alguns autores, apresentação da estrutura final do livro e os motivos de escolher "O descobrimento do Brasil" para publicar. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

ANEXO XI(h) correspondência de 04 de setembro de 1993

Editora Giordano Ltda.

São Paulo, 4 de setembro de 1993.

Prezado Amigo

Prof. Nelson Werneck Sodré

da HNB

Encaminho-lhe com a presente exemplar recém-saído do prelo (ontem, 11hs). Oxalá não o decepcione. Meus parâmetros de editor menor dizem-me ter realizado o que lhe prometi.

Releve a demora do aparecimento do livro: em parte foi inevitável, face aos atropelos no amalhamento dos textos presentes; em parte resultou da tentativa de envolver a Brasiliense no projeto, afinal sem êxito; em terceiro lugar se deveu às contingências de ter eu um co-editor. Minha vontade fôra ter a *História Nova do Brasil* viva na Bienal do Rio do mês passado. Não foi possível.

Disse-lhe no início de nossa aventura que eu não tinha condições de pagar-lhe pela colaboração que me daria — e deu. Assim é, e mais não posso fazer do que enviar-lhe uma dezena de exemplares, dos 100 (cem) que me cabem como cota-parte da co-edição com a Loyola (além da importância de CR\$38.392,00, menos 5% de ISS). Em separado, despacho-lhe os volumes restantes.

A falta de recursos tolhe-me também a iniciativa de promover um lançamento (no Rio, com certeza), envolvendo a presença sua e dos demais co-autores — o que para mim seria uma felicidade. De todo modo, estou pronto a colaborar no que for possível, caso Você e ou outros tenham sugestões.

Embora não tendo participação alguma na comercialização do restante do edição, faço o máximo empenho para que os livros se vendam, já para consolidação da *Coleção Memória*, já para viabilizar a reedição do restante da *História Nova do Brasil*. Encareço-lhe, pois, promova o quanto possa o volume ora dado à luz, ainda que disso não lhe resultem vantagens financeiras.

Estou de alma leve com o que realizamos e de algum modo orgulhoso: por estes dois sentimentos manifesto-lhe minha gratidão perene.

Fineza acusar o recebimento desta, se possível com suas críticas ao meu trabalho editorial. Obrigado.

Cordilmente,

Cláudio
Cláudio Giordano, editor

Prof. Nelson:

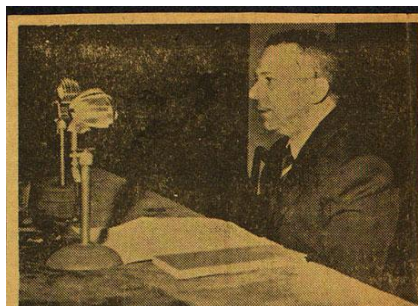
Aguardo sua preciosa manuscritos. E, em particular, reforço o meu agradecimento pelo estímulo que me deu.

Cláudio

Fone: 829-9369 - Caixa Postal 19022; CEP 04599 - São Paulo, SP

GIORDANO, Cláudio. [Informação pessoal (h)] in: “Correspondência enviada pelo editor Cláudio Giordano à Nelson Werneck Sodré em 04 de setembro de 1993: Sobre a publicação do livro, sobre as dificuldades financeira, o envio de exemplares e a esperança de ter agradado. Arquivo da Coleção Nelson Werneck Sodré. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Último acesso 20/08/2015

ANEXO XII - notícia do curso "problemas brasileiros" oferecido pelo ISEB.



O conferencista, cel. Nelson Werneck Sodré

CORREIO PAULISTANO

FORUM "ROBERTO SIMONSEN"

Efeitos do Processo de Industrialização na Estrutura Atual da Sociedade Brasileira

Formação histórica de nossa sociedade — Origem de classe dos primeiros colonizadores — Sociedades açucareira e mineradora — Transformações nos quadros sociais do Brasil — Aula do cel. Nelson Werneck Sodré no Curso Extraordinário Sobre Problemas Brasileiros

Dando prosseguimento ao Curso Extraordinário Sobre Problemas Brasileiros, foi ministrada, entretanto, no salão "Artur Antunes Mascari" no Palácio "Mauá", pelo coronel Nelson Werneck Sodré, a quarta aula do programa, que versou o tema "Formação Histórica da Sociedade Brasileira". O curso, que tem obtido frequência média de cerca de 450 alunos, é promovido pelo Fórum "Roberto Simonsen" e realizado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, do Ministério da Educação.

O sr. Luis Washington Vita, secretário do Fórum "Roberto Simonsen", fazendo a apresentação da conferência, disse o seguinte: "Nelson Werneck Sodré nasceu a 27 de abril de 1911, no Rio de Janeiro, tendo realizado seus estudos naquele Estado e em Tauatá, São Paulo, Entre 1924 e 1930 frequentou o curso secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro, ingressando na Escola Militar do Realengo e da qual saiu em 1933, como oficial da Arma de Artilharia. Serviu em diversas guarnições do país. Fez o Curso de Estado Maior e foi, na Escola de Comando, Estado Maior do Exército, professor de História Militar, de 1947 a 1950. Colaborou na imprensa do Rio e de São Paulo, sendo nesta, por 20 anos, crítico literário com coluna semanal em um dos seus principais jornais. Dirige atualmente a seção literária de um periódico carioca. Publicou as seguintes obras: História da Literatura Brasileira, 1938, com a 3.ª edição em preparação; Panorama da Literatura Brasileira, 1939; O Brasil, ensaio sobre uma grande propriedade pastoril, em 1940; Orientação do Pensamento Brasileiro, em 1941; Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil, em 1943; Formação da Sociedade Brasileira, em 1944; O que se deve ler para se conhecer o Brasil, 1945 (2.ª edição em preparo); e Introduzido a Revolução Brasileira, em 1946. Publicou ainda, na Coleção do ISEB: "As Classes Sociais no Brasil" e o "Tratado Methuen", ambos em 1957. É professor de formação histórica do Brasil no referido Instituto e Membro da Comissão diretora da Biblioteca do Exército".



Cerca de 450 alunos assistiram à quarta aula do Curso

QUADRO EUROPEU DO SEC. XV

Iniciando a aula, o cel. Werneck Sodré discorreu sobre o desenvolvimento social verificado nos últimos cinco séculos. Com a expansão ultramarina, da qual ocorreram as descobertas e posterior colonização, surgiu na Europa do século XV um movimento histórico denominado revolução do mercantilismo e que estabeleceu amplo contato entre os povos mais afastados. Dessa revolução derivou a unificação monárquica, quando o melhor dos senhores feudais se impôs aos outros e se torna rei. Na área das trocas surgiu o papel importante do Mediterrâneo, fechado depois pelo movimento islâmico. Seguiu-se a retomada dessa área de comércio, pelas Cruzadas do litoral do Mar Norte. Opera-se na mesma época a reorganização da terra.

Filou, em sequência, o conferencista, sobre o papel da península italiana, onde instituiu po-

lítica tem a vanguarda do movimento mercantil das especiarias. O desenvolvimento dos contatos italianos com o Oriente impõe modificações nos roteiros entre o Mediterrâneo e o Mar Norte.

QUADRO PORTUGUÊS

Como resultante, ganha importância a costa de Portugal, região que surgiu de formações feudais antigas, que cedo tiveram seus laços enfraquecidos pela luta contra os invasores árabes e pelo movimento de unificação e autonomia. Discute-se se houve feudalismo ou não na origem de Portugal, mas é fácil admitir-se que ele existiu. Processo de desenvolvimento do mercantilismo luso. Com a revolução de 1383, imprópriamente denominada de movimento burguês, que contou com o importante e decisivo apoio do grupo mercantil, e a partir do advento da dinastia de Aviz iniciou-se a expansão naval lusitana. Fugiu-se à burguesia litorânea. O

feudalismo renovou-se com a concessão feita a antigos senhores feudais nas doações territoriais.

Filou ainda o conferencista no papel da burguesia como empresária dos descobrimentos, com a expansão do mercantilismo sem nenhum caráter de aventura. Segue-se um período de declínio da burguesia mercantil com o crescente poder dos homens da terra. Foi dentro desse quadro que se deu o descobrimento do Brasil. Verificou-se uma alteração do rumo da exploração ultramarina.

SOCIEDADE BRASILEIRA COLONIAL

No Oriente os mercadores apenas buscavam especiarias e bens já produzidos. Na América era diferente. Havia necessidade de colonização, transferência de recursos, populações, e a estrutura política e econômica de Portugal não podia atendê-la. Surgiram as donatárias com a maior transferência de poderes que a história já registrou. Revisa-se a origem de classes dos primeiros colonizadores. Não eram da alta nobreza lusa. Eram elementos da fidalgaria. As donatárias se caracterizam como sociedades mistas na base da repatriação dos lucros. Uns acham que este é o caráter feudal da colonização, enquanto que outros declaram revelar caráter capitalista. Mas não é nem um nem outro. A donatária tem um caráter misto, uma fisionomia complexa. É um investimento de sociedade mista entre donatário e Coroa.

As donatárias das terras em sesmarias deu-lhe uma posição de classe. As sociedades das zonas açucareiras aristocráticas. Os trabalhos se desenvolvem com base escravista. Ocorre, então, o maior deslocamento de massas humanas da história. A estrutura escravista surge em plena idade Média. Advem, posteriormente, no Brasil, a mineração com o nascimento da sociedade mineradora no altiplano central brasileiro, modificando a estrutura social do país.

A sociedade mineradora não dá à terra o mesmo valor que a sociedade açucareira. Há deslocamento humano com acentuado crescimento demográfico nas áreas de mineração. Origina-se o mercado interno e a pecuária. A classe média aparece no estado embrionário. A Metrópole é obrigada a manter maior fiscalização na Colônia, pois o minerador, ao contrário dos senhores de terra, não é um procurador dos interesses da Coroa. É um elemento em conflito pelo extremo vigor da fiscalização.

INDEPENDÊNCIA E IMPÉRIO
Já não existe harmonia de interesses. Suscedem-se os movimentos e a Inconfidência traduz a insatisfação geral. É a sociedade colonial em seus traços principais, na fase em que a Europa atinge nova etapa; a revolução industrial, que confere à expansão mercantil um vulto enorme. A revolução industrial traz consigo o fim das zonas coloniais, com a participação da Inglaterra em movimentos pró-autonomia das colônias. A luta pela independência entre nós só encontrou sucesso quando desperdiçou o interesse dos senhores de terra. Modifica-se a estrutura social do Brasil. Desenvolvem-se os trabalhos para organização judiciária política, administrativa e militar do país, destacando-se o papel dos cursos jurídicos na presença dos destinos nacionais. Provocam modificação nas condições de vida social as experiências e empresas de Mauá (telegrafo, a imprensa, os transportes, as comunicações, a vida urbana. O surto do café proporcional a expansão da rede ferroviária e a criação das primeiras

manufaturas, com alteração nas relações de trabalho. O café desempenha papel importante na balança de comércio externo que anula os primeiros saldos favoráveis.

SOCIEDADE REPUBLICANA

O país não estava preparado para o comércio exterior e, surtem, então, os problemas de tarifas, empréstimos externos e investimentos que afetam o nosso quadro político e social, que vão terminar na República. Há transformações nos campos dos ofícios e militares, particularmente depois da Guerra do Paraguai. Surge a Guarda Nacional pelo Exército, que é da classe média. O partido republicano cria força capaz de derrubar o Trono. Nessa fase vemos, pela primeira vez no Brasil, a participação da classe média no poder, cuja maior expressão foi Floriano Peixoto. Com o governo de Campos Salles voltam a dominar os senhores de terra, resultando oligarquias.

O desenvolvimento industrial, na segunda metade do século XIX, que vinha se esboçando desde Mauá, vai esbarrar na força que ainda têm os senhores de terra. Há divergência entre os próprios interesses dessa classe. Os novos senhores aplicam os saldos das lavouras de açúcar e de café em empreendimentos industriais.

ESTRUTURA ATUAL

O conferencista, depois de definir a posição da classe dos trabalhadores, tremendamente onipotente pela herança de cambio, declara que no século XX, quando da primeira grande guerra, o Brasil não estava preparado para enfrentar a situação. Foi a primeira fase de sua industrialização. A crise de 1929 traz ao país profundo abalo político, resultando na segunda fase de nossa expansão industrial. Com a segunda grande guerra, alcançamos a terceira fase, que é a atual. O desenvolvimento industrial possibilitou a transformação política e social do Brasil. Surge, então, o verdadeiro operariado. A classe média cresce e varia em sua composição. O crescimento de homens no campo retarda a tomada de consciência. No quadro brasileiro todas as tendências da classe média são de cooperar com o Brasil para dar-lhe configuração econômica progressista.

CONSCIÊNCIA INDUSTRIAL

Concluindo, afirmou o conferencista que o fortalecimento que nos traz o desenvolvimento industrial é reforçado pelo poder que ainda detêm os senhores de terra; proporcionado pelos mandatos de interesses estrangeiros no Brasil, constituído em sua maior parte de elementos do grupo mercantil. Esse fator influi de maneira prejudicial ao crescimento do mercado interno. Resultou a tomada de uma verdadeira consciência industrial, verificada nos últimos cinco anos, a qual expressa a compreensão dos industriais brasileiros do papel que lhes cabe efetivamente na estruturação da nossa Independência econômica. Essa consciência motivou a união da classe na defesa dos seus interesses que, em última análise, constituem nos fundamentos constitucionais da própria economia nacional.

Notícia CORREIO PAULISTANO. "Fórum 'Roberto Simonsen' - Efeitos do Processo de Industrialização na Estrutura Atual da Sociedade Brasileira." s/d, s/n. Rio de Janeiro: Arquivo Nelson Werneck Sodré- Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355223/mss1355223.jpg

Último acesso: 25/06/2017

ANEXO XIII – A História Nova do Brasil não é contra Caxias.

GENERAL: — HN NÃO É CONTRA CAXIAS

UH-18.JI.65

Entrevista a JOÃO B. SERRA

O escritor Nelson Werneck Sodré, um dos responsáveis pela coleção "História Nova", declarou a UH que a proscrição da obra e a prisão de seus autores — os jovens Maurício Martins de Melo, Joel Rufino dos Santos e Pedro Alcântara Figueira — não encontram qualquer amparo de ordem legal ou política, porque "é muito difícil tentar justificar o caráter subversivo de livros de História cujos temas são a descoberta do Brasil, a expansão territorial e o advento da República".

Nelson Werneck Sodré — que é general do Exército — considera que "houve outra calinada memorável no caso", lembrando que "ao triunfar o golpe de abril de 1964 fôra criada e generalizada a falsidade de que a "História Nova do Brasil" era subversiva e se caracterizava como tal por difamar o Exército e particularmente o seu patrono, o Duque de Caxias". Após assinalar que isto é "uma impostura que poderia ser desfeita pela simples leitura dos livros, mas que, repetida — de acôrdo com a técnica nazista —, ficara transformada em verdade para os ingênuos e para os malévolos", afirmou o escritor:

— No volume quarto agora reeditado, ao serem abordados os temas fundamentais — Abolição, República, florianoismo —, o papel do Exército e de alguns de seus mais eminentes vultos não apenas é estudado e devidamente caracterizado, mas valorizado e glorificado. A intriga com os militares, pois, não encontra nenhuma base real, antes pelo contrário. Basta ler-se o livro para se constatar a impostura. E é o que se deve fazer sempre, e particularmente quando se trata de informações veiculadas pelos agentes da abrilada.

Sêde de Pesquisa

Acha o General Nelson Werneck Sodré que "um dos traços mais importantes do Brasil da fase que antecedeu o golpe de 1964 foi a profunda e intensa curiosidade intelectual e a tendência que esta assumiu, ao voltar-se de preferência para os problemas nacionais e pesquisar soluções específicas para eles". — Claro que essa tendência em nada conflita com a necessidade de

nente, de colher ensinamentos na ciência elaborada por outros povos. Cuidava, entretanto, de evitar as generalizações apressadas, os fáceis esquematismos, os simplismos de imitação — disse o escritor, acrescentando:

— Esse esforço ficou consideravelmente comprometido com o desencadeamento do golpe de abril e com o clima que esse gerou. Como é sabido em todo o Mundo, e bastante comentado e criticado, desencadeou-se no País, a partir de então, verdadeira guerra ao intelectual e aos seus instrumentos: a cátedra universitária, o livro, o jornal independente, a posição crítica. O clima ficou conhecido como terrorismo cultural e mereceu pro-



testos de todos os centros científicos do Mundo. Ora, a situação vinha exigir, por tudo isso, um esforço maior dos intelectuais, dos escritores em particular, no sentido de não interromper o que antes se vinha fazendo.

Teatro Foi ao Povo

Segundo o General Nelson Werneck, após o 1.º de abril "os artistas brasileiros ficaram com seus esforços consideravelmente amputados e tiveram de desdobrar-se para que as criações artísticas e os trabalhos científicos não percessem de todo". — Os campos em que havia alguma possibilidade — lembrou — foram o teatro e o livro. Não é aqui o lugar para explicar como se processou o esforço no campo do teatro e o extraordinário sucesso que alcançou e justamente numa fase em que o teatro definia uma crise aguda de público. Pode-se dizer que as circunstâncias obrigaram o encontro do teatro com o público. •

Revelou o escritor que decidiu reeditar o trabalho "Ideologia do Colonialismo" como esforço para manter a pesquisa histórica e literária num plano razoável. A obra, cuja primeira edição fôra lançada em 1961 pelo ISEB, reúne estudos sobre escritores brasileiros do passado, com uma preocupação: — Procurei mostrar, à luz do texto desses escritores, como eles aceitavam como válidos conceitos antinacionais e antipopulares, de larga circulação na época em que escreveram.

Cultura em Jôgo

Depois disso, êle e seus antigos companheiros do Departamento de História do antigo ISEB partiram para editar a "História Nova do Brasil", publicando pela Editora Brasileira dois dos seis volumes da obra: o primeiro, dedicado à descoberta do Brasil, expansão territorial, sociedade açucareira e guerra com os holandeses, e o quarto, consagrado à Abolição, à República e ao seu florianoismo.

Após informar que o grupo está elaborando o segundo e o terceiro volumes da série, abrangendo os séculos XVII a XIX, disse o General Nelson Werneck Sodré que a Justiça deverá pronunciar-se sobre a prisão dos jovens escritores e a proscrição da coleção: — Os tribunais brasileiros vão ser chamados a esclarecer a questão e opinar sobre a possibilidade de se escreverem e publicarem livros no Brasil. E' a sorte da cultura que será de-

SODRÉ, Nelson Werneck. "General: - a HN não é contra Caxias" In: *ÚLTIMA HORA*, edição de 18 de junho de 1965. Disponível no Arquivo Nelson Werneck Sodré [Manuscritos] Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355230/mss1355230.pdf último acesso: 10/04/2017.

ANEXO XIV – Relato de Maurício Martins de Mello sobre a tortura e a tentativa de incriminação de Sodré – prisão referente a publicação da História Nova do Brasil – 1965.

AUTOR DE HISTÓRIA NOVA: PRISÃO FOI ATO POLÍTICO

“Nossa prisão foi um ato político praticado por algumas autoridades do movimento de abril do ano passado para exercer o terrorismo cultural, pois como fomos nós poderíamos ter sido presos quaisquer outros escritores”, declarou em entrevista ao CORREIO DA MANHÃ o escritor Maurício Martins de Mello, pôsto em liberdade na madrugada de ontem por força de **habeas-corporis** concedido pelo Superior Tribunal Militar.

Confirmando as denúncias que fez por carta, de violências físicas e tortura psicológica praticadas pelo major Cleber Bonecker, o escritor considerou a concessão do **habeas-corporis** “uma importante vitória na luta contra o obscurantismo e uma demonstração de que o Superior Tribunal Militar repudia o terror cultural”.

CM

Liberdade 9.VII.65

Prêso no dia 26 de maio quando se apresentou para prestar depoimento no IPM do ISEB, o escritor Maurício Martins de Mello que juntamente com Pedro de Alcântara Figueiras e Joel Rufino dos Santos se encontrava detido no Batalhão de Guardas depois de ser interrogado e esbofetado pelo major Cleber Bonecker, encarregado do IPM da Imprensa Comunista, foi pôsto em liberdade algumas horas após a concessão do **habeas-corporis** pelo STM.

O escritor, de 24 anos, confirmou, em liberdade, tôdas as denúncias que fez por carta através do CORREIO DA MANHÃ, reafirmando que

ver é o mundo das necessidades materiais imediatas”, o escritor disse que a tônica dos interrogatórios do major Bonecker foi procurar qualificar como “crime a publicação do livro, descobrir um vasto plano subversivo que estaria ligado à edição da *História Nova do Brasil* e responsabilizar o general Nelson Werneck Sodré como doutrinador do marxismo”. Maurício acrescentou também que durante todos os interrogatórios não lhe foi feita nenhuma pergunta relacionada com o conteúdo da obra.

O escritor frizou que as bofetadas e a tortura psicológica aplicadas pelo major

foi esbofetado pelo major Bonecker no terceiro dia de sua prisão, depois de ser submetido ao *tratamento psicológico* do militar, que o deixou incomunicável e várias vezes por dia entrava em sua cela aos berros de que queria *tôda a verdade*.

Confirmando também que ficou a primeira semana de sua prisão em total incomunicabilidade, “quando senti pela primeira vez o terror psicológico provocado pelo isolamento” acrescentando que, nestas condições, “o mundo que se começa a vi-

Bonecker se verificaram no quartel da Polícia Militar, no Méier, onde funciona o IPM sob a responsabilidade daquele militar. Disse que após sua transferência para o Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, recebeu por parte dos oficiais e subalternos daquela unidade militar “o tratamento correto dentro das normas de guardar presos, apesar das deficiências carcerárias — apenas um colchão numa cela pequena e sem luz — que posteriormente foram sendo resolvidas”

Fato político

— Há uma situação gerada pelo movimento de abril do ano passado, um fato político, um problema da época — declarou Maurício Martins de Melo — e dentro dele a tentativa de implantação do terror cultural, através da prisão de escritores. As arbitrariedades e os homens que as praticam são apenas uma peça, na maioria das vezes sem importância se vistos isoladamente, dentro da situação de fato. Por esta razão acredito que da mesma forma que não tem importância pessoal o militar que as praticou, considero que a minha prisão e a de meus companheiros não significa apenas a detenção de nossas pessoas e a apreensão de nosso livro, mas simboliza a tentativa de implantação do terrorismo cultural. Como fomos nós, po-

deriam ter sido presos quaisquer outros escritores”.

Citando uma declaração do ministro Pery Bevilacqua em entrevista a uma revista semanal — “sou contra a prisão de editores e escritores pelo crime de terem editado ou escrito livros. Isto é proibir a plena prática da democracia” — o escritor Maurício Martins de Melo, declarou que considera a concessão de *habeas-corpus* em seu favor como “uma importante vitória contra o obscurantismo” porque demonstra que “a mais alta corte da Justiça Militar repudia aquela tentativa de implantação do terrorismo cultural”.

Finalizando, o escritor disse que “protegido pelo *habeas-corpus*, espero poder prestar, sem coação física moral ou psicológica, quaisquer esclarecimentos às autoridades”.

Filial

O sr. Maurício Martins de Melo vai depor hoje, às 9h, no gabinete do diretor do Pessoal da ativa do Exército, no 3.º andar do Ministério da Guerra, na filial do IPM do ISEB, da qual é encarregado o general Manuel Mendes Pereira, designado pelo comando do I Exército para contornar o

problema hierárquico e intimar o escritor e general Nelson Werneck Sodré. Antes de deixar o Batalhão de Guardas, na madrugada de ontem, Maurício foi avisado de que deveria comparecer ao Ministério para prestar depoimento, tendo recebido ontem, à tarde, em sua residência, a intimação assinada pelo general.

MELLO, Maurício Martins de. “Autor de História Nova: Prisão foi ato político”. In: *Correio da Manhã* em 09 de julho de 1965. Documento do Arquivo Nelson Werneck Sodré [Manuscritos] da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355234/mss1355234.pdf Último acesso 10/02/2017.

IPM PEDE PRISÃO PREVENTIVA PARA ESCRITOR PRÊSO

CM - 12. VI. 65

Foi pedida, ontem, na 2a. Auditoria da Justiça Militar, pelo major Cleber Bonecker, encarregado do IPM da Imprensa Comunista, prisão preventiva para os escritores Pedro de Alcântara Figueiras, Maurício Martins de Melo e Joel Rufino dos Santos. Os escritores estão presos incomunicáveis, obrigados a ficar em silêncio e submetidos a extensos interrogatórios, através dos quais o major do IPM está procurando uma fórmula para incriminar o escritor e general Nelson Werneck Sodré. O **habeas-corpus** impetrado em favor de Joel Rufino dos Santos foi distribuído ontem tendo como relator o ministro Borges Fortes.

O IPM do ISEB trabalhou durante todo o dia de ontem em torno do sr. Aurelino Ferreira, que permaneceu na sala secreta do coronel-intendente Gerson de Pina das 9h às 17h. O coronel informou aos jornalistas que até o momento foram apresentadas "várias provas contra irregularidades administrativas do sr. Hélio de Almeida", mas que o "farto material" prometido só será entregue na próxima segunda-feira, ao mesmo tempo em que fontes do IPM adiantavam que somente depois de tê-lo em mãos o engenheiro Hélio de Almeida será convocado para depor.

Submetidos pelo major Bonecker, segundo suas próprias revelações, a uma "técnica especial de tratamento psicológico", aprendida nos Estados Unidos, os três escritores presos pela co-autoria da **História Nova do Brasil** estão sendo interrogados, diariamente, até as 23h. Os srs. Maurício Martins de Melo e Pedro de Alcântara Figueiras estão presos em solitárias do Batalhão de Guardas, em São Cristóvão. Joel Rufino dos Santos continua numa cela comum no Batalhão da Polícia Militar, no Méier, em companhia de outro detido, com quem entretanto não pode falar.

EDITORIAL CORREIO DA MANHÃ. "IPM pede prisão preventiva para escritor preso". Correio da Manhã. De 12 de junho de 1965. Documento do Arquivo Nelson Werneck Sodré [Manuscritos] – Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355229/mss1355229.pdf

Último acesso: 29/06/2017.

ANEXO XVII - Ecos da História da História Nova

Ecos da História da História Nova

Histórico ou uma explicação por
parte da Direção desta Revista

PUBLICAMOS A CARTA do relator de um parecer sôbre a *História Nova*, em que êle procura defender-se do que publicou esta revista, a respeito do citado parecer.

Considerando que a matéria, de que aqui se vai tratar, foi publicada em o número 4 desta Revista e êste é já o número 8, julgamos conveniente fazer um breve histórico ou explicação do assunto para uso dos leitores e melhor apreensão dos seus pormenores.

1 — Uma associação, chamada Liga da Defesa Nacional, ao que parece detentora do civismo integral, solicitou parecer do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre os volumes já publicados da *História Nova*, confiando na infalibilidade opinativa daquele cenáculo, dileto do Imperador Dom Pedro II, cuja pessoa continua ali cultuada como em vida fôra cortejada.

2 — O parecer, aguerridamente contrário à *História Nova*, foi publicado no volume relativo às atividades do I.H.G.B. nos meses de abril, maio e junho do ano de 1964. Acontece, porém, que o volume só veio a sair dos prelos cerca de um ano depois, como assenta bem a uma revista de História.

3 — A êste tempo, alguns dos autores de *História Nova*, que haviam sido presos, já tinham sido postos em liberdade, graças ao trabalho tenaz de seus advogados, havendo dois daqueles escolhido o exílio para evitar a prisão.

4 — O nosso companheiro Nelson Werneck Sodré, que superintendia a equipe redatora da *História Nova*, surpreendeu-se desagradavelmente com a serôdia publicação dêsse parecer, que vinha sob o pálio de uma instituição que, no passado, soube criar tradição de sabedoria e fidelidade ao monarca.

5 — No artigo “A História da *História Nova*, II,” Nelson Werneck Sodré a) desmentiu acusações do parecer em que se afirmava que “a filosofia que preside a essa interpretação científica dos fatos históricos é o materialismo histórico, segundo a concepção de Marx”; acentuou o ânimo espiolhativo em que até erros de imprensa foram arrolados; b) acentuou as afirmações de mera opinião pessoal contidas no parecer, tais como “defendem suas teses com parcialismo flagrante”, “orientação doutrinária extremamente facciosa” etc.; c) discordou quando o parecer critica a expressão “Independência de 1822”; acentuou, ainda, que “não calculam os leitores quantos professôres de História do Brasil ou autores de livros sobre a matéria são monarquistas entre nós. Os que não o são, confessadamente, colocam-se na cátedra e nos livros, na posição de quem pede desculpas por ter o Brasil se tornado independente, ainda que da *independência de 1822*”; d) esclareceu que possuía, de antemão, a certeza de que *História Nova* e seus autores seriam “combatidos pela historiografia oficial”. Acrescentou que não levaram em conta o choque com o “negócio do livro didático”; e) assinalou, decepcionado, a ampliação da área de hostilidade ao livro. “A campanha contra a *História Nova* não se funda em divergências científicas, sempre naturais, válidas, justas e fecundas. Funda-se em infâmias, em imposturas, em publicidade

dirigida e paga. Os que a executam operam por motivos à margem da ciência. Mas não me surpreendem e não me espantam: sou suficientemente vivido para compreendê-los e até tolerá-los. O que me desconcerta é ver indivíduos que nada têm a ver com o problema, de cuja existência jamais me apercebi, embora se intitulem intelectuais e até historiadores, virem formar no côro, trazer como histeria a sua lenha para a fogueira inquisitorial. O que me desconcerta é ter de me envergonhar por êles.”

6 — De fato, a denúncia apresentada pelo Exmo Sr. Procurador Geral da Justiça Militar ao Exmo Sr. Ministro Presidente do Egrégio Superior Tribunal Militar transcreve as conclusões do “parecer”. Transcrevemos da denúncia:

“Sôbre o conteúdo nocivo da aludida obra, são os estudiosos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, em substancial parecer, publicado no volume 263, alusivo aos trabalhos dos meses de abril, maio e junho de 1964, concluíram:

‘Quer pela sua orientação doutrinária extremamente facciosa, quer pelas faltas graves em matéria de fato, quer pela falta de cuidado na apresentação, os fascículos da denominada História Nova não mereciam sequer uma recomendação das autoridades educativas do país,

Muito menos mereciam os privilégios que obtiveram da Administração e que devem ser urgentemente cancelados em benefício da educação livre e democrática. (pág. 248 do IPM).’”

7 — Os grifos são do Exmo Sr. Procurador Geral da Justiça Militar, Dr. Eraldo Gueiros Leite que, por sua vez, transcreve do IPM cujo encarregado resguardou a sua opinião de leigo em História no parecer dos “estudiosos do Instituto”. O conselho à Administração, contido no último parágrafo do parecer, era para surtir efeito em março ou abril?

8 — Vale ainda obsevar: o dito parecer, solicitado em 10 de março de 1964, foi redigido e aprovado após a vitória do movimento militar, como se pode ver do uso dos tempos verbais — passado para o govêrno deposto e presente para o govêrno impôsto — muito elucidativos.

Na primeira página do parecer vem: “*estavam* em curso de impressão os seguintes volumes” etc. Se fôsse durante o govêrno passado seria “*estão* em curso” (pág. 283 da Rev. I.H.G.B., n.º 263).

Nas conclusões do parecer: “Os fascículos da *História Nova* não mereciam sequer uma recomendação das autoridades educativas.” Se fôsse durante o govêrno deposto estaria *não merecem*.

Finalmente, no mesmo período, vem, no passado, a censura ao governo deposto e, no presente, vem o conselho amigo ao governo impôsto.

“Muito menos *mereciam* os privilégios que obtiveram da Administração [passada] e que *devem ser urgentemente cancelados* [pela atual Administração] em benefício da educação livre e democrática”. As expressões colocadas por nós entre colchêtes, deixam bem claro o *accusatorius animus* citado por Cícero.

9 — Neste final, o Diretor desta Revista hipoteca a sua solidariedade a Nelson Werneck Sodré pelo ardor e hombridade com que defendeu os seus companheiros de equipe e pela magnífica demonstração de firmeza de caráter com que aceitou a responsabilidade de chefe dessa mesma equipe. Fato normal em uma vida coerente como a sua, mas que deve ser ressaltado para exemplo dos que ainda possuem um ideal. Na atual situação Nelson Werneck Sodré é um tipo raro de coerência e desassombro e não pertence ao tipo comum definido por Rui Barbosa: “Cortesão das vitórias ganhas, bravo no desarmamento dos desarmados, fujão das situações arriscadas, inimigo das causas vencidas e laçao das triunfantes” (Campanha Presidencial 1919, pág. 1096, da edição Aguilar.)

M. C. P.

Rio, 27 de novembro de 1965

Senhores diretores da REVISTA
CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

1 — Sou agredido violentamente em artigo dessa Revista porque como relator de uma instituição científica, manifestei-me contrariamente ao valor da série de folhetos intitulada *História Nova*.

2 — O que afirmei, em parecer divulgado em revista especializada e, portanto, de circulação restrita, foi: 1 — que o único autor com responsabilidade científica entre os nomes que figuram no frontispício é o general Nelson Werneck Sodré; sendo os de-

mais alunos da Universidade; 2 — que os livros eram de orientação marxista; 3 — que continham um acervo de erros impressionante.

3 — Sou acusado de mentiroso porque dois dos colaboradores já se diplomaram. Mas a verdade é que permanece o fato de serem alguns dos co-autores estudantes que não tinham conseguido aprovação sequer nas cadeiras de História.

4 — Insiste o responsável pela publicação em que os folhetos não mencionam Marx. Nem o parecer disse outra coisa. O que ali se afirma é que os opúsculos são extraídos das obras de seu autor principal nas quais os únicos filósofos citados são Marx, Engels e Lênin. O artigo diz que eu escrevi *autores* quando falei em filósofos. O que afirmei está certo.

5 — O artigo não menciona o principal do meu parecer; único ponto que interessava a uma entidade especializada — os tremendos erros que fervilham nos folhetos. Diz o General que não interessam ao grande público. Interessam, como não! O público precisa saber como se oficializava e auxiliava uma série de publicações que ensinavam errado. Porque não se trata simplesmente de equívocos desculpáveis, mas de erros materiais, de mutilações, de truncamentos. O público precisa saber que os jovens colaboradores com os quais se solidariza cavalheirescamente o General, eram de tal maneira ignorantes que traduzem *Foires de Champagne*, por feiras de *campanha* (com o minúsculo). Erro que jamais cometeria em suas obras o General. (V. 2.^a ed. I, pág. 17). Que são de tal maneira levianos na pesquisa que afirmam ter sido eleito Senador do Império o Sr. Afonso Lamounnier, por 54 votos. (2.^a ed. — IV. pág. 65). Trata-se de um recorde de concentração de erros. O homem se chamava Antônio Afonso *Lamounnier Godofredo*, foi eleito *deputado*, e não senador, por 523 votos, (e não 54), com a circunstância de ter sido em segundo escrutínio. Em três linhas, 4 erros!

6 — Que são de tal maneira pouco atentos nas transcrições que, para documentar os abusos do recrutamento no segundo reinado, citam “um trabalho”, publicado na Revista do Instituto Histórico em 1867, sem mencionar que se trata de memória escrita trinta anos antes, conforme ali se assinala claramente.

7 — É preciso que o público saiba que as transcrições de livros e documentos oferecidas aos estudiosos nessas publicações oficiais, estão erradas, truncadas, referindo-se a ministros que nunca existiram e diplomatas que nunca estiveram nos países indicados; que há referência a uma revolução imaginária que é comentada; que os autores pensam que os *juizes conservadores* da

nação inglesa, em Portugal e Brasil, eram estrangeiros com jurisdição no Brasil — e insistem nesse erro várias vezes.

8 — Poderia prosseguir por dezenas de páginas. De tudo isso trata o General, dizendo que são enganos a serem corrigidos. E é com êsses trabalhos que se pretende alterar não só o ensino da história, mas a própria *história*, já que a historiografia brasileira tem duas fases: “antes da História Nova e depois dela” (pág. 83 da *Revista* referida). História “filosófica”, disse uma vez maliciosamente o velho Fustel de Coulanges “a história dos que não a sabem”.

9 — A verdade é que o autor poderia ter sido o iniciador de um movimento como o que foi promovido por José de Vasconcelos, quando a serviço da Revolução Mexicana, ou, mesmo sem sair de casa, como começou a fazer Anísio Teixeira, ao publicar no INEP os manuais para professores. O pior em matéria de divulgação popular seria exatamente o que se fez: o caminho do compêndio privilegiado, da doutrina oficial.

10 — Porque é preciso não desviar o debate do ponto principal. Pouco me importa que o Autor principal publique livros de orientação filosófica qualquer que ela seja, nem que escolha maus colaboradores. O que me atinge é fazê-lo em publicações oficiais patrocinadas por decretos e privilégios. Eis a questão.

11 — Se dêle divergi e aponte erros que, a meu ver, invalidam a obra, jamais concluí por qualquer recomendação contrária à livre manifestação ou ao livre debate de idéias — pelo contrário disso me valerei para dêle discordar.

12 — Sou de todo estranho às conseqüências de ordem política ou judiciária, ou qualquer outra, que a edição dos citados livros hajam, por ventura, provocado e violaria os princípios que defendo se tal propugnasse. Sustento o direito, dêle e meu, de escrevermos e nos criticarmos livremente. Como discípulo de Rui Barbosa entendo que o direito negado ao adversário virtualmente cessa de existir para nós.

Eis porque reclamei o direito de defender-me.

Com o maior aprêço e consideração,

Américo Jacobina Lacombe

*“Revista Civilização Brasileira”
ano I, n.º 8 - Rio, julho 1966*

318

BIBLIOTECA
BRASIL
NACIONAL

Reg. 1.355.248 D
29/03/2012

ANEXO XVIII – Lançamento da coleção “História Nova” no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara.

METALÚRGICOS ESTUDARÃO
“A Voz dos Metalúrgicos” – Janeiro 1964
VERDADEIRA HISTÓRIA
TEXTO DIRIGIDO AOS METALÚRGICOS PELO PROF. NELSON SODRÉ

“Os trabalhadores intelectuais do Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, sentem-se sinceramente honrados nesta oportunidade em que se preparam para discutir, na comunhão dos nacionalistas e trabalhadores, alguns problemas históricos. Honrados porque, nesta reunião, pisarão a casa de velhos amigos. Honrados porque estarão em companhia daqueles cuja missão é dirigir os destinos do nosso povo.

É bom que os companheiros metalúrgicos saibam, antes de nos encontrarmos mais uma vez, que a história que estudamos e buscamos interpretar, não é a história das pessoas individuais, mas é a história do nosso povo, o que nos liga a todos nós que não vivemos da exploração dos outros homens, é a luta pelo progresso, pela exploração nacionalista de nossas riquezas, e pelo crescimento da democracia em nossa pátria.

Por isso é que somos eles de uma mesma idade, e como tal só removemos os obstáculos, só chegamos ao governo do povo, pela colaboração e pela soma das nossas forças particulares. O povo, o que há de melhor no povo que são os trabalhadores, justificam o nosso esforço, e nós justificamos o povo, suas lutas e seu avanço.

No nosso encontro só vamos discutir o que interessa. Não temos tempo a perder, nenhum trabalhador tem tempo a perder. Como as coisas têm sempre dois lados opostos, discutiremos: O domínio estrangeiro e a luta contra o domínio estrangeiro; a propriedade territorial e as restrições à propriedade, o problema dos poucos que têm terras e dos muitos que não têm; a luta pela industrialização do Brasil e a defesa da estagnação industrial; a luta pela democratização da sociedade brasileira e a defesa dos privilégios de classe; as novas forças, que estão realizando a Revolução Brasileira e as velhas forças que querem impedir o inevitável.”

PALAVRAS DO SR. ROBERTO PONTUAL.

Falando ao nosso jornal a propósito do lançamento da coleção “História Nova”, o Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar e da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) do MEC, assim se expressou:

“Lançando com o Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, a 29 de janeiro, a coleção “História Nova”, quer a DEEE/CASES justificar a denominação dada ao conjunto de livros que ora começa a publicar. Com efeito, nova é esta coleção exatamente pela perspectiva que contém, no estudo dos problemas brasileiros.”

Depois de explicar que os livros a serem lançados referem-se ao descobrimento do Brasil, à independência de 1822, à expansão territorial (particularmente as bandeiras), às invasões holandesas e ao desenvolvimento da economia brasileira da independência à república, afirmou ainda o sr. Roberto Pontual:

“Como dizem seus autores na apresentação dos textos agora editados, trata-se de alargar o campo de estudo da história do Brasil. A história não é o conjunto de biografias dos grandes homens, senão que o resultado, no tempo, da atividade, do trabalho de todos os homens. O seu estudo não visa apenas lembrar o passado, mas esclarecer o presente. Por exemplo, como entender a situação em que se encontra hoje o movimento sindical, poderoso por suas vitórias e conquistas, senão buscando a origem de suas lutas, seus acertos e seus erros?”. E concluiu o diretor da DEEE/CASES:

“Este lançamento no Sindicato dos Metalúrgicos da coleção por nós editada, dando também início ao curso de história do Brasil para os trabalhadores, ministrado pelo Departamento de História do ISEB, dá bem a medida de nossa crença em que, se é o povo que faz a história, ele a fará cada vez mais conscientemente e em seu proveito, na luta tenaz que todos os trabalhadores empreendem para a libertação de nossa pátria.”

[Editorial] “Metalúrgicos estudarão verdadeira História: texto dirigido aos metalúrgicos pelo prof. Nelson Sodré.” In: *Jornal A Voz dos Metalúrgicos*. Janeiro de 1964. Fonte Arquivo Nacional.

Disponível

em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355169/mss1355169.pdf

ANEXO XIX – Tabela técnica do IPM da História Nova do Brasil - 25 junho de 1965

Delegação de Poderes	Portaria do Gen. Ex. Octacílio Terra Ururahy, comandante do I Exército. Encarregado: Gen. Div. Manoel Mendes Pereira.
Relatório e solução do IPM	30 novembro 1965. Relatório do Gen. Div. Manoel Mendes Pereira. Fls. 311-346
<i>Habeas Corpus</i> contra ordens de prisão	Em favor de Maurício Martins de Mello. 07 junho 1965. HC 27.835. Adv. Modesto da Silveira. Concedido pelo STM em 07 de julho 1965. Em favor de Pedro de Alcântara Figueira. 1º junho 1965. HC 27.821. Adv. Antônio Evaristo de Moraes Filho. Concedido pelo STM em 14 de julho 1965. Em favor de Joel Rufino dos Santos. 10 junho 1965. HC 27.845. Adv. Raul Lins e Silva Filho Concedido pelo STM em 14 de julho 1965.
Incidentes processuais	-----
Denúncia e decisão de 1ª instância	29 março 1966. Procurador geral da justiça militar Eraldo Gueiros Leite oferece denúncia. Artigo 2º, III, da lei 1.802/53. Fls. 1-B – 1-E. 25 abril 1966. Ação Originária nº 33. A denúncia não é recebida. Relator Min. Waldemar Torres da Costa – STM. Ausência elementos constitutivos do tipo. Fls. 356-358.
Recursos aos tribunais superiores	09 de maio 1966. Recurso Criminal 4.180 ao STM, interposto pelo procurador geral da justiça militar Eraldo Gueiros Leite, contra a rejeição da denúncia. Fls. 360-367. 13 maio 1966. O relator Waldemar Torres da Costa mantém o despacho. Fls. 369-372
Decisão do STM e/ou do STF	24 setembro 1970. O relator Min. Alcides Carneiro determina que os autos sejam encaminhados ao auditor corregedor da justiça militar. O art. 6º do AI-5 retira o foro privilegiado dos que tiveram seus direitos políticos suspensos, como era o caso de Nelson Sodré. Fls. 392. 05 novembro 1970. O procurador da justiça militar opina pelo arquivamento dos autos. O DL 314/67 não mais puniu o crime de fazer publicamente propaganda de ódio de classe. Fls. 398-400. 12 novembro 1970. O juiz auditor Victor Marques dos Santos acolheu o pedido e determinou o arquivamento dos autos. Fls. 401-402.

Fonte: CARVALHO, Claudia Paiva. *Intelectuais, cultura e Repressão política na ditadura brasileira (1964 – 1967): relações entre direito e autoritarismo*. Brasília. Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília para a obtenção do título de mestre em Direito, 2013.

ANEXO XX - História Nova: Denúncia do Procurador-Geral

História Nova: Denúncia do Procurador-Geral

Com o propósito de anexar mais um importante documento à polêmica travada em torno da História Nova, publicamos em seguida a denúncia oferecida pelo Procurador-Geral da Justiça Militar contra os indiciados naquele processo.

EXMO. SR. MINISTRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

O Procurador-Geral da Justiça Militar, no uso de atribuições legais, oferece denúncia contra: 1) General R/1 NELSON WERNECK SODRÉ, 2) JOEL RUFINO DOS SANTOS, 3) PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA, 4) MAURÍCIO MARTINS DE MELLO, 5) PEDRO CELSO UCHÔA CAVALCANTI NETO e 6) RUBEM CESAR FERNANDES, todos qualificados no IPM incluso, pela prática do seguinte fato delituoso:

Como consta do inquérito anexo, o primeiro denunciado NELSON WERNECK SODRÉ, por força de um convênio firmado com a CASES — Campanha de Assistência ao Estudante — órgão subordinado ao Ministério de Educação e Cultura, durante o governo deposto pela revolução de 31 de março, resolveu cla-

botar a coleção de livros intitulada "História Nova", destinada aos professores e alunos do ensino de nível médio.

Para tanto, organizou uma equipe, composta dos demais denunciados, que sob sua orientação e chefia, vieram, efetivamente, a formular mencionada obra, sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura.

Composta a "História Nova" de monografias sob temas vários da história pátria, sua elaboração teve como trilhas, a "reformulação de nossa história", aplicando os denunciados, no trabalho, como aliás reconheceu, a dialética marxista-leninista, num propósito expresso da pregação da luta de classes, visando a substituição do regime político-social vigente no País.

Conseqüentemente, os fins colimados pelo trabalho dito não eram o de levar ao leitor da obra, ensinamentos históricos, mas sim, o de traçar uma avançada meta de guerra revolucionária que, pelo governo deposto, estava sendo posta em prática.

Para melhor atingir seus objetivos, ao invés do denunciado WERNECK SODRÉ reunir professores e estudiosos na matéria, o fez, agrupando militantes comunistas conquanto incipientes em seus conhecimentos históricos, mas úteis ao empreendimento incetado.

Os trechos seguintes de uma das monografias enfeixadas pela "História Nova", por si só, demonstram o perigo que agasalha na disseminação do comunismo entre a nossa juventude:

A luta de classes dos senhores de terra e de escravos para exercer a sua autoridade sobre toda a extensão do território brasileiro é longa. A independência de 1822 não contentaria as camadas médias. Essa revolta está claramente expressa nos movimentos provinciais de rebeldia, de que os últimos serão os dos Farrapos e dos Praieiros, já em pleno reinado."

"Estas duas últimas revoltas são aplacadas, já na época da centralização monárquica, mas não por causa do golpe político da Maioridade. Ambos os fatos são explicados pela ascensão do novo produto exportador, o café, que possibilitou à classe dos senhores de terra e de escravos os recursos necessários à sua consolidação do poder, recursos estes que o açúcar, em decadência lhe negava."

"No tipo da Independência de 1822 se encontram as origens políticas das lutas sociais que hoje se travam em nosso País. A discussão sobre uma política externa indepen-

dente para o Brasil, que está em todos os jornais, só tem sentido se entendermos que Independência foi aquela de 1822”.

“A batalha que várias classes da população, inclusive seiores do govêrno, travam contra o latifúndio, tem seu tentáculo fundamental na classe dos senhores de terra, e, agora de servos, que permanece no poder político do País há 141 anos.”

“A conquista da reforma agrária representará a derrota política dos senhores de terra e de servos, aliados fundamentais dos interesses que, uns, em 1822, realizaram a independência formal e, outros, hoje, impedem a verdadeira independência, que permitirá ao País desenvolver-se plenamente e se afirmar como Nação. A Independência do Brasil é uma luta dos dias atuais”. Monografia — “INDEPENDÊNCIA DE 1822” (págs. 108 e 109)

A simples leitura dos trechos acima reproduzidos, demonstra a interpretação marxista dos fatos históricos de nosso País, numa preocupação constante da demolição do culto dos heróis, técnica principal no regime comunista. Muito outros trechos poderiam ser reproduzidos, ou mesmo, a totalidade dos que corporificam as monografias constantes da “História Nova”, eis que, se igualam, se identificam, na pregação do comunismo, em letras vivas, deformantes dos nossos acontecimentos históricos e impulsionadores à luta de classes.

De maior realce se reveste a “História Nova” dos denunciados, se observarmos que, pela Portaria n.º 50, de 4-2-64, emanada do então Ministro da Educação e Cultura, aludida obra veio a ser, através de seu art. 1.º, recomendada aos professôres de ensino de grau médio, para a sua utilização em classe. Em seu artigo 2.º, ficou esclarecido:

“A Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) da Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério de Educação e Cultura providenciará o imediato envio da Coleção “História Nova” a todos os professôres de história do ensino de grau médio do País”. (pág. 296, do IPM.)

Sôbre o conteúdo nocivo da aludida obra, são os estudiosos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, em substancio-

so parecer, publicado no volume 263, alusivo aos trabalhos dos meses de abril, maio e junho de 1964, concluíram:

"Quer pela sua orientação doutrinária, extremamente facciosa, quer pelas faltas graves em matéria de fato, quer pela falta de cuidado na apresentação, os fascículos da denominada História Nova não mereciam sequer uma recomendação das autoridades educativas do país.

Muito menos mereciam os privilégios que obtiveram da Administração e que deveriam ser urgentemente cancelados em benefício da educação livre e democrática" (pág. 248, do IPM).

Corroborando as conclusões acima expostas, igualmente, merece relêvo o conteúdo constante do parecer da 5.^a Secção do Estado-Maior, de n.º 80, de 19-3-64, *ANTES DOS ACONTECIMENTOS DE 31 DE MARÇO* portanto, através do qual, se lê:

"Não é necessária uma aprofundada leitura — de resto maçante e indigesta pelo dogmático e falta de concatenação dos assuntos, característicos de toda a publicação marxista — para se constatar seu secretarismo ideológico." (pág. 20, do IPM)

Notícia o IPM incluso, fartamente, que os denunciados orientados por WERNECK SODRÉ, são militantes comunistas, ligados inclusive à cúpula internacional, num perfeito entrosamento de propósito e idéias com aquêl organismo político.

Por conseguinte, nada mais representa a obra "História Nova", elaborada pelos denunciados, senão, uma parcela no empreendimento da mudança da ordem político-social estabelecida pela Carta Magna de 46, pretendida pelos componentes do govêrno deposto pela revolução de 31 de março.

Impossível é se negada a ajuda, para tanto, do organismo internacional, o qual, com seus tentáculos espalhados por todos os rincões da comunidade internacional, indubitavelmente, os tiveram, ou têm, em nosso país. O espírito do qual se revestiu a "História Nova" bem determina a ajuda consciente e criminosa de organismo político internacional, que visa colocar o nosso país na sua área de influência.

Como o fato apontado configura o comportamento típico penal previsto no inciso III, do art. 2.º, da Lei n.º 1.802, é formu-

lada a presente denúncia a fim de que sejam os denunciados processados e julgados perante a Justiça Militar, pelo que, é requerida a citação dos mesmos, para início da formação de culpa, onde deverão ser ouvidas as testemunhas abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro, GB, 29 de março de 1966

ERALDO GUEIROS LEITE

PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

Testemunhas de acusação:

Américo Jacobina Lacombe e Marcos Carneiro de Mendonça

ANEXO XXI - Programa do curso "Introdução aos Problemas Brasileiros"

Ministério da Educação e Cultura <u>INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS</u> <u>CURSO EXTRAORDINÁRIO</u> <u>SÔBRE PROBLEMAS BRASILEIROS</u> <u>1959</u>		
1) - <u>Cultura e Desenvolvimento</u> Roland Corbisior	h 2 de maio - 16,30	
2) - <u>Nacionalismo e Desenvolvimento</u> Cândido Antônio Mendes de Almeida	h 9 de maio - 16,30	
3) - <u>As Forças Armadas e o Nacionalismo</u> Nelson Werneck Sodré	h 16 de maio - 16,30	
4) - <u>Energia Elétrica</u> Américo Barbosa de Oliveira	h 23 de maio - 16,30	
5) - <u>Energia Atômica</u> José Leite Lopes	h 30 de maio - 16,30	
6) - <u>O Petróleo Boliviano</u> Gabriel Passos	h 6 de junho - 16,30	
7) - <u>Problemas do Nordeste</u> Celso Furtado	h 13 de junho - 16,30	
8) - <u>Capital Estrangeiro</u> Sérgio Magalhães	h 20 de junho - 16,30	
9) - <u>Problemas da Política Externa Brasileira</u> Oswaldo Aranha	h 27 de junho - 16,30	
10) - <u>O Programa de Metas e o Desenvolvimento Nacional</u> Presidente Juscelino Kubitschek	h 4 de julho - 16,30	

Programa do curso "Introdução aos Problemas Brasileiros", promovido pelo ISEB. FGV/CPDOC Arquivo Oswaldo Aranha. Disponível em: <http://jk.cpdoc.fgv.br/imagensom/fatos-eventos/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb> Último acesso: 11/3/2017

ANEXO XXII – Nota conjunta dos 3 Ministros militares.

1

Nota conjunta dos 3 ministros militares sobre a posse de Sr. João Goulart na Presidência da República

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada dos seus ministros, manifestam à sua Excelência o sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao país do Vice-Presidente, sr. João Goulart.

Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento dos poderes constitucionais, aguardaram elas, ante toda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos vários dias e como sintam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública, a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêem-se constrangidos agora, com a aquiescência do sr. Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram aquele uízo.

Já no tempo em que exercia o cargo de Ministro do Trabalho, o sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses das nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeiro foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em pontos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional, em que vive dramaticamente o mundo dos nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas – avultam, à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior de desenvolvimento econômico-social, para recuperação, com tantos e tão

2

urgentes problemas, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos - não pode nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietado de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.

Arrostamos, pois, o vendaval já esperado das intrigas e das acusações despudoradas para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo, e, agora, ao próprio povo brasileiro.

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública. Rio de Janeiro, GB, 30 de agosto de 1961.

a) Vice-Almirante Sílvio Heck, Ministério da Marinha; Marechal Odílio Denys, Ministério da Guerra; Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grün Moss, Ministério da Aeronáutica.

Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, p. 2.

HECK, Sílvio; DENYS, Odílio; MOSS, Gabriel Grün. “Nota Conjunta dos 3 ministros militares sobre a posse de Sr. João Goulart na Presidência da República” In: *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1961, p. 2. Disponível em: <http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/24.pdf> último acesso 14-06-2016